



PROGRAMA DE
PÓS-GRADUAÇÃO
EM HISTÓRIA
UNIVERSIDADE
FEDERAL DE
PERNAMBUCO

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA**

ARRISETE CLEIDE DE LEMOS COSTA

**UMA BIOGRAFIA MICRO-HISTÓRICA:
Interpretação hermenêutica da narrativa na obra *O QUEIJO E OS
VERMES* - o cotidiano e as idéias de um moleiro perseguido pela
Inquisição, 1976, de Carlo Ginzburg.**

**Recife
2007**

ARRISETE CLEIDE DE LEMOS COSTA

**UMA BIOGRAFIA MICRO-HISTÓRICA:
Interpretação hermenêutica da narrativa na obra *O QUEIJO E OS
VERMES* - o cotidiano e as idéias de um moleiro perseguido pela Inquisição,
1976, de Carlo Ginzburg.**

Tese apresentada à Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, da Universidade Federal de Pernambuco, para a obtenção do título de doutor, junto ao Programa de Pós-Graduação em História. Área de concentração: Metodologia do Ensino da História.

Orientadora: Profa. Rosa Maria Godoy Silveira

**Recife
2007**

Costa, Arrisete Cleide de Lemos

Uma biografia micro-histórica: interpretação hermenêutica da narrativa na obra O QUEIJO E OS VERMES – o cotidiano e as idéias de um moleiro perseguido pela Inquisição, 1976, de Carlo Ginzburg : O Autor, 2007.

305 folhas

Tese (Doutorado) – Universidade Federal de Pernambuco. CFCH. História. Recife, 2007.

Inclui bibliografia.

1. História - Historiografia. 2. Biografia histórica. 3. Narrativa. 4. Micro-História. 5. Teoria da História. 6. Hermenêutica. I. Título.

**930
907.2**

**CDU (2. ed.) UFPE
CDD (22. ed.) BCFCH2007/18**

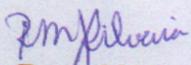


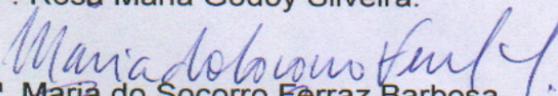
PROGRAMA DE
PÓS-GRADUAÇÃO
EM HISTÓRIA
UNIVERSIDADE
FEDERAL DE
PERNAMBUCO

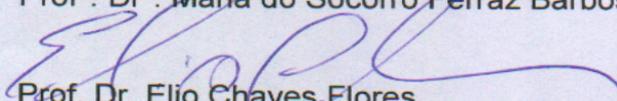
**ATA DA DEFESA DA TESE DA ALUNA ARRISETE CLEIDE DE LEMOS
COSTA.**

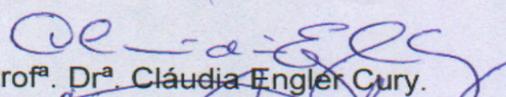
Às 14:00 h do dia 02 (dois) de agosto de 2007 (dois mil e sete), no Curso de Doutorado do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Pernambuco, a Comissão Examinadora da Tese para obtenção do grau de Doutor apresentada pela aluna **Arrisete Cleide de Lemos Costa** intitulada "**Uma biografia micro-histórica: interpretação hermenêutica da narrativa na obra *O Queijo e os Vermes- o cotidiano e as idéias de um moleiro perseguido pela Inquisição, 1976, de Carlo Ginzburg***", em ato público, após arguição feita de acordo com o Regimento do referido Curso, decidiu conceder à mesma o conceito "**APROVADA**", em resultado à atribuição dos conceitos dos professores doutores: Rosa Maria Godoy Silveira, Maria do Socorro Ferraz Barbosa, Elio Chaves Flores, Cláudia Engler Cury e Antônio Jorge Siqueira. Assinam, também, a presente ata o Coordenador, Prof. Dr. Antonio Torres Montenegro, e a Secretária do Deptº de História, Rogéria Feitosa de Sá, para os devidos efeitos legais.

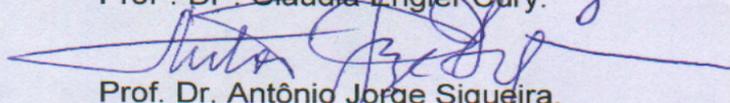
Recife, 02 de agosto de 2007.

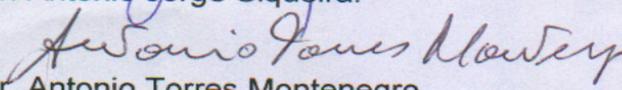

Profª. Drª. Rosa Maria Godoy Silveira.

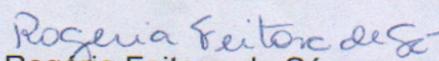

Profª. Drª. Maria do Socorro Ferraz Barbosa.


Prof. Dr. Elio Chaves Flores.


Profª. Drª. Cláudia Engler Cury.


Prof. Dr. Antônio Jorge Siqueira.


Prof. Dr. Antonio Torres Montenegro.


Rogéria Feitosa de Sá.

DEDICATÓRIA:

A Clio, a Calíope, a Mnemosine, a Cronos e Hermes;

A Domenico Scandella;

A Carlo Ginzburg e Paul Ricoeur;

Ao neto Gabriel;

AGRADECIMENTOS:

Especialíssimo, a minha Orientadora Profa. Rosa Maria Godoy Silveira,
historiadora humanista e educadora;

Ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Pernambuco –
UFPE;

Ao Departamento de História da Universidade Federal da Paraíba, responsável pela Área de
Concentração: Ensino, Teoria e Metodologia da História, em Convênio Interinstitucional com
o PPGH-UFPE;

A Fundação do Amparo à Pesquisa do Estado de Alagoas – FAPAL;

A Universidade Federal de Alagoas – UFAL;

A Prof.^a Margarida Maria Dias de Oliveira;

A Prof.^a Maria do Socorro Ferraz Barbosa;

Ao Prof. Hélio Chaves Flores;

Ao Prof. Antônio Jorge Siqueira;

A Prof.^a Cláudia Engler Cury;

Ao Prof. Henrique Espada Lima;

A Prof.^a Maria de Lourdes Lima;

Ao Aluizio Medeiros da Silva Filho;

A Sandra Maria da Silva.

RESUMO

As biografias históricas apresentam-se, no âmbito da historiografia contemporânea, como uma tópica plena de virtualidades para as problematizações e reflexões do conhecimento histórico, em sua dimensão epistemológica. A consensualidade da comunidade dos historiadores, no que diz respeito às suas qualidades cognitivas, justifica a pertinência de sua escolha como tema de estudo, sobretudo, no que se refere às mudanças paradigmáticas ocorridas, especificadamente, no campo da história cultural a partir de 1968, demarcação inaugural de uma periodização/configuração mundial conhecida como pós-modernidade. Tendo por parâmetro que a biografia é o gênero privilegiado para a experimentação heurística das narrativas produzidas pela corrente historiográfica considerada como uma das mais importantes inovações no mundo historiográfico contemporâneo: a Micro-História, demonstra-se que ela é um lócus apropriado onde recursos literários se transmitem à historiografia. Por conseguinte, na escrita da narrativa micro-biográfica da obra/fonte deste estudo: *O QUEIJO E OS VERMES* - o cotidiano e as idéias de um moleiro perseguido pela Inquisição, 1976, de Carlo Ginzburg, os procedimentos da investigação micro-analíticos e procedimentos intrinsecamente narrativos entrelaçam-se, criando uma 'fórmula estilística' denotativa de uma identidade narrativa híbrida: histórica e literária. Se, por um ângulo, contribui para ampliar o leque de verificabilidade das múltiplas experiências temporais da condição humana, objetivadas pela historiografia contemporânea, por outro, remete para o resgate de uma tradição historiográfica enraizada no prazer de contar. Para a interpretação da obra/fonte foi utilizado o método hermenêutico, um instrumental cognitivo que tornou visíveis os procedimentos narrativos codificadores costumeiramente utilizados pela historiografia: composição, disposição e elocução, oriundos da Poética e da Retórica, assim como se explicitou um saber/fazer/dizer que, na grande maioria das vezes, encontra-se implícito ou só é perceptível a um restrito número de historiadores. Portanto, ao socializar mais amplamente uma das maneiras de produção do conhecimento histórico: o micro-analítico, e demonstrar a possibilidade do exercício crítico frente aos conteúdos ideológicos que perpassam toda e qualquer linguagem historiográfica, a meta desta pesquisa terá sido alcançada.

Palavras-chave: Biografia Histórica. Narrativa. Historiografia. Micro-história. Teoria da História. Hermenêutica.

RÉSUMÉ

Les biographies historiques se présentent au sein de l' historiographie contemporaine, comme un topique plein de virtualités pour les problématiques et réflexions de la connaissance historique, dans sa dimension épistémologique. La consensualité de la communauté des historiens , en ce qui concerne ses qualités cognitives, justifie la pertinence de son choix comme thème d' étude , surtout par rapport à l' occurrence des changements paradigmatiques, spécifiquement dans le domaine de l' histoire culturelle à partir de 1968, démarcation inaugurale d' une périodisation/configuration mondiale connue comme post-modernité. Ayant comme paramètre que la biographie est le genre privilégié pour l' expérimentation heuristique des narratives produites par le courant historiographique considéré comme l' une des plus importantes innovations dans le monde historiographique contemporain: la Micro-Histoire, on démontre qu' elle est un locus approprié où des ressources littéraires se transmettent à l' historiographie. Par conséquent, dans l'écriture de la narrative micro-biographique de l' oeuvre/la source de cette étude. LE FROMAGE ET LES VERS – le quotidien et les idées d' un meunier persecuté par l' Inquisition, 1976, de Carlo Ginzburg, les procédés de l' investigation micro-analytiques et les procédés intrinsèquement narratifs s'entremêlent, en créant une 'formule stylistique' qui dénote une identité narrative hybride: historique et littéraire. Si, d' un côté il contribue à élargir l' éventail de vérifiabilité de multiples expériences temporelles de la condition humaine, objectivées par l' historiographie contemporaine, d' un autre côté, il remet envers le rachat d' une tradition historiographique enracinée au plaisir de raconter. Pour l' interprétation de l' oeuvre/la source on a utilisé la méthode herméneutique , un outil cognitif qui rend visibles les procédés narratifs codificateurs habituellement utilisés par l' historiographie: la composition, la disposition et l' élocution, issus de la Poétique et de la Rhétorique, de la même façon comme s' est explicité un savoir/faire/dire que dans la plupart de cas on trouve implicite ou seulement perceptible à un nombre restrictif d' historiens. Cependant, au moment de socialiser plus largement une des manières de production de la connaissance historique: le micro-analytique, et démontrer la possibilité de l' exercice critique face aux contenus idéologiques par le biais de toute et quelconque langage historiographique, le but de cette recherche aura été atteint.

Mots clés: Biographie Historique. Narrative. Micro-Histoire. Théorie de L'Histoire. Herméneutique.

SUMÁRIO

I. INTRODUÇÃO	09
II. O MÉTODO HERMENÊUTICO	38
1 - O autor e a obra	38
2 - O método	45
2.1 – Mimese I: pré-figuração:	
- categorias descritivas do campo da ação	51
2.2 – Mimese II: configuração:	
- tessitura da intriga ou síntese do heterogêneo	54
2.3 – Mimese III: regiguração	
- mimese <i>praxêos</i> /fusão de horizontes.....	59
2.4 – Diagramas hermenêuticos.....	63
III. A HISTÓRIA CULTURAL COMO CAMPO DE ESTUDO	68
1 - 1968 como marco instituinte do campo de estudo	68
2 - Da História da Cultura à História Cultural: críticas e reelaborações	86
3 - A questão narrativa.....	102
3.1 - O “eclipse da narrativa”	107
3.2 - Teses narrativistas	120
3.3 - O estatuto narrativo da historiografia.....	137
IV. AS BIOGRAFIAS HISTÓRICAS	146
1 - Historiografia e biografia	146
2 - Micro-história e biografias	164
2.1 - Uma interpretação hermenêutica da narrativa na biografia micro-analítica de <i>O Queijo e os vermes</i>	193
2.1.1 - Mimese I:	
- o historiador, o trabalho, os rastros do vivido, os filtros e os procedimentos da decifração.....	193
2.1.2 - Mimese II:	
- a produção narrativa da biografia intelectual de Menocchio: o combate com e pelas palavras.....	214

2.1.3 - Mimese III:

- a recriação da utopia: o desejo de um “mundo novo” 239

V. O CÍRCULO HERMENÊUTICO E/OU DESENLACE 254

VI. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS 282

I. INTRODUÇÃO

Diante da relevância atual das biografias históricas como uma temática aberta a um amplo leque de discussões sobre o conhecimento histórico, em especial, o da escrita da história, proponho, neste estudo, a interpretação hermenêutica da narrativa de uma obra biográfica produzida pela corrente historiográfica micro-histórica: *O QUEIJO E OS VERMES* - o cotidiano e as idéias de um moleiro perseguido pela Inquisição, 1976, de Carlo Ginzburg. Justifico tal intento, por considerar que as biografias históricas apresentam-se, no âmbito da historiografia contemporânea, como uma tópica plena de virtualidades para as problematizações e reflexões do conhecimento histórico, seja em sua dimensão epistemológica seja metodológica. Foi a consensualidade da comunidade dos historiadores, no que diz respeito as suas qualidades cognitivas, que me convenceu da pertinência de sua escolha, sobretudo, no que se refere ao estudo das renovações nos instrumentos conceituais e metodológicos da historiografia contemporânea que ocorreram a partir de 1968 – demarcação inaugural de uma periodização/configuração mundial conhecida como pós-modernidade. Tais mudanças paradigmáticas ocorreram, especificadamente, no campo da história cultural, cujos traços distintivos, que serão no âmbito deste estudo particularizados e contextualizados, residem, principalmente, em “restaurar o papel dos indivíduos na construção dos laços sociais”¹ e no reconhecimento do “papel ativo da linguagem, dos textos e das estruturas narrativas na criação e descrição da realidade histórica”.²

Dentre os historiadores estrangeiros atuais que legitimam sua importância, estão os nomes de Carlo Ginzburg que defende as possibilidades representativas de um caso limite por nos permitir “circunscrever as possibilidades latentes de algo (cultura popular)”³; Giovanni Levi, que afirma: “a maioria das questões metodológicas da historiografia contemporânea diz respeito à biografia”⁴, questões como: as relações com as ciências sociais, o problema das escalas de análise, das relações entre regras e práticas, os limites da liberdade e da racionalidade humanas; Natalie Zemon Davis, declara que o seu objetivo como historiadora

¹CHARTIER, Roger. CHARTIER, R. “A história hoje: dúvidas, desafios, propostas”. *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, v. 7, 1994 p. 97-113. p. 101/102.

²KRAMER, Lloyd S. “Literatura, crítica e imaginação histórica: o desafio literário de Hayden White e Dominique La Capra”. In: HUNT, Lynn. (Org.). *A Nova História Cultural*. São Paulo: Martins Fontes, 1992, p. 131-173, p. 131/2.

³GINZBURG, Carlo. *O queijo e os Vermes: o cotidiano e as idéias de um moleiro perseguido pela inquisição*. Trad. Betânia Amoroso. São Paulo: Companhia das Letras, 1987, p. 26/7.

⁴LEVI, Giovanni. Usos da biografia. In: FERREIRA, Marieta Moraes. & AMADO, J. *Usos e abusos da História Oral*. 3ª ed. Rio de Janeiro: Ed. da FGV, 2000, p.168.

“tem sido sempre atingir uma profunda compreensão das pessoas, dos indivíduos que estudo, mesmo quando me interessa pelo comportamento de grupos”⁵; Georges Duby, que, através de um caso concreto – a biografia do cavaleiro medieval inglês Guilherme, contou uma história, tecendo o fio de um destino pessoal⁶, sem por isso deixar de ater-se à história-problema, à história questão; Jacques Le Goff, que, em 1974, denuncia a insuficiência metodológica e científica dos vulgarizadores e “escrevinhadores de historietas”, referindo-se àqueles que escreveram biografias sintonizadas com um “mercado condicionado às regras da sedução”, e, em 1990 faz declarações atenuantes a esta posição inicial quanto às biografias, afirmando sua prática no âmbito da Escola dos *Annales*, como uma problemática profundamente renovada: “a biografia histórica nova, sem reduzir as grandes personagens a uma explicação sociológica, esclarece-as pelas estruturas e estuda-as através de suas funções e seus papéis”⁷; Pierre Nora, que reforça a constatação da “renovação nos gêneros ensaiados de memória pessoal”⁸; Jean Orioux, que discorre sobre o ofício de artesanizar uma biografia⁹; Philippe Lejeune que, “desde os anos setenta, vem estabelecendo parâmetros teóricos para o discurso auto(biográfico)”¹⁰; Robert Paris, que nos adverte de que “as biografias não deixam de observar um certo número de critérios epistemológicos e formais de que não se poderá abrir mão”¹¹; Eric Hobsbawm, que demonstra que a vida de um homem pode se transformar na vida de um século¹², e argumenta no sentido de justificar a utilização das trajetórias pessoais como um recurso para a explicação de questões e/ou contextos genéricos.¹³

Com a mesma perspectiva contextualista, outros exemplos em defesa da biografia merecem ser citados: Christopher Hill destaca a importância da ação de seu biografado Oliver Cromwell para conhecer o contexto na qual ela se realizou, ao explicitar que não se trata

⁵DAVIS, Natalie Zemon. In: PALLARES-BURKE, Maria Lúcia. *As muitas faces da história: nove entrevistas*. São Paulo: UNESP, 2000. p. 96.

⁶DUBY, Georges. *Guilherme Marechal ou o melhor cavaleiro do mundo*. Trad. Renato Janine Ribeiro. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1987.

⁷LE GOFF, Jacques. *História e Memória*. São Paulo: Editora da Unicamp, 1990, p. 7/8.

⁸NORA, Pierre. In: NORA, Pierre et al. *Ensaio de Ego-História*. Rio de Janeiro: Edições 70, 1987, p.11.

⁹ORIEUX, Jean “A arte do biógrafo”. In: DUBY, George e outros. *História e nova história*. Lisboa: Teorema. 1986, p.41/2.

¹⁰CARDOSO, Marília Rothier & COCO, Pina. (Orgs.). *Palavra*. Revista do Departamento de Letras da PUC-Rio. Dossiê Temático: Perspectivas (auto)biográficas nos estudos de Literatura. Rio de Janeiro: Editora Trarepa. n. 10, 2003, p. 8.

¹¹PARIS, Robert. “Biografia e ‘perfil’ do Movimento Operário”. *Revista Brasileira da História*. (Biografia, biografias). São Paulo, ANPUH/Ed. Unijuí, n. 33, vol.17, 1997, p.11.

¹²HOBBSAWM, Eric. *Tempos interessantes: Uma vida no Século XX*. companhia das Letras, 2002.

¹³“[...] o acontecimento, o indivíduo, e mesmo a reconstrução de algum estado de espírito, o modo de pensar do passado, não são fins em si mesmos, mas constituem o meio de esclarecer alguma questão mais abrangente, que vai muito além da estória particular e seus personagens. HOBBSAWM, Eric. O ressurgimento da narrativa: alguns comentários. *Revista de História*. Trad. Denise Bottmann. Campinas: IFCH/UNICAMP, n. 2/3, p. 4, 1991. (Dossiê História-Narrativa).

apenas da biografia de um grande homem, portanto, propõe-se a “*incorporar os acontecimentos da época em que ele viveu e que se revelaram cruciais para o posterior desenvolvimento da Inglaterra e de seu império*”¹⁴; Peter Burke considera a biografia como “*um meio de entender a mentalidade de um grupo.*”¹⁵. Hilda Noemí Agostino apregoa em favor da construção da biografia histórica, por nos dar acesso as portas de entrada de outras pesquisas e a “*otras posibilidades de conocimiento, que nos aportan mas protagonistas y más colectivos sociales com la axiologia que los caracteriza y sus costumbres epocales.*”¹⁶ Peter Gay, por sua vez, focaliza a relação tensa entre a biografia e a história.¹⁷ Philippe Levillain defende-a como o melhor meio de: “*mostrar as ligações entre passado e presente, memória e projeto, indivíduo e sociedade, e de experimentar o tempo como prova da vida.*”¹⁸ A esta lista representativa de historiadores internacionais, acrescentam-se, ainda: Norbert Elias¹⁹, Ernst Gombrich²⁰, Arnaldo Momigliano²¹, Michel Vovelle²², Daniel Roche²³ e Daniel Medelénat²⁴, que realizaram estudos biográficos.

Na historiografia brasileira atual, destaco os nomes de Benito Bisso Schmidt, cuja produção intelectual tem refletido intensamente sobre a produção de biografias no âmbito da história. Este historiador tem se debruçado sobre os problemas e impasses do gênero biográfico no contexto do debate historiográfico contemporâneo, abarcando questões tais como: as relações entre indivíduos e sociedade, entre unidade e fragmentação do social, entre narração e explicação, entre público e privado, como também, tem debatido questões inovadoras que emergiram com esse gênero: a narração, a interdisciplinaridade, a memória, a

¹⁴HILL, Christopher. *O eleito de Deus: Oliver Cromwell e a revolução inglesa*. Trad. de Carlos Eugênio Marcondes. São Paulo: Companhia das Letras, 1988, p. 14.

¹⁵BURKE, Peter. *A Revolução Francesa na historiografia: a Escola dos Annales, 1929 – 1989*. Trad. de Nilo Odália. São Paulo: UNESP, 1991, p. 104.

¹⁶AGOSTINO, Hilda Noemí. Biografia e História. Debates. Cataluña, jul. 2002. Disponível em <http://www.h.debate.com/Spanish/debateesp/historiadores/barros.htm>. Acesso em: 27 abr. 2004.

¹⁷GAY, Peter. *Freud para historiadores*. 2. ed. Trad. de Osmyr Faria Gabbi Júnior. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989, p.124.

¹⁸LEVILLAIN, Phillipe. “Os protagonistas: da biografia”. In: RÉMOND, René. *Por uma História Política*. Trad. de Dora Rocha. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1996, p. 176.

¹⁹ELIAS, Norbert. *Mozart: sociologia de um gênio*. Trad. Sérgio Góes de Paula. Rio de Janeiro. Jorge Zahar, 1994.

²⁰GOMBRICH, Ernest. *Aby Warburg. An intellectual Biography*. Londres: University of London Press, 1977.

²¹MOMIGLIANO, A. *The Development of Greek Biography: Four Lectures*. Cambridge, MA: Harvard University Press, 1971.

²²VOVELLE, Michel. *L’ irrésistible ascension de Joseph Sec, bourgeois d’Aix ; survi de quelques clefs pour la lecture des « naifs »*. Aix-Provence: Edisud, 1975.

²³Publicou, na coleção “Archives Privées”, o diário do vidreiro Jacques-Louis Ménétra.

²⁴Ver : *La biographie*. Paris, 1984.

relação individual-social e sobre questões éticas.²⁵ A historiadora Francisca L. Nogueira de Azevedo situa a biografia, na atualidade, como “*um modelo de escrita da história nitidamente definida*”²⁶; Magda Ricci concebe-a como “*um estilo de narrativa*”²⁷; Margareth Rago defende sua composição como uma forma de salvar, “*as imagens e experiências do passado, ricas e significativas, ameaçadas pelo esquecimento*”.²⁸ Não se trata, apenas, de preservar uma tradição que se quer no presente, mas “*de torná-los conhecidas, para que componham ativamente o repertório das referências coletivas, para que produzam efeitos nos inúmeros campos da atividade humana.*”²⁹ Marly da Silva Motta defende o relato biográfico como uma fonte histórica importante para se entender o complexo processo de reconstrução do passado, onde se cruzam a memória coletiva e a memória individual³⁰; Regina Célia Lima Xavier lista algumas das interrogações que alimentam as discussões em torno da biografia como objeto de um novo interesse historiográfico: a recuperação do sujeito na história, a busca de se compreender a capacidade de arbítrio das pessoas comuns, o interesse pela história narrativa, a reflexão sobre o papel dos símbolos sociais, da subjetividade e da memória.³¹ Para Henrique Espada Lima, “*o estudo biográfico é um espaço privilegiado para discutir temas centrais da historiografia contemporânea*”.³² E contextualiza-a num movimento de larga extensão “*de renovação dos instrumentos conceituais e metodológicos da história, assim como o repensar de uma concepção do que é o homem e sua relação com a história*”.³³ Vavy Pacheco Borges corrobora a percepção do interesse atual pela biografia como proveniente da ampla renovação historiográfica vivida nas últimas décadas e agrupa seus motivos em dois eixos interligados: o primeiro “*diz respeito aos movimentos da sociedade, e um segundo que se refere à evolução*

²⁵SCHMIDT, Benito Bisso. “Biografia: um gênero de fronteira entre a história e a literatura”. In: *Narrar o passado, repensar a história*. RAGO, Margareth & GIMENES, Renato Aloizio de Oliveira. Campinas, SP: UNICAMP, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, p. 193-214, 2000. (Coleção Idéias 2); “Grafia da vida: reflexões sobre a narrativa biográfica”. *HISTÓRIA USININOS*, v. 8, n. 10, jul./dez., p. 131-142, 2004.

²⁶AZEVEDO, Francisca L. Nogueira de. Biografia e gênero. In: BARCELLOS, César et. Al. *Questões de teoria e metodologia da história*. Porto alegre: Editora universidade/UFRGS, 2000, p.133.

²⁷RICCI, Magda. “Como se faz um vulto na História do Brasil”. In: BARCELLOS, César et. Al. *Questões de teoria e metodologia da história*. Porto alegre: Ed. UFRGS, 2000, p.157.

²⁸RAGO, Margareth. *Entre a História e a Liberdade: Luce Fabbrri e o anarquismo contemporâneo*. São Paulo: Edunesp, 2001, p. 17.

²⁹Ibidem, p 18.

³⁰SILVA MOTTA, Marly da. “O Relato biográfico como fonte para a História”. In: *Vidya*. Santa Maria, v. 19, n. 34, julho/dezembro, 2000, p.122.

³¹XAVIER, Regina Célia Lima. “O desafio do trabalho biográfico”. In: BARCELLOS, César et. al. *Questões de teoria e metodologia da história*. Porto alegre: Editora universidade/UFRGS, 2000, p.161/2.

³²ESPADA LIMA, Henrique. Apud SCHMIDT, Benito Bisso. “O gênero biográfico no campo do conhecimento histórico: trajetória, tendências e impasses atuais e uma proposta de investigação”. In: *ANOS 90*. Revista do Programa de Pós-Graduação em História. UFRGS, Porto Alegre, n. 6, dez. 1996, p.166.

³³ESPADA LIMA, Henrique. Apud SCHMIDT, Benito Bisso. “A biografia histórica: o ‘retorno’ do gênero e a noção de ‘contexto’”. In: GUAZZELLI, C. A. B.; PETERSEN, S. R. F.; SCHMIDT, B. B. et al (Orgs.) *Questões de Teoria e Metodologia da história*. Porto alegre: Ed. da UFRGS, 2000, p. 123.

do conhecimento histórico, a partir das influências interdisciplinares”.³⁴ Alzira Alves de Abreu, com sua experiência de elaboração do *Dicionário Histórico-Biográfico brasileiro*³⁵, reflete sobre critérios de objetividade/subjetividade do historiador, o peso das conjunturas políticas ou acontecimentos sobre tais critérios e sobre a possibilidade de que estas venham a esclarecer valores culturais presentes na sociedade. Com intenções representativas, acrescento, ainda, os nomes de outro(a)s pesquisadore(a)s brasileiro(a)s que debruçaram-se e/ou debruçam-se por sobre as problemáticas históricas envoltas pelo fazer biográfico: Maria Odila da Silva Dias, Eduardo Silva, Lilia Moritz Schwarcz³⁶, Dênis de Moraes, Laura Maria de Mello e Souza, Nicolau Sevcenko, Modesto Florenzano, Maria Luiza Corassin, Yara Aun Khoury, Miriam Lifchitz Moreira Leite, José Murilo de Carvalho, Janaína Amado, Ronaldo Vainfas, Ângela de Castro Gomes, Lucília de Almeida Neves, Júnia Ferreira Furtado, Marieta de Moraes Ferreira, Verena Alberti, Lucia Hippolito, Aspásia Camargo, Sérgio Miceli, Ana Maria Camargo, Lygia Segala, Tania Maria Bessone da Cruz Ferreira, Alberto da Costa e Silva, Boris Fausto, Isabel Lustosa, Evaldo Cabral de Mello, entre outros.

A exposição de citações dos testemunhos-historiadores presta-se, diria eu, à recorrência a um “forum profissional” que, ao reconhecer as biografias históricas como uma legítima forma historiográfica, um bem cultural permanente, confirma e prepara o caminho para a discussão de suas diversas e controversas interpretações. Segundo Peter Burke, o termo *biographia - grafia da vida* - foi cunhado na Grécia no fim do período antigo. Desde então, a biografia é definida como a *narração* da vida de um *indivíduo*.³⁷ Leonor Arfuch³⁸ define-a como um horizonte de inteligibilidade, onde é possível articular diversos gêneros e formas, dos mais canônicos às múltiplas variações contemporâneas, e, ao discorrer sobre a multiplicidade das formas que integram o espaço biográfico, ressalta o traço comum existente entre elas:

³⁴BORGES, Vavy Pacheco. “Desafios da memória e da biografia: Gabrielle Brune-Sieler, uma vida (1874-1940)”. In: BRESCIANI, S. & NAXARA, M. (Orgs.). *Memória e (res)sentimentos: indagações sobre uma questão sensível*. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 2001, p. 288.

³⁵A primeira edição contempla os anos 1930-1983, cuja coordenação geral esteve sob o encargo de Israel Beloch. Já a segunda edição, contempla os anos de 1996-2000 e a coordenação foi da responsabilidade de Alzira Alves de Abreu.

³⁶Junto com o jornalista Elio Gaspari, editora a Coleção Perfis Brasileiros, que lançou, em maio de 2006, quatro títulos biográficos: *Castro Alves*, de autoria de Alberto da Costa e Silva; *Getúlio Vargas*, de autoria de Boris Fausto; *Nassau*, de autoria de Evaldo Cabral de Mello; *D. Pedro I*, de autoria de Isabel Lustosa.

³⁷LUFT, Celso Pedro. Apud SCHMIDT, Benito Bisso. “Biografia: um gênero de fronteira entre a história e a literatura”. In: RAGO, Margareth & GIMENES, Renato Aloizio de Oliveira. *Narrar o passado, repensar a história*. Campinas, SP: UNICAMP, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, 2000, p. 193.

³⁸Doutora em Letras pela Universidade de Buenos Aires.

[...] *cuentan*, de distintas maneras, una historia o experiencia de vida. Se inscriben así, más allá del género em cuestión, en una de las grandes divisiones del discurso, la narrativa, y están sujetas por lo tanto a ciertos procedimientos compositivos, entre ellos, y prioritariamente, los que remiten al eje de la temporalidad.³⁹

Também para o historiador François Furet, narrar ou contar uma história é dizer “*aquilo que aconteceu*”, “*restituir o caos dos acontecimentos que constituem o tecido de uma vida*”, cujo modelo é a narrativa biográfica.⁴⁰ Paul Ricoeur diz-nos que a apreensão da identidade de um indivíduo ou de uma comunidade passa pela questão do autor de uma ação: quem? E a resposta só pode ser narrativa, nos termos dito por Hannah Arendt: contando a história de uma vida. “*A história narrada diz o quem da ação.*”⁴¹ Jacques Le Goff afirma, veementemente o seguinte postulado: “*a biografia histórica deve se fazer, ao menos em um certo grau, relato, narração de uma vida, ela se articula em torno de certos acontecimentos individuais e coletivos – uma biografia não ‘événementielle’ não tem sentido [...]*”.⁴² Esta experiência temporal que pede para ser contada, por suas categorias constitutivas, a temporalidade e a linguagem, caracteriza-se como um gênero híbrido, um gênero de fronteira entre a história e a literatura e revela-se, de maneira especial, segundo Giovanni Levi, “*o canal privilegiado através do qual os questionamentos e as técnicas peculiares da literatura se transmitem à historiografia*”.⁴³ Todavia, adverte-nos que a “*infinidade de modelos e esquemas biográficos que influenciaram amplamente os historiadores*”⁴⁴ se dão, em geral, de forma “*mais indireta que direta, suscitando problemas e questões*”.⁴⁵ Para Benito Bisso Schimidt, estas influências da literatura sobre o historiador, no que diz respeito aos recursos argumentativos da narrativa biográfica, ocorrem “de forma inconsciente”, porque “via de

³⁹ ARFUCH, Lenor. “La vida como narración”. CARDOSO, Marília Rothier & COCO, Pina. (Orgs.). *Palavra. Revista do Departamento de Letras da PUC-Rio*. Rio de Janeiro: Editora Trarepa. n. 10, 2003, p. 45.

⁴⁰ FURET, François. “Da história-narrativa à história-problema”. In: *A oficina da história*. Lisboa: Gradiva. 1975, p. 81.

⁴¹ RICOEUR, Paul. *Tempo e Narrativa*. Trad. de Roberto Leal Ferreira. Campinas, SP: Papyrus, 1997, p. 424.

⁴² LE GOFF, Jacques. Apud SCHIMIDT, Benito Bisso. “Construindo biografias... historiadores e jornalistas: aproximações e afastamentos”. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, n. 19, 1997, p. 4.

⁴³ LEVI, Giovanni. Usos da biografia. In: FERREIRA, M. M. & AMADO, J. *Usos e abusos da História Oral*. 3. ed. Rio de Janeiro: Ed. da FGV, 2000, p. 168.

⁴⁴ Idem.

⁴⁵ Idem.

regra”, os historiadores buscam apenas uma inspiração estética, despreocupando-se das “*variadas e refinadas possibilidades cognitivas*”⁴⁶ que a literatura possa oferecer.

A relação, historicamente constituída, entre a história e a literatura no gênero biográfico, tem a sua presença - em que pesem as “inconsciências”, as indiferenças, as aproximações e rupturas - registrada por todo o percurso cronológico da história do pensamento ocidental. A produção das biografias históricas perpassa por todos os períodos da história humana: Antiguidade, Idade Média, Renascimento, Iluminismo, Idade Moderna e Pós-Moderna. Mas, a partir do século XIX, a história narrativa e biográfica passa a ser repudiada e “*ostensivamente patrulhada até alguns anos atrás*”.⁴⁷ Somente a partir da década de 70 do século XX, em decorrência da mudança paradigmática no campo da filosofia, conhecida como “giro lingüístico”⁴⁸, é que ocorre na historiografia um fenômeno chamado de “o retorno da narrativa”, que foi proclamado pelo ensaio escrito por Lawrence Stone: “*The Revival of Narrative: Reflections on a New Old History*”⁴⁹, que, por sua vez, desencadeou um intenso e controverso debate sobre a narração em história. Antecipadamente, explicito que a expressão “retorno da narrativa”, no âmbito do presente estudo, não está aprisionada a um debate, *a priori*, caduco e incongruente, como apontado por Roger Chartier, ao questionar como poderia haver retorno, quando nunca houve nem partida e nem abandono, mas remete a uma dinâmica de revitalização que traz, em seu bojo, uma discussão desse intrínseco caráter narrativo, de suas abordagens, confrontos, seus limites, reconhecimento das potencialidades cognitivas e sua rede de relações interdisciplinares. Associado ao suposto fenômeno chamado “retorno da narrativa”, encontra-se outro fenômeno que lhe é correlato, a chamada “volta da biografia”. Philippe Levillain questiona se esse “suposto” problema “*não seria o sinal de uma mutação da historiografia, em função de uma evolução, da qual a biografia é o testemunho*

⁴⁶SCHMIDT, Benito Bisso. “Gráfia da vida: reflexões sobre a narrativa biográfica”. *HISTÓRIA USININOS*, v. 8, n. 10, jul./dez., 2004, p. 133.

⁴⁷SCHMIDT, Benito Bisso. In: RAGO, Margareth & GIMENES, Renato Aloizio de Oliveira. Campinas, SP: UNICAMP, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, 2000, p.196.

⁴⁸A expressão “giro lingüístico” (*linguistic turn*) nomeia um novo paradigma quanto ao modo de se fazer filosofia. Originalmente oriunda do campo da filosofia analítica inglesa, designa o predomínio da linguagem sobre o pensamento como um dos objetos da investigação filosófica. Expandiu-se geograficamente e difundiu-se vigorosamente por outras áreas de estudo, como a lingüística e a história. A expressão já estava em uso quando, em 1966, o norte-americano Richard Rorty reuniu em um volume textos importantes a respeito da “filosofia lingüística”, com o título de *The linguistic turn*. A partir daí a expressão ganhou popularidade. Ver: Paulo Ghiraldelli Jr - www.ghiraldelli.pro.br Acesso em 11 out. 2005.

⁴⁹*Past and Presente*, n. 85, nov. 1979, p. 3-24. Publicado no Brasil com o título de “O ressurgimento da narrativa: reflexões sobre uma nova velha história”. In: *Revista de História*. Dossiê: História – Narrativa, Campinas: IFCH/UNICAMP, 1991, p. 13-37.

mudo e significativo, das relações entre a História e as outras ciências?”⁵⁰ Entre as quais, a teoria literária, a antropologia, a filosofia e a psicanálise.

A biografia tem sido produzida pelas mais diversas correntes historiográficas: Positivista, Marxista, *Annales*, Nova História, *English Social History*, a Nova História Cultural norte-americana, a Historiografia Alemã recente, a Psico-história e a Micro-história. Dentre estas modalidades, optei por particularizar a abordagem daquela considerada uma das mais importantes inovações no mundo historiográfico contemporâneo: a Micro-História.⁵¹ A escolha foi motivada, basicamente, pelos seguintes fatores: o primeiro deles diz respeito à necessidade de discutir as recorrentes declarações contraditórias relativas à definição de um *status* historiográfico de “corrente” para a micro-história, defendida pelo presente estudo. Veja-se, como exemplo, a observação do historiador francês Jacques Revel, ao afirmar que ela gerou “*da hostilidade ao silêncio*”, na Itália e alhures; a da historiadora brasileira Sandra Jatahy Pesavento, que comenta ser ela pouco conhecida entre nós: “*Dela se fala, talvez até um pouco de forma abusiva e indiscriminada, mas pouco se leu da produção de seus autores, e menos ainda se tem refletido sobre os seus pressupostos.*”⁵² Lacuna que veio a ser significativamente atenuada, ao receber valiosa contribuição com o lançamento, neste ano, da obra do historiador Henrique Espada Lima, intitulada *A micro-história italiana: escalas, indícios, singularidades*, 2006. Sobre ela, o historiador Carlo Ginzburg declarou: “*Uma informação tão minuciosa e informada sobre o tema não existe, nem em italiano, nem em outras línguas.*”⁵³ Neste estudo, observa-se o reforço das constatações quanto à imprescindibilidade de discuti-la:

Os objetivos deste trabalho se inserem justamente no quadro de balanço e de interrogação sobre o alcance e os sentidos desse extenso e diversificado debate, ainda em andamento. Minha escolha inicial consistiu, entretanto, em analisá-lo a partir de um ponto de vista mais circunscrito. Para isso, decidi interrogar a produção histórica nas últimas décadas a partir da análise

⁵⁰LEVILLAIN, Philippe. op. cit. p. 145.

⁵¹CHARTIER, Roger. *Cultura escrita, Literatura e História: conversas de Roger Chartier com Carlos Aguirre Anaya et al.* ARTMED Editora, 2001. p. 167.

⁵²PESAVENTO, Sandra Jatahy. PESAVENTO, Sandra J. “Esta história que chamam micro”. In: BARCELLOS, César et. Al. *Questões de teoria e metodologia da história*. Porto alegre: Editora universidade/UFRGS, 2000, p. 210.

⁵³GINBURG, Carlo. Prefácio. In: ESPADA LIMA, Henrique. *A micro-história italiana: escalas, indícios e singularidades*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006, p. 9.

detalhada de uma de suas versões mais controversas e, lamentavelmente, menos conhecidas pelo leitor brasileiro: a *microstoria italiana*.⁵⁴

A gênese desta corrente historiográfica ocorreu na Itália, durante a década de 1970.⁵⁵ Segundo Carlo Ginzburg, a emergência da micro-história pode ser explicada por motivos, quer “*inerentes à disciplina quer por motivos extra-historiográficos*”. Os motivos extra-historiográficos, citados pelo historiador, remetem-nos aos fenômenos envolvidos na conjuntura histórica de 1968, marco factual de uma nova configuração/periodização mundial conhecida como pós-modernidade. E os motivos intra-historiográficos remetem a uma espécie de movimento que contrapõe “*as dúvidas de índole radical dos últimos anos 70, aos optimismos (reformistas ou revolucionários) dos anos 50 e 60.*”⁵⁶ A partir dos anos de 1990, torna-se um dos focos importantes do debate epistemológico na historiografia europeia e, simultaneamente, expande a internacionalização de sua prática. Mas a polêmica em que ainda está envolta a micro-história e que chega a ser paradoxal, foi bem expressa através da problematização que nos coloca o historiador Justo Serna e o historiador Anaclet Pons, quando apontam, no trecho abaixo citado, a sincronicidade de dois fenômenos: a difusão e a extinção da micro-história:

Tantos avatares han sucedido, tantas cosas han cambiado en la década de los noventa, que cuando a los microhistoriadores se les ha pedido hacer balance de lo que ha sido o es esa forma de hacer historia (1994), esos mismos autores parecen hacer el duelo por una corriente que si en efecto llegó a existir ahora estaría ya difunta. Si es esto cierto, si el diagnóstico es correcto, estaríamos ante una paradoja evidente: cuando el éxito internacional de la microhistoria se ha hecho más evidente, cuando su prestigio crece, cuando se multiplican las celebraciones, las referencias, los estudios críticos, los congresos y las evaluaciones - es decir, en los años

⁵⁴ESPADA LIMA, Henrique. 2006, p. 14.

⁵⁵Giovanni Levi não considera a micro-história como uma escola historiográfica: “*la micro historia es un movimiento, una sugestión, no una propuesta académica similar por ejemplo a los Annales. Debo confesar que los resultados de la micro historia son mayores de lo que yo creí en un principio*”. Entrevista concedida a Juan Jose Marín, durante o evento intitulado « Encuentros por la Historia », Heredia, Costa Rica, 23-28 de agosto de 1999.

⁵⁶GINZBURG, Carlo. *A micro-história e outros ensaios*. Tradução de António Narino. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 199, p. 172.

noventa -, es precisamente cuando podemos dar por concluida esa experiencia colectiva, esa iniciativa común?⁵⁷

Como se pode observar, o canteiro da Micro-História apresenta-nos terrenos problemáticos, desafios instigantes para serem pesquisados e trabalhados no âmbito do campo da História Sociocultural, sobretudo, na renovação dos postulados epistemológicos da pesquisa historiográfica e da biográfica.

Daí decorre o segundo fator que motivou sua escolha como objeto de estudo desta pesquisa: o seu procedimento metodológico de redução da escala de análise, do qual resulta uma consequência política importante: a investigação em torno da *praxis* individual na história: “*Não é um objetivo de pouca importância estender às classes mais baixas o conceito histórico de ‘indivíduo’.*”⁵⁸ E ao mesmo tempo, a qualidade de inseri-la numa reflexão mais ampla, que não perde de vista o conjunto social, a experiência coletiva. Tal orientação política provoca a história com o interesse de deslocar a condição de marginalidade historiográfica em que estiveram proscritos os segmentos sociais populares. Segundo Henrique Espada Lima, a redução da escala de análise ao nível da vivência individual de figuras anônimas é um pretexto para “*biografias que têm como problemas, frequentemente, aspectos que transcendem largamente os horizontes individuais de seus personagens.*”⁵⁹ Dessas inflexões, decorre a observância de que a inquirição micro-histórica “*remete diretamente à biografia, e vice-versa.*”⁶⁰

Muito embora a micro-história seja constituída por uma trajetória sinuosa e eclética, comportando paradoxos e ambigüidades, sobressai-se, não apenas por se configurar numa inovadora experiência de pesquisa histórico-biográfica, sobretudo, por apresentar-se como “*um gênero específico de narrativa*”⁶¹, característica predominante que tem, no âmbito deste estudo, um interesse particular, e representa o terceiro fator motivador da escolha da corrente

⁵⁷SERNA, Justo.; PONS, Anacleto. “Formas de hacer microhistoria”. *Ágora*. Revista de Ciencias Sociales, num. 7, 2002. Disponible em <http://www.uv.es/jserna/>. Acesso: em 29.12.2005.

⁵⁸GINZBURG, Carlo. *O queijo e os Vermes: o cotidiano e as idéias de um moleiro perseguido pela inquisição*. Trad. Betânia Amoroso. São Paulo: Companhia das Letras, 1987, p. 26.

⁵⁹ESPADA LIMA, Henrique. “Biografia e Micro-história: o Uso da Biografia na Historiografia Italiana Contemporânea”. *Caderno do Centro de Filosofia e Ciências Humanas*. UFPA. vol. 12, n. 1/2, jan/dez 1993, p. 3.

⁶⁰Ibidem, p. 3.

⁶¹LEVI, Giovanni. “Sobre a micro-história”. In: BURKE, Peter (Org.). *A escrita da história: novas perspectivas*. São Paulo: UNESP, 1992, p. 133.

micro-história, e, dentre eles, de uma relevância prioritária: trata-se de lhe ser atribuída uma dominância na produção biográfica na atualidade, em sua maioria, oriunda da produção historiográfica⁶² de uma parte dos colaboradores da revista *Quaderni Storici* (1966) e da coleção *Microstorie* (1981)⁶³, ou, produzida por historiadores que com elas mantiveram ligações:

[...] os estudos biográficos têm um papel importante na “microstoria” desde os seus primeiros delineamentos em torno da década de 80 – paralelamente portanto a um interesse mais generalizado pela biografia, por exemplo, no contexto francês – que esta ligação se manifestará mais intensamente, seja através da publicação de biografias feitas por historiadores da “microstoria”, seja pelos textos em revistas ou em colóquios sobre a biografia, interrogando-a tanto teórica quanto metodologicamente [...].⁶⁴

Decerto que, dentre a diversidade de suas temáticas: comunidades, estudos de caso, microconflitualidades locais, clientelismos, mediadores, “idiomas políticos”, estudos de história oral e biografias, estas últimas evidenciam-se como um de seus temas preferenciais.⁶⁵ Jacques Revel atribui essa preferência ao seu “*papel de uma experiência limite*” que possibilita uma inovação frente aos modelos narrativos-analíticos clássicos e “às convenções estabelecidas do gênero”.⁶⁶ As narrativas biográficas classificadas como micro-históricas são várias e de diferentes feitios. As mais difundidas no mundo historiográfico ocidental são: *O Queijo e os Vermes: o cotidiano e as idéias de um moleiro perseguido pela Inquisição*, 1976, e *Indagações sobre Piero: o batismo, o ciclo de Arezzo, a flagelação*, 1981, de Carlo Ginzburg; *O retorno de Martin Guerre*, 1982, de Natalie Zemon Davis; *A herança imaterial: trajetória de um exorcista no Piemonte do século XVII*, de Giovanni Levi, 1985; *Nas margens: três*

⁶²Ver listagem no item 2 do Cap. IV, p. 192/3.

⁶³ESPADA LIMA, Henrique. ESPADA LIMA, Henrique. “Biografia e Micro-história: o uso da Biografia na Historiografia Italiana Contemporânea”. *Caderno do Centro de Filosofia e Ciências Humanas*. UFPA. Vol. 12, n. 1/2, jan/dez 1993, p. 2.

⁶⁴Idem.

⁶⁵VAINFAS, Ronaldo. *Os protagonistas anônimos da História: micro-história*. Rio de Janeiro: Campus, 2002, p. 136.

⁶⁶REVEL, Jacques. (Org.). *Jogos de escala: a experiência da micro-análise*. Trad. de Dora Rocha. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1998, p. 37.

mulheres do século XVI, 1997, de Natalie Zemon Davis, entre outras.⁶⁷ No Brasil, as produções biográficas micro-históricas divulgadas editorialmente são as seguintes: *O diabo e a terra de Santa Cruz*, 1986, de Laura de Mello e Souza; *Um herege vai ao paraíso: cosmologia de um ex-colono condenado pela Inquisição*, 1997, Plínio Gomes; *Rosa Egípcia: uma santa negra no Brasil Colonial*, 1992, Luiz Mott; *D. Oba II D'África, o Príncipe do Povo: vida, tempo e pensamento de um homem livre de cor*, 1997, de Eduardo Silva.

Essa sua especificidade narrativa faz dela um nicho fértil para a discussão das relações entre as narrações em geral e as narrações historiográficas, pois que, segundo o historiador Carlo Ginzburg, a historiografia prescinde de uma análise desta natureza.⁶⁸ Aliás, é num tom irônico que comenta o fato de os historiadores não se mostrarem interessados em explorar as implicações teóricas e metodológicas de seus trabalhos, disso decorrendo o fato das discussões conceituais sobre, por exemplo: causalidade, narrações, etc. serem “*um pouco decepcionantes*”.⁶⁹ Apesar da constatação de Carlo Ginzburg, observa-se, desde a década de 70, por parte dos historiadores, uma intensificação das reflexões epistemológicas no campo do conhecimento histórico, inclusive, com um caráter de inovação paradigmática no tocante à escrita da história. Procedente deste movimento de inovação historiográfica, a noção de narrativa se converte num objeto específico do conhecimento histórico e, em particular, da micro-história. É o que afirma o historiador italiano Giovanni Levi:

La micro historia ha hecho muchísimas cosas con la narración. Los historiadores deben utilizar una nueva forma de escribir y comunicar. De momento, hace uso de su autoridad, indicando que la historia ha sido esto y aquello o diciendo yo opino que esto ha sido así. En este sentido, los historiadores nunca muestran los límites de sus construcciones, no muestran la cocina sólo el pan. Es decir muestra el producto y no los ingredientes. Los esfuerzos que se han hecho con la micro historia son de

⁶⁷ *Southern Honor*, 1982, de Wyatt Brown; *Il santo levriero: Guinefort guaritore di bambini*, de Jean-Claude Schmidt, 1982; *Galileu eretico*, de Pietro Redondi, 1983; *L'armonia e i conflitti. La chiesa di San Francesco della Vigna nella Venezia del'500*, de Antonio Foscarini e manfredo Taruffi, 1983; *Atos impuros: a vida de uma freira lésbica na Itália da Renascença*, 1984, de Judith Brown; *Biografia di una città. Storia e racconto: terni 1830 – 1985*, de Alessandro Portelli, 1986; *Logiques de la foule. L'affaire des enlèvements d'enfants*, 1988, de Jacques Revel e Arlette Frage; *Soldati: l'istituzione militare nel Piemonte del Settecento*, de Sabina Loriga, 1992.

⁶⁸ GINZBURG, Carlo; CASTELNUEVO, Enrico; PONI, Carlo. “Provas e possibilidades à margem de ‘Il ritorno de Martin Guerre’” de Natalie Zemon Davis. In: *A micro-história e outros ensaios*. Trad. de António Narino. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989, p.187/8.

⁶⁹ *Ibidem*, p. 215.

*buscar una nueva manera de comunicarse con el lector, de darle los elementos de producir e introducir conclusiones diferentes. Yo creo que lo perentorio, por así decirlo, es demostrarle al lector cómo se hace el pan.*⁷⁰

Tendo-se por parâmetro que a biografia é o gênero privilegiado para a experimentação heurística da narrativa micro-histórica, intenciono, ao desvelar a artesanía de uma biografia micro-histórica, enquanto um tipo específico de narrativa, fértil em virtualidades cognitivas, demonstrar que ela é um *locus* apropriado onde recursos literários se transmitem à historiografia. Dentre as biografias produzidas no campo da micro-história, foi selecionada, como fonte deste estudo, a obra intitulada *O Queijo e os Vermes: o cotidiano e as idéias de um moleiro perseguido pela Inquisição, 1976*, devido a sua inusitada influência nas mudanças de rumo da historiografia, a partir dos anos de 1970, visto que reflexões sobre a escrita da história, a relação entre história e literatura, ficção e verdade, o ofício do historiador, lhe serem ontológicas. Trata-se da biografia do moleiro Domenico Scandella, um “*moleiro dos domínios de Veneza, no norte da Itália*”⁷¹, que foi perseguido e queimado pela Inquisição, por ordem do Santo Ofício, no final do século XVI. Seu autor é o historiador italiano Carlo Ginzburg, notabilizado por ter produzido, com esta obra, uma ruptura com o relato clássico e descortinado novas possibilidades para a pesquisa e para uma maneira inovadora de pensar e escrever a história. A percepção da conversão de uma monografia histórica numa obra literária estava já anunciada nas instruções do editor Giulio Einaudi⁷², que acompanharam a edição original de 1976, ao reconhecer que esta obra engendra outras obras.⁷³

Frente a este seu *status* emblemático e, simultaneamente, inexplorado, tenho como pressuposto que, na escrita da narrativa micro-biográfica de *O Queijo e os Vermes: o cotidiano e as idéias de um moleiro perseguido pela Inquisição, 1976*, os procedimentos da investigação micro-analíticos e procedimentos intrinsecamente narrativos entrelaçam-se,

⁷⁰LEVI, Giovanni. Entrevista concedida a Juan José Marin. Publicada originalmente na *Revista de Historia*, EUNA-EUCR. Heredia: Costa Rica, n. 41, 2000, p. 131-148.

⁷¹RIBEIRO, Renato Janine. Posfácio. In: GINZBURG, Carlo. *O queijo e os Vermes: o cotidiano e as idéias de um moleiro perseguido pela inquisição*. Trad. Betânia Amoroso. São Paulo: Companhia das Letras, 1987, p. 235.

⁷²Editora italiana. Están relacionados con el ambiente de la Italia de la postguerra, siendo la editorial el baluarte cultural de la izquierda resistente frente al fascismo, editorial producto de la colaboración de Leone y Natalia Ginzburg - padres de Carlo, de Cesare Pavese e Italo Calvino además del mencionado Giulio Einaudi. SERNA, Justo; PONS, Anaclét. “Formas de hacer microhistoria”. *Ágora*. Revista de Ciencias Sociais, num. 7, 2002. Disponible em <http://www.uv.es/jserna/>. Acesso: em 29.12.2005.

⁷³Idem.

criando um *Estilo* historiográfico⁷⁴ muito bem sucedido, que levou o seu autor a atingir o propósito "de escrever tanto para profissionais quanto para um público mais amplo".⁷⁵ Peter Gay defende que as escolhas lingüísticas ou expressivas do historiador são ditadas pela finalidade de compor um estilo que é de um tipo especial, visto seus recursos narrativos estarem intrinsecamente ligados às evidências históricas, constituindo, inclusive, o "exato meio de transmiti-la"⁷⁶. Esse *Estilo* historiográfico, obtido através do manuseio dos saberes: o histórico e o literário, remetem-me para o resgate de uma tradição historiográfica "enraizada na arte (e no prazer) de contar."⁷⁷ E *O queijo e os vermes* é emblemático na execução desse resgate:

*El trabajo de la investigación erudita (identificar, por ejemplo, los libros leídos por Menocchio) se mezcló muy pronto con dilemas de índole literaria. Desde que empecé a aprender este oficio comprendí (en parte porque mi madre era escritora) que escribir historia quería decir también contar historias.*⁷⁸

Tradição esta, que reconhece o estatuto narrativo da historiografia, tão "rejeitada por muitos, sem razão".⁷⁹ Tal "rejeição" provocou, nos últimos anos, uma intensa e vivíssima discussão sobre a narrativa historiográfica, que, costumeiramente, tem sido chamada de "a questão narrativa", uma polêmica que vem envolvendo filósofos, metodólogos, críticos literários e historiadores. Segundo Carlo Ginzburg, uma "absoluta falta de diálogo entre uns e outros não permitiu, até agora, chegar a resultados satisfatórios"⁸⁰, visto que, enquanto:

⁷⁴O estilo comportando duas acepções: o estritamente literário compreendendo o manejo das frases, de figuras retóricas, ritmo de narração, etc. e, o estilo profissional: hábitos de pesquisa e de apresentar provas, postulados, afinidades intelectuais. GAY, Peter. *O estilo na história: Gibbon, Ranke, Macaulay, Burckhardt*. Trad. de Denise Bottmann. São Paulo: Companhia das Letras, 1990, p. 21-23.

⁷⁵Ver: *Revista Estudos Históricos*, vol. 3, n. 6, 1990, p. 254-263.

⁷⁶GAY, Peter. op. cit. p.195.

⁷⁷GAGNEBIN, Jeanne Marie. In: Prefácio BENJAMIN, Walter. *Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura*. Trad. de Sérgio Paulo Rouanet. 7. ed. São Paulo: Brasiliense, 1994, p.13.

⁷⁸GINZBURG, C. Apud SERNA, Justo; PONS, Analet. "Formas de hacer microhistoria". *Ágora*. Revista de Ciencias Sociales, num. 7, 2002. Disponible em <http://www.uv.es/jserna/>. Acesso: em 29.12.2005.

⁷⁹GINZBURG, Carlo; CASTELNUEVO, Enrico; PONI, Carlo. *A micro-história e outros ensaios*. Trad. de Antônio Narino. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989, p. 184.

⁸⁰Ibidem, p.187.

Os filósofos têm analisado proposições historiográficas soltas, geralmente separadas do contexto, ignorando o trabalho preparatório de investigação que as tornara possíveis. Os historiadores têm-se perguntado se houve nos últimos anos um regresso à historiografia narrativa, descurando as implicações cognitivas dos vários tipos de narração.⁸¹

Em 1998, François Hartog adverte-nos: “foi de um filósofo que veio a reflexão maior sobre a questão da narrativa (em sua relação com a história)”.⁸² Este filósofo é Paul Ricoeur que, na obra *Tempo e Narrativa*, faz a seguinte consideração: “não poderia haver história sem elo, tênue que seja com a narrativa”.⁸³ Também o historiador François Dosse destaca o papel de Paul Ricoeur para o campo da epistemologia histórica, sobretudo, o papel provocador exercido pela publicação da trilogia *Temps et récit*, entre 1983 e 1985: “não podia deixar indiferente por muito tempo toda uma comunidade de historiadores”.⁸⁴ Roger Chartier considera-a como a mais importante publicação sobre história nos últimos dez anos.⁸⁵ Acrescento, ainda, a observação que faz o teólogo e historiador Vicente Balaguer sobre o reconhecimento, embora tardio, entre alguns teóricos, da relevância da obra de Paul Ricoeur, ao considerá-la como: “la síntesis más importante entre teoría histórica y literaria del siglo”.⁸⁶ A vitalidade das suas orientações e reflexões quanto à questão do estatuto narrativo da historiografia⁸⁷ e no que se refere às escolhas de problemáticas pertinentes, através das quais ele mesmo abordou a tópica da história e da narrativa, é reconhecida pela comunidade de historiadores⁸⁸ legitimando, assim, a sua escolha de seus percursos reflexivos. Em primeiro lugar, para nortear a discussão sobre a questão narrativa e melhor apreender os seus campos de combate: o da história contemporânea que renuncia à narrativa, sem colocá-la em questão;

⁸¹Em 1984, na ocasião da escrita do prefácio da tradução italiana da obra *O retorno de Martin Guerre*, de Natalie Zemon Davis, o historiador Carlo Ginzburg em nota de pé de página, informa: “Da ambiciosa obra de Paul Ricoeur, *Temps et récit*, saiu por enquanto apenas o primeiro volume (Paris, 1983).” Ver: GINZBURG, Carlo. op. cit. p. 187-8.

⁸²HARTOG, François. In: BOUTIER, Jean & JULIA, Dominique. *Passados recompostos: campos e canteiros da história*. Trad. de Marcella Mortara e Anamaria Skinner. Rio de Janeiro: Editora UFRJ; Editora FGV, 1998, p. 194.

⁸³Ibidem.

⁸⁴DOSSE, François. *A história à prova do tempo: da história em migalhas ao resgate do sentido*. Trad. De Ivone Castilho Benedetti. São Paulo: Editora UNESP, 2001, p. 72.

⁸⁵CHARTIER, Roger. (1988). Apud DOSSE, François. op. cit. p. 74.

⁸⁶BALAGUER, Vicente. “Paul Ricoeur, Prêmio Internacional Pablo VI de 2003. Una Teoría de La Historia”. In: *Anuário de Historia de la Iglesia*, Año/vol. XIII. Universidad de Navarra. Pamplona, Espana, 2004, p. 272.

⁸⁷Embora haja posições críticas frente às posições de Paul Ricoeur no que toca as relações entre a história e a ficção, tidas como uma “solução de compromisso” marcada pela ambigüidade.

⁸⁸E, sem dúvida, é o seu valor de testemunho que explica que esta obra, após ter sido (como a do seu amigo E. Levinas) um tanto quanto desconhecida pelo mundo intelectual francês, mas que, desde a metade dos anos 1980, suscita um interesse particularmente vivo na França, e mais ainda no resto do mundo.

os daqueles que apregoam seu “retorno”, todavia, sem também colocá-la em questão e, enfim, os que, como Paul Ricoeur, corroboram a ligação entre a história e a narrativa:

A chave da crítica do conhecimento histórico, que tanta falta fez ao Kantismo, deve ser procurada do lado do fenômeno fundamental da *conexão interna*, ou do *encadeamento* mediante o qual a vida de outrem, em seu jorrar, deixa-se discernir e identificar. É porque a vida produz formas, exterioriza-se em configurações estáveis, que o conhecimento de outrem torna-se possível: sentimento, avaliação, regras de vontade tendem a depositar-se numa *aquisição estruturada*, oferecida à decifração de outrem. Os sistemas organizados que a cultura produz sob a forma de literatura constituem uma camada de segundo nível, construída sobre esse fenômeno primário da estrutura teleológica das produções da vida.⁸⁹

Nesse sentido, as contribuições de Paul Ricoeur para o campo da epistemologia histórica representam “*um novo momento de operação historiográfica: sua entrada na idade interpretativa*”.⁹⁰ E, a explicação/compreensão da questão do estatuto narrativo da historiografia, que nos interessa em particular, é definida na perspectiva ricoeuriana como “*a teoria das operações da compreensão em sua relação com a interpretação de textos*”.⁹¹ Esta função interpretativa é atribuída à hermenêutica, capaz de “*reconstruir o conjunto das operações pelas quais uma obra eleva-se do fundo opaco do viver, do agir e do sofrer, para ser dada, por um ator, a um leitor que a recebe e assim muda o seu agir*”.⁹² Portanto, sua modalização hermenêutica vai constituir-se no método principal para a interpretação da obra/fonte desse estudo: *O Queijo e os Vermes*: o cotidiano e as idéias de um moleiro perseguido pela Inquisição. A historiadora Verena Alberti ressalta a grande importância da

⁸⁹RICOEUR, Paul. *Interpretação e Ideologias*. Trad. de Hilton Japiassu. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1990, p. 25.

⁹⁰No ensaio intitulado “Paul Ricoeur revoluciona a história”, François Dosse condensa a relevância de Paul Ricoeur para o campo da epistemologia histórica. Ver: *A história à prova do tempo*: da história em migalhas ao resgate do sentido. Trad. de Ivone Castilho Benedetti. São Paulo: Editora UNESP, 2001, p. 71-100.

⁹¹RICOEUR, Paul. op. cit. p. 17.

⁹²RICOEUR, Paul. *Tempo e Narrativa*. Trad. de Constança Marcondes César. Campinas: Papyrus, 1994, tomo I, p.86.

hermenêutica no campo das ciências humanas e, em especial, sua relação com a história.⁹³ A citação a seguir, do historiador e filósofo Reinhart Koselleck⁹⁴, corrobora a pertinência dessa relação:

Que seja admitido desde o início que a *Historie*, como ciência da *Geschichte*⁹⁵ e arte de sua apresentação ou narrativa, é parte do cosmo hermenêutico que Gadamer desenvolveu. Ouvindo e falando e mediado por textos, o historiador se movimenta sobre a mesma plataforma sobre a qual se movimentam as outras figuras paradigmáticas da hermenêutica de Gadamer: o teólogo, o jurista e o exegeta da poesia.⁹⁶

Mas adverte-nos, ao contrário do jurista, do teólogo e do filósofo, para os quais a matéria dos textos permanece subordinada à atualização lingüística; o historiador: “faz uso de textos principalmente para chegar a uma realidade que está fora deles. Mais do que outro exegeta, ele tematiza a matéria externa ao texto, ainda que só consiga constituir sua realidade com meios lingüísticos.”⁹⁷ Os textos analisados pelo historiador, na medida em que, através de perguntas, se transformam em fontes, remetem sempre à história (*Geschichte*) que se quer conhecer. E escrever uma história sobre um período significa encontrar asserções que nunca puderam ser feitas naquele período. Desse modo, se a *Historik*⁹⁸ engloba as condições de possíveis histórias, ela remete a processos de longa duração que não estão contidos em nenhum texto enquanto tal, mas antes *provocam textos*. Ou seja, faz surgir e desenvolver histórias, isto é, faz emergirem sentidos. A existência humana é histórica, atrelada à compreensão de um mundo simultaneamente apreendido e constituído por múltiplas formações discursivas. A hermenêutica é o “ensinamento da inserção existencial naquilo que

⁹³ ALBERTI, Verena. “A existência na história: revelações e risco da hermenêutica”. *Revista Estudos Históricos*, Rio de Janeiro: CPDOC, 1996, n. 17, p. 1 – 23.

⁹⁴ Palestra intitulada “História e hermenêutica”, proferida pelo historiador e filósofo Reinhart Koselleck, na Universidade de Heidelberg, em comemoração ao 85º aniversário de Hans-Georg Gadamer. KOSELLECK, Reinhart & GADAMER, Hans-Georg. *Hermeneutik und Historik*. Heidelberg, Carl Winter Universitätsverlag, 1987.

⁹⁵ Significa tanto a disciplina da história como também, os acontecimentos do passado.

⁹⁶ KOSELLECK, Reinhart. In: ALBERTI, Verena. op. cit. p. 15.

⁹⁷ ALBERTI, Verena. op. cit. p.18.

⁹⁸ A ciência teórica em contraposição à *Historie* empírica.

podemos chamar a história (Geschichte) tornada possível e mediada pela linguagem".⁹⁹ Isso, contudo, não basta para darmos conta das condições de emergência de possíveis histórias. A diferença está em que, enquanto a *Historik* diz respeito a contextos de ação, a formações de finitude em um terreno extralingüístico, a hermenêutica diz respeito a sua compreensão. Assim, a tarefa da *Historik* seria a de saber o que ela pode fazer para imprimir ao caos da *Geschichte* uma ordem racional. Portanto, lidando com a história, diz Alberti Verena, não podemos deixar de ser hermeneutas, isto é, de trabalhar simbolicamente o passado e de considerar o tempo fator determinante para as atividades de interpretação e compreensão. Há, na hermenêutica, como ciência da interpretação, reflexões que ajudam a melhor desincubir-nos de nossa atividade de intérpretes de resíduos do passado.

Do profícuo pensamento histórico-filosófico¹⁰⁰ de Paul Ricoeur, alço alguns pressupostos de sua tradição fenomenológica e hermenêutica crítica, recortando-o em fragmentos para os usos objetivados por esta pesquisa, ou seja, para a esquematização e operacionalização de um método que me permita realizar a interpretação da obra *O queijo e os vermes*: o cotidiano e as idéias de um moleiro perseguido pela Inquisição, 1976, de Carlo Ginzburg. Enfim, um instrumental cognitivo capaz de tornar visíveis os procedimentos narrativos codificadores utilizados pela historiografia: composição, disposição e elocução, oriundos da Poética e da Retórica aristotélica. Analiticamente, a hermenêutica ricoeuriana se atribui uma dupla tarefa: à primeira delas, correspondem todas as análises orientadas a articular entre si explicação e compreensão, no plano do que tem chamado o "sentido" da obra; a segunda ocupa-se de situar a análise sobre a 'referência' dos enunciados metafóricos e das tramas narrativas e que pressupõe um discurso que quer, em todos os seus usos, levar à linguagem uma experiência, um modo de viver e de estar-no-mundo que o precede e pede para ser dito. Esta convicção da precedência de um ser que pede para ser dito, com respeito a nosso dizer, explica os usos metafóricos da linguagem, o modo referencial apropriado a estes usos, através do qual o discurso continua tratando de dizer o ser. Ocupa-se o autor em dar um alcance ontológico à pretensão referencial dos enunciados metafóricos. Sua tese sobre a

⁹⁹KOSELLECK, R. Apud ALBERTI, Verena. "A existência na história: revelações e risco da hermenêutica". *Revista Estudos Históricos*, Rio de Janeiro: CPDOC, 1996, n. 17, p. 17.

¹⁰⁰Essas reflexões desenvolvidas, durante décadas, por Paul Ricoeur, se encontram em algumas de suas obras, hoje clássicas: *A metáfora viva*, 1975, *Interpretação e Ideologias*, 1977 e a trilogia *Tempo e Narrativa*, 1983 – 1985. Os seus trabalhos sobre a "função narrativa" apresentam afinidades com os trabalhos anteriores sobre a metáfora, a psicanálise e a simbólica que, por sua vez, nos remetem aos supostos teóricos e metodológicos que fundamentam a sua larga investigação.

*mimese*¹⁰¹ da obra narrativa e a distinção dos três estágios da mimese: prefiguração, configuração e refiguração do mundo da ação pelo poema, expressam esse desejo.¹⁰²

Do conjunto instrumental de inspiração ricoeuriana, ressalte-se, não apenas, os movimentos mais especificadamente metodológicos da operação mimética, que inspiraram em Paul Ricoeur uma “reflexão de segundo grau” da Poética de Aristóteles, identificada como *muthos* ou “*a arte de compor intrigas*”.¹⁰³ Outras categorias, também do domínio conceitual de Paul Ricoeur, fundamentam este estudo: uma delas é a noção de “mundo do texto”, referindo-se à “*proposição de mundo, de um mundo tal como posso habitá-lo para nele projetar um de meus possíveis mais próprios*”.¹⁰⁴ Acrescente-se, ainda, uma diversidade de outros *insights* conceituais – que enfatizo serem originalmente imbricados na interpretação hermenêutica e que, apenas, para alçar um efeito didaticamente expositivo, estabeleço uma dispersão de seus conteúdos. Dentre estas apropriações conceituais, chamo atenção, ainda, para a “noção de obra”, entendida como um discurso, sede de um trabalho de composição, de disposição e de elocução (categorias da Poética e da Retórica) que constitui uma totalidade. Estas operações obedecem a regras formais e transformam o discurso em “Obra”. Tal codificação refere-se a um gênero literário que regula a *práxis* do texto, no caso em estudo, o biográfico. A produção codificada se encerra em uma obra singular. Este último traço, ou seja, essa característica que a singulariza, cuja configuração única a assimila a um indivíduo, é denominada de *Estilo*. De maneira que a pertença a um “gênero”¹⁰⁵ e a um “estilo”¹⁰⁶ individual são elementos que caracterizam o discurso como obra. Estas são categorias da produção e do trabalho, neste caso específico, do trabalho historiográfico:

Impor uma forma à matéria, submeter a produção a gêneros, enfim, produzir um indivíduo, eis outras tantas maneiras de considerar a linguagem

¹⁰¹ Conceito definido como: imitação criadora – que “instaura a literariedade da obra”.

¹⁰² RICOEUR, Paul. *A metáfora viva*. Trad. de Dion Davi Macedo. São Paulo: Edições Loyola, 2000, p. 189-207.

¹⁰³ RICOEUR, Paul. *Tempo e Narrativa*. Trad. de Constança Marcondes César. Campinas: Papyrus, 1994, tomo I, p. 58.

¹⁰⁴ *Ibidem*, p. 57.

¹⁰⁵ “*Repetição de um molde e de uma multividência, seria precisamente resultado do esforço de expressão dum conteúdo: ao exprimi-lo, o artista empresta-lhe uma forma, uma estrutura, ou antes, descobre-lhe a estrutura própria. Enfim, enquadra-o num molde, que, à custa de repetido, se converte num gênero.*” In: MOISÉS, Massaud. *Dicionário de Termos Literários*. 14. ed. São Paulo: Cultrix, 1999, p.247.

¹⁰⁶ O vocábulo estilo, em que pese sua qualidade caleidoscópica, significa “o próprio modo de escrever”, refere-se, portanto, ao “modo particular como são manipulados os recursos de uma língua”. Para Massaud Moisés: “é precedente vincular o estilo à questão das visões do mundo ou multividências, naquilo em que estilo implica uma dada forma de conceber o homem e a realidade. In: MOISÉS, Massaud. op. cit. p. 205.

como um material a ser trabalhado e a ser formado. Dessa forma, o discurso [historiográfico] se torna o objeto de uma práxis e de uma techné. [...] O trabalho é, assim, uma das estruturas da prática, senão sua estrutura principal: é ‘a atividade prática objetivando-se em obras’.¹⁰⁷

Portanto, o *Estilo*¹⁰⁸, no âmbito da estruturação da “Obra”, é concebido por Paul Ricoeur como um trabalho que individua, que produz o individual, designando, assim, o seu “Autor”. O que faz da obra uma individualidade singular, é importante porque distingue as categorias práticas das categorias teóricas. “Autor” é o artesão em obra de linguagem. Paul Ricoeur toma aqui como modelo o artesão e sua marca, algo similar ao que disse Walter Benjamin quanto a impressão na narrativa da “*marca do narrador, como a mão do oleiro na argila do vaso*”.¹⁰⁹ Compreende, portanto, a configuração singular da Obra e a configuração singular do Autor como sendo operações estritamente correlativas: “*O homem se individua produzindo obras individuais. A assinatura é a marca dessa relação.*”¹¹⁰ A obra biográfica micro-histórica: *O queijo e os vermes*: o cotidiano e as idéias de um moleiro perseguido pela Inquisição, é denotativa de uma identidade narrativa híbrida que especifica o *Estilo* historiográfico da micro-história. Segundo o teórico e crítico literário Luiz Costa Lima, as formas híbridas possuem uma dupla inscrição: uma primeira inscrição reconhecida, no nosso caso, a história e admitirem: “*por seu tratamento específico da linguagem, uma inscrição literária. Para tanto, será preciso que se reconheça a permanência da eficácia das marcas da primeira, ao lado da presença suplementar da segunda*”.¹¹¹ Portanto, demonstrar essa sincronia e seus procedimentos constitutivos contribuirá para ampliar o leque de verificabilidade das múltiplas experiências temporais da condição humana, “*produto da fusão de uma materialidade com um ‘ponto de vista’*”¹¹², objetivadas pela historiografia contemporânea, e para demonstrar a possibilidade do exercício de um realismo crítico frente aos conteúdos ideológicos¹¹³ que perpassam toda e qualquer linguagem historiográfica.

¹⁰⁷RICOEUR, P. *Interpretação e Ideologias*. Trad. de Hilton Japiassu. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1990, p.49/50.

¹⁰⁸Para a formulação conceitual destas categorias interpretativas, inspira-se no *Ensaio de uma filosofia do estilo*, de G. G. Granger, do qual faz uma referência fundamentadora: “*Procurar as mais gerais condições da inserção das estruturas numa prática individual, esta seria a tarefa da estilística*”.

¹⁰⁹BENJAMIN, Walter. “O narrador”. In: *Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura*. Trad. de Sérgio Paulo Rouanet, Brasiliense, 1994, p.205.

¹¹⁰RICOEUR, P. *Interpretação e Ideologias*. Trad. de Hilton Japiassu. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1990, p. 51/52.

¹¹¹LIMA, Luiz Costa. *História. Ficção. Literatura*. São Paulo: Companhia das Letras, 2006, p. 352.

¹¹²Ibidem, p. 385/6.

¹¹³Note-se que, no âmbito deste estudo, a ideologia é entendida como representação, nos termos considerados por Paul Ricoeur, ou seja, como “um fenômeno insuperável da existência social, na medida em que a realidade social

A interpretação do *Estilo* historiográfico de *O queijo e os vermes* não poderia ser empreendida, isolada do conjunto da produção intelectual do historiador Carlo Ginzburg, pois, justamente através desse conjunto, que é possível reconhecer as estruturas narrativas na criação e descrição da realidade histórica, resgatando a tradição que reconhece o estatuto narrativo da historiografia. De forma que uma ampla e diversificada gama de leituras, como também um lento procedimento do ato de leitura ou, parodiando o próprio Ginzburg, um novo movimento chamado de *Slow Reading*, deve complementá-la. Esta é a denominação dada pelo historiador Carlo Ginzburg ao método que consiste num lento procedimento do ato de leitura¹¹⁴, resultando no revigoramento e aprofundamento das possibilidades interpretativas da pesquisa e no descortinar, mais nítida e seguramente, do trajeto para alcançar o alvo: valorizar a prática micro-analítica. Outros dois procedimentos metodológicos foram acrescentados no decorrer dessa pesquisa: o *Estranhamento* e a *Bricolagem*. O *Estranhamento* consiste num movimento retrospectivo, seletivo e coletivo das peças dispersas no conjunto de uma certa produção intelectual e, ainda em, como afirma Ginzburg: "ler às avessas", descobrindo e revelando "*pouco a pouco as feições imprevisivelmente 'estranhas' de um objeto familiar*".¹¹⁵ Uma das regras que intento seguir, para ler Carlo Ginzburg, é exatamente a da coerência com o procedimento do *Estranhamento* e com o princípio de fidelidade a um singular itinerário de leitura, assim como fez Ginzburg com o moleiro friulano Domenico Scandella, dito Menocchio, condenado à morte pela Inquisição por causa de suas idéias, com quem aprendeu "*que o modo como um ser humano reelabora os livros que lê é muitas vezes imprevisível*".¹¹⁶ Embora sempre dimensionados pela categoria da historicidade da criação e condição humanas, cuja especificidade circunda a "*relação do presente com o passado e deste com o presente*".¹¹⁷, todavia, exígua de qualquer linearidade. Se, para Ginzburg, o movimento em retrospecto, a partir do final, da solução, é um hábito corriqueiro no seu trabalho intelectual, que vem se acentuando com o tempo, tento seguir-lhe os passos "às avessas", tendo como ponto de partida seus últimos ensaios¹¹⁸, analisando a relação cognitiva entre os textos do

sempre possui uma constituição simbólica e comporta uma interpretação, em imagens e representações, do próprio vínculo social". RICOEUR, Paul. *Interpretação e Ideologias*. Trad. de Hilton Japiassu. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1990, p. 75.

¹¹⁴In: PALLARES-BURKE, Maria Lúcia G. *As muitas faces da história: nove entrevistas*. São Paulo: UNESP, 2000, p. 275.

¹¹⁵GINZBURG, Carlo. C. *Olhos de madeira: nove reflexões sobre a distância*. Trad. de Eduardo Brandão. São Paulo: Companhia das Letras, 2001, p.15 - 41.

¹¹⁶GINZBURG, Carlo. *Nenhuma ilha é uma ilha: quatro visões da literatura inglesa*. Trad. Samuel Titan Jr.. São Paulo: Companhia das Letras, 2004, p. 14.

¹¹⁷Ibidem, p. 15.

¹¹⁸Reunidos sob o título de *Nenhuma ilha é uma ilha: quatro visões da literatura inglesa*, 2000.

presente com os do passado e destes com os do presente. No exercício de contornar os limítrofes da arena da "questão narrativa" no interior da produção intelectual do historiador Carlo Ginzburg e, concomitantemente, tentar evidenciar a existência de uma unidade de procedimento ou princípio construtivo narrativo que tem guiado tanto suas pesquisas, quanto o modo de apresentá-las, fui surpreendida, ao deparar-me com uma declaração do próprio historiador afirmando que seu intento, nos últimos ensaios reunidos sob o título de *Nenhuma ilha é uma ilha*, 2000¹¹⁹, é “*analisar em retrospecto algumas de suas características*”.¹²⁰ Convergente com o seu ideal de pesquisa micro-histórica, que tem por princípio o paradigma indiciário para “*Ler a realidade às avessas, partindo da opacidade, para não permanecer prisioneiro dos esquemas da inteligência*”¹²¹, utilizo-o, também, como instrumento interpretativo visto comportar implicações epistemológicas para o ofício do historiador que é o de ser :

[...] um antídoto eficaz contra um risco a que todos nós estamos expostos: o de banalizar a realidade. As implicações antipositivistas dessa observação são óbvias. Mas ao salientar as implicações cognitivas do estranhamento, eu gostaria também de me opor com a máxima clareza possível às teorias da moda que tendem a esfumar, até torná-los indistintos, os limites entre história e ficção.¹²²

Já a *Bricolagem* assemelha-se a montagem de um quebra-cabeças e opera a partir de dois princípios: do "desconstrutivista" e do "construtivista", oriundos da hermenêutica benjaminiana¹²³, que inclusive, apresenta similaridades não somente com a hermenêutica de Paul Ricoeur, mas também com o método indiciário de Carlo Ginzburg.¹²⁴ Neste exercício, aproprio-me de conteúdos textuais metaforizados como "ruínas", "aforismas", "fragmentos", "citações" dos mais variados pensadores, sejam filósofos, antropólogos, críticos da cultura,

¹¹⁹Publicados no Brasil em 2004, pela Editora Companhia das Letras.

¹²⁰GINZBURG, Carlo. op. cit. p. 11.

¹²¹Ibidem, p. 14.

¹²²GINZBURG, Carlo. *C. Olhos de madeira: nove reflexões sobre a distância*. Trad. de Eduardo Brandão. São Paulo: Companhia das Letras, 2001, p. 41.

¹²³Crítico da cultura Walter Benjamin (1892-1940).

¹²⁴A semelhança entre os métodos foi também notada pela historiadora Sandra Jatahy Pesavento. Referindo-se ao método indiciário, afirma: “*Tal método de análise, tem, por sua vez, notáveis semelhanças com aquele proposto por Walter Benjamin (1989) na sua obra das Passagens e que postula a técnica da ‘montagem’, por justaposição ou contraste, para fazer ‘explodir’ os sentidos da história*”. In: GUAZZELLI, C. A. B. et al. (Orgs.). 2000, p. 225.

teóricos da literatura e, sobretudo, dos historiadores. De forma que o texto aglutinador por mim produzido pode ser considerado "original", um compósito de idéias oriundas de várias influências a que procuro dar uma sistematização e articulação. Sua originalidade decorre da montagem, ou seja, da reconfiguração que alcança no intuito de responder a novas questões, enfim, da forma (re)criativa que assume a *Bricolagem*. O uso deste método permite que, a partir desses materiais diferenciados, componha-se um novo material, próprio, de análise. E se coloca apontando, criativamente, as relações de significação que estão no texto, respeitando a "verdade" interna dessas articulações, descobrindo-as, desvelando-as.

A pesquisa aqui desenvolvida tem um caráter eminentemente bibliográfico, que, como já foi apresentado, tem como fonte principal a obra *O queijo e os vermes: o cotidiano e as idéias de um moleiro perseguido pela Inquisição*, 1976, de Carlo Ginzburg. Assim como outras fontes do tipo secundárias compõem o referencial bibliográfico de estudo, dentre elas, destaco uma série, dentre o conjunto da produção historiográfica de Carlo Ginzburg que é aquela que discute, direta ou indiretamente, a questão da narrativa historiográfica, as relações entre verdade e ficção, a relação entre história e retórica (ver página 153-173). A trilogia *Tempo e Narrativa* de Paul Ricoeur tem um destaque especial, sobretudo por ser uma fonte instrumental para a composição do método que aplicar-se-á na análise da micro-biografia elaborada por Carlo Ginzburg. Acrescento que outras apreensões teóricas e metodológicas, abarcadas por esta pesquisa, me levaram à adjução de uma gama de intervenções de outros teóricos com os quais estes dois intelectuais, acima referidos, mantiveram ou mantêm uma interlocução sobre a escrita da história, objeto deste estudo. Elas serão mencionadas na exposição sintéticas dos capítulos apresentados mais adiante e posicionadas segundo suas respectivas pertinências temáticas.

Com o intuito de delinear o percurso de pesquisa trilhado e que constituiu o *corpus* da Tese, e comunicar o conhecimento histórico resultante, exponho-o através da escrita formalizada em capítulos. Aliás, me permito sinalizar uma ambivalência frente a esta modalidade de expressão, visto que deixa intervir a influência de uma outra modalidade de escrita que se inspira na definição de ensaio e de ensaísta, do crítico português Eduardo Prado Coelho: um ensaísta é como “*um experimentador do possível*” e o ensaio, *stricto sensu*, tem como principal característica a de ser um “*exercício, tanto quanto possível livre, de uma razão que não procura soluções, mas reunir elementos para que cada leitor possa elaborar*

as soluções possíveis”.¹²⁵ Pois bem, assumo conscientemente esta fluidez das formas discursivas, justo por ter, como referenciais de reflexão, textos oriundos das obras de dois eminentes, eruditos e originais ensaístas que relutam serem inseridos em sistemas de pensamento fechados, dogmáticos, absolutos e incomensuráveis.

Todavia, a eficácia, a consensualidade publicamente reconhecida dos enunciados destes pensadores e a dialogicidade de suas respectivas idéias, emergidas neste estudo, me impõem uma *Bricolagem* que, inevitavelmente, me mantém aderente à força de seus enunciados históricos e filosóficos convergentes e prováveis. Assim, impulsionam a ousadia de uma originalidade no âmbito mesmo da montagem, que tanto busca respeitar-lhes a pluralidade dos fins e dos meios, das conexões dialéticas que, concretamente, estruturam a amplitude de suas respectivas produções intelectuais, quanto deseja alçar uma elaboração própria e uma resolução singular no que diz respeito às potencialidades cognitivas das narrativas micro-históricas. Esta experimentação desdobra-se, dialeticamente, em duas tendências: uma onde se sublinha “*a importância do ‘exame’, nuvem de pássaros, mancha indecisa de multiplicidades, proliferação ilimitada, jogo de espelhos*”; outra onde se destaca “*a noção de ‘exame’, com o seu rol de conseqüências: a exigência, o gosto, a prova, o peso, a balança*”¹²⁶. No interior de cada um dos capítulos, pluralizam-se os pontos de reflexões/discussões/exames que lhes são pertinentes:

- Na “Introdução” apresento, exponho e comento o percurso da investigação, desde a seleção do tema; revisão literária ou estado da questão; as problematizações que serão abordadas; a justificativa; de que forma serão abordadas; as delimitações, especificidades e conexões epistemológicas; os objetivos e meta; descrição da forma expositiva do seu conteúdo; enfim, uma síntese do todo da Tese.
- O capítulo sobre o método hermenêutico – observando a parca penetração do método hermenêutico entre os historiadores no Brasil e a complexidade de suas elaborações, aliás, sendo ele de vital importância para o exercício de interpretação que possibilitará a

¹²⁵COELHO, Eduardo Prado. In: SOARES, Maria de Lourdes. “O ensaísmo de Eduardo Lourenço: A inquieta e luminosa eperimentação do (im)possível”. *Literatura e Cultura*. Ano 1, n. 1, 2001. Disponível em: http://www.letras.ufrj.br/litcult/revista_litcult/revistalitcult_vol1.php?id=12. acesso em: 14.01.2005.

¹²⁶COELHO, Eduardo Prado. In: SOARES, Maria de Lourdes. “O ensaísmo de Eduardo Lourenço: A inquieta e luminosa eperimentação do (im)possível”. *Literatura e Cultura*. Ano 1, n. 1, 2001. Disponível em: http://www.letras.ufrj.br/litcult/revista_litcult/revistalitcult_vol1.php?id=12. acesso em: 14.01.2005. Ver também GINZBURG, Carlo. *Nenhuma ilha é uma ilha: quatro visões da literatura inglesa*. Trad. Samuel Titan Jr.. São Paulo: Companhia das Letras, 2004, p. 13.

visibilidade da operação histórica de produção da obra em estudo, fez-se pertinente, dedicar um capítulo específico ao seu detalhamento. Resolução que permitiu um melhor vislumbre de suas possibilidades interpretativas e analíticas, um mais eficaz manuseio e mais bem sucedido aproveitamento, muito embora, esteja ele transversalizando todos os demais capítulos. De forma que exponho o método hermenêutico de Paul Ricoeur, caracterizando os traços do modelo de base, ou seja, a tríplice mimese. No processo de operacionalização do modelo hermenêutico, identifico, designo e esquematizo, através de diagramas, as categorias de interpretação da narrativa historiográfica e suas correlações. Estas etapas são as seguintes:

- . o autor e a obra – onde traço um perfil do autor do método, um breve percurso intelectual e uma síntese de sua obra, inserindo-a na fronteira entre filosofia e história;
- . o método – compreende os momentos expositivos propriamente ditos, ou seja, suas etapas e ramifica-se em três momentos analíticos-interpretativos estruturantes do círculo hermenêutico: Mimese I: prefiguração - delimita a historicidade do autor e de sua obra, assim como, aponta as categorias descritivas do campo da ação; Mimese II: configuração – momento em que se expõe a tessitura da intriga ou síntese do heterogêneo, Mimese III: refiguração – mimese *praxêos*/fusão de horizontes. Momento que marca a intersecção ente o mundo do texto e o mundo do ouvinte ou do leitor. É o resultado desta intersecção. Corresponde a conclusão do percurso da operação mimética e onde a narrativa tem seu sentido pleno quando é restituída ao tempo da ação. O conceito de fusão de horizontes significa que vivemos em horizontes abertos e múltiplos, o que “*implica tensão entre o próprio e o estranho, entre o próximo e o longínquo*”¹²⁷, passíveis de diálogo, de consenso. Adiciono, os diagramas hermenêuticos para ilustrar a operação hermenêutica.

- O capítulo “A História Cultural como campo de estudo” subdivide-se em três subtópicos:
 - . 1968 como marco instituinte do campo de estudo - onde demarco o campo da história cultural, no qual se acham inseridas as teorias, métodos, objetos e fontes com as quais lido no decorrer do estudo, tendo como marco temporal de referência a revolução mundial de Maio de 1968, que colocou em questão todo um conjunto de estruturas culturais das sociedades modernas. Em rejeição ao paradigma iluminista, se contrapõe uma filosofia crítica da cultura denominada de Pós-modernismo - periodização/configuração mundial

¹²⁷RICOEUR, Paul. *Interpretação e Ideologias*. Trad. de Hilton Japiassu. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1990, p. 41.

envolta em uma ampla, acirrada e discordante polêmica que envolve os teóricos contemporâneos. Mas que se faz fértil enquanto portadora de características contrafactuais aos paradigmas em crise da modernidade, em suas *facies* historicista. Neste momento histórico, a cultura converte-se num dos temas centrais dos debates contemporâneos no âmbito das ciências sociais. Os aportes informativos e reflexivos deste tópico tiveram como suporte fontes secundárias, ou seja, referências bibliográficas oriundas das produções dos seguintes intelectuais: Eric Hobsbawm, Carlos Antônio Aguirre Rojas, Françoise Dosse, Luc Ferry e Alain Renaut, Fredric Jameson, Ernesto Laclau, Leandro Konder, Perry Anderson, Walter Benjamin, Francisco Falcon, Philippe Ariès, Arno Welling, Alfredo Bosi, Lynn Hunt, Carlo Ginzburg, Giovanni Levi, Jean Boutier, Dominique Julia, Arundhati Virmani, Lloyd Kramer, Irene de Arruda Cardoso e Ronaldo Vainfas;

- . da História da Cultura à História Cultural: críticas e reelaborações – onde delimito o campo epistemológico da Nova História Cultural, adotando, como parâmetro, a sistematização elaborada pelo historiador Peter Burke, que reside numa contraposição de pontos críticos entre a Nova História Cultural e a História Cultural Clássica. De forma que o referencial teórico principal, como já foi citado, é o historiador da cultura, o inglês Peter Burke. Mas acrescento que o painel configurativo da história da história cultural envolve os nomes de diversos antropólogos e outros historiadores. Como estão inseridos no capítulo em pauta, apenas evidencio aqueles que perfazem o eixo do debate: Edward Thompson, Roger Chartier, Carlo Ginzburg e Antonio Carlos Aguirre Rojas.
- . a questão narrativa - sistematizo o acirrado debate sobre a narração em história que, em última instância, liga a história à literatura. Embora a “questão narrativa” seja recorrente na historiografia internacional, encontra-se dispersa por várias obras e, na historiografia brasileira é ainda lacunar e pontual. Para comentá-lo, congrego as posições de comentaristas e teóricos filósofos e historiadores sobre a “questão narrativa”. A fim de delinear as principais querelas envolvidas nesta mal compreendida relação, apoio-me, sobretudo, nas reflexões de Paul Ricoeur, desenvolvidas na trilogia *Temps et récit* publicada entre os anos de 1983 e 1985.¹²⁸ Todavia, remeto a aportes reflexivos de outros

¹²⁸No Brasil, teve as seguintes publicações: *Tempo e Narrativa*. Papyrus, 1994, Tomo I; Papyrus, 1995, Tomo II; Papyrus, 1997, Tomo III.

teóricos como, por exemplo, de Paul Veyne¹²⁹, Hyden White¹³⁰ e Michel de Certeau¹³¹, entre outros.¹³² Abordo-a através de uma partição de seus conteúdos, em contigüidade com as reflexões empreendidas por Paul Ricoeur no tomo I de sua trilogia *Tempo e Narrativa*, 1983. Mais precisamente, me utilizando da mesma terminologia, visto que seus argumentos teóricos e procedimentos metodológicos sustentam o presente trabalho, fornecendo as apropriações reflexivas e operacionais para a interpretação da narrativa biográfica micro-histórica da obra de Carlo Ginzburg: *O queijo e os vermes: o cotidiano e as idéias de um moleiro perseguido pela Inquisição*, 1976. Estas sínteses reflexivas compreendem três sub-tópicos: o “eclipse da narrativa” – onde exponho as posições das correntes historiográficas que se opõem à dimensão narrativa da história. Trata-se da convergência no ataque contra a história narrativa, entre duas correntes de pensamento independentes, uma delas, a historiografia francesa contemporânea e a outra, o positivismo lógico de língua inglesa; as teses narrativistas - contempla a defesa da narrativa, aponto os narrativistas, caracterizo suas teses e seus argumentos e sistematizo a crítica que lhes é dirigida; o estatuto narrativo da historiografia – discuto e defino-o com a mediação da perspectiva de Paul Ricoeur, na qual defende o elo de derivação indireta entre a história e a ficção, objetivando a demarcação de uma fundamentação teórica que elucide a relação entre explicação histórica e compreensão narrativa. O exercício de configuração da arena da "questão narrativa" faz-se pertinente por possibilitar compreender problemas centrais da escrita da história na contemporaneidade: narratividade, causalidade, estatuto da verdade, imbricações interdisciplinares, modelos explicativos e compreensivos, entre outros. As produções sobre a escrita da história constituem as referências documentais desta discussão.

- As biografias históricas – trata-se de uma exposição panorâmica e comentada da temática e de sua pertinência na cultura historiográfica ocidental. Está conformada por dois tópicos:
 - . Historiografia e Biografia - em que traço um inventario (designando e descrevendo) a invariância das relações entre a biografia e a história como fenômeno discursivo de caráter histórico-cultural, que observo reflexionado na historiografia internacional e nacional

¹²⁹*Comment on écrit l'histoire*, 1971. Publicado no Brasil pela Editora Universidade de Brasília, com o título: *Como se escreve a história*, em 1982, 1992, 1995.

¹³⁰*Metahistory*, 1973. Publicado no Brasil pela Editora da Universidade de São Paulo: EDUSP, em 1992, com o título de *Meta-História*.

¹³¹*L'écriture de l'histoire*, 1975. Publicado no Brasil pela Editora Forense Universitária, 1982, com o título *A escrita da história*.

¹³²Raymond Aron, Henry Marrou, Fernand Braudel, Marc Bloch, Carl Hempel, Nilo Odália, Arthur C. Danto, W. B. Gallie, Louis Mink.

desde a antiguidade. Comento a pertinência das biografias no âmbito das diferentes correntes historiográficas contemporâneas: Positivista, Marxista, *Annales*, Nova História, *English Social History*, Psico-história, a Nova História cultural norte-americana, a Micro-história; seleciono algumas biografias históricas para ilustrar, tendo por critério uma amostragem da diversidade de modalidades narrativas, quanto para constatar a sua presença no contínuo temporal da produção historiográfica no mundo ocidental, sem deixar, todavia, de mencionar as rupturas, as rejeições ao modelo biográfico no âmbito do pensamento historiográfico.

- . No tópico Micro-História e Biografias – organiza-se em dois momentos discursivos: no primeiro, faço a caracterização da micro-história como corrente historiográfica, menciono suas vertentes, descrevo em treze teses os postulados desta “comunidade de estilo”, destacando, sobretudo, o seu apreço pela experimentação narrativa com o gênero biográfico. No segundo momento, intitulado Uma biografia micro-histórica: interpretação hermenêutica da narrativa na obra *O Queijo e os vermes: o cotidiano e as idéias de um moleiro perseguido pela Inquisição, 1976*, de Carlo Ginzburg – dá-se o momento interpretativo e analítico sobre o uso da biografia pela corrente historiográfica Micro-histórica, particularizando uma obra, para, sobre ela, incidir a aplicação do método hermenêutico. O exercício da interpretação hermenêutica da obra/fonte da pesquisa, demonstra em detalhes a sua identidade narrativa híbrida: o seu *Estilo* historiográfico portador de duas inscrições simultâneas: a histórica e a literária. Tal demonstrabilidade pretende restituir o ato de narrar como parte das experiências antropológicas fundamentais: criativa, comunicativa e ética, constitutivas da identidade narrativa de ordem biográfica. O exercício compreende a aplicação do método hermenêutico por sobre a obra *O queijo e os vermes*. Este capítulo subdivide-se em três tópicos interpretativos e analíticos em sincronicidade com o modelo hermenêutico de Paul Ricoeur: Mimese I - O historiador, os rastros do vivido, os filtros e os procedimentos da decifração; Mimese II - a produção narrativa da biografia intelectual de Menocchio: o combate com e pelas palavras; Mimese III - a recriação da utopia: o desejo de um “mundo novo”. A interpretação hermenêutica possibilitou destrincharmos esses vínculos narrativos entre documentos, explicação/compreensão e comunicação, a expô-los e compreendê-los. E, quem melhor nos fez abarcar a complexidade e especificidade do estatuto narrativo da historiografia, revigorando-lhe as forças filosófico-políticas, foi o modelo hermenêutico de Paul Ricoeur.

- O ponto de chegada/partida é o capítulo final intitulado: O círculo hermenêutico e/ou desenlace. Nele, avalio os pressupostos e os resultados da presente pesquisa, colocados por sobre um ensaio de dialogicidade a partir do que unifica as posições de Carlo Ginzburg e Paul Ricoeur, no tocante às estruturas narrativas da historiografia. Paul Ricoeur e Carlo Ginzburg propõem pensar a escrita da história situando-a no campo do provável, do aproximativo: o da Nova Retórica, que restitui o ato de narrar como parte das experiências antropológicas fundamentais: criativa, comunicativa e ética, constitutivas da historiografia.
- Referências Bibliográficas – neste tópico, como de regra, se encontram listadas as obras de referência que perfazem o escopo referencial deste estudo, desde sua fonte principal de interpretação: a obra *O queijo e os vermes: o cotidiano e as idéias de um moleiro perseguido pela Inquisição*, 1976, fontes de aporte metodológico e fontes de aporte teórico oriundo da historiografia, filosofia, narratologia e crítica literária. Considere-se, ainda, as obras de referência como dicionários e compêndios, o uso intensivo da internet, para o acesso a artigos, ensaios e a resenhas nos mais diversos periódicos especializados, nas já citadas áreas de abrangência deste estudo.

Enfim, a concretização dessa pesquisa, tendo como parâmetro a experimentação de lidar com a multiplicidade de operações intelectuais dialogais, de trocas entre manifestações do pensamento dos interlocutores envolvidos na produção do conhecimento histórico e na escrita da história, tornar-se-á gratificante se, e apenas se, alcançar a descrição e a compreensão de como se escreve uma obra historiográfica, particularmente uma biografia micro-histórica, e apontar nela as intrincadas relações entre as dimensões que a perfazem: a histórica e a literária. Que fique claro: não se trata de reduzir a narrativa biográfica a uma dimensão estritamente literária, mas inscrevê-la na fronteira interdisciplinar da história e da literatura. E, que fiquem explícitas as maneiras deste saber/fazer/dizer que, na grande maioria das vezes, encontra-se implícita ou só é perceptível a um restrito número de historiadores. Minha meta terá sido alcançada se conseguir socializar mais amplamente uma das maneiras de produção do conhecimento histórico: o *Estilo* historiográfico micro-analítico.

II. O MÉTODO HERMENÊUTICO

1 - O autor e a obra

Um breve traçado de sua vida e de sua obra contribui para balizar o alcance de sua inspiradora posição mediadora entre as dimensões do pensar e do fazer historiográfico, que afinal, motivou no âmbito do presente estudo, a apropriação de “fragmentos” de seu vasto e denso conhecimento filosófico, literário e histórico. Paul Ricoeur diz viver “*sucessivamente em universos filosóficos que têm graus diferentes de coerência interna, mas que estão em diálogo com outros ou a eles se opõem*”.¹³³ Contudo, sua reconhecida dialogia filosófica não significa perseguir a quimera de uma espécie de reconciliação universal, mas de ocupar bem [um] lugar, em adequação ao que [lhe] é permitido e ao que [lhe] é pedido.¹³⁴ O modelo ricoeuriano revela-se, nas reflexões desta pesquisa, como um pensar/agir histórico-político cuja congenialidade dialética possibilita-me assumir o caráter biográfico e autobiográfico do conhecimento-emancipação.¹³⁵ Justo por suas configurações transdisciplinares, revela-se potencialmente fértil para a produção e/ou compreensão do conhecimento crítico situado: “*O nosso lugar é hoje um lugar multicultural, um lugar que exerce uma constante [hermenêutica de suspeição]*¹³⁶ *contra supostos universalismos ou totalidades.* (grifo meu).¹³⁷ Ressalte-se, que a própria obra de Paul Ricoeur está vulnerável a uma hermenêutica de suspeição, visto que há quem avalie a sua visão da História como uma narrativa onde ocorre uma “*harmonia entre a ciência e ficção*”, como uma solução de compromisso, cujo risco é “*conduzir ao puro*

¹³³RICOEUR, Paul. In: DROIT, Roger-Pol. “A epopéia de um sentido”. Entrevista com Paul Ricoeur. Trad. Paulo Neves. *Folha de São Paulo*. Caderno Mais! fev. 2004, p.14.

¹³⁴Considero pertinente incluir uma informação reveladora desta pertença: “Segunda-feira 18 de março de 1996 de manhã, trezentos Africanos, entre os quais uma centena de crianças, ocuparam a igreja de Santo Ambrosio no 11º. bairro de Paris, para reclamarem a regularização dos seus documentos. No dia 22 de março foram evacuados pela polícia. Após um périplo que os levou ao ginásio Jappy do 11º. bairro de Paris do qual foram igualmente expulsos, os Africanos “indocumentados” foram acolhidos pelo teatro “de la Cartoucherie”, em Vincennes. Ariane Mnouchkine constituiu um colégio de mediadores formado por 26 eminentes personalidades francesas a fim de negociar a regularização de suas residências. Paul Ricoeur era um desses mediadores. Disponível em: <http://www.bok.net/pajol/sanspap.po.html>

¹³⁵Ou conhecimento prudente, conceito de Boaventura de Souza Santos. Significa que, no contexto de um paradigma emergente, um conhecimento compreensivo e íntimo não nos separe, mas que nos una pessoalmente ao que estudamos. Aponta para uma trajetória entre o que ele chama de “estado de ignorância”, designado por *colonialismo* e um “estado de saber”, que designa por *solidariedade*. Aponta também para um conhecimento “que mantém a escala das ações tanto quanto possível ao nível da escala das conseqüências.” SANTOS, Boaventura de Souza. *A crítica da razão indolente: contra o desperdício da experiência*. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2002, p. 32; 78; 84.

¹³⁶Terminologia de Paul Ricoeur. Remete para a consideração de que “*as conseqüências negativas duvidosas, mas possíveis, devem ser tidas como certas.*” In: SANTOS, Boaventura de Souza. op. cit, p. 80.

¹³⁷Ibidem, p. 27.

antiquarismo, ao contar estória (story telling)”.¹³⁸ Para outros, sua posição corresponde à inerente ambigüidade cognitiva da história.¹³⁹ Todavia, nos limites do presente estudo, a experimentação propiciada pelo círculo hermenêutico de inspiração ricoeuriana transita “entre as formas aparentemente opostas de consciência”,¹⁴⁰ que viabiliza o reconhecimento de uma identidade narrativa, uma maneira de estar-no-mundo.

Paul Ricoeur nasceu em Valence, França, em 1913 e morreu no dia 20 de maio de 2005, em Chatenay Malabry, na região de Paris, França. Devido ao fato de ter ficado órfão quando ainda criança, foi educado pelos avós paternos, sob a orientação da fé protestante. No livro de entrevistas intitulado *Crítica y convicción*, 1995, testemunha a influência do avô no sentido de uma evolução para um protestantismo liberal, enquanto da avó, uma influência para um protestantismo “pietista”. O filólogo e teólogo Vicente Balaguer, ao comentar a obra de Paul Ricoeur e justificar a escolha unânime de seu nome para receber o Prêmio Internacional Pablo VI, em 2003¹⁴¹, informa-nos que, entre as recordações deste, encontram-se as convicções que recebeu de seus professores de filosofia em sua etapa escolar e que permaneceram em sua tarefa filosófica: uma atitude realista frente ao mundo, mas com uma conseqüente suspeita pela tradição do *Cogito* e a compatibilidade entre a fé e a razão. Tais experiências existenciais levaram Paul Ricoeur a declarar: “*Siempre me movi entre esos dos polos: el bíblico y el racional o crítico, una dualidad que finalmente, me acompaño toda mi vida.*”¹⁴² A postura intelectual de Paul Ricoeur será, então, a de manter uma tensão entre extremos, com um pensamento filosófico e uma fé independente.¹⁴³

¹³⁸LIMA, Luiz Costa. Luiz Costa Lima faz esta avaliação. Ver: RIEDEL, Dirce. (Org.) *Narrativa, ficção e história*. I Colóquio UFRJ. Rio de Janeiro. Imago, 1988, p. 86/7.

¹³⁹NUNES, Benedito e SOARES, Luis Eduardo. Ver: RIEDEL, Dirce. op. cit. p. 54 e 155.

¹⁴⁰SOARES, Luiz Eduardo. In: RIEDEL, Dirce. op. cit. p.155.

¹⁴¹Concedido a pessoas ou a instituições que com seus estudos e suas obras tenham contribuído de maneira relevante para a cultura de inspiração religiosa ou que tenham buscado conjugar, em sua obra, a dimensão cultural com a religiosa. E, Paul Ricoeur tem, como característica de seu pensamento filosófico, a relação entre a filosofia e a Sagrada Escritura, o diálogo ecumênico, a defesa dos valores humanos e os problemas pertinentes à cultura atual, estes últimos, abordados pela ótica da filosofia, da Teologia e da História. BALAGUER, Vicente. “Paul Ricoeur, Prêmio Internacional Pablo VI de 2003. Una Teoría de La Historia”. In: Anuário de Historia de la Iglesia, Año/vol. XIII. Universidad de Navarra. Pamplona, España, 2004, p. 258/9.

¹⁴²CERVANTES-ORTIZ, L. 2005. <http://www.alcnoticias.org/default.asp?lanCode=3> .

¹⁴³Con base en el conocimiento propio, en la biografía particular, Ricoeur abraza los problemas de su tiempo y arroja una respuesta, una posibilidad compleja que exige los valores de una religiosidad que siguió toda su vida y le dio el título de “intelectual conservador”, fuera del protagonismo ideológico que se volvía moda entre mesas de café. LÓPEZ, C. C. <http://www.pan.org.mx/?P=174&ArtOrder=PrintArt&Article=204473>

Tornou-se catedrático de Filosofia e doutor em Letras e, dentre suas atividades profissionais, lecionou na Sorbonne, na Faculdade de Letras da Universidade de Nanterre, da qual foi reitor (1969 – 1970)¹⁴⁴, na Universidade Católica de Louvain, na Bélgica e nas universidades de Yale e Chicago, nos Estados Unidos. Segundo o filósofo Christian Delacampagne, Paul Ricoeur consagrou uma parte importante do seu tempo, até o final da vida, a *Revue de métaphysique et de morale*, da qual era o diretor, como também, ao Instituto de Filosofia Internacional, do qual foi Presidente honorário. No decorrer de sua trajetória intelectual, lhe foram concedidos muitos prêmios, entre eles, o Prêmio Hegel (Stuttgart, 1985), o Prêmio Gordon Laing da University of Chicago Press (Chicago, 1988), o Prêmio Nietzsche (Palermo, 1987), o Prêmio Dante (Florence, 1988), o Grande Prêmio da Academia Francesa (Paris, 1988), o Prêmio Karl Jaspers (Heidelberg, 1989), o Prêmio Leopold Lucas (Tubing, 1989), o Prêmio da Academia Francesa de Filosofia (Paris, 1991), o Prêmio Carole (Praga, 1993), o Prêmio Balzan (Milano, 1999), o Prêmio Koyoto d’Arts et du Philosophie (Kyoto, 2000), o Prêmio John W. Kluge (Estados Unidos, 2004). Acrescentam-se outros méritos conquistados, como o de ser membro de uma dezena de academias e *doutor honoris causa* de mais de trinta universidades.

A partir de 1934, inicia sua reflexão sobre a fenomenologia, sob a influência de Emmanuel Mounier (1905 -1950), de Jean Narbert (1881 - 1960), Gabriel Marcel (1889-1973), de Edmund Husserl e de Karl Jaspers (1883 -1969). O início de seu trabalho filosófico se deu no âmbito do existencialismo cristão, que tinha como núcleo a revista *Esprit*.¹⁴⁵ Nos anos em que ficou preso em um campo de concentração nazista, durante a Segunda Guerra Mundial¹⁴⁶, traduziu o primeiro volume da fenomenologia de Edmund Husserl e a obra de Karl Jaspers, a quem dedica seu primeiro livro, que foi realizado junto com Mikel Dufrenne. Para sinalizar a amplitude de sua produção intelectual, relaciono suas obras com os títulos em

¹⁴⁴O diário berlinense Tageszeitung lembrou do episódio que Paul Ricoeur – professor de Daniel Cohn-Bendit, um dos mentores do que viria a ser o movimento verde alemão – viveu como reitor da Sorbonne, cargo que assumiu um ano depois do início das revoltas estudantis, em maio de 1968. Apesar de se opor à reforma tecnocrática que comprometeria a autonomia das universidades francesas, Ricoeur não conseguiu estabelecer diálogo com os grupos radicais maoístas, que exigiam a “detonação da universidade burguesa”. <http://72.14.209.104/search?q=cache:c3pdb20Ag1AJ:www.dw-world.de/dw/article/0,2144,1600381,00.html+Paul+ricoeur+e+universidade+burguesa&hl=pt-BR&gl=br&ct=clnk&cd=1>

145CRAGNOLINI, Mónica. “Paul Ricoeur, una filosofía del diálogo” - La Nación - 29/05/2005.

146Sua reflexão sobre a questão da violência e das guerras continuou a chamar atenção sobre o tema no pós-guerra. Destacou-se por sua posição anti-autoritária, sobretudo, devido a oposição que fez às guerras da Argélia, nos anos 50, e da Bósnia, nos anos 90. BINGEMER, M. C. “Paul Ricoeur ou a primazia do outro”. www.users.rdc.puc-rio.br/agape

original, ou seja, em francês: *Gabriel Marcel et Karl Jaspers: Philosophie du mystère et philosophie du paradoxe*. Paris: Éditions du Temps Présent, 1947. *Histoire et vérité*. Paris: Éditions du Seuil, 1955; *Philosophie de la volonté I: Le volontaire et l'involontaire*. Paris: Aubier, 1960; *Philosophie de la volonté II. Finitude et Culpabilité. II: La Symbolique du Mal*. Paris: Aubier, 1960; *De l'interprétation: Essai sur Freud*. Paris: Éditions du Seuil, 1965; *Le conflit des interprétations: Essais d'herméneutique*. Paris: Éditions du Seuil, 1969; *La métaphore vive*. Paris: Seuil, 1975; *Temps et récit*. Paris: Seuil, 1983 -1985; *Du texte à l'action: Essais d'herméneutique II*, 1986 ; *A l'école de la phénoménologie*. Paris: J. Vrin, 1986; *Le mal: Un défi à la théologie et à la philosophie*. Genève: Labor et Fides, 1986; *Soi-même comme un autre*. Paris: Seuil, 1990; *Le juste*. Paris: Editions Esprit; Institut des Hautes Études sur la justice, 1995; *Réflexion faite: Autobiographie intellectuelle*. Paris: Ed. Esprit, 1995; *Autrement: Une lecture d'«Autrement qu'être ou au-delà de l'essence» d'Emmanuel Levinas*. Paris: PUF, 1997; *La mémoire, l'histoire, l'oubli*. Paris: Seuil, 2000; *L'herméneutique biblique*. Présentation et traduction par François-Xavier Amherdt. Paris: Cerf, 2001; *Le juste 2*. Paris: Éditions Esprit, 2001; *Parcours de la reconnaissance: Trois études*. Paris: Stock, 2004; *Sur la traduction*. Paris: Bayard, 2004.

Essa produção intelectual tem sido amplamente divulgada na América Latina, tendo como uma das responsáveis a teóloga uruguaia Beatriz Melano Couch¹⁴⁷, que é especialista em sua obra.¹⁴⁸ E, no Brasil, foram publicados os seguintes títulos: *A filosofia da vontade: o voluntário e o involuntário*, 1950; *História e verdade*, 1955; *Da interpretação: ensaio sobre Freud*, 1965; *Filosofia da vontade: finitude e culpabilidade: o homem falível e A simbólica do mal*, 1969; *Ensaio de hermenêutica I – O conflito das interpretações*, 1969; *Ensaio políticos e sociais*, 1974; *A Metáfora viva*, 1975; *Teoria da interpretação: o discurso e o excesso de sentido*, 1976; *Ensaio de hermenêutica II – Do texto à ação*, 1986; *Leituras: a volta da política*, 1991; *Si mesmo como um outro*, 1991; *Tempo e narrativa*, (tomo I), 1994; (Tomo II), 1995; (Tomo III), 1997. Considere-se, ainda, que o conjunto das obras de Paul Ricoeur tem sido uma fonte inspiradora e fértil na área de ciências humanas, desdobrando-se num expressivo contingente de outras produções intelectuais, tais como resenhas críticas, artigos, ensaios, dissertações, teses e livros.

¹⁴⁷ Professora da Faculdade Evangélica de Teologia de Buenos Aires.

¹⁴⁸ CERVANTES-ORTIZ, L. 2005. <http://alcnoticias.org/default.asp?lanCode=3>

Seu conhecimento de caráter eminentemente erudito move-se entre as tradições culturais anglo-saxônica e alemã. É reconhecidamente um pensador humanista, envolvido com os problemas da cultura contemporânea, um intelectual de difícil enquadramento numa escola ou corrente, visto que, transita por vários sistemas de pensamento: fenomenologia, hermenêutica, teologia, história, psicanálise, crítica literária e semiótica. A unidade de seu pensamento reside na “*fenomenologia hermenêutica que desemboca numa compreensão de si mesmo*”.¹⁴⁹ Esta afirmação sobre uma “unidade de pensamento” deve ser maleabilizada frente à complexidade do pensamento de Paul Ricoeur:

*Eso proviene del hecho de que todos mis libros – hace cincuenta años que escribo – tienen un objetivo preciso, nunca hice ningún trabajo que sea una suerte de totalidad o de sistema filosófico, de tal manera que cada libro dejó como un residuo; y, en el fondo, si me hago una pequeña novela sobre mi propia escritura, diría que cada libro, en definitiva, retoma lo que el otro dejó sin decir, y este es el caso con Tiempo y relato.*¹⁵⁰

Em entrevista, Paul Ricoeur comenta que seus livros possuem um caráter limitado e que nunca se havia colocado problemas gerais do tipo: o que é a filosofia? E o que o preocupava eram os problemas particulares.¹⁵¹ Entretanto, entre seus comentadores¹⁵², é possível encontrar sínteses e apreensões que apontam, frente à múltipla fragmentariedade de seu pensamento, uma linha de investigação constante e coerente, conhecida como uma filosofia da ação, composta por três dimensões básicas: a lingüística, a narrativa e a ética. Nesse trajeto, nas décadas de 1960 e 1970, Paul Ricoeur entra num debate aberto com as correntes estruturalistas, marxistas e existencialistas.¹⁵³ Mediando tais tradições filosóficas e opondo-se à “morte do sujeito”¹⁵⁴, apregoada por filósofos franceses, como Michel Foucault e Jacques Derrida, reconhece a importância da crítica da subjetividade, assim como a necessidade do sujeito, sobretudo no âmbito da moral. Assim, enveredando pela trilha do

¹⁴⁹BALAGUER, Vicente. “Paul Ricoeur, Prêmio Internacional Pablo VI de 2003. Una Teoría de La Historia”. In: *Anuário de Historia de la Iglesia*, Año/vol. XIII. Universidad de Navarra. Pamplona, España, 2004, p. 261.

¹⁵⁰RICOEUR, P. In : BLAIN, J. Entrevista a Paul Ricoeur. *Revista Lire*. (selección y traducción de Claudia Feld). Paris, oct., 2000, p. 2.

¹⁵¹CASAROTTI, E. 1994, p.2.

¹⁵²BALANGUER, V.; DELACAMPAGNE, C.; VERGARA, L.; CERVANTES-ORTIZ, L.; CRAGNOLINI, M.; MELANO COUCH, B.; TURA, M. F.; BINGEMER, M. C.; ANDRIOI, A. I.

¹⁵³Em seus livros: *Del interpretación*. Essai sur Freud, 1965; *Le Conflit des interprétations*. Essais d’herméneutique, 1970.

¹⁵⁴O “sujeito” no estruturalismo desaparece em favor das estruturas.

estudo da linguagem, distancia-se da radicalidade dos pós-estruturalistas e desconstrucionistas, remetendo suas reflexões para o vínculo entre a palavra real e o mundo. O que pode ser conferido pelo comentário do filósofo Christian Delacampagne:

Aparece assim que o estudo da linguagem, longe de ter sido um fim em si mesmo, constituiu-se para Ricoeur uma outra maneira de colocar questões que o preocuparam sempre: a do ser e da ação. Nostálgico de uma ontologia que Nietzsche parecia ter desqualificado, aspirando a encontrar na razão ética as regras da vida boa, homem constantemente atento a sua época, Ricoeur encarnou até as últimas conseqüências os desafios de um pensamento humanista desde o começo do século XX.¹⁵⁵

Os seus trabalhos da década de 1970, pelas vias da filosofia da linguagem em bases hermenêuticas, resultaram uma reflexão filosófica e epistemológica que fazem dele uma referência para a cultura atual. Note-se que a hermenêutica acrescenta à fenomenologia a necessidade de um desvio através dos signos, símbolos e normas de nossa cultura; a finitude da compreensão e o conflito das interpretações que resulta dessa finitude; o caráter aberto das mediações. De sua teoria hermenêutica, o mais relevante é a noção de texto.¹⁵⁶ A partir daí, o texto substitui o símbolo como objeto da hermenêutica:

Anteriormente esbocé una *Simbólica del mal* completamente fundada sobre el papel mediador de expresiones de doble sentido como mancha, caída, desviación, en mi reflexión sobre la voluntad malvada. También en aquella época reduje la hermenéutica a la interpretación de los símbolos, es decir, a la explicación del sentido segundo – a menudo escondido – de estas expresiones de doble sentido. Esta definición de hermenéutica me parece ahora demasiado estrecha. Y por dos razones que nos conducirán de la mediación mediante los símbolos a la mediación mediante los textos.¹⁵⁷

¹⁵⁵DELACAMPAGNE, C. <http://www.unisinos.br/ihuonline/uploads/edicoes/1158266847.18word.doc>.

¹⁵⁶O texto, para Paul Ricoeur, é o paradigma do distanciamento na comunicação que revela um caráter fundamental da própria historicidade da experiência humana, que é uma comunicação **na** e **pela** distância. Ver: RICOEUR, P. *Interpretação e Ideologias*. Trad. de Hilton Japiassu. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1990, p. 44.

¹⁵⁷RICOEUR, P. Apud BALANDIER, V. 2004, p. 264.

A tradição hermenêutica¹⁵⁸ à qual pertence Paul Ricoeur, pode ser caracterizada através de três traços: 1. encontra-se na linha de uma filosofia *reflexiva*; 2. localiza-se na esfera de influência da fenomenologia e 3. é uma variante hermenêutica desta fenomenologia. Em linhas gerais, a filosofia *reflexiva* é entendida como o modo de pensamento procedente do *Cogito* cartesiano, através de Kant e da filosofia poskantiana francesa, especialmente Jean Narbert¹⁵⁹. A filosofia reflexiva abarca problemas filosóficos referentes à possibilidade de compreensão de si mesmo como sujeito das operações cognoscitivas, volitivas, estimativas, etc. A idéia de reflexão está vinculada ao desejo de uma transparência absoluta, de uma coincidência consigo mesmo, que faria da consciência de si um saber indubitável. Esta reivindicação será satisfeita pelas ferramentas conceituais da fenomenologia e da hermenêutica. Edmund Husserl, por exemplo, concebe a fenomenologia como: “*un método de descripción esencial de las articulaciones fundamentales de la experiencia (perceptiva, intelectual, volitiva, axiológica, etc.), sino como una autofundamentación radical en la más completa claridad intelectual*”.¹⁶⁰

E a hermenêutica surge nos tempos de Schleiermacher da fusão entre a exegese bíblica, a filologia clássica e a jurisprudência. Esta fusão de disciplinas deveu-se a um giro copernicano que privilegiou a pergunta: Que é compreender? Esta investigação sobre *Verstehen*¹⁶¹ terminou desembocando, posteriormente, em um problema fenomenológico: a investigação sobre o sentido intencional dos atos noéticos.¹⁶² Enquanto a fenomenologia buscava o problema do sentido no plano cognitivo e perceptivo, a hermenêutica o buscava, desde Dilthey, no plano da história e das ciências humanas. Para Paul Ricoeur, trata-se de um problema fundamental: a relação entre o *sentido* e o *si mesmo*, entre a *inteligibilidade* do primeiro e a *reflexividade* do segundo. Não há compreensão que não esteja mediatizada por signos, símbolos e textos, a compreensão de si coincide, em última instância, com a interpretação aplicada a estes termos mediadores. Mediação através dos signos: com ele se

¹⁵⁸Paul Ricoeur segue, inspirando-se numa tradição cujos expoentes são: F. Schleiermacher (1768 -1834), Dilthey, Heidegger e Hans-Georg Gadamer (1900 -2002).

¹⁵⁹Um dos mais relevantes intelectuais do pensamento francês do século XX. Sua obra tem uma expressiva repercussão entre diferentes pensadores. Dentre suas publicações, cito: *Essai sur le mal*, rééd. Paris, éd. du Cerf, 1996 ; *Le désir de Dieu*, rééd. Paris, éd. du Cerf, 1996. *Éléments pour une éthique*. Paris: Aubier, 1992.

¹⁶⁰RICOEUR, P. 2000, p. 200/201.

¹⁶¹Usualmente traduzido por “compreensão”. BUNGE, Mario. *Dicionário de filosofia*. Tradução de Gita K. Guinburg. São Paulo: Perspectivas, 2002, p. 403.

¹⁶²Significa intuitivo, apreendido pré-discursivamente, diretamente. BUNGE, Mario. op. cit. p. 261.

afirma a condição originalmente lingüística de toda experiência humana; mediação através dos símbolos, entendido como as expressões com duplo sentido que se escalonam em símbolos universais, nos que são próprios de uma cultura e naqueles que são criados por um pensador particular, inclusive por uma obra singular; mediação através dos textos, reduzindo a esfera da interpretação à escritura e à literatura. Graças à escritura, o discurso adquire uma tripla autonomia semântica: respeito à intenção do locutor, a recepção do auditório primitivo e as circunstâncias econômicas, sociais e culturais de sua produção. O rodeio através dos signos e símbolos se amplia e se altera, por sua vez, em virtude desta mediação através dos textos que se distanciam da condição subjetiva do diálogo. A intenção do autor não se dá imediatamente. Há de ser reconstruída.¹⁶³

2 - O método

A hermenêutica se incumbe de uma dupla tarefa: a primeira tarefa da hermenêutica consiste em buscar no próprio texto, por um lado, a dinâmica interna que preside a estruturação da obra; por outro, a capacidade da obra para projetar-se fora de si mesma e dar lugar a um mundo, que seria certamente a “coisa”. Dinâmica interna e projeção externa constituem o que Paul Ricoeur chama “o labor do texto”. A tarefa da hermenêutica consiste em reconstituir esta dupla tarefa do texto. Tanto em suas análises do relato como nos da metáfora, luta em duas frentes: por uma parte, recusa o irracionalismo da compreensão imediata - extensão indevida que alimenta a ilusão romântica de um vínculo imediato de congenialidade entre as duas subjetividades implicadas pela obra, a do autor e a do leitor; por outro lado, recusa, com a mesma força, um racionalismo da explicação que estenderia ao texto a análise estrutural dos sistemas de signos característicos não do discurso, mas da língua. Esta extensão igualmente indevida dá lugar à ilusão positiva de uma objetividade textual fechada em si mesma e independente da subjetividade do autor e do leitor.

A estas duas atitudes unilaterais, Paul Ricoeur propõe uma interpretação mediante uma dialética da compreensão e da explicação. A compreensão como a capacidade de continuar em um mesmo trabalho de estruturação do texto, e a explicação, a operação de

¹⁶³RICOEUR, Paul. *Narratividade, fenomenología y hermenéutica*. IN: *Anàlisi*. [online]. 2000, n. 25, p. 189-207. Disponível em <http://www.bib.uab.es/pub/analisi/>.

segundo grau que se acha inserida nesta compreensão e que consiste na atualização dos códigos subjacentes a este trabalho de estruturação que o leitor acompanha. Esse combate em duas frentes, contra uma redução da compreensão à empatia¹⁶⁴ e uma redução da explicação a uma combinatória abstrata, leva-o a definir a interpretação mediante esta mesma dialética da compreensão e da explicação no plano do "sentido" imanente ao texto e apresenta a vantagem de preservar o diálogo entre as ciências humanas e a filosofia.¹⁶⁵ Sua análise do "sentido" dos "enunciados metafóricos" e do "sentido" das "tramas narrativas", situa-se no plano epistemológico da teoria da *Verstehen*¹⁶⁶, na tradição de Wilhelm Dilthey¹⁶⁷ e de Max Weber.¹⁶⁸ A distinção entre "sentido" e "referência", aplicada a estes enunciados e às tramas, prover-se da filosofia hermenêutica na tradição de Martin Heidegger¹⁶⁹ e Hans-Georg Gadamer¹⁷⁰, intencionando uma subordinação da teoria epistemológica à teoria ontológica do *Verstehen*.

Sem esquecer a fase epistemológica, que aposta no diálogo da filosofia com as ciências humanas, não descuida do deslocamento da problemática hermenêutica, que acentua o "ser-no-mundo" e a pertença participativa que precede a toda relação de um sujeito com o objeto que tem em frente. No plano de uma nova ontologia hermenêutica, situa sua análise sobre a "referência" dos enunciados metafóricos e das tramas narrativas. Estas análises

¹⁶⁴Essa compreensão é, a princípio, um esforço de identificação afetiva (*Einfühlung*, "sentir-se em"), uma espécie de transposição intuitiva para o Outro, uma fusão dele com o eu cognoscente. Como observa Habermas, a teoria diltheyana da *Erlebnis* e da *Einfühlung*, apesar da aparência em contrário, impede uma verdadeira comunicação, baseada no reconhecimento das diferenças. Ela estabelece, muito apressadamente, uma identidade apenas desejada, e corre assim o risco de confundir a compreensão do Outro com o encontro sempre renovado do mesmo pelo mesmo: 'A compreensão é um reencontro do eu no tu; o espírito se encontra a si próprio em níveis sempre mais elevados de conexão (ainda Dilthey!).' GAGNEBIN, Jeanne Marie. "A verdade da crítica". In: *Walter Benjamin: os cacos da história*. Trad. Sônia Salzstein. São Paulo: Editora Brasiliense, 1993, p. 55.

¹⁶⁵RICOEUR, Paul. Narratividade, fenomenología y hermenéutica. IN: *Anàlisi*. [online]. 2000, n. 25, p. 189-207. Disponível em: <http://www.bib.uab.es/pub/analisi/>.

¹⁶⁶Em W. Dilthey significa empatia. Em M. Weber significa "a conjectura acerca da intenção de um ator e das metas de sua ação". Na doutrina hermenêutica, significa "compreender" ou "interpretar".

¹⁶⁷Nasceu em 1833 e morreu em 1911. Intérprete dos trabalhos da Escola histórica alemã. Tentou realizar uma "crítica da razão histórica". Sua obra é vasta, incluindo biografias: *A vida de Schleiermacher* (1870), *História da juventude de Hegel* (1905). Dentre as obras teóricas, destacam-se: *Introdução às ciências do espírito* (1883-90, 2 v.), *O mundo do espírito* (1924, 2 v.), *A construção do mundo histórico nas ciências do espírito* (1910), dentre outras.

¹⁶⁸Nasceu em 1864 e morreu em 1920. É um egresso da escola histórica alemã. Suas reflexões abrangem a metodologia de um saber empírico da história tendo por fundamento uma teoria da modernidade, assim como sobre o elo entre a racionalidade científica e as estruturas do mundo ocidental. Os títulos publicados no Brasil são os seguintes: *A ética protestante e o espírito do capitalismo*, 1994; *Economia e sociedade*, 1992; *Ciência e política: Duas vocações*, 1972.

¹⁶⁹Nasceu em 1889 e morreu em 1976. Sua obra principal é *Ser e Tempo*. Publicado originalmente, em alemão, com o título *Sein und Zeit*, 1927.

¹⁷⁰Nasceu em 1900 e morreu em 2002. Criador da nova hermenêutica. *Verdade e Método*, editado originalmente em alemão com o título *Wahrheit und Methode*. Tübingen, 1960.

pressupõem a convicção de que o discurso quer, em todos os seus usos, levar à linguagem uma experiência, um modo de viver e de estar no mundo, que a precede e pede para ser dito. Esta precedência explica sua obstinação em descobrir os usos poéticos da linguagem, o modo referencial apropriado a estes usos, através do qual o discurso continua tratando de dizer o ser, inclusive, quando parece haver retirado em si mesmo, para celebrar-se a si mesmo. A esse empenho ontológico descritivo da referência dos enunciados metafóricos e dos enunciados narrativos, acrescenta a precisão analítica que lhe falta:

Por una parte, en efecto, me ocupo en dar un alcance ontológico a la pretensión referencial de los enunciados metafóricos por influencia de lo que acabo de llamar el empeno ontológico de la teoría del lenguaje: de este modo, me atrevo a decir que ver algo como...¹⁷¹ es poner de manifiesto el ser-como de la cosa. Pongo el “como” en posición de exponente del verbo ser y hago del “ser-como” el referente último del enunciado metafórico. Esta tesis tiene indiscutiblemente el sello de la ontología postheideggeriana. Pero, por otra parte, la constatación del ser-como... no podría, a mi juicio, separarse de un estudio detallado de los modos referenciales del discurso y requiere un tratamiento propiamente analítico de la referencia indirecta, en base al concepto de “split reference” que he recibido de Roman Jakobson. Mi tesis sobre la mímese de la obra narrativa y mi distinción de los tres estadios de la mímese – prefiguración, configuración y transfiguración¹⁷² del mundo de la acción por el poema – expresan el mismo deseo de añadir la precisión del análisis a la atestación ontológica.¹⁷³

¹⁷¹“É necessário, com efeito, deixar de ver na imaginação uma função da imagem, no sentido sensorial da palavra; ela consiste antes em ‘ver como...’, para retomar uma expressão de Wittgenstein, e esse poder é um aspecto da operação propriamente semântica que consiste em perceber o semelhante no dessemelhante.” RICOEUR, Paul. *A metáfora viva*. Trad. de Dion Davi Macedo. São Paulo: Edições Loyola, 2000, p. 13.

¹⁷²O sentido de transfigurar em espanhol e em português é mudar a figura, feição ou caráter de. O termo como traduzido em *Tempo e narrativa*, “refigurar”, não está dicionarizado, todavia, seu sentido é o mesmo.

¹⁷³RICOEUR, Paul. “Narratividade, fenomenología y hermenéutica”. In: *Anàlisi*. [online]. 2000, n. 25, p. 207. Disponível em: <http://www.bib.uab.es/pub/analisi/>.

A base do seu modelo hermenêutico é o conceito de *mimese*¹⁷⁴ (imaginação criadora). Ele é dinamizado por uma operação mediadora que comporta três momentos: mimese I, mimese II e mimese III. Segundo Paul Ricoeur, de um modo ou de outro, todos os sistemas simbólicos contribuem para *configurar* a realidade, em especial, as tramas que inventamos nos ajudam a configurar nossa experiência temporal confusa, informe e, em última instância, muda. Na capacidade da ficção para configurar esta experiência temporal quase muda, reside a função referencial da trama. Este é o vínculo entre *muthos* (trama) e *mimese* (imaginação criadora) da *Poética* de Aristóteles: a fábula é a imitação da ação. O mundo da ficção é um laboratório de formas em que ensaiamos configurações possíveis da ação para comprovar sua coerência e sua verossimilhança. Esta experimentação com os paradigmas depende da *imaginação criadora*. Neste estágio, a referência se mantém como em suspensão: a ação imitada é uma ação só imitada, quer dizer, fingida, inventada. Ficção é *fingire* e *fingere* é fazer. O mundo da ficção, nesta fase de suspensão, é somente o mundo do texto, uma projeção do texto como mundo. Porém, a suspensão da referência só pode ser um momento intermediário entre a compreensão prévia do mundo e a transfiguração da realidade cotidiana que realiza a própria ficção. O mundo do texto tem assinalada uma relação com o mundo real. O mundo do texto, pois, é um mundo, entra necessariamente em conflito com o mundo real, para refazê-lo, confirmando-o ou negando-o. É por isso que a linguagem pode ser perigosa.¹⁷⁵

Um movimento paralelo se desenvolve por parte da história. Semelhante à ficção narrativa que não prescinde de referência, a referência própria da história não deixa de ter uma afinidade com a referência "produtora" da narrativa de ficção. Não é que o passado seja irreal, senão que a realidade passada seja inverificável. Na medida em que já não é, o discurso histórico somente a aborda *indiretamente*. Neste ponto, se impõe a afinidade com a ficção. A reconstrução do passado, como já havia dito Collingwood energicamente, é obra da imaginação. Também o historiador, em virtude dos vínculos, acima referidos, entre a história

¹⁷⁴A "*mímeses*", correspondência ontológica entre a experiência e o que a nomeia, uma forma original do pensamento humano, pelo qual ele evoca a realidade, o cotidiano, a práxis; apresenta-se como um meio para decifrar as correspondências entre o texto literário e o social: os movimentos expressivos estão relacionados à faculdade mimética de perceber e reproduzir semelhanças. BENJAMIN, Walter. "Sobre o conceito da história". In: *Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura*. Trad. de Sérgio Paulo Rouanet. 7 ed. São Paulo: Brasiliense, 1994, p. 108 – 113. Segundo Roger Chartier "[...] *todo gesto criador, inscreve em suas formas e seus temas uma relação com as estruturas fundamentais que em determinado momento e lugar moldam a distribuição do poder, a organização da sociedade ou a economia da personalidade*". CHARTIER, Roger "A história hoje: dúvidas, desafios, propostas". *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, v. 7, 1994, p. 107.

¹⁷⁵No sentido concebido por Walter Benjamin.

e a narrativa, configura tramas que os documentos permitem ou não, porém que em si mesmos não contêm. Neste sentido, a história combina a coerência narrativa e a conformidade com os documentos. Este vínculo complexo caracteriza o estatuto da história como interpretação. Abre-se, assim, uma via a uma investigação positiva de todos os entrecruzamentos entre as modalidades referenciais assimétricas, ainda igualmente indiretas ou mediadas, da ficção e da história. Graças a este jogo entre a referência indireta ao passado e a referência produtora da ficção, a experiência humana, em sua dimensão temporal profunda, é refigurada.

A ficção narrativa imita a ação humana na medida em que contribui para remodelar essas estruturas e essas dimensões temporais segundo a configuração imaginária da trama. A ficção tem essa capacidade de refazer a realidade e, de modo mais preciso, no marco da ficção narrativa, a realidade *práxica*, na medida em que o texto tende a abrir intencionalmente o horizonte de uma realidade nova, a que podemos chamar mundo. Este mundo do texto intervém no mundo da ação para configurá-lo, para transfigurá-lo. Foi o estudo da metáfora que lhe permitiu aprofundar o mecanismo desta operação de transfiguração e estendê-las ao conjunto das produções imaginativas designadas pelo termo geral de ficção. A metáfora permite perceber a conjunção entre os dois momentos constitutivos da referência poética. O primeiro destes momentos, a linguagem, cumpre uma função poética que desloca a atenção da referência para a mensagem mesma. O primeiro momento constitutivo é, pois, esta suspensão da relação direta do discurso com o real, constituído e descrito já com os recursos da linguagem ordinária ou da linguagem científica. O discurso poético proporciona à linguagem aspectos, qualidades e valores da realidade a que não tem acesso a linguagem diretamente descritiva e que só pode dizer-se graças ao jogo complexo do enunciado metafórico e da transgressão regulada dos significados usuais de nossas palavras. Paul Ricoeur descreve esta operação gnosiológica para a compreensão do discurso metafórico, detalhadamente, e, sobretudo, aplica-o também a história entendida como um relato verdadeiro. Note-se que o conceito de metáfora, inspirado por Aristóteles, é o núcleo dessa operação e pertence tanto ao domínio da poética quanto ao da retórica:¹⁷⁶

¹⁷⁶A poesia, segundo Paul Ricoeur, nada quer provar, seu projeto é mimético, seu alcance é compor uma representação essencial das ações humanas, seu modo próprio é dizer a verdade por meio da ficção, da fábula, do *mythos* trágico. A tríade *poiesis* – *mimesis* – *kátharsis* descreve de maneira exclusiva o mundo da poesia, sem confusão possível com a tríade *retórica* – *prova* – *persuasão*. Aristóteles define a retórica como a arte de inventar ou de encontrar provas.

A poética, arte de compor poemas, trágicos principalmente, não depende, nem quanto à função nem quanto à situação do discurso, da retórica, arte da defesa, da deliberação, da repreensão e do elogio. A poesia não é a eloquência. Ela não visa à persuasão, mas produz a purificação das paixões do terror e da piedade. Poesia e eloquência desenham assim dois universos de discurso distintos. Ora, a metáfora tem um pé em cada domínio. Ela pode, quanto à estrutura, consistir apenas em uma única operação de transferência do sentido das palavras, mas, quanto à função, ela dá continuidade aos destinos distintos da eloquência e da tragédia; há, portanto, uma única *estrutura* da metáfora, mas duas *funções*: uma função retórica e uma poética.¹⁷⁷

Ampliam-se, dessa maneira, as aquisições fornecidas pela hermenêutica de Paul Ricoeur ao lidar com a metáfora enquanto tropos, ou seja, enquanto uma estrutura mediadora e portadora de duas funções: uma poética e uma retórica.¹⁷⁸ No nível da configuração de uma obra, não existe diferença entre o relato fictício e o relato histórico, todavia, quando passamos do nível poético para o nível retórico, do nível semântico ao pragmático, aparece uma diferença fundamental: “*frente ao narrador, al historiador no le basta com producir la historia que narra, com exponer los hechos; tiene que argumentar, y argumenta porque sabe que lo que cuenta se puede explicar de otro modo.*”¹⁷⁹ Quer dizer, na história, a explicação é necessária e articulada pelos diversos elementos de uma narrativa. Reconstruir a referência própria de cada relato enfrenta as dificuldades da explicação como compromisso de objetividade; neste sentido o relato histórico se vincula com a opção documental, testemunhal e de arquivo, tentando alcançar o crédito da objetividade que o iguale a outros saberes surgidos da observação e da descrição. A produção/codificação do discurso histórico compreende um trabalho de composição e de disposição (Poética) e também de elocução/comunicação (Retórica), constitutivas da força motriz da operação mimética, por sua vez, regido por regras formais derivativas do procedimento investigatório historiográfico que regulam a *práxis* do texto, sua identidade narrativa. A produção codificada se encerra em uma obra singular de estilo historiográfico.

¹⁷⁷ RICOEUR, Paul. *A metáfora viva*. Trad. Dion Davi Macedo. São Paulo: Edições Loyola, 2000, p. 23.

¹⁷⁸ Ibidem.

¹⁷⁹ BALAGUER, Vicente. op. cit. p. 272.

A seguir, tento destrinçar, através dos momentos que perfazem o método hermenêutico, os passos que conformam esse estilo historiográfico. Sinteticamente, os traços deste modelo trifásico de base (a tríplice mimese) são os seguintes: o caráter dinâmico da operação de configuração, o primado da ordem sobre a sucessão, a competição entre concordância e discordância, a esquematização pela narração das generalidades em forma de lei, a concorrência entre sedimentação e inovação na formação das tradições ao longo do desenvolvimento das ciências históricas.

Ressalto que a hermenêutica de Paul Ricoeur, por sua amplitude histórico-filosófica, não pode ser concebida ou reduzida a um método. Portanto, faz-se imprescindível explicitar que criei uma esquematização do método hermenêutico, cuja montagem é de minha própria autoria, todavia, os conceitos, noções, categorias, relações e demais conexões, são apropriações, inspiradas e referenciadas do ponto de vista teórico e dos procedimentos, nas reflexões filosóficas e históricas da hermenêutica ricoeuriana direcionadas para o estudo das narrativas. Assim, mantenho uma relação de fidedignidade com a tarefa de exercer a “*intencionalidade histórica*” e descrever os “*vínculos da História com a narração*”, que são procedimentos da hermenêutica ricoeuriana.

2.1 - Mimese I: pré-figuração

Momento da pré-figuração ou da pré-compreensão do mundo da ação que se constitui da consideração de que algo *precede* a configuração poética. O que precede a configuração poética, é uma pré-compreensão do mundo, é pré-compreender o que ocorre com o agir humano: com sua semântica¹⁸⁰, com sua simbólica¹⁸¹, com sua temporalidade.¹⁸² Para isso, exige-se uma competência preliminar: a capacidade de identificar a ação em geral por seus traços estruturais; exige-se ainda uma competência suplementar: a aptidão de identificar as mediações simbólicas da ação, que por sua vez são portadoras de caracteres temporais, donde procede a necessidade da narração. Esta instância remete a um mundo da

¹⁸⁰Derivação do estudo da relação de significação nos signos e da representação dos sentidos dos enunciados.

¹⁸¹Para a formulação deste conceito, Paul Ricoeur diz aproximar-se da acepção das formas simbólicas de Cassirer em *Filosofia das formas simbólicas*, para quem “*as formas simbólicas são processos culturais que articulam a experiência inteira.*” RICOEUR, Paul. *Tempo e Narrativa*. Trad. de Constança Marcondes César. Campinas: Papirus, 1994, tomo I, p. 92.

¹⁸²Os traços sintáticos operam como que uma articulação entre ritmos temporais e linguagem.

ação já configurado por uma atividade pré-narrativa, e anterior quanto ao sentido, à historiografia científica.

A competência preliminar, ou seja, a capacidade de identificar a ação em geral por seus traços estruturais, remete a uma qualificação para configurar a trama conceitual. Esta, por sua vez, é significativa por extrair sua significação pelo fato de ser utilizada “em conjunção com qualquer um dos termos da trama inteira”. As ações implicam *fins*, remetem a *motivos*, têm *agentes* que agem e sofrem em *circunstâncias* e “com” outros, ou seja em interação que pode assumir a forma da cooperação, da competição ou luta. Por fim, a ação implica num resultado “*que pode ser uma mudança de sorte em direção à felicidade ou ao infortúnio*”.¹⁸³ Estes termos, normalmente, sobrevêm nas respostas às questões que podem ser classificadas em questões sobre o “que” (o fato), o “quem”, (personagem) “por que”, o “como”, o “com” ou o “contra quem” da ação (relações de causalidade), o “onde” (espaço), o “quando” (tempo). E, devem ser empregados de modo significativo, em situações de questões e respostas, na medida em que se possa também ligá-los a qualquer outro membro do mesmo conjunto. De forma que todos os membros do conjunto estejam numa relação de intersignificação: “*Dominar a trama conceitual no seu conjunto, e cada termo na qualidade de membro do conjunto, é ter a competência que se pode chamar de compreensão prática*”.

184

Acrescenta-se a familiaridade com a trama conceitual da ação, os traços *discursivos* que a distinguem de uma simples seqüência de frases de ação. Estes são traços sintáticos¹⁸⁵ que têm como função engendrar a composição das modalidades de discursos narrativos. Esta relação entre trama conceitual da ação e as regras de composição narrativa correspondem à distinção entre ordem paradigmática e ordem sintagmática. Na ordem paradigmática, todos os termos relativos à ação são sincrônicos, ou seja, suas relações de intersignificação entre fins, meios, agentes, circunstâncias, etc. são reversíveis. Quanto à ordem sintagmática, caracteriza-se pela diacronia. A passagem da ordem paradigmática da ação à ordem sintagmática da

¹⁸³ RICOEUR, Paul. op. cit. p. 89.

¹⁸⁴ RICOEUR, Paul. *Tempo e Narrativa*. Trad. de Constança Marcondes César. Campinas: Papyrus, 1994, tomo I, p. 89.

¹⁸⁵ Derivados da sintaxe – parte da gramática que estuda a disposição das palavras na frase e a das frases no discurso, bem como a relação lógica das frases entre si e a correta construção gramatical.

narrativa, os termos da semântica da ação adquirem integração (termos heterogêneos¹⁸⁶ são tornados compatíveis e operam conjuntamente em totalidades temporais efetivas) e atualidade (termos de significação apenas virtual tornam-se efetivamente significativos ao terem um encadeamento seqüencial conferidos pela intriga a seus agentes, ao seu fazer e ao seu sofrer). A dupla relação entre regras de tessitura da intriga e termos da ação constitui, simultaneamente, uma relação de pressuposição e uma relação de transformação.

Uma competência suplementar: a aptidão de identificar as mediações simbólicas da ação. Os traços simbólicos comandam a seleção dos aspectos do fazer, do poder-fazer e do saber-poder-fazer que pertencem à transposição poética. A ação narrada é simbolicamente mediatizada, uma vez que é o que lhe permite ser articulada em signos, regras e normas¹⁸⁷. Resulta que, o sistema simbólico ou sistema de referência fornece um *contexto de descrição*. Os símbolos, antes de serem submetidos à interpretação, são interpretantes internos da ação. O que confere à ação uma primeira *legibilidade*, pois que, fornecem as regras da significação em função das quais condutas e práticas sociais podem ser interpretadas. Além da introdução da idéia de regra no sentido de regras descritivas e interpretativas para ações singulares, mas também no sentido de regras prescritivas, ou seja, de normas. Em função das normas imanescentes de uma cultura, diz Paul Ricoeur, “*as ações podem ser estimadas ou apreciadas, isto é, julgadas segundo uma escala de preferência moral.*”¹⁸⁸ O que decorre em atribuição de valores às ações e estendidos aos personagens. Atribuição semelhante aos pressupostos “éticos” da Poética de Aristóteles, onde os agentes são “*caracteres dotados de qualidades éticas que os tornam nobres ou vis.*”¹⁸⁹ A neutralidade ética não é possível, nem desejável, considerando o caráter conflitivo das normas que a cultura oferece à atividade mimética.

As mediações simbólicas da ação, por sua vez, são portadoras de caracteres temporais, donde procede a necessidade da narração. A compreensão da ação reconhece, na própria ação, estruturas temporais que exigem a narração, que se constituem de uma “*estrutura pré-narrativa da experiência temporal e de traços temporais implícitos às*

¹⁸⁶ Agentes, motivos e circunstâncias. RICOEUR, Paul. op. cit. p. 91.

¹⁸⁷ Entenda-se a acepção de símbolos de Paul Ricoeur em aproximação ao uso das formas simbólicas de Cassirer, ou seja, entendida como “*processos culturais que articulam a experiência inteira.*”, sublinhando-se seu caráter público da articulação significativa e assinalando seu caráter estruturado em “sistema” ou “modelos”, “textura” ou ainda “trama simbólica da cultura”. RICOEUR, Paul. op. cit. p. 92.

¹⁸⁸ RICOEUR, Paul. *Tempo e Narrativa*. Trad. de Constança Marcondes César. Campinas: Papirus, 1994, tomo I, p. 94.

¹⁸⁹ Idem

mediações simbólicas da ação considerados indutores de narrativa".¹⁹⁰ Estes "traços" constituem-se de iterações correlações, intercâmbios, repetições, oposições, gradações e a imbricação/ entrelaçamento ou alternância, ordenadas e dinamizadas pela práxis cotidiana das três estruturas temporais da ação: o presente do futuro, o presente do passado, o presente do presente. É sobre essa pré-compreensão, "*que se ergue a tessitura da intriga e, com ela, a mimética textual e literária*".¹⁹¹ Descrevê-la, instrumentaliza o autor, leitor ou espectador a procederem a uma leitura da imitação criadora (mimese II).

2.2 - Mimese II: configuração

Este momento tem uma função mediadora que consiste numa operação dinâmica de configuração dos acontecimentos individuais e de uma história, ou seja, na configuração constitutiva da tessitura da intriga ou *muthos* expressão definida como "agenciamento dos fatos". Ela se dá em virtude da possibilidade da configuração dos acontecimentos individuais "em uma história" e refere-se à competência de, partindo de uma sucessão de acontecimentos, configurarem uma intriga, por uma mediação que engendra à narrativa uma inteligibilidade própria, onde fatores heterogêneos estão juntos, sem perder suas características singulares, nem seus caracteres temporais. O caráter dinâmico desta operação consiste no exercício de uma função integradora da intriga no próprio campo textual, assim como fora desse próprio campo, operando uma mediação de maior amplitude entre a pré-compreensão e a pós-compreensão da ordem da ação e de seus traços temporais. Tal competência é qualificada como um "ato poético" que se revela na composição de uma história a ser seguida e institui a narratividade da obra. Dá-se aqui o "*processo concreto pelo qual a configuração textual faz a mediação entre a prefiguração do campo prático e sua refiguração pela recepção da obra*"¹⁹². Ele é o gesto que ata os fios da operação mimética.

Paul Ricoeur especifica os motivos pelos quais a intriga é mediadora: 1. por fazer o entrelaçamento entre *acontecimentos* ou incidentes individuais e uma *história* considerada como um todo, quer dizer que ela extrai uma história sensata *de* - uma pluralidade de

¹⁹⁰Idem, Ibidem, p. 95.

¹⁹¹Idem, Ibidem, p. 101.

¹⁹²RICOEUR, Paul. *Tempo e Narrativa*. Trad. de Constança Marcondes César. Campinas: Papirus, 1994, tomo I, p. 86/7

acontecimentos ou de incidentes; “*ou que transforma os acontecimentos ou incidentes em – uma história*”.¹⁹³ Estas relações expressas “pelo de” e “pelo em” são reciprocáveis e caracterizam a intriga como mediação entre acontecimentos e história narrada. Nesta relação, o acontecimento é definido pela contribuição para o desenvolvimento da intriga. Ele é organizado numa totalidade inteligível pela operação mediadora da tessitura da intriga que extrai de uma simples sucessão uma configuração (tema da história); 2. trata-se da tessitura da intriga que “*compõe juntos fatores tão heterogêneos quanto agentes, fins, meios, interações, circunstâncias, resultados inesperados etc.*”. Essa configuração é caracterizada como concordância-discordância - traço que constitui a função significadora da intriga. Os caracteres temporais que se encontram implicados no dinamismo constitutivo da configuração narrativa, são a matéria substantiva para a operação do conceito de concordância-discordância, com o qual a operação de tessitura da intriga reflete e resolve de modo poético a aporia do tempo e que compreende as dimensões: cronológica (dimensão episódica) e a não-cronológica (dimensão configurante propriamente dita). É a passagem do paradigmático ao sintagmático que constitui a transição de mimese I a mimese II; 3. refere-se ao fato da intriga ser mediadora de seus caracteres temporais próprios que, aliás, nos autorizam a chamar por generalização, a intriga de uma *síntese do heterogêneo*.¹⁹⁴ Esses caracteres temporais estão implicados diretamente no dinamismo constitutivo da configuração narrativa e dão sentido ao conceito de concordância-discordância na medida em que resolve de modo poético o paradoxo do tempo, combinando, em proporções variáveis, as dimensões temporais já citadas: cronológica e a não-cronológica, ou seja, dessa diversidade de acontecimentos, o ato configurante extrai a unidade de uma totalidade temporal.

O ato da intriga tem uma função similar ao “juízo reflexivo”¹⁹⁵, na medida em que “*extrai uma configuração de uma sucessão*”¹⁹⁶. Este procedimento consiste num exame do curso dos fatos e a proposição do juízo de imputação causal singular que decide a significação histórica do dito acontecimento. Nela, é possível discernir a estrutura de transição entre a explicação por leis (explicação) e a explicação por inclusão da intriga (compreensão). Nesse sentido, a *imputação causal singular* é o nexos da explicação em história. A essa afinidade

¹⁹³Ibidem, p. 103.

¹⁹⁴Segundo Paul Ricoeur, essa generalização é a base da definição da intriga por Paul Veyne, como “*uma combinação em proporção variável de fins, causas e acasos*”, que é o fio condutor de sua historiografia em *Como se escreve a história*. Ver: VEYNE, P. *Como se escreve a História*. 3 ed. Brasília: UnB., 1995.

¹⁹⁵Conceito de Kant que significa “*colocar uma pluralidade intuitiva sob a regra de um conceito*”. RICOEUR, Paul. *Tempo e Narrativa*. Trad. de Constança Marcondes César. Campinas: Papirus, 1994, tomo I, p. 104.

¹⁹⁶Ibidem.

preservada entre a *imputação causal singular* e a armação da intriga, Paul Ricoeur chama de *quase-intriga*:

Desse modo, pudemos fazer justiça ao nascimento de uma nova *racionalidade* no campo da explicação histórica, ao mesmo tempo que preservávamos, graças a essa gênese de sentido, a subordinação da racionalidade histórica à inteligência narrativa. Tampouco esquecemos as noções de quase-intriga, de quase-personagem e de quase-acontecimento, pelas quais tentamos ajustar os novos modos de configuração histórica ao conceito formal de intriga, considerado no sentido amplo de síntese do heterogêneo.¹⁹⁷

Mediatizando os dois pólos dos acontecimentos e da história, a tessitura da intriga resolve o paradoxo através de uma solução que é o próprio ato poético, que extrai de uma sucessão uma representação. Desse ato poético de composição, resulta uma história a ser seguida: “*Seguir uma história é avançar no meio de contingências e de peripécias sob a conduta de uma espera que encontra sua realização na ‘conclusão’*”¹⁹⁸. A conclusão dá à história um “ponto final” que, por sua vez, nos fornece “o ponto de vista”, através do qual se visualiza a história como um todo. Segundo Paul Ricoeur, se compreende uma história quando se compreende “*como e por que os episódios sucessivos conduziram a essa conclusão, a qual, longe de ser previsível, deve finalmente ser aceitável, como congruente com os episódios reunidos*”¹⁹⁹, ou a capacidade de apreender os próprios episódios bem conhecidos como conduzindo a este fim, donde emerge uma nova qualidade do tempo, às avessas.

É preciso compreender que a operação imaginária pela qual o historiador supõe, pelo pensamento, um dos antecedentes desaparecidos ou modificados, depois trata de construir o que teria se passado nessa hipótese, tem, segundo Paul Ricoeur, um significado que ultrapassa a epistemologia, apontando para sua dimensão ontológica. É neste plano da ontologia

¹⁹⁷ RICOEUR, Paul. *Tempo e Narrativa*. Trad. de Marina Appenzeller. Campinas, SP: Papirus, 1995, tomo II, p. 281.

¹⁹⁸ *Ibidem*, p. 105.

¹⁹⁹ *Idem*.

hermenêutica que Paul Ricoeur situa sua análise sobre a “referência” das tramas narrativas, que busca em todos os seus usos, levar a linguagem uma experiência, um modo de viver e de estar-no-mundo que lhe precede e pede para ser dito, acrescentando a atestação ontológica, a precisão analítica. A chave para este problema é apontada por Paul Ricoeur, no funcionamento retórico e ontológico do “*como*”, que confere a metáfora um alcance referencial, cujo trabalho é de correlacionar o *ser-como* ao *ver-como*. Dessa forma, o “*conceito de refiguração do tempo pela narrativa – herdeiro do conceito de redescrição metafórica – alude à noção de figura, núcleo da tropologia.*”²⁰⁰ A tropologia se torna o imaginário da representância: “*a análise tropológica é a procurada explicação da categoria do Análogo. Ela diz apenas uma coisa: as coisas devem ter se passado como se diz nessa narrativa; graças ao crivo tropológico, o ser-como do acontecimento passado é levado à linguagem.*”²⁰¹ As modalidades do imaginário respondem à exigência da figuratividade. A referência fragmentada da metáfora dá um auxílio à refiguração do tempo pela história, assim como a história imita, em sua escrita, os tipos de armação da intriga herdados da tradição literária. Vemos como os empréstimos tomados à história pela literatura são abrangentes e, segundo Paul Ricoeur:

[...] não poderiam ser confinados no plano da composição, portanto, no momento de configuração. O empréstimo diz respeito também à função representativa da imaginação histórica: aprendemos a ver *como* trágico, *como* cômico etc. determinado encadeamento de acontecimentos. O que justamente faz a perenidade de certas grandes obras históricas, cuja fiabilidade propriamente científica o progresso documentário, porém, erodiu, é o caráter exatamente apropriado de sua arte poética e retórica à sua maneira de *ver* o passado. A mesma obra pode, assim, ser um grande livro de história e um admirável romance. O espantoso é que esse entrelaçamento da ficção à história não enfraqueça o projeto de representância desta última, mas contribua para a sua realização.²⁰²

²⁰⁰Idem, Ibidem, p. 260.

²⁰¹Idem.

²⁰²RICOEUR, Paul. *Tempo e Narrativa*. Trad. de Roberto Leal Ferreira. Campinas, SP: Papirus, 1997, tomo III, p. 323.

Afirmando a recorrência dos historiadores ao gênio romanescos, quando empenhados como estão, a “*um certo cálculo dos fins e dos meios*”, Paul Ricoeur observa que ao historiador: “*não se proíbe, então, ‘pintar’ uma situação, ‘restituir’ uma cadeia de pensamento e dar a esta a ‘vivacidade’ de um discurso interior.*”²⁰³ Este procedimento, “*num empréstimo direto tomado à função do ‘ver-come’*”, é utilizado para reavivar as percepções, ver as coisas “*como realmente são*”, trata-se de um procedimento relacionado a uma tradição literária específica. Paul Ricoeur localiza esse efeito de discurso em Aristóteles, em sua teoria da lexis: a “*elocução*” ou a “*dicção*”, segundo a Retórica, tem a virtude de “*colocar diante dos olhos*” e, assim, “*fazer ver*”.

À análise do ato configurante, Paul Ricoeur acrescenta ainda dois traços complementares que asseguram a continuidade do processo que liga mimese III a Mimese II. Estes traços cobram o suporte da leitura para serem reativados, estamos falando da *esquematisação* e do *tradicionalismo* característicos do ato configurante e, note-se, têm uma relação específica com o tempo. A produção do ato configurante aproxima-se do trabalho da imaginação produtora, que constitui uma matriz geradora de regras. Uma de suas regras é o esquematismo. O poder do esquematismo decorre de que a imaginação produtora²⁰⁴ tem uma função sintética, integrativa, articulando o encadeamento seqüencial das frases de ação na ação total constitutiva da história narrada. Ela liga entendimento e intuição, engendra sínteses intelectuais e intuitivas: A tessitura da intriga igualmente engendra uma inteligibilidade mista entre o que já se chamou de a ponta, o tema, o “*pensamento*” da história narrada e a apresentação intuitiva das circunstâncias, dos caracteres, dos episódios e das mudanças de fortuna que produzem o desenlace. Esse esquematismo “*constitui-se numa história que tem todas as características de uma tradição.*”²⁰⁵ A tradição, por sua vez, também acrescenta, como foi dito, um traço novo que enriquece a relação da intriga com o tempo. A constituição

²⁰³Ibidem, p. 323/4.

²⁰⁴“*A primeira coisa que me vem à mente na idealização de um conto é, pois, uma imagem que por uma razão qualquer se apresenta a mim carregada de significado, mesmo que eu não o saiba formular em termos discursivos ou conceituais. A partir do momento em que a imagem adquire uma certa nitidez em minha mente, ponho-me a desenvolvê-la numa história, ou melhor, são as próprias imagens que desenvolvem suas potencialidades implícitas, o conto que trazem dentro de si. Na organização desse material, que não é apenas visivo, mas igualmente conceitual, chega o momento em que intervém minha intenção de ordenar e dar um sentido ao desenrolar da história - ou, antes, o que faço é procurar estabelecer os significados que podem ser compatíveis ou não com o desígnio geral que gostaria de dar à história, sempre deixando certa margem de alternativas possíveis.*” CALVINO, Ítalo. *Seis propostas para o próximo milênio: lições americanas*. 3 ed. Trad. Ivo Barroso. São Paulo: Companhia das Letras, 1990, p. 104/5.

²⁰⁵Entenda-se por tradição “*a transmissão viva de uma inovação sempre suscetível de ser reativada por um retorno aos momentos mais criadores de fazer poético*”. RICOEUR, Paul. *Tempo e Narrativa*. Trad. de Constança Marcondes César. Campinas: Papirus, 1994, tomo I, p. 107.

da tradição repousa sobre o jogo da inovação e da sedimentação. À sedimentação devem ser relacionados os paradigmas (formas, gênero e tipo) que nascem do trabalho de imaginação produtora nesses diversos níveis e, por serem oriundos de uma inovação anterior, fornecem regras para uma experimentação ulterior no campo da narrativa. A inovação liga-se aos paradigmas da tradição, mas pode manter também uma relação variável que se desdobra entre dois pólos: “*o da aplicação servil e o do desvio calculado, passando por todos os graus da ‘deformação regrada’*” que constitui o eixo médio de onde partem as modalidades de mudança de paradigmas por aplicação.

2.3 - Mimese III: refiguração

Mimese III – este estágio corresponde ao momento de “aplicação” ou mimese *praxeôs*. É onde se dá a conclusão do percurso da operação mimética e onde a narrativa tem seu sentido pleno quando é restituída ao tempo do agir e do padecer. A mimese III, segundo Paul Ricoeur, marca a intersecção ente o mundo do texto e o mundo do ouvinte ou do leitor. É, portanto, concebida como o resultado desta intersecção, do encontro entre o mundo do texto e o mundo do leitor. Encontro que é possibilitado pelo entendimento, que pressupõe a capacidade de esquematização ativada pela imaginação produtora, a qual possui uma função sintética.²⁰⁶ A esquematização pressupõe um fenômeno de interação que se movimenta dialeticamente entre a sedimentação e a inovação, entendimento e intuição. Trata-se da capacidade de interagir na recepção da intriga - mediada pela tradição, que enriquece a relação do texto com o leitor. Constitui-se da consideração de que algo precede a configuração poética, ou seja, é uma pré-compreensão do mundo, constituída por conceitos, normas e valores que a cognição, imaginação e sentimento (a cultura) encontram espaço para refigurar o texto e produzir um único gozo, prazer de compreender e o prazer de experimentar. Aqui, marca-se a entrada em cena da subjetividade do leitor. Como bem o coloca Paul Ricoeur:

Prolonga esse caráter fundamental de todo discurso de ser dirigido a alguém. Todavia, diferentemente do diálogo, esse *vis-à-vis* não é dado na

²⁰⁶Sugestiva para o presente estudo foi a síntese da operação mimética de Marizeti Lucini. Ver: LUCINI, Marizeti. *Tempo, narrativa e ensino de história*. Porto Alegre: Mediação, 1999, p. 8-24.

situação de discurso. Ousaria mesmo dizer que ele é criado, instaurado, instituído pela própria obra. Uma obra se dá a seus leitores e cria, assim, para si, seu próprio *vis-à-vis* subjetivo.

Na hermenêutica tradicional, este problema é conhecido como “apropriação” ou da “aplicação” do texto à situação presente do locutor. A apropriação, dialeticamente ligada ao distanciamento típico da *escrita*, é sua contrapartida. Decorre desse distanciamento, pela escrita, a ruptura dos caracteres da afinidade afetiva com a intenção do autor. A apropriação é compreensão pela distancia, compreensão à distância, afastando-se assim, da contemporaneidade e da congenitalidade. A apropriação também se encontra dialeticamente ligada à objetivação típica da *obra*. Ela passa por todas as objetivações estruturais do texto. Na medida mesmo que não responde ao autor, responde ao sentido. É nesse nível que a mediação operada pelo texto deixa-se compreender melhor. “*Só nos compreendemos pelo grande atalho dos sinais de humanidade depositados nas obras de cultura*”. É o que a análise estrutural faz aparecer como a textura mesma do texto, é o próprio *médium* no qual, apenas, podemos nos compreender.

Segundo Paul Ricoeur, aquilo de que me aproprio, é uma proposição de mundo (o mundo da obra) e que Gadamer chama de “coisa do texto” e Walter Benjamin chama de “teor coisal” ou materialidade da obra. Tal proposição não se encontra atrás do texto, como uma intenção oculta, mas diante dele, como aquilo que a obra desvenda, descobre, revela. A dialética desta relação não se reduz a imposição ao texto de sua própria capacidade finita de compreender, “*mas de expor-se ao texto e receber dele um si mais amplo, que seria a proposição de existência respondendo, da maneira mais apropriada possível, à proposição de mundo*”.²⁰⁷ A noção de mundo-do-texto possibilita-nos distinguir seu sentido e sua referência. “*Seu sentido é o objeto real que visa; este sentido é puramente imanente ao discurso. Sua referência é seu valor de verdade, sua pretensão de atingir a realidade.*”²⁰⁸ O referente do discurso é contemporâneo de seu caráter de acontecimento e de seu funcionamento dialogal, outrossim, que ambiciona “*levar à linguagem e partilhar com outro*

²⁰⁷ RICOEUR, Paul. *Interpretação e Ideologias*. Trad. de Hilton Japiassu. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1990, p. 58.

²⁰⁸ *Ibidem*, p. 55.

uma nova experiência”²⁰⁹. Qualquer experiência, diz Paul Ricoeur, possui, ao mesmo tempo, um contorno que a cerca e discerne e ergue-se sobre um horizonte de potencialidades que constituem seu horizonte interno e externo. É essa experiência que, por sua vez, tem o mundo como horizonte. Referência e horizonte são correlativos. Portanto, esse é o primeiro pressuposto ontológico da referência, ou seja, a experiência que ela faz chegar à linguagem, é dialogal. O segundo diz respeito a que também as obras literárias trazem à linguagem uma experiência e assim vêm ao mundo como qualquer discurso. Esse pressuposto discorda da teoria dominante que recusa “qualquer consideração da referência ao que ela julga extralingüístico, em nome da estrita imanência da linguagem literária a si própria”.²¹⁰

Considerando as implicações das “variações imaginativas do ego” implicadas no conceito de “apropriação”, faz-se necessário uma crítica interna das ilusões do sujeito, de forma que a compreensão é tanto desapropriação, quanto apropriação, decorre então, que a hermenêutica, para Paul Ricoeur, faz a aquisição de uma “crítica das ideologias”²¹¹ como um atalho que a compreensão de si deve tomar. A ideologia, na concepção de Paul Ricoeur, significa: “um fenômeno insuperável da existência social, na medida em que a realidade social sempre possuiu uma constituição simbólica e comporta uma interpretação, em imagens e representações, do próprio vínculo social”.²¹²

Adverte-nos que a compreensão por esse atalho deixe-se formar pela coisa do texto e não pelo preconceito²¹³ do leitor. “Em todos os níveis da análise, o distanciamento é a condição da compreensão.”²¹⁴ Portanto, o distanciamento é uma condição para a interpretação sem, para isso, negar a historicidade do texto. O sentido da interpretação gera uma pluralidade de atos de leitura e escrita que escapa ao domínio do autor. Essa liberação é uma condição para o reconhecimento de uma instância crítica no interior da interpretação. Um texto desenvolve sua própria história de interpretação, que, posteriormente, prescreve suas

²⁰⁹RICOEUR, Paul. *Tempo e Narrativa*. Trad. de Constança Marcondes César. Campinas: Papyrus, 1994, tomo I, p. 119.

²¹⁰RICOEUR, Paul. *Tempo e Narrativa*. Trad. de Constança Marcondes César. Campinas: Papyrus, 1994, tomo I, p. 120/21.

²¹¹“A crítica da consciência falsa pode tornar-se, assim, parte integrante da hermenêutica e conferir à crítica das ideologias a dimensão meta-hermenêutica que Habermas lhe assinala”. RICOEUR, P. 128/9.

²¹²RICOEUR, Paul. *Interpretação e Ideologias*. Trad. de Hilton Japiassu. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1990, p. 75.

²¹³Entretanto, o preconceito é parte constitutiva da estrutura de antecipação. É uma condição para a compreensão de algo. É operativo e constitutivo da historicidade na tensão entre o texto e o ponto de vista do leitor. Ver: RICOEUR, Paul. *Interpretação e Ideologias*. Trad. de Hilton Japiassu. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1990, p. 116.

²¹⁴Ibidem, p. 59.

possíveis leituras e releituras. É preciso identificar a intenção de univocidade na recepção das mensagens. Esta atividade de discernimento é a própria interpretação. Para Paul Ricoeur, ela “*consiste em reconhecer qual a mensagem relativamente unívoca que o locutor construiu apoiado na base polissêmica do léxico comum*”.²¹⁵

A imaginação pode ser considerada como uma iniciação à função crítica, na medida em que ensina a sonhar de outra maneira, igual ao relato que ensina a contar de outra maneira. Nesse duplo “de outra maneira” que se encontra *in nuce* uma força crítica. E, já que a dialética da memória e da imaginação²¹⁶, iniciada no plano individual, segue seu curso no plano coletivo e político sob as formas do imaginário popular: da ideologia e da utopia, esta última, em particular, constitui o discurso contestatório em relação com as posições de poder. Assim, as análises dedicadas ao poder de “redescrição” da metáfora e de “refiguração” do relato têm uma extensão notável, a cujo favor a função estruturante e a função contestatória do imaginário social encontram seu equilíbrio instável. O olhar retrospectivo do historiador aplicado ao passado de nossa cultura e aos seus textos fundadores resgata a mirada exploradora do possível do imaginário social. Como bem coloca Paul Ricoeur, a história não se limita a descrever e explicar os fatos passados, digamos, “o que efetivamente teve lugar”, pode também ressuscitar e reanimar as promessas não cumpridas do passado; se une, assim, ao imaginário dos irmãos desaparecidos “os mortos” e os libera da contingência das realizações inacabadas, para passá-lo a contar o imaginário do futuro.²¹⁷

²¹⁵RICOEUR, Paul. *Interpretação e Ideologias*. Trad. de Hilton Japiassu. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1990, p. 19.

²¹⁶A historiadora Adélia Bezerra de Menezes, no ensaio *Memória e Ficção*, discutindo esta relação, surpreendem-se com as antecipações feitas por Aristóteles das teorias freudianas, sobretudo aquela que torna iguais a realidade e a fantasia. Aristóteles também articula a memória à noção do tempo, aplica-a ao passado e localiza-a como oriunda da mesma parte da alma de onde brota a imaginação. Para Adélia Bezerra esta equação Memória-Ficção é verificada na mitologia grega: a Memória, em grego Menemosyne, era uma deusa, a mãe das Musas, mãe das divindades responsáveis pela inspiração. Portanto, Menemosyne preside à função poética e imaginativa dos artistas criadores. A deusa é símbolo da ligação entre “rememorar” e “inventar”. MENEZES, Adélia. *Memória e Ficção*. In: *Revista Resgate*, p. 9-15.

²¹⁷Walter Benjamin participa da mesma convicção de que o passado comporta elementos inacabados, para a qual precisamos “tecer-lhe a continuação”. Ver: GAGNEBIN, Jeanne Marie. A verdade da crítica. In: *Walter Benjamin: os cacos da história*. Trad. Sônia Salzstein. São Paulo: editora Brasiliense, 1993, p. 61; CERTEAU, Michel de. *A escrita da história*. Trad. de Maria de Lourdes Menezes, rev. tec. de Arno Vogel. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1982, p.106-109; SILVEIRA, Rosa Maria Godoy. “*História e ensino: acontecimento e narrativa, acontecimentos e narrativas*”. Conferência apresentada no XXII Simpósio Nacional de História, João Pessoa – PB, jul. 2003. 01 CD-ROM.

DIAGRAMAS HERMENÊUTICOS*

*Autoria de Arrisete C. L. Costa

MIMESE I

(Categorias descritivas do campo da ação)

1- Configuração da trama conceitual (ordem paradigmática): traços semânticos: sistemas simbólicos sócio-históricos e culturais (visão de mundo, informações biográficas, contexto).

1.1 - regras de descrição e interpretação para ações singulares

1.2 - normas: códigos culturais

1.3 - pressupostos éticos

2- Regras de composição (ordem sintagmática): traços discursivos ou sintáticos:

2.1 - agentes

2.2 - motivos

2.3 - circunstâncias

2.4 - interação: cooperação ou competição

2.5 - resultados/fins

3- Traços temporais (ordem, duração e frequência)

3.1 - Iteração

3.2 - correlação

3.3 - intercâmbio

3.4 - repetição

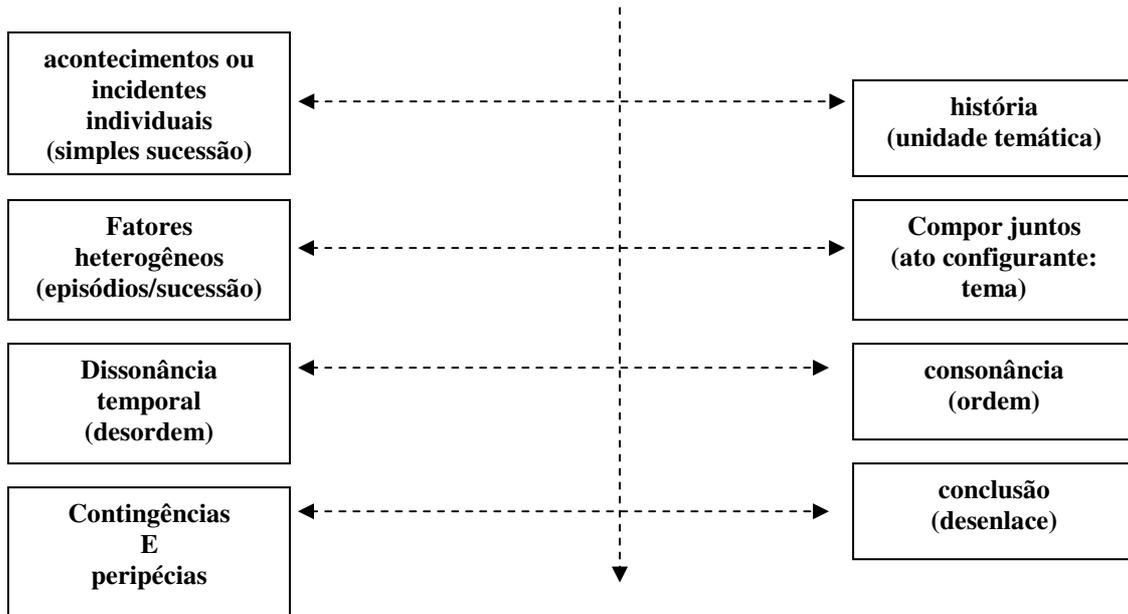
3.5 - oposição

3.6 – gradação

3.7 - imbricação/ entrelaçamento ou alternância

MIMESE II
(Tessitura da intriga ou síntese do heterogêneo)

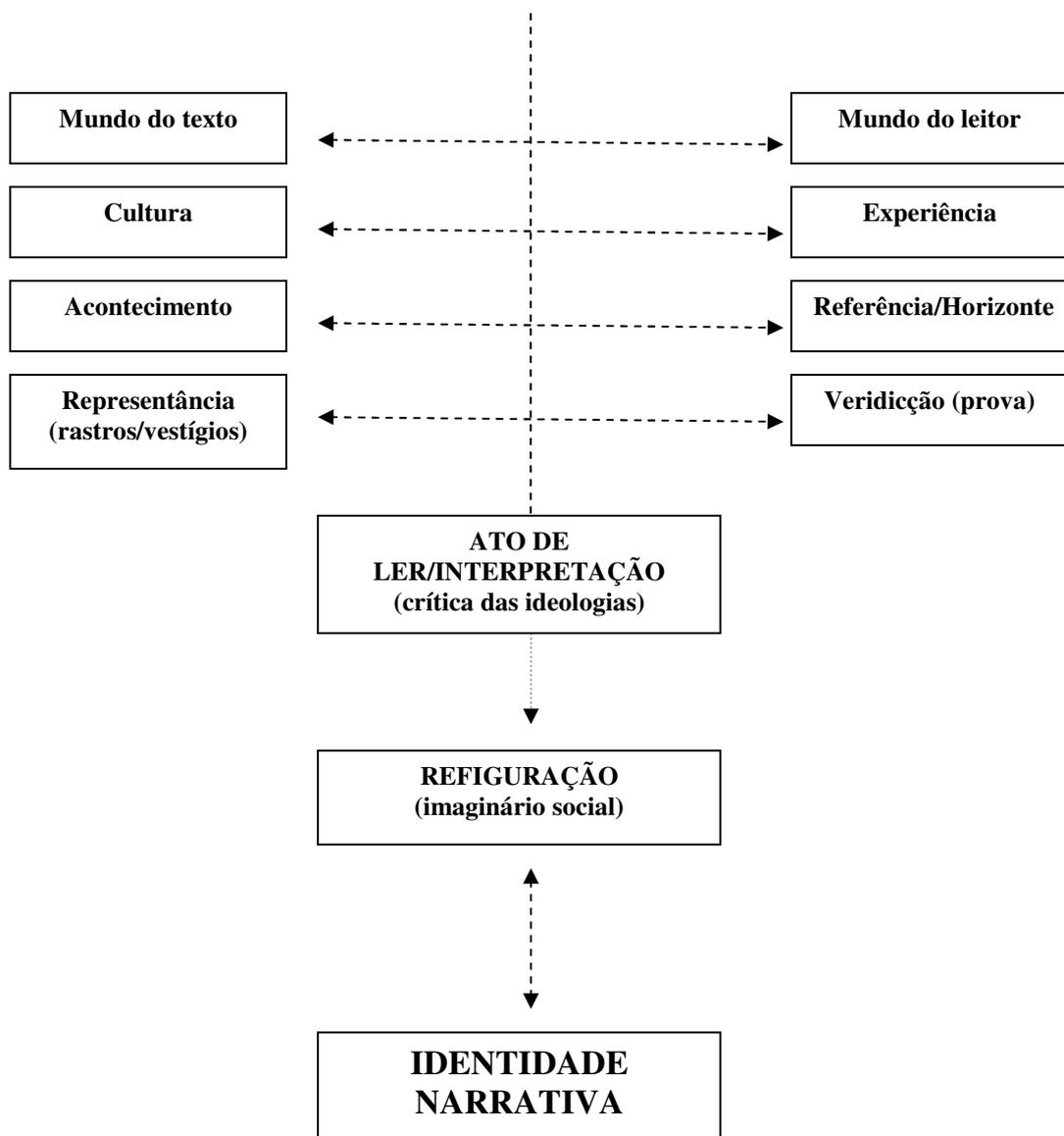
Transição e encadeamento



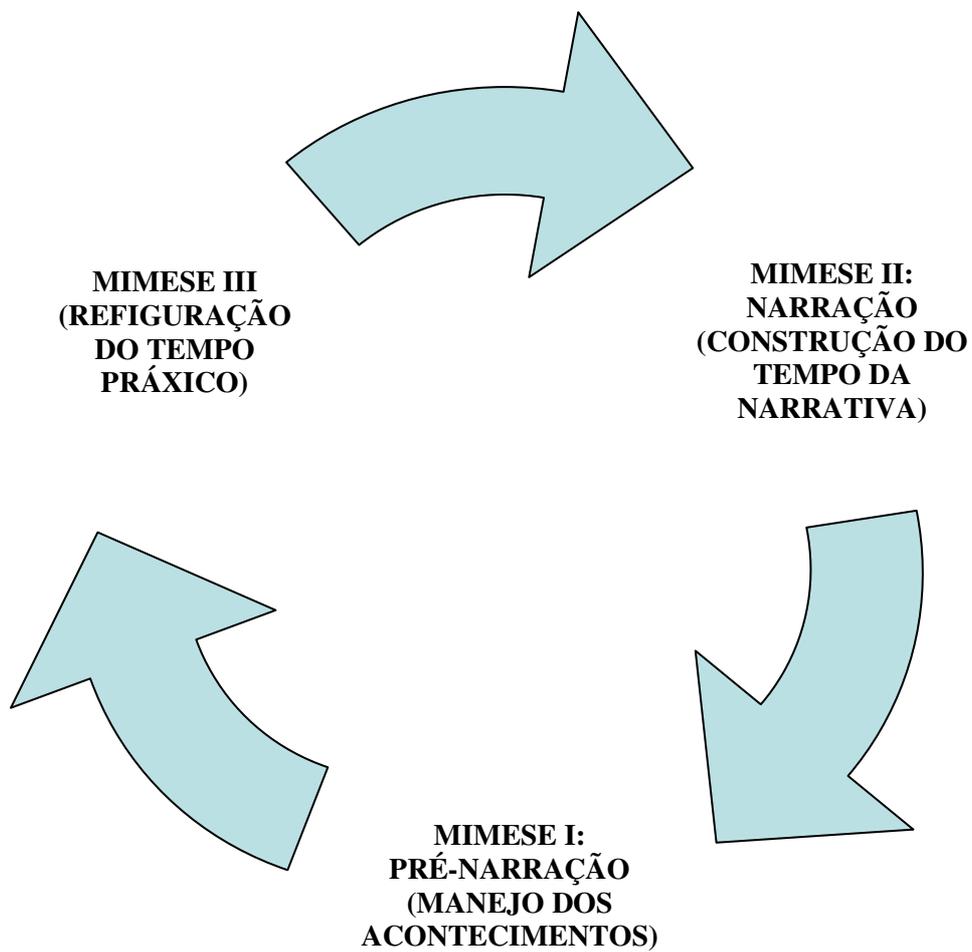
OPERAÇÃO DE IMPUTAÇÃO CAUSAL SINGULAR



MIMESE III
(mimese praxêos/fusão de horizontes)



**INSCRIÇÃO DA HISTORIOGRAFIA
NO CÍRCULO HERMENÊUTICO**



III. A HISTÓRIA CULTURAL COMO CAMPO DE ESTUDO

1 - 1968 como marco instituinte do campo de estudo

Na avaliação de um dos mais destacados historiadores contemporâneos, o inglês Eric Hobsbawm, o ano de 1968 parece “*ter sido planejado para servir como uma espécie de ponto de referência histórico*”²¹⁸ A densidade histórica deste ano pode ser apreendida através de uma conjuntura explosiva a ele atrelada, na qual ocorrem vertiginosos e imprevisíveis outros acontecimentos: a Primavera de Praga²¹⁹; a ofensiva do Tet (Vietnã)²²⁰ e seu impacto sob a política dos Estados Unidos²²¹; a invasão soviética da Tchecoslováquia, em 1968; a expulsão de judeus da Polônia²²²; o assassinato de Che Guevara pelo exército boliviano, em 8 de outubro de 1967; de Martin Luther King em 4 de abril de 1968, em Memphis; do senador Robert Kennedy, em 5 de junho de 1968; a Revolução Cultural de Mao na China, entre os anos de 1966-76; a Guerra Civil na Nigéria, de 1967 a 1970; a continuação do conflito no Oriente Médio; os tumultos em Paris (barricadas, pichações, afrontamentos dos estudantes com a polícia, greves), provocados por uma repentina conversão de uma massa de homens e mulheres jovens, de classe média, à causa rebelde; a maior mobilização estudantil da história da França com a ocupação de várias Universidades francesas, entre elas, Sorbonne e Nanterre; o movimento estudantil de âmbito mundial²²³; a reviravolta contracultural²²⁴ e os maiores

²¹⁸HOBSBAWM, Eric. Disponível em: <http://members.tripod.com/~Picheli/Maio1968.htm>

²¹⁹Um experimento de “socialismo com face humana” comandado pelo líder do Partido Comunista da então, Tchecoslováquia, Alexander Dubcek.

²²⁰Em 30 de janeiro de 1968, os vietcongs fizeram uma surpreendente ofensiva - a ofensiva do Ano Tet (o ano lunar chinês) - sobre 36 cidades sul-vietnamitas, ocupando, inclusive a embaixada norte-americana em Saigon. Morreram 33 mil vietcongs nessa operação arriscada, pois expôs quase todos os quadros revolucionários, mas foi uma tremenda vitória política.

²²¹O presidente Johnson foi obrigado a aceitar negociações, e a anunciar sua desistência de tentar a reeleição. O novo presidente eleito, Richard Nixon, assumiu o compromisso de fazer com que, lentamente, as tropas norte-americanas se desengajassem do conflito.

²²²A vitória dos reformistas em Praga gerou manifestações estudantis na Polônia, que foram severamente reprimidas. O grupo ultranacionalista dominante no governo polonês atribuiu a culpa, pelas manifestações, aos judeus. A maioria dos poucos milhares de judeus, ainda remanescentes no país, foi expulsa.

²²³O movimento estudantil não se limitou à Europa, mas também na América Central () e na América do Norte (Estados Unidos) e América Latina (México, Brasil). Os estudantes de diversos países passaram por intensas rebeliões contra os valores instituídos. Dois dos principais líderes estudantis foram: Daniel Cohn-Bendit e Jacques Sauvageot.

²²⁴O termo Contracultura denomina os diversos movimentos civis e políticos que ocorreram em diversos países do Ocidente, durante as décadas de 60 e 70 do século XX. Influenciaram as camadas médias da sociedade e fizeram emergir um inconformismo frente aos avanços destrutivos do Capitalismo Ocidental. Propunham uma renovação nas práticas de funcionamento das instituições, partidos políticos e dos valores comportamentais.

festivais de rock (de Monterrey, Woodstock e Altamon); os golpes militares na Grécia, Panamá, Peru, Brasil e Chile e greves operárias²²⁵.

Para o mesmo ponto de vista converge a colocação do filósofo, economista e psicanalista Cornelius Castoriadis, ao comentar que em 1968, de uma forma inédita, ocorreu a “*afirmação revolucionária mais radical*” e, reforçando o significado histórico do acontecimento, afirma: “*seja quais forem as conseqüências, maio 68 abriu um novo período na história Universal*”.²²⁶ Acrescente-se a declaração do historiador mexicano Carlos Antônio Aguirre Rojas de que a revolução de 1968 “*puso em cuestión y terminó transformando de raíz a todo el conjunto de las estructuras culturales de las sociedades modernas de todo el planeta*”.²²⁷ O historiador francês François Dosse avalia maio de 1968 como um acontecimento-ruptura-fundador importante de nossa história contemporânea.²²⁸ E, como indicador desse seu significado histórico, cita uma pesquisa realizada pelo jornal *Le Monde*, em maio de 1988, cujo resultado revela que maio de 1968 é considerado, pelos franceses, como o acontecimento mais importante desde a Segunda Guerra Mundial.²²⁹ Muitas outras asserções de historiadores e demais teóricos, sobre a importância histórica deste período, poderiam ainda compor e densificar esta extensa lista representativa, todavia, encerro-a com as palavras do historiador Jacques Revel: “*Em 1968, ano em que aconteceu muita coisa! Foi o ano em que a história voltou. Foi assim que eu e muitos outros entendemos os acontecimentos. Eles provavam que os processos históricos existem, sim*”.²³⁰

Considerar 1968 como um marco na história do Ocidente, na visão de Eric Hobsbawm, atrela-se, sobretudo, à singularidade resultante do fato de que, após duas décadas de transformação econômica e social sem precedentes²³¹, imprevisivelmente, decorreu-lhe

²²⁵“Uma greve geral espontânea, a maior da história da França e talvez do mundo.” In: HOBBSAWM, E. 1998, p.307. Mobilizou em torno de 10 milhões de pessoas. Disponível em: <http://www.ifcs.ufrj.br/~humanas/0012.htm>.

²²⁶CASTORIADIS, C. Apud FERRY, Luc & RENAUT, Alain. *Pensamento 68*: ensaio sobre o anti-humanismo contemporâneo. Trad. De Roberto Markenson. São Paulo: Ensaio, 1988, p. 64.

²²⁷ROJAS, Carlos Antonio Aguirre. “El Queso y los Gusanos: um modelo de Historia crítica para el analisis de las culturas subalternas”. *Revista Brasileira de História*. São Paulo, ANPUH /Humanitas Publicações, vol. 23, n. 45, 2003, p. 74.

²²⁸DOSSE, François. *A história à prova do tempo*: da história em migalhas ao resgate do sentido. Trad. De Ivone Castilho Benedetti. São Paulo: Editora UNESP, 2001, p. 113 e p. 127.

²²⁹Ibidem, p. 135.

²³⁰REVEL, Jacques. Ver: FERREIRA, Marieta de Moraes. “Entrevista com Jacques Revel”. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, n. 19, 1997, p. 2.

²³¹A fase excepcional do capitalismo, entre os anos de 1940 e 1970 chamada pelos franceses de “*Lês trente glorieuses*”, ou de a Era de Ouro, pelos anglo-americanos, que declina em 1973-5. HOBBSAWM, Eric.

uma intensa e inesperada transformação cultural, cujos principais indicadores foram: mudanças na estrutura das relações entre os sexos e gerações; a juventude torna-se um agente social independente, mobiliza os acontecimentos políticos e torna-se: “*a matriz da revolução cultural no sentido mais amplo de uma revolução nos modos e costumes, nos meios de gozar o lazer e nas artes comerciais, que formavam cada vez mais a atmosfera respirada por homens e mulheres urbanos*”.²³² Revolução educacional com a entrada maciça das classes médias para a universidade²³³; globalização das comunicações; poder de compra de um estrato social emergente formado pelos "jovens", dotados de autonomia econômica e cultural; o abismo crescente entre as gerações; mudanças nos comportamentos públicos e privados; presença de uma ativa contracultura dissidente.

Existem muitas e diversas interpretações sobre maio de 1968. Os franceses Luc Ferry e Alain Renaut, na obra intitulada *Pensamento 68: ensaio sobre o anti-humanismo contemporâneo*, 1985, com base no inventário das interpretações do movimento de Maio, elaborado por P. Bénétou e J. Touchard, em 1970, moldam a ideologia do movimento a partir de uma constelação de obras que, reconhecidamente, têm vínculos de ‘inspiração com o movimento’. O inventário trata-se de uma classificação, em base empírica ou indutiva, que reagrupa algumas interpretações a partir da hipótese de serem análogas as suas causas. Tal classificação arrola oito leituras de Maio de 1968: 1. Maio 68 como complô; 2. Maio 68 como crise da Universidade; 3. Maio 68 como acesso de febre ou como revolta da juventude; 4. Maio 68 como crise de civilização; 5. Maio 68 como conflito de classes de um novo tipo; 6. Maio 68 como conflito social de tipo tradicional; 7. Maio 68 como crise política; 8. Maio 68 como encadeamento de circunstâncias. Os filósofos Jean Luc Ferry e Alain Renaut tomam esta sistematização classificatória como ponto de partida e perseguem o fio condutor do ponto de vista dos atores do movimento de Maio, “*que se define pela maior ou menos convicção de ‘fazer história’*”, objetivando definir uma lógica interpretativa do movimento baseada em três pontos: 1. a que confere legitimidade ao ponto de vista dos atores; 2. a que invoca um processo à revelia dos atores; 3. o acontecimental. Fazendo considerações sobre as dificuldades deparadas pela metodologia do conhecimento histórico, ao eleger “unilateral e dogmaticamente”, uma das três representações da história que as subentendem, os autores

“Revolução Cultural”. In: *Era dos Extremos: o breve século XX - 1914 - 1991*. Tradução de Marcos Santarrita; revisão técnica de Maria Célia Paoli. São Paulo: Companhia das Letras, 1995, p. 253-281.

²³²Ibidem, p. 323.

²³³No fim da Segunda Guerra Mundial, havia menos de 100 mil estudantes na França. Em 1960, eram mais de 200 mil e, nos últimos dez anos seguintes, esse número triplicou para 651 mil. HOBSBAWM, Eric. op. cit. p. 295.

propõem um pluralismo interpretativo que as integre. Entretanto, prosseguem com o desenvolvimento de uma argumentação que privilegia, metodicamente, uma leitura de maio de 1968, norteadas pela lógica do individualismo em confronto com a “filosofia da desconstrução” – que caracterizou o pensamento 68 do Movimento de Maio. A professora Irene de Arruda Cardoso²³⁴, no comentário crítico da obra de Jean Luc-Ferry e Alain Renaut, intitulado: “Maio de 68: o advento do individualismo e da heteronomia”²³⁵, 1989, critica uma subentendida carga valorativa na obra desses autores, que julga, a partir do ideal moderno, a filosofia francesa dos *sixties* como um anti-humanismo que se abre à “barbárie” e à regressão.

Em que pesem a imprescindibilidade de uma análise das diversas interpretações e as valorações sobre o acontecimento maio de 1968, assim como o reconhecimento de sua imprevisibilidade e originalidade, não é objeto específico deste estudo. O que me interessa, ao trazê-lo à tona, é circunscrever uma cartografia da sincronicidade dos pontos de vistas que demonstram uma concordância teórica quanto à referencialidade histórica do acontecimento. 1968 dá origem e demarca uma nova configuração/periodização mundial que emerge entre o fim dos anos 60 e meados da década de 70, mais precisamente, balizada entre os anos de 1967 e 1974. Sua historialidade, confirmada por esta cartografia, enquadra-se cabalmente na interpretação/explicação dos anos 60 dada pelo crítico norte-americano Fredric Jameson, ao tomá-lo como: “*um processo único em atuação no Primeiro e Terceiro Mundos*”²³⁶, na “*economia global, na consciência e na cultura - um processo propriamente dialético em que liberação e dominação combinam-se inextricavelmente*”.²³⁷

Este crítico literário e teórico marxista situa as pré-condições desta nova configuração mundial no Terceiro Mundo inter-relacionada com os seguintes fenômenos: o movimento de descolonização da África inglesa e francesa, a Revolução Verde²³⁸, o

²³⁴ Professora do Departamento de Sociologia – FFLCH – USP.

²³⁵ CARDOSO, I. A. R. “Maio de 1968: o advento do individualismo e da heteronomia”. *Tempo Social*. Revista Sociológica. USP, São Paulo, 1 (1), 1989, p. 235-246.

²³⁶ Classificação geopolítica pela qual o planeta era dividido na era da Guerra Fria: “Primeiro Mundo” do capitalismo ocidental, o “Segundo Mundo” dos países comunistas e o “Terceiro Mundo” da Ásia, África e América Latina. Disponível em: <http://members.tripod.com/~Picheli/Hobsbawm.htm>.

²³⁷ JAMESON, Fredric. “Periodizando os anos 60”. In: HOLLANDA, Heloísa Buarque. (Org.). *Pós-modernismo e política*. 2 ed. Rio de Janeiro: Rocco, 1992, p. 124.

²³⁸ A Revolução Verde refere-se a uma mudança de grandes dimensões na agricultura. Foi iniciada na década de 1960 e seu foco principal esteve ligado à produção de grãos. Abarca dois fatores: introdução de novas variedades de alta produtividade e o uso de métodos intensivos de cultivo com o uso da irrigação e com a aplicação de fertilizantes e pesticidas. Globalmente a produtividade média de grãos aumentou de cerca de 1200 kg/há, no início da década de 50, para 2500 kg/há no final da década de 80. A produção aumentou de cerca de 700 milhões de toneladas por ano (Mt/a) para 1800 (Mt/a) na década de 90.

neocolonialismo, a experiência revolucionária cubana, a militarização dos regimes da América Latina. Segundo Fredric Jameson, foram os modelos político-culturais terceiro-mundistas (o trotskismo, o maoísmo) que influenciaram politicamente os anos 60 no primeiro Mundo. Mas as “expressões mais características” dos anos 60, no Primeiro Mundo, surgiram “todas mais tarde” (no final da década), seja em termos de contracultura – drogas e rock – ou nos termos políticos de uma esquerda estudantil e do movimento de massas antibelicista.²³⁹

Esta periodização/configuração mundial está envolta em uma ampla, acirrada e discordante polêmica que envolve os teóricos contemporâneos sobre como denotá-la. Ela reside em torno do uso de duas categorias: a de “modernidade” e a de “pós-modernidade”, que implicam em concepções histórico-filosóficas e políticas que apontam, respectivamente, para as noções de continuidade e descontinuidade temporal. Opto em adotar o termo “pós-modernidade” de Fredric Jameson, por considerar que, a partir de suas posições, visualizo, concisa e funcionalmente, o debate sobre a pós-modernidade e de seus pontos nodais. Além de que, do meu ponto de vista, firmado a partir das referências de seus comentadores, Fredric Jameson é um dos mais proeminentes teóricos sobre este assunto, demonstrando uma reflexão teórica e crítica equilibrada, assumindo, aliás, numa perspectiva dialética, todas as ambigüidades que o termo comporta.

Para Jameson, o termo pós-moderno seria “*autêntico em sua inadequação*” à caracterização de uma época de crise, uma fase de transição paradigmática. Vislumbra-se, em sua argumentação, a tensão constitutiva que lhe é inerente: “*‘não podemos não usá-lo’ – ainda que para tanto sejamos obrigados, todas às vezes, a enfrentar as contradições internas, e a inconsistência de representação implícita ao termo*”.²⁴⁰ Com palavras semelhantes, em 1994, Boaventura de Souza Santos defendeu o nosso adentramento num período de transição paradigmática e nos fala da dificuldade em denominá-la:

Como todas as transições são simultaneamente semi-invisíveis e semi-cegas, é impossível nomear com exatidão a situação atual. Talvez seja por

²³⁹JAMESON, Fredric. op. cit. p. 84.

²⁴⁰CHEVITARESE, L. “As razões da Pós-modernidade”. *Análogos*. Anais da I SAF-PUC. RJ: Booklink, 2001, p. 13.

isso que a designação inadequada de pós-moderno se tornou tão popular. Mas, por esta mesma razão, este termo é autêntico em sua inadequação.²⁴¹

Na avaliação de Ernesto Laclau, a pós-modernidade não consiste numa “*simples ‘rejeição’ da modernidade, [...] ela envolve uma diferente modulação de seus temas e categorias, uma maior proliferação de seus jogos de linguagem*”.²⁴² E explicita que, terminologicamente, o “pós” não significa um “ex”, mas um esboçar de problemas atuais dentro da tradição, portanto, “*torna-se possível construir um discurso que possa criativamente apropriar-se do passado.*”²⁴³ Leandro Konder, comentando as posições críticas negativas do ensaísta marxista inglês Terry Eagleton²⁴⁴, em relação à pós-modernidade, reconhece que esta não deve ser reduzida a “*uma espécie de equívoco teórico. Ele é, entre outras coisas, a ideologia de uma época histórica específica do Ocidente*”.²⁴⁵ Portanto, devemos vê-la como expressão necessária de uma nova situação histórica e, evidentemente, submeter suas posições à crítica. Segundo Boaventura de Souza Santos, existem duas versões do pós-moderno: uma delas se trata do pós-moderno celebratório que “*reduz a transformação social à repetição acelerada do presente, ela é regulatória e conservadora*”; a outra diz respeito a uma versão de oposição, emancipatória e progressista de hibridação, crítica.²⁴⁶

Para Fredric Jameson, a pós-modernidade corresponde a uma terceira etapa da evolução do capital: o do Capitalismo Multinacional.²⁴⁷ De forma que consiste num processo geral de reorganização econômica, de reorganização social. São fenômenos estruturais que estão se produzindo, quase simultaneamente, em diferentes culturas. A base do pensamento de Fredric Jameson é marxista, pensa as mudanças como uma forma mais pura de capitalismo, mesclada com sobrevivências de modos de produção mais antigos. Ele considera que os fenômenos característicos da pós-modernidade representam, estruturalmente, uma

²⁴¹SANTOS, Boaventura de Souza. *Para um novo senso comum: a ciência, o direito e a política na transição paradigmática*. 4 ed. São Paulo: Cortez, 2002, p. 49.

²⁴²LACLAU, Ernest. In: HOLLANDA, Heloísa Buarque. (Org.). *Pós-modernismo e política*. 2 ed. Rio de Janeiro: Rocco, 1992, p. 129.

²⁴³Ibidem.

²⁴⁴Autor de *As ilusões do pós-modernismo, A ideologia da estética e Ideologia*.

²⁴⁵KONDER, Leandro. “Marxista belicoso”. *Teoria e debate*, n. 39, out./nov./dez., 1998. Disponível em: <http://www2.fpa.org.br/portal/modules/news/article.php?storyid=2299>.

²⁴⁶SANTOS, Boaventura de Souza. op. cit. p. 37.

²⁴⁷Neste sentido, adota a tese de Ernest Mandel sobre o Capitalismo Tardio, que sustenta que o capitalismo prolonga-se por três momentos fundamentais e que cada um deles significa uma expansão dialética em relação ao período anterior. Estes três momentos são: o Capitalismo de Mercado, o Estado Monopolista ou Imperialista, e nosso próprio momento, o Capitalismo Multinacional. Ver esta discussão em: ADAMSON, G. “Fredric Jameson. La Cultura Posmoderna”. *Zona Erógena*, n. 31, 1996. Disponível em: <http://www.edu.ar>.

continuidade com o capitalismo clássico, porém, sua escala é tão imensa que, às vezes, não se podem distinguir as similitudes. Entretanto, destaca a “*configuração qualitativamente nova na trajetória desse modo de produção*”²⁴⁸, um campo cultural triangulado por três novas coordenadas históricas: uma ordem dominante desclassificada, uma tecnologia mediatizada e uma política sem nuances.²⁴⁹

Para a abordagem da dimensão cultural da pós-modernidade, Fredric Jameson confere uma modulação ao termo, utilizando a expressão: pós-modernismo. O historiador inglês Perry Anderson, no livro intitulado *As origens da pós-modernidade*, 1999, faz um balanço identificador das diversas fontes do pós-modernismo nos cenários espacial, político e intelectual, referindo-se a Fredric Jameson como responsável por redesenhar o mapa pós-moderno, assim como pelo “*gesto fundador prodigioso que dominou a área a partir de então*”. Para além das contribuições significativas existentes, até então, carregadas de valorações, negativas ou positivas, Fredric Jameson, evitando o moralismo frente à cumplicidade do pós-modernismo com a lógica do mercado e do espetáculo, considera sua simples condenação como inútil, um “*luxo empobrecido*” “*que uma visão histórica não poderia se permitir*”. E desconfia das “*confortáveis simplificações de um mito binário*”. Perry Anderson relaciona tais simplificações ao moralismo convencional, quer seja da direita ou da esquerda “*que tentava desprezar ou rejeitar o pós-modernismo em bloco*”, desqualificando-o. Ressalta que a notabilidade crítica de Fredric Jameson é, justamente, sua capacidade de negociação dessas polaridades. De forma que sua *episteme*, rejeitando o maniqueísmo das referidas posições, sobrepõe-se a essa recusa ideológica do pós-modernismo, com uma tarefa dialética, de matriz marxista, tentando, então, compreendê-lo por dentro, como um sistema.²⁵⁰

Portanto, é seguindo pela trilha de Fredric Jameson que o presente estudo apropria-se, em linhas gerais, da descrição dessa periodização/configuração mundial que caracteriza os *sixties*. A configuração dessa periodização, na qual se encontram inseridas as mudanças paradigmáticas sociais e de teor epistemológico, são fundamentalmente importantes e esclarecedoras para a contextualização e compreensão das problematizações historiográficas e disciplinares daquele momento histórico (1967-1974) que, aliás, presumo refletiram-se,

²⁴⁸ANDERSON, Perry. *As origens da pós-modernidade*. Trad. Marcus Penchel. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1999, p. 63.

²⁴⁹Ibidem, p. 108

²⁵⁰ANDERSON, Perry. op. cit. p. 78.

consciente e/ou inconscientemente, na constituição da obra-fonte objeto do presente estudo: *O Queijo e os Vermes*: o cotidiano e as idéias de um moleiro perseguido pela Inquisição. Talvez, possa contar com a concordância de Carlo Ginzburg, ao reconhecer que:

*Uno cree deberse exclusivamente a si mismo y después descubre, con la distancia que le dan los años, que las elecciones que se hicimos estaban dictadas por la pertenencia a un ambiente social, a una comunidad lingüística, a una generación. Digo ‘dictadas’, no que sean inevitables: siempre hay un margen para la elección o para el azar, o incluso para ambos a la vez.*²⁵¹

Dentre as características da pós-modernidade, destaco aquelas, de inspiração filosófica e/ou epistemológica, que refluíram de maneira inequívoca sobre o conhecimento histórico: a suplantação gradual do hegemônico existencialismo sartreano pelo paradigma estruturalista²⁵², o pós-estruturalismo²⁵³, a morte do sujeito (inclusive do sujeito criativo, o *auteur* ou o “gênio”); o declínio da oposição e uma nova combinação de formas da alta cultura e da cultura de massas, a retórica do poder, a conquista do discurso, a alteridade; a natureza e a função de uma cultura do simulacro; a relação da cultura do simulacro com a cultura dos meios de comunicação de massas ou a sociedade do espetáculo, o eclipse da historicidade e das meta-narrativas fundadoras. A adoção da periodização dos anos 60 como parâmetro de temporalidade decorre, sobretudo, por sua carga crítica, fruto “*da sua tensão com o próprio clima da época que retrata*”, que pode ser expressa por intermédio das próprias palavras de Fredric Jameson: “*é mais seguro entender o conceito de pós-moderno como uma tentativa de pensar o presente historicamente numa época que, para início de conversa, esqueceu de pensar historicamente*”.²⁵⁴

²⁵¹GINZBURG, Carlo. In: SERNA, Justo.; PONS, Analet. “Los viajes de Carlo Ginzburg. Entrevista sobre la Historia”. *Archipiélago*, num. 47, 2002, p. 94-102. Disponível em: <http://www.uv.es/jserna/>.

²⁵²Dentre seus representantes, destacam-se os nomes de Claude Lévi-Strauss e Jacques Lacan.

²⁵³Sobressaem-se os nomes de Michel Foucault, Deleuze e Derrida.

²⁵⁴JAMESON, Fredric. Apud. ANDERSON, Perry. *As origens da pós-modernidade*. Trad. Marcus Penchel. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1999, p. 87.

A tarefa da análise histórica e formal constitui a maior parte da obra teórica e crítica²⁵⁵ de Fredric Jameson. A estratégia interpretativa deste teórico é marcada por três molduras concêntricas: 1. o de história política, no sentido estrito de ocorrências, no tempo, de eventos pontuais de uma crônica (acontecimental); 2. de sociedade no sentido de uma tensão e luta constitutivas entre classes sociais (conjuntural); 3. de história, concebida no sentido amplo de seqüência de modos de produção, de sucessão e destino das várias formações sociais humanas, desde a pré-história até o futuro (estrutural). Nota-se, nesse modelo, uma clara hierarquia, que vai do que considera fundamental ao que considera superficial: econômico - social - político e associa-o ao famoso amarrado dos tempos históricos de Fernand Braudel.²⁵⁶ Observa-se, ainda, que as similaridades formais entre os esquemas tripartites partilham de uma reserva em relação ao político concebido como “*um domínio independente de ação, prenhe de suas próprias conseqüências*”.²⁵⁷ Fredric Jameson justifica a precedência do econômico sobre a dimensão política do esquema tripartite que, está relacionada à “uma lição da época”, pois que, na conjuntura da pós-modernidade:

[...] nossa tarefa mais urgente será denunciar incansavelmente as formas econômicas que por enquanto reinam absolutas e incontestadas – uma coisificação e mercantilização que se tornaram tão universalizadas que parecem entidades quase naturais e orgânicas.²⁵⁸

Para Perry Anderson, na bifurcação da economia com a estética estabelecida por Fredric Jameson, falta um sentido de cultura como campo de batalha que divide seus protagonistas - esse é o espaço da política, entendida como espaço próprio. Mas, se há uma resistência à tendência em se dar autonomia ao político, é antes porque este é absorvido na própria forma de totalidade. O casamento da estética com a economia, celebrada por Jameson, permite uma totalização da cultura no pós-modernismo, cuja operação de “mapeamento

²⁵⁵A postura adequada para o crítico, dentro dessa cultura, baseia-se numa tripla diferenciação: 1. o gosto ou a opinião, isto é, um conjunto de preferências subjetivas por obras de artes específicas; 2. a análise ou o estudo objetivo das “condições históricas de possibilidade de formas específicas”; 3. a avaliação, que busca interrogar a qualidade da vida social através do texto ou da obra de arte específica ou arriscar um juízo dos efeitos políticos das correntes ou movimentos culturais simpáticos à dinâmica da vida cotidiana.

²⁵⁶ANDERSON, P. Op. cit. p. 145/6.

²⁵⁷Ibidem, p. 146.

²⁵⁸JAMESON, Fredric. Apud. ANDERSON, Perry. *As origens da pós-modernidade*. Trad. Marcus Penchel. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1999, p. 147.

cognitivo” age como um marco de resistência dialética à predominância da economia. A prodigiosa expansão da cultura, tornando-a “*coextensiva à vida social em geral: agora todos os níveis tornam-se ‘aculturados’*”²⁵⁹ e, na sociedade do espetáculo, da imagem, ou do simulacro, tudo, afinal, tornou-se cultural, desde as superestruturas aos mecanismos da própria infra-estrutura. No interior dessa nova configuração mundial pós-moderna, detenho-me, em particular, por sobre sua especificidade histórica, que reside na funcionalidade social da própria cultura. De forma que o “cerne materialista” da visão ideológica dessa periodização passa por uma reflexão sobre a natureza da lógica cultural do capitalismo tardio, utilizada enquanto tentativa de caracterização da cultura contemporânea, como sintoma da “crise da modernidade”.

A “Crise da modernidade” diz respeito ao malogro de um tipo de sociedade e de cultura em função do esgotamento e insucesso da “razão Iluminista”, portadora da certeza de uma evolução contínua e ilimitada da humanidade, em função do progresso acelerado das ciências e das técnicas, entendido como expressão suprema de valor de verdade e de potencial libertador.²⁶⁰ A referência ao legado destrutivo do progresso pode ser ilustrada por um quadro que, em termos benjaminianos, chamaríamos de *barbárie cultural*²⁶¹: destruição ambiental; mercantilização, depauperação e banalização da vida; massificação da cultura, disciplinarização e militarização dos comportamentos, acirramento das desigualdades e injustiças sociais; derrocada do socialismo na União Soviética; desalento em relação ao balanço da revolução terceiro-mundista; avanços do totalitarismo e sua nova versão, na forma do neoliberalismo capitalista; da globalização; da anuência ao império norte-americano. E Boaventura de Souza Santos traça uma breve enumeração dos problemas que nos causam desconforto ou indignação, gerados pelas “*grandes promessas da modernidade [que] permanecem incumpridas ou o seu cumprimento redundou em efeitos perversos*”²⁶²:

À promessa da igualdade social, contrapõem dados que apontam para o aumento das desigualdades entre países ricos e pobres e entre pobres e ricos

²⁵⁹ANDERSON, Perry. op. cit. p. 115.

²⁶⁰FALCON, Francisco. *História Cultural: uma visão sobre a sociedade e a cultura*. Rio de Janeiro: Campus, 2002, p. 22-3.

²⁶¹BENJAMIN, Walter. “Sobre o conceito da história”. In: *Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura*. Trad. de Sérgio Paulo Rouanet. 7 ed. São Paulo: Brasiliense, 1994, p. 225/6.

²⁶²SANTOS, Boaventura de Souza. *A crítica da razão indolente: contra o desperdício da experiência*. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2002, p. 23/4.

de um mesmo país. À promessa da liberdade, contrapõe as violações dos direitos humanos, a escravidão infantil, a violência policial e prisional, violência contra as mulheres, prostituição infantil, meninos de rua, discriminação contra os tóxico-dependentes, portadores de HIV ou os homossexuais, as limpezas étnicas e o chauvinismo religioso. Á promessa da paz, contrapõe os 99 milhões de pessoas que morreram nas 237 guerras empreendidas; A destruição da natureza e a crise ecológica tem provocado a desertificação e a falta de água. Um quinto da humanidade já não têm hoje acesso a água potável. Mais pessoas morreram de fome no século XX que em qualquer dos séculos precedentes.

Walter Benjamin, crítico da cultura alemã, nas *Teses sobre o conceito de história*²⁶³, revela-nos como a concepção filosófico-política 'progressista' da história, comum tanto à historiografia materialista da República de Weimar, quanto à historiografia burguesa contemporânea ou historicista, tiveram ambas, como referência, o tempo homogêneo e vazio, o tempo cronológico e linear. O crítico literário Alfredo Bosi confere notabilidade à *forma mentis* articuladora do pensamento na cultura historiográfica moderna, que obedece, prioritariamente, a seqüência dos acontecimentos em termos de grandes eras, reforçando, assim, uma lógica progressiva e triunfalista. A seqüência evidenciada na série: feudalismo, mercantilismo, capitalismo industrial e comunismo²⁶⁴ nos remete ao modelo Iluminista e à idéia de evolução formulada no século XIX. A sucessão dos tempos não tem uma relação, necessária e automática, com a evolução do inferior para o superior. A cronologia, que reparte e mede a aventura da vida e da História em unidades seriadas, é insuficiente para compreender a simultaneidade dos fenômenos e os paradoxos da existência social.²⁶⁵

As implicações desta "crise", que provocaram mudanças nos paradigmas da ciência moderna, por sua vez, desdobraram-se por sobre a ciência histórica, originando multifacetados saberes e práticas. Concordo com o historiador Philippe Ariès, ao considerar que a amplitude de mudanças na historiografia contemporânea se encontra ligada às grandes influências culturais que varreram o mundo ocidental, sintetizada na "crítica à modernidade".

²⁶³BENJAMIN, Walter. op. cit. 222-243.

²⁶⁴Esta última para os marxistas.

²⁶⁵BOSI, Alfredo. In: NOVAES, Aduino (Org.). *Tempo e História*. São Paulo: Companhia das Letras: Secretaria Municipal da Cultura, 1992, p. 19-32.

No interior da “crise da modernidade”, foi a “crise do historicismo”²⁶⁶, cujos desdobramentos afetaram os fundamentos da ciência histórica. Esta corrente historiográfica abarcava pressupostos teóricos tais como: o “real”, concebido como referente e condição de existência da história como forma de conhecimento, o conceito de progresso, leis, empirismo, verdade, universalidade, meta-narrativas, princípios filosóficos teleológicos: sejam evolutivos, sejam revolucionários, métodos eruditos.²⁶⁷

Segundo Arno Wehling, as transformações globais da epistemologia contemporânea, relacionada à história, encaminham-se para a abstração, para a construção de uma problemática e para o refinamento das conceitualizações, envolvendo os seus aspectos formais e categorias analíticas de pensamento.²⁶⁸ Ocorreram, segundo Fredric Jameson, constantes reelaborações de questões cognitivas da história a partir de conceitos e noções que captam a prodigiosa escapada de forças à serem teorizadas: as forças étnicas dos negros e das “minorias” ou dos movimentos que eclodiram por toda parte no Terceiro Mundo; os regionalismos; o desenvolvimento de novos e militantes portadores de *surplus consciousness* nos movimentos estudantis e de mulheres²⁶⁹, bem como um sem-número de lutas de outros tipos e que envolve o abarcamento de segmentos profundos, rupturas e continuidades, ou seja, múltiplas temporalidades; camadas inconscientes; diferentes objetividades/objetivações. A reformulação e redimensionamento dos problemas de ordem teórico-metodológica presentes na Historiografia pós-moderna envolvem, ainda, questões como: objetividades referidas aos diferentes níveis de observação do real, de múltiplos processos; reconsideração da subjetividade e revalorização de percepções estéticas, intuitivas, mágicas, simbólicas e o reconhecimento das verdades contingenciais²⁷⁰.

Desafiado pela necessidade que todas as sociedades experimentam, após 1968, de um exame e esclarecimento das culturas, que se achavam imersas em um profundo processo de transformação e influenciadas pelo paradigma pós-moderno, o discurso histórico

²⁶⁶Doutrina que estuda seus objetos do ponto de vista da origem e desenvolvimento, vinculando-os às condições concretas que o acompanham. Predomina-lhe a concepção de realismo histórico, seja idealista, seja materialista. Foi predominante no século XIX.

²⁶⁷FALCON, Francisco. op. cit. p.22-24

²⁶⁸WEHLING, Arno. “Fundamentos e Virtualidades da Epistemologia da história: algumas questões”. *Revista Estudos Históricos* 10. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas. CPDOC, v. 5, n. 10, 1992, p. 5/6.

²⁶⁹JAMESON, F. “Periodizando os anos 60”. In: *Pós-modernismo e política*. 2 ed. Organização de Heloísa Buarque de Hollanda. Rio de Janeiro: Rocco, 1992. p. 81 – 126.

²⁷⁰WEHLING, A. op. cit. p.147-169.

etnologiza-se.²⁷¹ À expansão do domínio da cultura, correspondeu uma “teoria cultural”. A historiadora Lynn Hunt assevera que, nestes anos, os modelos de explicação mais significativos da história social passam por uma mudança de ênfase, migrando para a história cultural. E Peter Burke destaca a obra *A formação da classe operária inglesa*, 1963, do historiador inglês Edward Thompson, como “um marco na história cultural britânica”²⁷², considerado como o mais influente dos estudos feitos na década de 60, de inspiração marxista e inclinado para a cultura relacionada à classe operária inglesa. Lynn Hunt e Peter Burke comentam sobre a grande influência que a obra de Edward Thompson exerceu por sobre os historiadores mais jovens, desde a Alemanha até a Índia, inspirando-os a escrever história cultural, na perspectiva conhecida como “história vista de baixo”. Peter Burke acrescenta que a ascensão da história da cultura popular na Grã-Bretanha, nesta década, coincidiu com a ascensão dos chamados “estudos culturais”, nos Estados Unidos. E sugere que estas tendências comuns de âmbito internacional foram propiciadas pela “necessidade de entender o cambiante mundo de mercadorias, publicidade e televisão.”²⁷³ A expansão do império da cultura expande visivelmente as abordagens/explicações culturais para fenômenos antropológicos, econômicos, políticos, religiosos, psicológicos, lingüísticos.

Vale ressaltar a valiosa contribuição da historiografia francesa do século 20, para a constituição da História Cultural. Trata-se da geração de historiadores da chamada história das mentalidades²⁷⁴, entre os quais se incluem os seguintes nomes: Emmanuel Le Roy Ladurie²⁷⁵, Jacques Le Goff, Jacques Revel, André Burguière, Robert Mandrou²⁷⁶, Philippe Ariès²⁷⁷, Michel Vovelle. Seus estudos caracterizavam-se por incluir a dimensão individual e até irracional dos fenômenos; resgatar o cotidiano, as representações, valorizar qualquer tipo de

²⁷¹DOSSE, F. *A história à prova do tempo: da história em migalhas ao resgate do sentido*. Trad. De Ivone Castilho Benedetti. São Paulo: Editora UNESP, 2001, p. 121.

²⁷²BURKE, Peter. *O que é história cultural?* Trad. De Sérgio Góes de Paula. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2005, p. 37.

²⁷³Ibidem, p. 31.

²⁷⁴Registre-se a marcante influência dos fundadores da revista dos *Annales*, Lucien Febvre e Marc Bloch, responsáveis pelos estudos psico-históricos. Estes influentes historiadores vão ser revisitados na década de 60, pela geração dedicada aos estudos das mentalidades. Ver: VAINFAS, Ronaldo. “História das mentalidades e História Cultural”. In: *Domínios da História: ensaios de teoria e metodologia*. Rio de Janeiro: Campus, 1997, p. 127 – 162.

²⁷⁵Montaillou, village occitan, 1975.

²⁷⁶*Magistrados e feitiçeiros na França do século XVII*, 1968.

²⁷⁷*História social da criança e da família*, 1960. Philippe Ariès traça a trajetória da história das mentalidades paralela à trajetória das três gerações dos *Annales*: na primeira geração, estava associada aos estudos socioeconômicos, à psicologia coletiva, ao imaginário, ao cultural; a segunda geração privilegiou a história econômica, entretanto, a variante história demográfica reintroduziu o fenômeno das mentalidades na problemática histórica, e, na terceira geração, as mentalidades vai prevalecer na historiografia francesa, ligada as grandes influências culturais que varreram o mundo ocidental.

documento que pudessem iluminar aspectos do modo de sentir e pensar de uma sociedade; vocação interdisciplinar, ligada à noção de inconsciente coletivo; recorte micro do social, retorno das narrativas e características etnográficas. O sucesso dos temas do amor, da morte, da sexualidade, da família, da criança, da religiosidade, das bruxas, dos loucos, da mulher, dos homossexuais, do corpo, do medo, dos modos de vestir, de chorar, de comer, de beijar e da sociabilidade²⁷⁸, “*pertencem plenamente à sensibilidade imediatamente posterior a Maio de 68*”.²⁷⁹

Segundo Ronaldo Vainfas, esta modalidade de estudos históricos sofreu críticas acirradas: demasiadamente antropológica (estrutural) ou insuficientemente antropológica (anacrônica), pretensiosamente nova, instauradora de modismo, reeditora do factualismo, empirista, tão abrangente em seus recortes que chega a diluir as diferenças inerentes à estratificação social. Marcada por imprecisões e ambigüidades, a noção de mentalidades²⁸⁰, conseqüentemente, desgasta-se. Apesar das críticas, diz Ronaldo Vainfas, “*ocorre um extraordinário vigor dos estudos sobre o mental*”.²⁸¹ Se Roger Chartier tende a situar a história das mentalidades e a história das idéias no âmbito da história da cultura, Robert Darton concebe-a como um gênero que pode ser chamado de história cultural: uma História de tendência etnográfica; Carlo Ginzburg, por sua vez, considera que o campo da história das mentalidades é delimitado pelas sobrevivências, os arcaísmos, a afetividade, a irracionalidade, portanto, distingue-se da história das idéias ou da história da cultura.²⁸²

Segundo a reflexão de Jacques Revel, nos anos de 1960-70, a história deparou-se com um crescimento fantástico, muito embora este crescimento tenha sido difícil de administrar, vista a multiplicidade de objetos e procedimentos decorrentes de “uma quase que fragmentação”. O que foi deveras inquietante, considerando que as ideologias funcionalistas precedentes que “*forneciam uma arquitetura de conjunto*”, desmoronavam como conseqüência da ‘crise’²⁸³ de paradigmas. Para esta conjuntura, o autor especula: “*Eu não*

²⁷⁸Embora não tenham sido os primeiros na historiografia ocidental a estudarem tais temáticas. Lembremos dos precursores: Jacob Burckhard autor de um estudo sobre o Renascimento, 1860; Edward Gibbon, autor de uma história sociocultural do império romano; Michelet, autor de *La Socière*, 1862; Georges Lefebvre, autor de *O grande medo*, 1979 e Johan Huizinga, autor de *O outono na Idade Media*, 1919.

²⁷⁹DOSSE, François. op. cit. p. 122.

²⁸⁰LE GOFF, Jacques. “As mentalidades: uma história ambígua”. In: *História, novos objetos*. 1976, p. 87-105.

²⁸¹VAINFAS, Ronaldo. “História das mentalidades e História Cultural”. In: *Domínios da História: ensaios de teoria e metodologia*. Rio de Janeiro: Campus, 1997, p. 128.

²⁸²GINZBURG, Carlo. *O queijo e os Vermes: o cotidiano e as idéias de um moleiro perseguido pela inquisição*. Trad. Betânia Amoroso. São Paulo: Companhia das Letras, 1987, p. 31.

²⁸³O termo remete a um reexame reflexivo, crítico, ligado à própria disciplina.

gosto muito do termo 'pós-moderno', não gosto de usá-lo, mas se tem algum sentido, deve ser esse."²⁸⁴ Os historiadores Jean Boutier e Dominique Julia apontam a década de 1970, na França, como a temporalidade e o espaço onde surgiram as primeiras tentativas sistemáticas e coletivas de reflexão sobre a atividade do historiador, de questionamentos de alguns de seus aspectos: ensino de massa; o divórcio flagrante e sentido como intolerável entre a história universitária, por um lado, e a vulgarização histórica; a redefinição de problemáticas, métodos e objetos face às ciências sociais e humanas. E o historiador Henrique Espada Lima nos chama atenção para o processo de profundas mudanças políticas e culturais ocorridas a partir de 1980, decorrentes do colapso do comunismo na Europa do Leste e na URSS e a redefinição do campo político ocidental, que se acentua na década seguinte. Esses processos refletiram-se no campo das ciências sociais e no da história, retomando os temas “inovadores” da década anterior: pós-modernismo, estruturalismo, desconstrucionismo e *linguistic turn*.

Dentre colóquios, revistas, dicionários e obras que emergem nesta década, destaca-se a obra “*Faire de l’histoire*”, de 1974, cujos subtítulos de cada um dos volumes manifestam o interesse pelas mutações recentes da profissão: “Novos problemas”, “Novas abordagens”, “Novos objetos”.²⁸⁵ Esta obra acompanha – e ao mesmo tempo anuncia – a passagem de um paradigma onde a análise macro-econômica era primordial para uma história que focaliza os sistemas culturais compreendidos em um sentido muito amplo. François Dosse fala-nos de uma história de tendências etnográficas²⁸⁶, também Robert Danton declara que a história cultural “é a história de natureza etnográfica.” Considere-se, ainda, que nesta mesma década, o prestígio da escola dos *Annales* era internacional.²⁸⁷ Carlo Ginzburg, durante o congresso intitulado “Le Annales e la storiografia italiana”, realizado em Roma, em janeiro de 1979, discorrendo sobre as trocas historiográficas entre a Itália e a França no século XX, reconhece que a “*Itália recebeu muito mais do que deu*”.²⁸⁸ Avalia que a persistência desse desequilíbrio não permaneceu imutável no decurso de cinquenta anos e aponta para uma nova

²⁸⁴ REVEL, Jacques. In: FERREIRA, Marieta de Moraes. “Entrevista com Jacques Revel”. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, n. 19, 1997, p. 13.

²⁸⁵ Um terço de seus autores (12 de 33) repartem-se entre as diferentes universidades parisienses nascidas da fragmentação que se seguiu aos acontecimentos de maio de 68: Paris-I (4 autores), Paris-IV (2 autores), Paris VII (3 autores), Paris-VIII (3 autores). Ver: BOUTIER, Jean & JULIA, Dominique. *Passados recompostos: campos e canteiros da história*. Trad. de Marcella Mortara e Anamaria Skinner. Rio de Janeiro: Editora UFRJ: Editora FGV, 1998, p. 26.

²⁸⁶ DOSSE, François. op. cit. p. 120/1.

²⁸⁷ DANTON, Robert. Apud HUNT, L. *A Nova História Cultural*. Trad. de Jefferson Luiz Camargo. São Paulo: Martins Fontes, 1992, p. 16.

²⁸⁸ GINZBURG, Carlo; CASTELNUEVO, Enrico; PONI, Carlo. “Provas e possibilidades à margem de ‘Il ritorno de Martin Guerre’” de Natalie Zemon Davis. In: *A micro-história e outros ensaios*. Trad. de Antônio Narino. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989, p. 169.

fase, embrionária, de novas tendências na investigação. Inclusive, prevendo, para o futuro próximo, “*uma troca entre historiografia italiana e historiografia francesa menos desigual do que no passado, de modo a poder consolidar-se ulteriormente a cooperação*”.²⁸⁹ Destaca, em primeiro plano, o aparecimento de investigações históricas caracterizadas pela análise extremamente próxima de fenômenos circunscrito: à micro-história, que podem ser explicados por motivos inerentes à disciplina quer por motivos extra-históricos:

Nestes últimos anos, fenômenos muito diversos entre si, como as recentes guerras do Sudeste asiático, ou mesmo os desastres ecológicos tipo Seveso, Amoco-Cádiz, etc., levaram a repor em discussão objectivos estratégicos há muito tempo considerados atingidos – e enquanto tais não sujeitos a análise – quer se tratasse do socialismo ou do desenvolvimento tecnológico ilimitado. Não é arriscado supor que a voga crescente das reconstituições micro-históricas esteja ligada às dúvidas crescentes sobre determinados processos macro-históricos. Precisamente porque não se está muito seguro de que o jogo compensa é-se levado a reanalisar as regras do jogo. Surge a tentação de contrapor aos optimismos (reformistas ou revolucionários) dos anos 50 e 60 as dúvidas de índole radical dos últimos anos 70, provavelmente destinadas a acentuar-se no decênio que se aproxima. Que os inquéritos micro-históricos tenham, em muitos casos, como objeto de análise os temas do privado, do pessoal e do vivido, propostos com tanta veemência pelo movimento feminista, isso *não* é uma coincidência – visto que as mulheres foram indubitavelmente o grupo que tem pago os custos mais elevados pelo desenvolvimento da história humana.”²⁹⁰

Os historiadores Jean Boutier e Arundhati Virmani, em 1998, fizeram observações pertinentes quanto aos centros de interesses comuns que confederam, nas últimas décadas, para além das fronteiras, uma comunidade de historiadores; constituindo-se, assim, um espaço disciplinar transnacional, sem desconsiderar, obviamente, os deslocamentos temporais, diversidades de formulações que remetem às tradições culturais nacionais. O intercâmbio entre os historiadores decorreu das grandes transformações de nossas sociedades

²⁸⁹Ibidem, p. 178.

²⁹⁰Idem, Ibidem. p. 172.

contemporâneas: a abertura das trocas, a mobilidade dos indivíduos, o aparecimento dos novos meios de comunicação, somando-se, ainda, uma maior sistematização do intercâmbio internacional de docentes através de congressos, emigrações, etc. Entretanto, Jean Boutier e Arundhati Virmani ressaltam, não se deve fazer um balanço triunfalista, visto que a vanguarda dos historiadores permanece um grupo fortemente segmentado. Por exemplo, “a virada lingüística”, nascida nos Estados Unidos, mal está começando a encontrar um eco na Grã-Bretanha, e permanece marginal na França, a micro-história italiana “*não conhece na França mais que um sucesso limitado, enquanto inspira trabalhos nos Estados Unidos e na Alemanha.*”²⁹¹ De qualquer forma, seja estendendo-se e/ou dividindo-se, “*essas vozes novas acabam convergindo numa ampla e rica polifonia.*”²⁹² Não devemos, todavia, descurar das relações de força.

O campo da História Cultural²⁹³, embora antigo, floresce na década de 1970, em suas múltiplas potencialidades.²⁹⁴ A fração da revista da escola dos *Annales* dedicada à história cultural passa de 22,4% dos artigos, no período de 1957 a 1969, para 32,8%, entre 1969 e 1976.²⁹⁵ Em um exame da lista cronológica das publicações selecionadas e apresentadas no final do livro *O que é História Cultural?*, lançado em 2004, de Peter Burke, contamos a variedade, qualidade e inovação temática neste campo de pesquisa. Dentre elas, destacam-se as 73 obras produzidas entre os anos de 1971 a 2003. Este historiador demarca a durabilidade de mais 30 anos de existência, considerando seu início na década de 1970, todavia, nos chama atenção para o fato de que, apenas uma década depois, é que foi cunhada com a denominação de Nova História Cultural.²⁹⁶ Segundo Lynn Hunt, entre os anos de 1965 e 1984, a história intelectual e cultural, no âmbito da escola dos *Annales*, ocupou “um sólido

²⁹¹BOUTIER, J. e VIRMANT, A. “Os caminhos da polifonia”. In: BOUTIER, Jean & JULIA, Dominique. *Passados recompostos: campos e canteiros da história*. Trad. de Marcella Mortara e Anamaria Skinner. Rio de Janeiro: Editora UFRJ: Editora FGV, 1998, p. 304.

²⁹²Ibidem.

²⁹³Peter Burke localiza o uso do termo, pela primeira vez, na Alemanha em fins do século 18, quando Johan Christoph Adelung publicou *Ensaio de uma história cultural da raça humana* (1782) e *História Geral da Cultura*, 1796/9, de Johan Gottfried Erchhorn. BURKE, Peter. *Varietades de História Cultural*. Trad. de Alda Porto. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000, p. 14.

²⁹⁴ROJAS, Carlos Antonio Aguirre. “El Queso y los Gusanos: um modelo de Historia crítica para el analisis de las culturas subalternas”. *Revista Brasileira de História*. São Paulo, ANPUH /Humanitas Publicações, vol. 23, n. 45, 2003, p. 74/5.

²⁹⁵DOSSE, François. *A história à prova do tempo: da história em migalhas ao resgate do sentido*. Trad. De Ivone Castilho Benedetti. São Paulo: Editora UNESP, 2001, p. 121.

²⁹⁶BURKE, Peter. *O que é história cultural?* Trad. De Sérgio Góes de Paula. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2005, p. 131.

segundo lugar”²⁹⁷, com uma produção em torno de 35 por cento dos artigos²⁹⁸. E Sandra Jatahy Pesavento, em estudo publicado em 2004, nos informa de que, no Brasil, a Nova História Cultural é responsável por 80% da produção historiográfica nacional.²⁹⁹ A Nova História Cultural não é um bloco homogêneo e sob a influência das transformações epistemológicas ocorridas na referida periodização, dentre elas, os entrecruzamentos de saberes disciplinares, tais como os da antropologia, teoria da literatura, semiótica e psicanálise, diversifica-se em várias modalidades, cujos expoentes e produtores mais conhecidos são: Emmanuel Le Roy Ladurie, Michel Foucault³⁰⁰, Roger Chartier, Daniel Roche, Hayden White, Dominique La Capra, Peter Gay, Keith Thomas, Peter Burke, Jack Goody, Robert Darnton³⁰¹, Lynn Hunt, Natalie Zemon Davis³⁰², Hans Medick, Carl Schorske e Carlo Ginzburg.

Frente à variedade de modalidades de Nova História Cultural e objetivando dar uma solução ao problema de uma definição da história cultural, diríamos que aglutinadora, Peter Burke sugere deslocarmos a atenção dos objetos para os métodos de estudo, mas sem deixarmos de salientar sua variedade e a complexa rede de controvérsias em que está envolta. O mapa metodológico dos historiadores culturais abrange uma multiplicidade de cenas culturais, tais como a intuição, a procura de significados, as práticas e as representações, a descrição, a narração, perspectivadas por um terreno comum: a preocupação com o símbolo e suas interpretações. Ronaldo Vainfas elabora uma sistematização de caráter didático das principais características da Nova História Cultural³⁰³: rejeição ao conceito de mentalidades; distanciamento das manifestações "oficiais" ou "formais" da cultura de determinada sociedade e um especial apreço pelo informal, sobretudo pelo popular; preocupação em resgatar o papel das classes sociais, da estratificação e do conflito social; pluralidade de caminhos alternativos

²⁹⁷O primeiro lugar era ocupado pela história socioeconômica, com uma média de 46%. HUNT, Lynn. *A Nova História Cultural*. Trad. de Jefferson Luiz Camargo. São Paulo: Martins Fontes, 1992, p. 5.

²⁹⁸Ibidem, p. 8.

²⁹⁹Deve-se observar que este dado inclui: publicações especializadas, livros, artigos, trabalhos apresentados em congressos e simpósios, dissertações e teses. Ver PESAVENTO, S. In: 2004.

³⁰⁰*História da loucura*, 1961; *Arqueologia do saber*, 1969.

³⁰¹*O lado oculto da revolução: mesmerismo e o final do iluminismo na França*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998; *O iluminismo como negócio: história da publicação da “Enciclopédia”, 1775-1800*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996; *Boemia literária e revolução: o submundo das letras no Antigo Regime*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989; *O grande massacre dos gatos e outros episódios da história cultural francesa. Rio de Janeiro: Graal*, 1986; *O beijo de Lamourette: mídia, cultura e revolução*. São Paulo. Companhia das Letras, 1995; *Best-sellers proibidos da França pré-revolucionária*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998;

³⁰²*Culturas do povo: sociedade e cultura no início da França moderna*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990; O retorno de Martin Guerre. rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987; *Nas margens: três mulheres do século XVII*. São Paulo: Companhia das Letras, 1997; *Histórias do perdão e seus narradores na França do século XVI*. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

³⁰³Nomenclatura que vai entrar em uso no final da década de 80.

para a investigação histórica.³⁰⁴ Peter Burke elenca os domínios extensivos da nova história cultural: a política, a violência, as emoções, as percepções, as narrativas, as fronteiras e os encontros culturais. Lloyd S. Kramer aponta o pressuposto teórico comum que atravessa as variadas e diferentes abordagens da História Cultural³⁰⁵, a assertiva de que toda a realidade é social e/ou culturalmente constituída.

2 - Da História da Cultura à História Cultural: críticas e reelaborações

A palavra ‘cultura’ é de origem latina e sua etimologia estava ligada às atividades agrícolas. Origina-se do verbo latino *colere*, que significa cultivar. Os pensadores romanos antigos ampliaram seu significado usando-o para fazer referência ao refinamento, à sofisticação pessoal e à educação elaborada. Desde então, a palavra cultura foi usada com este significado e ainda hoje é o que predomina no senso comum, que independe de lugares, sejam estratificações sociais, sejam institucionais. No século 19, como decorrência do processo de intensificação do poder das nações europeias frente aos povos do mundo, decorrente do processo imperialista ocorrido entre 1815-1914, período de dominação europeia sobre a Ásia, África, Ilhas do Pacífico, surge uma preocupação científica com a cultura. A partir de então, as Ciências Humanas passam a tratar sistematicamente dela. As preocupações científicas com a cultura nascem, neste contexto, aliada às relações de poder, pela necessidade de entender os povos e nações colonizadas, na medida em que aos europeus lhes eram fornecidos campos de observação e acesso a material de estudo, visto que os centros de poder precisavam definir, entender, controlar e, sobretudo, agir sobre o desenvolvimento daquelas sociedades.³⁰⁶

Diversos teóricos, em especial, os antropólogos, foram os pioneiros na elaboração de definições e explicações para o termo cultura. Dentre os clássicos, destaco Edward Tylor, seguido por nomes como: Franz Boas, Alfred Kroeber, Bronislaw Malinowski.³⁰⁷ Entre os

³⁰⁴VAINFAS, R. 1997, p.148-150.

³⁰⁵Uma vez percorrido sobre a conformação da Nova História Cultural, decido-me a partir deste momento, utilizar a expressão História Cultural, uma vez que, passado o momento especificador das diferenças e rupturas, o epíteto novo não se faz tão necessário.

³⁰⁶SANTOS, José Luiz dos. *O que é cultura*. 3. ed. São Paulo: Editora Brasiliense, 1985, p. 30.

³⁰⁷TYLOR, Edward. *The Primitive Culture*, 1871; “The Limitations of the Comparative Method of Anthropology”, *Science*, 1896; *The mind of primitive Man*, New York, 1911; BOAS, Franz. *Anthropology and Modern Life*, New York, 1932; *Race, Language and Culture*, New York, 1940; “The superorganic”. In: *American Anthropologist*, 19, p. 41-54; KROEBER, Alfred. *Anthropology*. New York, 1923.; MALINOVSKI, Bronislaw. *The nature of Culture*, Chicago, 1952; *Anthropology Today: an Encyclopaedic Inventory*. Chicago,

antropólogos modernos, destacam-se os nomes de Roger Keesing, Leslie White, Marshall Sahlins, Marvin Harris; Rappaport, Andrew P. Vayda, Claude Lévi-Stauss, G. P. Murdock, Max Gluckman, Evans-Prichard, Mary Douglas, Victor Turner, Arnold Van Gennep e Clifford Geertz.³⁰⁸ O antropólogo E. Tylor, em sua obra *Primitive Culture*, 1871, foi o primeiro a definir a cultura num amplo sentido etnográfico: “*é este todo complexo que inclui conhecimentos, crenças, arte, moral, leis, costumes ou qualquer outra capacidade ou hábitos adquiridos pelo homem como membro de uma sociedade.*”³⁰⁹ Para E. Tylor, a cultura trata-se de um objeto de estudo sistemático, um fenômeno natural que possui causas e regularidades, leis e evolução.³¹⁰ E que se desenvolve de maneira uniforme, de tal forma que cada sociedade percorre as mesmas etapas: selvageria - barbarismo – civilização. Tal pressuposto significa a idéia de um processo discriminatório, onde as diferentes sociedades são classificadas hierarquicamente, note-se que, com nítida vantagem para as sociedades européias (civilização ocidental). O ‘*background intelectual*’, de E. Tylor, foi contextualizado pelo antropólogo Laraia: “*nos anos em que a Europa sofria o impacto da Origem das espécies, de Charles Darwin, e que a nascente antropologia foi dominada pela estreita perspectiva do evolucionismo linear.*”³¹¹ A principal reação às idéias evolucionistas foi o chamado método histórico defendido por Franz Boas, antropólogo alemão (1858-1949). No artigo intitulado “The Limitation of the Comparative Method of the Anthropology”, desenvolveu o ponto de vista histórico “sobre objetos e acontecimentos singulares ou específicos no tempo e no

1953; *Argonauts of the Western Pacific*. London, 1922; *A Scientific Theory of Culture and Other Essays*. Chapel Hill, N. C., 1944.

³⁰⁸GEERTZ, Clifford. *News Perspectives in Cultural Antropology*. Nova York, Holt, Rinehart and Winston, Inc., 1971; “Theories of Culture”. *Annual Review of Antropology*, v. 3. Paolo Alto, Califórnia, 1974; WHITE, L. O conceito de cultura. *Educação e Ciências Sociais*. Rio de Janeiro, v. 5, n. 14, jun. 1960; *O conceito de sistemas culturais. Como compreender tribos e nações*. Rio de Janeiro, Zahar, 1978; SAHLINS, M. *Cultura e Razão Prática*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1979; *Ilhas de História*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1990; HARRIS, M. *Canibais e Reis*. Ed. 70: Perspectiva, 1990; RAPPAPORT, R. *Pigs for the ancestors*. Yale Univ. Press, New Haven, 1967; VAYDA, Andrew P. *Environments and cultural behavior*. Garden City: Natural History Press, 1969; LÉVI-STRAUSS, C. *Tristes Trópicos*, 1955; *Antropologia Estrutural*, 1958; *Pensamento Selvagem*, 1962; MURDOCK, G. P. *Social Structure*. Nueva York. MccMilan, 1949; GLUCKMAN, M. *Ordem e Rebelião na África Tribal*, 1963; PRITCHARD, E. *Bruxaria, oráculo e magia entre os Azande*. Rio de Janeiro: Zahar, 1978; *Os Nuer*. São Paulo; Perspectiva, 1978; DOUGLAS, M. *Pureza e Perigo*. São Paulo: Perspectiva, 1976; TURNER, V. *Ruptura e continuidade em uma sociedade africana*, 1957; *O Processo Ritual*, 1969; VAN GENNEP, A. *The Rites of Passage*. Chicago: Phoenix Books/University of Chicago Press, 1960. (Trad. Brasileira: *Os Ritos de Passagem*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1978.); GEERTZ, Clifford. *A interpretação das culturas*. Rio de Janeiro, Zahar, 1978; *Saber Local*, 1983; *Nova Luz sobre a Antropologia*, 2001.

³⁰⁹ TYLOR, E. Apud LARAIA, R. B. *Cultura: um conceito antropológico*. 4. ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1989, p. 25.

³¹⁰Por um lado, a uniformidade que tão largamente permeia entre as civilizações, pode ser atribuída, em grande parte, a uma uniformidade de ação de causas uniformes, enquanto, por outro lado, seus vários graus podem ser considerados como estágios de desenvolvimento ou evolução.

³¹¹LARAIA, Roque de Barros. op. cit, p. 33.

espaço.”³¹² A idéia de particularismo histórico foi incorporada pela chamada Escola Cultural Americana, segundo a qual cada cultura segue os seus próprios caminhos em função dos diferentes eventos históricos que enfrentam. O norte-americano Alfredo Kroeber (1876-1960) demonstrou em seu *artigo* “O Superorgânico” como a cultura atua sobre o homem, e de que é graças à cultura que a humanidade se distanciou do mundo animal. Defende que os comportamentos humanos não são biologicamente determinados e que a herança genética nada tem a ver com as ações e pensamentos, pois todos os atos dependem de um processo de aprendizagem. Seu argumento básico é de que o homem é resultado do meio cultural em que foi socializado.

Quanto às teorias modernas de cultura, sobressaem-se algumas correntes. Uma delas, chamada de neo-evolucionista, é àquela que considera a cultura como um sistema adaptativo, difundida pelos seguintes antropólogos: Leslie White, Sahlins, Carneiro, Rappaport e Vayda. Estes concordam que *cultura* são sistemas (de padrões de comportamento socialmente transmitidos) que servem para adaptar as comunidades humanas aos seus embasamentos biológicos. Outra corrente refere-se às teorias idealistas de cultura que se subdivide em três diferentes abordagens: 1. aquela que considera a *cultura* como um sistema cognitivo, produto dos chamados “novos etnógrafos”, que tem se distinguido pelo estudo de “folk”, ou seja, a análise de modelos construídos pelos membros da comunidade a respeito de seu próprio universo³¹³; 2. aquela que considera *cultura* como sistemas estruturais, que é a perspectiva desenvolvida por Claude Levi-Strauss, que define a cultura como um sistema simbólico - uma criação acumulativa da mente humana. Dedicou-se a descobrir, na estruturação dos domínios culturais - mito, arte, linguagem, parentesco, os princípios da mente que geram essas elaborações culturais. Formulou uma teoria da unidade psíquica da humanidade tendo como pressuposto que o pensamento humano está submetido a regras inconscientes, ou seja, a um conjunto de princípios mentais como, por exemplo: a lógica dos contrastes binários, de relações e transformações - que controlam as manifestações empíricas de um dado grupo; 3. aquela que considera *cultura* como sistemas simbólicos - posição desenvolvida nos Estados Unidos por dois antropólogos: David Schneider e Clifford Geertz: este último, que muita influência tem tido sobre os desenvolvimentos da nova história cultural, defende um conceito de cultura essencialmente semiótico:

³¹²KEESING, Felix M. *Antropologia Cultural. Ciência dos costumes*. Trad. de José Veiga. Rio de Janeiro: Editora Fundo de Cultura, 1972. v. 1.

³¹³A cultura como um sistema de conhecimento consiste em tudo aquilo que alguém tem de conhecer ou acreditar para operar de maneira aceitável dentro de sua sociedade.

Acreditando, como Max Weber, que o homem é um animal amarrado a teias de significados que ele mesmo teceu, assumo a cultura como sendo essas teias e a sua análise; portanto, não como uma ciência experimental em busca de leis, mas como uma ciência interpretativa, à procura do significado.³¹⁴

Assim como seu conceito de cultura foi amplamente incorporado ao domínio da história cultural, também seu modelo de análise cultural tem sido submetido às críticas formuladas pelos historiadores. A apropriação da noção antropológica de cultura, nas últimas décadas, pelos historiadores, pode ser averiguada nas tendências conhecidas como a da “antropologia histórica” ou “história antropológica” e a da “nova história cultural”. Ao traçar a história da história cultural, Peter Burke procura mostrar como, em decorrência do encontro entre a história e a antropologia, sobreveio uma das mais significativas mudanças conceituais na definição e no uso do termo ‘cultura’, agora, “no plural e em sentido cada vez mais amplo”.³¹⁵ Michel de Certeau adverte-nos de que “toda exposição relativa aos problemas culturais caminha sob um solo de palavras instáveis”³¹⁶ e de como os “seus significados estão ligados a funcionamentos em ideologias e sistemas díspares”.³¹⁷ No âmbito das abordagens da história cultural, em que pesem suas variedades, paradigmaticamente, compreende-se que o termo *cultura* designa “comportamentos, instituições, ideologias e mitos que compõem quadros de referência e cujo conjunto, coerente ou não, caracteriza uma sociedade como diferente das outras”.³¹⁸ A cultura, que não se reduz apenas ao conceito, mas é também uma dimensão do processo social, é uma construção histórica, que foi, no decorrer dos tempos, instaurando uma abertura ilimitada à anexação de ‘territórios’ da vida humana.

A gênese e trajetória da história cultural, segundo Francisco Falcon, encontra-se, intrinsecamente, ligada à constituição da Historiografia moderna. Este historiador situa a origem desse campo de saber no movimento intelectual da Ilustração, elegendo os textos de Vico³¹⁹ como marco histórico-filosófico “da concepção de cultura ou do cultural como elemento definidor por excelência do mundo histórico basicamente distinto do mundo

³¹⁴GEERTZ, Clifford. *A interpretação das culturas*. Rio de Janeiro, Zahar, 1978, p. 15.

³¹⁵BURKE, Peter. *O que é história cultural?* Trad. De Sérgio Góes de Paula. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2005, p. 44.

³¹⁶CERTEAU, Michel de. *A cultura no plural*. Campinas, SP: Papyrus, 1995, p. 193.

³¹⁷Idem.

³¹⁸CERTEAU, Michel de. op. cit. p. 194.

³¹⁹1725 e 1740.

natural".³²⁰ Carlo Ginzburg comenta "esse lado meio 'antropológico' de Vico "*como uma nova e perturbadora idéia de levar a sério os homens primitivos, reconhecendo neles uma cultura*".³²¹ Vico é reconhecido como o primeiro a afirmar: "*Foi o homem que fez este mundo histórico*". A filósofa Hannah Arendt situa, nesta época, a emergência de um novo conceito de História: o de "*um processo feito pelo homem, o único processo global cuja existência se deveu exclusivamente à raça humana*"³²², o que nos serve para corroborar "o lugar" da gênese da história cultural coetânea à historiografia moderna, muito embora o uso do termo história cultural só apareça em fins do século 18, na Alemanha, nos textos de Johan Christoph Adelung (1782) e de Johan Gottfried Erchhor (1796).³²³ Posteriormente, no século 19, evidencia-se um intenso labor reflexivo efetuado por aqueles historiadores que são considerados os precursores da história cultural, são eles: Jacob Burckhardt, Gibbon, Michelet, Johan Huizinga. Suas abordagens dedicaram-se à apreensão da dimensão humana relativa aos sentimentos, às crenças e aos costumes.

Peter Burke, ao inventariar as muitas variedades de história cultural que vêm sendo praticadas em diferentes partes do mundo, desde o final do século XVIII, notou a intensa fragmentação por que tem passado este campo de saber, sobretudo, nos últimos anos.³²⁴ Ao traçar a história da história cultural, localiza as diferentes tradições culturais deste "fazer historiográfico", delimitadas 'geralmente' em termos nacionais: a tradição germânica, a holandesa, a inglesa, a francesa, a da América do Norte. Não deixando de notar, todavia, as especificidades das trocas culturais, resultantes sejam da tradição da imigração, sejam das idiosincrasias individuais. Tentando transpor suas divisões internas, seus limites disciplinares espaciais e temporais e vê-la como um todo, faz um exercício para "*estabelecer um equilíbrio*" desse campo de saber tendo como princípio suas características epistemológicas. A sistematização elaborada por Peter Burke, aqui adotada, na medida em que vai caracterizando a Nova História Cultural, vai, simultaneamente, confrontando-a e contrapondo-a à História da Cultura Clássica ou Tradicional, a partir de pontos críticos. Esta

³²⁰FALCON, Francisco. *História Cultural: uma visão sobre a sociedade e a cultura*. Rio de Janeiro: Campus, 2002, p. 22-24.

³²¹GINZBURG, Carlo. In: ABREU, Alzira Alves de.; GOMES, Ângela de Castro.; OLIVEIRA, Lucia Lippi. "História e Cultura: Conversa com Carlo Ginzburg". *Revista Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, v. 3, n. 6, 1990, p. 257.

³²²ARENDRT, Hannah. "A tradição e a Época Moderna". In: *Entre o passado e o futuro*. São Paulo: Editora Perspectiva, 1992, p. 88.

³²³BURKE, Peter. *Variedades de História Cultural*. Trad. de Alda Porto. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000, p. 14.

³²⁴Ibidem, p. 233/267.

sistematização permitiu-me congregar, no interior da discussão, os postulados epistemológicos de historiadores e de teóricos da cultura, destacando, dentre eles, os da micro-história.

Considero que a bifurcação do campo de estudo da história cultural em dois grandes blocos: História Tradicional ou História Cultural Clássica e a Nova História Cultural, tendo suas problematizações teórico-metodológicas coordenadas por pontos críticos, me permitirá atravessar o empreendimento intelectual de sua formalização e, ainda, vislumbrar as nuances e mutações de suas principais matrizes. Por História Cultural Clássica ou Tradicional, entende-se aquele campo do saber portador de uma concepção de cultura elitista compreendida como literatura, idéias, símbolos, encontrados na tradição ocidental, dos gregos em diante, entre as elites com acesso à educação formal. Comumente, dedica-se à abordagem de estudos especializados em história da arte, da literatura, da filosofia, da música. Seu interesse abarca todas as artes eruditas e a relação de umas com as outras e com o chamado “espírito do tempo” - termo hegeliano³²⁵ que implica na idéia de um conjunto de traços de certo período e como determinante da ordem dos acontecimentos na história. Suas bases filosóficas fixavam-se no isolamento das idéias ou dos sistemas de pensamento, das condições que permitiram a sua produção, ou seja, separava radicalmente os sistemas de pensamento das formas da vida social, atribuindo a criação intelectual ou estética unicamente à capacidade de invenção individual. De viés progressista, evolucionista e racionalista, partilha do epíteto de “historicista” referente à corrente historiográfica predominante nos séculos 18 e 19.³²⁶ Seus exemplos mais ilustrativos são: a palestra *Cultura e anarquia*, de Matthew Arnold, *Cultura na Itália renascentista*, de Jacob Burckhardt e *A Tarefa da História cultural*, 1926, de Johan Huizinga.

O primeiro ponto da crítica, efetuada por diversos historiadores e sistematizada por Peter Burke, diz respeito à tendência da História da Cultura Tradicional de ignorar a sociedade em suas estruturas socioeconômicas e políticas. Essa crítica teve início nas décadas de 50 e 60, a partir dos estudos sobre cultura e sociedade efetuada por teóricos marxistas, como Raymond Williams e Edward Thompson, cuja percepção da cultura como elemento

³²⁵Hegel. O hegelianismo representou o máximo do idealismo, que dá prioridade ao espírito (consciência) sobre a realidade exterior chegando a considerar a realidade exterior como produto da consciência. O método hegeliano trata-se de um método metafísico, dotado de um arsenal teórico constituído de concepções, categorias e ‘leis’ que pairam sobre as realidades da história e das civilizações.

³²⁶FALCON, Francisco. op. cit. p. 40.

pertinente, produtor e transformador da própria história, redundou no questionamento do rotulado “determinismo econômico”, que consiste na discussão sobre a sobredeterminação da “superestrutura” pela “base econômica” que, segundo alguns comentadores, teve por base uma leitura simplista do seguinte axioma marxista:

O conjunto dessas relações de produção constitui a estrutura econômica da sociedade, a base real sobre a qual se eleva uma superestrutura jurídica e política³²⁷ e à qual correspondem formas sociais determinadas de consciência.³²⁸

Os debates em torno da dicotomia “base” *versus* “superestrutura” estiveram presentes no plano da teoria da cultura e envolveram sociólogos, antropólogos, teóricos da literatura, críticos da cultura e historiadores. A idéia de determinação das condições econômicas e sociais (materiais) sobre as manifestações culturais, políticas e ideológicas (superestrutura), segundo Eric Hobsbawm, se manteve, de um lado, dominante na tradição marxista e, de outro, bastante influente no âmbito da produção não marxista. O materialismo histórico foi habitualmente definido como ‘determinismo econômico’ e o grande impacto que as idéias específicas de Marx tiveram na história e nas ciências sociais, em geral é, quase certamente, o da teoria da “base e superestrutura”, ou seja, o seu modelo de uma sociedade composta de diferentes “níveis” em interação. Mas, para este historiador, Marx, além de rejeitar inteiramente a expressão, certamente negaria ser ele o primeiro a ressaltar a importância da base econômica do desenvolvimento histórico, ou a escrever a história da humanidade como a de uma sucessão de sistemas socioeconômicos.³²⁹ Engels, em cartas posteriores à morte de Marx, defende-se do reducionismo econômico, insistindo na interação de todos os elementos de uma situação histórica. Ressalta, ainda, o quanto a influência marxista, entre os historiadores, foi identificada com umas poucas idéias relativamente simples, embora vigorosas, e que, de um modo ou de outro, foram associadas a Marx e aos movimentos inspirados por seu pensamento, mas não são necessariamente marxistas, ou na

³²⁷Constituída pelas idéias sociais, políticas, jurídicas, filosóficas, religiosas, artísticas etc.; instituições e organizações.

³²⁸MARX, Karl. *Sociologia*. IANNI, O. (Org.). Trad. Maria E. Mascarenhas, Ione de Andrade e Fausto N. Pellegrini. São Paulo: Ática, 1979. p. 82.

³²⁹HOBBSAWM, Eric. “A volta da narrativa”. In: *Sobre História*. Trad. Cid Knipel Moreira. São Paulo: Companhia das Letras, 1998, p.158.

forma em que foram mais influentes, não são necessariamente representativas do pensamento maduro de Marx. Chama a esse tipo de influência de ‘marxista vulgar’. Esclarece que, a concepção materialista da história, desenvolvida no curso da crítica feita por Marx e Engels à filosofia e ideologia alemãs, está essencialmente dirigida contra a crença de que as idéias, os pensamentos e os conceitos produzem, determinam e dominam os homens, suas condições materiais e sua vida real. Veja-se esse trecho:

Essa concepção de história, portanto, baseia-se na exposição do processo real de produção – começando da produção material da vida em si mesma – e abrangendo a forma de relações associadas com e criadas por esse modo de produção, isto é, a sociedade civil em suas várias etapas, enquanto base de toda história; descrevendo-a em sua ação enquanto Estado, e também explicando como todos os diferentes produtos teóricos e formas de consciência, religião, filosofia, moralidade etc., dela derivam, e acompanhando o processo de sua formação a partir dessa base; dessa forma, a coisa toda pode, é claro, ser descrita em sua totalidade (e conseqüentemente, também, a ação recíproca desses vários aspectos entre si).³³⁰

Entrevê-se, no trecho acima, que, para Marx e Engels, o ‘processo real de produção’ não é simplesmente a ‘produção material da vida em si mesma’ mas algo mais amplo. No intuito de corroborar sua argumentação em favor da compreensão do processo em sua totalidade, Hobsbawm cita a visão de Eric Wolf: *‘o conjunto complexo de relações mutuamente dependentes entre natureza, trabalho, trabalho social e organização social’*.³³¹ Arremata, acrescentando, o quanto é importante perceber que *“os seres humanos produzem tanto com a mão quanto com a cabeça”*³³², ampliando assim, a extensão do conceito de produção da existência, para contrapor-se ao citado reducionismo econômico. Para o historiador inglês, o argumento decisivo sobre a concepção materialista da história está colocado na impossibilidade da distinção entre base e superestrutura, ou seja, das relações sociais de produção das idéias e conceitos, e explicita:

³³⁰ *Sobre História*. Trad. Cid Knipel Moreira. São Paulo: Companhia das Letras, 1998, p.174/5.

³³¹ WOLF, Eric. Apud HOBBSAWM, E. op. cit. p. 175.

³³² Idem.

[...] em parte porque se trata em si mesma de uma distinção histórica retrospectiva, e em parte porque as relações sociais de produção são estruturadas pela cultura e por conceitos que não podem ser a elas reduzidos. Outra objeção seria a de que, uma vez que um dado modo de produção é incompatível com n tipos de conceitos, esses não podem ser explicados por redução à “base”. Dessa maneira, sabemos de sociedades que possuem a mesma base material, mas maneiras amplamente variáveis de estruturar suas relações sociais, ideologia e outros aspectos superestruturais. Nesse sentido, as visões de mundo dos homens determinam as formas de sua existência social, pelo menos tanto quanto as últimas determinam as primeiras³³³.

Resulta que, no campo da atual produção historiográfica, a cultura percebida como produtora da própria história conduz ao questionamento dessa metáfora “base” *versus* “superestrutura” e do suposto determinante econômico que se mantém a ela atrelado. Os debates convergem para uma perspectiva no sentido de diluir os domínios particulares. Edward Thompson, usando o marxismo como referência, argumenta em favor da simultaneidade de expressão das relações de produção em todos os sistemas e áreas da vida social e não na idéia de primazia do econômico. Este historiador rejeita a metáfora de “base/superestrutura” e, em contrapartida, procura examinar o modo como essas experiências são abordadas culturalmente, num esforço de superação da interpretação do “reducionismo econômico”. Põe em questão a idéia de que seja possível descrever um modo de produção apenas em termos econômicos e relegar, como elementos secundários ou menos “reais”, a cultura, os conceitos críticos ao redor dos quais se organiza um modo próprio de produção. Avaliando como arbitrária esta dicotomia entre base econômica e superestrutura, que se situa nas cabeças e nos papéis, todavia, como categoria de análise de qualquer realidade social, ela é insustentável e inútil.³³⁴ Jacques Revel, comentando sua posição e a do historiador Roger Chartier, coloca o seguinte:

Crescemos em um mundo onde se começava por estudar o econômico, em seguida o social, e depois, a cultura. [...]. No fundo, o que criticamos, desde

³³³Idem, Ibidem, 176.

³³⁴THOMPSON, E.. Apud. TYRONE, C. <http://www.seol.com.br/mneme/ed4/018.php?atual=018&edicao4>

meados dos anos 70, foi essa organização vertical pela qual o econômico informava o social, e o social informava o cultural. Éramos historiadores sociais, mas pensávamos, por exemplo, que as categorias sociais também se constroem por meio das práticas culturais.³³⁵

A posição de Roger Chartier é de que “*todas as relações econômicas e sociais são ao mesmo tempo culturais, pois traduzem em atos, as maneiras plurais através das quais os homens dão significado ao mundo que é o seu*”.³³⁶ Roger Chartier reitera sua convicção de que a cultura não se situa acima ou abaixo das relações econômicas e sociais, nem pode ser alinhada com elas. Todas as práticas, sejam econômicas ou culturais, dependem das representações utilizadas pelos indivíduos para darem sentido a seu mundo. A sugestão é pensar em como todas as relações, sejam econômicas ou sociais, se organizam em representações constitutivas de uma cultura, “*seja esta comum ao conjunto de uma sociedade ou própria de um determinado grupo*”.³³⁷ Rejeitando o mecanicismo dicotômico e o determinismo apriorístico do esquema em discussão, argumenta em favor de:

[...] uma articulação nova entre ‘estrutura cultural’ e ‘estrutura social’ que é necessário construir sem aí projetar quer a imagem do espelho, que faz de uma o reflexo da outra, quer a da engrenagem, que constitui cada instância como um dos maquinismos do sistema, repercutindo todos eles o movimento primordial que afeta o primeiro anel da cadeia.³³⁸

Houve, também, por parte de alguns historiadores, a tendência a aderir a tal pressuposto dicotômico às avessas, ou seja, em creditar à cultura a responsabilidade de moldar a realidade social. Contudo, no âmbito da nova história cultural, as idéias reducionistas foram superadas ou as chamadas esferas/níveis das estruturas sociais foram instrumentalmente

³³⁵Os historiadores Jacques Revel e Roger Chartier trabalharam juntos, durante vários anos, em um seminário com o objetivo de refletir sobre os problemas da cultura popular e elaboraram uma crítica dos conceitos. Ver: FERREIRA, Marieta de Moraes. “Entrevista com Jacques Revel”. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, n. 19, 1997, p. 8.

³³⁶REVEL, Jacques. In: FERREIRA, Marieta de Moraes. op. cit. p. 8.

³³⁷CHARTIER, Roger. *A História Cultural: entre práticas e representações*. Lisboa: DIFEL, 1990, p.66.

³³⁸Ibidem, p. 67.

usadas em conjunturas específicas nas quais os movimentos dessas esferas ou níveis da dinâmica estrutural da sociedade prevaleceram para um ou outro tipo de atividade.

Sobre esta questão, Carlo Ginzburg vai enfatizar o fato de que o conflito social global, que caracteriza e que tem caracterizado a imensa maioria das sociedades humanas dentro da história, se reproduz dentro de uma abrangente esfera cultural, contrapondo as classes sociais dominantes às classes populares. Portanto, todas as instâncias da produção humana são legítimas para a compreensão do social. Relegando a referida metáfora, que causou tantos reducionismos no estudo das instituições e das culturas, Giovanni Levi faz uso de uma razão crítica que lhe permite investigar o processo histórico de formação do capitalismo abordando os protagonistas de suas transformações: as classes populares e os indivíduos que as integram. Os citados micro-historiadores compartilham de um mesmo modelo – a exegese crítico-analítica do processo de formação do capitalismo, ambos com instrumentos e categorias heterodoxos.³³⁹

O segundo ponto da crítica a História Cultural Clássica ou Tradicional diz respeito ao postulado da unidade ou consenso. O princípio da suposta unidade é bem expresso pelo termo hegeliano *Zeitgeist* (espírito do tempo), utilizado por alguns dos escritores tradicionais como “*a qualidade que une todos os produtos culturais de um período e os torna homogêneos*”.³⁴⁰ Neste ponto também foram os críticos neomarxistas que lideraram a crítica a tal postulado.³⁴¹ Segundo Edward Thompson³⁴², o termo cultura evocando consenso pode servir para desviar a atenção das contradições sociais e culturais. Este historiador critica o pressuposto de Antonio Gramsci, que reside na superestimativa da capacidade das elites de impor uma ‘hegemonia cultural’ às massas e de subestimar a capacidade elástica das classes inferiores de limitar e reformular essas imposições culturais. Roger Chartier problematiza modelos de análise cultural que supõem “*a existência de um universo simbólico comum e unificado*”³⁴³, creditando-lhes o anseio por ver uma ordem e um significado que obscurecem a existência de luta e conflito. Argumenta na defesa de “*uma definição de história que seja*

³³⁹SERNA, Jacques.; PONS, Anaclét. “Formas de hacer microhistoria”. *Ágora*. Revista de Ciencias Sociales, num. 7, 2002. Disponível em: <http://www.uv.es/jserna/>.

³⁴⁰HUIZINGA. Apud BURKE, Peter. *Variedades de História Cultural*. Trad. de Alda Porto. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000, p. 237.

³⁴¹As críticas tiveram como alvo os antropólogos de tradição durkheiminiana, assim como a Burckhardt, Huizinga, Erwin Panofsky e a Arnold Hauser.

³⁴²THOMPSON, Edward Palmer. *Costumes em comum*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

³⁴³CHARTIER, Roger. HUNT, Lynn. *A Nova História Cultural*. Trad. de Jefferson Luiz Camargo. São Paulo: Martins Fontes, 1992, p. 16.

basicamente sensível às desigualdades na apropriação de materiais ou práticas comuns".³⁴⁴ Portanto, para ele, a cultura não é algo nem unitário nem homogêneo, mas um campo de forças dividido e contraditório. O sociólogo Eugène Enriquez³⁴⁵ discute a questão da "ideologia da identidade unitária" como uma patologia das sociedades civilizadas. Apesar de não existir uma cultura unificada, as sociedades modernas vivem sob o fantasma da 'unidade-identidade', não admitindo divergências em seu seio. Estas sociedades desejam criar um Estado forte a fim de favorecer a dominação, coesão e normatização de condutas.

Essa idéia de homogeneidade, de consensualidade e de hegemonia, gera os cânones, que, por sua vez, enfatizam a idéia básica de tradição como transmissão de práticas e valores de geração para geração. A idéia que presume que "o que se recebia era o mesmo que fora dado: uma herança ou legado". Para Peter Burke, esta idéia foi descartada pelo alemão Aby Warburg e seus seguidores, na década de 1920, pioneiros dos "estudos culturais" interdisciplinares. Aby Warburg focou seus interesses nos "elementos da tradição que chamou de 'esquemas' ou 'fórmulas', sejam visuais ou verbais, que persistiam com o passar dos séculos, embora seus usos e aplicações variassem".³⁴⁶ A idéia de tradição foi também criticada, aliás, mais acirradamente, por Eric Hobsbawm, ao expor sobre como várias práticas consideradas antigas foram "inventadas há não muito tempo", de forma que a tradição pode ser "fabricada".³⁴⁷ E. Thompson considera que o postulado da tradição pode servir para desviar a atenção das contradições sociais e culturais. Atualmente, a idéia de tradição como "algo dado", contendo uma carga de imutabilidade, vem sendo substituída por outras possibilidades com as noções de recepção, apropriação, tradução e adaptação criativa, que negam, veementemente, a possibilidade de encontrar sentidos fixos nos artefatos culturais.

Para Peter Burke, o problema a ser resolvido pelos historiadores culturais "é de que modo resistir à fragmentação sem retornar à suposição enganadora da homogeneidade de determinada sociedade ou período".³⁴⁸ Mais precisamente, este historiador preocupa-se em como tornar visível "uma unidade subjacente (ou pelo menos ligações subjacentes) sem

³⁴⁴Ibidem, p. 17.

³⁴⁵ENRIQUEZ, Eugène. "Caminhos para o Outro. Caminhos para Si." In: *Sociedade e Estado*. Brasília: Universidade de Brasília, v. IX, n. 12, 1994, p. 85.

³⁴⁶BURKE, Peter. *Variedades de História Cultural*. Trad. de Alda Porto. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000, p.239.

³⁴⁷HOBBSBAWM, Eric. & RANGER, Terence. *A invenção das tradições*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997, p. 271-316. (Coleção Pensamento Crítico; v. 55).

³⁴⁸BURKE, P. op. cit. p. 254.

negar a diversidade do passado".³⁴⁹ Por isso, chama a nossa atenção para um corpo de obras recentes e destacadas sobre a história de encontros culturais. Reside, nessa colocação, provavelmente uma ambigüidade, ou talvez, o indicador de um paradoxo inerente ao *status* dialético da condição humana. Essa idéia relacional de cultura está bem posta na colocação de Jacques Revel: "*a cultura popular não é a cultura do povo, e sim uma cultura em relação com outras formas culturais, complementares, opostas ou hierarquizadas*".³⁵⁰

Carlo Ginzburg desmonta, peremptoriamente, a tendência totalitária da cultura e capta no personagem Menocchio, de *O queijo e os vermes*, "um caso-limite", respeitando-lhe a diferença e originalidade.³⁵¹ A observação de Renato Janine Ribeiro, no posfácio de *O queijo e os vermes*, coincide com a minha no tocante à maneira como Carlo Ginzburg restaura a cultura de Menocchio: como um fenômeno irreduzível a qualquer influência determinística de uma tradição herdada, diríamos que "em bloco", contudo, revela-se, na composição de sua linguagem (de Menocchio), a existência de traços de uma tradição camponesa antiquíssima. Carlos Antônio Aguirre Rojas, comentando a referida obra de Carlo Ginzburg, posiciona-se no sentido de negar o discutido pressuposto da cultura popular das classes subalternas serem um espaço homogêneo e visto como um reflexo intelectual de uma situação material igualmente homogênea; ao contrário, concebe-a como uma espécie de:

[...] palimpsesto múltiple, conformado por elementos culturales de muy heterogêneas duraciones y vigencias históricas, y articulado siempre de maneras complejas, que además están dentro de un proceso de constante refuncionalización y transformación sistemáticas.³⁵²

Na perspectiva de Carlo Ginzburg, a cultura é um campo de forças dividido e contraditório, compreendido por dois universos diferentes: os da cultura hegemônica e o das múltiplas culturas subalternas. Seguindo a trilha de Antonio Gramsci, Carlo Ginzburg

³⁴⁹Ibidem. p. 254/5.

³⁵⁰REVEL, Jacques. Ver: FERREIRA, Marieta de Moraes. "Entrevista com Jacques Revel". *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, n. 19, 1997, p. 8.

³⁵¹GINZBURG, Carlo. *O queijo e os Vermes: o cotidiano e as idéias de um moleiro perseguido pela inquisição*. Trad. Betânia Amoroso. São Paulo: Companhia das Letras, 1987, p. 27.

³⁵²ROJAS, Carlos Antonio Aguirre. "El Queso y los Gusanos: um modelo de Historia crítica para el analisis de las culturas subalternas". *Revista Brasileira de História*. São Paulo, ANPUH /Humanitas Publicações, vol. 23, n. 45, 2003, p. 82

reconhece o caráter hegemônico que ocupa o universo da cultura das classes dominantes imprimido, não somente pelo domínio exercido pela via da dominação total, como também pela via da criação de um certo ‘consenso’ cultural, que costumeiramente se apropria de temas, motivos e elementos da cultura popular, para deformá-los e usá-los como armas de sua própria legitimação, impulsionando-a a promover, permanentemente, distintos esforços de ‘aculturação’ das classes subalternas.

A identificação do conceito de cultura, exclusivamente, com a cultura das classes hegemônicas, conjecturado pela história das idéias presente na história da literatura, na história das ciências e na história do pensamento e das doutrinas, amplamente cultivadas até 1968, vai sendo progressivamente questionado tanto pelos desenvolvimentos da antropologia e da etnologia críticas do século XX, como também pelas distintas correntes inovadoras da historiografia do primeiro terço do século XX, para terminar deslegitimando-se completamente sob os impactos da revolução cultural de 1968. Portanto, rompe-se com a concepção amplamente difundida até os anos 70, que considerava tanto a cultura hegemônica como as culturas subalternas como construções homogêneas, unívocas e coerentes.

O terceiro ponto da crítica refere-se ao conceito estreito de cultura como alta cultura ou cultura erudita. Peter Burke aponta-a em numerosos textos de distintas nacionalidades que a identificam com a intelectualidade dos pensamentos daqueles que se encontram no topo da estrutura social e que é susceptível apenas de uma análise interna, individualizando a irreduzível originalidade das idéias.³⁵³ O historiador Antônio Carlos Aguirre Rojas, comentando os parâmetros da história aristocrática e tradicional das idéias, afirma que estas assumem a falsa concepção de que só as classes dominantes produzem e geram cultura, sendo responsáveis pela construção de um modelo da cultura como um fenômeno unilateral e hierárquico, que será produzido permanentemente pelas elites para, em seguida, ser imitado, aprendido, assimilado e reproduzido, de maneira passiva, tardia e imperfeita, pelas classes populares.³⁵⁴

Roger Chartier rejeita essa visão dicotômica de cultura popular *versus* cultura erudita, frisando que o fundamental é problematizar estas distinções, pois que, as relações

³⁵³BURKE, Peter. *Varietades de História Cultural*. Trad. de Alda Porto. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000, p. 241.

³⁵⁴ROJAS, Carlos Antonio Aguirre. op. cit. p.78.

entre tais categorias não se reduzem a correspondências estreitas, mas “*circulações fluídas, práticas partilhadas, diferenças misturadas*”. No universo das práticas culturais, são as diversidades de apropriações que remetem às diferenciações sociais, territoriais, sexuais, religiosas, etc. Edward Thompson circunscreve o seu campo de reflexões valorizando a resistência social e a luta de classes em conexão com as tradições, os ritos e o cotidiano das classes populares num contexto histórico de transformação. Admite, assim, a noção de interrelações recíprocas entre os universos culturais das classes dominantes e subalternas. Atualmente, a tendência dos historiadores culturais é no sentido de deslocar-se da preocupação com a cultura popular em si para um estudo do longo processo da interação entre elementos eruditos e populares, sem, contudo, deixar de reconhecer a variedade ou o polimorfismo desse mesmo processo.

O modelo da Nova História Cultural abandona o tradicional contraste entre sociedades com cultura e sociedades sem cultura e redefine cultura, apontando para o sentido antropológico. Os novos historiadores culturais falam em “culturas” no plural. Não pressupõem que todas as culturas sejam iguais em todos os aspectos, mas se abstêm de juízos de valor sobre a superioridade de algumas em relação a outras, julgamentos feitos inevitavelmente do ponto de vista da própria cultura do historiador, e que atuam como tantos obstáculos à compreensão. Enfim, com as mudanças paradigmáticas no âmbito da Nova História Cultural, a concepção elitista de cultura dilui-se frente à concepção de cultura como produto coletivo da vida humana, portanto, território constante das lutas sociais por um destino melhor. A cultura passa a ser concebida como uma dimensão da sociedade que inclui todo o conhecimento, num sentido ampliado e, de todas as maneiras como esse conhecimento é expresso.

No prefácio da obra *O queijo e os vermes*, observa-se que Carlo Ginzburg realiza uma crítica à história das mentalidades, por ter reproduzido um ponto de vista aristocrático que não reconhece a cultura popular, vendo-a através de uma perspectiva paternalista como “folclore” - artes tradicionais populares, crenças, sem o *status* de “cultura”. O ponto de vista que concebe a cultura como erudição, identifica o conceito de cultura, exclusivamente, como pertencente às classes dominantes. Ginzburg discorda da idéia que considera a cultura popular como “imitação” ou “assimilação” que reproduz, de maneira passiva, a cultura das elites. Demonstra na obra, acima referida, que a geração da cultura popular é “*reproduzida e renovada constantemente pelas próprias classes subalternas, dentro de uma permanente*

circularidade cultural".³⁵⁵ Discute com firmeza, procurando demonstrar claramente a ambigüidade do conceito de "cultura popular" utilizado por Robert Mandrou³⁵⁶, por Geneviève Bollème³⁵⁷ e por Michel Foucault.³⁵⁸ Portanto, critica frontalmente a total supremacia cultural da classe hegemônica e procura demonstrar como a geração da cultura não é privilégio das classes dominantes, existindo, também, uma cultura popular, gerada, reproduzida e constantemente renovada pelas mesmas classes subalternas, dentro de uma relação de permanente 'circularidade cultural'.³⁵⁹

Em decorrência das críticas e reelaborações acima discutidas, que implicam em mudanças paradigmáticas propiciadoras da consolidação da Nova História Cultural, torna-se evidente a superação da tradição clássica escrita pelas elites européias a respeito de si mesmas. Rejeitando a chamada "grande narrativa" do desenvolvimento evolutivo da cultura ocidental - os gregos, os romanos, o Renascimento, as descobertas, a Revolução Científica, o Iluminismo e assim por diante, convencionalmente, usada para legitimar direitos à superioridade por parte das elites ocidentais, arraiço-me ao apelo mais amplo da Nova História Cultural que reside na multivocalidade e na diversidade de formas narrativas. Propondo uma gama de possíveis respostas que enfatizam a redefinição de conceitos e uma análise aprofundada dos instrumentos e métodos, frente à crise dos sistemas e paradigmas existentes, a micro-história, como "um trabalho experimental" vai marcar uma posição muito específica dentro da chamada nova história, aliás, tendo, como um de seus traços distintivos, o reconhecimento, por parte dos historiadores, do "*papel ativo da linguagem, dos textos e das estruturas narrativas na criação e descrição da realidade histórica*".³⁶⁰

³⁵⁵GINZBURG, Carlo. *O queijo e os Vermes: o cotidiano e as idéias de um moleiro perseguido pela inquisição*. Trad. Betânia Amoroso. São Paulo: Companhia das Letras, 1987, p. 20/1.

³⁵⁶Que atribui às classes subalternas das sociedades pré-industriais, uma passiva adequação aos subprodutos culturais distribuídos com generosidade pelas classes dominantes. Ver: GINZBURG, Carlo Ginzburg. op. cit. p. 18.

³⁵⁷Que a concebe como uma proposta de valores, relativamente autônoma em relação à cultura destas classes. Ver: GINZBURG, Carlo Ginzburg. op. cit. p. 19.

³⁵⁸Segundo Ginzburg, o filósofo Michel Foucault a trata como um "estranhamento absoluto" [...] "aquém" da cultura." GINZBURG, Carlo Ginzburg. op. cit. p. 24.

³⁵⁹Conceito inspirado por Mikhail Bakhtin, a partir do qual, Carlo Ginzburg configura as relações entre a cultura subalterna e cultura hegemônica. Significa um influxo recíproco entre ambas. Ver: GINZBURG, Carlo Ginzburg. op. cit. p. 20/1.

³⁶⁰KRAMER, Lloyd. S. "Literatura, crítica e imaginação histórica: o desafio literário de Hayden White e Dominique La Capra". In: *A Nova História Cultural*. HUNT, Lynn. (Org.). São Paulo: Martins Fontes, 1992, p. 131/2.

3 - A questão narrativa

Há três décadas, constata-se, no campo historiográfico, a vigência do debate sobre a "questão narrativa". Aponta-se, costumeiramente, o ensaio intitulado "The Revival of Narrative: Reflections on a New Old History", 1979³⁶¹, de Lawrence Stone, proclamando o "retorno da narrativa", como o desencadeador do debate:

[...] a história narrativa e a biografia individual estão dando mostras visíveis de estarem voltando dentre os mortos. Nenhuma delas parece se manter igual ao que eram antes de seu pretense falecimento, mas é fácil identificá-las como variantes do mesmo gênero.³⁶²

O modelo gerador da questão narrativa e sua discussão foi formulado desde 1942, por C. G. Hempel, no artigo "The Function of general laws in history", e prosseguiu na década de 50, com *Laws and explanation in history*, 1957 de William H. Dray, na década de 60 com *Philosophy and historical understanding*, 1964, de W. D. Gallie, *Foundations of historical knowledge*, 1965, de M. White, *Analytical philosophy of history*, 1965, de A. C. Danto; assim como teve importantes produções historiográficas na década de 1970, que abordaram a temática das relações entre a história e a narrativa, dentre elas, as mais proeminentes foram: *Comment on écrit l'histoire*, 1971³⁶³, de Paul Veyne, *Metahistory*, 1973, de Hayden White, *L'écriture de l'histoire*, 1975³⁶⁴ de Michel de Certeau. Mas é mesmo o referido ensaio de Lawrence Stone, apontado pelos historiadores que se reportam a esta questão, como o responsável pelo desencadear de um amplo e abrangente debate sobre a "questão narrativa" atual, que reabilita a idéia de história como narrativa³⁶⁵, enfim, que atualiza a questão do estatuto narrativo da história.

³⁶¹Publicado no Brasil com o título: "O ressurgimento da narrativa: reflexões sobre uma nova velha história." *Revista de História*. 1991, p.13-37.

³⁶²STONE, Lawrence. op. cit. p. 37.

³⁶³Publicado no Brasil com o título *Como se escreve a História*. Editora Universidade de Brasília, 1982, 1992, 1995.

³⁶⁴Publicado no Brasil com o título *A escrita da História*. Rio de Janeiro. Editora Forense Universitária, 1982.

³⁶⁵Esta reabilitação permite, segundo Luiz Costa Lima: "uma releitura da historiografia que se propunha em finais do século XVIII, por parte de A. Ferguson, na Escócia, de Schüzer e Gatterer, na Alemanha, mostrando-se não só a importância que a narrativa aí assumia, quanto sua desidentificação com o arranjo cronológico. LIMA, Luiz Costa. In: RIEDEL, Dirce Cortês. *Narrativa, ficção e história*. I Colóquio UFRJ. Rio de Janeiro. Imago, 1988, p.71.

Lawrence Stone, no citado ensaio, caracteriza a história narrativa emergente (que se distingue da narrativa tradicional factual e linear) como aquela que se utilizaria de métodos tanto analíticos quanto descritivos, que abre novas fontes documentais, temas e argumentos, absorve influências do romance moderno e da psicanálise e trata do particular e do específico em função de “lançar luz ao funcionamento interno de uma cultura e uma sociedade do passado.”³⁶⁶ Nesta perspectiva, a história narrativa dos “novos historiadores” consiste numa modalidade de escrita histórica interessada em contar histórias de “vidas, sentimentos e comportamentos dos pobres e obscuros”.³⁶⁷ A caracterização da história narrativa por Lawrence Stone é feita em detrimento de uma “história científica”, de perspectiva macroestrutural e “determinística”, que vigorou até o início dos anos de 1970: o modelo marxista economicista, o modelo eco-demográfico³⁶⁸ e o modelo estatístico cliométrico.³⁶⁹

Este ensaio provocou uma reação crítica de Eric Hobsbawm, que foi expressa no artigo intitulado “O ressurgimento da narrativa: alguns comentários”, 1980.³⁷⁰ Nele, expõe sua discordância com relação à análise dos estilos historiográficos desenvolvida por Lawrence Stone, visto serem estes avaliados sob uma ótica exclusivamente de rejeição para com o discurso histórico do passado, inclusive, fazendo uso de “juízos de valor sobre as modalidades boas e as não tão boas de escrita histórica”.³⁷¹ Eric Hobsbawm, contrapondo-se à posição de Lawrence Stone, adverte-nos de que as transformações na natureza do discurso histórico não podem ser explicadas como provas da falência dos “empreendimentos históricos do passado”³⁷². Com o intento de desfazer a idéia de uma contradição entre historiadores narrativos e historiadores estruturais – contradição esta, presente no ensaio objeto de seu comentário crítico, Eric Hobsbawm redireciona a problemática, para a difícil experimentação das diferentes formas de apresentação da “síntese” em história. Esta sim, diz ele, compreende a seleção de uma técnica apropriada, podendo o historiador preferir “[...] olhar o mundo por meio de um microscópio em lugar de um telescópio”.³⁷³

³⁶⁶STONE, Lawrence. op. cit. p. 32.

³⁶⁷Ibidem, p. 31/2.

³⁶⁸Da segunda geração dos annalistas franceses.

³⁶⁹Dos historiadores norte-americanos.

³⁷⁰HOBBSAWM, Eric. Esse texto foi originalmente publicado em fev. de 1980, em *Past and Present*. n. 86. No Brasil, foi publicado no Dossiê: História – Narrativa. *Revista de História*. Campinas, n. 2/3, 1991, p. 39-46.

³⁷¹Ibidem, p. 45.

³⁷²Idem, Ibidem.

³⁷³Idem.

Françoise Hartog, no artigo intitulado “A arte da narrativa histórica”³⁷⁴, ao realizar uma síntese das discussões ocorridas na historiografia ocidental, a respeito do “retorno da narrativa”, refere-se ao ensaio de Lawrence Stone como um “*demonstrativo das mudanças operadas na moda historiadora*”, nos advertindo, todavia, da não explicitação (no referido ensaio) do que se designa por narrativa ou narração, que, por não ser problematizada, trata, tão somente, de “uma abreviação cômoda” que permite um distanciamento descritivo (mas não neutro) “*com relação às diferentes formas da história científica até então predominantes*”.³⁷⁵ Françoise Hartog, inserindo a história no espaço da retórica, discute suas aproximações e afastamentos nos diferentes regimes de historicidade. Localiza, na segunda metade do século XVIII, o período onde se impõe um novo conceito de história: *Die Gesschichte*, a história no singular, *a História*, suplantando a anterior distinção: *res gestae* (ações) e *historia rerum gestarum* (narração). No século XX, a história-narrativa é sobrepujada pelo acúmulo dos fatos e a busca ou verificação da História. Todavia, afirma ele, “*a história não cessou de dizer os fatos e gestos dos homens, de contar, não a mesma narrativa, mas narrativas de formas diversas*”.³⁷⁶

Roger Chartier envolve-se no debate comentando que a expressão "retorno da narrativa" remete-nos a um falso problema, visto que não poderia haver “ressurgimento” ou “retorno”, ali onde não houve nem partida e nem abandono. O que se pode reconhecer, na avaliação deste historiador, é a existência de um deslocamento entrelaçado com as preferências por algumas formas de narrativas em detrimento das mais tradicionais.³⁷⁷ Roger Chartier assente que, hoje, os historiadores estão convencidos de que escrevem narrações e levanta questões acerca do porquê a história desconsiderou durante tanto tempo sua pertença ao gênero das narrações.³⁷⁸ Essa pertença da história ao gênero narrativo esteve oculta em todos os regimes de historicidade e, somente quando os historiadores tomaram consciência da distância que existe entre o passado e sua representação, puderam refletir sobre as características comuns a todas as narrações e as singularidades próprias das narrações historiográficas.

³⁷⁴HARTOG, François HARTOG, F. “A arte da narrativa”. In: BOUTIER, Jean & JULIA, Dominique. *Passados recompostos: campos e canteiros da história*. Trad. de Marcella Mortara e Anamaria Skinner. Rio de Janeiro: Editora UFRJ: Editora FGV, 1998, p.193-202.

³⁷⁵Ibidem, p. 14.

³⁷⁶Ibidem, p. 200/201.

³⁷⁷CHARTIER, Roger. “A história hoje: dúvidas, desafios, propostas”. *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, v. 7, 1994, p. 103; CHARTIER, Roger. “La historia entre representación y construcción”. In: *Prismas*. Anuario de historia intelectual. Universidade Nacional de Quilmes [online]. 2004, n.2 [cited 2004-04-18], Disponible em: <http://www.Argiropolis.com.ar/documentos/investigacion/publicaciones/prismas/2/chartier.htm>.

³⁷⁸Idem.

Michel de Certeau investe na defesa de que a historiografia é história e escritura, notada no próprio nome, a inscrição de um paradoxo - o da relação entre dois termos antinômicos: o real e o discurso. Portanto, considera que não se pode negar esta relação problemática, que liga história e grafia, conhecimento e ficção:

[...] a história é um discurso que aciona construções, composições e figuras que são as mesmas da escrita narrativa, portanto da ficção, mas é um discurso que, ao mesmo tempo, produz um corpo de enunciados científicos, se entendermos por isso a possibilidade de estabelecer um conjunto de regras que permita “controlar” as operações proporcionais à produção de objetos determinados.³⁷⁹

Natalie Zemon Davis, ao analisar as cartas de remissão na obra *Histórias de perdão e seus narradores na França do século XVI*, percorre o rumo de colocar em evidência seus aspectos “ficcionais”, no seu sentido mais amplo, oriundo da raiz *fingerere*, ou seja, que abarca “os elementos formadores, modeladores e construtivos: a elaboração de uma narrativa”³⁸⁰. Ao enfrentar o desafio que se insere no debate sobre a relação do “real” com o “histórico”, aponta com clareza uma concordância com as tentativas de definição da narrativa histórica expressa pelos teóricos que defendem o estatuto narrativo da história:

Roland Barthes, Paul Ricoeur e Lionel Gossman: é necessário haver escolhas formativas de linguagem, detalhes e ordem para apresentar um relato que pareça verdadeiro, real, significativo e/ou explicativo tanto para o autor como para o leitor.³⁸¹

³⁷⁹CERTEAU, M. de. Apud. CHARTIER, Roger. *Cultura escrita, Literatura e História: conversas de Roger Chartier com Carlos Aguirre Anaya et al.* ARTMED Editora, 2001, p. 270.

³⁸⁰DAVIS, Natalie. *Histórias do perdão e seus narradores na França do século XVI*. Trad. De José Rubens Siqueira. São Paulo: Companhia das letras, 2001, p.17.

³⁸¹Ibidem, p.17.

Carlo Ginzburg comenta a injustificada rejeição à narrativa por parte dos historiadores, mas constrói, em seus ensaios, um cuidadoso e ardente confronto com os chamados “ceticistas”, procedentes de um movimento nos Estados Unidos, no fim dos anos 60, chamado de “giro lingüístico”³⁸², no intuito de não permitir a redução da história à uma dimensão puramente fictícia, ou seja, a equiparação das narrativas históricas às narrativas de ficção:

O meu objetivo é exatamente o oposto: é vencer os cépticos no seu próprio terreno, revelando, por meio de um exemplo extremo, as implicações cognitivas das escolhas narrativas (incluindo as narrativas de ficção). Contra a idéia rudimentar de que os modelos narrativos intervêm no trabalho historiográfico apenas no final, para organizar o material coletado, busco mostrar que, pelo contrário, eles agem durante todas as etapas da pesquisa, criando interdições e possibilidades.³⁸³

Já o filósofo Paul Ricoeur, apontado como àquele que empreendeu a mais precisa e contundente reflexão sobre a questão da narrativa em sua relação com a história, afirma que não poderia haver história sem elo, por tênue que seja, com a narrativa³⁸⁴. Em sua trilogia *Tempo e Narrativa*, 1983 -1985, procura demonstrar como até “*a historiografia menos narrativa, no seu estilo de escrita, permanece tributária da inteligência narrativa.*”³⁸⁵ É o que pretendo constatar no decorrer da explanação dos desdobramentos que perfazem essa questão.

³⁸²No entanto, foi a partir da década de 1960, com o estruturalismo lingüístico, que esta influência se generalizaria e, já na década de 1970, podia afirmar-se que “a preocupação central das ciências do homem é a linguagem”. A Lingüística, no entanto, passou a incorporar outras abordagens, em particular introduzindo uma noção sócio-histórica de discurso, de maneira que as condições sociais determinam mesmo as propriedades do discurso.

³⁸³GINZBURG, C. *Relações de força: história, retórica, prova*. Trad. de Jônatas Batista Neto. São Paulo: Companhia das Letras, 2002, p. 44.

³⁸⁴RICOEUR, Paul. *Tempo e Narrativa*. Trad. de Constança Marcondes César. Campinas: Papyrus, 1994, tomo I, p. 327.

³⁸⁵Ibidem, p. 326.

3.1 - O “eclipse da narrativa”

Parodiando o filósofo Paul Ricoeur, a expressão “eclipse da narrativa” remete ao estabelecimento de uma convergência no ataque contra a história narrativa, entre duas correntes de pensamento independentes: a da historiografia francesa contemporânea, mais próxima da prática histórica, ou seja, de caráter mais metodológico; outra, oriunda do positivismo lógico de língua inglesa, de caráter mais epistemológico. A historiografia francesa, tradicionalmente, manteve uma relação de desconfiança contínua com a filosofia, que identifica “*com a filosofia da história de estilo hegeliano*”³⁸⁶ e nem mesmo a “*filosofia crítica da história*”³⁸⁷ foi integrada pela corrente principal da historiografia francesa. E, quanto aos neopositivistas, estavam preocupados em “*adequar a explicação em história aos modelos que supostamente definem o saber científico*”.³⁸⁸ Vale acrescentar a apresentação dos pressupostos da questão narrativa referentes a estas correntes de pensamento, realizada pelo teórico da literatura Luiz da Costa Lima:

[...] ao passo que a reflexão dos *Annales* criticava o conjunto formado, por ideal objetivista da história positiva, o privilégio do fato e a forma do relato cronológico, e tudo em nome de uma história em moldes científicos, a indagação anglo-saxônica virá à tese narrativista pelo exame de um modelo explicitamente científico da história. Noutras palavras: a história positivista possibilitava aos *annalistes* propor uma mudança significativa de produção historiográfica sem comprometer a pretensão de cientificidade da disciplina, ao passo que a discussão em língua inglesa enfrentava diretamente o estatuto da história como ciência.³⁸⁹

Para Paul Ricoeur, essas duas correntes do pensamento convergem tanto na negação da filosofia da história quanto na negação do caráter narrativo da história. Daí a importância de se fazer uma análise desta convergência considerada, por ele, como negativa. O fio

³⁸⁶ RICOEUR, Paul. *Tempo e Narrativa*. Trad. de Constança Marcondes César. Campinas: Papyrus, 1994, tomo I, p. 137.

³⁸⁷ Herdada de Dilthey, Rickert, Simmel, Max Weber e continuada por Rymond Aron e Henri Marrou.

³⁸⁸ RICOEUR, Paul. op. cit. p. 138.

³⁸⁹ LIMA, Luiz Costa. In: RIEDEL, Dirce Cortês. op. cit. p. 68.

condutor da análise trata-se do destino do acontecimento e da duração histórica nas duas perspectivas.

Em primeiro lugar, o autor utiliza o conceito de acontecimento para examinar a contribuição da historiografia francesa para a teoria da história e justifica tal intento, na medida em que a crítica à “história factual”, no âmbito desta corrente historiográfica, equivale à rejeição da categoria da narrativa. Nesta corrente historiográfica, o conceito de acontecimento tem como base duas séries de asserções: as ontológicas e as epistemológicas. No sentido ontológico, acontecimento histórico é “*o que se produziu efetivamente no passado*” e tem como pressupostos: 1. *ter-sido absoluto*; 2. *ação humana absolutamente passada*; 3. *alteridade absoluta*, “*independente de nossas construções e reconstruções*”. A estas asserções, corresponde um tríplice pressuposto epistemológico: 1. a *singularidade não-repetível* do fenômeno físico ou humano opomos à universalidade da lei; 2. a *contingência prática* opomos à necessidade lógica ou física; 3. a alteridade tem sua contrapartida epistemológica na noção de *afastamento* em relação a qualquer modelo construído ou a qualquer invariante. Estes são os pressupostos implícitos ao uso não-crítico da noção de acontecimento histórico. Ela pode estar associada ao preconceito, à sedimentação filosófica ou teleológica, ou a coerções normativas universais.³⁹⁰

Ocorre que em 1938, um evento dará uma significativa contribuição para a dissolução do primado que residia na “*asserção do caráter absoluto do acontecimento, como aquilo que realmente aconteceu*”.³⁹¹ Trata-se da publicação do livro *Introdução à filosofia da história: Ensaio sobre os limites da objetividade histórica*³⁹², de Raymond Aron. Ao expor os limites da objetividade histórica, o autor proclama a tese da “dissolução do objeto” que mirava o positivismo sob a égide de Langlois e Seignobos.³⁹³ Paul Ricoeur comenta que o livro de Raymond Aron revela, com nitidez, a constatação “*de que o passado, concebido*

³⁹⁰RICOEUR, Paul. *Tempo e Narrativa*. Trad. de Constança Marcondes César. Campinas: Papyrus, 1994, tomo I, p. 139.

³⁹¹Ibidem, p. 140.

³⁹²Paul Ricoeur trabalhou com a 16ª. edição. Paris: Gallimard, 1957.

³⁹³Charles Victor Langlois e Charles Seignobos são os autores do manual metodológico do historiador “positivista” ou metódico, o famoso e influente *Introdução aos Estudos Históricos*, publicado na França em 1898. Traduzido e publicado no Brasil em 1946. Segundo Antonio Paulo Benatti, “*ainda no final dos anos 60 era adotado como bibliografia básica aos ingressantes no curso de História da Universidade de São Paulo*.” Ver: BENATTI, A. P. In: RAGO, Margareth. & GIMENES, Renato Aluizio de. (Orgs.) *Narrar o passado, Repensar a História*. Campinas, SP: UNICAMP, IFCH, 2000, p. 74.

como a soma do que efetivamente aconteceu, está fora do alcance do historiador”.³⁹⁴ Acrescenta a esta reflexão citações do livro de Henry Marrou, *Do conhecimento histórico*, 1954, argumentando no sentido de tornar a objetividade e a subjetividade como atitudes complementares da “prática do historiador”. Portanto, Raymond Aron e Henry Marrou advertem que, estando o historiador implicado no conhecimento histórico, não se pode propor a tarefa impossível de reatualizar o passado, pois que a possibilidade do conhecimento histórico só é possível através da relação que se estabelece entre o passado vivido de outrora e o historiador de hoje. O que significa dizer que, para o conhecimento do passado, não há o resgate de uma realidade em sua forma pura, mas uma reconstrução. Significa afirmar que a iniciativa, em história, não pertence ao documento, mas à questão colocada pelo historiador. Nesse sentido, Raymond Aron e Henry Marrou sintonizam-se na “luta contra o preconceito do passado em si”, que é também a orientação antipositivista da escola dos *Anais*. A escola dos *Anais*, com sua marca metodológica, produtora de ensaios que são “tratados de artesãos refletindo sobre seus ofícios”³⁹⁵, imprime uma orientação antipositivista: “de que os acontecimentos são o que os indivíduos fazem acontecer ou sofrem”.³⁹⁶ Paul Ricoeur revela-se surpreendido pelo fato de a noção de narrativa nunca ter sido questionada por si mesma³⁹⁷, como o são o primado do político e o do acontecimento. O autor fala-nos da imagem caricata que os *Annales* tinham da história narrativa: puramente descritiva dos fatos no tempo curto, mais próxima da literatura (e da péssima literatura) que propriamente da história ‘cientificamente conduzida’. Chama-nos a atenção, para o lugar que ocupa a narrativa na obra *Apologia da História*, de Marc Bloch, como apenas uma das espécies de testemunhos voluntários de que o historiador faz a crítica, a saber, os testemunhos intencionais (documentos), destinados à informação do leitor, e nunca como a forma literária da obra que o historiador escreve.³⁹⁸

Ora, as *sources narratives* – para empregar, em seu francês um pouco barroco, a expressão consagrada – [, quer dizer, os relatos deliberadamente destinados à informação dos leitores,] não cessaram, certamente, de prestar um precioso socorro ao pesquisador. Entre outras vantagens, geralmente são

³⁹⁴RICOEUR, Paul. *Tempo e Narrativa*. Trad. de Constança Marcondes César. Campinas: Papyrus, 1994, tomo I, 141.

³⁹⁵Ibidem, p. 143.

³⁹⁶Ibidem, p. 147.

³⁹⁷BENATTI, A. P. In: RAGO, Margareth. & GIMENES, Renato Aluizio de. (Orgs.) op. cit. p. 77.

³⁹⁸RICOEUR, Paul. op. cit. p. 144.

as únicas a fornecer um enquadramento cronológico, razoavelmente seguido. O que o pré-historiador, o que o historiador da Índia não dariam para dispor de um Heródoto? [Não podemos duvidar no entanto: é na segunda categoria dos testemunhos,] é nas testemunhas à revelia que a investigação histórica, ao longo de seus progressos, foi levada a depositar cada vez mais sua confiança. Comparem a história romana tal como a escreviam Rollin ou mesmo Niebuhr com aquela que qualquer compêndio coloca hoje sob nossos olhos: a primeira, que extraía a maior parte de sua substância de Tito Lívio, Suetônio ou Floro; a segunda, construída, em larga medida, à força de inscrições, papiros, moedas. Pedacos inteiros do passado só puderam ser reconstituídos assim: toda a pré-história, quase toda a história econômica, quase toda a história das estruturas sociais. No próprio presente, quem de nós, em lugar de todos os jornais de 1938 ou 1939, [de toda a literatura sobre as origens da guerra], não preferiria ter em mãos algumas peças secretas da chancelaria, alguns relatórios confidenciais de chefes militares?³⁹⁹

De maneira semelhante, Lucien Febvre, em sua crítica veemente da noção de fato histórico, concebido como átomo da história, inteiramente dado pelas fontes, e na defesa de uma realidade histórica construída pelo historiador, não se deu conta da aproximação entre a realidade histórica, criada pela história, da narrativa de ficção, criada pelo narrador. Num postulado sobre a crítica dos fatos como transparências tranqüilizadoras, declara:

Tudo que, no domínio das ciências históricas, lhes parecia suscetível de análise racional lhes pertencia. O resíduo era a história: uma paginação cronológica, no máximo acontecimentos de superfície, filhos do acaso, com frequência. Digamos: um relato.⁴⁰⁰

³⁹⁹BLOCH, Marc. *Apologia à história, ou, O ofício do historiador*. Trad. André Telles. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2001, p. 77-78.

⁴⁰⁰FEBVRE, Lucien. (1949). Apud LIMA, Luiz Costa. In: RIEDEL, Dirce Cortês. op. cit. p. 65.

Fernand Braudel, por seu turno, procura desmontar os pressupostos: 1. o indivíduo como o portador último da mudança histórica; 2. as mudanças pontuais (os acontecimentos) são as mais significativas; 3. uma história de acontecimentos, uma história factual, ou seja, uma história narrativa. Observe-se que, a partir de então, as expressões: história política, história factual e história narrativa passam a ser expressões quase sinônimas. Ao abordar a chamada segunda geração dos *annalistas*, Paul Ricoeur observa que ela assumiu o prolongamento do combate contra a história factual, pelo investimento em categorias da longa duração, da história das mentalidades, da história quantitativa, mantendo, assim, uma marcante contradição à história narrativa. Vejam-se as palavras de Braudel, pronunciadas em sua lição inaugural no Collège de France, em 1950, enunciando a continuação da tarefa de seus mestres através da crítica à história nos moldes de Ranke:

Segundo ela, a vida dos homens é determinada por acidentes dramáticos, pela acção de seres excepcionais que surgem nela, donos muitas vezes do seu destino e, com mais razão, do nosso. E quando se fala de ‘história geral’, é afinal no entrecruzar desses destinos excepcionais que ela pensa, uma vez que é necessário que um herói tenha em conta o outro herói. Ilusão falaz, como todos sabemos. Ou digamos, para sermos mais justos, visão de um mundo demasiado limitado, familiar [...].⁴⁰¹

Essa crítica da história factual associada à narrativa, realizada pela historiografia francesa, resulta de um combate metodológico contra a tradição positivista que prevalece nos estudos históricos na França, no primeiro terço do século XX. À tese de que o objeto da história seria o indivíduo, contrapõe a de “fato social total” e à noção de acontecimento, concebido como salto temporal, eles opõem a de um *tempo social* cujas categorias principais são: conjuntura, estrutura, tendência, ciclo, crescimento, crise, entre outras.⁴⁰² Paul Ricoeur ressalta, ainda, a importância de entendermos a conexão entre os dois tipos de contestação: “a

⁴⁰¹BRAUDEL, Fernand. “História e ciências sociais. A longa duração”. In: *Escritos sobre a história*. São Paulo: Cultrix, 1976, p. 57.

⁴⁰²Paul Ricoeur cita o historiador Fernand Braudel como um exemplo emblemático para a compreensão desta posição, visto que, para ele, a história mais superficial é a história na dimensão do indivíduo. A história factual é a história com oscilações breves, rápidas, nervosas, e sob essa história e seu tempo individual, desenrola-se uma história lentamente ritmada e seu longo prazo: é a história social, a dos grupos e das tendências profundas. Esse longo prazo é onde reina ‘uma história quase imóvel, a do homem nas suas relações com o meio que o cerca’ (visto por Paul Ricoeur como o lugar de uma geo-história).

*do primado do indivíduo como último átomo da investigação histórica e a do primado do acontecimento, no sentido pontual da palavra, como átomo último da mudança social”.*⁴⁰³

Prevalece, portanto, a visão de que o primado do indivíduo e o primado do acontecimento pontual são resultantes obrigatórios da saliência da história política. As rejeições às chamadas ‘história de batalhas’ e ‘história factual’ derivam diretamente do deslocamento do eixo principal da investigação histórica da história política em direção à história social. A idéia de que o indivíduo e o acontecimento exigem ser superados simultaneamente será o ponto forte da Escola dos *Anais* e os numerosos trabalhos históricos produzidos no seu âmbito serão dedicados à história social, cujos heróis da história são entidades coletivas (grupos, categorias e classes sociais, cidades e campos, burgueses, artesãos, camponeses e operários). Ocorrendo, também, uma intensa incursão no campo do quantitativo em história.⁴⁰⁴ Estas duas tendências tiveram como objetivo mostrar a continuidade da luta da historiografia francesa contra a história factual e, conseqüentemente, contra uma maneira diretamente narrativa de escrever a história.⁴⁰⁵ A declaração de Le Roy Ladurie é ilustrativa:

A historiografia atual, com sua preferência pelo quantificável, pelo estatístico e estrutural, foi obrigada a eliminar para sobreviver. Nas últimas décadas, ela praticamente condenou à morte a história narrativa dos acontecimentos e a biografia individual.⁴⁰⁶

No que concerne à corrente historiográfica da filosofia analítica de língua inglesa, oriunda do positivismo lógico⁴⁰⁷, Paul Ricoeur analisa-a tendo como ponto de partida o artigo

⁴⁰³RICOEUR, Paul. op. cit. p. 148.

⁴⁰⁴Pierre Chaunu, Ernest Labrousse, P. Goubert.

⁴⁰⁵A superação da idéia de indivíduo e de acontecimento torna-se o ponto forte da historiografia francesa. Enrijecida na busca para se liberar do domínio do acontecimento, a história nova acopla-se com outras disciplinas, para as quais o tempo não era a preocupação maior (geografia, economia, antropologia, a psicanálise freudiana, a semântica estrutural, a retórica dos discursos).

⁴⁰⁶LADURIE, Le Roy. 1972. Apud. STONE, Lawrence. op. cit. p. 36/7.

⁴⁰⁷Tradição do Circulo de Viena. O movimento que recebeu o nome de Empirismo Lógico, Positivismo Lógico ou ainda neopositivismo, surgiu por volta de 1920 na cidade de Viena (Áustria), onde um pequeno grupo de cientistas e filósofos reuniam-se em um café para discutir questões epistemológicas. Este grupo era formado por nomes como os de Otto Neurath, Hans Hahn e Richard von Mises e de Moritz Schlick. Recusavam a metafísica, defendiam o empirismo e buscavam uma orientação unificadora da ciência em suas linguagens e métodos.

de Carl G. Hempel: “A Função das Leis Gerais na História”, 1942, cuja tese central é que “*as leis gerais têm funções inteiramente análogas em história e nas ciências naturais*”.⁴⁰⁸ O acontecimento é concebido por C. G. Hempel como decorrente de uma relação direta entre a sua singularidade e a asserção de uma hipótese universal, logo, de uma forma qualquer de regularidade. A tese de C. G. Hempel refere-se ao estatuto do conhecimento histórico, mas não considera como decisivo

[...] que em história os acontecimentos recebam seu estatuto propriamente histórico do fato de terem sido inicialmente incluídos numa crônica oficial, num testemunho ocular, ou numa narrativa baseada em lembranças pessoais.⁴⁰⁹

Por conseguinte, nega seu caráter compreensivo e narrativo.⁴¹⁰ A noção de acontecimento histórico foi despojada de seu estatuto narrativo e colocada no quadro de uma posição entre o particular e o universal. Tal pressuposto confere ao acontecimento histórico um alinhamento ao acontecimento físico e sustenta a defesa que faz C. G. Hempel da unidade do método científico. Esta concepção homogênea de evento é defendida pelo chamado “modelo nomológico” (*covering-law model*), regido pela normatividade e a unidade da ciência, onde predomina uma preocupação normativa, cujas premissas se encontram relacionadas à lei, causa e explicação:

A função principal das leis gerais, [...] nas ciências naturais é combinar os eventos em fórmulas que geralmente se designam por explicação e previsão. Por explicação, entende-se ser possível encontrar uma relação de causalidade entre o evento a ser explicado e outros acontecimentos, que desempenham o papel de causas determinantes.⁴¹¹

Tinham um especial interesse pela linguagem, procurando, através da análise desta, estabelecer o estatuto das proposições científicas.

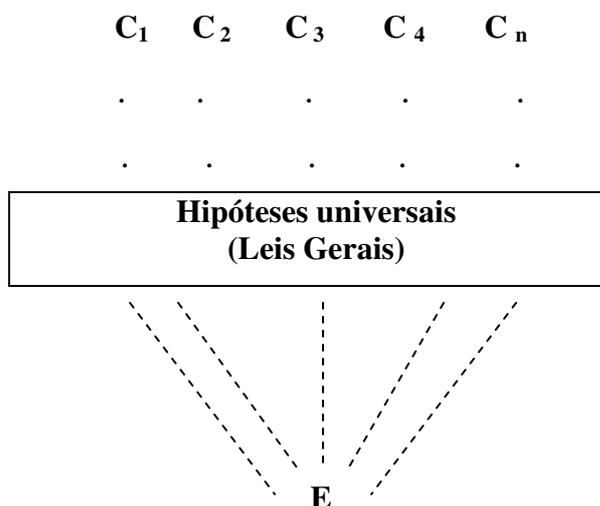
⁴⁰⁸HEMPEL, Carl G. (1942). Apud RICOEUR, Paul. op. cit. p. 162.

⁴⁰⁹Idem.

⁴¹⁰Nesta perspectiva, diz-nos Ricoeur, a narrativa é vista como um modo de articulação elementar, insuficiente para a explicação, episódica e não configurante, o que gera uma ruptura epistemológica entre história e narrativa. Para o historiador Antonio Paulo Benatti, a recusa da narrativa informou o conceito de história da modernidade, as tendências positivistas predominantes na ciência moderna intencionaram o encaixe das “*humanidades no modelo pretensamente neutro e objetivo das ciências naturais*”. BENATTI, A. P. In: RAGO, Margareth. & GIMENES, Renato Aluizio de. (Orgs.) op. cit. p. 82.

⁴¹¹ODÁLIA, Nilo. “Análise estrutural e explicação histórica”. *Communications*, Paris, 18:72-84, 1972, p. 23.

As premissas que sustentam a dedução de que um acontecimento de um tipo específico venha a ocorrer, são as seguintes: uma primeira, que descreve as condições iniciais (acontecimentos anteriores, condições prevalentes etc.); a segunda, que anuncia uma regularidade qualquer, ou seja, uma hipótese de forma universal, que, uma vez verificada, tem o *status* de lei. Paul Ricoeur, restringindo seu alcance, apresenta os vícios a que estão sujeitas tais premissas: 1. os enunciados empíricos que estabelecem as condições iniciais podem ser falhos; 2. as generalidades alegadas podem não ser leis autênticas; 3. a ligação lógica entre premissas e conseqüências podem se dar por sofismas ou erro de raciocínio.⁴¹² De forma que os conceitos de lei, de causa e explicação superpõem-se: um acontecimento é explicado quando está coberto por uma lei e seus antecedentes são chamados de causas. A noção de causa tem um importante papel no raciocínio hempeliano, pois, em última análise, tudo pode ser reduzido à cadeia de causas e efeitos. Traduzindo para o campo histórico “*as categorias de continuidade, desenvolvimento, evolução, etc., só são inteligíveis se compreendidas como dependentes da noção de causalidade.*”⁴¹³ Trata-se de um modelo prescritivo que idealiza a explicação, onde à história caberia mostrar que os acontecimentos são “previsíveis”, “verificáveis” e “deduzíveis”. O gráfico exposto a seguir enseja ilustrar a idealização e funcionalidade do modelo nomológico:



Fonte: ODÁLIA, N. Communications, Paris, 1972.

⁴¹²RICOEUR, Paul. *Tempo e Narrativa*. Trad. de Constança Marcondes César. Campinas: Papyrus, 1994, tomo I, p. 163.

⁴¹³ODÁLIA, Nilo. op. cit. p. 123.

Se eu for explicar o evento E, localizado num determinado tempo e lugar, significa que devo relacioná-lo com uma série de eventos $C_1, C_2, C_3, \dots, C_n$ que adquirem a função de causas. Contudo, essa relação de causalidade só pode ser, com propriedade, estabelecida se, entre E e $C_1, C_2, C_3, \dots, C_n$ existirem leis gerais que legitimem a relação dedutiva. Quando dizemos que $C_1, C_2, C_3, \dots, C_n$ explicam determinado evento E, estamos afirmando “*que de acordo com determinadas leis gerais, uma série de eventos da referida ordem é regularmente acompanhado por um evento do tipo E*”.⁴¹⁴ Nesta asserção, a explicação causal implica na existência de duas afirmações: 1. que afirma a ocorrência de certos eventos $C_1, C_2, C_3, \dots, C_n$ em certos tempos e lugares (condições iniciais e limites para a ocorrência do evento); 2. hipóteses universais (leis gerais em que se baseia a explicação), comprovadas empiricamente e pela dedução lógica. A função principal das leis gerais é combinar eventos em fórmulas que geralmente se designam por explicação e previsão. Por explicação, entende-se ser possível encontrar uma relação de causalidade entre o evento a ser explicado e outros acontecimentos, que desempenham o papel de causas determinantes. A hipótese de base para os adeptos do modelo nomológico é o de que a explicação em história não difere, fundamentalmente, da explicação no resto das ciências.

Considerando que não é este o caso da história, Paul Ricoeur apresenta objeções: em primeiro lugar, as propostas gerais e intencionais de explicação em história não são reconhecidas como regularidades, não são explicitamente enunciadas e não se coadunam às generalidades subentendidas da vida cotidiana ou da psicologia individual; em segundo lugar, essas regularidades não têm confirmação empírica e, em terceiro lugar, as generalidades alegadas são pseudo-leis. Para Paul Ricoeur, a tese de C. G. Hempel permite, apenas, “*matizarmos que a história só oferece um ‘esboço de explicação’*”⁴¹⁵, baseado em “regularidades” e que nada na construção desse modelo refere-se à natureza narrativa da história ou ao estatuto narrativo do acontecimento, menos ainda a uma especificidade qualquer do tempo histórico em relação ao tempo cosmológico. Portanto, na medida em que não se reconhece a diferença de princípio entre um evento histórico e um evento físico, as distinções são anuladas. A definição lógica do acontecimento, nesta perspectiva, é a de uma ocorrência singular, sem relação intrínseca com a narrativa.

⁴¹⁴Idem.

⁴¹⁵O “esboço de explicação” consiste numa indicação mais ou menos vaga das leis e condições iniciais consideradas relevantes e precisa de um “enchimento” para se transformar numa explicação perfeita. Este “enchimento” exige novas pesquisas empíricas, cuja direção é sugerida pelo esboço.”

Para Paul Ricoeur, os partidários do modelo nomológico, frente às incoerências e impasses do mesmo e, a fim de empreenderem a tarefa de compatibilizar o modelo “forte” (nomológico) e os traços específicos do conhecimento histórico, fragilizaram-no. Tal fragilização/flexibilização consiste na admissão, pela história, de regularidades do tipo “dispositivas”, hipóteses de probabilidades, “esboço de explicação”.⁴¹⁶ A consensualidade de que a história não estabelece as leis, ela as emprega. Assim, podem permanecer implícitas, referir-se a níveis heterogêneos de universalidade e de regularidades.⁴¹⁷ Na lista das regularidades, são admitidas noções como as de *explanations* (explicação), que se liga ao conectivo “porque” (conjunção) e refere-se à estrutura da explicação. Esta deve ser completada por uma questão referente à função (a correspondência entre “um certo tipo” de resposta e um certo tipo de questões). Decorre que é a questão “por que” (advérbio interrogativo) que abre o leque de respostas aceitáveis da forma “porque”. O que pode levar a uma diluição de explicações nos usos do “por que” e do “porque”. Essa fragilidade deixava preocupados os partidários do modelo nomológico. O relacionamento entre as formas frágeis e a forma forte do modelo, unindo-as por aproximação, deixa, todavia, prevalecer o modelo “forte” como o *logical marker* da relação. A epistemologia neopositivista esforça-se, ainda, em conjugar a sorte da objetividade em história à do modelo nomológico, através do papel dos procedimentos de *seleção* em história: o distanciamento quanto aos valores e às paixões dos quais faz seu objeto; a limitação da matéria para fins analíticos; seleção de hipóteses; detecção e investigação dos preconceitos coletivos ou pessoais; lógica do “peso” dos graus de importância das variáveis causais. De forma que a defesa da objetividade e a defesa do modelo nomológico tornam-se indiscerníveis.

A concordância com que as explicações oferecidas pelos historiadores não funcionam em história como nas ciências da natureza, instala a crise do modelo nomológico. Esta pode ser ilustrada pela obra de William Dray, intitulada *Explanation in History*, 1957, por apresentar a estrutura esfacelada que espelha a problemática “desconjuntada” do modelo nomológico. Podem-se observar as três frentes descontínuas que foram abertas em sua exposição: 1. uma crítica negativa que conclui por desligar a noção de explicação daquela de lei; 2. um argumento em favor de um tipo de análise causal irreduzível à subsunção a leis; 3. a

⁴¹⁶Segundo Nilo Odália, a proposta do “esboço de explicação” é para contrapor ao que Hempel chama de pseudo-explicação. As pseudo-explicações são vagas e indeterminadas, por isto mesmo, não possibilitam obterem-se evidências empíricas suficientes para sua comprovação.

⁴¹⁷RICOEUR, Paul. op. cit. p. 167.

possibilidade de que se pode explicar, em história, sem recorrer a leis gerais. William Dray explora um tipo de “explicação por razões” (*rational explanation*), na qual subjaz à crítica do modelo nomológico o reconhecimento da dispersão lógica da explicação em história, que vai possibilitar uma reavaliação da compreensão narrativa. Essa reavaliação se dá inicialmente por uma tese negativa: “*a idéia de explicação não implica a de lei*”.⁴¹⁸ De forma que o autor desconstrói o laço alegado entre uma lei e os casos que ela “cobre”; o termo “porque...” não se compromete com nenhuma estrutura lógica determinada; o laço de implicação afirmado pelo caráter deduzido do acontecimento está longe de ser unívoco e a noção de explicação não obriga a afirmar uma relação de cobertura entre leis e instâncias. Acrescentem-se: a constatação de que as variações na formulação do próprio modelo, suas oscilações, são o sintoma de uma deficiência lógica do modelo nomológico, visto que a explicação alegada não pode ser convertida em predição, assim como a explicação por leis também não é necessária – ela implicaria num processo indefinido de especificações. Para William Dray, uma análise causal é uma análise essencialmente seletiva, visando verificar os títulos deste ou daquele candidato à função de causa. Esta seleção assume o caráter de um concurso, onde os candidatos devem satisfazer certo número de requisitos. A análise causal é uma “criterologia causal” e comporá duas provas: uma prova indutiva: o fator em questão deve ser realmente necessário, quer dizer, sem ele, o evento a ser explicado não teria acontecido; a segunda é uma prova pragmática: deve haver uma razão para selecionar a condição em questão dentre as constitutivas do fenômeno.

Na avaliação de Paul Ricoeur, os pressupostos de William Dray abrem uma porta a uma dialética mais sutil entre explicar e compreender, sobretudo, ao considerar os procedimentos de justificação da atribuição causal e ao aproximá-los dos procedimentos em curso nos assuntos jurídicos. A busca de “garantias”, a “pesagem” e a “apreciação” das causas, a “prova” dos candidatos ao papel de causa, todas são atividades de juízo e dizem respeito a uma analogia entre a argumentação histórica e a argumentação jurídica. Aprofundando a avaliação do modelo de William Dray, o filósofo Paul Ricoeur observa que ele se aplica às *ações* dos agentes semelhantes a nós, marcando, assim, a intersecção da teoria da história com a teoria da ação. Explicar uma ação individual por razões é “*reconstruir o cálculo*”⁴¹⁹, *feito pelo agente, dos meios que ele deve adotar em vista do fim que escolheu, à*

⁴¹⁸ Ibidem, p. 177.

⁴¹⁹ Trata-se de uma ação intencional, onde todos os níveis de deliberação conscientes são admitidos.

luz das circunstâncias nas quais se encontrou".⁴²⁰ Como melhor colocado pelo nosso analista: para explicar a ação, devemos conhecer as considerações que o convenceram que devia agir como o fez.⁴²¹ Explicar a ação é esclarecer esse cálculo, o qual constitui o *racional* da ação. Explicar é mostrar que o que foi feito, era a coisa que era preciso fazer, em vista das razões e das circunstâncias. A explicação equivale a uma ação de justificação; é explicar de que modo a ação foi apropriada. É avaliar a adequação de uma ação a um cálculo. Este *equilíbrio lógico* que buscamos deverá ser reconstituído. Para atingir esse equilíbrio lógico, *"é preciso reunir por via indutiva as provas materiais que permitem apreciar o problema tal como o agente o viu. Só um trabalho documental permite essa reconstrução"*.⁴²²

Quando William Dray observa que uma explicação por razões comporta um tipo de generalidade ou de universalidade que não é a de uma lei empírica: [*"Se y é uma boa razão para A fazer x, y seria uma boa razão para qualquer um suficientemente semelhante a A fazer x em circunstâncias suficientemente semelhantes"*]⁴²³, Paul Ricoeur reconhece, nesta assertiva, a idéia de *probabilidade* invocada por Aristóteles e remete a uma intersecção da teoria da história com a teoria da narrativa, mas que não interessou a William Dray. Contudo, há uma associação entre a distinção aristotélica do "um por causa do outro" e "um depois do outro" e a defesa da polissemia do termo "porque", contra qualquer redução à univocidade em termos nomológicos.⁴²⁴ Ao colocar a teoria da história em intersecção com a da ação, o modelo da explicação por razões apresenta um problema que, para Paul Ricoeur, é crítico na teoria narrativista: trata-se de *"explicar a razão de ações que não podem ser atribuídas a agentes 'individuais'"*. Por isso, pergunta-se: O que acontece com a aplicação da explicação por razões a coletividades? Segundo William Dray, o caminho seria uma busca detalhada da contribuição para o resultado final, dos indivíduos e dos grupos e, pois, dos cálculos que presidiram às suas atividades. Não há supercálculo, mas um fervilhar de cálculos a serem tratados segundo um procedimento *"piecemeal"*, fragmento a fragmento. Para o nosso analista, é um argumento que só é válido quando se considera o processo social equivalente à soma dos processos individuais analisados em termos intencionais e quando se considera simplesmente "insensato" o desvio que os separa. Essa equivalência é que constitui o problema: o que é que distingue a explicação histórica da ação por razões? Seria a escala dos

⁴²⁰DRAY, W. Apud RICOEUR, Paul. op. cit. p. 186.

⁴²¹Ibidem, p. 186.

⁴²²Ibidem, p. 187.

⁴²³DRAY, W. Apud RICOEUR, Paul. op. cit. p. 187.

⁴²⁴RICOEUR, Paul. op. cit. p. 187.

fenômenos que ela estuda (a referência a entidades de caráter societário, irreduzíveis à soma de seus indivíduos); seria o aparecimento de efeitos irreduzíveis à soma das intenções de seus membros, logo, àquela de seus cálculos? Enfim, mudanças irreduzíveis às variações do tempo vivido pelos indivíduos tomados um a um. Paul Ricoeur sintetiza o impasse: como ligar processos sociais às ações dos indivíduos e a seus cálculos sem professar um “individualismo metodológico”?⁴²⁵

Um outro crítico do modelo nomológico abordado por Paul Ricoeur é Georg Henrik von Wright, cuja proposta consiste em conjugar explicação causal e inferência teleológica no interior de um modelo “misto”, chamado de *explicação quase causal*, destinada a explicar o modo mais típico de explicação das ciências humanas e da história”.⁴²⁶ Wright estende o domínio de seu modelo às *relações de condicionalidade* entre estados anteriores e estados posteriores, implicados em sistemas físicos dinâmicos. O aparato lógico-formal que governa a obra de G. H. von Wright, é conhecido como atomismo lógico.⁴²⁷ A referida extensão às *relações de condicionalidade* entre estados constitui uma estrutura de acolhimento para a reformulação lógica de toda a problemática da compreensão. A *explicação quase-causal* afasta-se do puro espaço da ciência e da redução à reconstrução de um cálculo e busca outro espaço de explicação. A *explicação quase-causal* restitui muitos caracteres específicos da explicação em história: a conjunção entre a explicação causal e a teoria da ação em favor do fenômeno de *intervenção*, que permite incluir no modelo misto a referência da história a *ações* humanas, cujo significado enquanto ação é atestado pela convicção de que o próprio agente tem o poder de fazer o que ele faz; os segmentos teleológicos do esquema explicativo testemunham o fato de que é razoável interrogar-se como historiador sobre as intenções dos atores da história, nos termos de uma inferência prática que diz respeito a uma lógica específica. Enfim, Wright demonstrou que a explicação causal distingue-se da análise causal, e o tipo de *explicação quase causal* separa-se da explicação causal nomológica e assume em

⁴²⁵Significa que o processo social equivale ao resultado das ações intencionais dos indivíduos. RICOEUR, Paul. *Tempo e Narrativa*. Trad. de Constança Marcondes César. Campinas: Papirus, 1994, tomo I, p. 189.

⁴²⁶Ibidem, p. 190.

⁴²⁷Esse modelo nasceu do enriquecimento da lógica proposicional com ajuda da lógica modal e da teoria dos sistemas dinâmicos. É apresentado por Paul Ricoeur através dos seguintes pressupostos: 1. um conjunto de estados de coisa genéricos; 2. a realização desses estados de coisa em determinadas ocasiões (espaciais ou temporais); 3. os estados de coisa logicamente independentes combinam-se num número finito de estados, constituindo um *estado total ou mundo possível*; 4. a possibilidade de construir uma linguagem que, por uma conjunção de frases, descreve os estados que são os átomos ou elementos desse mundo possível; 5. a possibilidade de considerar, entre os conjuntos de estados, um espaço-de-estados e, entre estes, espaços-de-estados finitos. RICOEUR, Paul. op. cit. p. 191/2.

seu interior segmentos de explicação teleológica. E, assim, traçou as vias pelas quais a explicação própria da investigação histórica faz uma parte do caminho da explicação imanente à narrativa.

Acompanhando, passo a passo, a exposição e a análise de Paul Ricoeur, é possível observar como a crítica do modelo nomológico alcançou uma diversificação da explicação que a torna familiar à inteligência narrativa⁴²⁸, através da qual a história mantém-se no círculo das ciências humanas. E, para tornar mais nítida esta ponte racional entre a história e a narrativa, proponho-me a seguir acompanhando o percurso ricoeuriano na análise e avaliação das chamadas teses narrativistas que, ao discutir a questão, vai aproximando da solução que o mesmo encontra para o problema colocado: do estatuto narrativo da historiografia, que é de interesse especial deste estudo.

3.2 - Teses narrativistas

Fruto da conjunção de duas correntes de pensamento, por um lado, da crítica do modelo nomológico que, como foi visto, esfacelou a noção de explicação e, por outro lado, da narrativa tornando-se o objeto de uma reavaliação relacionada às suas fontes de inteligibilidade⁴²⁹, configura-se, um fenômeno discursivo chamado de teses narrativistas. Curiosamente, diz Paul Ricoeur, foi no quadro da própria filosofia analítica que Arthur C. Danto formulou a primeira defesa em favor da interpretação narrativa da história. Na obra intitulada *Filosofia Analítica da História*, 1965, desenvolve um quadro conceitual que orienta nosso emprego de “um certo tipo de frases” que se chama de narrativas. O estudo repousa sobre a teoria das descrições aplicada a um setor particular da realidade, a saber, as mudanças produzidas pela ação humana. Ora, uma mesma mudança, nascida da ação humana, pode ser colocada sob muitas descrições. A “frase narrativa” é uma das descrições possíveis da ação humana. Aplicada à história, interessa-se em perguntar “*em que medida nossos modos de pensar e de falar a respeito do mundo comportam frases que usam verbos no passado e*

⁴²⁸ RICOEUR, Paul. *Tempo e Narrativa*. Trad. de Constança Marcondes César. Campinas: Papyrus, 1994, tomo I, p. 255.

⁴²⁹ A obra intitulada *Laws and Explanation in History*, de William Dray, é citada por Paul Ricoeur como o melhor testemunho da crise do modelo nomológico. RICOEUR, Paul. op. cit. p. 176.

enunciados irredutivelmente narrativos”.⁴³⁰ Uma descrição completa de um acontecimento deveria, então, registrar “*tudo o que aconteceu na ordem em que aconteceu*”.⁴³¹ Em relação a esse ideal de descrição, a tarefa do historiador seria somente eliminar frases falsas, restabelecer a ordem perturbada das frases verdadeiras e acrescentar o que faltasse ao testemunho. Todavia, esta tese é refutada por faltar uma classe de descrições a essa crônica absoluta, aquela

[...] sob a qual um acontecimento não pode ser atestado por nenhuma testemunha, a saber, que a verdade inteira concernente a esse acontecimento só pode ser conhecida depois e freqüentemente muito tempo depois que ocorreu.⁴³²

Daí decorre as implicações da análise da frase narrativa, dentre elas, aponta-se, em primeiro lugar, a de um paradoxo da causalidade que consiste nos “*empregos retrospectivos da categoria de causa*”⁴³³ e, em segundo, a que distingue a “*descrição propriamente narrativa*” da “*descrição ordinária da ação*”. Todavia, a engenhosidade de Arthur C. Danto consiste em abordar a teoria da “*frase narrativa*” por um desvio: a crítica do preconceito segundo a qual o passado é determinado, fixo, eternamente detido no seu ser, enquanto só o futuro seria aberto, não decidido.⁴³⁴ O fator determinante da teoria da “*frase narrativa*” reside no “*realinhamento retrospectivo do passado*”, operado pela descrição propriamente narrativa da ação. Hélio Rebello Cardoso observa que, na concepção de Arthur C. Danto, uma narrativa “*pode ser uma explicação histórica somente devido ao postulado de uma estrutura temporal que se organiza em torno do ato de enunciação do historiador.*”⁴³⁵

A descrição narrativa possui uma estrutura temporal sobre a qual o narrador exerce um controle maior. Essa estrutura temporal permite que sejam descritas as conseqüências não

⁴³⁰ DANTO, A. Apud RICOEUR, P. op. cit. p. 206.

⁴³¹ Ibidem, p. 208.

⁴³² Idem.

⁴³³ RICOEUR, P. op. cit. p. 209.

⁴³⁴ No sentido dos “*futuros contingentes*” de Aristóteles e dos estóicos.

⁴³⁵ CARDOSO JUNIOR, Hélio Rebello. *Enredos de Clio: pensar e escrever a história com Paul Veyne*. São Paulo: Editora UNESP, 2003, p. 179.

esperadas de uma ação, pois já se conhece o seu resultado. A elaboração de uma frase narrativa é formada por três posições temporais, que são: a do acontecimento descrito, a do acontecimento em função do qual o primeiro é descrito (enunciado), a do narrador (enunciação). As frases narrativas são definidas por sua referência a dois eventos, separados no tempo, embora só descrevam o primeiro evento ao qual se referem. A aposta principal para os historiadores é reconhecer os acontecimentos ulteriores como parte de todos temporais, o “*todo temporal e a estrutura temporal da frase narrativa*” e o “*todo temporal e a descrição histórica*”. Descrever e explicar não se distinguem: “*é como se a descrição de um acontecimento anterior em função de um acontecimento posterior, já fosse uma intriga em miniatura*”.⁴³⁶ Enfim, só se pode cobrir um acontecimento com uma lei geral se ele figura na linguagem como um fenômeno sob certa descrição, logo, inscrito numa “frase narrativa”. Para Hélio Rebello Cardoso, o que está em jogo, é a procura da explicação histórica na própria descrição do historiador-narrador. Se o historiador narrador lida com um todo temporal, “*ele é capaz de narrar as conseqüências que vão além da própria ação e que são observadas entre dois pontos fixos no passado*”.⁴³⁷ Enfim, uma narrativa somente pode ser uma explicação histórica quando decorrida do postulado de uma estrutura temporal organizada em torno do ato de enunciação do historiador.

Louis O. Mink é destacado por Paul Ricoeur como o narrativista que mais nos avizinhou do principal argumento da concepção narrativista, aquele que concebe as narrativas como “[...] *totalidades altamente organizadas, exigindo um ato específico de compreensão da natureza do juízo.*”⁴³⁸ Foi ele que alçou o reconhecimento do caráter sintético da atividade narrativa. Os argumentos narrativistas de Louis O. Mink são direcionados na caracterização da compreensão histórica como “ato do juízo”, cujo sentido envolve: a função sintética de “considerar junto” e a função reflexiva vinculada a toda “operação totalizadora.” Postula que as discordâncias entre as exigências prescritivas do modelo e a compreensão efetiva empregada pela historiografia corrente só podem ser explicadas ao se estabelecer a autonomia da compreensão histórica. Defende que os historiadores podem explicar, porque nem sempre explicar é equivalente a subsumir fatos a leis. Em história, explicar é frequentemente operar “colligations” – o que consiste em “*explicar um acontecimento retrazando suas relações*

⁴³⁶ RICOEUR, Paul. op. cit. p. 212.

⁴³⁷ CARDOSO JUNIOR, Hélio Rebello. op. cit. p. 178.

⁴³⁸ MINK, L. O. Apud RICOEUR, Paul. op. cit. p. 222.

intrínsecas com outros acontecimentos e em situá-lo no seu contexto histórico".⁴³⁹ Note-se a contribuição de Louis Mink para a questão da explicação fornecida pela narrativa, consequentemente, sua pertença ao modo da compreensão configuracional:

Por certo, nem todas as partes de uma estória são relativas a ações corretamente descritíveis apenas por enunciados da estória. Mas, se generalizamos a partir deste paradigma, podemos dizer que as ações e os eventos de uma estória, compreendidos como um todo, *são conectados por uma rede de descrições que se superpõem*. É que a superposição de descrições pode não fazer parte da própria estória (como uma coisa depois da outra), mas apenas de sua compreensão como um todo.⁴⁴⁰

Para Louis O. Mink, a noção de síntese compreensiva ou lógica da confirmação e de juízo sinótico (teoria do juízo), operação costumeira entre os historiadores, consiste em *"compreender o que converte amontoados de acontecimentos em encadeamentos"*.⁴⁴¹ Para isso é que os historiadores recorrem à reconstrução imaginativa *"que sublinha e aumenta o alcance do juízo sinótico da nossa reflexão sobre a experiência"*.⁴⁴² A tarefa de uma visão global é *"compreender os acontecimentos constitutivos num ato de juízo que visa apreendê-los juntos, mais que passá-los em revista seriatim"*.⁴⁴³ A credibilidade que este narrativista confere à fenomenologia, aplicada à capacidade de uma história de ser seguida, é indiscutível, desde que tratemos de histórias cujo resultado é desconhecido do ouvinte ou do leitor, como é o caso quando seguimos uma partida de um jogo. O conhecimento das regras não auxilia para prever os resultados. Temos de seguir a série dos incidentes até sua conclusão. Para uma compreensão fenomenológica, as contingências limitam-se a incidentes surpreendentes e inesperados em determinadas circunstâncias. Esperamos uma conclusão, mas ignoramos qual se produzirá, entre os muitos resultados possíveis. Somente quando o historiador renarra a história é que *"nossa marcha para adiante repassa pelo caminho já percorrido às avessas"*.

⁴³⁹ RICOEUR, Paul. *Tempo e Narrativa*. Trad. de Constança Marcondes César. Campinas: Papyrus, 1994, tomo I, p. 223.

⁴⁴⁰ MINK, L. Apud LIMA, Luiz Costa. In: RIEDEL, Dirce Cortês. Op. cit p. 83.

⁴⁴¹ RICOEUR, Paul. op. cit. p. 225.

⁴⁴² Idem.

⁴⁴³ Esse procedimento é característico da explicação seqüencial: "uma-coisa-vem-depois-da-outra". RICOEUR, Paul. op. cit. p. 223.

Isso não quer dizer que, conhecendo o resultado, o leitor poderia predizê-lo. Segue, a fim de “ver” a série dos acontecimentos “*como configuração inteligível de relações*”. Essa inteligibilidade retrospectiva repousa sobre uma construção que nenhuma testemunha teria podido operar quando os acontecimentos ocorreram, posto que essa marcha regressiva era-lhe inacessível.⁴⁴⁴

Já o narrativista W. B. Gallie centra seus argumentos na noção de *followability*⁴⁴⁵ de uma história narrada (story), que tem como ambição satisfazer a uma dupla exigência: discernir com quais recursos de inteligibilidade a compreensão fundamenta a explicação e “*qual falta inerente à compreensão exige o suplemento da explicação*”. Sua noção de história (story) assemelha-se à tessitura da intriga:

Uma história descreve uma seqüência de ações e de experiências feitas por um certo número de personagens, quer reais, quer imaginários. Esses personagens são representados em situações que mudam ou a cuja mudança eles reagem. Por sua vez, essas mudanças revelam aspectos ocultos da situação e das personagens e engendram uma nova prova (predicament) que apela para o pensamento, para a ação ou para ambos. A resposta a essa prova conduz a história à sua conclusão.⁴⁴⁶

W. B. Gallie se interessou pelas condições subjetivas sob as quais uma história é aceitável. Seguir uma história, para ele, consistia em compreender as ações, os pensamentos e os sentimentos sucessivos enquanto apresentam uma direção particular, ou seja, somos impulsionados para frente pelo desenvolvimento, a partir do momento que respondemos a esse impulso por expectativas concernentes ao remate e ao desenlace do processo inteiro. A conclusão narrativa não é deduzida, nem predita e deverá comportar surpresas, coincidências, encontros, reconhecimentos. Sua inteligibilidade se vincula “*à coerência interna de uma história que conjuga contingência e aceitabilidade*”. Na passagem do conceito de “*story*” (estória) ao de “*history*” (história), destaca-se a continuidade de uma a outra, em que a

⁴⁴⁴ RICOEUR, Paul. op. cit. p. 223.

⁴⁴⁵ Aptidão da história para ser seguida.

⁴⁴⁶ RICOEUR, Paul. op. cit. p. 214.

estratégia de W. B. Gallie é inscrever a continuidade epistemológica no quadro do *interesse* narrativo. É ele que assegura a continuidade entre a história no sentido de historiografia e a narrativa ordinária. Como narrativa, toda história refere-se a “*algum sucesso ou fracasso maior de homens que vivem e trabalham juntos, em sociedades ou nações, ou em qualquer outro grupo organizado de modo durável*”. Toda história é como uma saga, fundamentalmente uma narrativa de acontecimentos, nos quais o pensamento e a ação humana exercem um papel predominante. Mesmo quando a história refere-se a correntes, tendências, “trends”, é o ato de seguir a narrativa que lhes confere uma unidade orgânica. O “trend” só se manifesta na sucessão de acontecimentos que seguimos. É uma qualidade de forma desses acontecimentos particulares. A historiografia é uma espécie do gênero história narrada (story), definida por dois traços: em primeiro lugar, a leitura da história dos historiadores deriva de nossa competência em seguir histórias (stories) à luz do desenlace entrevisto através da seqüência dos acontecimentos contingentes. Em segundo lugar, o tema dessas histórias merece ser narrado e suas narrativas merecem ser seguidas porque esse tema impõe-se aos *interesses* que são os nossos, na qualidade de seres humanos. Entretanto, pertinente é a questão suscitada por Luiz Costa Lima:

Mas, se é uma espécie, que a distingue das outras do mesmo gênero? Diretamente, a questão se converte em como, dentro da tese narrativista, a história se distingue da larga margem de gêneros ficcionais que empregam a narrativa?⁴⁴⁷

Nesta linha de reflexão, Paul Ricoeur introduz a posição do norte-americano Hyden White, ressaltando sua lucidez na explicitação dos pressupostos de análise dos textos históricos e na definição do universo de discurso no qual estão estes inseridos.⁴⁴⁸ Ele reorganiza a relação entre história e ficção afastando-se da orientação epistemológica que tem como critério de base para a classificação dos modos de discurso, a problemática da objetividade e da prova. Assim, tendeu a desenvolver um exercício de reorganização da relação entre história e ficção, a partir dos seguintes pressupostos: o primeiro deles defende que ficção e história pertencem à mesma classe quanto à estrutura narrativa; o segundo trata

⁴⁴⁷LIMA, Luiz Costa. In: RIEDEL, Dirce Cortês. op. cit. p. 84.

⁴⁴⁸RICOEUR, Paul. op. cit. p. 231.

da defesa da escrita da história como constitutiva do modo histórico de compreensão; o terceiro faz referência à fronteira que é traçada pelos epistemólogos entre a história dos historiadores e a *filosofia da história*. Segundo Hyden White, só uma meta-história ou uma “poética” da história pode ousar considerar as narrativas históricas como ficções verbais, próximas, por seu conteúdo e sua forma, de sua contrapartida literária. Este deslocamento e reclassificação implicam uma transferência, para a historiografia, de categorias inspiradas na crítica literária. O caráter “poético” da historiografia é, propositadamente, um recurso utilizado para distingui-la da história como investigação arraigada “*nas condições de objetividade e verdade que instauram a ruptura epistemológica entre a história como ciência e a narrativa tradicional ou mítica*”.⁴⁴⁹ A exclusividade da atenção quanto às condições de cientificidade da história é responsável pelo desconhecimento das estruturas comuns à história e à ficção narrativa. A meta-história realiza para a historiografia uma transferência de categorias inspiradas na crítica literária. Ironicamente, observa Paul Ricoeur, Hyden White transgride as fronteiras às quais faz empréstimos⁴⁵⁰, ousando quebrar duas fronteiras: a dos historiadores, que prezam a ruptura epistemológica entre a história e a narrativa tradicional e mítica, e a dos críticos literários, que prezam a distinção entre o real e o imaginário.⁴⁵¹

Para Hyden White, num primeiro momento, os elementos do campo histórico são organizados numa crônica pelo arranjo dos acontecimentos que serão tratados na ordem temporal de sua ocorrência; depois, a crônica é organizada numa estória pelo posterior arranjo dos eventos em seqüência em função de motivos iniciais, de transição e conclusivos: começo, meio e fim. Quando um dado conjunto de eventos é posto num código de motivos, o leitor tem diante de si uma estória. As estórias históricas reconstituem as seqüências de eventos que conduzem dos inícios aos términos (provisórios) de processos sociais e culturais, de um modo que as crônicas não são obrigadas a fazer. Os historiadores realizam sua história mediante a inclusão de alguns acontecimentos e a exclusão de outros. Esse processo desemboca na constituição de uma história de tipo particular. O que significa que o historiador “põe em enredo” sua história. É essa operação de “urdidura do enredo” que cria as estórias a partir das crônicas. Hyden White entende-a como “*a codificação dos fatos contidos na crônica em*

⁴⁴⁹RICOEUR, Paul. op. cit. p. 232.

⁴⁵⁰Categorias oriundas de pensadores como Aristóteles, Northrop Frye, Auerbach, Wayne Booth, Scholes e Kellogs.

⁴⁵¹RICOEUR, Paul. op. cit. p. 233.

forma de componentes de 'tipos' específicos de estruturas de enredo"⁴⁵² da maneira das ficções em geral. Desse modo, a urdidura do enredo ou intriga "*trata-se essencialmente de uma operação literária, vale dizer, criadora de ficção*".⁴⁵³ Os instrumentos utilizados são as técnicas de linguagem figurativa utilizadas nas descrições dos eventos. De maneira que Hyden White pensa a história como uma construção narrativa, cujas problemáticas serão respondidas pelas maneiras de explicação que são: por elaboração do enredo, por argumentação, por implicação ideológica. "*A armação da intriga é muito mais que um nível entre outros: é ela que faz a transição entre narrar e explicar*". A tipologia da armação da intriga ou explicação por elaboração de enredo constitui-se das modalidades: romanesca, trágica, cômica, satírica. A explicação por argumentação formal diferencia quatro formas de conceber a explicação histórica: formista, organicista, mecanicista e contextualista. A explicação por implicação ideológica comporta quatro posições: conservadora, liberal, radical e anarquista. A combinação particular entre modos de armação da intriga, da argumentação e da implicação ideológica cria "*um estilo historiográfico*".⁴⁵⁴ Paul Ricoeur lança a si uma pergunta: que benefício a epistemologia do conhecimento histórico pode usufruir como decorrência dos distintos "modos de explicação" e das três tipologias propostas no nível da intriga, do argumento e da ideologia que perfazem a teoria do estilo historiográfico? E responde afirmando que o estilo deve ser considerado como um jogo flexível entre afinidades, de forma que "*não reivindica nenhuma autoridade 'lógica'*", mas toma como base "*as formas de uma herança cultural*". Esse caráter de tradicionalidade sustenta a armação da intriga como uma operação que dinamiza todos os níveis da articulação da narrativa: crônica, cadeia de motivos, intriga, argumento, implicação ideológica.⁴⁵⁵

Especificadamente, no âmbito do debate sobre a escrita da história, os ensaios intitulados "The Burden of history", 1966 e "The Historical Text as Literary Artifact", 1974 e a obra intitulada *Metahistory: The Imagination in Nineteenth-Century Europe*, 1973, consumará não apenas a projeção intelectual de Hyden White, mas, principalmente, sua repercussão no movimento chamado de "*linguist turn*".⁴⁵⁶ Na avaliação de Paul Ricoeur,

⁴⁵²WHITE, Hyden. *Trópicos do discurso: ensaios sobre a crítica da cultura*. Trad. De Alípio Correia de Franca Neto. São Paulo: Editora da USP, 1994, p. 100.

⁴⁵³Ibidem, p. 102.

⁴⁵⁴Ibidem, p. 43-52.

⁴⁵⁵RICOEUR, Paul. op. cit. p. 239.

⁴⁵⁶"giro lingüístico". Ver: CHARTIER, Roger. "La historia entre representación y construcción". In: *Prismas*. Anuario de historia intelectual. Universidade Nacional de Quilmes [online]. 2004, n.2 [cited 2004-04-18]. Disponível em: <http://www.Argiropolis.com.ar/documentos/investigacion/publicaciones/prismas/2/chartier.htm>.

dentre as teses narrativistas, foram os argumentos desenvolvidos por Hyden White sobre a escrita da história, os responsáveis pelo desencadeamento de uma averiguação da epistemologia do campo historiográfico e de uma apreciação da pertinência, das razões e da genealogia da rebelião contra a história oriunda do estruturalismo. Na avaliação de Luiz Costa Lima, a “[...] *posição de Hyden White não se inclui simplesmente na narrativista; ao invés, abre uma sucursal divergente*”.⁴⁵⁷ Isso acontece na medida em que ele critica dois pontos, nos quais residiriam os limites da tese narrativista: sua desconsideração da “*enorme quantidade de tipos de narrativa de que cada cultura dispõe*”⁴⁵⁸ e por verem a escrita da história como fornecedora apenas de informações, conseqüentemente “*por não suspeitarem de sua proximidade com a literatura*”.⁴⁵⁹

Na seqüência de apresentação das teses narrativistas empreendida por Paul Ricoeur, emerge aquela por ele qualificada como “notável” e “estimulante”. Seu idealizador é o historiador francês Paul Veyne. Este posiciona-se numa “encruzilhada estratégica”⁴⁶⁰ no debate sobre a questão narrativa, realizando com habilidade, na obra *Como se escreve a história*, 1971, o entrecruzamento de dois movimentos: o primeiro, trata-se de um rebaixamento da pretensão explicativa da história na medida em que postula a inexistência “*de explicação histórica no sentido científico da palavra*”, que estas explicações são de segundo gênero, como as de um romance, “*explicar, da parte do historiador, quer dizer ‘mostrar o desenvolvimento da trama, fazer compreende-la.*”⁴⁶¹ O segundo, trata-se de uma elevação de sua capacidade narrativa:

A história é uma narrativa de eventos: todo o resto resulta disso. Já que é, à primeira vista, uma narrativa, ela não faz reviver esses eventos, assim como tampouco o faz o romance; o vivido, tal como ressaí das mãos do historiador, não é o dos atores; é uma narração, o que permite evitar alguns falsos problemas. Como o romance, a história seleciona, simplifica,

Ver também FALCON, Francisco. *História Cultural: uma visão sobre a sociedade e a cultura*. Rio de Janeiro: Campus, 2002, p. 95.

⁴⁵⁷LIMA, Luiz Costa. In: RIEDEL, Dirce Cortês. op. cit. p. 84.

⁴⁵⁸WHITE, Hyden. (1984). Apud LIMA, Luiz Costa. In: RIEDEL, Dirce Cortês. op. cit. p. 84.

⁴⁵⁹LIMA, Luiz Costa. In: RIEDEL, Dirce Cortês. op. cit. p. 84.

⁴⁶⁰Curiosamente situado na confluência de duas correntes de pensamento: uma procedente de Max Weber e do positivismo lógico e a outra, a historiografia francesa.

⁴⁶¹VEYNE, Paul. *Como se escreve a História*. 3 ed. Brasília: UnB., 1995, p.52.

organiza, faz com que um século caiba numa página, e essa síntese da narrativa é tão espontânea quanto a da nossa memória, quando evocamos os dez últimos anos que vivemos.⁴⁶²

Na análise de Paul Ricoeur, esses dois movimentos equilibram-se na conexão entre narrativa e intriga. Se a narrativa é construída e não uma revivência de eventos, o acontecimento, como seu objeto, deverá figurar numa intriga: “*os fatos só existem em intrigas e através delas, onde eles assumem a importância relativa que lhes impõe a história humana do drama*”.⁴⁶³ Acrescenta-se que o historiador escolhe, livremente, o itinerário para descrever o campo factual e todos os escolhidos são válidos. É justamente esse imbricamento entre acontecimento⁴⁶⁴ e intriga que desfaz a querela da “factualidade” e da “não factualidade” postulada pela escola dos *Anais*, uma vez que, “*a trama pode se apresentar como um corte transversal de diferentes ritmos temporais*”⁴⁶⁵. Paul Veyne utiliza a noção aristotélica de intriga como “*de uma trama, uma mistura muito humana e muito pouco científica de causas materiais, de fins e de acasos*”.⁴⁶⁶ Fazer um acontecimento entrar numa intriga é enunciar algo inteligível, portanto, específico. “*Por outro lado, uma vez afirmada a existência singular, tudo o que se pode dizer de um indivíduo possui uma espécie de generalidade*”.⁴⁶⁷ Essa tese condiz com a da descrição por *itens* e com a de entrecruzamento das séries. O indivíduo é um cruzamento de séries de *itens*; contanto que um conjunto de *itens* seja uma intriga. O movimento, no sentido de rebaixar a pretensão explicativa, quer significar que a história não explica, pois ela não pode deduzir e prever “*(só um sistema hipotético-dedutivo pode fazê-lo)*”.⁴⁶⁸ A explicação não é outra coisa senão a narração de seus antecedentes, que são chamados de causais. As causas são os diversos episódios da trama/intriga: “*A narrativa é de imediato causal, compreensível*”. Nesse sentido “*explicar mais, é narrar melhor*”.⁴⁶⁹

A explicação vai se distinguir da compreensão com a tese representada pela *retrodicção*, uma operação indutiva pela qual o historiador preenche a lacuna em sua

⁴⁶²Ibidem, p. 11

⁴⁶³Ibidem, p. 28.

⁴⁶⁴Concebido como “núcleos de relações”. VEYNE, Paul. op. cit. p. 31.

⁴⁶⁵VEYNE, Paul. op. cit. p. 28.

⁴⁶⁶Idem.

⁴⁶⁷Idem.

⁴⁶⁸Idem, Ibidem, p. 53.

⁴⁶⁹VEYNE, P. Apud RICOEUR, Paul. *Tempo e Narrativa*. Trad. de Constança Marcondes César. Campinas: Papirus, 1994, tomo I, p. 246.

narrativa, pela analogia com um encadeamento semelhante, mas sem falha, em uma outra série. Toda retrodicção coloca em jogo uma explicação causal. Ora, esta parece intervir precisamente quando os documentos não fornecem intriga; remontamos, então, por retrodicção a uma causa presumida. É nos limites estreitos do verossímil que a retrodicção compensa as lacunas de nossos documentos. O que fornece ao historiador o equivalente da série, é a semelhança assegurada pela estabilidade relativa dos costumes, das convenções, dos tipos de uma civilização ou época à outra. É ela que permite saber, grosso modo, o que esperar em relação às pessoas de determinada época. Esta noção de intriga nos dissuade de qualquer defesa da história como ciência do concreto⁴⁷⁰, portanto, devido à indeterminação do campo histórico, inúmeros itinerários são possíveis de serem traçados e são concebidos de diferentes modos. A única lógica compatível com a noção de intriga é uma lógica do provável. O probabilismo é um corolário da capacidade que o historiador tem de recortar livremente o campo dos acontecimentos:

Explicar, da parte do historiador, quer dizer ‘mostrar o desenvolvimento da trama, fazer compreendê-lo’. Assim é a explicação histórica: sublunar e nunca científica; nós lhe reservamos o nome de compreensão.⁴⁷¹

Se a explicação parece levar mais longe que a compreensão imediata, é porque ela pode explicitar os fatores da narrativa que são de três tipos: acaso ou causas superficiais, incidente, gênio ou oportunidade; causas ou condições, ou dados objetivos, causas materiais; liberdade, deliberação, causas finais. O menor fato histórico comporta esses três elementos, se é humano. Não há regra para ordenar esses três aspectos. O que é um outro modo de dizer que a história não tem método, ou seja, não tem regra para fazer a síntese dos fatos, mas tem uma crítica e uma tópica. A crítica é a vigilância que o historiador exerce com respeito aos conceitos que emprega. Quanto a isso, Paul Ricoeur observa o quanto Paul Veyne professou um nominalismo sem concessão: *“As abstrações não podem ser causas eficientes, por que elas não existem”*. [...] *Não existem tampouco forças de produção, existem homens que*

⁴⁷⁰ “[...] A história comporta apenas ‘núcleos de cientificidade’ nos quais se situa o empreendimento teórico conceitual apontado, mas o devir histórico propriamente não se presta ao conhecimento de legalidades científicas.” VEYNE, Paul. op. cit. p.18.

⁴⁷¹ VEYNE, P. op. cit. p. 52.

produzem.”⁴⁷² Essa tese não deve ser separada daquela que afirma que a história não conhece o individual, mas o específico.⁴⁷³ Aqui, o autor tem em vista algo como os “tipos ideais”⁴⁷⁴ de Max Weber, de que sublinha o caráter heurístico e não explicativo. Os conceitos em história são representações compostas e devem estar sempre sendo reajustados para escapar dos contra-sensos que suscitam, das extensões a casos análogos que exploram, das continuidades enganosas e as genealogias abusivas que sugerem:

Acontece que os instrumentos conceituais são o ponto dos progressos da historiografia (possuir conceitos é conceber coisas); conceitos inadequados são um tormento para o historiador e constituem algo de dramático no seu metiê: todo profissional, um dia ou outro, acaba conhecendo essa impressão de que uma palavra não se ajusta, soa falso, é confusa, de que os fatos não têm o estilo que se esperaria deles de acordo com o conceito segundo o qual foram organizados; esse tormento é um sinal de alarme anunciando que o anacronismo ou uma aproximação ameaça, mas algumas vezes passam-se anos antes que uma solução seja encontrada sob as aparências de um novo conceito. A história da historiografia não é, por um lado, a dos anacronismos causados por idéias feitas?⁴⁷⁵

⁴⁷²VEYNE, Paul. op. cit. , p. 55.

⁴⁷³“Chegamos ao centro do problema e procuraremos descobrir a essência do gênero histórico. A história interessa-se por acontecimentos individualizados dos quais nenhum apresenta dupla função, mas não é sua própria individualidade que a interessa, ela procura compreendê-los, isto é, encontrar neles uma espécie de generalidade, ou mais precisamente, de especificidade.

Acabamos de ver que, longe de ser relação de valores, a história começa por uma desvalorização geral: Brigitte Bardot e Pompidou não são mais individualidades notórias, admiradas ou desejadas, mas representantes de sua categoria; a primeira é estrela, o segundo se divide entre o tipo dos professores que se voltam para a política e o dos Chefes de Estado. Passou-se da singularidade individual à especificidade, isto é, ao indivíduo como ser inteligente (é por isto que 'específico' quer dizer ao mesmo tempo 'geral' e particular'). Assim é a seriedade da história: ela se propõe a narrar as civilizações do passado e não a salvar a memória dos indivíduos; ela não é uma imensa coletânea de biografias. As vidas de todos os alfaiates, sob Frederico Guilherme, muito se assemelham, a história narrará, isso, em bloco, pois não se ocupa dos indivíduos, mas daquilo que oferecem de específico, pela boa razão que, como veremos, não há nada a dizer da singularidade individual, que possa servir de suporte à valorização ('porque era ele, porque era eu'). O indivíduo, seja como papel principal da história ou figurante entre milhões de outros, só conta historicamente pela sua especificidade.” VEYNE, P. op. cit. p. 39.

⁴⁷⁴Um “tipo ideal” é um conceito-limite que visa a apreensão de individualidades históricas. A construção conceitual dos objetos é uma via para a superação da obscuridade teórica, e torna compreensível a diferença entre pontos de vista possíveis. Ele ordena através do pensamento a realidade empírica através de conceitos e tipos.

⁴⁷⁵VEYNE, Paul. op. cit. p. 66.

Quanto à tópica, a palavra retoma a teoria aristotélica dos *topoi* ou “lugares comuns”, aparentada à retórica. Esses lugares comuns constituem a reserva de questões apropriadas de que um orador deve se abastecer para falar eficazmente perante uma assembléia ou um tribunal. Em história, a tópica pode servir para “*o prolongamento do questionário*”, que por sua vez, representa o único progresso da história. E isso só pode ser feito por um enriquecimento paralelo dos conceitos. De forma que a tópica histórica é remetida à heurística, logo, à arte de interrogar; e não à explicação, quando entendida como a arte de responder às questões. Na perspectiva da história estrutural, é a tópica que permite ao historiador separar-se da ótica de suas fontes e conceituar os acontecimentos diversamente do que o teriam feito os agentes históricos ou seus contemporâneos e, pois, racionalizar a leitura do passado:

Quando a história se tiver libertado, completamente, da ótica das fontes, quando a preocupação em explicar tudo aquilo sobre o que fala [...] se tiver tornado um reflexo, os manuais de história serão muito diferentes do que são hoje [...]. Pois, se a história é luta pela verdade, é, igualmente, uma luta contra nossa tendência a considerar que tudo é evidente. O lugar dessa luta é a tópica; os repertórios de tópicos se enriquecem e se aperfeiçoam com a sucessão de historiadores, e é por isso que não é possível improvisar-se historiador, assim como era impossível improvisar-se um orador: é preciso saber que perguntas fazer-se, saber, também, que problemáticas estão ultrapassadas; não se escreve a história política, social ou religiosa com as opiniões, ainda que respeitáveis, realistas ou avançadas, que se tem, pessoalmente, sobre esses assuntos.

Nesse sentido, a tópica permanece uma heurística e não muda o caráter fundamental da compreensão, que permanece compreensão de intrigas. Segundo Paul Veyne, não há nada a compreender na história senão intrigas e o prolongamento do questionário equivale a uma conceitualização progressiva. É a única profundidade que se pode destinar à história. A noção de intriga liga-se tanto à história factual, quanto à história estrutural, portanto, sua compreensão reivindica o progresso na conceitualização. Mas essa conceitualização

permanece no nível sublunar.⁴⁷⁶ No entendimento de Paul Ricoeur, a força da tese de Paul Veyne é nos ter conduzido, até o ponto crítico, a idéia de que a história é construção, compreensão de intrigas. Mas, a questão que permanece, é a de saber até onde se pode estender a noção de intriga sem que ela se torne discriminante. Pois, é quando a história cessa de ser factual que a teoria “narrativista” é verdadeiramente posta à prova. Como bem acrescenta José Carlos Reis, Paul Veyne “chega a conclusões aistóricas”.⁴⁷⁷ Todavia, o historiador Hélio Rebello Cardoso Júnior, ao fazer um estudo em torno da investigação das complexas relações entre o trabalho do filósofo e do historiador, a partir da trajetória de Paul Veyne, destaca o pressuposto de que o primeiro dever do historiador para escrever uma história completa, não é tratar do seu assunto, mas de criá-lo. Assim, atribui à narrativa histórica o *status* de forma natural para a apresentação e o desenvolvimento de objetos e teorias relativos a um mundo onde a contingência e o acaso têm um peso maior do que a necessidade. Ao discutir o pensar e escrever a história nos moldes de Paul Veyne, afirma sua preocupação com as condições *para* a criação de dispositivos teóricos para a história, tais como a necessidade de o historiador elaborar “constantes”, todavia tendo como princípio formativo “evitar que ela se cristalice em 'objetos invariáveis' e, para tanto, deve dotá-la de certos mecanismos que explicitem sua própria geração e modificação históricas. Em uma palavra, trata-se de historicizar constantes trans-históricas.”⁴⁷⁸ De forma que, ao individualizar os acontecimentos por meio de uma constante, subentende o acesso à teoria. Daí infere-se ser a história congenitamente científica.⁴⁷⁹ Todavia, o que define o conhecimento histórico frente as ciências em geral é que a “*história precisa compor o 'inventário completo' dos acontecimentos subsumidos a uma constante. Logo, 'a história é uma ciência das diferenças'*”.⁴⁸⁰ Nesse contexto de redefinições filosóficas⁴⁸¹ de Paul Veyne, quanto a uma história científica⁴⁸², o historiador Hélio Rebello Cardoso Júnior vê a

⁴⁷⁶“o texto 'História conceptualizante', de 1974, objetiva contribuir com o ensaio de epistemologia iniciado anteriormente em *Como se escreve a história*. [...]. Veyne vai procurar desenvolver determinados mecanismos de cunho metodológico destinados a coordenar conceitos em uma tópica histórica a fim de capacitar o historiador a operar com sistemas hipotético-dedutivos aproximados.” CARDOSO JUNIOR, Hélio Rebello. *Enredos de Clío: pensar e escrever a história com Paul Veyne*. São Paulo: Editora UNESP, 2003, p. 17.

⁴⁷⁷REIS, José Carlos. *Annales: A Renovação da História*. Ouro Preto: Editora UFOP, 1996, p. 135.

⁴⁷⁸VEYNE, Paul. 1983, Apud CARDOSO JÚNIOR, Hélio Rebello. op. cit. p. 18.

⁴⁷⁹CARDOSO JÚNIOR, Hélio Rebello. op. cit. p. 47.

⁴⁸⁰Idem.

⁴⁸¹“Veyne sente-se à vontade para definir um método/estratégia destinado a extirpar os grandes males que pesam sobre a teoria da história, a saber, os 'objetos naturais' e as 'causas materiais' (Veyne, 1978, p.354). Tal efeito depurativo é levado a cabo pelo privilégio dado a uma noção da filosofia da diferença de Foucault: a noção de 'prática'.” CARDOSO JÚNIOR, Hélio Rebello. op. cit. p. 19-20.

⁴⁸²“Tal deslocamento em suas posições inicia-se em 1976, com a aula inaugural intitulada 'O inventário das diferenças'. Traça um paralelo entre a história e a sociologia no tocante à especificidade dos objetos sobre os

problemática da narrativa sendo redefinida para além do ângulo unicamente estético, mas como elemento unificador dos âmbitos: “*teórico-conceitual ao inventário de acontecimentos individualizados pela sucessão temporal ('ciência das diferenças')*”. Em decorrência dessa função determinante, é que se define “*em última instância a história em face das demais ciências.*”⁴⁸³

Outro expressivo nome envolvido neste debate é o de Michel de Certeau, para quem a história oscila entre dois polos: um que remete a uma prática ou realidade e outro que é um discurso fechado, ou seja, “*um texto que organiza e encerra um modo de inteligibilidade*”.⁴⁸⁴ Encarada como um texto, a história organiza unidades de sentido e nelas opera transformações cujas regras são determináveis. Outrossim, a história se refere a um *fazer* social que especifica uma produção científica, atribuí-se uma linguagem própria. Essa práxis social torna possível a organização dos textos por uma nova inteligibilidade do passado. A relação do discurso com a práxis é interna ao objeto da história, na medida em que fala de tensões, de rede de conflitos, de jogos de força. E externo quando: “*a forma de compreensão e o tipo de discurso são determinados pelo conjunto cultural mais amplo que designa à história seu lugar particular.*”⁴⁸⁵ Essa relação é mediada por atividades técnicas e obedece a regras próprias. De forma que a operação historiográfica se refere à combinação de um lugar social, de práticas ‘científicas’ e de uma escrita. A relação do discurso com as técnicas que o produzem, é apreendida por Michel de Certeau nos seguintes termos:

O *writing*, ou a *construção de uma escrita* (no sentido amplo de uma organização de significantes) é uma passagem, sob muitos aspectos, estranha. Conduz da prática ao texto. Uma transformação assegura o trânsito, desde o indefinido da “pesquisa”, até aquilo que H. - I. Marrou chama a “servidão” da escrita. “Servidão”, com efeito, pois a fundação de um espaço textual provoca uma série de distorções com relação aos

quais cada uma se aplica, bem como de suas respectivas inserções no domínio das disciplinas científicas [...]”CARDOSO JÚNIOR, Hélio Rebello. op. cit. p.18.

⁴⁸³Ibidem, p.19.

⁴⁸⁴CERTEAU, Michel de. *A escrita da história*. Trad. de Maria de Lourdes Menezes, rev. tec. de Arno Vogel. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1982, p. 33.

⁴⁸⁵Ibidem, p. 58.

procedimentos da análise. Com o discurso parece se impor uma lei contrária às regras da prática.⁴⁸⁶

A primeira imposição do discurso, segundo Michel de Certeau, consiste em “*prescrever como início aquilo que na realidade é um ponto de chegada*”. Quer dizer, toma o mais anterior como ponto de partida. Se os resultados da pesquisa se expõem de acordo com uma ordem cronológica, sua rigidez foi flexibilizada pela constituição de séries, instauração de quadros sincrônicos, interação de momentos diferentes, influenciados por técnicas do romance e do cinema. A historiografia coloca um *tempo das coisas* como um contraponto e a condição de *um tempo discursivo*. Mediando este tempo referencial, o tempo discursivo condensa ou estende seu próprio tempo, produz efeitos de sentido, redistribui e codifica a uniformidade do tempo que corre. Tal mediação presta serviços à historiografia: torna compatíveis os contrários, possibilita a inversão do tempo, restaura sua ambivalência. Uma segunda imposição é a finitude do texto: “*no conjunto se apresenta uma arquitetura estável de elementos, de regras e de conceitos históricos que constituem sistema entre si e cuja coerência vem de uma unidade designada pelo próprio nome do autor*.”⁴⁸⁷ Enquanto, na pesquisa, predomina a falta; na representação escrituraria, as lacunas são preenchidas ou obliteradas. Enfim, através dos traços de inversão da ordem, encerramento do texto, substituição de um trabalho de lacuna por uma presença de sentido (através de figuras e nomes), pode-se medir o que Michel de Certeau chama de a “servidão” imposta pelo discurso à pesquisa.

O relato como discursividade apresenta problemas pertinentes à historiografia, no tocante a fornecimento de quadros temporais que aglomerem as contradições. Literariamente, produz textos que combinam uma semantização (a edificação de um sistema de sentidos) com uma seleção e o ordenamento de uma inteligibilidade por meio de uma normatividade. Michel de Certeau monta uma tipologia geral dos discursos, a partir do modo pelo qual se organiza, em cada discurso, a relação entre o ‘conteúdo’ e a sua ‘expansão’. Na narração, um e outro remetem a uma ordem de sucessão, o tempo referencial pode ser objeto de omissões e de inversões suscetíveis de produzir efeitos de sentido. No discurso lógico, o conteúdo, definido

⁴⁸⁶CERTEAU, Michel de. op. cit. p. 94.

⁴⁸⁷Ibidem, p. 94.

pelo estatuto de verdade (e/ou de verificabilidade, atribuível a enunciados, implica em relações silogísticas e/ou legais) entre eles que determinam a maneira da exposição (indução e dedução). O discurso histórico pretende dar um conteúdo verdadeiro, mas sob a forma da narração – o que, numa tipologia dos discursos, particulariza o funcionamento da historiografia como mista:

Combinando sistemas heteróclitos, este discurso misto (feito de dois e situado entre dois) vai se construir seguindo dois movimentos contrários: uma *narrativização* faz passar do conteúdo à sua expansão, de modelos acrônicos a uma cronologização, de uma doutrina a uma manifestação de tipo narrativo; inversamente, uma *semantização* do material faz passar dos elementos descritivos a um encadeamento sintagmático dos enunciados e à constituição de seqüências históricas programadas. Mas estes procedimentos geradores do texto não poderiam ocultar o deslizamento *metafórico* que, segundo a definição aristotélica, opera a ‘passagem de um gênero para o outro’. Indício deste misto, a metáfora está presente em toda parte. Ela disfarça a explicação histórica com um caráter entimemático. Deporta a causalidade para a sucessividade (post hoc, ergo propter hoc). Representam relações de coexistência como relações de coerência, etc. A plausibilidade dos enunciados se substitui constantemente à sua verificabilidade. Daí a autoridade que este discurso necessita para se sustentar: aquilo que perde em rigor deve ser compensado por um acréscimo de credibilidade.⁴⁸⁸

Uma segunda exigência de credibilidade lhe é feita: compreender seu outro, aquilo no qual a organização de um texto folheado se apóia, continua. E o faz, através das “citações”, das “referências”, das “notas” e “*por todo o aparelho de remetimentos permanentes a uma linguagem primeira (que Michelet chamou de crônica).*”⁴⁸⁹ Assim, a linguagem tem uma função comprobatória, introduz um “efeito de real”, remete a um lugar de autoridade. Portanto, na estrutura desdobrada do discurso, Michel de Certeau vê “*uma maquinaria que extrai da citação uma verossimilhança do relato e uma validade do saber, uma credibilidade*

⁴⁸⁸Ibidem, p. 100/101.

⁴⁸⁹Idem.

referencial. A organização do espaço textual historiográfico é performativa. Um terceiro aspecto refere-se ao fato de o texto ser “o lugar onde se efetua um trabalho do ‘conteúdo’ sobre a ‘forma’” e que produz sentidos autorizados pelo saber.⁴⁹⁰

3.3 - O estatuto narrativo da historiografia

As reflexões de Paul Ricoeur desembocam na observância de que as teses narrativistas encaminham a superação da exterioridade entre explicação histórica e narrativa⁴⁹¹, mas não foram suficientes no que diz respeito à resolução mediadora dessa relação. Reconhecendo o semi-sucesso das teorias narrativistas, o autor em foco expõe-nos e discute duas de suas aquisições importantes: a primeira consiste na demonstração de que “narrar já é explicar”. O *di’alléla* – o “um pelo outro”, que segundo Aristóteles, constitui a conexão lógica da intriga, torna-se a tese básica de toda a discussão sobre a narrativa histórica que comporta várias resultantes. Tendo como pressuposto que toda narrativa emprega, em virtude da operação de armação da intriga, uma conexão causal, essa construção significa uma vitória sobre a simples cronologia e torna possível a distinção entre a história e a crônica. E, se a construção da intriga é de um ato de juízo, liga-se a narração a um narrador e permite, do “ponto de vista” do narrador, dissociar-se da compreensão que os agentes ou os personagens da história podem ter tido de sua contribuição à progressão da intriga.⁴⁹²

A segunda aquisição diz respeito a como as teses narrativistas respondem a uma diversificação e uma hierarquização dos modelos explicativos por uma *diversificação* e uma *hierarquização* comparáveis aos *recursos explicativos da narrativa*. Mas Ricoeur observa que esse “[...] *redesdobramento das estruturas narrativas equivale então a uma recusa das teses*

⁴⁹⁰CERTEAU, Michel de. *A escrita da história*. Trad. de Maria de Lourdes Menezes, rev. tec. de Arno Vogel. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1982, p. 106.

⁴⁹¹Como foi visto anteriormente, foi a crítica ao modelo nomológico que, diversificando a explicação, tornou-a mais acessível à inteligência narrativa, sem negar a vocação explicativa pela qual a história se mantém no círculo das ciências humanas. A fragilização do modelo nomológico admite, inicialmente, níveis de cientificidade para as generalidades do tipo de leis⁴⁹¹; em seguida, a explicação por razões e as exigências de conceitualização, de autenticação e de vigilância crítica são validadas e por último, que a explicação causal distinguindo-se da análise causal e o tipo de explicação quase causal se separa da explicação causal-nomológica, assumindo em seu interior segmentos de explicação teleológica. Percorrendo por essas três vias, a explicação histórica desvia do caminho da explicação imanente à narrativa.

⁴⁹²A narrativa não está absolutamente ligada à perspectiva confusa e limitada dos agentes e das testemunhas imediatas dos acontecimentos; ao contrário, o distanciamento constitutivo do ‘ponto de vista’ torna possível a passagem do narrador ao historiador.

‘narrativistas’, realinhadas no nível inferior do fio da história”.⁴⁹³ Portanto, para alcançar o plano da explicação propriamente histórica, o modelo narrativista se diversificou a ponto de se desintegrar. Daí que a tese narrativista, refinando-se a ponto de tornar-se antinarrativista, problematiza a possibilidade de substituir o modelo explicativo. Paul Ricoeur nega tal possibilidade afirmando a subsistência de uma separação entre a explicação narrativa e a explicação histórica colocada na própria investigação. De maneira que se exclui a consideração da história como uma espécie de gênero “story”. Entretanto,

[...] os índices cruzados de uma convergência entre o movimento pelo qual o modelo explicativo inclina-se para a narração e o movimento pelo qual as estruturas narrativas apontam na direção da explicação histórica testemunham a realidade do problema ao qual a tese narrativista dá uma resposta breve demais.⁴⁹⁴

Paul Ricoeur busca a solução para o problema, fazendo uso do que chama “método de questionamento às avessas”, que é da alçada de uma fenomenologia genética, entendida como a busca de uma gênese de sentido. Elege a expressão “intencionalidade histórica”, remetendo ao sentido do desígnio poético que constitui a qualidade histórica da história e a preserva de se dissolver em outros saberes aliados. O questionamento retrospectivo, aplicado à historiografia, tem como referência um mundo cultural já estruturado, um mundo da ação, já configurado por uma atividade narrativa, anterior, quanto ao sentido, à historiografia científica.⁴⁹⁵ A partir daí, propõe explorar por que “vias indiretas o paradoxo do conhecimento histórico [...] transpõe para um grau superior de complexidade o paradoxo constitutivo da operação de configuração narrativa”.⁴⁹⁶ A tarefa é dificultada pelo fato de que a conquista da autonomia científica da história tem como condição:

⁴⁹³ RICOEUR, Paul. *Tempo e Narrativa*. Trad. de Constança Marcondes César. Campinas: Papyrus, 1994, tomo I, p. 257.

⁴⁹⁴ Idem.

⁴⁹⁵ Essa atividade narrativa, já tem sua dialética própria, que a faz percorrer os estágios sucessivos da *mimese*, desde as prefigurações inerentes à ordem da ação, por meio de configurações constitutivas da armação da intriga – no sentido amplo do *muthos* aristotélico – até as configurações suscitadas pela colisão entre o mundo do texto e o mundo da vida.

⁴⁹⁶ RICOEUR, Paul. op. cit. p. 258.

[...] um esquecimento concertado de sua derivação indireta a partir da atividade de configuração narrativa e de sua remessa, por meio de formas cada vez mais distanciadas da base narrativa, ao campo prático e a seus recursos pré-narrativos.⁴⁹⁷

Mas, a fenomenologia genética orientada em direção à “constituição da coisa”, através do fenômeno perceptivo, torna passível de reconstrução, com relativa segurança e relativo rigor, o esquecimento da derivação. Observe-se que este modelo analógico sofre uma derivação indireta que faz da história uma investigação, colocada nos termos da tríplice ruptura epistemológica. Empreendendo o “questionamento às avessas”, reconstrói, então, no seio do conhecimento histórico, as três etapas que são as modalidades da ruptura epistemológica: autonomia dos *procedimentos* explicativos, autonomia das *entidades* de referência e autonomia dos *tempos* da história. No primeiro nível, o dos procedimentos, observa que, enquanto as conexões são imanentes aos esboços de explicação narrativa, ou seja, são auto-explicativas, na história-ciência, exige um processo de autenticação e justificação.⁴⁹⁸ A autonomização da explicação em história, em relação ao caráter “auto-explicativo” da narrativa ficcional compreende as seguintes etapas: a *conceitualização*⁴⁹⁹, um projeto de *objetividade*⁵⁰⁰ e a *reflexividade crítica*⁵⁰¹ da investigação histórica.

Iniciando pelos *procedimentos* explicativos, Paul Ricoeur discute a questão da *causalidade* em história, mais precisamente, da imputação causal singular (construção imaginária probabilística), para discernir nela a estrutura de transição entre a explicação por leis⁵⁰² e a explicação por inclusão na intriga (compreensão). Nesse sentido, a imputação causal singular constitui o *nexo* de qualquer explicação em história, constitui a *mediação* entre os pólos opostos da explicação e da compreensão, ou melhor, entre a explicação nomológica e

⁴⁹⁷Idem.

⁴⁹⁸Exemplificando, faz um paralelo entre o historiador e o juiz, pois ambos têm que “*problematizar a própria explicação para submetê-la à discussão e ao julgamento de um auditório*” competente. RICOEUR, P. op. cit. p. 252.

⁴⁹⁹Considerado por alguns como o principal critério da historiografia, como o faz, por exemplo, Paul Veyne.

⁵⁰⁰O projeto de objetividade coloca um problema específico: o dos limites da objetividade. Questão que, segundo Paul Ricoeur, é estranha à inocência e à ingenuidade do narrador.

⁵⁰¹Refere-se ao reconhecimento da implicação ideológica presente aos modos explicativos, discernível dos modos propriamente argumentativos e passíveis de uma crítica das ideologias.

⁵⁰²Frequentemente identificada simplesmente como explicação.

a explicação por armação da intriga.⁵⁰³ A imputação causal singular é o procedimento explicativo que faz a transição entre a causalidade narrativa – a estrutura do “um pelo outro” – e a causalidade explicativa que, no modelo nomológico, não é distingüida da explicação por leis. A lógica da imputação causal singular consiste, essencialmente, na construção, pela

imaginação, de um curso diferente dos acontecimentos, depois na avaliação das conseqüências prováveis desse acontecimento real, enfim, na comparação dessas conseqüências com o curso real dos acontecimentos.⁵⁰⁴

Como o disse Max Weber: “*Para esclarecer as relações causais reais, construímos relações irreais*”.⁵⁰⁵ E o confirmou Raymond Aron: “*Todo historiador, para explicar o que foi, pergunta-se o que poderia ter sido.*”⁵⁰⁶ Completando essas argumentações, afirma Paul Ricoeur: “*É essa construção imaginária probabilística que oferece uma dupla afinidade, de um lado com a armação da intriga, que também é uma construção imaginária provável; de outro lado, com a explicação segundo leis.*”⁵⁰⁷ A imputação causal, que diz respeito a todas as etapas da explicação científica, é constituída por dois traços: a análise por fatores e o recurso a regras da experiência, que, inclusive, também pertencem à ‘lógica’ narrativa. A marca da cientificidade de que uma construção é capaz, ao mesmo tempo irreal e necessária, resulta da aplicação, à avaliação comparada das causas, da teoria da ‘possibilidade objetiva’. É esse terceiro traço que marca a distância entre a explicação pela narrativa e a explicação por imputação causal. Os possíveis são relações causais irreais que construímos pelo pensamento e a objetividade das probabilidades que pertence ao juízo das possibilidades. É somente no termo dessa comprovação que um fator recebe o estatuto de causa suficiente. Esse estatuto é objetivo no sentido de que o argumento constitui a estrutura lógica do conhecimento histórico ou, “o sólido esqueleto da imputação causal”. A continuidade entre tessitura da intriga e imputação causal singular está no nível do papel da imaginação. A descontinuidade refere-se

⁵⁰³Essa afinidade autoriza-o a falar da explicação nomológica, por transferência analógica, em termos de *quase-intriga*.

⁵⁰⁴RICOEUR, Paul. *Tempo e Narrativa*. Trad. de Constança Marcondes César. Campinas: Papyrus, 1994, tomo I, p. 262.

⁵⁰⁵WEBER, Max. Apud RICOEUR, Paul. op. cit. p. 262.

⁵⁰⁶ARON, Raymond. Apud RICOEUR, Paul. op. cit. 252.

⁵⁰⁷RICOEUR, Paul. op. cit. p. 262.

à análise por fatores, à inserção das regras da experiência e, principalmente, à atribuição de graus de probabilidade, que regula a determinação da causalidade adequada.

Neste itinerário, o historiador difere do narrador, visto que dá as razões pelas quais considera tal fator, mais que tal outro, como causa de tal curso de acontecimentos. Lógica da probabilidade retrospectiva reveste-se de um significado preciso que interessa diretamente a nossa investigação sobre a temporalidade histórica. É preciso compreender que a operação imaginária pela qual o historiador supõe, pelo pensamento, um dos antecedentes desaparecidos ou modificados, depois trata de construir o que teria se passado nessa hipótese, tem um significado que ultrapassa a epistemologia. O historiador comporta-se aqui como um narrador que redefine, em relação a um presente fictício, as três dimensões do tempo. O laço de filiação entre a armação da intriga e a imputação causal singular, posta no plano da história factual, tem o seu argumento estendido analogicamente a acontecimentos históricos de grande amplitude onde a causa, permanecendo singular, não é mais o indivíduo. Mesmo quando o historiador inquire-se sobre a responsabilidade de um indivíduo num curso de acontecimentos, distingue expressamente a imputação causal, por um lado, da responsabilidade ética; por outro, da explicação nomológica. No que concerne ao primeiro ponto, a análise causal jamais emite juízos de valor e um juízo de valor não é absolutamente uma explicação causal. A explicação causal distingue-se de uma fenomenologia da ação, na medida em que avalia as intenções, não somente em termos de fins, mas de resultados. É a construção do ‘quadro imaginário’ criado por abstração e a avaliação das conseqüências do acontecimento supostamente suprimido, que constituem a estrutura lógica do argumento causal. Assim, este permanece uma imputação causal singular, mesmo quando não se aplica mais a uma decisão individual. Por isso que a adequação da imputação causal não equivale a um argumento de necessidade, mas somente de probabilidade. A aplicação analógica da noção de intriga a todas as imputações causais singulares justifica o emprego do termo intriga designando: “*todas as configurações singulares que satisfazem ao critério da armação da intriga: a síntese do heterogêneo entre circunstâncias, intenções, interações, adversidade, fortuna ou infortúnio*”.⁵⁰⁸ Contudo, para permanecer coerente ao argumento da relação indireta da explicação histórica com a estrutura da narrativa, fala de quase-intriga, para marcar o caráter analógico da extensão da imputação causal singular. Com a intervenção da exploração dos encadeamentos prováveis ou necessários, o historiador “*pode exercer o juízo*

⁵⁰⁸Ibidem, p. 274.

da imputação causal, que decide o significado histórico do acontecimento".⁵⁰⁹ Este raciocínio estabelece uma conexão entre a armação da intriga e a explicação científica. Nós devemos estabelecê-la, argumenta Paul Ricoeur, com os recursos da narratologia.⁵¹⁰

A construção dos conceitos de 'quase-intriga', de 'quase-personagem' e de 'quase-acontecimento' respeita a forma muito indireta de filiação pela qual a historiografia menos narrativa, no seu estilo de escrita, permanece tributária da inteligência narrativa. O *quase* das expressões atesta o caráter altamente *analógico* do emprego das categorias narrativas na história científica.⁵¹¹ Pelo menos, essa analogia exprime o laço tênue e dissimulado que retém a história no âmbito da narrativa e preserva, assim, a própria dimensão histórica. O pertencer da história ao campo narrativo é definido pela mediação (poder de configuração) de uma trama ou armação da intriga⁵¹²:

[...] o tecer da intriga foi definido, no plano mais *formal*, como um dinamismo integrador, que tira uma história una e completa *de* um diverso de incidentes, ou seja, transforma esse diverso *em* uma história una e completa. Essa definição formal abre o campo para transformações organizadas que merecem ser chamadas de intrigas desde que nelas possam ser discernidas totalidades temporais a operar uma síntese do heterogêneo entre circunstâncias, objetivos, meios, interações, resultados desejados ou não. Daí um historiador como Paul Veyne atribuir a uma noção de intriga consideravelmente ampliada a função de integrar componentes tão abstratos da mudança social quanto os que foram colocados em relevo pela história não-factual e até pela história serial. [...] Torna-se possível formular a hipótese de que as metamorfoses da intriga consistem em investimentos

⁵⁰⁹Ibidem, p. 263.

⁵¹⁰Narratologia é definida como a ciência das estruturas narrativas, sem considerar a distinção entre narrativa histórica e narrativa de ficção. Entretanto, devido ao fato do uso deste termo se concentrar na narrativa de ficção, é que Paul Ricoeur faz um confronto dos seus respectivos papéis.

⁵¹¹Benedito Nunes em tom irônico comenta o hibridismo de Paul Ricoeur, "*criando as entidades 'quase': quase-peixe, quase-carne.*" Contudo, relativiza sua glosa: "*penso que podemos colocar a concepção dos "quase" de Ricoeur – quase enredo, quase personagem, quase-acontecimento – no ângulo do balanço tenso de que o Prof. Costa Lima falou entre geral e singular entre constâncias – para substituírmos o termo 'leis gerais' – e o fato singular ou a singularidade dos fatos, e que foi o que levou as escolas pós-kantianas a admitirem uma ciência ideográfica, descritiva, por oposição a uma ciência nomotética. Acho que a questão da História está em aberto; sua especificidade é um problema a recolocar.* In: RIEDEL, Dirce Cortês. op. cit. p. 55.

⁵¹²Categoria de inspiração aristotélica entendida como a arte de compor obras que imitam uma ação.

sempre novos do princípio formal de *configuração temporal* dos gêneros, tipos e obras singulares inéditas.⁵¹³

Se o historiador tem a mobilidade de escolha com relação a um acontecimento singular dentre um complexo de condições históricas, do que decorre “*desenvolvimento diferente de acontecimentos*”, relativos a estas relações históricas, ele exerce o “juízo de imputação causal”, que enfim, decide o significado histórico do acontecimento. Para Paul Ricoeur este raciocínio tem uma dupla ligação: de um lado, com a armação da intriga, por outro, com a explicação científica.⁵¹⁴ Entre a tessitura da intriga e a imputação causal singular reside uma relação de continuidade posta no nível do papel da imaginação e uma de descontinuidade que refere-se à análise por fatores, à inserção das regras da experiência e à atribuição de graus de probabilidade, que regula a determinação da causalidade adequada. A reconstrução histórica nos termos do “tal como” que invoca “a idéia de certa correspondência entre a narrativa e o que realmente aconteceu” trata-se de uma re-construção “que é uma construção diferente dos acontecimentos relatados”. Mas, o historiador por instinto, diz-nos Paul Ricoeur, “gostaria que essa construção fosse uma re-construção”, movido que é pelo desejo de fazer justiça ao passado.⁵¹⁵ Essa idéia de “restituir” um curso de acontecimentos ou uma paisagem é comum ao historiador e ao pintor. Nela, Paul Ricoeur reconhece o desígnio de “‘devolver o que é seu’ ao que é e ao que foi”. A analogia aparece na Retórica de Aristóteles e inspira o uso da teoria dos tropos, da tropologia, para a articulação conceitual da “representância” do passado⁵¹⁶.

À autonomização da explicação corresponde uma autonomização das entidades. Enquanto, na narrativa tradicional, mítica ou na crônica, a ação é relacionada a agentes que é possível identificar, designar com um nome próprio, ter como responsáveis pelas ações relatadas, a história-ciência refere-se a objetos de um tipo novo, apropriados a seu modo explicativo e, no lugar do sujeito da ação, põe entidades anônimas: nações, sociedades, civilizações, classes sociais, mentalidades. Na história nova, por exemplo, os lugares, outrora

⁵¹³ RICOEUR, Paul. *Tempo e Narrativa*. Trad. de Marina Appenzeller. Campinas, SP: Papyrus, 1995, tomo II. p. 16/7.

⁵¹⁴ *Ibidem*, p. 263.

⁵¹⁵ RICOEUR, Paul. *Tempo e Narrativa*. Trad. de Roberto Leal Ferreira. Campinas, SP: Papyrus, 1997, tomo III, p. 255.

⁵¹⁶ Os recursos tropológicos dão apoio ao “casamento” entre a intriga e um curso de acontecimentos, dando credibilidade à sugestão de que a relação com a realidade do passado deve passar sucessivamente pelo crivo do Mesmo, do Outro e do Análogo. RICOEUR, Paul. *op. cit.* p. 258.

ocupados pelos heróis da ação histórica, são ocupados por forças sociais. Assim, dilui-se o personagem e, sem personagem, não poderia permanecer uma narrativa. E, no que diz respeito ao estatuto epistemológico do tempo histórico, aparece desvinculado da memória, da expectativa e da circunspeção de agentes individuais. Os tempos da história parecem sem relação discernível com o tempo da ação. Em seguida, discute as *entidades* constituídas pelo discurso histórico, objetivando mostrar que sua ordenação obedece a uma hierarquia precisa. A qualidade histórica da história está ligada à remissão de seus objetos a *entidades de primeira ordem* – povos, nações, civilizações – que carregam a marca indelével da pertinência participativa dos agentes concretos referentes à esfera praxica e narrativa.⁵¹⁷ Essas entidades servem de *objeto transicional* entre todos os artefatos produzidos pela historiografia e os personagens de uma narrativa possível. Constituem *quase-personagens*, suscetíveis de guiar a remessa intencional do nível da história-ciência ao nível da narrativa e, através desta, aos agentes da ação efetiva. Convém observar que as duas linhas de derivação – derivação dos procedimentos, derivação das entidades – são emaranhadas e sua distinção serve para esclarecer a sua complementaridade e gênese recíprocas. O retorno às entidades primeiras, chamadas de pertencer participativo, faz-se principalmente pelo canal da imputação causal singular. Reciprocamente, o desígnio que atravessa a imputação causal, é guiado pelo interesse que o historiador conserva pela contribuição dos agentes históricos para seu destino, escapando-lhes na seqüência dos efeitos perversos que distingue o conhecimento histórico da compreensão do sentido imanente da ação. Vê-se que *quase-intriga* e *quase-personagem* pertencem ao mesmo plano intermediário e têm função similar de etapa no movimento da questão de retorno da historiografia em direção à narrativa e, para além da narrativa, em direção à prática efetiva.

O último ponto da discussão referente à hipótese da intencionalidade histórica, trata-se do estatuto epistemológico do tempo histórico em relação à temporalidade da narrativa. Do mesmo modo que busca, na causalidade e nas entidades de primeira categoria, as etapas capazes de guiar a remessa das estruturas do conhecimento histórico ao trabalho da configuração narrativa – de modo similar, mostra, no destino do acontecimento histórico ao mesmo tempo o índice do afastamento crescente do tempo histórico em relação ao tempo da narrativa e ao tempo vivido, e o índice da remessa do tempo histórico ao tempo da ação, por meio do tempo da narrativa. Paul Ricoeur propõe que seja substituída a noção ingênua da

⁵¹⁷ RICOEUR, Paul. op. cit. p. 259.

narração como desalinhada de acontecimentos⁵¹⁸, pelo entendimento do “caráter inteligível que a trama confere ao relato”. Somente com esta percepção, é possível a apreciação do caráter configurado, que constitui a base de sua inteligibilidade e, ao mesmo tempo, dar-se conta da distância que existe entre o relato e a experiência viva. Entre viver e narrar, existe sempre uma separação, por pequena que seja: "a vida se vive, a história se conta".⁵¹⁹ O desconhecimento dessa inteligibilidade fundamental do relato impede compreender como se insere a explicação histórica na compreensão narrativa, de modo que, quanto mais se explique, melhor se narrará.⁵²⁰

⁵¹⁸Na qual se baseia a crítica que é feita ao caráter narrativo da história.

⁵¹⁹RICOEUR, Paul. RICOEUR, Paul. “Narratividad, fenomenología y hermenéutica”. In: *Anàlisi*. [online]. 2000, n. 25, p. 189-207. Disponível em <http://www.bib.uab.es/pub/analisi/>.

⁵²⁰ Idem.

IV. AS BIOGRAFIAS HISTÓRICAS

1 - Historiografia e biografia

Em sua longa trajetória, as biografias históricas têm sido concebidas, elaboradas e classificadas de diferentes maneiras. A esta multiplicidade de feitios do gênero biográfico, no campo historiográfico, o historiador Giovanni Levi chama de "*complexidade irresoluta da perspectiva biográfica*", propondo uma tipologia de suas diversas abordagens pela historiografia⁵²¹, classifica-as em cinco tipos: 1. prosopografia e biografia modal; 2. biografia e contexto; 3. biografia e os casos extremos; 4. biografia e hermenêutica; 5. psicobiografia. De maneira sintética, descrevo algumas das características apresentadas por Giovanni Levi: a *prosopografia* - é geralmente praticada pelos historiadores da mentalidade, para os quais "*as biografias individuais só despertam interesse quando ilustram os comportamentos ou as aparências ligadas às condições sociais estatisticamente mais frequentes*". Trata-se, mais precisamente, do uso de dados biográficos quantificáveis para uso da história das massas, dos anônimos. Na *biografia modal*, a biografia de um indivíduo "*concentra todas as características de um grupo*"; *biografia e contexto* - a biografia conserva sua especificidade, embora o meio e a ambiência sejam muito valorizados como fatores característicos e explicativos da singularidade de uma trajetória. Seu postulado considera que uma vida não pode ser compreendida unicamente através de seus desvios ou singularidades, mas, ao contrário, mostrando-se que cada desvio aparente em relação às normas ocorre em um contexto histórico que o justifica; *biografia e os casos extremos* - as biografias são usadas "especificadamente" para esclarecer o contexto, que por sua vez, não é percebido "*em sua integridade e exaustividade estáticas, mas por meio de suas margens*"; *biografia e hermenêutica* - nessa perspectiva, o material biográfico torna-se intrinsecamente discursivo e apenas com o uso do ato dialógico e da antropologia interpretativa, a natureza real pode ser traduzida. Para este tipo de abordagem o que importa "*é o próprio ato interpretativo, isto é, o processo de transformação do texto, de atribuição de um significado a um ato biográfico que pode adquirir uma infinidade de outros significados*".⁵²²

⁵²¹Ressalva, que tal tipologia é "certamente parcial". LEVI, Giovanni. Usos da biografia. In: FERREIRA, Marieta de Moraes. & AMADO, Janaína. *Usos e abusos da História Oral*. 3 ed. Rio de Janeiro: Ed. da FGV, 2000, p. 174.

⁵²²LEVI, Giovanni. In: FERREIRA, Marieta de Moraes. & AMADO, Janaína. op. cit. p. 178.

Esta tendência tem estimulado os historiadores a buscarem técnicas de comunicação mais sensíveis ao caráter aberto e dinâmico das escolhas e das ações; *a psicobiografia* – considere-se que Giovanni Levi abstém-se de caracterizar este último tipo, restringindo-se a comentar, apenas, o fato dela comportar muitos elementos equívocos ou contestáveis. Uma outra tipificação foi proposta por Benito Bisso Schmidt⁵²³, tendo como parâmetro os modelos de explicação histórica no interior das correntes historiográficas: a positivista, a nova história francesa, a do grupo contemporâneo de historiadores britânicos de inspiração marxista, a micro-história italiana, a psico-história, a nova história cultural norte-americana, a historiografia alemã recente e a historiografia brasileira atual.⁵²⁴

Inspirada pelo cruzamento destas duas tipificações e balizada pelo parâmetro da historicidade, optei por traçar a invariância⁵²⁵ das relações entre a biografia e a história como fenômeno discursivo de caráter histórico-cultural, que observo reflexionado na historiografia internacional e nacional. É possível notar a sua presença por sobre uma linha de continuidade⁵²⁶ e rupturas, cuja genealogia se localiza na Antiguidade, desde os gregos, embora os primeiros a se destacarem pelos seus modelos de biografias históricas tenham sido os romanos, sobretudo, aqueles estabelecidos por Suetônio Tranqüilo⁵²⁷ e Plutarco: o esboço da personalidade e a análise dos tipos ideais.⁵²⁸ A obra “Vida dos Césares”, de Suetônio, caracteriza-se por uma forma de organizar os relatos chamada de “eidológica”, que organiza os tópicos “*per species*”: nascimento, família, infância, educação, etc... Para separar os itens e tornar clara a passagem de um tópico para outro, recorria às “divisio”, as “divisões”. Seguindo a mesma tradição, sobressai-se na historiografia latina a *História Augusta*, uma coletânea de seis biografias de imperadores, elaborada progressivamente, do final do século III ao início do século IV. Dentre elas, destaco a biografia do imperador Aureliano, atribuída a Flávio Vopisco de Siracusa, considerado, na opinião da historiadora Maria Luiza Corassin,

⁵²³SCHMIDT, Benito Bisso. “O gênero biográfico no campo do conhecimento histórico: trajetória, tendências e impasses atuais e uma proposta de investigação”. In: *ANOS 90*. Revista do Programa de Pós-Graduação em História. UFRGS, Porto Alegre, n. 6, dez. 1996; “Construindo biografias... historiadores e jornalistas: aproximações e afastamentos”. In: *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, n.19, 1997.

⁵²⁴SCHMIDT, Benito Bisso. “Construindo biografias... historiadores e jornalistas: aproximações e afastamentos”. In: *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, n.19, 1997, p. 3.

⁵²⁵Refere-se ao que é constante, ao que individualiza.

⁵²⁶Segundo Peter Gay, esta relação tem “*uma linhagem vastíssima*”. In: 1990, p. 169.

⁵²⁷Ver: CORASSIN, Maria Luiza. “Biografia e História na Vita Aureliana”. In: *Revista Brasileira da História* (Biografia, biografias). São Paulo, ANPUH/Ed. Unijuí, vol.17, n.33, p. 98-111, 1997.

⁵²⁸LEVILLAIN, Philippe. “Os protagonistas: da biografia”. In: RÉMOND, René. *Por uma História Política*. Trad. de Dora Rocha. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1996, p.148/49.

“*imitador de Suetônio, tanto no estilo como em assunto*”.⁵²⁹ Plutarco escreveu a biografia de Alexandre, o Grande. Nela, faz uma distinção entre História e escrever “vita” (relato de vidas passadas). Nas vidas, havia espaço para trabalhar com os episódios, anedotas, chistes, pistas, seja na esfera privada, seja na pública:

Na verdade, não estou escrevendo História, mas biografia, e nem sempre é nos feitos mais rumorosos que se manifesta a virtude ou o vício. Ao contrário, sucede frequentemente que um fato mezinho, uma palavra, uma pilhéria, revelem bem mais nitidamente o caráter que os combates onde se contam milhares de mortos, os exércitos numerosos e os assédios mais espetaculares. assim como os pintores captam a semelhança a partir de traços no rosto, que denunciam o caráter e pouco se ocupam das outras partes do corpo, assim também nos seja lícito penetrar de preferência nos sinais distintivos da alma e, com ajuda deles, representar a vida em sua caracterização, deixando para outros o aspecto grandioso dos acontecimentos e das guerras.⁵³⁰

Inclusive, Peter Burke faz uma alusão curiosa, entre parênteses, sobre os elos entre Plutarco e Carlo Ginzburg ao afirmar: “(*Plutarco certamente merecia um lugar no famoso estudo de Carlo Ginzburg sobre tais pistas*).⁵³¹ Do ponto de vista narrativo, nas biografias citadas, Maria Luiza Corassin reconhece a valorização da mimese, a imitação de exemplos nobres; o uso dos *exempla* como instrumento de instrução moral, recurso comum à maioria das escolas retóricas. Foram tecidas a partir de um material factual: incidentes, frases e ditos, conversas, cartas e outros documentos considerados relevantes e, na falta destes, seus autores criaram livremente para preencher as lacunas de suas informações.⁵³²

Na Idade Média, predominou a produção hagiográfica: vidas de santos, relatos de milagres, listas episcopais, Anais e Crônicas. As biografias de santos⁵³³ apresentavam, comumente, um teor panegírico que se inspirava em modelos antigos impelidos à

⁵²⁹CORASSIN, Maria Luiza. op. cit. p. 104.

⁵³⁰PLUTARCO Apud CORASSIN, Maria Luiza. Op cit. p. 104/5.

⁵³¹BURKE, Peter. “A invenção da biografia e o individualismo renascentista”. *Revista Estudos Históricos: Indivíduo, biografia, história*, n. 19, 1997, p. 9.

⁵³²CORASSIN, Maria Luiza. op. cit. p. 109.

⁵³³São exemplos obras como: *A vida de Santo Antônio*, de Atanásio; *A vida de Constantino*, de Eusébio.

exemplaridade. Por exemplo, as hagiografias consistiam, segundo Michel de Certeau, um gênero literário que privilegia os atores do sagrado, ou seja, os santos, e visa à edificação. Sua construção narrativa estava baseada numa retórica tautológica do culto. E, muito embora Michel de Certeau não o considere um texto historiográfico, o documento hagiográfico se caracteriza por uma organização textual, na qual se desdobram lugares e temas que se referem “àquilo que é exemplar”. A partir de 1643, com a atuação dos Bollandistas, “*as vidas de santos gerais e particulares são uma grande parte da história eclesiástica*”.⁵³⁴ Daí em diante, opera-se uma divisão: por um lado, a austeridade da “exatidão” nas biografias eruditas; de outro, uma folclorização popular, uma literatura devota, que culmina com o afetivo e o extraordinário das “Vidas” edificantes. Ambas as formas narrativas trabalham com uma poética do sentido e produzem uma simbolização “moral”. Nela, a ortodoxia reprime a ficção.

Na Renascença, nos séculos XIV e XV, despontam as crônicas relatando grandes feitos. No prefácio de uma obra ilustrativa do período, intitulada *Carlos VII*, Basin define sua missão como “*escrever e transmitir a posteridade, sob a forma de relatos verídicos, a história do passado e, sobretudo a vida dos personagens ilustres*”.⁵³⁵ Dentre as convenções das biografias renascentistas, Peter Burke arrola: os biografados eram, via de regra, governantes, filósofos, generais, literatos; tinham um objetivo didático; eram frequentemente utilizadas para indicar o contexto de publicação da obra de um determinado autor. Sua estrutura narrativa tinha uma organização cronológica, mas priorizava-se a estrutura temática ou tópica: origens, formação, trabalho, sociabilidade, personalidade e epitáfio funerário. Seguindo a tradição elegíaca, a “*grandeza do herói é um tema recorrente nas biografias renascentistas*”⁵³⁶; aos eventos como, por exemplo, os rituais e leito de morte, eram dados uma atenção considerável e marcavam as cenas biográficas. Peter Burke faz, ainda, um paralelo entre o estilo da biografia renascentista e o estilo da ficção do período: anedóticas, romanceadas, dramáticas. E, muito ordinariamente, apresentavam o formato biográfico do “diálogo”. Exemplos ilustrativos de biografias desta temporalidade são: a biografia de Marco Aurélio, por Antonio de Guevara, de 1528, intitulada *Libro Áureo de Marco Aurélio*; a vida

⁵³⁴CERTEAU, Michel de. *A escrita da história*. Trad. de Maria de Lourdes Menezes, rev. tec. de Arno Vogel. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1982, p. 268. Ver, também, os exemplos citados em BURKE, P. op. cit. p. 1-14.

⁵³⁵BASIN. Apud GAY, Peter. *O coração desvelado: a experiência burguesa da Rainha Vitória a Freud*. Trad. de Sérgio Bath. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.

⁵³⁶BURKE, Peter. “A invenção da biografia e o individualismo renascentista”. *Revista Estudos Históricos: Indivíduo, biografia, história*, n. 19, 1997.

do poeta Ronsard por Claude Binet, de 1586, intitulada *La vie de P. de Ronsard* e a biografia anônima intitulada *Anonymous life of William Cecil Lord Burghley*, (c.1600).

Nos séculos XVI, XVII e XVIII, sobretudo a chamada Era do Iluminismo, marcada por mudanças nas práticas historiográficas, envolvendo a erudição metódica, a história diplomática, o sentimento nacional, a acentuação do lado literário e retórico da história, os historiadores tenderam a considerar que a história deve estudar os motivos e as paixões que guiam as ações humanas e apresentar heróis de alto relevo, como o fez, por exemplo, Voltaire que, mesmo não consentindo em celebrar os heróis, concordava com o uso das grandes inteligências para o reconhecimento das surpresas das histórias; Gibbon cujo “*objeto principal, e praticamente único, de suas histórias é o homem e suas paixões [para ele], a tarefa suprema do historiador consistia em devassar os atores históricos em suas profundezas.*”⁵³⁷ O século XVIII comportou a contradição de, ao mesmo tempo em que percebia claramente os limites da biografia, assistir ao seu triunfo. Em particular, vislumbra-se uma mudança de percepção com a consciência do desenvolvimento da personalidade. Giovanni Levi apreendeu o quanto o século XVIII apresenta analogias com o período atual no que toca a uma intensa “*consciência de uma dissociação entre o personagem social e a percepção de s.*”⁵³⁸ Essa crise emerge, inicialmente, no romance, mas teve uma repercussão limitada na biografia histórica na forma de um meio-termo com a biografia moral que:

[...] renunciava à exaustividade e à veracidade individuais para buscar um tom mais didático, acrescentando às vezes paixões e emoções ao conteúdo tradicional das biografias exemplares, a saber, os feitos e as atitudes do protagonista. A bem dizer, essa simplificação supõe uma certa confiança na capacidade da biografia para descrever o que é significativo em uma vida. Tal confiança culminaria aliás no positivismo e no funcionalismo, com os quais a seleção de fatos significativos iria acentuar o caráter exemplar e tipológico das biografias, privilegiando a dimensão pública em vez da dimensão privada e considerando insignificantes os desvios dos modelos propostos.⁵³⁹

⁵³⁷GAY, Peter. *O estilo na história*: Gibbon, Ranke, Macaulay, Burckhardt. Trad. de Denise Bottmann. São Paulo: Companhia das Letras, 1990, p. 37.

⁵³⁸LEVI, Giovanni. Usos da biografia. In: FERREIRA, Marieta de Moraes. & AMADO, Janaína. *Usos e abusos da História Oral*. 3 ed. Rio de Janeiro: Ed. da FGV, 2000, p. 170.

⁵³⁹Ibidem, p.172.

Durante o século XIX, o número de produções historiográficas através do gênero biográfico é expressivo. Nas primeiras décadas do século, prevalecia, entre os autores proeminentes, uma concepção de história como sendo uma biografia em escala mais ampla. O historiador Carlyle considerava-a como “*a essência de inumeráveis biografias*”⁵⁴⁰ e que a “*história do mundo é a biografia dos grandes homens*”.⁵⁴¹ Emerson afirmava: “*não existe história, propriamente, só biografia*”.⁵⁴² Tal entrelaçamento revela-se na produção de historiadores e investigadores como: Leopold von Ranke, que inseria “*esboços biográficos em suas volumosas histórias*”⁵⁴³; Michelet, que “*passou toda a sua carreira escrevendo a biografia coletiva do povo francês*”⁵⁴⁴; Heinrich von Sybel, em 1856, descreveu a biografia “*como um ramo da história*”.⁵⁴⁵ Prevalece, em suas abordagens, a apologia clássica do herói.⁵⁴⁶ A partir de meados do século XIX, quando os avanços da metodologia histórica tornam mais exigentes, mais cuidadosos e severos os procedimentos científicos, alguns historiadores⁵⁴⁷ contestam a quase identificação da biografia com a história.⁵⁴⁸ O historiador Peter Gay analisa o fenômeno qualificado pelo historiador inglês Coleridge como “*era da personalidade*” e pelo editor e ensaísta Charles Whibley como a “*loucura moderna pela biografia*”, sinalizando a expansão e o contínuo aumento da popularidade das biografias, particularmente, na segunda metade do século. Enfatiza que, entre as décadas de 1870 e 1880, o “*apetite biográfico era insaciável*”, revelado com o lançamento de séries como: “*English men of Letters*”; “*English Leaders of Religion*”; “*Who’s Who*”; “*Dictionary of Nacional Biography*”. Ronaldo Vainfas reconhece “*a onda de trabalhos biográficos, em quantidades cada vez maiores*”⁵⁴⁹, que foram produzidas neste século, mas, à revelia da “*crecente profissionalização dos historiadores ao longo desse período, a biografia conservou-se, com raras exceções, nos domínios dos literatos ou nas fímbrias menos valorizadas da atividade historiográfica*”.⁵⁵⁰

⁵⁴⁰GAY, Peter. *O coração desvelado: a experiência burguesa da Rainha Vitória a Freud*. Trad. de Sérgio Bath. São Paulo: Companhia das Letras, 1999, p.207.

⁵⁴¹Ibidem, p. 176.

⁵⁴²Ibidem, p. 207.

⁵⁴³Idem.

⁵⁴⁴Idem, Ibidem. p.208.

⁵⁴⁵Idem.

⁵⁴⁶Como na obra que representou, categoricamente, a teoria da história dos grandes homens: *On Heroes, Hero-Worship, and the Heroic in History* de Thomas Carlyle, onde o herói é o salvador de sua época. GAY, Peter. op. cit. p. 176/7.

⁵⁴⁷Ibidem, p. 169.

⁵⁴⁸Marx e Tocqueville. Para estes historiadores, o choque de classes, o desenvolvimento de estruturas econômicas e sociais eram os verdadeiros impulsos das transformações históricas. GAY, Peter op. cit. p. 211.

⁵⁴⁹VAINFAS, Ronaldo. (Coord.) “*Biografias e Microbiografias no Império Colonial Português*”. PROJETO PRONEX/FAPERJ/CNPq, 2003, p. 31.

⁵⁵⁰Ibidem.

As modificações de caráter profissionalizante na historiografia motivaram a substituição de uma literatura de celebração (biografias encantadas) por uma crítica (biografias desencantadas).⁵⁵¹ Marly da Silva Motta afirma que, no fim do século XIX, as biografias continuavam a plataforma apropriada para o culto dos heróis e figuravam com equidade, ao lado de outras ricas fontes históricas nacionais, enciclopédias e coleções de documentos para o estudo do passado.⁵⁵² Esta historiadora discute, ainda, as estreitas relações entre o gênero biográfico e a história política, destacando o exercício apologético dos heróis nacionais como um dos pilares do complexo processo de construção da nação, filiado à concepção de história como “*mestra da vida*” e com o uso das biografias como modelos exemplares a serem seguidos. Mesmo um historiador como Leopoldo Von Ranke, que demonstrava excessiva preocupação com a objetividade, estudava o Estado como “*uma entidade viva, ‘um indivíduo’*”.⁵⁵³ Sabina Loriga reforça estas características peculiares relativas à consideração das ações individuais como base da história, principalmente no mundo anglo-saxão e outros países da Europa e, muito apropriadamente, nos fornece uma citação de Gustav Droysen que ilustra a concepção que sublinha a importância dos acontecimentos específicos e dos feitos individuais:

Se designamos por *A* tudo que o homem é, possui e faz, esse *A* é formado de $a + x$, onde *a* representa tudo o que lhe vem dos elementos exteriores, a saber, de seu país, de seu povo, de sua época etc., e o pequenino *x* constitui sua contribuição pessoal, a obra de sua vontade livre. Por menor que seja esse *x*, ele tem um valor infinito [...] Mesmo que as estatísticas mostrem que num determinado país há tantos filhos ilegítimos, mesmo que nessa fórmula, $A = a + x$, o *a* contenha todos os momentos que explicam como, em mil mães, 20, no máximo 30, terão filhos fora do casamento – cada caso tem sua história, cada uma comovente e trágica, e entre essas 20 ou 30 infelizes, será difícil que possamos, mesmo para uma delas, imaginar a explicação de seu caso pelas leis da estatística. Nos remorsos e nas lágrimas de suas noites, cada uma estará profundamente convencida de que, na

⁵⁵¹GAY, Peter. *O coração desvelado: a experiência burguesa da Rainha Vitória a Freud*. Trad. de Sérgio Bath. São Paulo: Companhia das Letras, 1999, p. 211.

⁵⁵²SILVA MOTTA, Marly da. “O Relato biográfico como fonte para a História”. In: *Vidya*. Santa Maria, 19, n. 34, p. 101-122, jul./dez. 2000, p. 108.

⁵⁵³Ibidem.

fórmula $A = a + x$, o minúsculo x tem um peso desmedido, que contém todo o valor moral da pessoa.⁵⁵⁴

A retrospectiva feita até o momento revela o modelo da narrativa biográfica construída numa linha temporal contínua entre o nascimento e a morte, onde lhes são atrelados os eventos que perfazem uma vida individual. José Carlos Reis fez uma síntese, ao mesmo tempo ampla e concisa, na qual apreendeu com clareza as suas características:

Na narração, os eventos, únicos e incomparáveis, eram incluídos em uma continuidade, ganhavam um sentido que lhes vinha do exterior, tinham uma explicação teleológica. A estrutura da narração exigia alguma conceituação, mas que não era jamais explicitada. Os conceitos que sustentavam permaneciam escondidos no interior da finalidade temporal que dava sentido à narração. A estrutura narrativa da história tradicional sintetizava todos os seus pressupostos filosóficos: o progressismo linear e irreversível, que define o epílogo que dá sentido à narração, o seu caráter ‘acontecimental’, que, ‘recolhidos’ dos documentos criticados, ficariam sem sentido se não fossem incluídos em uma ordem narrativa; a história política, diplomática e militar, que é constituída por iniciativas, eventos, decisões, que constituem uma trama que favorece a narração; a disposição ‘objetivista’ do historiador, que recolhe os fatos dos documentos e, imparcialmente, os põe em uma ordem sucessiva, que é dada objetivamente pela cronologia, através da narração. Enfim, a estrutura narrativa da história tradicional significava isto: narrar os eventos políticos, recolhidos nos próprios documentos, em sua ordem cronológica, em sua evolução linear e irreversível, ‘tal como se passaram’.⁵⁵⁵

No início do século XX, as biografias com tal feitio foram rejeitadas. Peter Burke comenta o fato de que, tanto a primeira, quanto a segunda geração dos historiadores franceses

⁵⁵⁴DROYSEN, J. G. 1937. LORIGA, Sabina. « La biographie comme problème ». In.: Jacques Revel (dir) *Jeux d'Échelles: la micro-analyse à l'expérience*, Paris, Seuil/Gallimard, 1996. Tradução em português: REVEL, Jacques. (Org.). *Jogos de escala: a experiência da microanálise*. Rio de Janeiro: Ed. da FGV, 1998, p. 233.

⁵⁵⁵REIS, José Carlos. *Annales: A Renovação da História*. Ouro Preto: Editora UFOP, 1996, p. 45.

da Escola dos *Annales* não levaram a sério a história política e, conseqüentemente, a biografia.⁵⁵⁶ Os historiadores deste grupo, surgido em 1929, combatem a história política tradicional, centrada na atuação dos *grandes homens*; propuseram a colaboração com as ciências humanas menos atentas às ações individuais (especialmente a geografia, a sociologia e a economia); introduziram a noção de *história-problema* e reivindicaram uma *história-total*, preocupada com todos os aspectos do fazer humano. Mas, apesar da refração da biografia enquanto história política e da narrativa a ela associada, a Escola dos *Annales* produziu, durante a primeira metade do século XX, estudos biográficos inspirados em personagens históricos. Este tipo de biografia é da primeira fase dos *Anais*, datada aproximadamente até a Segunda Guerra Mundial e pode ser exemplificado pelas obras biográficas de Lucien Febvre: *Un destin, Martin Luther*, 1928; *Le problème de l'incroyance au XVIe siècle. La religion de Rabelais*, 1942; *Margarida de Navarro*, 1944; livros que, sem serem biografias comuns, utilizaram o procedimento biográfico combinando a erudição e a história-problema. Uma das características dessa produção biográfica é a redução da autonomia dos grandes personagens, inserindo-os no contexto em que viveram, visto aqui como um limite para a livre atuação individual. Nas palavras de Febvre: "(...) o indivíduo é sempre o que sua época e o seu meio permitem". A perspectiva de Lucien Febvre, influenciada pela hermenêutica diltheyana, "dá grande importância à biografia: a época explica o indivíduo e o indivíduo exprime a sua época".⁵⁵⁷

Com a chamada *Era Braudel*, a biografia perdeu seu espaço nos *Annales*. A maioria dos historiadores desse grupo menosprezou suas possibilidades, sendo preteridas em nome dos enfoques macro-estruturais totalizantes. Voltou-se para a história econômica e social, influenciados os historiadores, do ponto de vista teórico, pelo paradigma estruturalista. Esta fase foi marcada pela quantificação, em que qualquer ação humana servia como um dado para a construção de amplas séries estatísticas, único meio capaz de captar os movimentos de longa duração. Imbuídos deste espírito, Pierre Chaunu e Le Roy Ladurie proclamaram a morte da biografia. Fernand Braudel, por sua vez, não a elimina, considerando-a constituidora do vivido, todavia, afirmou:

⁵⁵⁶BURKE, Peter. *A Revolução Francesa na historiografia: a Escola dos Annales, 1929 – 1989*. Trad. de Nilo Odália. São Paulo: UNESP, 1991, p.103.

⁵⁵⁷REIS, José Carlos. op. cit. p. 43.

[...] nós não negamos a realidade dos eventos ou o papel dos indivíduos, o que seria pueril... o problema não consiste em negar o individual sob o pretexto de que ele é contingente, mas de ultrapassá-lo, distinguir nele forças diferentes dele, reagir contra uma história reduzida ao papel dos heróis... não acreditamos no culto de todos estes semideuses... Nós somos contra a orgulhosa frase “os homens fazem a história”. Não, a história faz também os homens e molda seu destino – a história anônima, profunda e silenciosa, cujo imenso e incerto domínio é preciso abordar.⁵⁵⁸

Embora, na obra intitulada *O Mediterrâneo e o mundo mediterrâneo na época de Felipe II*, Fernand Braudel tenha como ponto de referência um grande personagem: o rei da Espanha Felipe II, "o herói é o Mediterrâneo e não Felipe II". O mediterrâneo é o herói coletivo na cena da história mundial. Como nos adverte Paul Ricoeur, há na estruturação da obra de Braudel, analogias “[...] entre o tempo dos indivíduos e das civilizações [que] deve ser preservada: crescimento e declínio, criação e morte, destino [...]”.⁵⁵⁹ Entrevemos esta analogia em trechos da própria obra de Fernand Braudel: “*O Mediterrâneo é tal como o fazem os homens, a roda do seu destino fixa o deles, amplia e restringe seu campo*”.⁵⁶⁰ Concebe cada momento histórico como a combinação de vários tempos, cada um dos quais se desenrola segundo ritmos e numa escala espacial que lhe são próprios. Portanto, a explicação histórica resultará de um processo de identificação e de desencaixe dessas temporalidades uma das outras, embora não explicita sua duração. O encargo de reduzir a complexidade do momento histórico isolando seus componentes temporais cabe à técnica estatística; a preocupação com o realismo histórico, a primazia do *corpus* arquivístico que oferece a evidência de suas séries e a majoritária ausência de familiaridade com toda forma de raciocínio probabilista explicam, talvez, uma atitude epistemológica que vê na busca da exaustividade o meio de cumprir o programa da história total.¹⁰ Paul Ricoeur questiona o porquê de Braudel, querendo contar a história do Mediterrâneo, escrever e terminar a obra com “*páginas suntuosas sobre a morte de Felipe II a 13 de setembro de 1598?*”.⁵⁶¹ Ao que responde, comentando que esta morte não era um grande acontecimento, do ponto de vista da

⁵⁵⁸BRAUDEL, F. 1969. Apud REIS, José Carlos. op. cit. p. 109.

⁵⁵⁹REIS, José Carlos. op. cit. p. 114.

⁵⁶⁰BRAUDEL, Fernand. (1976). Apud RICOEUR, Paul. *Tempo e Narrativa*. Trad. de Constança Marcondes César. Campinas: Papirus, 1994, tomo I, p. 298.

⁵⁶¹RICOEUR, Paul. *Tempo e Narrativa*. Trad. de Constança Marcondes César. Campinas: Papirus, 1994, tomo I, p. 304.

história do Mediterrâneo, mas tinha o significado de um acontecimento de “primeira grandeza” para todos os protagonistas. Mesmo que, no âmbito da estruturação da obra de Braudel, a morte que revela um destino individual não se inscreva na trama da explicação, mesmo que, Braudel marque uma distância entre a história biográfica e a história das estruturas, sem esta referência, não saberíamos que a história é humana: “*Por si só Felipe era a súmula desse império, das suas forças e das suas fraquezas.*”⁵⁶²

Todavia, somente após a Primeira Guerra Mundial, é que as relações entre biografia e a História entram na pauta do debate historiográfico.⁵⁶³ Philippe Levillain aponta o fim dos anos 70 como o período do florescimento da biografia na França, mas adverte-nos de sua reabilitação na Universidade francesa ter acontecido já nos anos 60.⁵⁶⁴ Se, em 1974, na obra *Fazer a História*, Jacques Le Goff denuncia a insuficiência metodológica e científica dos vulgarizadores e “*escrevinhadores de historietas*”, referindo-se àqueles que escreveram biografias sintonizadas a “*um mercado condicionado às regras da sedução*”, em 1981 faz declarações atenuantes a esta posição inicial quanto às biografias, afirmando sua prática no âmbito da Escola dos *Annales*. A coleção francesa intitulada *Archives*, série dos anos 1970⁵⁶⁵, estava dirigida para a publicação de fontes sobre casos judiciais célebres ou extravagantes.⁵⁶⁶ É com a Nova História que se dá o renascimento da biografia na historiografia francesa e, não apenas como um retorno ao passado, mas uma nova prática que envolve diferentes razões e que assume formas diferentes. A nova história resgata a biografia a partir de uma perspectiva conhecida como “*história-problema*”, assim como investe na revalorização da narrativa.

Na nova história francesa, a volta da biografia associa-se ao retorno da narrativa. Contudo, este retorno não significa a retomada de superados enfoques tradicionais, mas sim a reapropriação de antigos gêneros em função de uma problemática renovada. No que tange à biografia, ela é considerada como uma via para a observação de problemas mais amplos, inserindo-se, assim, na perspectiva da *história-problema* da tradição dos *Annales*. O retorno à

⁵⁶²BRAUDEL, Fernand. 1976. Apud RICOUER, Paul. op. cit. p. 304.

⁵⁶³LEVILLAIN, Philippe. “Os protagonistas: da biografia”. In: RÉMOND, René. *Por uma História Política*. Trad. de Dora Rocha. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1996, p.157.

⁵⁶⁴Entre as 756 Teses de história contemporânea computadas em 1º de outubro de 1966, constata-se que 46 delas eram biografias.

⁵⁶⁵Coleção dirigida por Jacques Revel e Pierre Nora. Publicou mais de 100 livros. Ver REVEL, Jacques. In: *Estudos Históricos*, 1997, p. 3.

⁵⁶⁶Nesta coleção, Michel Foucault publica a obra *Eu, Pierre Rivière...*

história política, pela chamada terceira geração de historiadores franceses agrupados na corrente intitulada Nova História, foi uma reação contra formas de determinismo “*estruturalista braudeliano*” e, especialmente, o “*economicismo marxista*”. No cerne dessas renovações, observa-se a preocupação com a liberdade humana e o interesse por uma escala de análise micro, fundamentada na filosofia do sujeito, que desencadeia o ressurgimento da narrativa e da biografia histórica, fora e dentro dos quadros da historiografia francesa. Dentre as biografias produzidas por esta corrente historiográfica, cito: a do rei da França, S. Luís, 1996 e a de São Francisco, 1999⁵⁶⁷, por Jacques Le Goff; a do burguês Joseph See, por Michel Vovelle; a do artesão parisiense Jean Louis Ménétra, por Daniel Roche; a do desconhecido Louis-François Pinagot, por Alain Corbin, 1998 e a biografia intitulada *Guilherme Marechal ou o melhor cavaleiro do mundo*, 1984, da autoria de Georges Duby. A trajetória deste último expoente da referida corrente contribui para ilustrar a problemática envolvida no resgate da biografia pela Nova História francesa. O historiador Georges Duby realizou seus primeiros trabalhos seguindo a tradição da história econômica e social dos *Annales*; posteriormente, a partir da década de 1960, seus estudos focaram-se no âmbito das mentalidades, das ideologias, da reprodução cultural e do imaginário social. A biografia *Guilherme Marechal ou o melhor cavaleiro do mundo* discorre sobre a vida de um cavaleiro medieval inglês que foi regente do rei da Inglaterra Ricardo III. Ela foi escrita como um romance, sem pausas analíticas e com as citações documentais, não referenciadas, intercaladas com a fala do autor. A narrativa acompanha a vida de Guilherme que, partindo do nada, morreu rico e celebrado como o “*melhor cavaleiro do mundo*”. Sobre o livro, comenta Duby:

[...] eu podia ser acusado de trair o '*espírito dos Annales*'. Eu era, com efeito, o primeiro dentre os epígonos de Marc Bloch e Lucien Febvre a aceitar a escrever a biografia de um 'grande homem'. Mas na realidade não me desviava nem um milímetro de meu percurso. A única modificação - das mais importantes, reconheço - dizia respeito à forma. Eu estava voltando sem rodeios à narrativa. Contava uma história, segundo o fio de um destino

⁵⁶⁷ Ambas lançadas pela Editora Gallimard.

pessoal. Mas continuava atendo-me à história-problema, à história questão. Minha pergunta continuava sendo a mesma: que é a sociedade feudal?⁵⁶⁸

Na Itália, teve destaque, nos anos 70, a coleção intitulada *Microstorie*, publicada pela editora Giulio Einaudi, dirigida, principalmente, para pesquisas biográficas. E, em 1976, quando ainda prevalecia a história serial e quantitativa e a biografia consistia numa tópica provocadora frente às ortodoxias da historiografia, Carlo Ginzburg escreve sua obra *O queijo e os vermes: o cotidiano e as idéias de um moleiro perseguido pela Inquisição*. Mas é nas décadas de 80 e 90 que se assiste a um *boom* das biografias no mercado editorial, chegando a ocupar os primeiros lugares na lista de *best-sellers*, provocando o surgimento, em livrarias e bibliotecas, de seções especializadas. Em 1982, *O retorno de Martin Guerre* é lançado e torna-se um “*best-seller acadêmico*”. Em 1984, a *Encyclopaedia Universalis* fazia, em seu suplemento, sob a rubrica “A biografia hoje”, um inventário segundo o qual, na expressão de seu autor Daniell Madelénat, em alguns anos, havia-se operado a recuperação da biografia e de seu estilo eminentemente narrativo. Em 1985, Peter Gay publica *Freud: uma vida para o nosso tempo*.⁵⁶⁹ Em 1992, na Espanha, Jaimes Contreras lança a obra *Sotos contra Riquelmes*. Peter Burke, historiador inglês, além de publicar a obra biográfica: *A fabricação do rei: a construção da imagem pública de Luís XIV*, 1994, publica também *Veneza e Amsterdã*, recuperando uma tradição de estudos de biografias coletivas das elites (prosopografia), difundidos nas décadas de 1920/30 na Inglaterra e Estados Unidos, quando as biografias coletivas estavam em uso, com destaque para as obras clássicas de Lewis Namier (1929), Robert K. Merton (1938) e Ronald Syme (1939). Acrescenta-se, ainda, nesta tradição, as biografias elaboradas por Andrée Mansuy-Diniz Silva (1979) e de Linda Colley (2002).

A *English Social History* - o grupo contemporâneo de historiadores britânicos de inspiração marxista, constitui-se nos anos 40, congregando historiadores como Eric Hobsbawm, Edward Thompson e Christopher Hill. Esta corrente historiográfica recupera com a biografia a “*dimensão subjetiva dos processos sociais, negligenciada pelas tendências*”

⁵⁶⁸DUBY, Georges. Apud SCHMIDT, Benito Bisso. “O gênero biográfico no campo do conhecimento histórico: trajetória, tendências e impasses atuais e uma proposta de investigação”. In: *ANOS 90*. Revista do Programa de Pós-Graduação em História. UFRGS, Porto Alegre, n. 6, dez. 1996, p.137/8.

⁵⁶⁹Publicado no Brasil em 1989 pela Editora Paz e Terra.

estruturalista do marxismo".⁵⁷⁰ Christopher Hill, um de seus expoentes, escreveu uma biografia, onde se esforça por destacar a importância decisiva da ação de um personagem para a história da Inglaterra, embora sua formação marxista faça com que privilegie a "*inserção classista do personagem*". A obra, intitulada *Oliver Cromwell*, 1988, narra a biografia de Oliver Cromwell, líder da Revolução Inglesa do século XVII, pelo ângulo da história política. Nela, o autor destaca a importância decisiva da ação do personagem para a história da Inglaterra como, por exemplo, na seguinte passagem: "*assim, para o bem ou para o mal, Oliver Cromwell presidiu as grandes decisões que determinaram a futura trajetória da história inglesa e mundial*".⁵⁷¹ Contudo, não deixa de articular a atuação do indivíduo biografado com o contexto no qual esta se realizou. O embasamento marxista de Hill faz com que sua análise privilegie a inserção classista de Cromwell. Assim, este último é considerado como um precursor dos "*grandes plebeus*", ou seja, da burguesia inglesa. Embora haja, em suas características, aproximações com as biografias tradicionais, o seu diferencial é a tentativa constante de relacionar o personagem analisado com o seu contexto, privilegiando-se a ação das classes sociais e os conflitos religiosos.

A Nova História Cultural norte-americana pode ser representada pelos nomes de Lynn Hunt, Natalie Zemon Davis e Robert Darnton. É influenciada tanto pelos antropólogos sociais e historiadores ingleses, quanto pelos historiadores franceses da cultura. Trabalham para além das fronteiras nacionais. Nos últimos anos a influência de Clifford Geertz sobre os trabalhos inspirados pela "descrição densa" foram marcantes. Sobressaindo-se, o de Robert Darnton intitulado *O grande massacre dos gatos e outros episódios da história cultural francesa*, 1986; e o de Natalie Zemon Davis intitulado *O retorno de Martin Guerre*, 1982. Este último, é o estudo de um caso de impostura de uma pequena vila francesa. Este livro, que tem status de *best seller* acadêmico, caracteriza-se, na historiografia contemporânea, por suas potencialidades reflexivas sobre as narrativas historiográficas. Na esfera desta corrente, segundo Peter Burke, estariam os "estudos culturais", seguindo o modelo do Centro de

⁵⁷⁰SCHMIDT, Benito Bisso. "O gênero biográfico no campo do conhecimento histórico: trajetória, tendências e impasses atuais e uma proposta de investigação". In: *ANOS 90*. Revista do Programa de Pós-Graduação em História. UFRGS, Porto Alegre, n. 6, dez. 1996, p. 174.

⁵⁷¹HILL, Christopher. *O eleito de Deus: Oliver Cromwell e a revolução inglesa*. Trad. de Carlos Eugênio Marcondes. São Paulo: Companhia das Letras, 1988, p. 14.

Estudos culturais Contemporâneos, da Universidade de Birmingham, dirigido por Stuart Hall.⁵⁷²

A Psico-história não é exatamente uma corrente, com uma nacionalidade definida. Refere-se, de um modo geral, aos historiadores que, em diversos momentos e em diferentes lugares, buscaram, no instrumental da psicologia e da psicanálise, elementos para explicar as ações humanas na história. A psico-história diz respeito à tendência que busca no instrumental psicanalítico, elementos para explicar as ações humanas na história e tem como meta desvendar os caminhos que ligam a subjetividade individual ao contexto social. A biografia é o seu ponto forte. O maior representante desta tendência é o historiador alemão, atuante nos Estados Unidos, Peter Gay, muito embora não lhe agrade ser classificado como psico-historiador, por considerar que os rótulos são sempre reducionistas. É da psicologia freudiana que vai extrair os elementos para analisar a relação dos indivíduos biografados com os seus contextos:

[...] o historiador traz para a vida sobre a qual está escrevendo, ou para as passagens biográficas que ajusta à sua narrativa ou análise, um comprometimento com o meio social relevante, uma sensibilidade informada e treinada sobre os mundos nos quais o seu objeto viveu.⁵⁷³

Na obra intitulada *Freud: uma vida para nosso tempo*, 1989, Peter Gay utilizou o método psicanalítico para biografar o fundador da psicanálise, Sigmund Freud. Com tal objetivo, analisou os sonhos por ele registrados, as associações de palavras e os atos falhos expressos em cartas pessoais e nos seus tratados científicos. Porém, não limitou a investigação à subjetividade do personagem, mas procurou analisar sua inserção familiar, profissional, cultural, entre outros aspectos. Enfim, é possível constatar que a psico-história, na atualidade, tem como meta fundamental desvendar os caminhos que ligam à subjetividade individual ao contexto social. Para Peter Gay, foi o psicanalista Sigmund Freud quem “construiu as trilhas que ligam a biografia à história a partir de materiais humanos mais

⁵⁷²BURKE, Peter. O que é história cultural? Trad. Sérgio Góes de Paula. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2005, p. 31.

⁵⁷³GAY, Peter. *Freud para historiadores*. 2 ed. Trad. de Osmyr Faria Gabbi Júnior. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989, p. 125.

fundamentais: amor e ódio".⁵⁷⁴ O descortinar da importância das emoções privadas investidas na vida pública é um exemplo das formas providas pela teoria freudiana para o enriquecimento das biografias; a observância da tendência das experiências humanas apresentarem, para além de suas ricas e fascinantes diversidades, padrões temporais de desenvolvimento com semelhanças marcantes um em relação aos outros, todavia, preservando a individualidade de seus membros. Peter Gay usa a teoria psicanalítica como um recurso para a construção da história mental do indivíduo, na qual a experiência cultural ocupa um lugar importante. Excursiona pelo modelo psicanalítico do desenvolvimento humano assinalando o "trabalho da cultura ao longo da trilha da maturação pessoal".⁵⁷⁵ Dito de outra forma, "o historiador lê a cultura através do indivíduo".⁵⁷⁶ Muito embora o historiador Peter Gay tenha utilizado as teorias freudianas para desvendar a vida de seu biografado, não permitiu que estas monopolizassem sua atenção, situando Freud e sua obra nos vários contextos relevantes: o profissional; o da cultura austríaca; o da conjuntura de guerra e da ditadura totalitária da sociedade europeia; o da cultura ocidental.

No Brasil, a popularidade da biografia é comentada pelos historiadores: Benito Schmidt⁵⁷⁷, Magda Ricci⁵⁷⁸, Marly da Silva⁵⁷⁹ e Francisca L. Nogueira de Azevedo.⁵⁸⁰ Os dois mais importantes periódicos especializados do país: a Revista Brasileira de História, da ANPUH, de 1997, número trinta e três, produz um dossiê intitulado *Biografia, Biografias*, inteiramente dedicado ao gênero biográfico, provocando-nos para o debate sobre as formas do feito da biografia histórica no Brasil; assim como a Revista *Estudos Históricos*, número 10, de 1997, da Fundação Getúlio Vargas, também dedica um dossiê aos estudos biográficos, intitulado: indivíduo, biografia, história. O Projeto intitulado: o Quanto em Portugal é o

⁵⁷⁴Ibidem.

⁵⁷⁵Ibidem, p. 131/2.

⁵⁷⁶Ibidem, p. 144.

⁵⁷⁷Realizou ainda, uma pesquisa das biografias produzidas nos cursos de pós-graduação, entre os anos de 1983 e 1996. SCHMIDT, Benito Bisso. "Trajetórias e vivências: as biografias na historiografia do movimento operário brasileiro". In: *Cultura e Trabalho*. Revista do PPGH/DH da PUC-SP. São Paulo, n 16, p. 233 –244, fev. 1998, p. 237; SCHMIDT, Benito Bisso. "A biografia histórica: o 'retorno' do gênero e a noção de 'contexto'". In: GUAZZELLI, C. A. B.; PETERSEN, S. R. F.; SCHMIDT, B. B. et alli (Orgs.) *Questões de Teoria e Metodologia da história*. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 2000, p.121.

⁵⁷⁸Magda Ricci comenta que a biografia insere-se num complexo universo de mudança na forma de se analisar o passado. RICCI, Magda. "Como se faz um vulto na História do Brasil". In: BARCELLOS, César et. Al. *Questões de teoria e metodologia da história*. Porto alegre: Ed. UFRGS, 2000, p.147.

⁵⁷⁹SILVA MOTTA, Marly da. "O Relato biográfico como fonte para a História". In: *Vidya*. Santa Maria, v. 19, n. 34, p. 101-122, jul./dez. 2000.

⁵⁸⁰O artigo *Biografia e Gênero*, 2000, fala-nos das estreitas relações entre a (re)emergência das biografias e o fenômeno do individualismo. AZEVEDO, Francisca L. Nogueira de. Biografia e gênero. In: BARCELLOS, César et. Al. *Questões de teoria e metodologia da história*. Porto alegre: Editora universidade/UFRGS, 2000, p. 131-146.

Mundo: Experiências Individuais e Redes de Sociabilidades nas Malhas do Império Português (c. 1500 – c. 1800) desenvolvido pela Companhia das Índias – Núcleo de História Colonial e Ibérica nos Tempos Modernos, coordenado pelo historiador Ronaldo Vainfas⁵⁸¹, uma experiência em vigência, da qual vêm decorrendo frutíferos resultados. Este projeto articula-se em torno de três eixos de investigação: biografias, prosopografias e microbiografias.

Nas duas últimas décadas, têm sido férteis as produções de biografias históricas por historiadores brasileiros, dentre eles, destaque: Maria Odila da Silva Dias, Eduardo Silva, Elciene Azevedo, Glória Kaiser, Kenneth Maxwell, Lia Moritz Schwarcz, Magda Ricci, Dênis de Moraes, Margareth Rago, Laura Maria de Mello e Souza, Nicolau Sevcenko, Francisco Falcon⁵⁸², Evaldo Cabral de Mello, Janaína Amado, José Murilo de Carvalho, Maria Lúcia Garcia Pallares-Burke.⁵⁸³ O historiador Benito Bisso Schmidt⁵⁸⁴ demonstra o interesse dos historiadores e correntes historiográficas pelos estudos biográficos. Inclusive, realizou uma pesquisa das biografias produzidas nos cursos de pós-graduação entre os anos de 1983 e 1996, que sinalizam a recepção acadêmica do tema: listou as obras, entre outras, de: *Outra face do feminismo*: Maria Lacerda de Moura, de Miriam Moreira Leite; *Um Socialismo possível*: a atuação de Antônio Piccarolo em São Paulo, de Alexandre Hecker; *A imagem rebelde*: a trajetória libertária de Avelino Foscolo, 1991), de Regina Horta Duarte; *Laura Brandão*: a invisibilidade feminina na política, 1995), de Maria Elena Bernardes e *Uma reflexão sobre o gênero biográfico*: a trajetória do militante socialista Antônio Guedes Coutinho na perspectiva de sua vida cotidiana (1868 - 1945), de Benito Bisso Schmidt.⁵⁸⁵ Acrescento, ainda, que um expressivo contingente de cientistas sociais defende o uso da biografia.⁵⁸⁶

Os ensaios sobre o gênero biográfico na história também despontam na década de 80, dicionários consagram-lhes verbetes. Artigos de reflexão são publicados na Itália, Suíça e

⁵⁸¹Projeto Pronex/Faperj/CNPq, 2003.

⁵⁸²Francisco Falcon coordenou a coleção: *Os que fazem a história*, 2000 que apresenta títulos biográficos.

⁵⁸³*Gilberto Freyre*: um vitoriano dos trópicos.

⁵⁸⁴SCHMIDT, Benito Bisso. Ver suas produções intelectuais já citadas, referentes aos anos de 1996, p.166 e 1998, p.233.

⁵⁸⁵SCHMIDT, Benito Bisso. “Trajetórias e vivências: as biografias na historiografia do movimento operário brasileiro”. In: *Cultura e Trabalho*. Revista do PPGH/DH da PUC-SP. São Paulo, n 16, p. 233 –244, fev. 1998, p. 237.

⁵⁸⁶Aspásia Camargo o utiliza para estudos da elite política brasileira; Miriam Goldemberg discute sua importância no artigo *O método biográfico em Ciências Sociais*, 1997, Maria Isaura P. de Queiroz, no artigo *Variações sobre a técnica de gravador no resgate da informação viva*, confirma sua utilidade como material de análise e estabelece semelhanças e diferenças com as histórias de vida.

Alemanha. Organizam-se seminários sobre o tema: a Associação de História do Presente, em 1985, realiza o seminário: *Problèmes des méthodes de la biographie*; em Milão, realiza-se em 1983 o seminário intitulado: *Biografia e Historiografia*; no Brasil, em 1998, o XXII Encontro Anual da ANPOCS, em Caxambu, Minas Gerais, garantiu um espaço específico para o GT "Biografia e memória social". O Seminário: *Questões de Teoria e Metodologia da História* foi organizado pelo Setor de Teoria e Metodologia da História do Departamento de História e, com o apoio do programa de Pós-Graduação em História da UFRGS, em junho de 1999, dedicou uma de suas unidades de trabalho ao debate sobre biografias históricas; Em 2002, a Universidade do Estado do Rio de Janeiro acolheu a reunião bienal da ANPUH-RJ, cujo tema foi *Histórias e Biografias*, que contou com mais de 500 inscritos, cujo conjunto sistematizado *on-line* da produção resultante, ultrapassou 2000 páginas, demonstrando a "pujança da produção"⁵⁸⁷ dos historiadores. Em 2004, realizou-se o I congresso Internacional sobre Pesquisa Auto(Biográfica) – I CIPA, entre os dias 8 a 11 de setembro de 2004, PUCRS, em Porto Alegre e o II CIPA, realizar-se-á, entre os dias 8 a 11 de setembro de 2006, na cidade de Salvador.

Estas tantas evidências apontam para o lugar central que as biografias ocupam entre as preocupações dos historiadores⁵⁸⁸, sobretudo entre os micro-historiadores. Ela tornou-se um objeto privilegiado de estudos no âmbito da corrente historiográfica Micro-História e de experimentação da escritura micro-analítica. Portanto, será a seguir, particularizada, a fim de apontar os parâmetros que lhas informam: epistemológicos, metodológicos, literários e políticos, esmiuçando-lhes as imbricações.

⁵⁸⁷ Expressão utilizada pela coordenadora geral do evento, Tânia Maria Tavares Bessone. (IFCH). Disponível em: <http://www.uff.br/ichf/anpuhrj/Anais/2002/menu2002.htm>

⁵⁸⁸ LEVI, Giovanni. Usos da biografia. In: FERREIRA, Marieta de Moraes. & AMADO, Janaína. *Usos e abusos da História Oral*. 3 ed. Rio de Janeiro: Ed. da FGV, 2000, p.167.

2 - Micro-história e biografias

Pressupomos que as instâncias da operação historiográfica: um lugar social, práticas científicas e uma escrita, nos termos concebidos por Michel de Certeau⁵⁸⁹, não são incompatíveis com as reflexões e considerações dos historiadores da micro-história. Veja-se a posição de Carlo Ginzburg, declarada em 1979, no artigo intitulado “O nome e o como – Troca desigual no mercado historiográfico” comentando, a emergência, na Itália, “*de novas tendências na investigação*”, ao proclamar que a emergência da micro-história pode ser explicada por motivos quer “*inerentes à disciplina quer por motivos extra-historiográficos*”. Os motivos extra-historiográficos citados pelo historiador remetem-nos aos fenômenos envolvidos na conjuntura histórica de 1968, descrita no início deste trabalho. E mesmo os motivos “inerentes à disciplina” destacam o quanto certa modalidade de investigação histórica é importante para revelar as particularidades do lugar onde são pensadas e criadas. De forma que as especificidades do lugar são sinalizadas através dos arquivos italianos, definidos por Carlo Ginzburg:

[...] como jazidas preciosas de matérias-primas não exploradas. [...] Pensamos que as pesquisas micro-históricas constituem, hoje, a via mais adequada para desfrutar esta extraordinária acumulação de matéria-prima. Mais adequada e mais acessível também a métodos artesanais de exploração.⁵⁹⁰

As práticas científicas, por sua vez, são sinalizadas pelas resistências subjetivadas, associadas a uma tradição cultural idealista, influência quase que dominante herdada de Benedetto Croce; pela ausência de uma avançada estrutura de investigação que comporte investimentos financeiros de grande porte e equipes de pesquisadores e pelo desacordo dos historiadores para com os parâmetros quantitativistas da história serial e com seus motivos desencadeados pelos processos macro-históricos ocorrentes, que deixam à margem “os

⁵⁸⁹CERTEAU, Michel de. *A escrita da história*. Trad. de Maria de Lourdes Menezes, rev. tec. de Arno Vogel. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1982.

⁵⁹⁰GINZBURG, Carlo; CASTELNUEVO, Enrico; PONI, Carlo. “Provas e possibilidades à margem de ‘Il ritorno de Martin Guerre’” de Natalie Zemon Davis. In: *A micro-história e outros ensaios*. Trad. de Antônio Narino. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989, p. 178.

problemas cotidianos da sobrevivência”.⁵⁹¹ Finalmente, uma escrita da história à moda do velho historicismo, com a prevalência de temas ligados a história nacional como *framework*, o quadro geral e homogeneizador, uma leitura social muito genérica que deixava de fora o singular e o acidental. Diante deste quadro, as instâncias da operação historiográfica na Itália, prevaletentes nas décadas de 50 e 60, urgiam, nos anos de 1970, reflexões e mudanças de padrões mais adaptáveis às contingências, seja por motivos extra-historiográficos, seja por motivos inerentes à disciplina, como foram acima expostos.

O historiador Giovanni Levi faz uma avaliação convergente ao apontar uma origem política para a micro-história, pois que, segundo ele, emerge da crítica à leitura social da esquerda nos meados da década de 1970 e durante os anos 1980, sobre as solidariedades automáticas, ou seja, a suposição do automatismo da mudança social previsto pelos modelos marxista e funcionalista, cujo aparato conceitual “*foi sobrecarregado por uma carga de positivismo herdado*”.⁵⁹² Os micro-historiadores assinalavam que a realidade social era muito mais complexa do que a esquerda imaginava. Neste sentido, a micro-história revela-se como uma crítica da prática historiográfica, que buscava discutir a complexidade da realidade social:

*En los años 70, cuando era militante político percibí, junto con otras personas, que había una lectura social muy genérica. En el caso de las solidariedades sociales, se tenía percepción, por ejemplo, que los obreros eran de izquierda, lo que no es necesariamente cierto. El problema era ver si los conceptos un poco automáticos de las solidariedades sociales que se utilizaban debían ser modificados a través de otras formas de análisis. Para mí, el nacimiento de la microhistoria es científico e político al mismo tiempo.*⁵⁹³

De forma que, a micro-história inicia-se como um projeto oriundo das questões e proposições formuladas por um grupo de historiadores italianos: “*al principio éramos y*

⁵⁹¹Ibidem, p.171.

⁵⁹²LEVI, Giovanni. “Sobre a micro-história”. In: BURKE, Peter (Org.). *A escrita da história: novas perspectivas*. São Paulo: UNESP, 1992, p. 134 – 161, p.134.

⁵⁹³LEVI, Giovanni. Entrevista concedida a Diego Avendaño. Publicada em Punto. edu. Año 1, número 7. abr. de 2005, sob o título “La guerra es un accidente de la incomprensión humana”.

seguimos siendo unas diez o quince personas".⁵⁹⁴ Dentre eles, os mais conhecidos são: Carlos Ginzburg, Giovanni Levi, Carlo Poni, Eduardo Grendi, Maurizio Gibaudi, Simona Cerrutti, Franco Ramella, Pietro Redondi, Ângelo Ventura, Ernesto Galli Della Loggia, Raffaele Romanelli. Estavam ligados à revista *Quaderni Storici*, publicada pela editora Il Mulino de Bolonha, a partir de 1970⁵⁹⁵, e da coleção intitulada *Microstorie*,⁵⁹⁶ publicada pela editora Giulio Einaudi, em Turim, a partir de 1981. Costuma-se associar este grupo de historiadores italianos a uma herdada vitalidade circunscrita em torno de uma resistência política relacionadas a uma esquerda intelectual antifascista, que tinha como espaço de coesão a editora Giulio Einaudi, de Turim.

Jacques Revel⁵⁹⁷ reforça a assertiva de Giovanni Levi, ao ponderar que se deve evitar dar uma versão simplificada e unívoca da origem da micro-história, devido à “ausência, praticamente, de um programa unificado e articulado que desde o início desse à micro-história o estatuto de uma proposição alternativa e a legitimidade de uma escola [...]”.⁵⁹⁸ Segundo este historiador, a micro-história foi uma experiência de trabalho, realizada por historiadores que tinham sensibilidades e trajetórias próximas, mas cujos projetos, referências e áreas se diferenciavam. Trata-se, para ele, de “experiências heterogêneas de pesquisa”, de uma “gama aberta de leituras”⁵⁹⁹, com um caráter extremamente empírico de abordagem. Considera, ainda, que tais características explicam a inexistência de um texto fundador, um mapa teórico, um corpo de proposições unificadas, uma escola, uma disciplina

⁵⁹⁴Giovanni Levi, em entrevista. Ver: MARÍN, Juan José. “Entrevista a Giovanni Levi”. In: *Revista de Historia*. n. 41, enero – junio, 2000. EUNA-EUCR. Heredia: Costa Rica, 1999, p. 131-148. Disponível em: <http://historia.fcs.urc.ac.cr/mo-his/e-levi-coshtm>

⁵⁹⁵Nasce em Ancona, na Itália com o nome de *Quaderni Storici delle Marche*. Teve seu primeiro número impresso em 1966, sob a direção de Alberto Caracciolo. Passou a ocupar um lugar importante entre as publicações de história na Itália. Em 1970, em uma nova fase, passa a chamar-se de *Quaderni Storici* e a contar com novos colaboradores, ou seja, o grupo que será identificado como de micro-historiadores. É também a partir de 1970 que começam a aparecer, dentre as temáticas e problemas abordados, os primeiros elementos que, mais tarde, irão compor o debate em torno da micro-história. Ver a minuciosa pesquisa empreendida por Henrique Espada Lima, 1999, p. 14-150.

⁵⁹⁶Já não mais existe a Coleção "Microstorie" dirigida por Carlo Ginzburg e Giovanni Levi. Segundo os historiadores Justo Serna e Anacleto Pons: “se cerró a mediados de los noventa y se transfirieron sus obras como fondo parasitario a la mayor y más prestigiosa colección de ensayo de Einaudi ‘Paperbacks’”. SERNA, Justo.; PONS, Anacleto. “El historiador como autor. Éxito y fracaso de la microhistoria”, *Prohistoria*, núm. 3, 1999. Disponible em: <http://www.uv.es/jserna/> Acesso: em 29.12.2005.

⁵⁹⁷Historiador francês, organizador do livro *Jeux d' échelles: la micro-analyse à l' experience*, 1996. Traduzido e publicado no Brasil pela Editora da Fundação Getúlio Vargas, com o título de *Jogos de Escalas: a experiência da micro-análise*, 1998. Fez parte da reunião de fundação da coleção “Microstorie”, em 1980. Em entrevista à *Revista Estudos Históricas*, declarou: “a micro-história faz parte da minha biografia”. Jacques Revel também é responsável pela publicação do livro de Giovanni Levi, *L' Ereditá immateriale*, pela Editora Gallimard, em 1989, com o título de *Lê pouvoir au village*. Ver: 1997, p. 9.

⁵⁹⁸REVEL, Jacques. (Org.). *Jogos de escala: a experiência da micro-análise*. Trad. de Dora Rocha. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1998, p. 9.

⁵⁹⁹No campo da antropologia e história da arte.

autônoma.⁶⁰⁰ Edoardo Grendi aponta para a falta de um projeto global, bases teóricas, homogeneidade de objetos, textos fundadores, ou seja, elementos que poderiam dar à micro-história “*o sentimento de constituir uma escola*”.⁶⁰¹ O historiador Justo Serna e o historiador Anaclét Pons, ambos espanhóis, fazem afirmações neste mesmo sentido:

*Tampoco contamos con textos enciclopédicos que den orden convencional a lo que ya se sabe y del que serían muestra esas investigaciones. Carecemos igualmente de alguna publicación periódica a la que podamos reconocer como portavoz de los avances obtenidos. No existe espacio institucional o académico que permita ser identificado como el recinto de la ortodoxia historiográfica.*⁶⁰²

Contudo, outros historiadores percebem o quanto esta ênfase que se é dada à heterogeneidade das experiências de pesquisa entre micro-historiadores, tem implicado num “verdadeiro desafio” para aqueles pesquisadores preocupados com a escrita da história e que “*procuram ver nos micro-historiadores uma possibilidade de enxergar características de atuação e pressupostos teóricos comuns*”.⁶⁰³ O historiador mexicano Darío Barrera empreende esforços no sentido de re-situar a micro-história em um novo e mais complexo contexto científico. Outro historiador mexicano, Carlos Antonio Aguirre Rojas, trata-a como “*la más importante corriente historiográfica italiana desarrollada en todo o siglo XX, y que es la hoy célebre corriente de la microhistoria italiana*”.⁶⁰⁴ O filósofo e historiador José E. Burucúa, ao se referir a algumas das características da obra de Carlo Ginzburg, situa-a na corrente micro-histórica, veja-se:

Los caracteres o bien la escala temporal de aquellas dos primeras investigaciones que citamos y esta propuesta de una reconstrucción del

⁶⁰⁰REVEL, Jacques. op. cit. p. 16.

⁶⁰¹GRENDI, Eduardo. In: REVEL, Jacques. (Org.). *Jogos de escala: a experiência da micro-análise*. Trad. de Dora Rocha. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1998, p. 252.

⁶⁰²SERNA, Justo.; PONS, Anaclét. “El historiador como autor. Éxito y fracaso de la microhistoria”, *Prohistoria*, núm. 3, 1999. Disponible em: <http://www.uv.es/jserna/> Acesso: em 29.12.2005.

⁶⁰³PESAVENTO, Sandra Jatahy. In: GUAZZELLI, Cesar Augusto Barcellos et al., 2000, p. 210.

⁶⁰⁴ROJAS, Carlos Antonio Aguirre. “El Queso y los Gusanos: um modelo de Historia crítica para el analisis de las culturas subalternas”. *Revista Brasileira de História*. São Paulo, ANPUH /Humanitas Publicações, vol. 23, n. 45, 2003, p. 76.

*pasado a partir de indícios y pequeñas parcelas que sugieren lãs improntas leves de los hechos, han sido dos elementos poderosos para ubicar la obra de Ginzburg em la corriente de la llamada microhistoria, escuela que él mismo contribuyó a fundar junto a Giovanni Levi.*⁶⁰⁵

A historiadora brasileira Sandra Jatahy Pesavento apresenta uma posição concordante ao considerar na micro-história uma “identidade” distintiva das outras modalidades historiográficas, assumindo, em certo momento de seu discurso, uma defesa da “fecundidade desta corrente ou campo de trabalho.” Semelhante posição é a do historiador Ronaldo Vainfas, ao comentar a recusa dos “autores dessa corrente” em admitir a existência de um texto inaugural: “Se for o caso de localizar um “texto fundador” da perspectiva micro-histórica este seria provavelmente o ‘Sinais: raíces de um paradigma indiciário’”. E justifica, referindo-se ao fato de que o próprio Jacques Revel, que tanto insiste no caráter “extremamente empírico da micro-história”, admite, titubeante, que o ensaio *Raíces*, de Carlo Ginzburg, “teve a ambição de fundar um novo paradigma histórico”. Na defesa, não exatamente de um só texto fundador, mas na indicação da existência de um *corpus* epistemológico referencial, acrescento, ainda, os ensaios e obras de Edoardo Grendi, dos anos de 1977 e 1994⁶⁰⁶, de Carlo Ginzburg e Carlo Poni, do ano de 1979, de Carlo Ginzburg, dos anos de 1976 e 1991⁶⁰⁷, o de Giovanni Levi, dos anos de 1985 e 1991, ou seja, escritos provocadores e, indiscutivelmente, definidores de uma “proposta inicial de redução de escala para fazer face a impasses da análise histórica”.⁶⁰⁸ Entretanto, as dúvidas persistem. Veja-se o comentário de Justo Serna e Anaclet Pons:

La consulta de esos textos programáticos - textos que debemos a Edoardo

⁶⁰⁵Em entrevista. In: BURUCÚA, J. E. “Conversacion com Carlo Ginzburg – el largo aliento de la historia”. Casa Latino Americana, 13.07.2003. Disponível em:

<http://www.casla.com.br/casla/noticias/mostranoticia.asp?tit=CONVERSACION+CON+CARLO+GINZBURG+-+El+largo+aliento+de+la+historia>

⁶⁰⁶Segundo Justo Serna e Anaclet Pons, no texto intitulado “Ripensare la microstoria?”, Eduardo Grendi: “se profesa nuevamente seguidor del microanálisis histórico, una etiqueta de menor éxito, un rótulo más modesto, menos enfático, pero una designación que le sirve para subrayar la metadisciplinariedad de la perspectiva (microanálisis), una perspectiva en donde el adjetivo (histórico) alude sólo a una de las formas posibles que adopta un enfoque compartido por diversas ciencias.” SERNA, Justo.; PONS, Anaclet. “El historiador como autor. Éxito y fracaso de la microhistoria”, *Prohistoria*, núm. 3, 1999. Disponible em: <http://www.uv.es/jserna/> Acesso: em 29.12.2005.

⁶⁰⁷Os ensaios intitulados “O nome e o como” e “Raíces” constituem duas racionalizações retrospectivas, de uma investigação que aponta para a uma defesa teórica da micro-análise.

⁶⁰⁸PESAVENTO, Sandra Jatahy. op. cit. p. 217.

Grendi, Carlo Ginzburg y Carlo Poni o Giovanni Levi y que preceden o que coinciden con el nacimiento de "Microstorie", la colección que los amparó - no permitía averiguar si estábamos o no ante una corriente o escuela históricas. Además, en los años sucesivos, la imprecisión no se ha corregido y, lejos de subsanarse la carencia, seguimos sin contar con alguna introducción teórico-sistemática que defina con rigor el "paradigma" con el que se habría dado cobijo a obras muy distintas y de desigual valor.⁶⁰⁹

Discordo. Tendo como pressuposto que as resistências ao enquadramento da micro-história como corrente historiográfica e a adoção de textos fundadores, por parte destes historiadores, estejam datadas. Atualmente, ao fazer a retrospectiva da trajetória histórica da micro-história, ousou, com base em conjecturas de outros tantos historiadores e mesmo na recolha de fragmentos de enunciados dos seus próprios componentes⁶¹⁰, aliás, já citados, pressupor que a micro-história constitui-se numa corrente historiográfica. E, destarte os distintos caminhos trilhados por seus integrantes, a micro-história, ao longo de sua trajetória, seja definida como “*uma prática historiográfica em que suas referências teóricas são variadas e, em certo sentido, ecléticas*”, apresentando formas diferenciadas e elementos comuns, como o faz Giovanni Levi⁶¹¹; ou numa “comunidade de estilo” que encarna uma proposição inovadora de uma escala de observação e análise – “micro”, que provocativamente desafiava a idéia de história-síntese, como a definiu Edoardo Grendi; ou a perspectiva de Carlo Ginzburg e Carlo Poni que a concebem como “*uma nova tendência de investigação*”; ou ainda, como vista por Jacques Revel: “*sintoma historiográfico*”. O que posso constatar, é que a micro-história, através de uma trajetória que envolve mais de três décadas, não apenas formulou novas e singulares interrogações, mas estendeu suas temáticas, elaborou sugestões comuns, criando uma coerência; uma “comunidade de estilo”, que, indubitavelmente, alcançou uma difusão internacional e um lugar importante nos debates historiográficos contemporâneos e nas obras dedicadas às questões epistemológicas do conhecimento histórico, como por exemplo, o seminário realizado em Marselha, em 1992:

⁶⁰⁹SERNA, Justo.; PONS, Anaclét. “El historiador como autor. Éxito y fracaso de la microhistoria”, *Prohistoria*, núm. 3, 1999. Disponible em: <http://www.uv.es/jserna/> Acesso: em 29.12.2005.

⁶¹⁰Edoardo Grendi e Jacques Revel.

⁶¹¹LEVI, Giovanni. In: BURKE, P. (Org.). BURKE, Peter. (Org.). “A história dos acontecimentos e o renascimento da narrativa”. In: *A Escrita da História*. São Paulo: UNESP, 1992, p 133.

[...] em 1991, fui convidado pelo Ministério da Pesquisa e Tecnologia francês para coordenar um pequeno grupo de historiadores, sociólogos e antropólogos encarregados de discutir um tema que formulamos nos seguintes termos: micro/macro. Deixaram-me fazer o que queria. Isso que dizer que me concederam uma pequena verba para organizar um grupo de estudos que ao fim de um ano e meio deveria realizar um seminário. Reuni colegas da École, como Bernard Lepetit, antropólogos, como Alban Bensa, colegas italianos, como Levi, e até mesmo ex-alunos meus, como Simona Cerrutti, Sabina Loriga ou Paul-André Rosental. Éramos dez ao todo. Trabalhávamos com total liberdade, nos reuníamos uma vez por mês e apresentávamos *papers*, discutíamos, fazíamos circular nossos textos também fora do grupo, as pessoas comentavam. Por fim, todo esse material serviu para fazer o seminário, que aconteceu em Marselha em 1992. O seminário foi bem recebido, o pessoal pareceu interessado, e pensamos na possibilidade de fazer um livro a partir dali. Tivemos de trabalhar o material todo, e foi assim que nasceu *Jeux d' échelles*. Isso ocupou a minha vida nos últimos dez anos, ou quase.⁶¹²

O rumo tomado pela micro-história surpreendeu, haja vista a declaração de um de seus integrantes, Giovanni Levi: “*Debo confesar que los resultados de la micro historia son mayores de lo que yo creí en un principio*”.⁶¹³ Observa-se, ainda, que a avaliação realizada por Carlo Ginzburg, em 1979, sobre as trocas desiguais entre a Itália e a França, onde afirma que “*a Itália recebeu mais do que deu*”, não permaneceria imutável, emitindo, inclusive, a convicção de que se estaria, naquela ocasião, “*a entrar numa fase nova, ligada ao aparecimento – em parte ainda embrionário – de novas tendências na investigação.*”⁶¹⁴ Doze anos depois, a considerar o depoimento de Jacques Revel, de fato, as relações não permaneceram imutáveis. Embora lentamente, evoluíram, visto que, além do acima citado Seminário, Arlette Farge, junto com Jacques Revel, trabalhou entre os anos de 1986 e 1988, com esta perspectiva historiográfica, que resultou no livro intitulado: *Logiques de la foule*. E, em 1989, Jacques Revel escreve a introdução chamada “L’ histoire au rãs du sol”, para a

⁶¹²REVEL, Jacques. In: FERREIRA, Marieta de Moraes. “Entrevista com Jacques Revel”. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, n. 19, 1997, p. 10/11.

⁶¹³MARÍN, Juan José. “Entrevista a Giovanni Levi”. In: *Revista de Historia*. n. 41, enero – junio, 2000. EUNA-EUCR. Heredia: Costa Rica, 1999, p. 131-148. Disponível em: <http://historia.fcs.urc.ac.cr/mo-his/e-levi-coshtm>

⁶¹⁴GINZBURG, Carlo. *Micro-história e outros ensaios*. Tradução de António Narino. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1991. (Coleção Memória e Sociedade). Obra de elaboração com Enrico Castelnuovo e Carlo Poni, p. 169.

publicação, em francês, da obra *Le pouvoir au village*, de Giovanni Levi. Além da França, acrescenta-se, ainda, a sua difusão por outros países: Espanha, Finlândia, México, Argentina e Brasil. Obras foram-lhe dedicadas, tais como: a revista argentina *Prohistoria*, em 1998, dedica-lhe um dossiê, intitulado: *La microhistoria em la encrucijada*, que teve uma ampla difusão, reeditada no México, sob o título de *Ensaio sobre a micro-história*, 2002, com adição de novos materiais e recursos. Os “veículos” responsáveis por sua expansão podem ser expressos em nomes como os dos historiadores: Darío Barriera, Anaclét Pons e Julio Sernas, Carlos Antônio Aguirre Rojas, Jaime Contreras, Tomás Mantecón, Angel Rodríguez Sánchez, José Javier Ruiz Ibañez, Matti Peltonen, Bernard Vicent, José E. Burucua.

As repetidas negativas em deixar enquadrá-la numa moldura, por parte de Carlo Ginzburg, insinuam o desagrado para com os “rótulos”, as etiquetas: “*trata-se de mais uma etiqueta*”⁶¹⁵ ou “*Yo no amo las etiquetas. No me identificaria con la etiqueta de ‘microhistoriador’, como usted menciona con justicia.*” Mas, destarte o desinteresse deste historiador por rótulos ou etiquetas, tais como o de micro-historiador, termina por confirmar a avaliação que lhe faz Edoardo Grendi, apontando-lhe a “vocação” para a micro-história:

Pero el encuentro con la microhistoria ha sido muy importante para mi y lo sigue siendo todavía hoy. Uno de mis proyectos, de hecho, consiste en reabrir la discusión sobre la microhistoria de una manera un poco distinta. Es verdad que hay estudios míos que no entran en esta perspectiva. Quisiera decir, sin embargo, que el elemento analítico de la microhistoria no es de por sí incompatible con la idea de dar cuenta de los grandes problemas.

Giovanni Levi, por sua vez, assume ser um historiador experimentador ao evocar sua auto-biografia científica; Carlo Poni não se sente constrangido pela adoção de temáticas que refletem práticas sociais, muito apropriadamente micro-analíticas; e Edoardo Grendi esclarece a sua posição defendendo-a como a “via italiana” para uma história social mais elaborada num contexto particular. Soma-se ainda, a este grupo principal, um outro grupo de

⁶¹⁵Ibidem.

historiadoras, que se mantiveram “*deliberadamente à margem da revista Quardeni Storici*”, mas que foram inspiradas a estudar “*momentos históricos da biografia feminina*”.

Para além dessa intrigante ambigüidade, seja explícita ou implícita nos discursos emitidos por alguns micro-historiadores, não apenas na forma de reticências em assumir a condição de micro-historiador, como, também, na resistência a aceitar a existência, seja de uma univocidade de doutrinas, mais precisamente, a existência de elementos formadores de uma corrente ou de uma escola historiográfica⁶¹⁶, é provável a convergência em torno da sua caracterização como uma prática historiográfica, o que já lhe dá o contorno de uma “identidade” de um “Estilo historiográfico”.⁶¹⁷ Sua marca como *práxis* historiográfica tem como vantagem se independizar das teorias gerais e rígidas que acabam por ser uma espécie de “camisas de força” que terminam por asfixiar as formulações do pensamento. Mas não a faz prescindir de modulações teóricas, muito ao contrário, é o que revela a colocação de Carlo Ginzburg, reivindicando um substancial teor epistemológico para a micro-história:

[...] problemas teóricos importantes a partir desse objeto de pesquisa. Creio que aí está a raiz da questão: a micro-história implica em uma abordagem ao mesmo tempo analítica, centrada em um tema específico, não necessariamente marginal e voltada para discussões teóricas.⁶¹⁸

Considere-se, ainda, sua oposição a um enrijecimento ortodoxo, a lealdade a uma “opção voluntarista” e, sobretudo, o direcionar-se por “*um sentido bastante forte de crítica epistemológica*” que marcou a sua gênese, consoante com a sensibilidade dos anos pós-1968, e que fez a ruptura com um certo modelo dominante de história social. Outrossim, o seu

⁶¹⁶Giovanni Levi, ao compará-la com outras correntes historiográficas, nega a possibilidade de considerá-la como tal: “[...] desde su inicio fue una propuesta de procedimiento de trabajo: Una sugerencia de una práctica de la historia. La escuela de los Annales es muy grande, contiene de todo, es muy difícil de definir. Otro tanto se podría decir de la historiografía marxista británica que posee desde marxistas un poco rígidos como Hill, hasta micro historiadores como E.P. Thompson. De ahí que crea que no podemos compararnos con estos otros movimientos, simplemente porque no son equiparables.” In: MARÍN, Juan José. op. cit. p. 132.

⁶¹⁷Inspirada pela noção de comunidade de estilo de E. Grendi, cujo núcleo unificador consiste na reflexão sobre “a história como prática, apoiada numa exigência teórica forte e preocupada essencialmente com resultados analíticos”. Acresce-se, segundo Levi e Ginzburg, o seu caráter experimental. Ver: REVEL, Jacques. (Org.). *Jogos de escala: a experiência da micro-análise*. Trad. de Dora Rocha. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1998.

⁶¹⁸GINZBURG, Carlo. In: VENANCIO, Renato Pinto. “A História e a Micro-História: uma entrevista com Carlo Ginzburg”. Ouro Preto: *LPH. Revista de História*, 1: 1-6, 1990, p. 3.

caráter pragmático torna-a mutante, no sentido de sempre buscar, em suas explicações, alçar a produção de conceitos novos. Entretanto, esta versatilidade tem limites precisos que são claramente expressos por Giovanni Levi, ao afirmar que a única regra é complexizar a realidade a fim de enriquecê-la e, assim, conseguir uma melhor qualidade analítica e de nossa capacidade de comunicação de seus resultados. Contudo, se lhe ficam abertas às possibilidades de leituras teóricas, nota-se, inclusive, certa convergência em torno de abordagens e temáticas. Observe-se que o “discurso micro-histórico” que entra em circulação, de maneira um tanto informal, em meados da década de 70, possibilitou ao historiador operar com instrumentos oriundos da antropologia social e distanciar-se “*da lógica essencialista das categorias costumeiras do discurso histórico geral, tais como, por exemplo, o Estado, o mercado, a estratificação social, a família.*”⁶¹⁹ É então, da inconformidade com o enfoque de tipo macro-analítico que desponta a abordagem micro-analítica como “*um experimento alternativo*”⁶²⁰, um “*trabalho experimental*”⁶²¹ que, sobretudo, se atribui como tarefa:

[...] explicar a lógica da significação dessas experiências em sua singularidade. Não para ceder novamente à vertigem do individual, quando não do excepcional, mas com a convicção de que essas vidas minúsculas também participam, à sua maneira, da ‘grande’ história da qual elas dão uma versão diferente. Distinta, complexa.⁶²²

Para além dos diferentes feitos e diferenças de sensibilidades que se manifestam, continuamente, no trabalho dos micro-historiadores, a micro-história tem sido reconhecida através de duas modulações, que, aliás, foram classificadas por Giovanni Levi em uma vertente cultural e outra socioeconômica: “*enquanto alguns estudam temas culturais – como Carlo Ginzburg, outros nos dedicamos aos econômicos e sociais.*” Da mesma forma, Edoardo Grendi classifica-a em duas vertentes: a da microanálise histórica da contextualização social e a da contextualização cultural. A micro-análise histórica da contextualização social é marcada pela influência da antropologia e da história anglo-saxã e pelos trabalhos de Frederick Barth,

⁶¹⁹GRENDI, Edoardo. “Repensar a micro-história?”. In: REVEL, Jacques. (Org.). *Jogos de escala: a experiência da micro-análise*. Trad. de Dora Rocha. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1998 p. 252.

⁶²⁰REVEL, Jacques. (Org.). *Jogos de escala: a experiência da micro-análise*. Trad. de Dora Rocha. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1998, p. 11.

⁶²¹LEVI, Giovanni. “Sobre a micro-história”. In: BURKE, Peter (Org.). *A escrita da história: novas perspectivas*. São Paulo: UNESP, 1992, p. 134.

⁶²²Idem.

de Karl Polanyi. É representada por Edoardo Grendi, Giovanni Levi e Carlo Poni, caracterizando-se “*como um laboratório de experiências que possibilitam a reconstrução das redes de relações, comportamentos e identidades individuais e sociais, dos atores envolvidos*”.⁶²³ Esta vertente se interessaria pela reconstrução de redes de relações e pela identificação de escolhas específicas (individuais ou coletivas).⁶²⁴ A da contextualização cultural, empenhada em “*resgatar as representações construídas na história que se expressam por imagens e discursos portadores de significados outros que aqueles que, aparentemente, se dão a ver e ler*”.⁶²⁵

Esta modalidade pode, por exemplo, relacionar segmentos de vida e de experiência a fim de reconstruir a existência histórico-institucional de um determinado grupo social. Por sua vez, esta vertente é representada por Carlo Ginzburg, cujo trabalho “*se inscreve inteiramente no problema histórico e historiográfico das ‘formas culturais’*”.⁶²⁶ Sua trajetória intelectual é eclética, visto que foi agregando influências das historiografias francesa, da neomarxista inglesa e de historiadores e filósofos italianos. Todavia, o historiador Carlo Ginzburg declara enfaticamente:

Entre as pesquisas que tenho em curso, há uma na qual pretendo, entre outras coisas, mostrar, por meio da análise de um caso específico, a inconsistência da oposição entre micro-história social e micro-história cultural.⁶²⁷

⁶²³PESAVENTO, Sandra Jatahy. In: GUAZZELLI, Cesar Augusto Barcellos. et al. op. cit. p. 211.

⁶²⁴Para melhor entender estas trajetórias de pesquisa, leia-se o seguinte trecho: “*Sin duda, que estos referentes pertenecieran al ámbito anglosajón no es extraño si se tiene en cuenta la productiva estancia que este autor disfrutara en la London School of Economics de la posguerra. Este hecho permite entender la línea de investigación que Grendi recorre desde los años sesenta, una línea con objetos variados, una línea que se inicia con la historia del movimiento obrero y, especialmente, con la difusión de la obra de los historiadores marxistas británicos que se ocupaban de ese tema. En una entrevista publicada en 1990, Giovanni Levi le atribuye a Grendi un carácter “inglés”, y esa atribución es algo más que una boutade. Decía Thompson en “The peculiarities of the English” que el mejor idioma de los anglosajones habría sido aquel en el que confluyen históricamente el léxico protestante, el lenguaje individualista, el empirismo y, en definitiva, aquel que se propone abatir los universales. Pues bien, esos atributos son probablemente los mismos con los que se revistió Grendi en (y desde) su temporada londinense, hecho que es aún más llamativo si tenemos en cuenta su procedencia, la de una historiografía en la que el peso del historicismo y del idealismo había sido y seguía siendo muy grande. Quizá por esta razón - quizá por este empirismo en el que se nutrió - es por lo que pueda entenderse mejor el relieve que este autor iba a dar a la noción de contexto, una noción en este caso entendida a la manera de E. P. Thompson.*” SERNA, Justo.; PONS, Analet. “El historiador como autor. Éxito y fracaso de la microhistoria”, *Prohistoria*, núm. 3, 1999. Disponible em: <http://www.uv.es/jserna/> Acesso: em 29.12.2005.

⁶²⁵PESAVENTO, Sandra Jatahy. op. cit. p 210/11.

⁶²⁶Ibidem, p. 224.

⁶²⁷GINZBURG, Carlo. 2004. Prefácio. In: ESPADA LIMA, Henrique. *A micro-história italiana: escalas, indícios e singularidades*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006, p. 9-12.

A opção por configurar um “Estilo historiográfico” deste movimento, sistematizando e condensando seus principais traços epistemológicos, teve como finalidade oferecer um arcabouço que legitime a denominação de corrente historiográfica, significando: “*um grupo de indivíduos que representem idéias, tendências, opiniões, em qualquer ramo do conhecimento ou em coisas da vida prática.*”⁶²⁸. Esse “Estilo historiográfico”⁶²⁹ pode ser sistematizado, sintetizado e descrito em treze teses⁶³⁰: 1 - a redefinição dos pressupostos de análise sócio-histórica; 2 - a redução da escala de observação e análise; 3 - a redefinição da noção de estratégia social: o papel do particular; 4 - a preferência pelo singular ou pelo extraordinário; 5 - a definição específica dos contextos; 6 - a atenção às temporalidades múltiplas; 7 - a imprescindibilidade da polifonia nas representações do passado; 8 - a produção de um conhecimento histórico que tem por característica ímpar sofrer mediações; 9 - a recusa ao relativismo; 10 - a análise baseada no paradigma indiciário; 11 - a utilização de um instrumental variado, heterodoxo; 12 - o estudo da história social e cultural centrada nas classes populares; 13 - a sua predileção pela forma narrativa. A seguir, comento sinteticamente, estes princípios ou postulados⁶³¹, que desenham uma versão cartográfica da micro-história como uma corrente historiográfica aberta, em diálogo constante com postulados oriundos de outras correntes, tendências e movimentos da história intelectual.

Tese n. 1 - *a redefinição dos pressupostos de análise sócio-histórica*. Significa que a análise micro-histórica redimensiona, conceitualmente e metodologicamente, a abordagem histórica, perspectivando um enriquecimento da análise social ao tornar suas variáveis mais numerosas, mais móveis e mais complexas. Numa linguagem sociológica, esta abordagem costuma ser denominada de individualismo metodológico.⁶³² Observe-se que tal abordagem

⁶²⁸BUARQUE, Aurélio de. Novo Dicionário da Língua Portuguesa. 2 ed. ver. e ampli. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1986.

⁶²⁹ Refere-se a formulações comuns: interrogações, temáticas, sugestões, concepções e procedimentos.

⁶³⁰Tendo como referência um conjunto de reflexões dos micro- historiadores: Carlo Ginzburg, Giovanni Levi, Alban Bensa, Bernard Lepetit, Paul-André Rosental, Edoardo Grendi e Jacques Revel.

⁶³¹Não estou a afirmar que estas teses sejam genuinamente micro-históricas, mas que foram sistematizadas pelo debate micro-histórico com a cultura historiográfica contemporânea. Como por exemplo, entrevê-se aquisições oriundas da tradição marxista: Karl Marx, Antônio Gramsci, Paul Thompson (Teses 3 e 12); da crítica literária: Bakhtin (Tese 7); dos Annales: March Bloch e Braudel (Tese 6 e 11); filosofia analítica, literatura, retórica (Tese 13); antropologia (Tese 1, 2, 4, 5, 8); semiótica, psicanálise, história da arte (Tese 10).

⁶³²Para Max Weber, individualismo metodológico significa que “*o ponto de partida da análise sociológica só pode ser dado pela ação de indivíduos e que ela é “individualista” quanto ao método. Isso é inteiramente coerente com a posição sempre sustentada por Weber, de que no estudo dos fenômenos sociais não se pode presumir a existência já dada de estruturas sociais dotadas de um sentido intrínseco; vale dizer, em termos sociológicos, de um sentido independente daqueles que os indivíduos imprimem às suas ações.*” COHN, 1989. In: MONTEIRO, J. C. S. “Weber e o individualismo metodológico”. 3º. Encontro Nacional da ABCP – Associação Brasileira de Ciência Política. UFF, Niterói, 2002. Disponível em:

tem limites, pois que seus recortes individualizados não perdem de vista o conjunto social, a experiência coletiva. São as regras de constituição e de funcionamento do social que, em última instância, constituem o alvo desta abordagem. Sua inovação consiste em descartar o uso de recortes, conceitos, noções, categorias e critérios de classificação pré-construídos de análise social. Propõe uma nova versão da história social e cultural que redefine e reformula a análise sócio-histórica em termos de processo, na qual o historiador retome a linguagem dos atores sociais e faça dela um indício para um trabalho mais amplo de construção de identidades sociais plurais e flexíveis, que, por sua vez, operem através de rede de relações sociais. É exatamente a complexidade e a multiplicidade de variáveis contidas nesse processo que vão exigir um novo campo de observação e conceitualização.⁶³³ O que não significa dizer que a micro-história descarta o uso de conceitos, mas construí-los no decorrer mesmo da prática historiográfica:

A micro-história tentou construir uma conceituação mais fluida, uma classificação menos prejudicial do que constitui o social e o cultural, e um arcabouço de análise que rejeita simplificações, hipóteses dualistas, polarizações, tipologias rígidas e a busca de características típicas.⁶³⁴

Tese n. 2 - *a redução da escala de observação e análise*. Em princípio, significa a escolha de uma escala particular de observação que não implica, necessariamente, em diminuir ou aumentar o tamanho do objeto, mas redimensionar sua forma e sua trama. O que conta é a dinâmica de variação de escala, visto que ela resulta na transformação do conteúdo da representação.⁶³⁵ Segundo Carlo Ginzburg, uma das tarefas da micro-história é fazer uma

<http://64.233.187.104/search?q=cache:hvLLd97hmwsJ:www.cienciapolitica.org.br/encontro/teopol5.2.doc+web+er+e+o+individualismo+metodo+C3%B3gico&hl=pt-BR&gl=br&ct=clnk&cd=1>

⁶³³Ao discutir sobre o constante trabalho de elaboração e redefinição no âmbito da proposta micro-analítica, Jacques Revel faz uma colocação esclarecedora: Trata-se, portanto, de desnaturalizar – ou ao menos de desbanalizar – os mecanismos de agregação e de associação, insistindo nas modalidades relacionais que os tornam possíveis, recuperando as mediações existentes entre ‘a racionalidade individual e a identidade coletiva’. REVEL, Jacques. (Org.). *Jogos de escala: a experiência da micro-análise*. Trad. de Dora Rocha. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1998, p. 25.

⁶³⁴LEVI, Giovanni. In: BURKE, Peter. (Org). *A Escrita da História*. São Paulo: UNESP, 1992, p. 160.

⁶³⁵Observe-se a análise de Ronaldo Vainfas: “o que importa na microbiografia/microhistória é reduzir a escala de observação para tirar todo o partido dos detalhes de um episódio, que rasga o ‘tecido dos dias’ [Farge], para captar, quase como num instantâneo, o vulto de uma personagem, impossível de conhecer de outro modo, em sua condição e papel naquela sociedade. Assim, Chris Wickman explorou as intrigas geradas pelos camponeses da Toscana medieval como forma de resistência às investidas de um mosteiro poderoso; Lisa Jardine e Anthony Grafton acompanharam as notas marginais de um letrado quinhentista para verificar como

“*análise com lupa de fatos circunscritos*”, significa abarcar “os detalhes” que dizem respeito às propriedades de fenômenos individualizados, circunscrevendo-os e remetendo-os às características gerais dos conjuntos nos quais têm lugar. Para Alban Bensa: “*Alcançar esse objetivo implica fornecer-se os meios documentais e metodológicos de vincular um acontecimento histórico singular a sistemas mais abrangentes de dados e de significações.*”⁶³⁶ Giovanni Levi, por sua vez, nos esclarece que o geral não é o genérico ou a generalização, mas “*analizar los funcionamientos y a través de éstos generalizar conclusiones, especialmente para producir preguntas y respuestas que puedan ser comparables en otros contextos.*”⁶³⁷ O mesmo é defendido por Carlo Ginzburg ao afirmar que se deve, em lugar de dar por certa a generalização, voltar a propô-la como um problema.⁶³⁸

Tese n. 3 - *a redefinição da noção de estratégia social: o papel do particular*. Indica o desenvolvimento de uma estratégia de pesquisa que não tenha como base a medição de propriedades abstratas da realidade histórica, mas que tenha como prioridade a integração e articulação do maior número possível destas propriedades. Assim reconstitui-se o vivido, um espaço do possível no conjunto das experiências sociais, em sua máxima complexidade. Na medida em que as análises levam em conta ou priorizam os destinos particulares, em sua pluralidade, tornam viável essa reconstituição “*em função dos recursos próprios de cada indivíduo ou de cada grupo no interior de uma configuração dada*”.⁶³⁹ A história observada “no nível do chão” remete à história de um conjunto social que, aparentemente, se dispersa numa miríade de acontecimentos minúsculos, difíceis de organizar. Cada ator, partícipe de processos, se inscreve em contextos de dimensões e de níveis variáveis, do mais local ao mais global. Uma experiência individual, de um grupo, de um espaço permite perceber uma modulação particular, original e diferente da história global. A micro-história se resguarda, portanto, de uma interpretação global “*a partir de uma massa documental indiferenciada a*

se lia naquela época; Jacques Revel e Arlette Farge retomaram um motim parisiense de 1750, a fim de analisar os comportamentos revoltosos e as representações das autoridades policiais como base das estratégias que adotaram no período; Linda Colley recuperou as vozes de europeus que viveram como cativos no exterior das fronteiras culturais do império inglês. Neste projeto, algo semelhante será buscado com indivíduos como o marabuto Duarte Fernandes, criado del rei D. João III, o jesuíta Manuel de Moraes, que viajou para a Holanda e converteu-se ao calvinismo, o soldado desertor Luiz Gonzaga das Virgens, implicado na inconfidência baiana de 1798, e outros.” VAINFAS, R. Projeto Biografia e Microbiografias no Império Colonial Português. Pronex/Faperj/CNPq.

⁶³⁶BENSA, Alban. “Da micro-história a uma antropologia crítica”. In: REVEL, Jacques. (Org.). *Jogos de escala: a experiência da micro-análise*. Trad. de Dora Rocha. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1998, p. 43.

⁶³⁷LEVI, Giovanni. Entrevista concedida a Juan José Marín. Heredia, Costa Rica, em agosto de 1999.

⁶³⁸Em entrevista. In: BURUCÚA, J. E. op. cit.

⁶³⁹Ibidem, p. 26.

ser modelada ao sabor das teorias".⁶⁴⁰ Ela "esmiúça", "descasca" situações sociais precisas, ou mesmo excepcionais que, tomadas como detalhes, valem "*pela fatia da realidade que revela, pelo peso das circunstâncias e das motivações que suporta, pela compreensão dos contextos aos quais introduz*".⁶⁴¹ Esta postura epistemológica esforça-se para dar à experiência dos atores sociais significação e importância frente à eficácia, anonimidade e inconsciência dos processos macroestruturais, que expressavam os paradigmas científicos dominantes desde o final do século XIX, na pesquisa histórica.⁶⁴²

Tese n. 4 - *a preferência pelo singular ou pelo extraordinário*. Indica uma perspicácia que foi muito bem captada e expressa por Eduardo Grendi, ao usar a expressão: "excepcional normal". Ela remete a dois significados: um deles designa a documentação que, só aparentemente é excepcional, porque proveniente de grupos minoritários, mas cujos processos contêm documentos estereotipados; o outro significado refere-se àqueles documentos que não são estatisticamente frequentes, mas põem em causa velhos paradigmas. São documentos que contêm "pistas", "traços", "espias" e "erros" que perturbam, desordenam a superfície da documentação e nos remetem a níveis mais profundos, invisíveis.

Tese n. 5 - *a definição específica dos contextos*. Remete a um deslocamento da análise para fenômenos de circulação, de negociação, de apropriação em todos os níveis e para a configuração das relações sociais. Significa ultrapassar a lógica majoritária dos aparelhos e a costumeira dicotomia que contrapõe fracos e fortes, dominantes e dominados, devido ao fato de estar "*demasiado ligada às representações que nunca deixaram de ser sugeridas pelas próprias lógicas do poder, que pretendiam ditar até a maneira de se opor a elas*". Ousar ultrapassar os modelos determinísticos e dicotomizados *a priori*. As modalidades funcionalistas⁶⁴³ de uso do contexto subentendem a existência de um contexto

⁶⁴⁰ "Da micro-história a uma antropologia crítica". In: REVEL, Jacques. (Org.). *Jogos de escala: a experiência da micro-análise*. Trad. de Dora Rocha. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1998, p. 45.

⁶⁴¹ Idem.

⁶⁴² Giovanni Levi adverte-nos da existência de pessoas que, com seus atos, possibilitam a explicação de fenômenos de âmbito mais gerais. Sua especificidade nos permite, ao oferecer algo particular, ao mesmo tempo, obter uma descrição total do homem. Muito embora confesse a consciência da artificialidade desta projeção, como operação intelectual de análise da realidade, defende o esforço para tentar alçar uma identificação dos lugares do social, do político, do econômico, do cultural que têm relevância para a compreensão da diversidade do conjunto. MARÍN, Juan José. op. cit. 131.

⁶⁴³ Segundo Jacques Revel, a teoria de contexto mais coerente é a funcionalista, cujo aspecto mais característico talvez seja aquele de se focalizar o contexto para explicar o comportamento social. Para o funcionalismo, importa a normalização de uma forma de comportamento em um sistema coerente que explique aquele comportamento, suas funções e o modo como ele opera. Portanto, a contextualização é um elemento

unificado, homogêneo, “dentro do qual e em função do qual os atores determinariam suas escolhas”.⁶⁴⁴ A micro-história rejeita esse procedimento que parte de um contexto global para situar e interpretar seu objeto e propõe a constituição de uma pluralidade dos contextos necessários à compreensão das múltiplas experiências e representações sociais, que sabemos comportar contradições e ambigüidades. De forma que o trabalho de contextualização múltipla tem como premissa: “em primeiro lugar, que cada ator histórico participa, de maneira próxima ou distante, de processos - e portanto, se inscreve em contextos – de dimensões e de níveis variáveis, do mais local ao mais global.”⁶⁴⁵ Versão que duvida da lógica majoritária do poder e da eficácia global dos seus aparelhos e autoridades, investindo no inventário dos modos como estão “retranscritas, em contextos indefinidamente variáveis e heterogêneos, as injunções do poder.”⁶⁴⁶ Assim é possível obter-se uma configuração diferente das relações possíveis de uma certa cartografia social.

Tese n. 6 – *a atenção às temporalidades múltiplas*. Significa a restituição, por parte dos micro-historiadores, de “um estatuto teórico forte ao acontecimento”, ou seja, a consciência aguda do tempo curto, do tempo presente, todavia, deve-se reconhecer que, em suas formas, estão inscritas temporalidades passadas. Para tanto, se propõe indagar as estruturas invisíveis no interior das quais o vivido se articula. A noção de estrutura com a qual trabalham os micro-historiadores, acentua a característica de sistema, que engloba uma perspectiva bifronte: diacrônica e sincrônica, como bem colocada por Carlo Ginzburg: “na secção transversal de qualquer presente encontramos também as incrustações de numerosos passados, de espessura temporal diferente, que podem remeter a um contexto espacial muito mais extenso”.⁶⁴⁷ Alban Bensa discute como os estudos micro-históricos articulam e, ao mesmo tempo, dão visibilidade às diversas temporalidades:

funcionalista, seja em seu uso retórico, quando o contexto é apresentado no início do estudo para produzir um efeito de realidade em torno do objeto da pesquisa, seja argumentativo, quando o contexto apresenta as condições gerais que abrigam uma realidade particular, seja interpretativo, quando o contexto oferece razões gerais que permitem explicar situações particulares. REVEL, Jacques. (Org.). *Jogos de escala: a experiência da micro-análise*. Trad. de Dora Rocha. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1998, p. 27.

⁶⁴⁴Idem.

⁶⁴⁵Ibidem, p. 28.

⁶⁴⁶Ibidem, p. 29.

⁶⁴⁷GINZBURG, C.; CASTELNUEVO, Enrico.; PONI, Carlo. *Micro-história e outros ensaios*. Tradução de Antônio Narino. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1991, p. 34.

[...] nos dão uma consciência aguda do tempo curto, aquele que os homens acionam efetivamente em suas vidas. Em troca, é também o peso do tempo longo que é desvendado, porque muitas das formas que os atores integram ao seu próprio presente se encontram em outras épocas e mesmo em outros lugares. [...] Os micro-historiadores se recusam a considerar que um domine o outro. Eles tentam não opor morfologia e história, procuram vincular aquilo que a distância e a descontinuidade da informação nos fazer parecer inscrito na mesma temporalidade a instituições historicamente comprovadas. Simultaneamente, ‘o caráter concreto superficial do acontecimento’ é inserido em sua duração própria.

Tese n. 7 - *a imprescindibilidade da polifonia nas representações do passado*. O historiador, destarte pesar sobre ele, em seu ofício, a sua própria condição humana, foi/é preparado para vislumbrar além dos constrangimentos pessoais e sociais, pois seu trabalho requer um constante diálogo com portadores de subjetividades de temporalidades diversas. A construção do fato histórico tanto mais será abrangente quanto mais, na investigação, o historiador for capaz de escutar a polifonia de vozes inscrita nas sociedades que estuda e na sociedade em que vive. A intersubjetividade necessária à produção do conhecimento histórico requer um sair de si, embora, neste distanciamento, o historiador não se retire de si mesmo completamente. Nem possa fazê-lo. Ele faz uso também da heteroglossia, definida como vozes “variadas e opostas”, com sua óbvia subjetividade.

Tese n. 8 – *a produção de um conhecimento histórico que tem por característica ímpar sofrer mediações*. O historiador, enquanto intelectual, se constitui como mediador. A historiadora Rosa Maria Godoy Silveira discorre, de maneira preciosa, sobre o fenômeno da mediação como uma relação entre coisas, conhecimentos e pessoas, sobre sua conotação intencional, de interferência ou diligência. Os historiadores como mediadores seriam portadores de códigos de ordenamento entre o acontecimento e a realidade e são também sujeitos de comunicação. A mediação do historiador “*se dá com o conhecimento sobre as experiências vividas no tempo, constituindo o historiador como sujeito do Conhecimento Histórico*”.⁶⁴⁸ O que envolve implicações éticas, tais como: fixar visões estabilizadoras de mundo ou provocar reflexões e abrir possibilidades.

⁶⁴⁸SILVEIRA, Rosa Maria Godoy. “*História e ensino: acontecimento e narrativa, acontecimentos e narrativas*”. Conferência apresentada no XXII Simpósio Nacional de História, João Pessoa – PB, jul. 2003. 01 CD-ROM.

Tese n. 9 – *a recusa ao relativismo*. Indica uma rejeição a um relativismo absoluto que limite as “*possibilidades de conhecer a realidade, com o resultado de nos tornamos enredados em um jogo infinito e gratuito de interpretar as interpretações.*”⁶⁴⁹ Giovanni Levi considera o perigo de se perder a visão da natureza socialmente diferenciada dos significados simbólicos e, conseqüentemente, de sua qualidade, em parte ambígua. Isso leva, também, ao problema de se definirem as diferentes formas de funcionamento da racionalidade humana dentro do contexto de situações específicas:

Acredito ser necessário tentar medir e formalizar os mecanismos de racionalidade limitada – uma racionalidade limitada em que a localização de seus limites varia com as várias formas de acesso à informação – para permitir um entendimento das diferenças existentes nas culturas dos indivíduos, grupos e sociedades em várias épocas e locais.⁶⁵⁰

Tese n. 10 - *a análise baseada no paradigma indiciário*. Carlo Ginzburg funda um novo paradigma histórico no ensaio intitulado: *Sinais: raízes de um paradigma indiciário*, publicado em 1978, considerado texto fundador da micro-história, ao recuperar as raízes do paradigma indiciário.⁶⁵¹ Ginzburg remonta aos caçadores mesopotâmicos, aos textos divinatórios mesopotâmicos redigidos a partir do terceiro milênio a.C. discorrendo sobre seu patrimônio cognoscitivo que envolve as qualidades: do farejar, registrar, interpretar e classificar pistas infinitesimais, permitindo-lhes a reconstrução das “*formas e movimentos das presas invisíveis pelas pegadas na lama, ramos quebrados, bolotas de esterco, tufo de pêlos, plumas emaranhadas, odores estagnados*”. Este saber venatório, segundo Ginzburg, “*caracteriza-se pela capacidade de, a partir de dados aparentemente negligenciáveis,*

⁶⁴⁹LEVI, Giovanni. In: BURKE, Peter. (Org). *A Escrita da História*. São Paulo: UNESP, 1992, p. 148.

⁶⁵⁰Ibidem, p. 150.

⁶⁵¹Peter Burke localiza esta tradição, ou seja, o uso de “pequenas pistas”, “algo pequeno como uma frase ou um chiste”, na biografia de Alexandre o Grande, de Plutarco, O historiador inglês destaca, ainda, a ênfase dispensada por Montaigne “*aos gestos aparentemente banais como pistas sobre a personalidade*”. E Sabina Loriga detecta elementos importantes na obra de Hyppolyte Taine, em 1878, cuja tendência inclinava-se em procurar “*fatos minúsculos*”. No século XX, algumas dessas intuições foram retomadas pelos historiadores prosopógrafos, como por exemplo: Lewis Namier, que procurou descobrir a verdade objetiva por meio de uma espécie de *pontilhismo*. Embora tomando um outro percurso, Carlo Ginzburg fez um exercício de recuperação desta tradição a fim de fundar um novo paradigma histórico no ensaio intitulado: “*Sinais: raízes de um paradigma indiciário*”, publicado em 1978, considerado texto fundador da micro-história. Neste ensaio, ele trata da importância que um detalhe pode levar o historiador a fazer importantes descobertas, a exemplo de um detetive. BURKE, Peter. 1997, p. 7; LORIGA, Sabina. 1998, p. 241; GINZBURG, Carlo. 1989, p. 143-179.

remontar a uma realidade complexa”, nem sempre experimentável diretamente. Localiza-o nas narrativas de fábulas orientais, na Grécia, século XVI, e, sobretudo, no final do século XIX, na década de 1870-80, quando começou a se afirmar, nas ciências humanas, um paradigma indiciário baseado na semiótica médica, onde se entrevê os métodos de Giovanni Morelli (historiador da arte); Arthur Conan Doyle (escritor) e Sigmund Freud (psicanalista).⁶⁵² O 'método morelliano', popularizado entre os historiadores da arte, preocupava-se com a indispensabilidade da distinção entre os originais e as cópias. Para isto, não se baseavam nas características mais vistosas, notáveis, *"facilmente imitáveis"*, mas pelo contrário, detinham-se a *"examinar os pormenores mais negligenciáveis, e menos influenciados pelas características da escola a que o pintor pertencia: os lóbulos das orelhas, as unhas, as formas dos dedos das mãos e dos pés"*.⁶⁵³ Tal método foi comparado àquele atribuído a Sherlock Holmes pelo seu criador Arthur Conan Doyle, *"baseado em indícios imperceptíveis para a maioria: pegadas na lama, cinzas de cigarro etc"*.⁶⁵⁴ O mesmo paralelismo é notado nas palavras do fundador da psicanálise Sigmund Freud: *"Creio que o seu método está estreitamente aparentado à técnica da psicanálise médica."*⁶⁵⁵

A analogia entre os três casos revela uma perspicácia metodológica com relação à possibilidade de captação de uma realidade mais profunda através de pistas infinitesimais, de sintomas, indícios ou signos pictóricos. Resoluto na busca das raízes do método semiótico, esse vasto território do saber conjectural é resgatado por Ginzburg, ao explicar historicamente como aparece essa *"constelação de disciplinas centradas na decifração de signos de vários tipos, dos sintomas às escritas"*; e localiza no século XVII, a emergência das origens indiciárias da historiografia, que jaziam ocultas durante séculos, sob a responsabilidade do conhecimento antiquário, para enfim, proclamar que, a "estratégia cognoscitiva da história, assim como seus códigos expressivos permanecem intrinsecamente individualizantes". Neste momento, esclarece a analogia entre o historiador e o médico, visto que, "o conhecimento histórico é indireto, indiciário, conjectural". Em que pese a subsunção do pensamento indiciário ao pensamento sistemático que prevaleceu até finais do século XIX, nas dobras, seja do sacrifício do conhecimento do elemento individual à generalização, ao apagamento

⁶⁵²Todos tinham em comum a formação médica.

⁶⁵³GINZBURG, Carlo. *Mitos, emblemas, sinais: morfologia e história*. Trad. de Federico Carotti. São Paulo: Companhia das Letras, 1989, p. 144.

⁶⁵⁴Ibidem, p. 145.

⁶⁵⁵Esta também tem por hábito penetrar em coisas concretas e ocultas através de elementos pouco notados ou despercebidos, dos detritos ou 'refugos' da nossa observação. FREUD, Sigmund. Apud GINZBURG, Carlo. op. cit. p.147.

das diferenças frente às semelhanças, das probabilidades às formulações matemáticas rigorosas, do saber indiciário às apropriações e codificações enciclopedistas, ocorre, graças à literatura de imaginação, a irrupção de um novo destino para o paradigma indiciário: o romance policial, as “fisiognomias”, a frenologia, a paleontologia e a própria medicina. Ainda que usado para:

[...] elaborar formas de controle social sempre mais sutis e minuciosas pode se converter num instrumento para dissolver as névoas da ideologia que, cada vez mais, obscurecem uma estrutura social como a do capitalismo maduro. Se as pretensões de conhecimento sistemático mostram-se cada vez mais como veleidades, nem por isso a idéia de totalidade deve ser abandonada. Pelo contrário: a existência de uma profunda conexão que explica os fenômenos superficiais é reforçada no próprio momento em que se afirma que um conhecimento direto de tal conexão não é possível. Se a realidade é opaca, existem zonas privilegiadas - sinais, indícios - que permitem decifrá-la.⁶⁵⁶

Essa idéia, que *“penetrou nos mais variados âmbitos cognoscitivos, modelando profundamente as ciências humanas”*, inspira o autor a uma investigação detetivesca, a fazer importantes descobertas historiográficas a partir de detalhes aparentemente negligenciáveis. Neste ensaio, Ginzburg elege a pesquisa de indícios, incluindo seus elementos imponderáveis (o jogo, o faro, o golpe de vista, a intuição, o acaso) como método da prática historiográfica, e reconhece a legitimidade das particularidades como objeto da história. Aplica-o para o estudo de fontes documentais primárias e das fontes secundárias referentes ao moleiro Menocchio, que resultou na elaboração da narrativa biográfica de *O Queijo e os Vermes*.

O paradigma indiciário abriu caminho para a pesquisa micro-analítica. Carlo Ginzburg, ao elege a pesquisa de indícios como método da prática historiográfica, faz reconhecer a legitimidade das particularidades como objeto da história. Inclusive, considerando o ecletismo teórico dos micro-historiadores, segundo Giovanni Levi, o que os

⁶⁵⁶GINZBURG, *Mitos, emblemas, sinais: morfologia e história*. Trad. de Federico Carotti. São Paulo: Companhia das Letras, 1989, p. 177.

aglutina é a identidade metodológica da pesquisa - detalhada, microscópica. Carlo Ginzburg, "*em uma linguagem distante dos cânones historiográficos*"⁶⁵⁷, apresenta o trabalho do historiador como um pesquisador de evidências periféricas, aparentemente banais, incertas, porém capazes, se reunidas em uma trama lógica, de reconstruir a estrutura e dinâmica de seus objetos; assim como recuperar a competente pesquisa de fontes e a argúcia de estabelecer as correspondências entre traços secundários e, aparentemente, irrelevantes, na busca de solução de um problema.

Tese n. 11 - *a utilização de um instrumental variado, heterodoxo*. A trajetória intelectual da micro-história tem sido urdida na interdisciplinaridade da história com a filosofia, antropologia, sociologia, crítica literária, história da arte, psicanálise e ciência política, a semiótica e filologia, para a construção de sua prática. A antropologia, por exemplo, ofereceu, além de uma série de temas, um quadro conceitual importante e profícuo. Essa aproximação da perspectiva histórica da antropológica é inspiradora: quando os antropólogos estudam sociedades específicas que, aparentemente, não se justificam como objeto de pesquisa, o que lhes interessa é "*a possibilidade de abordar minuciosamente e teoricamente a sociedade em questão*."⁶⁵⁸ Entretanto, como o fez Evans-Pritchard, aliam o enfoque micro a questões comuns ao debate internacional a respeito do tema investigado. Essa perspectiva está tornando-se comum entre os historiadores.

Tese n. 12 - *o estudo da história social e cultural centrada nas classes populares*. A micro-história toma como objeto de estudo a cultura das classes subalternas⁶⁵⁹ e cuja propriedade permite entender melhor a utilização das fontes documentais ou, como diria Carlo Ginzburg, a documentação que expressa as relações de força entre as classes de uma sociedade determinada e que pode ser verificado através do silenciamento ou da deformação das culturas subalternas. A proposta torna-se mais significativa por ter como objetivo ir além das relações de exterioridade tomando-as apenas como 'um objeto de estudo' e, através de um procedimento dialógico, reconstruí-la desde seu próprio ponto de vista.⁶⁶⁰ Nesse sentido,

⁶⁵⁷VAINFAS, Ronaldo. *Os protagonistas anônimos da História: micro-história*. Rio de Janeiro: Campus, 2002, p. 109.

⁶⁵⁸VENANCIO, Renato Pinto. "A História e a Micro-História: uma entrevista com Carlo Ginzburg". Ouro Preto: *LPH. Revista de História*, 1: 1-6, 1990, p. 4/5.

⁶⁵⁹Termo de inspiração gramsciana.

⁶⁶⁰ROJAS, Carlos Antonio Aguirre. "El Queso y los Gusanos: um modelo de Historia crítica para el analisis de las culturas subalternas". *Revista Brasileira de História*. São Paulo, ANPUH /Humanitas Publicações, vol. 23, n. 45, 2003, p. 178.

podemos considerar que a perspectiva de uma “história vista de baixo”, partindo do nome próprio no emaranhado das fontes, dedicava-se à reconstituição do vivido, impensável, segundo Carlo Ginzburg, noutros tipo de historiografia, pode ser efetuada pela micro-história, definida, então, como “ciência do vivido”.⁶⁶¹

Tese n. 13 – *a sua preferência pelas formas narrativas*. A operação da escrita da história efetuada pela micro-história recorre a procedimentos de exposição de enredos e às técnicas narrativas contrastantes com as maneiras habituais da “corporação historiadora”. Alguns historiadores romperam com as formas convencionais empregadas pelos historiadores para a apresentação de sua produção. Todas as produções historiográficas consideradas como micro-analíticas destacam-se por suas qualidades eminentemente narrativas. As obras de Carlo Ginzburg são comparadas a uma investigação policial e, de maneira semelhante, o livro de Giovanni Levi, intitulado *La herencia inmaterial* ou, ainda, o livro de Sabina Loriga, que se refere ao exército piemontês do século XVIII. O uso consciente ou inconsciente de procedimentos retóricos, destinados a produzir efeitos de realidade pelos micro-historiadores, não consiste em um problema de natureza simplesmente estética, mas sim heurística:

[...] a busca da forma não está fundamentalmente ligada a uma escolha estética (mesmo que essa escolha não esteja ausente). Ela me parece ser antes de ordem heurística, e isso de duas maneiras. Ela convida o leitor a participar da construção de um objeto de pesquisa; ela o associa à elaboração de uma interpretação.⁶⁶²

Dentre os seus temas preferenciais, destaca-se um dos mais velhos gêneros: a biografia. As narrativas biográficas, classificadas como micro-históricas, mais difundidas no mundo historiográfico ocidental são as seguintes: *O Queijo e os Vermes*: o cotidiano e as idéias de um moleiro perseguido pela Inquisição, 1976, e *Indagações sobre Piero*: o batismo, o ciclo de Arezzo, a flagelação, 1981, de Carlo Ginzburg; *Galileu eretico*, de Pietro Redondi, 1983; *Biografia di uma città*. Storia e racconto: terni 1830 – 1985, de Alessandro Portelli, 1986; *Soldati*: l’istituzione militare nel Piemonte del Settecento, de Sabina Loriga, 1992; *O*

⁶⁶¹Idem.

⁶⁶²REVEL, Jacques. (Org.). *Jogos de escala*: a experiência da micro-análise. Trad. de Dora Rocha. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1998, p. 34/35.

retorno de Martin Guerre, 1982, *Nas margens: três mulheres do século XVI*, 1997, de Natalie Zemon Davis; *Southern Honor*, 1982, de Wyatt Brown; *Logiques de la foule. L'affaire des enlèvements d'enfants*, 1988, de Jacques Revel e Arlette Frage; *Atos impuros: a vida de uma freira lésbica na Itália da Renascença*, 1984⁶⁶³, de Judith Brown; *A herança imaterial: trajetória de um exorcista no Piemonte do século XVII*, de Giovanni Levi, 1985.⁶⁶⁴ Dentre aquelas produzidas no Brasil, destacam-se: *O diabo e a terra de Santa Cruz*, 1986, de Laura de Mello e Souza; *Trópicos dos Pecados: moral, sexualidade e Inquisição no Brasil Colonial*, 1989⁶⁶⁵, de Ronaldo Vainfas; *Rosa Egípcia: uma santa negra no Brasil Colonial*, 1992, de Luiz Mott; *Um herege vai ao paraíso: cosmologia de um ex-colono condenado pela Inquisição*, 1997, Plínio Gomes; *O nome e o sangue: uma parábola familiar no Pernambuco colonial*, 1989⁶⁶⁶, Evaldo Cabral de Mello; *D. Oba II D'África, o Príncipe do Povo: vida, tempo e pensamento de um homem livre de cor*, 1997, de Eduardo Silva. O Projeto do Núcleo da Companhia das Índias tem executado alguns estudos biográficos, aliás, já vislumbrados no âmbito do I Colóquio Internacional Biografia e Microbiografias no Império Colonial Português, ocorrido em Niterói, de 29 de março a 1 de abril de 2005. Ronaldo Vainfas, coordenador do projeto, estabelece os propósitos e parâmetros da produção micro-biográfica almejados pelo Núcleo.

A seguir, com o intuito mais de *exempla*, comento três dessas biografias pelo prisma da qualidade cognitiva de suas narrativas micro-históricas. A biografia intitulada *A herança imaterial: trajetória de um exorcista no Piemonte do século XVII*, 1985, de Giovanni Levi, estuda um minúsculo fragmento do Piemonte do século XVII, “*utilizando uma técnica intensiva de reconstrução das vicissitudes biográficas de cada habitante do lugarejo de Santena que tenha deixado vestígios documentados.*” A partir de um trabalho sistemático e exaustivo em arquivos, principalmente notariais e cadastrais, o autor desenvolveu uma vasta pesquisa prosopográfica. Criando condições de observação “micro”, faz aparecer formas,

⁶⁶³Publicado no Brasil em 1987.

⁶⁶⁴Na revista *Quaderni Storici*, publicada pela editora Il Mulino de Bolonha, encontram-se os seguintes artigos: “Fama e riservatezza: la ‘Vita’ di Leone Modena come autobiografia della prima età moderna”. Anno XXII, n. 64, aprile 1987, p. 39, de Natalie Z. Davis; “Inventare una biografia. Note sulla biografia greca ed i suoi precedenti all’luce di un nuovo documento epigrafico”. Anno XXV, n. 73 aprile 1990, p. 213, de Carmine Ampolo; “Rappresentazione e difesa: osservazione sul ‘De Vita Propria’ di Gerolamo Cardano”. Anno XXV, n. 73 aprile 1990, p. 525, de Carlo Gregori; “La biografia e l’autobiografia di Francesco Bal, Anno XXV, n. 73 aprile 1990, p. 235, de Maria Carla Lamberti; “Biografia e autobiografia in antropologia”. Anno XXV, n. 75, dicembre 1990, p. 895, de Carlo Severi; “Elites familiari e dotti ebrei nel Rinascimento: ipotesi per la biografia di Yohanan Alemanno”. Anno XXXI, n. 91, aprile 1996, p. 105, de Michele Luzzati.

⁶⁶⁵Reeditado em 1997.

⁶⁶⁶Reeditado em 2001.

organizações, objetos inéditos, que passam por modificações no decorrer da pesquisa e são traduzidos através da exposição sinuosa, que explicita “*as regras do jogo na própria narrativa do jogo*”.⁶⁶⁷ *A herança imaterial* trata da carreira de um exorcista no Piemonte do século XVII, o relato começa como uma história de vida do padre Giovan Battista Chiesa, vigário da paróquia de Santena, todavia, no decorrer do relato, sua trajetória desaparece a ponto de Jacques Revel perguntar: trata-se mesmo de uma biografia? Ao que responde negativamente, se tomarmos como parâmetro o modelo clássico da biografia; por outro lado, reconhece sê-lo, ao considerar as condições e os contextos nos quais a história se consubstancia a partir de uma “*série de destinos inscritos no espaço de uma comunidade restrita*”.⁶⁶⁸ Sua narrativa nos mostra a história ao “rés do chão”: as relações sociais, a vida política, as regras econômicas, as reações psicológicas. Ela coloca “*ordem na desordem aparentemente não-essencial do cotidiano*”.⁶⁶⁹ Vê-se que essa ordenação executada pela operação configurativa do enredo opera uma síntese do heterogêneo, mas sem descaracterizar a principal figura através da qual os homens de Santena apreendem seu tempo: a incerteza. Assim, Giovanni Levi não tece uma intriga simplificadora, ao contrário, respeita-lhe a complexidade, ao:

[...] enriquecer o real introduzindo na análise o maior número possível de variáveis, sem, no entanto renunciar a identificar suas regularidades. O desafio aqui é conseguir construir uma série de modelos a partir de uma informação em parte descontínua e em um período de tempo médio – meio século, *grosso modo* – com uma seqüência de fases extremamente contrastadas. Ela é bastante dominada, mas ao preço de uma constante reelaboração dos instrumentos de observação que responde a uma não menos radical redefinição dos objetos de estudo.⁶⁷⁰

As seqüências são tripartites: contextual, onde são enquadradas as generalizações ou, como bem o diz Jacques Revel: “*a moldura referencial que torna inteligível sua Ilíada*

⁶⁶⁷REVEL, Jacques. Prefácio: “A história ao rés-do-chão”. In: LEVI, Giovanni. *A herança imaterial: trajetória de um exorcista no Piemonte do século XVII*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000, p. 21.

⁶⁶⁸Ibidem, p. 23.

⁶⁶⁹Ibidem, p. 26.

⁶⁷⁰Ibidem, p. 28.

camponesa”⁶⁷¹, contudo, nos alertando da intrincada mobilidade das relações de poder e forças de resistência; construção de quadros descritivos, cuja estratégia do historiador/narrador são as “frentes familiares”, identificadas por seus laços de parentesco consanguíneo, por alianças ou relações de parentesco fictícias. Entenda-se, também, o caráter dinâmico e plástico destas identidades sociais; e, por último, o trabalho de conceitualização: o tema do poder. Nesta série, Giovanni Levi, retraza a simbologia de uma rede tradicional móvel, a pragmática da herança imaterial, cujo protagonista principal tem o papel de um mediador. O círculo fecha-se quando nos apercebemos de que o resgate destes acontecimentos minúsculos (multiplicação das vendas e compras de terra, o crédito; o destino coletivo dos conjuntos familiares; a luta pelo prestígio e pelo poder local), movimentam-se circunscrevendo a modulação local da grande história. O modelo de análise estratégico de Giovanni Levi adota como tropo principal a noção de incerteza, que lhe permite trabalhar com uma complexidade do social que vai das ambigüidades, das limitações e das forças que operam no ambiente social em estudo, às formas de entidades abstratas (Estado, zonas rurais, reforma católica, etc.) e à cartografia do social. A narrativa de *A herança imaterial* é configurada por uma série de textos encaixados. Sua estrutura se assemelha a “*uma caixa que sai de dentro de outra caixa, que por sua vez sai de dentro de outra caixa, etc.*”⁶⁷² O recurso sistemático a variações de distância focal revela, a cada nível de leitura, uma realidade diferente. Ao historiador-mediador coube “*conectar essas realidades em um sistema de interações múltiplo.*”⁶⁷³ O que nos proporciona um modelo de narrativa histórica dinâmica e problematizadora.

O retorno de Martin Guerre, 1982, Natalie Zemon Davis, discorre, é notabilizado por ter sido contado por juristas, romancistas, historiadores e cineasta (filme dirigido por Daniel Vigne, 1982). A elaboração do seu enredo, ou seja, a trama da obra/documento *O retorno de Martin Guerre*, narra um caso de impostura de uma pequena vila francesa ocorrido em 1540, quando um camponês abandona sua mulher, filho e propriedades durante 8 anos. Três anos após a partida, sua identidade é assumida por outro homem. A historiadora Natalie Zemon Davis, a partir de processos notariais, anais judiciais e das reelaborações literárias intituladas: *Arrest memorable* do juiz Jean de Coras e da *Admiranda historia* de Le Sueur,

⁶⁷¹Ibidem, p. 29.

⁶⁷²MOURÃO, Rui. Apud. CARVALHO, Lúcia Helena. A ponta do novelo: uma interpretação de Angústia de Graciliano Ramos. São Paulo: Ática, 1983, p. 13.

⁶⁷³REVEL, Jacques. Prefácio. In: LEVI, Giovanni. op. cit. p. 35.

mediados pela invenção e “*pela atenta escuta das vozes do passado*”⁶⁷⁴, reconstitui, sagaz e poeticamente, as micro-histórias biográficas de Martin Guerre (marido que parte), Bertrande de Rols (esposa abandonada) e Arnauld du Thil (impostor). Uma narrativa fértil para esclarecer questões relativas à investigação e escrita da história e para analisar as relações entre a história e a literatura, a história e a antropologia, e questões conceituais sobre memória, representação e formação de identidade no século XVI.

O apelo dramático da história de Martin Guerre inspirou uma peça, três romances, uma opereta e um filme e, segundo Natalie Davis, “*ainda é lembrada na aldeia de Artigat, nos Pirineus, onde os acontecimentos ocorreram há quatrocentos anos*”.⁶⁷⁵ Sua trama conceitual pauta-se em operações dialéticas centradas na construção conflitante de sentido interposta nas relações sociais da sociedade rural do século 16 (entre pai e filho, marido e mulher, ricos e pobres, protestantismo e cristianismo), expressando-a através de recursos lingüísticos de nuances, de contrastes, de oposições. A trama de Martin Guerre denuncia as condições sociais e existenciais opressivas com que lutam e sob as quais sucumbem os sujeitos: o destino trágico do impostor Arnauld du Thil – o desviante, que é preso, processado e punido com a morte. Todavia, metáforas oníricas dimensionam manifestações libertárias como: a vontade de Martin Guerre de viver uma outra vida⁶⁷⁶, os desejos de Arnauld du Thil ao aspirar “*forjar uma nova identidade e construir uma outra vida*”⁶⁷⁷, o sonho de Bertrande “*com um esposo e amante que voltaria e seria diferente*”⁶⁷⁸ e, sobretudo, configuram o eixo hipotético “*de uma rara identificação entre o destino dos camponeses e o destino dos ricos e instruídos*”⁶⁷⁹, que faz a narradora. E Natalie Davis mostra-nos como as coerções sócio-culturais foram circunstancialmente superadas por fórmulas “*insólitas e inesperadas*”⁶⁸⁰, modeladas individualmente. Na própria figuração paradigmática da narrativa metaforizada, no caso, Martin Guerre: uma vida e sua rede de relações sociais que se desdobram em muitas outras vidas, se nota a figura lingüística conhecida como metonímia através de categorias integrativas entre o verdadeiro e o verossímil, provas e possibilidades, curiosamente distintas, entrelaçadas e interpostas em expressões lingüísticas tais como: “*talvez*”, “*tiveram de*”,

⁶⁷⁴ *Martin Guerre*. p. 21,

⁶⁷⁵ *Ibidem*, p. 9.

⁶⁷⁶ *Ibidem*, p. 39/40.

⁶⁷⁷ *Ibidem*, p. 60.

⁶⁷⁸ *Ibidem*, p. 52.

⁶⁷⁹ *Ibidem*, p. 21.

⁶⁸⁰ *Ibidem*, p. 17.

“pode-se presumir”, “certamente”, “muito provavelmente”, “tanto quanto se sabe”.⁶⁸¹ Na narrativa de Martin Guerre, Natalie Davis conjectura os pensamentos e sentimentos de Bertrande numa investigação que liga o caso específico ao contexto “*enquanto campo de possibilidades historicamente determinadas*”⁶⁸². Como afirma a própria historiadora, sonda as profundezas do passado, presume os sentimentos e reações plausíveis de seu homem ou sua mulher, “*imaginando o seu conteúdo a partir de muitas outras que lhe sobreviveram*”⁶⁸³ “*através de outras fontes de época e do local.*”⁶⁸⁴ A biografia dos personagens de Natalie Davis torna-se, de vez em quando, a biografia de outros homens e mulheres do mesmo tempo e lugar.

A biografia *Um herege vai ao paraíso: cosmologia de um ex-colono condenado pela Inquisição*, 1997, de Plínio Gomes, resultou de uma pesquisa elaborada a partir dos registros da Inquisição depositados na Torre do Tombo (os autos do processo), revisitados após três séculos de silêncio. O historiador/narrador se propôs a reconstituir a biografia e o pensamento de um personagem visionário que ousou elaborar um sistema de mundo alternativo, aglutinando todas as contradições com as quais conviveu ao longo dos seus sessenta e quatro anos (1680-1744). A exposição da obra biográfica é estruturada em torno de dez capítulos. O ponto de partida do narrador dá-se em torno do ano de 1741, quando o personagem intimado compareceu à Mesa do Santo Ofício, para ‘debater’ com os inquisidores; prossegue delimitando o cenário de sua infância em Portugal, a passagem pela Colônia, as circunstâncias obscuras que antecederam a sua prisão em 1740 e o desenrolar do processo que o condenaria à morte, cartografando assim, sua inserção contextual. Em seqüência, avança configurando a sua cosmogonia, identificando o modo como raciocinava, descrevendo e analisando as 101 teses defendidas por Pedro Rates Henequim, suas concepções, linguagem e significados, em especial aquelas mais polêmicas e provocativas frente aos dogmas católicos relativos à Virgem Maria, ao Paraíso Terrestre e ao Quinto Império. No fim, o narrador arremata seu enredo através de uma apologia da alteridade.

⁶⁸¹GINZBURG, Carlo. “Provas e possibilidades à margem de ‘Il ritorno de Martin Guerre’” de Natalie Zemon Davis. In: *A micro-história e outros ensaios*. Trad. de António Narino. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989, p. 183.

⁶⁸²Idem.

⁶⁸³*Martin Guerre*, p. 34.

⁶⁸⁴*Martin Guerre*, p. 21.

O nível conceitual da narrativa encontra-se já enunciado na introdução do livro, apontando sua filiação com a vertente cultural micro-histórica, na perspectiva de Carlo Ginzburg. Esta pode ser entrevista nos aspectos que se referem ao uso de fontes inquisitoriais; na aderência ao conceito de circularidade entre os diferentes níveis culturais – o popular e o erudito; a idéia de diálogo e de “filtros institucionais”; o nível descritivo e analítico da história pontilhista; a concepção da cultura como “jaula flexível” e “horizonte de possibilidades”; a relação indivíduo e universo cultural. Em alguns momentos de sua narrativa, o narrador estabelece paralelos entre dois personagens: Henequim e Menocchio, reportando-se à condição de condenados, as experiências frente ao Santo Ofício, ao fato de serem indivíduos anônimos, a ambivalência de suas posições, as experiências conflituosas, a luta para não terem suas vozes silenciadas e o trágico fim.

Na narrativa, também se explicita o nível metodológico da pesquisa: o “paradigma indiciário” é aplicado na análise e interpretação dos documentos, em busca dos “indícios” aparentemente irrelevantes, que lhe possibilitarão traçar o perfil de Pedro de Rates Henequim. O historiador/narrador, numa abordagem qualitativa, explora padrões culturais antagônicos e percorre pelas principais marcas do universo pelos quais transitou Pedro de Rates Henequim, através de temas tais como: a contradição, a fragmentação, a pluralidade de pontos de vista, a ambigüidade. A narrativa traduz e, ao mesmo tempo, interpreta a linguagem alegórica do ator social cartografando a sociedade da época nas Gerais, suas teses excêntricas e seu potencial teologicamente subversivo. Enfrentando o que chama de “facilidades enganosas do psicologismo vulgar”, o historiador/narrador captura a permeabilidade da história por entre o terreno de vazão das tensões vivenciadas por Pedro de Rates Henequim.

Assim, numa narrativa biográfica que monta o quebra-cabeça com as peças fragmentadas, multiformes, dispersas e distantes, o narrador/historiador tece a história de uma vida, na qual se entrecruzam os elementos do que Edward Thompson considera ser o verdadeiro objeto do historiador, que é alcançar uma soma unitária do comportamento humano ou como, perspicazmente, observa Laura de Mello e Souza na orelha deste livro: *“Em Henequim estão Vieira, o messianismo judaico, a ortodoxia católica, o protestantismo, os ecos da mitologia dos índios do Brasil e da natureza da terra.”* Vê-se que a artesanaria da biografia micro-analítica e sua intrínseca expressão narrativa dão forma ao informe, gestando um saber reconhecível e aprazível, cujo teor ético resgata do silêncio secular o *“espectro*

[que] *pode ainda hoje assustar visões de mundo fechadas ao outro, que excluem a diversidade presente na própria essência das coisas.*”⁶⁸⁵ Assim, Plínio Freire Gomes fez ressoar a voz de Pedro Rates Henequim.

Outras biografias mereceriam ser contempladas⁶⁸⁶, todavia, abarcá-las, foge ao propósito específico deste estudo, em que tenho como objetivo particularizar uma interpretação hermenêutica da narrativa na biografia micro-analítica de *O Queijo e os vermes* - o cotidiano e as idéias de um moleiro perseguido pela Inquisição, 1976, de Carlo Ginzburg. É o que farei a seguir.

⁶⁸⁵SIMÕES, D. S. “Um herege vai ao paraíso – resenha”. NetHistória, out. 2006. Disponível em: www.nethistoria.com

⁶⁸⁶Ver: *Dom Oba II D’África, o príncipe do povo: vida, tempo e pensamento de um homem livre de cor*, de Eduardo Silva, trata da biografia do Príncipe que, nas palavras do próprio historiador/narrador, é a biografia do Império. Da investigação sobre a vida, o tempo e o pensamento de uma figura esquecida pela historiografia brasileira, chamado de Cândido da Fonseca Galvão, filho de africano forro, baiano de Lençóis, oficial do Exército brasileiro na Guerra do Paraguai; Eduardo Silva reconstrói aspectos importantes do cotidiano, da ambiência cultural e do universo simbólico predominantes entre escravos libertos e homens livres de cor do Brasil do século XIX. Instrumentalmente, Eduardo Silva armou-se de “respeito metodológico à diferença” a fim de penetrar na cultura específica de seu biografado que, tanto na época, quanto ainda hoje, causa estranhamento. O narrador traça, em grandes linhas, o pano de fundo, ou seja, a fase de socialização política de seu biografado, com particular destaque para a Guerra do Paraguai, a comoção nacional, o recrutamento para a guerra, a volta para casa, os desequilíbrios regionais e mercado de trabalho; o tráfico de escravo, o ser livre, a migração voluntária, a corte do Império, a modernização acelerada, a África pequena do Rio de Janeiro, a natureza de suas relações com o imperador do Brasil, dom Pedro II, bem como o seu papel de liderança em seu pequeno reino ou como Rei das Ruas do Rio de Janeiro, negociação e conflito. Em *Rosa Egípcia: Uma Santa Africana no Brasil*, 1973, o antropólogo Luiz Mott fez uma incursão historiográfica narrando a história de uma mulher negra africana do século XVIII. Foi a primeira afro-brasileira a escrever um livro. Ela tipifica a riqueza e a força do sincretismo religioso católico afro-brasileiro-carioca. A narrativa biográfica de *Rosa Egípcia* foi construída explorando todos os detalhes de sua vida, encontrados em três processos conservados na Torre de Tombo em Lisboa, que estiveram inéditos até 1983, quando foram descobertos pelo pesquisador. A narrativa abarca desde seu desembarque no porto do Rio de Janeiro, aos seis anos de idade, passando pela adolescência de prostituição (dos 24 aos 29 anos), as possessões, a beatificação aos 30 anos, a vida mística, os títulos honoríficos, as denúncias e o fim silenciado pelo Tribunal do Santo Ofício. O historiador/narrador, através da reconstrução biográfica dessa ex-escrava africana, problematiza o alto grau de veneração a que uma negra africana pôde chegar na sociedade escravista brasileira e reflete sobre aspectos cruciais da sociedade colonial brasileira.

2.1 - Uma interpretação hermenêutica da narrativa na biografia micro-analítica de *O Queijo e os vermes*

2.1.1 - Mimese I:

- o historiador, o trabalho, os rastros do vivido, os filtros e os procedimentos da decifração

O historiador Carlo Ginzburg nasceu em Turim, em 1939, numa família de judeus assimilados e intelectuais. Começou seus estudos em Turim, estudou em Roma e na Escola Normal Superior em Pisa e na Universidade de Pisa, onde frequentou a Faculdade de Letras e Filosofia. Sua dissertação foi na área de história. Em entrevista, o historiador, ao discorrer sobre a escolha pela história, confessa que seu sonho de criança era ser escritor e que, ao iniciar seus estudos na Escola Normal Superior, “*pensava em trabalhar com história da literatura*”, mais precisamente, em tornar-se um literato. Todavia, opta pela história, creditando o seu envolvimento inicial com a história à mediação feita por seu pai. Conta que, quando estava no fim do Liceu, começou a desviar-se da leitura de romances, sobretudo, ao ler *Storia dell’Europa nel Ottocento*, de Benedetto Croce (livro dado pelo historiador italiano a seu pai, com uma dedicatória, e que o leva a descobrir a colaboração de seu pai com a tradução de textos para a pesquisa do referido historiador). Muito embora confesse não gostar de Benedetto Croce, ressalva que “há coisas boas nele”. De toda forma, considera o fato de tê-lo lido, importante para a sua formação de historiador.⁶⁸⁷

Carlo Ginzburg traduz, muito peculiarmente, a influência marcante de seu pai “*é uma presença invisível, que sinto fortemente*”.⁶⁸⁸ O pai, Leone Ginzburg (1909-1944), nasceu em Odessa e imigrou muito cedo para a Itália, onde se naturalizou e sempre esteve comprometido com a história italiana. Lecionava literatura russa e era ligado às conspirações antifascistas, por isto mesmo, foi preso e morreu na prisão em 1944.⁶⁸⁹ Leone Ginzburg, junto com Giulio Einaudi, foram os fundadores da mais importante editora antifascista italiana, a

⁶⁸⁷GINZBURG, Carlo. In: ABREU, Alzira Alves de.; GOMES, Ângela de Castro.; OLIVEIRA, Lucia Lippi. “História e Cultura: Conversa com Carlo Ginzburg”. *Revista Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, vol. 3, n. 6, 1990, p. 256.

⁶⁸⁸GINZBURG, Carlo. In: PALLARES-BURKE, Maria Lúcia G. *As muitas faces da história: nove entrevistas*. São Paulo: UNESP, 2000, p. 278.

⁶⁸⁹Após ter sofrido torturas, no cárcere de Regina Coeli, prisão romana administrada pelos nazistas. BOBBIO, Norberto. (1964). Apud. ESPADA LIMA, Henrique. *A micro-história italiana: escalas, indícios e singularidades*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006, p. 283.

Editora Einaudi. Em 1940, logo após o início da guerra, a família foi viver “confinada” em uma cidadezinha no centro-sul da Itália, Pizzoli (nos Abruzzi), onde Carlo Ginzburg passou a primeira infância, mais precisamente, de um a quatro anos de idade. A mãe, Natália Ginzburg (1916-1991), “*uma das mais importantes figuras da literatura italiana deste século*”⁶⁹⁰, foi também crucial em sua formação geral e intelectual. Conta Carlo Ginzburg, que ela “*lia e comentava muito do que escrevia e sinto que me dirijo a ela quando escrevo para um maior público, não profissional.*”⁶⁹¹ Nascer numa família de intelectuais representou para o historiador Carlo Ginzburg um privilégio cultural que o influenciou de maneira muito singular, por ele mesmo consentida:

Há, pois, escolhas conscientes, mas o papel de impulsos inconscientes é muito importante. Minha opção pela história ilustra bem o que quero dizer. Quando era adolescente queria me tornar romancista como a minha mãe, mas logo desisti ao perceber que seria um mau romancista. No entanto, meu envolvimento com a arte da escrita é algo que ainda faz muito parte de mim [...] Assim, minha paixão pela ficção se tornou parte de minha paixão pela escrita da história.⁶⁹²

Acrescentam-se, em sua formação intelectual como historiador, as influências de mestres eruditos como Delio Cantimori, Augusto Campana, Arsenio Frugoni, Franco Venturi, Federico Chabod e Arnaldo Momigliano. Quando Carlo Ginzburg entrou na Universidade, ainda interessado em literatura, o historiador mediavelista Arsênio Frugoni tentou convencê-lo a estudar história e deu-lhe um ensaio de Benedetto Croce para ele ler, justamente, o autor do primeiro livro de História lido por ele, por influência de seu pai. Mas somente após ouvir Delio Cantimori, “*o historiador vivo com quem mais aprendi*”, confessa Carlo Ginzburg, é que, de fato, adere decisivamente à história, através da escolha do tema de sua dissertação anual (1958), sugerido por Arsênio Frugoni: os *Annales*. Dentre os historiadores dos *Annales*, Carlo Ginzburg ressalta a forte impressão causada por Marc Bloch, a quem leu muito; inclusive, o seu primeiro trabalho remunerado, lembra, foi a tradução da obra *Caracteres originaux de l’histoire rurale française*, de Marc Bloch.

⁶⁹⁰Idem.

⁶⁹¹GINZBURG, Carlo. In: PALLARES-BURKE, Maria Lúcia. op. cit. p. 278.

⁶⁹²GINZBURG, Carlo. In: PALLARES-BURKE, Maria Lúcia. op. cit. p. 273/4.

No âmbito da literatura, inúmeras leituras exerceram-lhe uma influência significativa: “os romances foram os livros que mais me tocaram”. O conjunto destas leituras foi bem levantado e comentado pelo historiador Henrique Espada Lima Filho:

As leituras da adolescência passam por Kafka, Pavese, Carlo Levi, os romances russos – Dostoievski e, de um modo especial, Tolstoi. Em ‘Guerra e Paz’, Ginzburg seguidamente afirma ter encontrado uma influência perene sob a forma pela qual veio a conceber a história. (Essa era uma escolha que fora de muitos modos ‘herdada’ do pai, Leone, que havia prefaciado o livro anonimamente em 1942). Tolstoi havia abordado em - ‘Guerra e Paz’ – a invasão da Rússia durante as guerras napoleônicas do início do século XIX sob um prisma realmente particular: o escritor russo – que na segunda parte da obra havia exposto suas próprias considerações sobre o que poderia ser a história – opunha à visão do historiador tradicional, ‘para o qual existem heróis’, a visão do artista ‘que estuda as reações de um personagem em todas as condições de vida’ e para o qual ‘não pode nem deve haver heróis, mas deve haver homens’.⁶⁹³

Como visto, o arcabouço cultural de Carlo Ginzburg é heterogêneo, além dos nomes acima citados, somam-se, ainda, outros intelectuais de renome como: Giambattista Vico, Cesaro Pavese, Ernesto di Martino, Aby Warburg, E. H. Gombrich, Antonio Gramsci, Gianfranco Contini, Aldo Garosci, Norberto Bobbio, Sebastiano Timpanaro. Ainda entre suas declaradas influências, acrescentam-se os nomes do escritor Ítalo Calvino e dos críticos Leo Spitzer, Erich Auerbach. No final da década de 1950, ocorre seu encontro com os estudos de psicanálise através de Sigmund Freud, de quem destaca o livro *Psicopatologia da vida cotidiana*; Claude Levi-Strauss e seu livro *Antropologia estrutural*; Ernesto De Martino e seus livros intitulados: *Il mondo mágico*, 1944 e *La terra del rimorso*, 1963.

Suas experiências de pesquisa ocupam um lugar especial em virtude das oportunidades que lhe conferiram um cosmopolitismo, trocas intelectuais, tais como as

⁶⁹³ESPADA LIMA, Henrique. *A micro-história italiana: escalas, indícios e singularidades*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006, p. 284.

pesquisas realizadas durante os anos de 1967-1968, no Warburg Institute, em Londres⁶⁹⁴, e trocas intensas com pesquisadores ligados ao Instituto, tais como: H. Frankfort, O. Kurz e D. P. Walker; experiências de ensino no Davis Center for Historical Studies de Princeton, em 1973; ainda em Princeton, em 1975, passa um ano como *fellow* no *Institute for Advanced Studies*. Soma-se a interlocução regular com o grupo dos *Annales*, e, mais recentemente, com a UCLA.⁶⁹⁵ Carlo Ginzburg trabalhou como professor assistente, no período de 1968-1969, na Universidade de Bolonha; em Roma, como professor *incariato*, a partir de 1970; de 1968 em diante, passa a colaborar com a revista *Quaradenni Storici*, dela se tornando, posteriormente, co-editor; também dirigiu a coleção *Microstorie* e a seção “Cultura” da célebre coleção intitulada “*Campi del sapere*” da prestigiosa editora da esquerda italiana, Giangiacomo Feltrinelli.⁶⁹⁶ Esta editora é emblemática pela inovação cultural e pelos êxitos multitudinários acompanhados de ressonância política, que alcançou nos anos 60.

A produção intelectual de Carlo Ginzburg abrange, aproximadamente⁶⁹⁷, 17 livros, 100 artigos e 20 escritos diversos: resenhas, traduções, comentários e, sobretudo ensaios.⁶⁹⁸ Destaco aqui os livros traduzidos no Brasil: *Os andarilhos do bem: feitiçaria e cultos agrários nos séculos XVI e XVII*, 1988⁶⁹⁹, que trata de um culto de fertilidade ainda existente no século XVI, na região do Friuli, no Norte da Itália; *Indagações sobre Piero: o batismo, o ciclo de Arezzo, a flagelação*, 1989⁷⁰⁰, que trata da análise minuciosa de algumas obras do pintor florentino Piero della Francesca; *A micro-história e outros ensaios*, 1991; *Mitos, emblemas, sinais: morfologia e história*, 1991⁷⁰¹, que consiste numa coletânea de ensaios, onde o autor aplica o método indiciário a temas como: a história da cultura popular, a teoria e a história da arte, a psicanálise, a influência da ideologia nazista em alguns mestres da

⁶⁹⁴Com uma bolsa de estudos (*Saxl Fund Research Fellowship*), retomando suas pesquisas sobre a heresia na Itália e na Europa. In: ESPADA LIMA, Henrique. *A micro-história italiana: escalas, indícios e singularidades*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006, p. 305.

⁶⁹⁵Desde 1988.

⁶⁹⁶Se trata de una empresa dedicada a la edición de calidad y a la intervención crítica que tuvo incluso su momento de leyenda con la muerte violenta del fundador en los *anni del piombo*. “Campi del sapere” es uno de sus fondos más decisivos y su sección “Culture”, inspirada por Ginzburg, ya no invoca el rótulo de la microhistoria centrándose en la diversidad cultural, en la pluralidad de voces, en el intercambio. SERNA, Justo.; PONS, Anaclet. “Formas de hacer microhistoria”. *Ágora*. Revista de Ciencias Sociais, num. 7, 2002. Disponible em: <http://www.uv.es/jserna/>.

⁶⁹⁷Até o ano 2003. Ver Andréa Del Col e Carlo Ginzburg.

⁶⁹⁸Forma de expressão pela qual Ginzburg confessa ser apaixonado. In: PALLARES-BURKE, Maria Lúcia. op. cit. p. 284.

⁶⁹⁹*I benandanti strogenaria e culti agrari tra '500 e '600*, 1966.

⁷⁰⁰*Indagini su Piero, Il Battesimo, Il Ciclo di Arezzo, La Flagellazione*, 1981.

⁷⁰¹*Miti emblematici*, 1986.

historiografia moderna; *História noturna: decifrando o sabá*, 1991⁷⁰², um estudo da história da idéia do sabá das bruxas, ao longo de dois mil anos, no mundo eurasiático; *Olhos de Madeira: nove reflexões sobre a distância*, 2001⁷⁰³, onde mostra, através de nove ensaios, que a história não pode abrir mão das interpretações em proveito da objetividade. E que o significado dos acontecimentos está na distância entre eles e entre as várias formas de vê-los; *Relações de força: história, retórica, prova*, 2002⁷⁰⁴, em que procura demonstrar a visão pós-moderna da historiografia como prática retórica desobrigada de qualquer objetividade e resgata uma outra tradição que, desde Aristóteles, vincula estreitamente a retórica à prova; *Nenhuma ilha é uma ilha: quatro visões da literatura inglesa*, 2004⁷⁰⁵, em que analisa o peculiar sistema de trocas literárias entre as ilhas britânicas e o continente europeu, decisivas na formação da literatura sobre a identidade nacional inglesa. Somam-se, ainda, aqueles não traduzidos no Brasil: *Il nicodemismo – simulazione e dissimulazione nell’Europa del ‘500*, 1970; *I costituiti di Don Pietro Manelfi*, 1970; *Giochi di pazienza – um seminário sul “Beneficio di Cristo”*, 1975; *Il giudice e lo storico*, 1991, que trata das relações entre o juiz e o historiador; *The Philosopher and the Witches: an Experiment in Cultural history*, 1991-1992; *Montaigne, Cannibals and Grottoes*, 1993; *Jean Fouquet. Ritratto del buffone Gonella*, 1996; *Tentativas*, 2003; *Shared Memories, Private Recollections*, 1997.

A historiadora Maria Lúcia Pallares-Burke diz-nos que Ginzburg é “*um historiador difícil de classificar*”.⁷⁰⁶ Ele mesmo nos conta o quanto seus interesses tornaram-se, com o passar dos anos, “*mais e mais erráticos*”. Por não ter seguido uma trajetória específica, julga estar “*em certo sentido, em estado de permanente perplexidade*”.⁷⁰⁷ Assim, desenreda-se de todas as expectativas. Confessa o medo da autocomplacência intelectual, ou seja, de “*acreditar que se está no único caminho correto, verdadeiro*”.⁷⁰⁸ Por essa razão, tem trabalhado em temas variados e a partir de pressupostos variados.⁷⁰⁹ O que foi observado pelo historiador Marcos Cezar de Freitas, ao nos chamar a atenção para o desejo declarado por

⁷⁰²*Storia notturna: una decifrazione del sabba*, 1989.

⁷⁰³*Occhiacci di legno: Nove riflessioni sulla distanza*, 1998.

⁷⁰⁴*Rapporti di forza: Storia, retorica, prova*, 2000.

⁷⁰⁵*Nessuna isola è un’isola. Quattro sguardi sulla letteratura inglese*, 2002.

⁷⁰⁶PALLARES-BURKE, Maria Lúcia. op. cit. p.271.

⁷⁰⁷GINZBURG, Carlo. In: PALLARES-BURKE, Maria Lúcia. op. cit. p. 280.

⁷⁰⁸GINZBURG, Carlo. In: PALLARES-BURKE, Maria Lúcia. op. cit. p. 289.

⁷⁰⁹GINZBURG, Carlo. In: PALLARES-BURKE, Maria Lúcia G. *As muitas faces da história: nove entrevistas*. São Paulo: UNESP, 2000

Ginzburg de "*subtrair-se à aridez do racionalismo e aos pântanos do irracionalismo*"⁷¹⁰, interpretando como um "gesto iconoclasta" a abertura de uma interlocução contundente com "*toda uma tradição presente na investigação histórica (absolutismo racionalista) que se estruturou como procedimento teórico-metodológico nos séculos XIX e XX*"⁷¹¹ para, enfim, romper com ela. Há uma reflexão de Michel Certeau que expressa, com muita acuidade, a inquietação do historiador frente ao seu tempo, as mudanças paradigmáticas do seu fazer historiográfico, a atenção às vozes silenciadas e um certo messianismo, entendido no sentido benjaminiano, de salvar o passado das ruínas:

[...] o historiador não visa mais o paraíso de uma história global. Circula em torno das racionalizações adquiridas. Trabalha nas margens. Deste ponto de vista, se transforma num vagabundo. Numa sociedade devotada à generalização, dotada de poderosos meios centralizadores, ele se dirige para as margens das grandes regiões exploradas. Faz um desvio para a feitiçaria, a loucura, a festa, a literatura popular, o mundo esquecido dos camponeses, etc., todas elas zonas silenciosas.⁷¹²

Em entrevistas, onde normalmente aparecem notas biográficas, Carlo Ginzburg faz referência a importante influência, exercida em sua obra, por sua condição de judeu e avalia o quanto o ser judeu e a guerra lhe deixaram "*uma lembrança muito nítida da perseguição sofrida*"⁷¹³, aliás, comum aos intelectuais judeus. Sugere que: "*Isso tudo deve ter sido muito importante para o que me tornei*".⁷¹⁴ Com efeito, ela se evidencia em sua obra, parecendo-lhe ser este um dos motivos do seu interesse de trabalhar com o tema da feitiçaria:

⁷¹⁰GINZBURG, Carlo. "Sinais: raízes de um paradigma indiciário". In: *Mitos, emblemas, sinais: morfologia e história*. Trad. de Federico Carotti. São Paulo: Companhia das Letras, 1989, 143.

⁷¹¹FREITAS, Marcos Cezar de. *Da micro-história à história das idéias*. São Paulo: Cortez: USF-IFAN, 1999, p.16.

⁷¹²CERTEAU, Michel de. *A escrita da história*. Trad. de Maria de Lourdes Menezes, rev. tec. de Arno Vogel. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1982, p.87.

⁷¹³GINZBURG, Carlo. In: PALLARES-BURKE, Maria Lúcia. op. cit. p. 272.

⁷¹⁴Idem, Ibidem.

[...] a idéia de trabalhar com marginais, com hereges, podia estar ligada ao fato de eu ser judeu. Reprimi completamente essa associação, e foi um amigo que me alertou para ela numa conversa, como algo evidente.⁷¹⁵

Mas, observa-se que é nos meandros de uma “*profunda transformação nos conceitos e noções comuns ao trabalho do historiador*”⁷¹⁶, que Carlo Ginzburg promove a renovação da pesquisa histórica com a micro-história e, da paixão pela escrita da história, resultou a obra *O Queijo e os Vermes: o cotidiano e as idéias de um moleiro perseguido pela Inquisição*, em 1976. Segundo o estudioso da micro-história, Carlos Antônio A. Rojas, o sucesso e o profundo impacto intelectual provocado por este livro decorrem de dois fatores: em primeiro lugar, o contexto mundial pós-revolução cultural de 1968, receptivo a todas as perspectivas, correntes, obras e enfoques que, de distintos ângulos, começaram a ocupar-se do exame e interpretação dos diferentes fenômenos, problemas, temas e processos que constituem essa complexa dimensão que é a cultura das sociedades humanas. Em segundo lugar, nesta obra, encontra-se a proposta de um novo modelo de história cultural crítica frente aos modelos anteriores, no exame das culturas populares, singularizada por uma maior elaboração, originalidade e universalidade.⁷¹⁷ Jacques Revel, tecendo considerações sobre os influxos contextuais externos que influenciaram não apenas as mudanças de atitudes coletivas, nos anos de crise mundial, mas também aos historiadores, avalia-os como um momento de revisão brutal que anunciou as “*revisões suaves das quais 1968 foi o sintoma generalizado nas sociedades ocidentais.*”⁷¹⁸ Henrique Espada, por sua vez, insere-a nas transformações oriundas do debate historiográfico mutante, ocorrido entre as décadas de 1970 e 1990, e aponta como um dos vetores destas transformações “*a inflexão operada no campo da história social que, durante os anos 1980, enfraqueceu progressivamente seus vínculos tradicionais com a sociologia e a economia*”⁷¹⁹, passando a estabelecer outras alianças

⁷¹⁵GINZBURG, Carlo. In: ABREU, Alzira Alves de.; GOMES, Ângela de Castro.; OLIVEIRA, Lucia Lippi. “História e Cultura: Conversa com Carlo Ginzburg”. *Revista Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, v. 3, n. 6, 1990, p. 254-263, p. 257.

⁷¹⁶VENANCIO, Renato Pinto. “A História e a Micro-História: uma entrevista com Carlo Ginzburg”. Ouro Preto: *LPH. Revista de História*, 1: 1-6, 1990, p. 1.

⁷¹⁷Henrique Espada vê com ressalvas a avaliação de Rojas quanto à micro-história como uma resposta inteiramente coerente com o contexto de “ruptura” do “pós-68” [...], visto que, “[...] muitas das suas considerações principais já participavam das preocupações dos futuros “micro-historiadores” mesmo antes de 1968.” p. 384/5.

⁷¹⁸REVEL, Jacques. Prefácio. In: LEVI, Giovanni. *A herança imaterial: trajetória de um exorcista no Piemonte do século XVII*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000, p. 14.

⁷¹⁹Ibidem, p. 285.

disciplinares: antropologia cultural, lingüística, estudos literários. O referido historiador contextualiza estas transformações a partir de 1980, decorrente do processo de “profundas mudanças políticas e culturais”, em sincronicidade com o “*colapso do comunismo na Europa do Leste e na URSS e à redefinição do campo político ocidental que aconteceu com passo rápido durante a década seguinte.*”⁷²⁰ Esses processos refletiram-se no campo das ciências sociais e no da história, retomando os temas “inovadores” da década anterior: pós-modernismo, estruturalismo, desconstrucionismo e *linguistic turn*, com os quais a micro-história mantém uma relação “bastante ambígua”. Os dois pontos de vista que, num primeiro momento parecem discordantes, não o são. Eles convergem no que toca às mudanças paradigmáticas ocorridas no pós-68, ou seja, entre as décadas de 1970 e 1980.

O Queijo e os Vermes: o cotidiano e as idéias de um moleiro perseguido pela Inquisição. Trata-se da biografia intelectual de um esquecido e anônimo moleiro⁷²¹ herético: um remontar de sua história, uma explicação das correntes intelectuais que o influenciaram, um estudo metuculoso dos livros que leu e de suas interpretações. Segundo Carlo Ginzburg, uma primeira consideração que se deve levar em conta nessa obra, é “*uma tentativa de expandir a relevância da noção de indivíduo na história – transferir o retrato da individualidade da ‘elite cultural’ ao que geralmente nos referimos como ‘as massas’.*”⁷²² Note-se que, em meados dos anos 70, a biografia consistia numa tópica provocadora frente às ortodoxias da historiografia. Prevalencia a história serial e quantitativa e, justo neste momento, “*propor uma investigação capilar sobre um moleiro pode parecer paradoxal ou absurdo, quase como um tear mecânico numa era de teares automáticos.*”⁷²³ Declara o autor no prefácio de *O Queijo e os Vermes* que “*não é um objetivo de pouca importância estender às classes mais baixas o conceito histórico de ‘indivíduo’.*”⁷²⁴

Na abertura do prefácio da edição italiana de *O Queijo e os Vermes*, há uma epígrafe que é um trecho de um poema de Berthold Brecht: “*Quem construiu Tebas das setes portas?*”

⁷²⁰Idem.

⁷²¹Menocchio “*declarou ao cônego Giambattista Maro, vigário-geral do inquisidor de Aquileia e Concórdia, que sua atividade era de ‘moleiro, carpinteiro, marceneiro, pedreiro e outras coisas’.* Mas era principalmente moleiro.” *QV*, p. 39.

⁷²²GINZBURG, C. In: GUNDERSEN, Trygve Riiser. “No lado negro da história: uma entrevista com Carlo Ginzburg”. Trad. Maria Betânia Amoroso. 10ª. reimpressão. *Eurozine*, jul. 2005. Disponível em: <http://www.eurozine.com/articles/2005-07-20-ginzburg-pt.html>

⁷²³GINZBURG, C. Prefácio de *Q. V.* 1987, p. 26.

⁷²⁴Idem.

“As fontes não nos contam nada daqueles pedreiros anônimos, mas a pergunta conserva todo o seu peso.”⁷²⁵ Ela remete a uma perspectiva política: *a história vista de baixo*. Será que esta epígrafe insinua que a micro-história estaria ligada a temas marginais? Carlo Ginzburg considera a micro-história uma história social com grande preocupação analítica, apaixonante e não necessariamente ligada a temas marginais e questiona: “Será que podemos classificar a biografia como um tema marginal?”.⁷²⁶ Inclusive, comenta que: “alguns estudos biográficos mostraram que um indivíduo medíocre, destituído de valor [...] pode ser pesquisado como se fosse um microcosmo de um estrato social inteiro”.⁷²⁷

Sabina Loriga discute a predominante tendência a não aplicar-se o “princípio da individualidade” a todas as pessoas, ilustrando-a com a concepção de Leopold von Ranke, para quem a biografia só era significativa “na medida em que a ‘existência pessoal atinge uma dimensão histórica universal’”. Mas, para Carlo Ginzburg, o anonimato de uma vida pessoal também é transcendida por horizontes mais amplos. Foi o que lhe motivou para escrever um livro sobre uma pessoa totalmente desconhecida, que não poderia reivindicar, até então, qualquer significado histórico tradicional:

Contamos história porque finalmente as vidas humanas têm necessidade e merecem ser contadas. Essa observação adquire toda a sua força quando evocamos a necessidade de salvar a história dos vencidos e dos perdedores. Toda história do sofrimento clama por vingança e exige narração.⁷²⁸

Esta intencionalidade biográfica da obra, eminentemente política, é instigante para, com um gesto hermenêutico, prescrutar-lhe os meandros da operação historiográfica constitutiva de sua narrativa e interpretá-la enquanto um artefato textual, uma história, artesanada e contada pela intencionalidade histórica e política do historiador/narrador.

⁷²⁵ QV, p. 15.

⁷²⁶ GINZBURG, C. In: VENANCIO, Renato Pinto. “A História e a Micro-História: uma entrevista com Carlo Ginzburg”. Ouro Preto: LPH. *Revista de História*, 1: 1-6, 1990, p. 2.

⁷²⁷ QV, p. 27

⁷²⁸ RICOEUR, Paul. *Tempo e Narrativa*. Trad. de Constança Marcondes César. Campinas: Papyrus, 1994, tomo I, p. 116.

O fio de Ariadne que guia o investigador/narrador no labirinto documental, é, segundo Carlo Ginzburg, aquilo que distingue um indivíduo de um outro em todas as sociedades conhecidas: o nome. Por onde o historiador/narrador começa a investigar a trajetória individual de Menocchio? “É óbvio que o trajeto pode começar em qualquer ponto da cadeia”.⁷²⁹ O melhor ponto de partida para a pesquisa sobre Menocchio foi o Arquivo da Cúria Episcopal da cidade de Udine. Carlo Ginzburg, ao iniciar a pesquisa biográfica sobre um moleiro do século XVI, afirma: “a única coisa que sabia a seu respeito era o nome: Domenico Scandella, dito Menocchio.”⁷³⁰ Na estrutura narrativa de *O Queijo e os Vermes: o cotidiano e as idéias de um moleiro perseguido pela Inquisição*, o nome equivale ao agente, ao personagem. Menocchio, o personagem central desta narrativa historiográfica, figura como protagonista, como um herói⁷³¹ da história. É a partir dele que se organizam os outros elementos da narrativa. É o indicador da singularidade das ações daqueles que por ele são identificados. O nome é o elemento central da pesquisa.

A micro-histórica faz uma opção investigativa concreta que se funda no nome. Isto significou, para além das propostas *annalistas* da história social, vigentes nos anos de 1960/70, que primavam pela serialização e anonimato, uma atitude de contraposição e a adesão a uma nova opção, que tinha por alvo tirar do esquecimento a ação das classes populares, que, aliás, haviam deixado poucos rastros e escassos vestígios documentais. Por exemplo, o historiador François Furet, em 1963, expressou a tendência da maioria dos historiadores que não tratavam as classes populares como objeto de estudo da história, aliás, quando o faziam, era através de uma abordagem quantitavista, dizendo que a “noção de classes subalternas evocava toda uma idéia de quantidade e de anonimato”.⁷³² Nos anos 70, François Furet defendia as reconstruções estatísticas, de grandes magnitudes, despersonalizadoras, homogeneizadoras, alheias, portanto, ao rastreamento pessoal dos nomes que designam uma vida. Carlo Ginzburg, Carlo Poni e Eduardo Grendi, Giovanni Levi, por sua vez, sustentaram pressupostos distintos que, enfim, reprovavam o cartesianismo de tal postura e defendiam a individualização da história, ou seja, buscar o mesmo indivíduo ou grupo de indivíduos em contextos sociais diferentes.

⁷²⁹GINZBURG, Carlo; CASTELNUEVO, Enrico; PONI, Carlo. “Provas e possibilidades à margem de ‘Il ritorno de Martin Guerre’” de Natalie Zemon Davis. In: *A micro-história e outros ensaios*. Trad. de António Narino. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989, p. 174.

⁷³⁰QV, p. 12.

⁷³¹Segundo Sabina Loriga, Menocchio deixa transparecer alguns sinais de heroísmo. In: REVEL, Jacques. op. cit. p. 244.

⁷³²Ibidem, p. 225.

Faz-se pertinente perguntar: onde pode nos levar o uso do método onomástico na reconstituição de uma biografia? E responder, nos termos ginzburgianos: o método onomástico, ao ser alargado, possibilita reconstruir o entrelaçado de diversas conjunturas. As linhas que convergem para o nome e que dele partem, compõem uma espécie de teia de malha fina que fornece ao observador “a imagem gráfica do tecido social” em que o indivíduo está inserido. A expressão: "a imagem gráfica do tecido social" refere-se à rede sintática das relações vivenciais (espaços-temporais) que circunscrevem o nome (pessoalização): relações familiares, de parentesco, de vizinhança, escolares, relações comunitárias, relações classistas, relações comunicativas intra e extra-territoriais. Mas o nome não foi sua única pista. Pois, em meio ao labirinto documental, para não perder-se dentre aproximadamente dois mil processos de julgamento da Santa Inquisição, ocorridos na região do Friuli, o historiador/narrador tem como problema selecionar, na massa dos dados disponíveis, casos relevantes e significativos. A história de Menocchio, por exemplo, só é significativa porque é um caso-limite que

[...] pode se revelar representativo, seja negativamente - porque ajuda a precisar o que se deva entender, numa situação dada, por 'estatisticamente mais freqüente' -, seja positivamente - porque permite circunscrever as possibilidades latentes de algo – (a cultura popular) que nos chega apenas através de documentos fragmentários e deformados, proveniente quase todos de 'arquivos da repressão'.⁷³³

E o que norteia esta representatividade do caso-limite é uma hipótese. A investigação que, no início, girava em torno de um indivíduo aparentemente fora do comum, acabou desembocando numa hipótese geral sobre a cultura popular -, e mais precisamente, sobre a cultura camponesa - da Europa pré-industrial, numa era marcada pela difusão da imprensa e a Reforma protestante:

Qual a relação entre uma cosmogonia como a de Menocchio – o queijo primordial do qual nascem anjos – e a Reforma? [...] É melhor imputá-las, por enquanto, a um substrato de crenças camponesas, velho de muitos

⁷³³ QV, p. 27/8.

séculos, mas nunca totalmente extinto. A Reforma, rompendo a crosta da unidade religiosa, tinha feito vir à tona, de forma indireta, tal substrato; a Contra-Reforma, na tentativa de recompor a unidade, trouxera-o à luz, para expulsá-lo.⁷³⁴

Todavia, a formulação de hipótese(s) se dá através do contato do historiador com os documentos, embora fartos, fragmentários e deformados, provenientes quase todos de “arquivos da repressão”. O melhor ponto de partida para a pesquisa sobre Menocchio foi o Archivio della Curia Arcivescovile di Udine. A esse, somam-se outros arquivos consultados: Archivio della Curia Vescovile di Pordenone, Archivio di Stato di Modena, Archivio di Stato di Pordenone, Archivio Secreto Vaticano, Archivio di Stato di Venezia, Biblioteca Comunale di Udine, Biblioteca Governativa di Lucca. As fontes examinadas pelo historiador Carlo Ginzburg foram: as fontes primárias - dois processos abertos contra Menocchio, distante quinze anos um do outro; documentos contendo indicações sobre suas atividades econômicas, sobre a vida de seus filhos; algumas páginas escritas por ele mesmo e uma lista parcial de suas leituras. Como se pode constatar, o pesquisador serviu-se de fontes escritas caracterizadas como indiretas, devido ao fato de serem “*em geral, de autoria de indivíduos, uns mais outros menos, abertamente ligados à cultura dominante*”⁷³⁵, que “*chegam até nós através de filtros e intermediários que os deformam.*”⁷³⁶

Graças a essa farta documentação e a uma investigação que é, ao mesmo tempo, qualitativa e exaustiva, o autor tem condições de descrever os caracteres, suas atividades, saber quais eram as leituras e discussões, pensamentos e sentimentos: temores, esperanças, ironias, raivas e desesperos de Domenico Scandela. Para decifrá-los, o historiador/narrador desembaraça o emaranhado de fios que formam a malha textual. As metodologias envolvidas na pesquisa para a decifração da documentação foram as seguintes: filológicas, semióticas, hermenêuticas. A pesquisa executa operações intelectuais do tipo: especificadoras, cotejadoras, confrontativas, remissivas, modelativas, analógicas, comparativas, correlativas, dedutivas, contextualizantes, conjeturais, probabilísticas e explicativas. Evidentemente que tais operações intelectuais devem ser rigorosamente cotejadas pelos inúmeros remetimentos

⁷³⁴QV, p. 70.

⁷³⁵QV, p. 18.

⁷³⁶Ibidem.

da documentação: os autos dos processos. Segundo o próprio Carlo Ginzburg, o que favorece tais operações são as leituras, ou seja, a literatura em seu sentido amplo, que nos descortina toda uma gama de possibilidades humanas. Isto significa que a erudição é imprescindível. Entendendo-se a erudição como o interesse pelo detalhe concreto: “*Tenho grande apreço pelo debate teórico, mas não me interesso por discussões teóricas sem referências concretas. Creio que é importante haver uma convergência entre erudição e questões teóricas*”.⁷³⁷ De forma que ter uma pergunta é fundamental. Para participar de uma produção científica, diz Carlo Ginzburg, devemos partir de um problema que conhecemos de primeira mão, somente assim podemos levantar questões teóricas, hipóteses, buscar respostas ou soluções. Assim, se poderá contribuir com o debate científico.

Para este historiador/narrador, o que justifica um livro sobre a vida de um moleiro do século XVI, não é o objeto, mas sim a abordagem dada à pesquisa. E o que caracteriza esta investigação, este saber, é o paradigma indiciário - a capacidade de, a partir de dados aparentemente negligenciáveis, pistas, sinais, indícios, remontar a uma realidade complexa não experimentável diretamente. Qual o seu diferencial? Esse procedimento é acompanhado por uma estratégia de redução de escala do objeto para aprofundar a análise, na qual se verifica uma valorização do empírico, exaustivamente trabalhado ao longo de uma também extensa pesquisa de arquivo. Especificando melhor o método micro-analítico, Carlo Ginzburg o vê como uma prática essencialmente baseada na redução da escala de observação, em uma análise microscópica e em um estudo intensivo do material documental. Conjuga, ao lado de um rigor analítico, elementos imponderáveis: os *insights*, as intuições, os golpes de vista, o faro, o acaso. Inclusive, como nos conta Carlo Ginzburg, foi por acaso que começou a pesquisa biográfica de Menocchio:

⁷³⁷VENANCIO, Renato Pinto. “A História e a Micro-História: uma entrevista com Carlo Ginzburg”. Ouro Preto: LPH. *Revista de História*, 1,1990, p. 1.

Como ocorre com frequência, esta pesquisa também surgiu por acaso.⁷³⁸ Passei o verão de 1962 em Udine. O Arquivo da Cúria Episcopal daquela cidade preserva um acervo de documentos inquisitoriais extremamente rico e, àquela época, ainda inexplorado. Pesquisei os julgamentos de uma estranha seita de Friuli [...]. Ao folhear um dos volumes manuscritos dos julgamentos, deparei-me com uma sentença extremamente longa. Uma das acusações feitas a um réu era a de que ele sustentava que o mundo tinha sua origem na putrefação. Essa frase atraiu minha curiosidade no mesmo instante, mas eu estava à procura de outras coisas [...] Anotei o número do processo. Nos anos que se seguiram aquela anotação ressaltava periodicamente de meus papéis e se fazia presente em minha memória. Em 1970 resolvi tentar entender o que aquela declaração poderia ter significado para a pessoa que a formulara.⁷³⁹

Então, o pesquisador prossegue sua investigação do caso Menocchio, tendo como intento, como motivo, a decifração de uma outra pista semântica: a cosmogonia do seu biografado, segundo a qual o mundo tinha sua origem na putrefação - enquanto metáfora a ser decifrada:

Eu disse que segundo meu pensamento e crença tudo era um caos, isto é, terra, ar, água e fogo juntos, e de todo aquele volume em movimento se formou uma massa, do mesmo modo como o queijo é feito do leite, e do qual surgem os vermes, e esses foram os anjos. A santíssima majestade quis que aquilo fosse Deus e os anjos, e entre todos aqueles anjos estava Deus, ele também criado daquela massa, naquele mesmo momento, e foi feito senhor com quatro capitães: Lúcifer, Miguel, Gabriel e Rafael.⁷⁴⁰

⁷³⁸Atente-se ao comentário do historiador Roger Chartier: “No caso de Ginzburg o acaso não é que ele tenha encontrado nos arquivos o processo de Menocchio, o moleiro do Frioul, visto que ele trabalhava nos arquivos da inquisição e estava interessado, bem como seu senhor Cantimori, pelos heterodoxos italianos. Ele queria mostrar que a Itália não apenas se identificava na reforma católica, mas que havia conhecido, senão a reforma protestante, pelo menos a heterodoxia. O acaso é que ele encontra Menocchio, que não era de forma alguma um desses sábios heterodoxos, mas um moleiro que havia construído toda uma visão do mundo.” CHARTIER, Roger. In: MIRANDA DIAS, C. M. “Linguagens, Educação e Sociedade”. Teresina, n. 13. Jul./dez. 2005, p. 146/7.

⁷³⁹QV, p. 11/12.

⁷⁴⁰QV, p. 46.

Na obra em estudo, a decifração do enigma torna-se o fio condutor da história. O processo decifratório inicia-se, portanto, em torno da referida declaração encontrada nos Arquivos de Udine, que se referia à cosmogonia de Menocchio, cujo teor remetia à idéia de que o mundo tinha origem na putrefação. Para o historiador, a questão era: o que esta declaração havia significado para o seu declarante? Qual o significado histórico de tal formulação? Carlo Ginzburg interrogava, simultaneamente, as possibilidades latentes da cultura e os modos através dos quais eram efetivamente vividas por Menocchio, colocando no centro de sua atenção precisamente o “singular”, diríamos melhor, “*a complexidade das relações que se estabeleciam entre ambas*”.⁷⁴¹ A linguagem de Menocchio se constituirá como um instrumento imprescindível para a reconstrução do mundo cultural do século XVI. Ela é a chave da interpretação. Foi a incorporação da abordagem filológica que inspirou Carlo Ginzburg a criar uma forma de lidar com o mundo simbólico de Menocchio.⁷⁴² Henrique Espada Lima corrobora esta percepção ao afirmar:

A atenção sobre a densidade metafórica das suas imagens e a análise retórica da sua argumentação eram colocados a serviço de uma interpretação cujo caráter dificilmente poderia ser qualificado de outra coisa que filológico: o cruzamento da erudição com uma leitura lenta e detalhada.⁷⁴³

No título metafórico da obra: *O Queijo e os Vermes*, evidencia-se a figuração paradigmática da narrativa posta na cosmogonia da putrefação, referindo-se à decomposição do queijo pelos vermes. As imagens alegóricas que, em linguagem benjaminiana, chamamos de “imagens dialéticas”, são imprescindíveis como categorias de montagem da obra com o poder de desvelar a cotidianidade do mundo e o pensamento do moleiro, sua cosmogonia singularíssima, ainda que filtrada pelos inquisidores. Essa cosmogonia, embora bastante estratificada, é regida por um princípio de unidade: a idéia de caos:

⁷⁴¹ESPADA LIMA, Henrique. *A micro-história italiana: escalas, indícios e singularidades*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006, p. 327.

⁷⁴²Inspiração possibilitada pelo encontro com a tradição *warburgiana*. *Ibidem*, p. 311.

⁷⁴³*Ibidem*, p. 318.

O caos precede a ‘santíssima majestade’, que não é melhor definida; do caos nasceram os primeiros seres viventes – os anjos e mesmo Deus, que era o maior de todos – por geração espontânea, ‘produzidos pela natureza’. A cosmogonia de Menocchio era substancialmente materialista e tendencialmente científica. A doutrina da geração espontânea da vida a partir do inanimado, compartilhada por todos os intelectuais do tempo (e continuaria sendo até os experimentos de Francesco Redi, mais de um século depois), era, de fato, mais científica que a doutrina da Igreja no que concerne à criação, baseada no Gênese.⁷⁴⁴

Esta cosmogonia é expressa através de uma miríade de itens lexicais: “queijo”, “vermes”, “substância”, “matéria”, “natureza”, “unidade”, “elementos”, “vontade”, “intelecto”, “memória”, “rebanho”, “carpinteiro”, “banco”, “feitores”, “trabalhador”; “perfeito”, “imperfeito” ou expressões tais como: “*mundo novo*”, “*criança no ventre da mãe*”, “*dois espíritos, sete almas e um corpo composto pelos quatro elementos [...]*”.⁷⁴⁵ Uma terminologia oriunda dos universos sociais do século XVI, que forneceu a Menocchio os instrumentos lingüísticos e conceituais para que ele elaborasse e exprimisse sua visão de mundo. Para captar o concreto dos processos reais vivenciados por Menocchio (a história vivida), o historiador/narrador elabora uma reconstituição aproximativa, a partir das referências feitas por Menocchio, nos processos, de um quadro parcial das suas leituras: *a Bíblia em língua vulgar; Il Fioretto della bibbia; Il Lucidario della Madonna; Il Legendario de santi; Historia del Giudicio; Il cavallier Zuanne de Mandavilla; Zampollo; Il Supplimento delle cronache; Lunario ...; Decameron*, um livro sem maiores identificações. A descrição e a reconstrução detalhada das leituras de Menocchio, realizada ao nível da pesquisa, são expostas narrativamente para o leitor, em suas sucessivas (re)elaborações. Utilizando-se de analogias que contribuem para preencher as lacunas do acontecimento que deseja reconstituir contextualmente, o historiador/narrador faz uso do exercício de imaginação criadora a partir dos “rastros” “indícios”, “vestígios” e dos recursos culturais que os camponeses dispunham para organizar suas vidas, identidades, cumplicidades e resistências, seja através de um procedimento metodológico comparativo do que é convergente e do que é irreduzível a uma influência mais contextual.⁷⁴⁶ Confessa Carlo Ginzburg que: “*o uso da imaginação moral,*

⁷⁴⁴ QV, p.125.

⁷⁴⁵ QV, p. 129/30 e 149.

⁷⁴⁶ QV, p.12.

aquilo que nos permite fazer conjecturas sobre os seres humanos. Esse lado cognitivo da literatura me é muito importante, e aprendi isso com minha mãe e com Ítalo Calvino".⁷⁴⁷

Segundo Paul Ricoeur, o modo como determinada situação histórica deve ser pré-configurada, depende da sutileza com que o historiador harmoniza a estrutura específica do enredo: a vida de Menocchio, com o conjunto de eventos e circunstâncias (a invenção da imprensa, a Reforma Protestante, a Contra-reforma, a Cultura oral) aos quais deseja conferir um sentido particular. Portanto, trata-se, essencialmente, de uma operação integradora. A escrita vai dando corpo significativo aos eventos⁷⁴⁸; e os eventos se articulam em um lugar que é o espaço (Europa pré-industrial) - tempo narrativo (século XVI). A abordagem micro-analítica demonstra uma capacidade de conceitualizar, de pôr em dúvida a noção de regularidade evolutiva, de reintroduzir o provável, quando não o aleatório, nas sucessões temporais.⁷⁴⁹ De forma que o passado e suas circunstâncias surgem em fragmentos, em micro-histórias, rompendo com a imagem de um mundo ordenado e hierárquico:

[...] esse conhecimento das coisas enquanto 'relações infinitas, passadas e futuras, reais ou possíveis, que para elas convergem', exige que tudo seja exatamente denominado, descrito e localizado no espaço e no tempo. Isso ocorre mediante a exploração do potencial semântico das palavras, de toda a variedade de formas verbais e sintáticas, com suas conotações e coloridos e efeitos [...].⁷⁵⁰

Para esclarecer um caso "raro", como o de Menocchio, ou seja, para se precaver do risco de cair no anedotário, inventaria os traços semânticos que reconduzem a uma cultura camponesa comum, através das semelhanças morfológicas dos seus traços culturais. A morfologia é uma disciplina fundada por Wladimir Propp⁷⁵¹, descrita como uma abordagem que se ocupa em encontrar filiações, homologias, entre as formas culturais próximas ou

⁷⁴⁷GINZBURG, Carlo. In: PALLARES-BURKE, Maria Lúcia. Op. cit p. 281.

⁷⁴⁸Entendo por evento todo acontecer vivido da existência, que motiva as operações textuais, nelas penetrando como temporalidade e subjetividade.

⁷⁴⁹GRIBAUDI, Maurizio. "Escala, pertinência, configuração". In: REVEL, Jacques. op. cit. p. 139.

⁷⁵⁰CALVINO, Ítalo. *Seis propostas para o próximo milênio: lições americanas*. 3. ed. Trad. Ivo Barroso. São Paulo: Companhia das Letras, 1990, p. 123.

⁷⁵¹Wladimir Propp (1928 -1983).

distantes, formas que rompem as barreiras contextuais que, de maneira latente ou manifesta, aparecem e reaparecem periodicamente. Portanto, para além da verossimilhança das conexões, Carlo Ginzburg vê mais proximidade entre o universo cultural de Menocchio e dos Vedas que entre o moleiro e seus contemporâneos. Não se trata de uma explicação trans-histórica, mas uma possibilidade no interior do campo das “relações e migrações culturais”.

No subtítulo: “o cotidiano e as idéias de um moleiro perseguido pela Inquisição”, se expressa a trama conceitual que remete para a ruptura da unidade ideológica religiosa do cristianismo: a descrença. Carlo Ginzburg reconstitui, na narrativa, a rebeldia e iconoclastia de Menocchio, revelando que este não reconhecia, na hierarquia eclesiástica, nenhuma autoridade especial nas questões de fé: “*Que papa, prelado, padres, qual o quê!*” O narrador resgata, através da força das palavras de Menocchio, o gesto que as movia: o desprezo, a descrença, a irreverência, a ironia.”⁷⁵² Assim, explicita-se a estruturação do sintagma, em acordo com a temática de seu estudo, onde o historiador se preocupa em enfatizar as estruturas de transição, as conexões, as relações de “circularidade” entre a cultura popular e a cultura erudita e o exercício da autonomia intelectual de um homem comum. Pois bem, interessava a Carlo Ginzburg investigar a alteridade de Menocchio, reconstruir analiticamente o que o tornava diferente e, através dele, a cultura popular de seu tempo.

Daí o conceito de cultura tornar-se central em sua discussão. Sobretudo a crítica a seu uso etnocêntrico. Em contraposição às idéias pré-concebidas de “cultura popular” como “deformação” ou “deterioração” da cultura da elite, ou àquelas do que chama “irracionalismo estetizante”, Carlo Ginzburg adere a uma alternativa: o conceito de circularidade cultural - que remete à idéia de trocas constantes e recíprocas (ainda que desiguais) entre a alta cultura e a baixa cultura. Ele remete para a idéia de um relacionamento circular feito de influências recíprocas, que se movia de baixo para cima, bem como de cima para baixo, “*influxo recíproco entre cultura subalterna e cultura hegemônica*”.⁷⁵³ Este conceito permite reconhecer um processo de filtração de informação num duplo sentido: a cultura escrita e letrada, com seus discursos e teorias sistemáticas de explicação da realidade e sua dinâmica de permeabilidade e modelação de outros grupos não letrados, assim como os grupos populares atravessam essa cultura letrada ou hegemônica com suas práticas discursivas fundadas na

⁷⁵² QV, p. 44.

⁷⁵³ QV, p. 21.

oralidade. Enfim, o conceito de circularidade aponta para o fenômeno dialético de permeabilidade ou cruzamento destas partes. Assim, Carlo Ginzburg investe na investigação das convergências entre a cultura camponesa e aquela de “*grupos de intelectuais dos mais refinados e conhecedores de seu tempo*”.⁷⁵⁴ Todavia, nega-se a explicar tais semelhanças pela tese da mera difusão de cima para baixo, aliás, considera insustentável o argumento de que:

[...] as idéias nascem exclusivamente no âmbito das classes dominantes. Por outro lado, a recusa dessa tese simplista implica uma hipótese muito mais complexa sobre as relações que permeavam, nesse período, as duas culturas: a das classes dominantes e a das classes subalternas.⁷⁵⁵

A teorização antropológica do conceito de circularidade cultural em novas bases, inspirado por Mikhail Bakhtin, precisa-lhe a operação crítica. Superando os limites da pesquisa indireta de Bakhtin, avança apontando para as redes fluídas ou rígidas, imbricadas e intercambiáveis das relações histórico-culturais, refinando os instrumentos da investigação qualitativa, tornando-os, tanto quanto possível, ‘diretos’ e/ou correlatos aos processos históricos concretos. O desafio torna-se, para além dos filtros⁷⁵⁶, decifrar:

[...] a irredutibilidade de uma parte dos discursos de Menocchio a esquemas conhecidos [que] aponta para um estrato ainda não examinado de crenças populares, de obscuras mitologias camponesas. Mas o que torna muito mais complicado o caso de Menocchio é o fato de esses obscuros elementos populares estarem enxertados num conjunto de idéias muito claras e conseqüentes, que vão do radicalismo religioso ao naturalismo tendencialmente científico, às aspirações utópicas de renovação social. A impressionante convergência entre as posições de um desconhecido moleiro

⁷⁵⁴ QV, p. 25/6.

⁷⁵⁵ QV, p. 230.

⁷⁵⁶ Os filtros dizem respeito ao caráter duplamente indireto das fontes escritas conservadas em arquivos. Em geral, foram escritas por indivíduos, direta ou indiretamente, ligados à classe dominante. Ou seja, o que nos chega “dos camponeses e artesãos do passado” é através destes intermediários ou filtros, que, na maioria das vezes, os deformam. QV, p. 18.

friulano e as de um grupo de intelectuais dos mais refinados e conhecedores de seu tempo repropõe com toda força o problema da circularidade da cultura formulado por Bakhtin.⁷⁵⁷

A interação na narrativa assume a forma de luta, de combate. Como explica Paul Ricoeur, “*as contingências da interação encontram-se então com as das circunstâncias*”.⁷⁵⁸ A historiadora Rosa Maria Godoy Silveira discorrendo sobre as relações entre acontecimentos e narrativas, inspirada por Paul Ricoeur, fala-nos de uma correia de transmissão intertemporal (sincronia e diacronia)⁷⁵⁹ que oferece várias formas de vislumbre de enunciação: a alteridade, a iteração e a analogia. A alteridade como cesura irreduzível entre os tempos; a iteração, como linha direta entre os tempos, a continuidade dos tempos e a analogia, “*como uma relação mediada entre os tempos*”. A alteridade e a iteração são definidas como figuras tradutoras de “*trajetos fatalistas e imobilistas, respectivamente, do Outro e do Mesmo, da descontinuidade total ou da continuidade absoluta*”.⁷⁶⁰ Quanto à analogia, é apontada como:

[...] percurso entreaberto de possibilidades de encontro entre o Outro e o Mesmo, da relação dialética entre continuidades e descontinuidades, entre passados e presentes, gestando um futuro, um tempo em movimento. A História propriamente dita. O conhecimento histórico, a pesquisa, como movimento.⁷⁶¹

Nesse sentido, a escrita de *O queijo e os vermes* é, por princípio, analógica:

⁷⁵⁷ QV, p. 25/6.

⁷⁵⁸ RICOEUR, Paul. *Tempo e Narrativa*. Trad. de Constança Marcondes César. Campinas: Papyrus, 1994, tomo I, p. 89.

⁷⁵⁹ Sincronia – caráter dos fenômenos lingüísticos, sociais, culturais, etc, observados em um dado estágio, independentemente de sua evolução no tempo; diacronia – caráter dos fenômenos lingüísticos, sociais, culturais, etc, observados quanto à sua evolução no tempo.

⁷⁶⁰ SILVEIRA, Rosa Maria Godoy. SILVEIRA, Rosa Maria Godoy. “*História e ensino: acontecimento e narrativa, acontecimentos e narrativas*”. Conferência apresentada no XXII Simpósio Nacional de História, João Pessoa – PB, jul. 2003. 01 CD-ROM.

⁷⁶¹ Idem.

De vez em quando as fontes, tão diretas, o trazem muito perto de nós: é um homem como nós, é um de nós. [...]. Mas é também um homem muito diferente de nós. A reconstrução analítica dessa diferença tornou-se necessária, a fim de podermos reconstruir a fisionomia, parcialmente obscurecida, de sua cultura e contexto social no qual ela se moldou.⁷⁶²

A originalidade de Carlo Ginzburg, ao esclarecer um caso “excepcional” ou “extraordinário” como o do moleiro Menocchio, que escapava tanto da costumeira tipologia dos processos inquisitoriais quanto da tipologia da amostra coletiva “representativa” ou “média” (geralmente utilizada no âmbito dos estudos sociológicos), foi estender às classes mais baixas o conceito histórico de “indivíduo”. Mas a análise particularizada não é restrita, nem arbitrária, ela tem a ambição de incorporar, integrar e articular o maior número possível de propriedades, que lhe permita a reconstituição do vivido, das experiências sociais em sua máxima complexidade e amplitude. Por esta perspectiva, o historiador/narrador Carlo Ginzburg faz emergir, da “cultura” de Menocchio, uma modulação em escala global da cultura camponesa da Europa pré-industrial do século XVI, apreendendo os fenômenos históricos e os enclaves socioculturais em circulação.

Uma série de elementos convergentes, os “rastros”, “os indícios”, são discursiva e virtualmente remontados através de um princípio de reconstituição histórico-cultural, sem perder a configuração caleidoscópica dos eventos e das relações possíveis (classes sociais) de certa cartografia social e de seu processo histórico dinâmico, simultaneamente sincrônico e diacrônico. Assim, instrumentalizando-se com os referenciais decifratórios: traços estruturais, traços sintáticos e traços temporais, o historiador inicia uma possível reconstrução em torno do personagem Menocchio, daquilo que foi o seu espaço cultural. Ele procura dar conta das certezas e incertezas das escolhas daquele homem, diante da conjuntura do momento histórico em que ele viveu: da Europa pré-industrial. As condições daquele presente, tal como ele foi vivido, poderão tornar-se acessíveis para nós a partir da sua experiência individual, dos fragmentos, traços ou rastros, que perduraram até nós.

⁷⁶²QV, p. 12.

2.1.2 - Mimese II:

- a produção narrativa da biografia intelectual de Menocchio: o combate com e pelas palavras

No prefácio à edição inglesa desta sua obra, o historiador/narrador Carlo Ginzburg faz anuência à compatibilidade entre o caráter científico da historiografia e sua dimensão literária, ao anunciar que “*O Queijo e os Vermes pretende ser uma história, bem como um escrito histórico*”.⁷⁶³ A escrita de *O Queijo e os Vermes* foi cuidadosamente ensaiada, com ambições comunicativas, que, propositadamente, remeteu para o fim do livro, as referências numéricas (notas), “*para não atravancar a narrativa*”⁷⁶⁴ e, acrescentamos, para atribuir-lhe literariedade. Observo nos comentários deste historiador que “*narrar melhor é explicar mais*”. Os efeitos de conhecimento produzidos e explicitados pela/na escrita dependem da técnica da *mise en scène*. A biografia do moleiro Domenico Scandella é moldada por três cenas narrativa básicas: primeira cena: equilíbrio - caracterização dos personagens e/ou entidades e a disposição dos mesmos no contexto geográfico, temporal, social e cultural; segunda cena: desequilíbrio - as peripécias (a delação, o interrogatório, as idéias, os conflitos ideológicos, as relações de poder, os combates discursivos e suas significações); terceira cena: restauração do equilíbrio (negociações e o trágico fim). A técnica de montagem das cenas é considerada pelo narrador/historiador Carlo Ginzburg como um elemento construtivo em estudos históricos.⁷⁶⁵ Paul Ricoeur refere-se a ela como uma operação costumeira entre os historiadores.⁷⁶⁶ A técnica da montagem ou *mise en scène* é utilizada para a composição da

⁷⁶³ QV, p.13.

⁷⁶⁴ Idem.

⁷⁶⁵ Encontrei uma referência à técnica da montagem como o método adotado por Walter Benjamin: “*A primeira etapa consistirá em transpor o princípio de montagem para a história. Isto é: as grandes construções serão realizadas com elementos mínimos, confeccionados de modo agudo e cortante.*” BOLLE, W. 1994, p. 88.

⁷⁶⁶ Eric Hobsbawm refere-se à operação de síntese da seguinte maneira: “O problema de encaixar as diversas manifestações do pensamento e da ação humanos em um período específico não é novo nem desconhecido. Nenhuma história da Inglaterra jacobina é satisfatória se omite Bacon ou o aborda exclusivamente como um advogado, político, ou uma personalidade na história da ciência ou da literatura. Além disso, até os historiadores mais convencionais o reconhecem, mesmo quando suas soluções (um capítulo ou dois sobre ciência, literatura, educação e não-sei-mais-o-quê apenso ao corpo principal do texto político-institucional) são insatisfatórias. Entretanto, quanto mais ampla a classe de atividades humanas aceita como interesse legítimo do historiador, quanto mais claramente entendida a necessidade de estabelecer conexões sistemáticas entre elas, maior a dificuldade de alcançar uma síntese. Naturalmente isso é muito mais do que um problema técnico de apresentação, embora também o seja. Mesmo aqueles que continuam a se orientar em sua análise por algo como o modelo “hierárquico de três camadas” de base e de superestruturas, que Stone rejeita, podem constatar que se trata de um guia inadequado para apresentação, ainda que provavelmente um guia menos inadequado que a narrativa cronológica e linear. HOBBSAWM, E. 1998, p. 204.

intriga e orientada pela noção de síntese compreensiva ou juízo sinótico⁷⁶⁷, que consiste em “compreender o que converte amontoados de acontecimentos em encadeamentos”.⁷⁶⁸

Acrescente-se, ainda, a técnica narrativa de *zigue-zague*, do romance e a técnica cinematográfica⁷⁶⁹ de *close up*, que têm a virtualidade de tornar claro o quanto o conhecimento histórico é fragmentário e que ele deriva de um processo aberto. Os fragmentos do pensamento do autor desempenham um duplo papel na narrativa: montar um curso literário de exposição com uma força transcendente, e, ao mesmo tempo, de concentrar em si aquilo que se expõe. Carlo Ginzburg afirma que este modelo permitiu-lhe, também, demonstrar a “incerteza do processo de pesquisa”⁷⁷⁰ e de seus procedimentos analíticos, em particular, o do *Estranhamento*. Este consiste num movimento retrospectivo, de retornos no tempo, às avessas (técnica denominada *flashback*), um movimento de frente para trás e de trás para frente, isento de linearidade, que alterna e envolve a relação “do presente com o passado e deste com o presente”.⁷⁷¹ A escrita deve ser reveladora dessa hesitação, capacitando o leitor a fazer seu próprio julgamento: “a escrita histórica deveria aspirar à democracia, ou seja, tornar possível a verificação dos enunciados de fora e que o leitor seja uma parte não apenas das conclusões alcançadas, mas também do processo que levou a elas”.⁷⁷²

A técnica da montagem põe em cena os encadeamentos operados pela sequencialidade de itens temáticos (unidades narrativas mínimas) que não obedecem a nenhum princípio continuísta, mas ordenam-se, através de uma lógica que tem como princípio

⁷⁶⁷Trata-se da dimensão configurante. O ato configurante consiste em considerar junto as ações de detalhe ou incidentes da história. Coloca uma pluralidade intuitiva sob a regra de um conceito. RICOEUR, Paul. *Tempo e Narrativa*. Trad. de Constança Marcondes César. Campinas: Papyrus, 1994, tomo I, p. 104.

⁷⁶⁸Ibidem, p. 124.

⁷⁶⁹Luís Miguel Cardoso comenta o quanto o neo-realismo cinematográfico italiano partilhou com o literário “a aproximação com o real, o debate sobre a missão do artista, o compromisso social, a confluência com a história.” CARDOSO, Luís Miguel. A Questão Social na dialética entre a Literatura e o Cinema. VIII Congresso Luso-Afro-Brasileiro de Ciências Sociais. Coimbra, 2004. Disponível em: <http://www.ces.uc.pt/LAB2004>. Carlo Ginzburg, por sua vez, fala-nos da influência exercida sobre ele e Giovanni Levi nos seguintes termos: “Em 1955 li em algum lugar que Cesare Zavattini, roteirista de De Sica e teórico do neo-realismo, havia sugerido escrever a história das pessoas que estão do nosso lado, no mesmo cômodo ...”. In: Prefácio. ESPADA LIMA, Henrique. *A micro-história italiana: escalas, indícios e singularidades*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006, p. 10/1.

⁷⁷⁰GINZBURG, C. In: GUNDERSEN, Trygve Riiser. “No lado negro da história: uma entrevista com Carlo Ginzburg”. Trad. Maria Betânia Amoroso. 10ª. reimpressão. *Eurozine*, jul. 2005. Disponível em: <http://www.eurozine.com/articles/2005-07-20-ginzburg-pt.html>

⁷⁷¹GINZBURG, Carlo. *Nenhuma ilha é uma ilha: quatro visões da literatura inglesa*. Trad. Samuel Titan Jr. São Paulo: Companhia das Letras, 2004, p. 15.

⁷⁷²GINZBURG, Carlo. In : GUNDERSEN, Trygve Riiser. op. cit.

as conexões da vida do moleiro Domenico Scandella em consonância com dois grandes eventos históricos: a invenção da imprensa e a Reforma Protestante:

Dois grandes eventos históricos tornaram possível um caso como o de Menocchio: a invenção da imprensa e a Reforma. A imprensa lhe permitiu confrontar os livros com a tradição oral em que havia crescido e lhe forneceu as palavras para organizar o amontoado de idéias e fantasias que nele conviviam. A Reforma lhe deu a audácia para comunicar o que pensava ao padre do vilarejo, conterrâneos, inquisidores – mesmo não tendo conseguido dizer tudo diante do papa, dos cardeais e dos príncipes, como queria. As rupturas gigantescas determinadas pelo fim do monopólio dos letrados sobre a cultura escrita e do monopólio dos clérigos sobre as questões religiosas haviam criado uma situação nova, potencialmente explosiva. Mas a convergência entre as aspirações de uma parte da alta cultura e as da cultura popular já tinha sido declarada de maneira definitiva mais de meio século antes do processo de Menocchio – quando Lutero condenara com ferocidade os camponeses em revolta e suas reivindicações. Aquelas idéias, nessa época, inspiravam apenas exíguas minorias perseguidas, como os anabatistas.⁷⁷³

Com o uso do método retrospectivo aplicado ao saber historiográfico, o autor tentará reconstituir, ao nível mesmo da investigação, o mundo cultural na Europa do século XVI. E a primeira instância dessa reconstrução são as entidades de primeira ordem do conhecimento histórico, as *entidades sociais* – que, na narrativa historiográfica, figuram como *personagens*: Menocchio, Anabatistas, Cultura Popular, Reforma, Contra-reforma, Inquisidores. O historiador é conduzido a ordenar as entidades que põe em cena no seu discurso. Esse trabalho de ordenação das entidades é suficientemente justificado por sua fecundidade heurística. Essa ordenação comporta uma inteligibilidade própria, possível de explicar reflexivamente. O objeto irreduzível da história é de ordem societal. Aos historiadores, interessa ver os pensamentos e as ações dos indivíduos no contexto específico de seu meio social; considerá-los em referência à natureza e às mudanças de uma sociedade existente, em um tempo e um lugar.

⁷⁷³ QV, p. 33.

A exploração de encadeamentos prováveis ou necessários se realiza através do juízo de imputação causal singular que induzirá a escolha do significado histórico do acontecimento tornado tema da história: a biografia intelectual do moleiro Menocchio. A operação de imputação causal singular compreende todas as etapas da explicação científica. Para ela, o historiador/narrador se instrumentaliza com um “laboratório do provável” que lhe fornece os paradigmas da armação da intriga. Ela supõe uma análise fina por fatores que objetiva selecionar cadeias de causalidade a serem incluídas na exposição seqüencial da história. Na obra *O queijo e os vermes*, Carlo Ginzburg realiza essa recolha de fatores hipotéticos que são os “quadros” das cenas. Inicia com a análise da influência do movimento anabatista (quadro n. 1):

Aquela que podemos chamar de eclesiologia de Menocchio, reconstruível com base nas afirmações feitas por ele durante os interrogatórios de Portogruaro, tem uma fisionomia bem precisa. No complexo quadro religioso da Europa do século XVI ela nos remete, principalmente e em mais de um ponto, às posições dos anabatistas. A insistência na simplicidade da palavra de Deus, a negação das imagens sacras, das cerimônias e dos sacramentos, a negação da divindade de Cristo, a adesão a uma religião prática baseada nas obras, a polêmica pregando a pobreza contra as ‘pompas’ da Igreja, a exaltação da tolerância são todos elementos que nos conduzem ao radicalismo religioso dos anabatistas. É verdade que Menocchio não é um defensor do batismo para os adultos. Mas sabe-se que muito cedo os grupos anabatistas italianos chegaram a recusar também o batismo, bem como todos os outros sacramentos, admitindo além disso um batismo espiritual, baseado na regeneração interior do indivíduo. Menocchio, por sua conta, considerava o batismo absolutamente inútil: ‘Acho que, quando nascemos, já estamos batizados, porque Deus, que abençoa todas as coisas, já nos batizou...’.

O movimento anabatista, depois de ter se alastrado por grande parte da Itália setentrional e central – mas sobretudo no Vêneto – foi desmantelado na segunda metade do século XVI pela perseguição religiosa e política, seguida da delação de um dos seus chefes. Porém, alguns grupos secretos dispersos sobreviveram clandestinos por alguns tempo também no Friuli. Talvez fossem anabatistas, por exemplo, os artesãos de Porcia aprisionados pelo Santo ofício em 1557, que se reuniam com freqüência na casa de um

curtidor de peles e de um tecelão de lã para ler a Escritura e falar ‘da renovação da vida [...], da pureza do Evangelho e da abstenção dos pecados’. Como veremos, é provável que Menocchio, cujas afirmações heterodoxas remontavam, segundo uma testemunha, até mesmo há trinta anos, tivesse entrado justamente em contato com esse grupo.

Todavia, apesar das analogias apontadas, não parece possível definir Menocchio como um anabatista. O valor positivo que ele formulou a propósito da missa, da eucaristia e também, dentro de certos limites, da confissão, era inconcebível para um anabatista. [...] Além disso, a heterogeneidade dos textos indicados por Menocchio como ‘fontes’ de suas idéias religiosas é o que se pode imaginar de mais distante dos preconceitos rígidos e sectários dos anabatistas.⁷⁷⁴

Em seguida, o narrador/historiador avalia o impacto provocado pela Reforma protestante (quadro n. 2):

Parece que Menocchio afirmava manter contatos com grupos ‘luteranos’ (termo esse que designava então uma área de heterodoxia muito ampla): por que não nos contentarmos com o vago parentesco, já notado anteriormente, entre as atitudes de Menocchio e a Reforma?⁷⁷⁵

O que distingue a marca da cientificidade dessa montagem, segundo Paul Ricoeur, é a explicação por imputação causal singular, que “*resulta da aplicação, à avaliação comparada das causas, da teoria da ‘possibilidade objetiva’*”.⁷⁷⁶ Essa teoria da “causalidade graduada” visa atribuir graus de probabilidade, que regulam a determinação da causalidade. Estas gradações variam entre um limiar inferior (causalidade acidental) e um limiar superior

⁷⁷⁴QV, p. 66/7.

⁷⁷⁵QV, p. 68.

⁷⁷⁶O que nos remete ao uso da retórica definida nos termos de Chaim Perelman como a “lógica dos juízos de valor”. No domínio da lógica, ela faz uso dos argumentos. Todavia, extrapola-a, ao usar argumentos meta-racionais, quer dizer, além do querer convencer, pretende persuadir, mover a vontade e o faz através de componentes valorativos: autoridade do orador/autor, campo de argumentação aberto, importância do ouvinte/leitor, permite o compromisso e a modificação parcial da posição dos opositores para se chegar a um ponto de acordo, como bem coloca José Murilo de Carvalho, “*a retórica é o campo do debate democrático*”. E Chaim Perelman: “*é o campo do humanismo*.” CARVALHO, José Murilo de. “História intelectual no Brasil: retórica como chave de leitura. *Topoi*. Rio de Janeiro, n. 1, 1998, p. 138.

(causalidade adequada). E, para não materializarmos os acontecimentos em si, devemos estar atentos ao fato de que “*a objetividade das probabilidades pertence ao juízo de possibilidade:*”⁷⁷⁷ Carlo Ginzburg trabalha com elas ao levantá-las: “*Mas quais eram as relações de Menocchio com os grupos conectados com a Reforma e com suas idéias?*”

‘Eu acredito que seja luterano quem siga ensinando o mal e coma carne às sextas-feiras e sábados’ – explicou Menocchio aos juízes que o interrogavam. Mas decerto era uma definição simplificada e deformada propositadamente. Muitos anos depois, no período do segundo processo (1599), soube-se que Menocchio havia dito a um judeu convertido, de nome Simon, que, quando da sua própria morte, ‘os *luteranos* vão ser informados e virão buscar as cinzas’. À primeira vista parece tratar-se de um testemunho esclarecedor. Na realidade, não o é. Independentemente da dificuldade [...] em verificar o fundamento das expectativas de Menocchio, o termo ‘luterano’ é colocado num contexto que confirma o uso generalizado que dele se fazia na época. Segundo Simon, de fato, Menocchio negara qualquer valor ao Evangelho, rejeitara a divindade de Cristo e louvara um livro que talvez fosse o Alcorão. É evidente que estamos muito distantes de Lutero e suas doutrinas.⁷⁷⁸

E continua a análise das probabilidades: “*por que não nos contentarmos com o vago parentesco, já notado anteriormente, entre as atitudes de Menocchio e a Reforma?*”⁷⁷⁹

Na realidade nem mesmo isso parece possível. Entre o inquisidor e Menocchio, a uma certa altura, houve um diálogo significativo. O primeiro perguntou: ‘O que o senhor entende por justificação?’. Menocchio, sempre pronto a expor suas opiniões, desta vez não entendeu. O frade precisou explicar-lhe *quid sit iustificatio* e Menocchio negou, como já vimos, que Cristo tivesse morrido para salvar os homens, já que, ‘se alguém pecou, é preciso que faça penitência’. No que diz respeito à predestinação, fez o

⁷⁷⁷Ibidem, p. 265.

⁷⁷⁸QV, p. 65/6.

⁷⁷⁹QV, p. 68.

mesmo discurso. Menocchio ignorava o significado dessa palavra e só depois do esclarecimento do inquisidor respondeu: ‘Eu não acredito que Deus tenha predestinado alguém à vida eterna’. Justificação e predestinação, os dois temas sobre os quais a discussão religiosa na Itália se acirrou no período da Reforma, não queriam dizer literalmente nada para este moleiro friulano – mesmo que, como veremos, ele os tenha encontrado pelo menos uma vez no decorrer de suas leituras.

Isto é mais significativo ainda se pensarmos que o interesse por esses temas, na Itália, não ficara circunscrito às classes mais altas da sociedade.⁷⁸⁰

Ao que, após as evidências ou indícios analisados, passo a passo, Carlo Ginzburg elimina-os.

O terceiro fator hipotético (quadro n.3) é investido no pressuposto da transmissão de uma cultura oral. No parágrafo abaixo, contendo as três hipóteses e/ou cenas, pode-se observar a montagem/construção em abismo ou graduada, que passou pela análise criteriosa de suas probabilidades:

[...] as afirmações de tom radical feitas por Menocchio não serão explicadas se remetidas ao anabatismo, ou, pior ainda, a um genérico “luteranismo”. Antes, devemos nos perguntar se elas não fazem parte de um ramo autônomo de radicalismo camponês que o tumulto da Reforma contribuíra para que emergisse, mas que era muito mais antigo do que a Reforma.⁷⁸¹

Pois bem, depois que o historiador dá as razões pelas quais considera tal fator, mais que tal outro, como causa suficiente de tal curso de acontecimentos, confere a um determinado fator o seu estatuto de causa suficiente: *“É melhor imputá-las, por enquanto, a um substrato de crenças camponesas, velho de muitos séculos, mas nunca totalmente*

⁷⁸⁰ QV, p. 68/9.

⁷⁸¹ QV, p. 70

extinto”⁷⁸², para então, submetê-lo à comprovação no âmbito do juízo de possibilidade. E o faz analisando a analogia entre a coagulação do queijo e a condensação da nebulosa destinada a formar o globo terrestre. Analogia que reproduzia mitos antiqüíssimos sobre a origem do cosmo, “*mencionados já nos Veda*”.⁷⁸³

Segundo os calmuco, no início dos tempos, as águas do mar se cobriram de uma camada sólida, como a que se forma sobre o leite, de onde saíram plantas, animais, homens e deuses. ‘No princípio este mundo não era nada, e [...] a água do mar foi batida como a espuma e se coagulou como o queijo, do qual nasceu depois uma infinidade de vermes; esses vermes se tornaram homens, dos quais o mais potente e sábio foi Deus’: foram mais ou menos estas (salvo as simplificações já citadas) as palavras ditas por Menocchio.

[...] Decerto, Menocchio falava de um queijo bem real, nada mítico, o queijo que vira ser feito (ou que talvez ele próprio tenha feito) inúmeras vezes. Os pastores de Altai, entretanto, haviam traduzido a mesma experiência num mito cosmogônico. Apesar da diversidade, que não deve ser subestimada, a coincidência permanece. Não se pode excluir o fato de que ela constitua uma das provas, fragmentária e em parte extinta, da existência de uma tradição cosmológica que, ultrapassando as diferenças de linguagem, combina mito e ciência. É curioso que a metáfora do queijo que gira reapareça um século depois do processo de Menocchio num livro (destinado a criar grandes polêmicas) em que o teólogo inglês Thomas Burnet procurava aproximar a Escritura da ciência de seu tempo. Pode ser que se tratasse de um reflexo, talvez inconsciente, da antiga cosmogonia indiana à qual Burnet dedicava algumas páginas de sua obra. Mas no caso de Menocchio é impossível não pensar em transmissão direta – transmissão oral, de geração para geração. Essa hipótese parece menos improvável se pensarmos na difusão – durante os mesmos anos e justamente no Friuli – de um culto de base xamanista como o dos benandanti. a cosmogonia de Menocchio se localiza nesse terreno, ainda quase inexplorado, de relações e migrações culturais.⁷⁸⁴

⁷⁸²Idem.

⁷⁸³QV, p.126.

⁷⁸⁴QV, p. 126/7.

Sua objetividade indica que “o seu argumento”⁷⁸⁵ constitui a estrutura lógica do conhecimento histórico, ou seja, como expressou Max Weber, “o sólido esqueleto da imputação causal”.⁷⁸⁶ A seleção é, comumente, orientada pelo interesse do historiador “numa certa classe de resultados”⁷⁸⁷, conferindo-lhe importância, ou para “construir cursos alternativos de acontecimentos, entre os quais o acontecimento do qual se avalia a importância produz a decisão”.⁷⁸⁸ Enfim, a escolha daquele avaliado como o mais importante dentre os arrolados:

[...] um substrato de crenças camponesas, velho de muitos séculos, mas nunca totalmente extinto [que a] Reforma, rompendo a crosta da unidade religiosa, tinha feito vir à tona, de forma indireta, tal substrato; a contra-Reforma, na tentativa de recompor a unidade, trouxera-o à luz, para expulsá-lo.⁷⁸⁹

Para construir as conseqüências que se espera da suposta supressão de um dos fatores, deve-se inserir no raciocínio as “regras da experiência”, ou seja, um saber disposicional que é um saber do tipo nomológico.⁷⁹⁰ As “regras da experiência” concernem às maneiras que os homens do século XVI, homens como Menocchio, teriam de reagir “culturalmente” a determinadas situações conjunturais:

Aos olhos dos conterrâneos Menocchio era um homem, ao menos em parte, diferente dos outros. Mas esta singularidade tinha limites bem precisos: da cultura do próprio tempo e da própria classe não se sai a não ser para entrar no delírio e na ausência de comunicação. Assim como a língua, a cultura oferece ao indivíduo um horizonte de possibilidades latentes – uma jaula

⁷⁸⁵Paul Ricoeur define o argumento como a operação que efetua uma síntese entre elementos discordantes permitindo, assim, chegar a uma conclusão inteligível.

⁷⁸⁶WEBER, Max. Apud RICOEUR, Paul. *Tempo e Narrativa*. Trad. de Constança Marcondes César. Campinas: Papirus, 1994, tomo I, p. 265.

⁷⁸⁷Ibidem, p. 264.

⁷⁸⁸Idem.

⁷⁸⁹QV, p. 70.

⁷⁹⁰Ele mostra “como as leis poder ser empregadas em história, mesmo quando não são estabelecidas pela história” RICOEUR, Paul. op. cit. p. 264.

flexível e invisível dentro da qual se exercita a liberdade condicionada de cada um. Com rara clareza e lucidez, Menocchio articulou a linguagem que estava historicamente à sua disposição.⁷⁹¹

Esses aspectos são concebidos, diria, como uma espécie de “facetas” de uma sociedade particular, em última instância, elas a caracterizam. Estas facetas deixam-se relacionar ao fenômeno cultural global em virtude de um traço notável deste, a saber, que é constituído por um feixe de instituições e de poderes cuja *densidade indefinida* se presta a investigações de escala variável, ao modo dos mapas geográficos. A noção de cultura recobre todas as aquisições oriundas de uma criação social e implicadas no uso individual, que são transmitidas por uma tradição, como por exemplo, a linguagem e as técnicas. Na medida em que as diversas facetas fazem parte das obras, inscrevem-se nas tradições e nas tramas de influências, marcam seu enraizamento na continuidade histórica das sociedades particulares. Aliás, foi o que forneceu ao historiador/narrador uma rede ampla e fina de fatores heterogêneos e significativos para serem decifrados e trançados como elos da cadeia de causalidades históricas. A leitura das leituras de Menocchio: lacunares, deformadas pela memória, intrincada por desvios, erros de interpretação, lapsos; os filtros que, inconscientemente foram interpostos entre ele e as páginas impressas que o fizeram enfatizar certas passagens e ocultar outras, exagerando o significado de algumas palavras, isolando-as do contexto, mastigando-as, triturando-as e transformando-as:

Vimos, portanto, como Menocchio lia seus livros: destacava, chegando a deformar, palavras e frases; justapunha passagens diversas, fazendo explodir analogias fulminantes. Toda vez que confrontamos os textos com suas reações a eles, fomos levados a postular que Menocchio possuía uma chave de leitura oculta que as possíveis relações com um ou outro grupo de heréticos não são suficientes para explicar. Menocchio triturava e reelaborava suas leituras, indo muito além de qualquer modelo preestabelecido. Suas afirmações mais desconcertantes nasciam do contato com textos inócuos, como *As Viagens*, de Mandeville, ou a *Historia del*

⁷⁹¹ QV, p. 27.

Giudicio. Não o livro em si, mas o encontro da página escrita com a cultura oral é que formava, na cabeça de Menocchio, uma mistura explosiva.

O fenômeno sociocultural exige uma análise e o trabalho de reconstrução, já que a trama de eventos tem a propriedade de constituir uma série indefinidamente densa; essa propriedade permite todas as mudanças de escala; todo acontecimento pode ser analisado em sub-acontecimentos ou integrado a um acontecimento de maior escala. A essas mudanças de escala, correspondem graus igualmente variáveis na análise estrutural ou funcional (economia, ideologia, cultura). As linhas de análise são autônomas. Essa reconstrução pode seguir dois caminhos: um que acentue a continuidade temporal – o da análise longitudinal ou diacrônica – e um que acentue as discordâncias – o da análise concomitante ou sincrônica, encorajando o esfacelamento da história geral em histórias especiais:

No século XVI, no quadro conjuntural da “Contra-Reforma (e paralelamente, com a consolidação das igrejas protestantes) iniciara-se uma era marcada pelo enrijecimento hierárquico, pela doutrinação paternalista das massas, pela extinção da cultura popular, pela marginalização mais ou menos violenta das minorias e dos grupos dissidentes” (p. 33/34).

O historiador, na mesma medida em que utiliza em seus trabalhos a noção de longa duração, utiliza, também, a de conjuntura e de acontecimentos-ruptura, inclusive, defende que estas noções não são excludentes e podem ser convergentes, mas adverte-nos, alcançar esta convergência não é nada fácil, pois que, por aí depara-se com problemas de método e de narrativa. Carlo Ginzburg declara que, desde a década de sessenta, busca pautar suas análises a partir dessa convergência, aliada a uma preocupação originada dos seus esforços no sentido de abordar “*a história política de maneira mais ampla*”.⁷⁹² Desde a identificação do objeto e sua importância, a elaboração das categorias mediante as quais se analisa (analógicas ou metafóricas), os critérios da prova, os critérios estilísticos e narrativos através dos quais se transmite ao leitor os resultados obtidos. Nesse sentido, a investigação não é homólogo

⁷⁹²GINZBURG, Carlo. In: VENANCIO, Renato Pinto. “A História e a Micro-História: uma entrevista com Carlo Ginzburg”. Ouro Preto: *LPH. Revista de História*, 1: 1-6, 1990, p. 5.

passivo do objeto, e sim o resultado de uma experimentação, controlável, renovável, modificável, em função dos parâmetros escolhidos e de pontos de vista particulares:

O problema aqui não é tanto opor um alto e um baixo, os grandes e os pequenos, e sim reconhecer que uma realidade social não é a mesma dependendo do nível de análise – ou, como muitas vezes se dirá neste livro, da escala de observação – em que escolhemos nos situar. Fenômenos maciços, que estamos habituados a pensar em termos globais, como o crescimento do estado, a formação da sociedade industrial, podem ser lidos em termos completamente diferentes se tentamos apreendê-los por intermédio das estratégias individuais, das trajetórias biográficas, individuais ou familiares, dos homens que foram postos diante deles. Eles não se tornam por isso menos importantes. Mas são construídos de maneira diferente.⁷⁹³

Por sua vez, estas unidades de natureza integrativa compreendem uma multiplicidade de “índices” – que concernem ora as caracterizações descritivas dos personagens, relativas às suas identidades, às suas ações, aos caracteres, sentimentos, fantasias, aspirações, hábitos, idéias e valorações; ora às informações, seja para denominar, seja para situar no tempo e no espaço: nome, datas, atividades profissionais, condições econômicas, posição social, nível escolar, relações de parentesco, relações sociais, alianças e adversários, conflitos e confrontos, negociações. São constituídos por uma miríade sucessiva de micro acontecimentos ou incidentes individuais e/ou coletivos – considerados os episódios da trama, postos em série cronológica balizada pelos acontecimentos mais relevantes da existência do moleiro Domenico Scandela: nascido em 1532, denunciado em 1583, submetido ao primeiro interrogatório pela Inquisição em 7 de fevereiro de 1584 e a outros subsequentes em 16 e 22 de fevereiro, 8 de março, 1 de maio. Libertado em 18 de fevereiro de 1586; em 1599 é submetido a outro interrogatório, para, enfim, ser condenado e executado em 1601. No interstício de uma vida, são apreendidos e encadeados os mais diversos, dispersos e heterogêneos fatores, contingências e peripécias e que vão constituir o que Paul Ricoeur chama de armação da intriga, que consiste numa operação que conjuga o evento e a forma. Os

⁷⁹³REVEL, Jacques. (Org.). *Jogos de escala: a experiência da micro-análise*. Trad. de Dora Rocha. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1998, p. 12/3.

acontecimentos/eventos (nomes, datas) não são apenas as pontas de *icebergs* que encobrem segmentos profundos, rupturas e continuidades, mas realidades sociais articuladas no tempo, tempos heterogêneos. O seu caráter concreto é, simultaneamente, inserido na sua duração própria. Assim, são destacados, como contextos, estratos temporais que o historiador percorre vertical e horizontalmente: “*na secção transversal de qualquer presente encontramos também as incrustações de numerosos passados, de espessura temporal diferente, que podem remeter a um contexto espacial muito mais extenso*”.⁷⁹⁴

Assim, a narrativa não se desenrola num fluxo que justapõe eventos, mas aquela que produz interrupções, recortes no transcurso da história, de modo que o passado possa irromper sobre o presente. Vejo uma filiação estreita no que toca à noção de tempo histórico informada por uma dimensão filosófico-política de inspiração benjaminiana. Tempo e narrativa se entremeiam na perspectiva do “instante-distante”. O gesto arbitrário a que se refere Carlo Ginzburg, é o “salto tigrino no passado ou “salto dialético” de Walter Benjamin: “*Menocchio é nosso antepassado, mas é também um fragmento perdido, que nos alcançou por acaso, de um mundo obscuro, opaco, o qual só através de um gesto arbitrário podemos incorporar à nossa história.*”⁷⁹⁵ Tal gesto do historiador/narrador desnaturaliza o acontecimento objeto e o re-arranja em uma “constelação monádica”, revolvendo a idéia de totalidade histórica definitiva, mas construída narrativamente. Assim, diz-nos Carlo Ginzburg: “*Qualquer acontecimento, não importa o quão insignificante ele possa parecer, pode ser compreendido apenas na estrutura de uma realidade histórica mais ampla.*”⁷⁹⁶ Nisso, o escritor Ítalo Calvino é inspirador, ao afirmar que:

[...] cada objeto mínimo é visto como o centro de uma rede de relações de que o escritor não consegue se esquivar, multiplicando os detalhes a ponto de suas descrições e divagações se tornarem infinitas. De qualquer ponto que parta, seu discurso se alarga de modo a compreender horizontes sempre

⁷⁹⁴GINZBURG, Carlo. Apud BENSA, Alban. In: REVEL, Jacques. op. cit. p. 63.

⁷⁹⁵QV, p. 34.

⁷⁹⁶GINZBURG, C. In: GUNDERSEN, Trygve Riiser. “No lado negro da história: uma entrevista com Carlo Ginzburg”. Trad. Maria Betânia Amoroso. 10ª. reimpressão. *Eurozine*, jul. 2005. Disponível em: <http://www.eurozine.com/articles/2005-07-20-ginzburg-pt.html>

mais vastos, e se pudesse desenvolver-se em todas as direções acabaria por abraçar o universo inteiro.⁷⁹⁷

Parece-me que a função particular da narrativa pode ser resumida em duas características: uma delas é a tentativa de demonstrar, através de um relato de fatos sólidos, o funcionamento de alguns aspectos da sociedade que seriam distorcidos pela generalização e formalização quantitativista, cujas operações tendem a acentuar, de maneira funcionalista, o papel dos sistemas de regras e dos processos mecanicistas de mudança social; a segunda característica é aquela de incorporar ao corpo principal da narrativa os procedimentos da pesquisa em si, as limitações documentais, as técnicas de persuasão e as construções interpretativas. Esse método rompe com a assertiva tradicional, a forma autoritária de discurso adotada pelos historiadores, que apresentam a realidade como objetiva:

A arte da retórica liga a forma ao fundo, a natureza da narrativa ao seu contexto de enunciação e à identidade do narrador. O tipo de enunciado escolhido, sua fatura, suas figuras e os nomes próprios que ele exhibe são largamente dominados pela conjuntura.⁷⁹⁸

Nessa perspectiva se coloca a experiência narrativa biográfica de *O queijo e os vermes*, ao expor em série os micro-episódios que comportam uma vida e que são as partes enumeradas e tematizadas em 62 itens, com as seguintes denominações lexicais: 1. Menocchio; 2. A aldeia; 3. O primeiro interrogatório; 4. “Possesso”?; 5. De Concórdia a Portogruaro; 6. “Falar muito contra os superiores”; 7. Uma sociedade arcaica; 8. “Arruinam os pobres”; 9. “Luteranos e anabatistas”; 10. Um moleiro, um pintor, um bufão; 11. “Opiniões... saíram da minha própria cabeça”; 12. Os livros; 13. Leitores da aldeia; 14. Folhas impressas e “opiniões fantásticas”; 15. Beco sem saída?; 16. O templo das virgens; 17. O funeral de Nossa Senhora; 18. O pai de Cristo; 19. O dia do Juízo Final; 20. Mandeville; 21. Pigmeus e canibais; 22. “Deus da natureza”; 23. Os três anéis; 24. Cultura escrita e cultura oral; 25. O caos; 26. Diálogo; 27. Queijos místicos e queijos reais; 28. O monopólio do saber;

⁷⁹⁷CALVINO, Ítalo. op. cit. p. 122.

⁷⁹⁸BENSA, Alban. In: REVEL, Jacques. op. cit. p. 52.

29. As palavras do *Fioretto*; 30. a função das metáforas; 31. “Patrão”, “feitor” e “trabalhadores”; 32. Uma hipótese; 33. Religião camponesa; 34. A alma; 35. “Eu não sei”; 36. Dois espíritos, sete almas, quatro elementos; 37. Trajetória de uma idéia; 38. Contradições; 39. O paraíso; 40. Um novo “modo de viver”; 41. “Acabar com os padres”; 42. “Mundo novo”; 43. Fim dos interrogatórios; 44. Carta aos juizes; 45. Figuras de retóricas; 46. Primeira sentença; 47. Prisão; 48. Volta à aldeia; 49. Denúncia; 50. Diálogo noturno com o judeu; 51. Segundo processo; 52. “Fantasias; 53. “Vaidades e sonhos”; 54. “Ó magno, onipotente e santo Deus...”; 55. “Se eu tivesse morrido há quinze anos”; 56. Segunda sentença; 57. Tortura; 58. Scolio; 59. Pellegrino Baroni; 60. Dois moleiros; 61. Cultura dominante e cultura subalterna; 62. Cartas de Roma. O que assegura essa justaposição da cadeia de acontecimentos sucessivos, articulados e encadeados um ao outro, é um liame verbal, a palavra. Estas unidades narrativas mínimas constituintes do conjunto integrativo foram eleitas tendo, por critério, sua funcionalidade enquanto unidades sintáticas que são unidades de conteúdo ou de significação.

O historiador Peter Gay afirma que os recursos literários do historiador não estão separados da verdade histórica, mas constituem o exato meio de transmiti-la. Em concordância com esta assertiva de Peter Gay, aponto a observância feita por Carlo Ginzburg ao se referir à adoção de um código estilístico como um procedimento que seleciona certos aspectos da realidade e descarta outros, valoriza certas relações e não outras, estabelece certas hierarquias e não outras. Toda a narrativa de *O queijo e os vermes* foi tecida a partir dos efeitos provocados pela retórica de Menocchio. Mas, alerta-nos o pesquisador, os instrumentos lingüísticos e conceituais apropriados por Menocchio, “*não eram neutros nem inocentes*”. No universo lingüístico oral de Menocchio, afeito a uma fidelidade absoluta às palavras, as intrincadas metáforas são tomadas “*com rigor ao pé da letra*”. E seu conteúdo é quase transparente.⁷⁹⁹ Já as páginas escritas por Menocchio⁸⁰⁰, apresentam, em sua estrutura interna, uma linguagem densa, “intrincada de metáforas” coladas ao cotidiano, argumentativa, com funções analógico-explicativas, uma escrita conformada por uma linguagem repleta de

⁷⁹⁹Universo influenciado pela Reforma que, segundo o historiador Patrick Collinson era “*inundado pelas palavras*.”. Que “*fez da abstração ‘a Palavra’ algo mais concreto e firme, e mais real, ligando-a aos textos bíblicos, que receberam autoridade nova e absoluta: sola scriptura.*” COLLINSON, Patrick. *A reforma*. Trad. S. Duarte. Rio de Janeiro: Objetiva, 2006, p. 49.

⁸⁰⁰Diz-nos Carlo Ginzburg, que as páginas escritas por Menocchio revelam “*que o autor não tinha muita familiaridade*” com elas.

simetrias, aliterações, anáforas e derivações. Nelas, Carlo Ginzburg identifica a fórmula do *exemplum*⁸⁰¹, através do qual apreende o conteúdo latente das intenções de Menocchio.

A estrutura narrativa de *O queijo e os vermes* é caleidoscópica, uma construção retórica em abismo como que em fidedignidade ao discurso de Menocchio: compósito de vozes e lugares heterogêneos, colagem de idéias e reelaborações originais girando em torno da necessidade de falar, “*Falar muito contra os superiores*”. Os discursos de Menocchio expressam uma inesgotabilidade de sentidos, cujas virtualidades históricas e literárias permitiram ao historiador/narrador Carlo Ginzburg ver a emergência de:

[...] um estrato cultural profundo, tão pouco comum que se torna quase incompreensível. Este caso, diferentemente dos outros examinados até aqui, envolve não só uma reação filtrada pela página escrita, mas também um resíduo irredutível de cultura oral. Para que essa cultura *diversa* pudesse vir à luz, foram necessárias a Reforma e a difusão da imprensa. Graças à primeira, um simples moleiro pôde pensar em *tomar a palavra* e expor suas próprias opiniões sobre a Igreja e sobre o mundo.⁸⁰² Graças à segunda, tivera *palavras* à sua disposição para exprimir a obscura, inarticulada visão de mundo que fervilhava dentro dele.⁸⁰³

Foi visto como o narrar, para o historiador, é um explicar e como a armação de uma intriga, no âmbito da narrativa histórica, constitui o objeto, tanto de uma composição poética da linguagem que envolve a seleção e combinação de palavras carregadas de significados,

⁸⁰¹Inspiradas “pela rede de *exempla* da Escritura”. *QV*, p. 175.

⁸⁰²Patrick Collinson alerta de que “*precisamos investigar o quase-paradoxo de que a Reforma, que libertou e deu energia ao vernáculo, tornou-se possível devido ao movimento a que chamamos humanismo renascentista, que era latino. O humanismo era mais do que um desejo de limpar a língua latina, restaura-lhe a excelência dos estudos clássicos, embora também tivesse sido mais do que isso. Trazia consigo a convicção de que a eloquência na expressão, essencialmente a arte da retórica, era mais propensa a comunicar a verdade e a virtude, duas coisas preciosas, do que a lógica silogística, que era a base da teologia escolástica*”. COLLINSON, Patrick. op. cit. p. 51/2.

⁸⁰³*QV*, p.127. Ver também: “*Estima-se que na altura de 1500 cerca de 27 mil títulos, três quartos dos quais em latim, haviam surgido nas gráficas da Europa. A mídia era a própria mensagem, no sentido de que os impressores tinham fome de livros vendáveis [...]. Uma autoridade nesses temas propôs que o que mudou o mundo não foi o Renascimento, e sim a imprensa. Praticamente ignoramos o que foi o Renascimento, a não ser como idéia um tanto diáfana, mas podemos tocar e pesar o produto da imprensa, que teve imenso impacto tanto sobre os letrados quanto sobre os ignorantes.*” COLLINSON, Patrick. op. cit. p. 57.

voltados para a emissão de uma mensagem que é cultural⁸⁰⁴; quanto de uma função retórica, elocutiva e argumentativa, que coloca o historiador numa situação de contestação e de processo, equivalente ao juiz, “*sua defesa nunca está terminada, pois a prova é menos conclusiva para eliminar candidatos à causalidade – do que para coroar um só para sempre*”.⁸⁰⁵ Portanto, para o historiador, a prova é instrumental para “*eliminar candidatos à causalidade*”.⁸⁰⁶ Carlo Ginzburg diz-se consciente do desafio da narrativa biográfica de Menocchio: conjuga “*engenhosamente erudição e imaginação, provas e possibilidades*”⁸⁰⁷ para reconstituir a história de homens e mulheres como nós e também diferentes de nós.⁸⁰⁸ A dinâmica do jogo interpretativo de Carlo Ginzburg reside na combinação entre dados seguros e conjecturais, entre provas e possibilidades. Neste sentido, *O queijo e os vermes* experimenta a dimensão integrativa da narrativa, articulando a perspectiva que privilegia a análise das formas com a perspectiva focada na análise das funções.⁸⁰⁹ Daí está a problemática da *representância*⁸¹⁰ vinculada à problemática dos rastros, visto que, na medida em que os rastros valem pelo passado, encontra no *ver-cómo* uma saída parcial. No que pode ser visto um paralelismo com a ficção, nos termos entendidos pela historiadora Sandra Jatahy Pesavento:

Preferimos definir a ficção na sua acepção que, como diz Natalie Davis estava ainda presente no século XVI, antes do cientificismo do século XIX converter a história na “rainha das ciências” e de colocar, não no seu horizonte mas no seu campo efetivo de chegada, a *verdade verdadeira* do acontecido. Este posicionamento antigo nos fala da ficção *finger* como uma criação a partir do que existe, como construção que se dá a partir de

⁸⁰⁴Jakobson afirma que a função poética coloca em evidencia o lado palpável, concreto, dos signos que, nos termos do crítico da cultura Walter Benjamin, trata-se do seu “teor coisal”, ou seja, sua “materialidade” ou “historicidade”. Ver também JAKOBSON In: CHALUB, S. 1986, p. 19.

⁸⁰⁵DRAY, W. Apud. RICOEUR, Paul. *Tempo e Narrativa*. Trad. de Constança Marcondes César. Campinas: Papirus, 1994, tomo I, p. 266.

⁸⁰⁶RICOEUR, Paul. op. cit. p. 266.

⁸⁰⁷GINZBURG, Carlo. Provas e possibilidades à margem de «Il ritorno de Martin Guerre» de Natalie Zemon Davis. In: *A micro-história e outros ensaios*. Trad. de António Narino. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1991, p. 202.

⁸⁰⁸QV, p. 12.

⁸⁰⁹ESPADA LIMA, Henrique. *A micro-história italiana: escalas, indícios e singularidades*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006, p. 327.

⁸¹⁰Segundo Sandra Jatahy Pesavento, “a noção proposta por Paul Ricoeur de ‘representância’ vem ao encontro desta propriedade do trabalho do historiador: mais do que construir uma representação, que se coloca no lugar do passado, ele é marcado pela vontade de atingir este passado. Trata-se de uma militância no sentido de atingir o inatingível, ou seja, o que um dia se passou, no tempo físico já escoado.” Ver: <http://nuevomundo.revues.org/document1560.html>.

algo que deixou indícios. A palavra *fictio*, corrobora Ginzburg, está ligada a *figulus*, oleiro, ou seja, aquele que cria a partir de algo. No caso do historiador, este *algo* que existiu seriam as fontes, traços da evidência de um acontecido, espécie de provas para a construção do passado. Na complementação deste entendimento, que afasta a ficção da pura fantasia, Carlo Ginzburg cita Isidoro de Sevilha, quando este escreveu dizendo que falso era o não verdadeiro, *fictio* [fictum] era o verossímil.⁸¹¹

Esta operação construída, que não esconde a sua artificialidade, é realizada pelo método de *questionamento às avessas* e pela *intencionalidade histórica* que possibilitarão a reconstrução analítica de rastros, vestígios ou fragmentos do passado. E indicam a consciência do historiador, no que diz respeito a todas as fases da investigação como construídas e não “dadas”. O que nos leva a entender que a emergência de novos temas e relações induz o historiador a enfrentar dimensões temporais e espaciais heterogêneas, que, “se queira ou não”, apresentam-se como problemas de “ordem narrativa”:

Por muito tempo, apenas com raras exceções, a narração histórica continuou a tomar tacitamente seu modelo no romance naturalista do século XIX; ela se limitava a substituir o romancista onisciente, que sabe tudo das motivações que fazem agir seus personagens, por um historiador onisciente. O romance moderno é, em seu nascimento, estreitamente aparentado com a escritura da história, e ele a influencia de volta. Mas as escolhas estilísticas não são jamais neutras ou inocentes: mesmo o uso de um tempo verbal determinado comporta implicações cognitivas, como mostrou E. Benveniste em páginas célebres. Em termos simples, isso significa que os livros de história poderiam também ser escritos de outra maneira (eles eram, aliás, antes do século XVIII). Ora, o romance contemporâneo tentou representar um tempo feito de ‘ritmos lentos, flash-backs, perdas e ressurgimentos’, como escreve J. Le Goff em um contexto muito diferente, (...). Proust é com certeza o primeiro exemplo, e o mais acabado que nos vem ao espírito; mas também Virginia Wolf, Musil, ou mesmo um romancista sem dúvida menos, como Dos Passos. É possível pensar que os historiadores

⁸¹¹PESAVENTO, Sandra Jatahy. 2006. <http://nuevomundo.revues.org/document1560.html>.

contemporâneos não tenham nada a aprender dessas narrativas, dessas experiências cognitivas – aliás, muito diferentes entre si? Os problemas epistemológicos que o historiador deve enfrentar hoje não são talvez muito diferentes daqueles que encontraram os grandes romancistas do século XX – começando pelo estilhaçamento, estabelecido de uma vez por todas, de um quadro temporal muito unívoco e homogêneo. Do romance à história, as soluções narrativas serão diferentes, sem nenhuma dúvida. Mas ainda aqui, não se poderia fazer melhor do que subescrever o apelo que lança J. Le Goff ao ‘rigor e à imaginação’.⁸¹²

Para Paul Ricoeur, uma obra pode ser, ao mesmo tempo, um grande livro de história e um admirável romance. Desde que “*o entrelaçamento da ficção à história não enfraqueça o projeto de representância desta última, mas contribua para a sua realização.*”⁸¹³ Em *O Queijo e os Vermes*, Carlo Ginzburg intenta transferir ao vivo, na pesquisa, a tensão entre narrativa e documentação. A narração reflete o percurso da investigação. É, justamente, no interior da *práxis* historiográfica, que se efetiva uma síntese, aparentemente antinômica, entre história e literatura, visto que se utiliza de um mesmo princípio: a imaginação para a (re)criação das experiências humanas nos tempos a fim de alcançar o “que um dia poderia ter sido” e contá-las, não mais através de convenções lingüísticas opostas, mas confluentes. Assim, abrem-se as possibilidades para uma comunicação que não apenas preserva o reconhecimento de diferentes saberes, como também nos orienta na busca dos encontros profícuos entre eles.

Também Carlo Ginzburg, em entrevista, comenta que se inspira em romances a fim de criar efeitos. Tanto é que a trama da narrativa biográfica de um personagem do século 16, Menochio, revela-se numa configuração romanesca. Apresenta uma estrutura narrativa portadora de apelos dramáticos, a exemplo de uma história vivida, rica em golpes teatrais. O enredo romanesco se caracteriza, ainda, por envolver vidas cujas consciências estão entremeadas por planos onde o onírico invade a realidade, heróis que buscam a transcendência do mundo da experiência. No posfácio da obra *O Queijo e os Vermes*, Renato

⁸¹²GINZBURG, Carlo. Apud ESPADA LIMA, Henrique. *A micro-história italiana: escalas, indícios e singularidades*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006, p. 360.

⁸¹³RICOEUR, P. *Tempo e Narrativa*. Trad. de Roberto Leal Ferreira. Campinas, SP: Papirus, 1997, tomo III, p. 323.

Janine Ribeiro trata o personagem Menocchio como “*um herói, um mártir da palavra*”⁸¹⁴, debatendo-se numa experiência de vida solitária, condenada ao silêncio – “*infligido não só pela repressão oficial; porém, antes dela, já a solidão*”⁸¹⁵ O tom romanesco revela-se, ainda, no enfoque conflitante que aflora na consciência de Menocchio e na sociedade daquele momento histórico e na busca para resolvê-lo no trama/drama de sua vida, seja para o bem ou para o mal. O herói de *O Queijo e os Vermes* arrisca a própria vida lutando contra o sofrimento de ser silenciado: “*Se me fosse permitida a graça de falar diante de um papa, de um rei ou de um príncipe que me ouvisse, diria muitas coisas e, se depois me matassem, não me incomodaria*”.⁸¹⁶

Voltando-me para a observação para o interior da narrativa, se entrevê os procedimentos de mediação entre a explicação científica e a tessitura da intriga, ao que correspondem *objetos transicionais*. O historiador trabalha com duas formas de argumentação diferentes, oriundas do campo da retórica judiciária.⁸¹⁷ Por um lado, aquela que conclui com uma verdade comprovada, por outro, aquela que se estabelece como uma possibilidade - o que, em termos aristotélicos, chamaríamos a prova necessária e a probabilidade, o verossímil. Seguindo a sugestão de José Murilo de Carvalho, para verificar em que medida as regras do argumento retórico se fazem presentes, deve-se dirigir a atenção para a elocução, ou seja, o modo de dizer, o estilo. Nessa tradicional e essencial parte da retórica, importa o “como se diz”. O que implica na discussão de problemas concretos ligados às fontes e às técnicas da investigação que cada historiador utilizou no seu trabalho e em como comunicá-las. Os obstáculos interpostos na pesquisa, sob forma de lacunas e distorções da documentação, deverão transformar-se em parte da narrativa. Tal pressuposto é uma das especificidades da micro-história italiana. A intrínseca relação entre os códigos literários e os históricos na narrativa ginzburguiana, diríamos, ambiciona uma excelência cognitiva e pode ser notada com clareza no trecho de uma entrevista realizada por Adriano Schwart com Carlo Ginzburg:

⁸¹⁴QV, p. 235.

⁸¹⁵Idem.

⁸¹⁶Idem.

⁸¹⁷“o impulso de se ocupar de fontes judiciárias permitiu tocar, por um lado, na ambígua proximidade entre historiadores e juízes e, por outro, na importância da retórica judiciária para qualquer discussão de metodologia da história.” In: GINZBURG, Carlo. *Relações de força: história, retórica, prova*. Trad. de Jônatas Batista Neto. São Paulo: Companhia das Letras, 2002, p. 62/3.

A.S: Ainda que seu texto não se negue a estabelecer conclusões, tenho impressão de que, com o passar dos anos, o Sr. está cada vez mais preocupado com a exposição do que com o veredicto final, ampliando o que se poderia chamar de “margens de silêncio” em seu texto. Essa impressão é verdadeira?

C.G: Aceito a expressão “margens do silêncio”, mas com uma qualificação. Tenho a impressão de que estou tão comprometido como sempre estive em chegar a uma conclusão e anunciá-la (uma demonstração, se você preferir), mas estou cada vez mais interessado em envolver o leitor na minha busca. Essa estratégia é aprimorada pelo ensaio, como forma literária, uma vez que elipses, atalhos, silêncios são mais facilmente aceitos em um ensaio. Eu me aproveito dessas possibilidades para estabelecer uma relação mais exigente com meu leitor. Mais exigente e (espero) mais satisfatória.⁸¹⁸

Para Carlo Ginzburg, a pretensão à verdade é inerente às narrações historiográficas. O que interessa, é como controlá-la. Daí o uso de recursos ou técnicas retóricas, tais como a *enargeia*. Os historiadores, segundo Carlo Ginzburg, “*devem estar aptos a fundamentar as suas asserções com algum tipo de prova*”.⁸¹⁹ As provas são usadas pelo historiador para criar “efeitos de verdade” – esta impressão de vida, ou força vital, que o historiador pretende encontrar, dando a ver uma invisível realidade, é preciso ‘mostrar’ e ‘citar’. Mostrar e citar são representações do conhecimento expressas através da escritura: a citação de autores. A citação, seja direta ou indireta, superou a *enargeia*, o que significa “*em termos bachtinianos, como uma vitória de uma atitude dialógica sobre uma atitude monológica*”.⁸²⁰ Com o que concorda o historiador Peter Gay:

Ao definir critérios de exposição – a nota de rodapé completa, a bibliografia honesta, a citação exata –, ele traz as fontes, o raciocínio e as conclusões do historiador à luz brilhante do exame público e presta-se a discriminar entre

⁸¹⁸SCHWART, Adriano. SCHWARTZ, Adriano. “A estratégia das margens do silêncio”. Entrevista com Carlo Ginzburg. *Folha de São Paulo. Mais!*, 10 out. 2004. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/fsp/indices/inde10102004.htm>

⁸¹⁹GINZBURG, Carlo. Provas e possibilidades à margem de «Il ritorno de Martin Guerre» de Natalie Zemon Davis. In: *A micro-história e outros ensaios*. Trad. de Antônio Narino. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1991, p. 230.

⁸²⁰Idem.

o que ele deve a terceiros e o que constitui uma contribuição própria sua. O julgamento do fórum profissional sempre é franco e amiúde cruel, e prepara o caminho para interpretações mais completas e mais acuradas. Como tantas outras coisas na disciplina da história, a luta pela objetividade é um assunto coletivo.⁸²¹

Considerando que as fontes históricas têm lacunas, vazios e espaços indeterminados, o historiador os preenche com condicionais, com advérbios que não são senão conjeturas. As conjeturas sobre os seres humanos, inspiradas pela imaginação moral (apreendida, segundo Carlo Ginzburg, na leitura de romances), são representadas no discurso histórico através de figuras de linguagem ou tropos denominadas de: metafóricas⁸²², metonímicas, alegóricas, paródias, ironias, sarcasmo, analépticas, prolépticas e antíteses, antífrase, imprecação, prosopopéia, hipérbole.

Os tropos constitutivos do estilo historiográfico da obra *O Queijo e os Vermes* são conformados pelas metáforas que dão nome às coisas, ao deflagrar a palavra que denomina o objeto ou o pensamento que organiza a sucessão de palavras e dão forma material ao invisível, em representações conjeturais tais como imaginar as passagens secretas do pensamento do personagem que, infelizmente, são inacessíveis. Por exemplo, a figuração paradigmática da narrativa, metaforizada no caso de *O Queijo e os Vermes*, posta na cosmogonia da putrefação (decomposição do queijo pelos vermes) remete para a ruptura da unidade ideológica religiosa do cristianismo: “*Meu espírito era elevado e desejava que existisse um mundo novo e um novo modo de viver, pois a Igreja não vai bem e não deveria*

⁸²¹GAY, Peter. *O estilo na história*: Gibbon, Ranke, Macaulay, Burckhardt. Trad. de Denise Bottmann. São Paulo: Companhia das Letras, 1990, p. 188.

⁸²²Metáfora é a figura de linguagem em que se dá a substituição da significação natural de uma palavra por outra em virtude de uma relação de semelhança subentendida. As metáforas dão forma material ao invisível, em representações conjeturais. A metonímia consiste no emprego de uma palavra em lugar de outra, ou seja, em vez de uma palavra emprega-se outra com a qual tenha qualquer relação por dependência de idéia. A alegoria consiste na representação de uma idéia abstrata por uma figura dotada de atributos que sugerem aquela abstração. A ironia é a figura de pensamento pela qual se diz o contrário do que se pensa, com intenção sarcástica. A prosopopéia é a figura que consiste no emprestar vida aos seres inanimados, fictícios, ausentes ou mortos. A antífrase consiste no emprego de palavra ou frase em sentido oposto ao verdadeiro. A antítese é a figura de pensamento pela qual se salienta a oposição entre duas idéias ou palavras. A imprecação consiste em lançar maldição sobre pessoas ou coisas. A hipérbole é a figura de pensamento que engrandece ou diminui exageradamente a verdade das coisas. A prolepse, também chamada *antecipação*. A prolepse constitui uma figura mediante a qual se adianta o enunciado de um epíteto, argumento ou uma ação, como se já tivesse ocorrido a circunstância (substantivo, idéia, evento) que lhes diz respeito e que necessariamente os precederia. A silepse é uma figura de sintaxe pela qual a concordância das palavras se faz de acordo com o sentido e não segundo as regras da gramática.

ter tanta pompa".⁸²³ As imagens simbólicas são, portanto, imprescindíveis como categorias de análise semiológica neste estudo de *O Queijo e os Vermes*, que tem o poder de desvelar a cotidianidade do mundo do moleiro, moldado pela literariedade de sua cosmovisão, ainda que filtrada pelos inquisidores. E o faz através de um mecanismo de aproximação dos termos da metáfora, tais como: interação, confrontação, analogia, justaposição, parataxe, tensão, bipolaridade e unificação de heterogêneos.⁸²⁴

A figura linguística conhecida como metonímia é notada em *O Queijo e os Vermes*. Menocchio "*é um fragmento perdido*"⁸²⁵ Perdido? Pergunta Carlo Ginzburg, ao que ele próprio responde, usando as palavras de Walter Benjamin: "*nada do que aconteceu deve ser perdido para a história*" (p.34). Renato Janine Ribeiro comenta que, embora Ginzburg não o enquadre num contexto *a priori* delineado, respeitando-lhe a diferença e originalidade, Menocchio é um caso-limite que se revela representativo. É, pois, através do uso de figuras de imagens integrativas, incorporado a uma história total. Para captar o concreto dos processos reais vivenciados pelo agente/personagem, através de sua reconstituição biográfica, utiliza-se o narrador/historiador de analogias que contribuem para preencher as lacunas do acontecimento que deseja reconstituir contextualmente, seja através de um exercício de imaginação a partir dos "rastros", "indícios", "vestígios" e dos recursos culturais que os camponeses dispunham para organizar suas vidas, identidades, cumplicidades e resistências, seja como procedimento metodológico comparativo do que é convergente e do que é irreduzível a uma influência mais contextual, delineando as leituras, as discussões, os pensamentos, os sentimentos, os temores, os desesperos, as esperanças, as raivas e as ironias de Menocchio.⁸²⁶

A conotação irônica perpassa fortemente a trama biográfica do moleiro Menocchio. E podemos notá-las nas expressões sarcásticas de Menocchio, visíveis em declarações como: "*cada um faz o seu dever; tem quem ara, quem cava e eu faço o meu, blasfemar*".⁸²⁷ Ginzburg apreende a insolência do seu biografado para confirmar sua "*independência de julgamento*" e "*do direito de ter uma posição autônoma*".⁸²⁸ A ironia reside, ainda, no

⁸²³ QV, p. 57.

⁸²⁴ MOISÉS, Massaud. *Dicionário de Termos Literários*. 14 ed. São Paulo: Cultrix, 1999, p. 329.

⁸²⁵ QV, p. 34.

⁸²⁶ QV, p. 12.

⁸²⁷ QV, p. 57.

⁸²⁸ QV, p. 54.

espelhar da possibilidade de libertação da condição da queda ou a esperança temporária do triunfo do homem sobre o mundo, expressa através de metáforas oníricas presumidas por Ginzburg, ao dimensionar as sutilezas imaginárias da criação de um mundo novo sonhado por Menocchio e da brilhante sutileza de sua retórica.

As figuras chamadas de prolepse e analepse conformam um movimento dinâmico do historiador, seja do presente para o passado ou vice-versa, traduzindo a experiência de uma práxis que é inextricavelmente a sua e a do outro (uma outra época ou a sociedade que o determina hoje). Ele trabalha com a própria ambigüidade que designa o nome de sua disciplina, *Historie* e *geschichte*: ambigüidade, afinal, rica de sentido.⁸²⁹ Para perceber esse movimento que confere ao fato social sua especificidade temporal, convém discernir em que medida os equilíbrios atuais integraram as "*lutas anteriores para transformar ou conservar a estrutura*" e *contêm em germe, nas relações de forças do momento, "o princípio [...] das transformações ulteriores"*.⁸³⁰ Ela é analéptica, pois que recupera desse passado homens e mulheres como nós, mas também diferente de nós, em suas plenas originalidades.⁸³¹ E a narrativa de *O Queijo e os Vermes* é proléptica ao configurar um modelo de História Cultural que recupera a capacidade de narrar e instiga-nos na busca dos possíveis históricos, daquele passado repleto de "agoras" e de "futuros". O infinito suceder cósmico e histórico, que nos precede, nos envolve e nos habita, sempre, e em toda a parte, do nascer ao morrer, só se torna um evento para o sujeito quando este o situa no seu aqui e o temporiza no seu agora. É daí que vêm a força e a resistência das datas para a prática micro-analítica. Vêm daquelas massas ocultas de que as datas são índices. Vêm da relação inextricável entre o acontecimento, e a polifonia do tempo social, do tempo cultural, do tempo corporal, que pulsa sob a linha de superfície dos eventos. Uma tal análise do passado faz explodirem as coerências e as imprecisões de homogeneidade com que o olhar mais distante talvez se contentasse: o passado se torna um "presente de outrora", ou seja, um "sistema de contextos" (Contexto = estrutura no tempo) que nunca param de agir uns sobre os outros e com os quais os indivíduos tecem, cada qual, a sua própria tela.

⁸²⁹CERTEAU, Michel de. CERTEAU, Michel de. *A escrita da história*. Trad. de Maria de Lourdes Menezes, rev. tec. de Arno Vogel. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1982, . p. 55.

⁸³⁰BOURDIEU apud "Da micro-história a uma antropologia crítica". In: REVEL, Jacques. (Org.). *Jogos de escala: a experiência da micro-análise*. Trad. de Dora Rocha. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1998, p. 59.

⁸³¹QV, p. 12.

Em *O queijo e os vermes*, o autor não se priva, nem nos priva dos recursos paratextuais, tais como as abreviaturas, prefácio, posfácio, notas, as citações e índice onomástico. Todavia, encontram-se ordenados de forma a não comprometer, como declarou o próprio Carlo Ginzburg, a sua qualidade narrativa, mais especificadamente, a sua literariedade e, por isto, foram colocadas “*de propósito no fim do livro, sem referências numéricas*”.⁸³² As citações, por exemplo, são argumentos retóricos de autoridade e pertencem à prática comum da retórica. Trata-se do recurso a outros autores, que reforçam a sua própria autoridade e consiste numa prática comum na tradição historiográfica, na qual a “*opinião dos especialistas pode ser útil para a persuasão*”.⁸³³ Como o confirma Peter Gay: “*As estratégias expositivas do historiador são todas elas, conscientemente ou não, estratégias de persuasão.*”⁸³⁴ Em *O Queijo e os vermes*, as citações remetem à escolha de um cânone de autores do pensamento político, filosófico, literário e histórico: Mikhail Bakhtin, Walter Benjamin, Marc Bloch, Arnaldo Momigliano, Antonio Gramsci, Roman Jakobson. No interior do *corpus* narrativo de *O queijo e os vermes*, são inúmeras as remissões ao cânone de autores, cujos livros em circulação que “*apontam para uma rede de leitores*”⁸³⁵, contribuíram para a formação das idéias do leitor Menocchio. Dentre eles, o *Fioretto della Bibbia*, postulado por Carlo Ginzburg como um livro adquirido através “de uma autêntica escolha” e sendo o livro de cabeceira de Menocchio. Os outros, listados por Carlo Ginzburg, lhe foram emprestados, trata-se daqueles que estiveram à sua disposição e “*não, decerto, um quadro de predileções e escolhas conscientes.*”⁸³⁶ Consciente ou não, quando cotejados pelo historiador, com os discursos de Menocchio, nos remetem para os cânones intelectuais da época:

Ao lado da Escritura, encontramos livros de piedade, reelaborações da Escritura em verso e prosa, vidas de santos, um almanaque, um poema semi-satírico, um livro de viagens, uma crônica, uma antologia de contos (o decameron), todos em língua vulgar (como já foi dito, Menocchio não sabia muito mais de latim do que aprendera ajudando a missa), escritos dois ou três séculos antes, muito difundidos e consumidos por pessoas de várias classes sociais. O Foresti e o Mandeville, por exemplo, faziam parte da

⁸³² *QV*, p. 13.

⁸³³ CARVALHO, José Murilo de. op. cit. p. 142.

⁸³⁴ GAY, Peter. *O estilo na história*: Gibbon, Ranke, Macaulay, Burckhardt. Trad. de Denise Bottmann. São Paulo: Companhia das Letras, 1990, p. 177.

⁸³⁵ *QV*, p. 84.

⁸³⁶ *QV*, p. 86.

biblioteca de um outro “homem desconhecedor das letras”, quer dizer, desconhecedor do latim, ainda que muito diferente: Leonardo da Vinci. E a *Historia del Giudicio* figura entre os livros de um famoso naturalista, Ulisse Aldovandi (que por sua vez tivera problemas com a Inquisição em virtude de suas relações, quando jovem, com grupos heréticos). É evidente que o Alcorão se sobressai nessa lista (caso Menocchio de fato o tivesse lido), porém essa é uma exceção que será considerada à parte. Os outros são títulos bastante óbvios [...].⁸³⁷

Quando se descarta dos elementos comprobatórios, a historiografia identifica-se a um puro e simples documento ideológico. A resistência de Carlo Ginzburg em aceitar a redução da história à retórica não quer dizer que ele aceite uma idéia de realidade sem mediação através das fontes documentais. É consciente de que as fontes são representações e que, por isso mesmo, o externo, o ocorrido, o desaparecido, é, por princípio, irrecuperável, mas não incognoscível, porque estes vestígios, diz ele, inclusive um só vestígio, permite-nos, ao modo do investigador, do detetive, referir-se a este mundo extratextual, a essa presença que os céticos negam.⁸³⁸ Pode-se dizer, junto com Nicolau Sevcenko⁸³⁹, que Carlo Ginzburg redefiniu a prática, o campo e os limites da historiografia contemporânea. Carlo Ginzburg tem mantido, em toda a sua obra, a radicalidade no seu modo crítico de produzir história frente às inquietações políticas de seu/nosso tempo.

2.1.3 - Mimese III:

- a recriação da utopia: o desejo de um “mundo novo”

A historiadora Rosa Maria Godoy Silveira, com base em Paul Ricoeur, discute o ato de comunicação como uma correia de transmissão intertemporal, diríamos que prismática, envolvendo mortos e vivos (biografado, narrador/biógrafo e leitor). Para ela, o exercício dessa mediação exige um atributo, uma qualificação: ser historiador, ser portador de conhecimento histórico e saber realizar a Operação Histórica, que demanda, entre outros predicados, o de

⁸³⁷ *QV*, p. 87.

⁸³⁸ Tais argumentos podem ser encontrados, em sua essência, em Momigliano, a que Ginzburg, vai dar uma extensão mais erudita, contextualizando-a no combate contra o ceticismo epistemológico.

⁸³⁹ SEVCENKO, Nicolau. “A força da história”. In: *Folha de São Paulo*. Jornal de Resenhas. Especial 5, Sab, 11 jan. 2003.

saber narrar, narrar sobre o tempo histórico. A partir de seu próprio tempo, o historiador problematiza as experiências do passado a fim de "lê-las", tornando-se, assim, um "sujeito de comunicação", um mediador dos vivos com os mortos, transpondo para estes as vozes do seu futuro (dos mortos), mesmo quando o historiador silencie, explicitamente, sobre seu próprio presente. Mediação, pois, no tempo e com o tempo, expressa pela narrativa como o ato, processo e relato/produto de transmissão das experiências temporais.⁸⁴⁰ Experiências que têm o mundo como horizonte.⁸⁴¹

Essa experiência que chega à linguagem através de uma obra é dialogal: "*O que é comunicado, em última instância, é, para além do sentido de uma obra, o mundo que ela projeta e que constitui o seu horizonte.*"⁸⁴² Daí ser o texto tanto influenciado pela construção intencional do trabalho do autor, quanto possui sua própria independência em relação a ele: um texto sempre possui "vida própria". Um texto contém sentidos independentes das intenções do autor, refletidos nos pressupostos pessoais e socioculturais em que, inconscientemente, o autor vive e escreve. Portanto, o contexto do autor é um elemento importante e necessário na leitura e compreensão do texto. Também o leitor possui pressupostos pessoais e culturais que influenciam radicalmente o modo como o texto é lido e compreendido. Logo, o leitor também opera dentro de um contexto. Cada leitor interpreta as mensagens, decifrando-as com códigos próprios, oriundos de seu contexto sociocultural. No ato de leitura, dá-se uma intersecção entre o mundo do texto e o mundo do leitor que se assemelha à noção de "fusão de horizontes"⁸⁴³, pressupondo para os atos de discurso, em geral, um referente contemporâneo de seu caráter de acontecimento e de seu funcionamento dialogal, que ambiciona "*levar à linguagem e partilhar com outro uma nova experiência*". Segundo Paul Ricoeur, este conceito dialético procede de uma dupla recusa: a do objetivismo, segundo o qual a objetivação do outro se faz no esquecimento do próprio; e a do saber absoluto, segundo o qual a história universal é susceptível de articular-se num único horizonte. E argumenta na defesa da relação dialógica:

⁸⁴⁰SILVEIRA, Rosa Maria Godoy. "*História e ensino: acontecimento e narrativa, acontecimentos e narrativas*". Conferência apresentada no XXII Simpósio Nacional de História, João Pessoa – PB, jul. 2003. 01 CD-ROM.

⁸⁴¹RICOEUR, Paul. *Interpretação e Ideologias*. Trad. de Hilton Japiassu. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1990, p. 119.

⁸⁴²RICOEUR, Paul. *Tempo e Narrativa*. Trad. de Constança Marcondes César. Campinas: Papyrus, 1994, tomo I, p. 119.

⁸⁴³Conceito do pensador alemão Hans-George Gadamer. Ver: GADAMER, Hans-George. *Verdade e método: traços fundamentais de uma hermenêutica filosófica*. 3 ed. Trad. De Flávio Paulo Meurer. Petrópolis, RJ: Vozes, 1997.

Não existimos nem em horizontes fechados nem num único horizonte. Não há horizonte fechado, pois podemos nos transportar para outro ponto de vista e para outra cultura. [...] não há horizonte único, pois a tensão do outro e do próprio é insuperável.⁸⁴⁴

A dialética da leitura, segundo Paul Ricoeur, é constituída por uma estratégia de persuasão que parte do autor e tem como alvo o leitor. É a essa estratégia que o leitor responde, acompanhando a configuração e apropriando-se da proposta do mundo do texto, que comporta três momentos: 1. estratégia fomentada pelo texto e dirigida para o leitor; 2. a inscrição dessa estratégia na configuração literária; 3. a resposta do leitor, considerado como sujeito leitor ou público receptor.

No primeiro momento, a estratégia parte do ponto de vista do autor, que a conduz, e insere-se no campo da retórica, enquanto “*arte pela qual o orador visa persuadir seu auditório.*”⁸⁴⁵ Essas técnicas assinaláveis na obra remetem para o autor implicado.⁸⁴⁶ Considerando que o autor conduz a estratégia da leitura, a teoria da leitura inclui-se no campo da retórica. A retórica entendida como “*as técnicas pelas quais uma obra se torna ‘comunicável’.*”⁸⁴⁷ Técnicas essas, que podem ser assinaláveis na própria obra através das escolhas e das normas que fazem do texto a obra de um enunciador. Não há incompatibilidade entre uma poética que dá ênfase à orientação da mensagem para si mesma e uma retórica do discurso eficaz, orientado para o destinatário, uma vez que a mensagem que é para si mesma sua própria finalidade, sempre questiona. À imagem de uma poética da obra aberta, a retórica da leitura renuncia a se elevar à condição de sistema normativo, para se fazer ‘sistema de questões possíveis’:

A que disciplina pertence uma teoria da leitura? A poética? Sim, na medida em que a composição da obra regula a leitura; não, na medida em que

⁸⁴⁴RICOEUR, Paul. *Interpretação e Ideologias*. Trad. de Hilton Japiassu. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1990, p. 115.

⁸⁴⁵RICOEUR, P. *Tempo e Narrativa*. Trad. de Roberto Leal Ferreira. Campinas, SP: Papirus, 1997, tomo III, p. 277.

⁸⁴⁶Refere-se ao trabalho do autor gasto em simular a presença real por meio da escritura.

⁸⁴⁷Ibidem, p. 278.

outros fatores entram em jogo, fatores estes que dependem da espécie de comunicação que tem seu ponto de partida no autor e atravessa a obra para encontrar seu ponto de chegada no leitor. Com efeito, do autor é que parte a estratégia de persuasão que tem como alvo o leitor. É a essa estratégia de persuasão que o leitor responde acompanhando a configuração e apropriando-se da proposta do mundo do texto.⁸⁴⁸

O que se aplica ao historiador Carlo Ginzburg, para quem o ato de escrever é algo que está profundamente relacionado ao ato de comunicar algo a alguém. O que parece óbvio e, todavia não o é, diz-nos, pois que *“há muita coisa escrita (não só por historiadores) que parece ignorar completamente o público, como se a escrita fosse por si só suficiente”*.⁸⁴⁹ O referido historiador/narrador expressa uma intensa preocupação em controlar as leituras, de ser obcecado pela pontuação porque ela infere a certo modo de perceber e sentir o texto – o que aponta para a cuidadosa seleção de elementos sintáticos da língua. Como já foi exposto, dentre os pressupostos da micro-história, encontramos a ênfase numa escrita da história de forma a torná-la não só acessível aos especialistas como também ao público em geral.

A primeira dialética da leitura ainda se evidencia no combate entre a expectativa de uma configuração imediatamente legível e a estratégia de frustração inscrita no texto, que atribui ao leitor a tarefa quase impossível de dar sentido a *“lugares de indeterminação”*, que ofuscam a legibilidade do texto. Todo texto é inesgotável à leitura, e a leitura empenha-se em se figurar no que não foi escrito pelo texto. O narrador/historiador Carlo Ginzburg, consciente da existência da comunicação, declara o esforço que, costumeiramente, demanda para controlá-la, muito embora não o consiga, vista a infinitude das reações de seus leitores de origens variadas. Todavia, fascina-o as formas de como será lido. Por exemplo, atentemos para a recepção de sua obra *O queijo e os vermes*, para a qual, diz, *“não está preparado”*. Não se encontrava preparado para o uso para diferentes propósitos, que foi feito por parte de seus leitores. Inclusive, declara considerar *“irônico”* o fato de a relação do livro com seus leitores/receptores apresentarem exatamente o mesmo processo de passar por *“diferentes usos, translações e interpretações”* que foram estudadas por ele, enquanto historiador,

⁸⁴⁸RICOEUR, P. *Tempo e Narrativa*. Trad. de Roberto Leal Ferreira. Campinas, SP: Papirus, 1997, tomo III, p. 277.

⁸⁴⁹GINZBURG, Carlo. In: PALLARES-BURKE, Maria Lúcia G. *As muitas faces da história: nove entrevistas*. São Paulo: UNESP, 2000, p. 278.

especificadamente, no caso Menocchio. Mas, segundo Paul Ricoeur, a reação dos leitores não é um fenômeno aleatório. Os traços que sublinham a resposta do leitor à estratégia de persuasão do texto, são os traços que sublinham o caráter dialético do ato de leitura. Em *O queijo e os vermes*, a “ironia” da coincidência entre os dois processos de leitura: o de Menocchio e o de seus próprios leitores (de Carlo Ginzburg), apontada como “*precisamente um estudo do mesmo processo – as adoções do próprio Menocchio dos escritos de outros, o poder do leitor sobre o texto*”⁸⁵⁰, está relacionada com o fato de o ato da leitura ser o vetor da aptidão da intriga de modelar a experiência, pois que ele retoma e conclui o ato configurante. Pode-se atestar este fenômeno através de dois traços que caracterizam a intriga e que lhe são estruturantes: as categorias da interação entre a operatividade da escrita e a da leitura efetivada pela esquematização. A esquematização é constituída por estratos culturais e reporta-se à capacidade de interagir na recepção da intriga - mediada pela tradição, que enriquece a relação do texto com o leitor.⁸⁵¹

O efeito produzido pelo texto sobre seu receptor, seja individual, seja coletivo, decorre de um conjunto de instruções emanadas pelo texto e executadas de modo passivo ou criativo pelo leitor. Para Paul Ricoeur, até mesmo a “ *fusão conflituosa de horizontes não deixa de ter relação com a dinâmica do texto, em particular com a dialética da sedimentação e da inovação.*”⁸⁵² As expectativas do leitor que o ajudam a reconhecer a regra formal, o gênero ou o tipo exemplificado pela história narrada, são moldados pelos paradigmas recebidos. São eles que regulam o encontro entre o texto e seu leitor, assim como a capacidade da história se deixar seguir: “*seguir uma história é atualizá-la na leitura*”.⁸⁵³ É o que a análise estrutural faz aparecer como a textura mesma do texto, é o próprio *médium* no qual, apenas, podemos nos compreender. No momento mesmo em que o texto parece encerrar-se sobre o leitor num gesto terrorista, o desdobramento dos destinatários reabre um espaço de jogo que a releitura pode transformar em espaço de liberdade. Essa ‘reflexividade da leitura – em que se percebe um eco do que H. R. Jauss chama de leitura reflexionante – é o que permite que o ato de leitura se liberte da leitura inscrita no texto e dê a réplica ao texto.⁸⁵⁴ Pois bem, a fórmula

⁸⁵⁰GINZBURG, Carlo. In: GUNDERSEN, Trygve Riiser. “No lado negro da história: uma entrevista com Carlo Ginzburg”. Trad. Maria Betânia Amoroso. 10ª. reimpressão. *Eurozine*, jul. 2005. Disponível em: <http://www.eurozine.com/articles/2005-07-20-ginzburg-pt.html>

⁸⁵¹RICOEUR, Paul. *Tempo e Narrativa*. Trad. de Constança Marcondes César. Campinas: Papyrus, 1994, tomo I, p. 106/107.

⁸⁵²Ibidem, p. 121.

⁸⁵³Ibidem, p. 118.

⁸⁵⁴Ibidem, p. 285.

que prescreve que a leitura faz parte do texto, está inscrita nele’, adquire um sentido novo. Ela revela a estrutura por meio da interpretação:⁸⁵⁵ Muito embora a leitura e escrita prescrita pelo texto, antecipe leituras futuras, ele é passível de indeterminação e incerteza tanto quanto as próprias leituras futuras.

Como foi acima colocado, um texto desenvolve sua própria história de interpretação, que, posteriormente, prescreve suas possíveis leituras e releituras. É preciso identificar a intenção de univocidade na recepção das mensagens. “*Consiste em reconhecer qual a mensagem relativamente unívoca que o locutor construiu apoiado na base polissêmica do léxico comum*”.⁸⁵⁶ No caso de *O queijo e os vermes*, em que pese sua fértil característica polissêmica, que passa pela forte empatia desencadeada pelo personagem, seu uso para diferentes propósitos, dentre eles, o de herói, como visto por Renato Janine Ribeiro: “*Menocchio é um herói, ou mártir da palavra*”⁸⁵⁷ ou Sabina Loriga “*Menocchio ainda deixa transparecer alguns sinais de heroísmo*”. Decerto, o elemento que posso apontar como unívoco, está colocado por sobre um projeto no qual investiu o autor: o de escrever um livro sobre uma pessoa totalmente desconhecida que não poderia reivindicar qualquer significado histórico tradicional. Reside, portanto, num esforço de produção historiográfica para “*expandir a relevância da noção de indivíduo na história - transferir o retrato da individualidade da ‘elite cultural’ ao que geralmente nos referimos como ‘as massas’*”.⁸⁵⁸ Segundo o historiador Hernán Sorgentini, a história de Menocchio se inscreve numa incursão que transita pelos aspectos exploratórios dos planos epistemológico e ético-político do conhecimento histórico:

Procurando dar cuenta de los componentes potencialmente emancipatorios de la ‘tradición de los oprimidos’, mediante un “*juicio a pos-teriori*” conscientemente reconocido, es “construido” por Ginzburg como un precursor que anticipa una serie de temas “que se convertirían en patrimonio de la cultura “progresista” del siglo siguiente: la aspiración a una renovación radical de la sociedad, la corrosión interna de la religión, la

⁸⁵⁵Discussão feita por Paul Ricoeur tendo por base a teoria da leitura de Michel Charles em *Réthorique de la lecture*. Paris: Seuil, 1977.

⁸⁵⁶RICOEUR, Paul. *Interpretação e Ideologias*. Trad. de Hilton Japiassu. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1990, p. 57-59.

⁸⁵⁷RIBEIRO, Renato Janine. In: *Queijo e os Vermes: o cotidiano e as idéias de um moleiro perseguido pela inquisição*. Trad. Betânia Amoroso. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

⁸⁵⁸Ibidem.

tolerancia”. Su restitución al objeto de la historia responde a la vez a un problema epistemológico y a un imperativo ético-político: no sólo testimonia la existencia de aspectos ininteligibles de las culturas del pasado, sino que da cuenta de una racionalidad alternativa que debe ser recuperada en vistas a dar cuenta de “una mutilación histórica de la que, en cierto sentido, nosotros mismos somos víctimas”. De este modo, la intención restitutiva del historiador se inscribe en la línea del postulado benjaminiano que sostiene que “nada de lo que se verifica se pierde para la historia”, [...] mas “solo la humanidade redenta toca plenamente su pasado”.⁸⁵⁹

Nessa biografia, evidencia-se o ideário libertário: um homem constrói uma cosmogonia original e, “*reparti-la é uma necessidade quase física, de sua mente, de sua boca*”⁸⁶⁰, sobretudo, é uma tentativa de subverter a ordem social. É assim que bem coloca Renato Janine Ribeiro: “*é um modo de igualar-se aos poderosos*”.⁸⁶¹ Aqui, evidencia-se o apelo ao ideário libertário e de igualdade social, utópico, transgressor. A opção por este estudo deve-se ao vislumbre da História como um espaço de liberdade, que, inspirada pela tradição, comporta a invenção, dentro, decerto, do domínio da cultura ocidental (no nosso caso). Assim, cumpre o gesto que a funda: instaurar uma instância política no âmbito da História Cultural.

Se os paradigmas recebidos estruturam as expectativas do leitor, fornecem as diretrizes para o encontro entre o texto e o leitor e regulam a capacidade da história de se deixar seguir. É o ato de ler que acompanha a configuração da narrativa e atualiza sua capacidade de ser seguida. A tessitura da intriga é descrita como um ato de juízo e da imaginação produtora porque resulta de uma obra conjunta do texto e de seu leitor. Na interseção entre o ato de ler e o ato de narrar, Paul Ricoeur aponta a existência do que chama de narrética, que une a iniciativa ética e a identidade narrativa, já que o mundo contado pela narração é o mundo vivido onde agir é agir com outros. Nesta acepção, vemos que a compreensão narrativa e a compreensão prática abarcam uma relação de pressupostos e de transformação: a memória do passado, a atenção do presente e a expectativa do futuro

⁸⁵⁹ SORGENTINI, H. “Reflexión sobre la memoria y autorreflexión de la historia”. *Revista Brasileira de História*. São Paulo, ANPUH / Humanitas Publicações, vol. 23, n. 45, 2003, p. 120.

⁸⁶⁰ *QV*, p. 236.

⁸⁶¹ *Ibidem*.

constituem esses pressupostos do narrar e seguir uma história. A teoria da leitura advertiu-nos sobre isto: a estratégia de persuasão fomentada pelo narrador visa dispor ao leitor uma visão do mundo que nunca é eticamente neutra, mas de preferência induz, implícita ou explicitamente, uma nova avaliação do mundo e do próprio leitor. Assim sendo, a narrativa já pertence ao campo ético em virtude da pretensão, inseparável da narração, à correção ética. O ato de leitura compreende um momento de missão: momento de responsabilidade ética. Cabe, então, ao leitor, tornado novamente agente, iniciador de ação, escolher entre as múltiplas propostas de correção ética veiculadas pela leitura.⁸⁶² As narrações oferecem pontos de apoio, exemplos que alimentem ao que Paul Ricoeur chama de “juízo prudencial”, agenciamento “no qual se reúne toda a ética da cotidianidade de nossos dias.” Paul Ricoeur reserva o uso do termo “testemunho” para significar o “reconhecimento que se dá a outro que encarna e exemplifica ante meus olhos o ideal de uma vida correta. É no marco do testemunho onde se articula a narratividade e a moralidade”.⁸⁶³ Como o fez o historiador/narrador Carlo Ginzburg, ao contrapor, à diluidora categoria de “massas” ou “povo” do século XVI, a personalidade extraordinária de um homem simples, comum, que tinha suas opiniões políticas e sua própria consciência política. Restituindo-lhe seu papel histórico.

Considerando que o sentido da interpretação gera uma pluralidade de atos de leitura e escrita que escapam ao domínio do autor, entrevê-se que há uma segunda dialética da leitura: a alternância entre carência e excesso de sentido. Múltiplos sentidos adormecidos na polifonia das palavras são selecionados pelo leitor a partir de seu mundo. Na hermenêutica tradicional este problema, é conhecido como da “apropriação” ou da “aplicação” do texto à situação presente do locutor. A apropriação, dialeticamente ligada ao distanciamento típico da *escrita* é sua contrapartida. Decorre desse distanciamento pela escrita, a ruptura dos caracteres da afinidade afetiva com a intenção do autor. A apropriação é compreensão pela distância, compreensão à distância, afastando-se, assim, da contemporaneidade e da congenitalidade. A apropriação também se encontra dialeticamente ligada à objetivação típica da *obra*. Ela passa por todas as objetivações estruturais do texto. Na medida mesmo que não responde ao autor, responde ao sentido. É nesse nível que a mediação operada pelo texto deixa-se compreender melhor:

⁸⁶²Ibidem, p. 429.

⁸⁶³Ibidem, p. 132.

Contrariamente à tradição do *cogito* e à pretensão do sujeito de conhecer-se a si mesmo por intuição imediata, devemos dizer que só nós compreendemos pelo grande atalho dos sinais de humanidade depositados nas obras de cultura.⁸⁶⁴ [...] Portanto, se há uma hermenêutica – e estou convencido do fato, contrariamente ao estruturalismo, que gostaria de limitar-se à etapa explicativa -, não se constitui no sentido oposto ao da explicação estrutural, mas através de sua mediação. Com efeito, a tarefa do compreender é a de elevar ao nível do discurso aquilo que, inicialmente, se dá como estrutura. Contudo, devemos ir tão longe quanto possível, no caminho da objetivação, até o ponto em que a análise estrutural revela a *semântica profunda* de um texto, antes de pretender ‘compreender’ o texto a partir da ‘coisa’ que dele nos fala. A *coisa* do texto não é aquilo que uma leitura ingênua do texto revela, mas aquilo que o agenciamento formal do texto mediatiza. Se é assim, verdade e método não constituem uma alternativa, porém, um processo dialético.⁸⁶⁵

Operação mediadora, práxis estritamente histórica e política, mantida por Carlo Ginzburg no seu modo crítico de escrever a história frente às inquietações políticas de seu/nosso tempo. Uma práxis dialética, onde a pesquisa histórica tem como objetivo: “*esgarçar a pretensa coerência desse tecido discursivo, abrindo poros por onde transpirem presenças, experiências e sentidos antes destinados a permanecer ocultos ou sufocados*”.⁸⁶⁶ O historiador Carlo Ginzburg tem, como uma de suas qualidades, a sensibilidade para captar e tipificar as conexões entre a formação da cultura ocidental e nossos problemas atuais. Mais especificadamente, frente a uma hipotética globalização que nos levará a uma inexorável homogeneização cultural, enxerga as contra-tendências. Hoje, momento no qual nos pesam, dolorosamente, as narrativas de horrores, torna-se imprescindível não esquecermos que as potencialidades cognitivas das narrações históricas das coletividades, tanto quanto das individualidades, manterão em nós a mesma obstinação de Menocchio: pensar e não calar: “*Essa paixão de pensar, essa paixão de falar é rara e preciosa; quem sabe não nos ensinará*

⁸⁶⁴RICOEUR, Paul. *Tempo e Narrativa*. Trad. de Constança Marcondes César. Campinas: Papyrus, 1994, tomo I, p. 58.

⁸⁶⁵RICOEUR, Paul. *Interpretação e Ideologias*. Trad. de Hilton Japiassu. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1990, p. 137.

⁸⁶⁶SEVCENKO, Nicolau. “A força da história”. In: *Folha de São Paulo*. Jornal de Resenhas. Especial 5, Sab., 11 Jan. 2003, p. 5.

a prezar o que é refletir, o que é dizer.”⁸⁶⁷ Penso que, neste "encanto", reside o momento de um encontro épico, no sentido benjaminiano de transmissão da sabedoria - aquela que tem plasticamente nos dados "conselhos" e nos tem ensinado a encontrar saídas, contra-tendências ao camaleônico pensamento totalitário que nos persegue há séculos e que nos tem traumatizado com o mesmo horror que mortificou Menocchio: o da intolerância às diferenças.

A terceira dialética da leitura é aquela que assume a polissemia da obra. Para uma teoria englobante da leitura, é preciso considerar os textos como obras abertas. Obra aberta é uma escrita que só se deixa interpretar em função das interpretações que abre. Paul Ricoeur fala de um pacto de leitura, na qual a confiabilidade do narrador está para a narrativa de ficção bem como a prova documentária está para a historiografia. Em geral, os problemas de prova e demonstração em história, por meio do relato de momentos concretos, têm uma relação próxima com as técnicas de exposição. Mas não se trata simplesmente de um problema de retórica, pois o significado do trabalho histórico não pode ser reduzido à retórica, mas trata-se, especificadamente, de um problema de comunicação com o leitor, que nunca é uma *tabula rasa* e, por isso, sempre coloca um problema de recepção.⁸⁶⁸

O queijo e os vermes é o livro mais conhecido e difundido dentro do conjunto de toda a produção intelectual de Carlo Ginzburg. Sua recepção extrapolou os limites de leituras por apenas um círculo específico de historiadores, sendo lido por literatos, lingüistas, filósofos, epistemólogos, antropólogos e, também, por um amplo leque de leitores não-especialistas. A edição original da obra, em italiano, é de 1976. Em levantamento realizado no ano de 2004, foram localizadas as seguintes traduções: japonesa (1984), portuguesa (1987), espanhola (1981), inglesa (1980), sueca (1983), estônia (2000), alemã (1979), albanesa (1998), francesa (1980), holandesa (1982), polonesa (1989), servo-croata (1989), húngara (1991), grega (1994), turca (1996), russa (2000), romena (1997) theca (2000) e coreana (2002). Simultaneamente, teve, até 1997, 15 reimpressões na Itália e, em alguns outros países,

⁸⁶⁷RIBEIRO, R. J. In: Posfácio *QV*, p. 236.

⁸⁶⁸O movimento hermenêutico que trabalha com a obra, opera como mediação, coincidindo com a práxis, uma categoria da dialética, portanto, da crítica. A compreensão do discurso da obra é fruto de uma permanente reconstrução, reelaboração da própria obra e é nisso que consiste a hermenêutica quando não transformada em ontologia. ANDRIOLI, A. I. "A crítica da hermenêutica e a hermenêutica da crítica". Resenha crítica. Disponível em: <http://www.espacoacademico.com.br> – Copyright, 2001-2003.

teve mais de uma edição; no Brasil, teve quatro edições: 1987, 2001, 2002 e 2006.⁸⁶⁹ O protagonista da obra alcançou celebridade, por exemplo: em Montereale, sua cidade natal, Menocchio se tornou herói regional e seu nome foi dado a um centro cultural para idosos, intitulado Centro Menocchio⁸⁷⁰, onde há uma biblioteca que coleciona todas as traduções do livro. Tem sido motivo de programas emitidos pelo Canal 4 inglês, pela televisão alemã WDR e pela cadeia de rádio KUHF de Houston; também foi objeto de uma produção teatral.

No inventário da recepção da obra *O queijo e os vermes*, constato os “*testemunhos serem muitos e eloqüentes*”.⁸⁷¹ Inclusive, o historiador Henrique Espada Lima comenta sobre a impossibilidade de fazer uma lista dos trabalhos que discutiram ou foram inspirados neste livro.⁸⁷² Portanto, me restrinjo a algumas das críticas a ele endereçada, como por exemplo, a manifestada por Rosário Romeo, que escreveu o seguinte: “*certamente, podemos encontrar vários Ginzburg, produto de um pastiche populista-erudito que pouco tem a ver com a cultura*”⁸⁷³. Segundo Henrique Espada Lima, o suposto ‘populismo’ do trabalho de Ginzburg “*foi citado mais de uma vez como um viés que o fazia enfatizar de modo excessivo o caráter autônomo da cultura camponesa.*”⁸⁷⁴ Outros apontam o desinteresse de Carlo Ginzburg em “*melhor definir o contexto sócio-econômico no qual se desenrolara o episódio de Menocchio*”.⁸⁷⁵ Perry Anderson, em *Zona de compromisso*, comenta a obra de Carlo Ginzburg e aponta a seguinte lacuna: “*ficamos sabendo muito pouco [...] sobre a vida da aldeia que abrigava Menocchio ou os inquisidores que o interrogaram*”⁸⁷⁶; Giovanni Levi, por sua vez, acusa-o de ser um livro individualista:

⁸⁶⁹A 1ª. edição de 1987 teve 11 reimpressões; a 2ª. edição, de 2001 teve 1 reimpressão; a 3ª. edição, de 2002, teve 5 reimpressões e a 4ª. edição foi editada na forma de Livro de Bolso. A Companhia das Letras já publicou 07 títulos do autor.

⁸⁷⁰Fundado pelo professor primário Aldo Colonnello.

⁸⁷¹ESPADA LIMA, Henrique. *A micro-história italiana: escalas, indícios e singularidades*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006, p. 480, nota 161.

⁸⁷²De forma que nos remete a uma lista de resenhas: de Paola Zambelli, Andréa Del Col, Pietro Citati, Piero Camporesi; a mesa redonda realizada no encontro American Historical Association, em 5 de janeiro de 2001 (em Boston, Mass.), intitulada: “Twenty-five years after: The Cheese and the Worms revisited” coordenada por James S. Amelang. Idem.

⁸⁷³Crítica surgida “em um artigo sobre la llamada “*historia desde abajo*”, aparecido el doce de octubre de 1978 em ‘*Il Giornale*’.” Ver: GINZBURG, C., 2000, p. 8.

⁸⁷⁴ESPADA LIMA, Henrique. *A micro-história italiana: escalas, indícios e singularidades*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006, p. 328.

⁸⁷⁵Ibidem, p. 329.

⁸⁷⁶ANDERSON, Perry. ANDERSON, Perry. “Investigação noturna: Carlo Ginzburg”. In: *Zona de compromisso*. Fundação Editora Unesp, s/d, p. 87.

Para mí es un error lo que hizo Ginzburg en El queso y los gusanos, ya que si bien es un libro bellissimo y muy bien escrito, es también demasiado individualista: Ginzburg no buscó la relación que existía entre su personaje principal y por ejemplo su familia. Menocchio, ese personaje, era un herético, pero habría que preguntarse qué decía su entorno sobre esto, así como si la pasión que tenía por los libros era algo compartido también con otros. Es por ello que pienso que esta obra es en el fondo producto de su simpatía por un personaje secundario.

Eduardo Grendi, nos *Quaderni Storici*, 1976, lamenta por Carlo Ginzburg ter-se limitado a “contextualizar ‘culturalmente’ Menocchio, deixando de interrogar a rede de relações pessoais que os seus próprios depoimentos permitiam antever”.⁸⁷⁷ Henrique Espada Lima observa a tensão nesta obra de Carlo Ginzburg no que diz respeito a “uma escolha práctico-operativa que o levava a delimitar a cultura camponesa como um objeto de contornos relativamente definidos e homogêneos”⁸⁷⁸, ou seja, uma ambigüidade na maneira de tratar o problema entre o particular e o geral; John Elliott critica *O queijo e os vermes*, por ele ter encorajado a atomização do passado; Justo Serna e Anaclet Pons apontam a ambivalência com que Carlo Ginzburg trata a questão da narrativa, pois que, se “por um lado, parece ser muy consciente de sus recursos, pero, por outro, no los hace totalmente explícitos”.⁸⁷⁹ Os referidos historiadores classificam como um fato “curioso” e paradoxal Carlo Ginzburg nunca haver revisado este livro:

*Pasa el tiempo, se multiplican las traducciones, se suceden las reimpressiones, aumentan los conocimientos sobre ese período y, sin embargo, El queso se mantiene efectivamente como una obra cerrada em la que ni siquiera se añade otro prólogo o un epílogo que contextualizara su elaboración o que actualizara su posición ante las críticas recibidas o ante las nuevas informaciones si las hubiera.*⁸⁸⁰

⁸⁷⁷ESPADA LIMA, Henrique. Op. cit, p. 329.

⁸⁷⁸ESPADA LIMA, Henrique. op. cit. p 330.

⁸⁷⁹SERNA, Justo.; PONS, Anaclet. AntiWhite. In: Cómo se escribe la microhistoria. [online] 2004, p. 1- 49, 2004.09.12. Disponível em: <http://www.uv.es/jserna/>

⁸⁸⁰Ibidem, p. 17. A tal questionamento, Carlo Ginzburg, em entrevista, responde: “[...] pode ser que um dia volte a publicar com um apêndice, como fiz com o livro de Piero della Francesca.” Ver: SERNA, Justo.; PONS,

Carlo Ginzburg confirma categoricamente a relação ambivalente que tem com *O queijo e os vermes*: “No todo, você poderia dizer que tenho uma relação ambivalente com *O queijo e os vermes*: ele é sem dúvida o mais bem-sucedido entre meus livros, mas não tenho certeza de que seja o melhor.”⁸⁸¹ Para o historiador, os motivos da identificação de diferentes leitores de diferentes países com Menocchio, assim como o livro ter sido usado para diferentes propósitos, foram imprevisíveis. Diz-se perplexo por seu livro poder ter sido lido por públicos tão díspares e que se encontrava despreparado para tão múltiplas e díspares recepções. Outrossim, consente que as muitas leituras lhe parecem positivas, “um testemunho da riqueza do livro”, todavia, nos adverte que nem todas essas leituras são possíveis, “pois o texto dispõe de determinados mecanismos que favorecem umas e impedem outras.” E, muito embora ele se mantenha bem sucedido (durante 30 anos), admite alguns prejuízos que deveria corrigir, considerando a possibilidade de, talvez, vir a fazê-lo através de um apêndice. Dentre as múltiplas leituras, uma em particular incomoda ao autor: é a que interpreta *O queijo e os vermes* como um livro pós-moderno:

Percebo que, especialmente nos Estados Unidos, sou considerado um historiador pós-moderno por muitos que leram meu *O queijo e os vermes* e meu artigo sobre “sinais”, o que realmente me é muito estranho.⁸⁸²

Embora afirme concordar com a base anti-autoritária da crítica pós-moderna, ou seja, aquela que ajudou a demonstrar que muitas das “verdades” históricas são construtos; que podemos aceitar novas explicações de um dado fenômeno histórico como possíveis, visto que os enunciados científicos estão sempre abertos à refutação, portanto, provisórios; que os enunciados históricos pertencem ao campo da probabilidade; não significa que adere à posição relativista – que considera ser a marca dos pós-modernistas:

Anaclet. “Formas de hacer microhistoria”. *Ágora*. Revista de Ciencias Sociales, num. 7, 2002. Disponible em: <http://www.uv.es/jserna/>.

⁸⁸¹GINZBURG, Carlo. In: GUNDERSEN, Trygve Riiser. “No lado negro da história: uma entrevista com Carlo Ginzburg”. Trad. Maria Betânia Amoroso. 10ª. reimpressão. *Eurozine*, jul. 2005. Disponível em: <http://www.eurozine.com/articles/2005-07-20-ginzburg-pt.html>

⁸⁸²Ibidem.

A posição relativista está fundamentalmente errada, em minha opinião – intelectualmente errada, politicamente errada e moralmente errada. Chocame como um aspecto curioso da história intelectual moderna que palavras tais como “verdade” e “realidade” adquiram um tipo de mácula reacionária, enquanto palavras como “sonho” e “desejo” sejam consideradas radicais. Em consequência, a posição cultural conservadora tornou-se a posição radical, ao mesmo tempo em que as categorias nas quais a tradição radical se baseava têm sido alijadas. [...] escolher o desejo à realidade (incluindo a realidade desagradável) parece-me uma manobra sonhadora, auto-derrotista. Neste ponto, distancio-me bastante da cultura de 68 e de seus impactos de longo prazo. Igualmente, vejo o debate que circunda o pós-modernismo em estudos históricos basicamente como enganador; ele tem sido um debate enganoso (*sham debate*) que ajuda a velar as verdadeiras dificuldades políticas e epistemológicas que se mostram atualmente à disciplina histórica.⁸⁸³

A descrição da conjuntura histórica pós-68, denominada como pós-modernismo, me serviu para contextualizar as transformações históricas e as mudanças paradigmáticas na historiografia contemporânea. Desta última, decorreu a emergência do campo da nova história cultural e da micro-história, destacando, dentre suas temáticas privilegiadas, a questão narrativa e a biográfica, particularmente, para a inserção histórica da criação do objeto/fonte deste estudo. Portanto, não intencionei enquadrar o historiador Carlo Ginzburg e/ou sua obra *O queijo e os vermes* como pós-modernistas, visto que tal catalogação “ao lado de seus inimigos”⁸⁸⁴, enfaticamente negada por ele próprio, seria desdenhosa. Todavia, considero que sua inserção na tradição moderna⁸⁸⁵ só é possível de ser configurada no ínterim do diálogo/combate sobre as mudanças paradigmáticas ocorridas na periodização/configuração mundial denominada de pós-moderna. Explicitando melhor, a discursividade de sua produção abarca pontos nodais de um confronto com alguns pós-modernistas, o que, inevitavelmente, considera a existência do outro – o que já justifica a demarcação configuracional das partes do

⁸⁸³GINZBURG, Carlo. In: GUNDERSEN, Trygve Riiser. op. cit.

⁸⁸⁴Ibidem.

⁸⁸⁵Carlo Ginzburg em 2004, na escrita do prefácio, para a obra do historiador Henrique Espada Lima, lançada em 2006, faz a seguinte declaração: “Recentemente, o historiador inglês John Brewer, falando da micro-história em uma entrevista, observou que nunca foi falado sobre um possível influxo do neo-realismo italiano. Acredito que se trata de uma suposição muito aguda, ao menos no que me diz respeito. Ver: ESPADA LIMA, Henrique. *A micro-história italiana: escala, indícios e singularidades*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

combate. A energia concentrada no chamado “*front* anti-ceticista”⁸⁸⁶ é intensa e desdobra-se por sobre o projeto político e ético intrínseco à sua produção historiográfica: a *justiça* histórica como modelo para o reconhecimento do passado, a constituição de uma consciência histórica.

⁸⁸⁶O “*front* anti-ceticista” é aqui configurado pela reconstrução de uma série dos instigantes ensaios do historiador traçando um painel de um combate discursivo contra os chamados ceticistas.

V. O CÍRCULO HERMENÊUTICO E/OU DESENLACE

Destaco que o foco do presente estudo encontra-se mais precisamente no caminho trilhado pela pesquisa micro-histórica, simultâneo à construção narrativa. Acrescente-se, ainda, a intenção contributiva, pois que, na historiografia brasileira, faltam estudos desta natureza, ou seja, estudos que apontem quais os processos de construção do trabalho do historiador. Os estudos de caráter analítico da produção do conhecimento histórico só se iniciaram recentemente, por volta de 1990. O que torna pertinente relembrar as palavras do historiador Giovanni Levi: “*Yo creo que lo perentorio, por así decirlo, es demostrarle al lector cómo se hace el pan.*”⁸⁸⁷ É a explicitação desse percurso que interessa, pois que, na trilha hermenêutica, o ponto de chegada equivale a um novo ponto de partida. O percurso cumpre a idéia de círculo hermenêutico que remete ao como a compreensão, enquanto unidade fundamental da interpretação hermenêutica, vai se constituindo à medida que as partes esclarecem o todo e vice-versa; a definição de que compreender é a arte de reconstruir o pensamento de outrem.⁸⁸⁸

Em 1976, quando Carlo Ginzburg publica *O queijo e os vermes*, o debate sobre a questão narrativa já havia emergido no âmbito da historiografia contemporânea e historiadores como Paul Veyne, Michel de Certeau e Hyden White haviam abordado o problema da escrita da história focando a sua relação com a verdade. Mas, muito embora, seja esta a obra em que mais tenha experimentado a forma narrativa, explícita na declaração: “*pretende ser uma história, bem como um escrito histórico*”⁸⁸⁹ e na qual investiu uma densa justificativa teórica (no prefácio), resguardando o fato de estudar um indivíduo anônimo e o caráter redentor do passado, não aborda diretamente a questão da narrativa, mas a tangencia ao problematizar a referencialidade da história, através da crítica ao neopirronismo dos estudos de Michel Foucault⁸⁹⁰ e a sua “*muda contemplação estetizante*”.⁸⁹¹ Convém colocar

⁸⁸⁷LEVI, Giovanni, LEVI, Giovanni. Entrevista concedida a Juan José Marin. Publicada originalmente na *Revista de Historia*, EUNA-EUCR. Heredia: Costa Rica, n. 41, 2000, p. 131-148.

⁸⁸⁸ALBERTI, Verena. op. cit. 1996, p. 16.

⁸⁸⁹*Queijo e os Vermes: o cotidiano e as idéias de um moleiro perseguido pela inquisição*. Trad. Betânia Amoroso. São Paulo: Companhia das Letras, 1987, p. 13.

⁸⁹⁰No livro intitulado *Arqueologia do saber*, Foucault propõe uma arqueologia das ciências humanas, ou seja, observar como e em que momento histórico se haviam constituído as disciplinas humanas, renunciando a aplicar sobre essa história uma noção de progresso evolutivo como expressão de uma racionalidade que iria se desenvolvendo. Segundo o autor, a formação das disciplinas ocorreu em idade contemporânea, sob uma ordem discursiva e cognoscitiva da *episteme* moderna. O autor postula uma noção discreta da história intelectual da

que, numa entrevista dada em 1993, Hyden White defendendo-se de Carlo Ginzburg, acusa-o de cometer o mesmo pecado do qual era acusado: manipular os fatos em favor de um efeito estético. Com o que concordam os comentadores de Carlo Ginzburg, Justo Serna e Analet Pons, ao afirmarem que o efeito estético também é uma das resultantes da organização do relato de Carlo Ginzburg. Indubitavelmente, em *O Queijo e os Vermes*, narra, Carlo Ginzburg “narra com todas as conseqüências, com um prazer notável”.⁸⁹² Constatável por parte de seus analistas e confirmado pelo próprio Carlo Ginzburg, sua predileção pela forma narrativa, nesta obra, é eminentemente experimental:

Durante certo tempo, me entretive com a idéia de dividir meu livro em muitos capítulos, cada um escrito de forma diferente: variando os tempos, os estilos, introduzindo inclusive, algumas paródias historiográficas. Tentei, todavia me pareceu um jogo insubstancial, sobretudo um jogo desrespeitoso para com o meu personagem, o moleiro Menocchio, e para com sua trágica vicissitude. O material me impunha suas leis. Sem dúvida, me parece que o volume que finalmente escrevi conserva todos os vestígios daquela vontade de experimentação narrativa.⁸⁹³

Como vimos do conjunto da obra do historiador Carlo Ginzburg, particularizei a interpretação da biografia *O queijo e os vermes*, para demonstrar como o historiador constrói uma narrativa biográfica micro-histórica a fim de provar que os modelos narrativos atuam durante todas as etapas de uma pesquisa e a construção do conhecimento histórico é possível e compatível com o “princípio de realidade” e com a prova. Não há nenhum problema, por parte de Carlo Ginzburg, em admitir que o discurso histórico seja uma narração. Mas propõe a

qual se expulsaria aquilo que o autor entendia como ingenuidades epistemológicas dos historiadores: a evidência dos objetos de conhecimento ou a suposta existência natural dos objetos. Sua obra caminha na direção da constituição do objeto do conhecimento no discurso. FOUCAULT, Michel. *Arqueologia do saber*. 4. ed. Trad. Luiz Felipe Baeta Neves. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1995.

⁸⁹¹Ilustrada pelo texto biográfico de Pierre Rivière, no qual, Michel Foucault exclui a possibilidade de interpretação ao considerar que esta equivaleria a “alterá-lo, reduzindo-o a uma ‘razão’ estranha a ele.” O que para Carlo Ginzburg, impede-o de realizar um trabalho interpretativo. GINZBURG, Carlo. *Queijo e os Vermes: o cotidiano e as idéias de um moleiro perseguido pela inquisição*. Trad. Betânia Amoroso. São Paulo: Companhia das Letras, 1987, p. 22 - 24.

⁸⁹²SERNA, Justo.; PONS, Analet. AntiWhite. In: *Cómo se escribe la microhistoria*. [online] 2004, p. 1- 49, 2004.09.12. Disponível em: <http://www.uv.es/jserna/>

⁸⁹³GINZBURG, Carlo. In: GUNDERSEN, Trygve Riiser. “No lado negro da história: uma entrevista com Carlo Ginzburg”. Trad. Maria Betânia Amoroso. 10ª. reimpressão. Eurozine, jul. 2005. Disponível em: <http://www.eurozine.com/articles/2005-07-20-ginzburg-pt.html>

distinção entre ficção e história, entre narração fantástica e narração com pretensões de verdade. Este pressuposto em favor das narrativas históricas como um conhecimento que pode ser provado, demarca sua posição no “*front anti-ceticista*”⁸⁹⁴. Os ensaios apresentados e comentados, transversalizam, dialeticamente, o presente estudo, através de múltiplas vozes, sejam consoantes, sejam dissonantes, mas que, em última instância, confirmam a tese em defesa do caráter intrinsecamente narrativo da experiência temporal formalizado na historiografia e experimentado na escrita de *O queijo e os vermes*.

Do *puzzle* textual de Carlo Ginzburg, iniciarei pelo ensaio “Sinais: Raízes de um paradigma indiciário”, 1986⁸⁹⁵, o historiador lança a hipótese sobre a gênese da narração ao conjecturar que a idéia de narração teria “*nascido numa sociedade de caçadores, a fim de transmitir por meio de traços infinitesimais um evento que não se podia testemunhar diretamente*”⁸⁹⁶, a partir do modelo venatório, um saber baseado na capacidade de decifração de “pistas”, de “dados aparentemente negligenciáveis”, a partir dos quais pode-se reconstituir “*uma realidade complexa não experimentável diretamente*”⁸⁹⁷. Acrescenta que estes “*dados são sempre dispostos pelo observador de modo tal a dar lugar a uma seqüência narrativa*”⁸⁹⁸. Para Carlo Ginzburg, “decifrar” ou “ler” as pistas dos animais, peculiar ao modelo venatório, apresenta analogias com o paradigma implícito nos textos mesopotâmicos datados do terceiro milênio a.C. Ambos possuem uma mesma atitude cognoscitiva e envolvem as mesmas operações intelectuais: análise, comparações, classificações. A esse paradigma venatório (passado) ou adivinhatório (futuro), define como paradigma indiciário ou semiótico e historia, a partir dele, o aparecimento de uma constelação de disciplinas: literatura, história, filologia, paleontologia, medicina e criminologia, centradas na decifração de signos de vários tipos. Dentre elas, particulariza a história, definindo-a como um conhecimento indiciário, indireto, conjectural.

⁸⁹⁴Veja-se os ensaios: “Estranhamento: pré-história de um procedimento literário”, 1996; “Aristóteles, la storia, la prova”, 1994; “Lourenzo Valla e a doação de Constantino”, 1993; “Just One Witness”, 1992⁸⁹⁴; “Il giudice e lo storico. Considerazioni in margine al processo Sofri”, 1991; “Representação: a palavra, a idéia, a coisa”, 1991; “O inquisidor como antropólogo: uma analogia e as suas implicações”, 1989; “Provas e possibilidades à margem de *‘Il ritorno de Martin Guerre’*”, de Natalie Zemon Davis, 1989; “Montrer et citer. La verité de l'histoire”, 1988; “Sinais: Raízes de um paradigma indiciário”, 1986.

⁸⁹⁵Faz parte da coletânea de ensaios: *Mitos, emblemas, sinais*, 1986. No Brasil foi publicado com o título *Mitos, emblemas, sinais: morfologia e história*. Trad. de Federico Carotti. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

⁸⁹⁶*Nenhuma ilha é uma ilha: quatro visões da literatura inglesa*. Trad. Samuel Titan Jr.. São Paulo: Companhia das Letras, 2004, p. 14.

⁸⁹⁷Idem.

⁸⁹⁸Idem.

No ensaio “Montrer et citer. La verité de l'histoire”, 1988⁸⁹⁹, o historiador italiano comenta o desinteresse dos historiadores no que se refere à exploração das questões teóricas e metodológicas da história. Nas reflexões teóricas, o espaço tem sido ocupado, na maioria das vezes, por filósofos, que, segundo Carlo Ginzburg, “*estão mais familiarizados com os livros de história do que com a prática efetiva da investigação histórica*”.⁹⁰⁰ Quanto as reflexões metodológicas feitas por historiadores contemporâneos, comenta que estas “*parecem às vezes ingênuas ou confusas por espíritos filosoficamente formados*”.⁹⁰¹ Aponta como sendo esta separação a responsável pela decepcionante discussão em torno de conceitos como: causalidade e narração. Refere-se ao ensaio *A função das Leis Gerais em História*, 1942, de Hempel, como o marco que precede a muitos artigos e livros que discutem o caráter científico da história, como por exemplo, os ensaios “The Burden os History”, 1966, encarado “*como um sintoma do aparecimento de uma nova atmosfera intelectual*”⁹⁰² e, *Metahistory*, 1973, ambos de Hyden White e, igualmente, enfatizam o “*produto literário final da atividade do historiador*”⁹⁰³, não fazendo caso da atividade de investigação. A partir do momento que Hyden White mostra um descaso frente “*a interação entre ‘imaginação histórica’ e prova histórica, entre um artefato literário e história como atividade de investigação, a sua conclusão não era imprevisível*”.⁹⁰⁴

Na crítica de Carlo Ginzburg, o argumento de Hyden White, afirmando que o trabalho histórico é “*uma estrutura verbal na forma de um discurso em prosa narrativa*”⁹⁰⁵ remete a uma atitude neocética que tende a diluir as fronteiras entre narrativas de ficção e narrativas históricas, que, por sua vez, têm gerado objeções de natureza intelectual e moral. Sobretudo, o descrédito da idéia de “verdade”. Considera que a questão colocada em torno da partilha de elementos comuns entre o discurso histórico e o ficcional é um truísmo e o que se faz relevante, é “*procurar indagar porque se percebem como reais os fatos contidos num texto histórico*”.⁹⁰⁶ Alega que esta operação resulta de efeitos produzidos por elementos tanto

⁸⁹⁹Publicado no Brasil sob o título de “*Ekphrasis e citação*”. In: *Micro-história e outros ensaios*. Tradução de Antônio Narino. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1991. (Coleção Memória e Sociedade). Obra de elaboração com Enrico Castelnuovo e Carlo Poni. 1991, p. 215 - 232.

⁹⁰⁰Ibidem, p. 215.

⁹⁰¹Idem.

⁹⁰²GINZBURG, Carlo. op. cit. p. 216.

⁹⁰³Idem.

⁹⁰⁴Idem.

⁹⁰⁵WHITE, Hyden. *Meta-História: A Imaginação histórica do Século XIX*. Trad. Jpsé Loaurênio de Melo. 2. ed. S. Paulo: EDUSP, 1995, p. 18.

⁹⁰⁶GINZBURG, Carlo. *Micro-história e outros ensaios*. Tradução de Antônio Narino. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1991, p.217.

extratextuais como textuais. Dos últimos, apresenta dispositivos oriundos de “*convenções literárias, com os quais historiadores clássicos e historiadores modernos procuram produzir aquele effet de vérité que tem sido encarado como elemento inerente ao seu trabalho.*”⁹⁰⁷ Entre eles, elege o conceito de *Enargeia* situando-o na fronteira entre a historiografia e a retórica, a fim de reconstituir os seus significados na tradição aristotélica e o seu papel na formação do trabalho intelectual do historiador. Neste percurso, mostra como, em Homero e Políbio, a *enargeia* se refere a “*um campo de experiência prática*” e “*como garantia de verdade*”. Em Aristóteles e Quintiliano, sugere “*viveza na narrativa*”; Cícero usava “*illustratio et euidentia*” como sinónimo de *enargeia*, cujo efeito seria o de “*tornar real*” no sentido de “*tornar presente*”; no autor anónimo de *Rhetorica ad Herennium*, estes termos eram usados para definir *demonstratio*.⁹⁰⁸

Enargeia era um meio de realizar autópsia, ou seja, visão directa, pela acção do estilo.⁹⁰⁹ A esta tradição, acrescenta ainda os nomes de Demétrius, autor do tratado *Do Estilo*, que via a *enargeia* como um “efeito estilístico” que nasce ‘*duma narração exacta, que não descuida nenhum pormenor e que não suprime nada*’.⁹¹⁰ Segundo Carlo Ginzburg, a identificação entre *enargeia* e acumulação de pormenores preenchia a aspiração dos historiadores gregos de registrar todos os acontecimentos relevantes e proporcionava um modelo, estilístico e cognitivo. Durius de Samus e Filarcos “*criaram uma nova espécie de historiografia, inspirada pelos poetas trágicos e centrada nos efeitos miméticos*”.⁹¹¹ Com Plutarco e Tucídides, acresce-se a palavra *ekprasis* (descrição). “*Como vimos, a enargeia [vivacidade] era a aspiração da ekphrasis [descrição] e a verdade o efeito produzido pela enargeia*”.⁹¹² De forma que a síntese desta tradição pode ser resumida na seguinte seqüência: narrativa histórica – descrição – vivacidade – verdade.

Carlo Ginzburg aponta uma distinção entre o conceito clássico e o conceito contemporâneo de história, na medida em que a verdade histórica depende da *enargeia*

⁹⁰⁷Ibidem, p. 217-8.

⁹⁰⁸ “[...] *demonstratio* implicava o gesto do orador apontando para um certo objecto inexistente, tornado visível – *enarges* – ao seu auditório através do poder quase mágico das suas palavras. De modo semelhante, o historiador estava apto a transmitir a sua própria experiência – directa, como testemunha, ou indirecta – pondo uma realidade invisível debaixo dos olhos dos seus leitores.” GINZBURG, Carlo. op. cit. p. 220.

⁹⁰⁹Idem.

⁹¹⁰DEMETRIUS. In: GINZBURG, Carlo. op. cit. p. 221.

⁹¹¹GINZBURG, Carlo. *Micro-história e outros ensaios*. Tradução de António Narino. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1991, p. 222.

⁹¹²Ibidem, p. 223.

(vivacidade) e não da evidence (prova). A verdade implicava numa matéria de persuasão e “só marginalmente era relacionada com um teste objetivo de realidade”.⁹¹³ A investigação arqueológica e a tradição dos Anais redundaram em mudanças de paradigmas que implicaram numa rejeição da retórica. O conceito de *enargeia* passa a ser substituído pelos “sinais de citação”. Muito embora os processos sejam diferentes, ambos têm o mesmo alvo: “produzir um efeito de verdade”. O dispositivo da *enargeia* estava relacionado não só com a persuasão retórica, mas também com uma cultura centrada na oralidade e no gesto. Já os sinais de citação são produtos duma cultura dominada pela imprensa. Para Carlo Ginzburg, *enargeia* e sinais de citação são como dispositivos literários que proporcionam “efeitos de verdade”, expressão que atenua a idéia de uma única concepção de verdade⁹¹⁴, mas que não dilui “a distinção entre asserções falsas e asserções verdadeiras”, como um elemento básico do conhecimento histórico e de sua prática. De forma que a consciência de que o conhecimento do passado é um empreendimento lacunar e incerto, levou-nos a diluir a crença de restituí-lo como um todo, apenas a partir das possibilidades literárias, mas alicerçá-lo a partir de suas ruínas e fragmentos.⁹¹⁵

O ensaio “Provas e possibilidades à margem de *Il ritorno de Martin Guerre*“, 1989⁹¹⁶, originalmente escrito como apresentação da edição italiana da obra da historiadora Natalie Zemon Davis, intitulada *O retorno de Martin Guerre*, Carlo Ginzburg sublinha as características fundamentais da investigação histórica mostrando o que, a princípio, é um traço básico: a conjugação entre o conhecimento baseado em provas e as reconstruções feitas na forma de possibilidades. Enquanto o primeiro descreve a verdade verificada, a verdade documentada dos fatos, as segundas são concebidas como ensaios contextuais, interpretações conjunturais. Enquanto as primeiras são indicativas e declaram o estado do mundo e afirmam dados, as segundas operam como condicionais e aparecem precedidas de expressões tais como: “talvez”, “se pode presumir”, etc. A reflexão empreendida trata somente da confirmação dos usos do relato, que faz Natalie Zemon Davis, e que tem desafiado outros historiadores e, embora teça comentários críticos sobre a posição cética de alguns teóricos narrativistas como Lawrence Stone, François Hartog e Hyden White, detém-se a recorrer por uma breve evolução do romance e a apontar a ausência de um tratamento teórico e

⁹¹³Idem.

⁹¹⁴Visto que “a verdade tem sido concebida de diferentes maneiras em diferentes culturas”. GINZBURG, Carlo. op. cit. p. 230.

⁹¹⁵Idem.

⁹¹⁶Ensaio que compõe a coletânea: *A Micro-história e outros ensaios*, 1989. Publicado no Brasil em 1991.

historiográfico “*sobre um problema muito debatido nos dias de hoje - o da relação entre as narrações em geral e as narrações historiográficas*”.⁹¹⁷ Mas, apenas delineia esta relação apontando os indícios narrativos que se desvelam na matéria dos romancistas - a vida privada, os costumes, a intimidade, comentando o quanto são insinuantes. Localiza, a partir do século XVII, a motivação dos romancistas em se aproximarem da história como fonte de legitimação para o gênero literário, vindo a ocuparem, posteriormente, os espaços que historiadores haviam deixado inexplorados. Assinala que, somente um século depois dos desafios lançados pelos romancistas do século XIX, é que os historiadores abrem-se a novos campos de investigação e à experimentação do relato como uma forma cognoscitiva. Ao discutir a feição narrativa da referida obra de Natalie Zemon Davis, Carlo Ginzburg faz referência à “*tese segundo a qual todos os livros de história - incluindo os que se baseiam em estatísticas, gráficos, correspondências - têm uma componente intrinsecamente narrativa*”⁹¹⁸ que é rejeitada, por muitos, sem razão. E, embora considere o avanço ocorrido no reconhecimento da dimensão literária da historiografia, critica a tendência que vem sendo priorizada que é a de sublinhar “*o núcleo fabulatório que se pode encontrar nas narrações que se pretendem científicas - a começar pelas historiográficas*”.⁹¹⁹ Segundo ele, estes estudos tendem a procurar uma convergência entre os dois tipos de narração “*no plano da arte e não no da ciência*”.⁹²⁰ Nesta ocasião, novamente ressalta os nomes de Hyden White e François Hartog como responsáveis por análises que recusaram as pretensões de veracidade das narrativas historiográficas. Todavia, foca a crítica em Hyden White:

A recusa, substancialmente relativista, de descer a este terreno faz da categoria ‘realismo’, usada por White, uma fórmula vazia de conteúdo. Um controle das pretensões à verdade inerentes às narrações historiográficas implicaria a discussão de problemas concretos ligados às fontes e às técnicas da investigação que cada historiador utilizou no seu trabalho. Quando se descuram estes elementos, como faz White, a historiografia identifica-se com um puro e simples documento ideológico.⁹²¹

⁹¹⁷Convém acrescentar que Carlo Ginzburg, em nota de rodapé, coloca: “*Da ambiciosa obra de Paul Ricoeur, Temps et récit, saiu por enquanto apenas o primeiro volume (Paris, 1983).*” GINZBURG, Carlo *Micro-história e outros ensaios*. Tradução de António Narino. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1991, p. 184. Ver também p. 187, nota 15.

⁹¹⁸Idem.

⁹¹⁹GINZBURG, Carlo. op. cit. 1991, p. 194.

⁹²⁰Idem.

⁹²¹ *Micro-história e outros ensaios*. Tradução de António Narino. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1991, p. 195.

De fato, sem ser historiador profissional, Hyden White não trata primordialmente da pesquisa e verificação de fatos e fontes ou de confrontá-la com a construção na história, mas sim, da proximidade da escrita da história com outros modos literários de narrar. Sob o impacto dos estudos literários e sociais nos Estados Unidos e influenciado pelo estruturalismo, o norte-americano tenta “*repensar a história fora de seus parâmetros tradicionais e aproxima-la das construções narrativas que têm por matéria-prima a linguagem*”.⁹²²

No ensaio intitulado “O inquisidor como antropólogo: uma analogia e as suas implicações”, 1989, Carlo Ginzburg parte da analogia entre os trabalhos do inquisidor e do antropólogo a fim de discutir suas implicações a partir do ponto de vista do historiador, tendo como referência sua experiência de pesquisa com os processos inquisitoriais. Se a analogia entre inquisidores, antropólogos e historiadores se revela ambígua em suas implicações, no sentido de que não diferem no que diz respeito à extorsão de informação, diferem no tocante aos meios que usam e aos fins que visam. Ao tratar da contigüidade com a posição dos inquisidores, resguarda a contradição colocada na sua identificação com os réus. Entre os antropólogos e historiadores, considera que o diálogo é difícil, mesmo assim, estabelece uma analogia quanto às suas bases textuais e na sua estrutura dialogal, sejam implícitas ou explícitas. Os antropólogos, influenciados por Clifford Geertz, têm tornado-se conscientes da importância do texto e sua interpretação. Quanto aos historiadores, o trabalho com o texto não constitui nenhuma novidade, “*mas não é assim tão simples*”, diz Carlo Ginzburg, receoso de que um texto seja “*apenas a prova de si próprio, das suas categorias?*”⁹²³, configurando, assim, um “ceticismo requintado”, responsável pela “falência referencial” que se constitui numa “armadilha perigosa”. O antídoto para esta posição é trabalhar num contexto comparativo, tirando partido do diálogo no sentido bakhtiniano de choque de vozes contraditórias. A noção de textos dialógicos, inspirada por Roman Jakobson e Mikhail Bakhtin, “*pode lançar alguma luz sobre as características que de vez em quando vêm à superfície*”.⁹²⁴ De forma que devem ser lidos como produtos de uma inter-relação especial. E conclui, afirmando que, muito embora os historiadores não possam apresentar os mesmos

⁹²²LIMA, Luiz Costa. *Mimesis: desafio ao pensamento*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2000, p. 240.

⁹²³Ibidem, p. 210.

⁹²⁴GINZBURG, Carlo. *Micro-história e outros ensaios*. Tradução de António Narino. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1991, p. 208.

tipos de provas que os antropólogos apresentam ou que os inquiridores apresentaram, eles podem aprender com ambos.⁹²⁵

Na obra intitulada *Meta-História*, Hyden White propõe-se a desenvolver uma perspectiva "antipositivista", acrescentando um ponto de vista novo no debate acerca da natureza e função do conhecimento histórico. Sua análise aborda a produção historiográfica do século XIX, momento chave de institucionalização, do assentamento e desenvolvimento da disciplina História. Estuda as obras de historiadores e filósofos da história: Michelet, Ranke, Burckhardt, Hegel, Marx, Nietzsche e Croce, sobre as quais aplicará uma análise formalista dos diferentes modelos reconhecidos de conceber a produção e a escritura histórica com o fim de revelar os componentes estruturais que fazem possível cada um dos relatos da história. Três argumentos básicos, emitidos por Hyden White, desencadearam uma ampla polêmica. O primeiro deles, consiste na afirmação de que o trabalho histórico é “*uma estrutura verbal na forma de um discurso narrativo em prosa*”.⁹²⁶ Esse "discurso em prosa" representaria a realidade extratextual através de uma dependência do que White denomina de "imaginação" histórica, referindo-se à própria história concebida como produto literário. Assim como o realismo novelístico era um produto dos dispositivos internos da obra, o realismo da monografia histórica teria a mesma natureza. Tal operação objetivou mostrar que a dependência do realismo atribuía-se, não ao “princípio de realidade” ao qual pretendiam ser fiéis os historiadores do passado, mas à estrutura profunda da moda literária específica que informaria a própria obra histórica. O segundo argumento refere-se à natureza interna de toda a obra histórica que, para Hyden White consistiria em um discurso narrativo em prosa “*que pretende ser um modelo, ou ícone, de estruturas e processos passados no interesse de explicar o que eram representando-os*”.⁹²⁷ De forma que as histórias e filosofias da história combinam “dados”, "conceitos teóricos" e “uma estrutura narrativa” apresentados como “um ícone” “*de conjuntos de eventos presumivelmente ocorridos em tempos passados*”.⁹²⁸ O terceiro argumento refere-se à ênfase concedida à condição de sistemas fechados que teriam as obras dos grandes historiadores mencionados e de outros que participam do mesmo universo de discurso. Como sistemas fechados, conteriam modelos de representação ou conceitualização histórica cujo valor não procederia das teorias aplicadas, dos dados

⁹²⁵Ibidem, p. 213/4.

⁹²⁶Idem.

⁹²⁷WHITE, Hyden. *Meta-História: A Imaginação histórica do Século XIX*. Trad. José Laurênio de Melo. 2. ed. S. Paulo: EDUSP, 1995, p. 18.

⁹²⁸Ibidem, p. 11.

empregados, das fontes utilizadas ou da realidade extratextual em que dizem fundar-se, mas dependeria *"da consistência, da coerência e do poder iluminador de suas respectivas visões do campo histórico"*⁹²⁹, propiciados pela natureza preconceptual e especificadamente poética de suas perspectivas da história e seus processos.

Para Hyden White, cada um dos grandes historiadores e filósofos da história que estudou, porta um talento para a narração histórica ou uma consistência de visão que faz de sua obra um sistema de pensamento efetivamente fechado, que é impossível de medir com os outros que aparecem como seus competidores; em outros termos, devido aos distintos modos de escritura da história e por sua forte coerência interna, estrutural, os textos dos grandes historiadores do século XIX não permitiriam comparações, convertendo-se, pois, em incomensuráveis.⁹³⁰ A solução que Hyden White dá ao problema da verdade em história consiste em: fazer alusão à "disciplinarização" da história, recusando a hierarquia dos relatos históricos em função de uma realidade externa, posto que não haveria uma verdade correspondente; nega-a em nome da eficácia das narrações, da capacidade persuasiva e fundamentadora da ação pública de cada discurso.⁹³¹

No meu modo de ver, não existem premissas extra-ideológicas que permitam arbitrar entre as conflitantes concepções do processo histórico e do conhecimento histórico a que recorrem as diferentes ideologias. Pois, já que essas concepções têm origem em considerações éticas, a assunção de uma determinada postura epistemológica para julgar a adequação cognitiva delas representaria em si mesma apenas outra opção ética.⁹³²

A negação, em última instância, da epistemologia como critério definidor da qualidade da obra historiográfica e a defesa de que as diferentes interpretações históricas decorreriam apenas das opções narrativas, argumentativa e ideológicas e que as escolhas entre obras historiográficas melhores que outras dependeriam das "afinidades eletivas" do leitor. A

⁹²⁹Ibidem, p. 19.

⁹³⁰SERNA, Justo.; PONS, Analet. AntiWhite. In: *Cómo se escribe la microhistoria*. [online] 2004, p. 1- 49, 2004.09.12. Disponível em: <http://www.uv.es/jserna/>

⁹³¹ Discussão realizada, em particular, no ensaio sobre A poética da história. In: *Meta-História*, 1995, p. 17 -56.

⁹³²WHITE, Hyden. *Meta-História: A Imaginação histórica do Século XIX*. Trad. Jpsé Loaurênio de Melo. 2. ed. S. Paulo: EDUSP, 1995, p.40/1.

comunidade dos historiadores considerou os postulados de Hyden White ameaçadores, pois que se aproximam da versão negacionista do Holocausto: não havendo fatos incontestes, a história necessariamente pertence à ficção. Justo Serna e Anaclet Pons fazem referência à postura enérgica de Carlo Ginzburg contra Hyden White, quando “la negación de la realidad extratextual se pone en relación com el holocausto”.⁹³³ Carlo Ginzburg, que avaliou a tese central do Meta-História perigosa, passível de legitimar a força de uma versão: “como interpretação histórica, está precisamente em sua efetividade para justificar uma ampla gama de políticas israelitas atuais”⁹³⁴. O crítico literário Luís Costa Lima, que discute esta questão, declara como estranha a discussão que fez Carlo Ginzburg sobre a tese de Hyden White, ela “se crispa em pura agressividade”.⁹³⁵ Considerando a relação de forças postas, exclusivamente, no “efeito do discurso”, avalio que tal argumento torna-se intolerável frente à condição de judeu⁹³⁶ de Carlo Ginzburg:

Sou um judeu nascido e crescido num país católico; nunca tive educação religiosa; minha identidade judaica é em grande parte fruto da perseguição. Quase sem me dar conta, pus-me a refletir sobre a tradição múltipla a que pertenco, procurando encará-la de longe, se possível criticamente.⁹³⁷

Embora reconheça que o modo de cumprir o ofício de historiador interfira na reconstituição que empreende, é relevante não esquecer, como bem alertou Vidal Naquet: “há algo irreduzível que, para o melhor ou para o pior, ainda chamaria de realidade”⁹³⁸.

No ensaio intitulado “Il giudice e lo storico. Considerazioni in margine al processo Sofri”, 1991, Carlo Ginzburg mostra-se irreduzível na defesa da investigação da verdade. Estabelece uma analogia entre as tarefas do historiador, do juiz e do detetive. Para estas três categorias profissionais, o instrumento fundamental é a prova - a prova aristotélica - cujo

⁹³³SERNA, Justo.; PONS, Anaclet. AntiWhite. In: *Cómo se escribe la microhistoria*. [online] 2004, p. 1- 49, 2004.09.12. Disponível em: <http://www.uv.es/jserna/>

⁹³⁴WHITE, Hyden. In: SERNA, J & PONS, C. op. cit. p. 41- 42.

⁹³⁵LIMA, Luiz Costa. *Mimesis: desafio ao pensamento*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2000, p. 242.

⁹³⁶Idem.

⁹³⁷GINZBURG, Carlo. *Olhos de madeira: nove reflexões sobre a distância*. Trad. de Eduardo Brandão. São Paulo: Companhia das Letras, 2001, p. 12.

⁹³⁸GINZBURG, Carlo. Unos testis. O Extermínio dos Judeus e o Princípio de Realidade. In: *Fronteiras: Revista de História*. Florianópolis, n. 7, 1999, p. 14.

sentido é “segundo determinadas regras, que x tenha feito y” e, nesse caso, "x pode designar tanto o protagonista de um acontecimento histórico, como um sujeito de um procedimento penal, assim como uma ação qualquer".⁹³⁹ O juiz que interroga e que obtêm declarações e depoimentos dos acusados e testemunhos, se comporta como o historiador e seus informantes com os documentos, que não falam por si sós, por isso é preciso interrogá-los fazendo-lhes perguntas adequadas. Mas, para lá das analogias, existem também as diferenças que separam o juiz do historiador e a principal delas é o modo como o juiz pode condenar, enquanto o historiador baseia-se em provas circunstanciais, no contexto, a fim de propor interpretações que preencham os vazios documentais⁹⁴⁰, mas sempre consciente das influências subjetivas às escolhas de fatos e de interpretações. Este texto foi escrito motivado pelo julgamento de seu amigo, o escritor e ativista italiano Adriano Sofri, que, em 1988, foi sentenciado a 22 anos de prisão pelo assassinato do Comissário de Polícia Luigi Calabresi. Nele, o autor apresenta uma descrição detalhada do caso, problematiza declarações das testemunhas, assim como o sistema judiciário italiano. Enfim, é um debate sobre a natureza dos estudos históricos e uma reflexão sobre os papéis de juízes e historiadores e de suas relações com a verdade, marcado claramente pelo objetivo político de argumentar em favor da liberdade de Adriano Sofri:

A ação do livro foi elaborar uma ação judicial. Isto, é claro, deixou sua marca na escrita. Mas minha ação não foi bem sucedida, o que me perturba. O livro não teve efeito, até onde sei. É verdade que ele atraiu atenção ao caso, mas ele não *alcançou* nada. Adriano Sofri continua na prisão. Então, nesse sentido, ele permanece o menos eficaz de meus livros, mesmo sendo o mais publicamente pragmático e político dentre eles.⁹⁴¹

No ensaio “Representação: a palavra, a idéia, a coisa”, 1991⁹⁴², Carlo Ginzburg lança-se contra o pós-modernismo estético, justamente por apropriar-se do conceito de “representação”, enfatizando a idéia de ausência. O uso distorcido, pelos pós-modernistas, da

⁹³⁹GINZBURG, C. Apud SERNA, J. & PONS, A. op. cit. p. 42.

⁹⁴⁰Essa distinção entre o juiz e o historiador, sublinhada por Ginzburg, a partir do uso das provas circunstanciais já haviam sido destacadas por Marc Bloch, em sua obra *Introdução à História*.

⁹⁴¹GINZBURG, Carlo. In: GUNDERSEN, Trygve Riiser. “No lado negro da história: uma entrevista com Carlo Ginzburg”. Trad. Maria Betânia Amoroso. 10ª. reimpressão. *Eurozine*, jul. 2005. Disponível em: <http://www.eurozine.com/articles/2005-07-20-ginzburg-pt.html>

⁹⁴²Faz parte da coletânea de ensaios intitulada *Olhos de Madeira: nove reflexões sobre a distância*, 1998. Publicado no Brasil em 2001.

noção de representação como uma realidade efetivamente ausente, uma distância irrecuperável, deixa fora sua contraparte: que a realidade representada e efetivamente evocada está presente, sendo, inclusive, o que motiva a representação. A crítica centra-se no objetivo de aclarar a noção de realidade e o papel que cabe ao historiador como leitor e intérprete das fontes documentais. Também nesta ocasião, o foco de suas críticas são os postulados dos “*críticos do positivismo, os pós-modernistas céticos, os cultores da metafísica da ausência*”⁹⁴³, particularmente Hyden White, pois entende que sua obra *Meta-História*, 1973, seja a origem embrionária do ceticismo recente no âmbito da disciplina história.⁹⁴⁴

O ensaio intitulado “Just One Witness”⁹⁴⁵, 1992, cujo objetivo é defender “o princípio de realidade”, Carlo Ginzburg reporta-se a Hyden White, atacando suas posições de maneira detalhada. De fato, os argumentos do historiador norte-americano tornaram-se provocadores e resultaram em pronunciamentos críticos e diretos de Carlo Ginzburg, alvejando o “ceticismo epistemológico” e o “relativismo moral” de Hyden White que, ao eliminarem a busca tradicional da verdade, colocam em risco o conhecimento e a moralidade. Através da biografia intelectual de seu oponente, avalia a posição epistemológica e identifica os seus interlocutores (o filósofo neo-idealista italiano Benedetto Croce, os filósofos franceses Michel Foucault⁹⁴⁶, Roland Barthes⁹⁴⁷ e o filósofo italiano Giovanni Gentile). Para os interesses do presente estudo, extraído deste itinerário biográfico-intelectual de Hyden White, traçado por Carlo Ginzburg, alguns direcionamentos ideológicos resultantes dessas influências, que foram decisivos para a construção da teoria hydeneana: uma adesão à

⁹⁴³GINZBURG, Carlo. *Olhos de madeira: nove reflexões sobre a distância*. Trad. de Eduardo Brandão. São Paulo: Companhia das Letras, 2001, p. 85.

⁹⁴⁴Os historiadores Justo Serna e Anaclet Pons isentam Carlo Ginzburg de qualquer motivação que tenha ligação com sua condição judia e afirmam que o exemplo do Holocausto só foi dado por Carlo Ginzburg devido ao fato de White já tê-lo aduzido em argumentação anterior. In: SERNA, Justo.; PONS, Anaclet. *AntiWhite*. In: *Cómo se escribe la microhistoria*. [online] 2004, p. 1- 49, 2004.09.12. Disponível em: <http://www.uv.es/jserna/>

⁹⁴⁵Publicado no Brasil com o título “Unus Testis. O Extermínio dos Judeus e o princípio de realidade”. Tradução de Henrique Espada Lima. *Revista de História*. Florianópolis, n.7, p. 7-28, 1999.

⁹⁴⁶As relações entre Hyden White e Michel Foucault estão explicitamente materializadas no texto “El discurso de Foucault” e “Foucault decodificado: notas do subterrâneo” e revela, além da sintonia com os procedimentos empregados pelo filósofo, a proximidade de assuntos e temas direcionados para uma análise histórica que demonstre a constituição discursiva dos objetos históricos, ou seja, o momento construtivista do saber, concebido como um anti-realismo epistemológico. In: SERNA, Justo. & PONS, Anaclet. *op. cit.*

⁹⁴⁷Neste artigo, Carlo Ginzburg aciona ainda outros protagonistas, tais como o semiótico francês Roland Barthes, considerado o “príncipe do estruturalismo” e autor de ensaios importantes envolvidos neste debate: o já citado “O discurso da História”, 1967, e “O efeito de realidade”, 1968, onde analisa o que chama de “ilusão referencial”, ou seja, como e de que maneira, na história e no romance, escritores provocam o “efeito de realidade” nos discursos narrativos que, antes de tudo, são apenas palavras. O que norteia a reflexão de Roland Barthes, é a questão: como crêem e nos fazem crer os historiadores e romancistas, que a língua captura uma realidade que é tridimensional e ontologicamente diferente. Pois bem, desacredita que tal coisa ocorra, para ele não há captura.

tradição croceana, a identificação da atividade histórica como prática também artística⁹⁴⁸, o anti-realismo, o estruturalismo⁹⁴⁹ e o subjetivismo. Para Hyden White, o fato histórico não tem nunca uma existência que não seja lingüística. Tal ceticismo epistemológico sustenta não haver critério externo, extra-subjetivo ou extratextual a que se possa remeter a validade do conhecimento histórico obtido. Esta é a opinião de Hyden White e de um de seus interlocutores, dentre eles, Giovanni Gentile - também ideologicamente analisado no referido texto - que afirmava não haver história entendida como *res gestae*⁹⁵⁰ sobre a qual possamos pressupor a existência de um referente anterior da historiografia (*rerum gestarum*).⁹⁵¹

No ensaio intitulado “Lourenzo Valla e a doação de Constantino”, 1993⁹⁵², Carlo Ginzburg recupera o lugar ocupado pelo texto escrito por Lorenzo de Valla em meados do século XV, que demonstra a falsidade da doação de Constantino. Tendo como objeto o problema da falsificação documental, mais uma vez, tece reflexões sobre os riscos de se conceber a história como mera retórica. Este texto, segundo Carlo Ginzburg, sinaliza o começo do método crítico moderno e está inserido numa tradição retórica, que pela via Quintiliano, remonta a Aristóteles, “*nos quais as provas tinham um papel essencial.*”⁹⁵³ Faz referência à noção de prova considerada como um traço característico da historiografia positivista, que gerou uma polêmica agressiva de negação: a prova contrapõe-se à retórica e releva-se a dimensão retórica da historiografia. Essa tendência que vem sendo chamada de *linguistic turn* (‘virada lingüística’), segundo Carlo Ginzburg, deveria ser definida, mais apropriadamente, como *rhetoric turn* ou “viragem retórica”⁹⁵⁴ e, que nos últimos 20 anos, foi propiciadora da oposição entre prova e retórica. Ao traçar uma genealogia intelectual dessa tradição, Carlo Ginzburg localiza o uso da retórica numa perspectiva ceticista, desde a antiguidade com os sofistas, mas suas farpas dirigem-se, vigorosamente, à moda recente promovida por Roland Barthes desde 1967, com o ensaio sobre “O discurso da história”.

⁹⁴⁸No decorrer de sua maturação intelectual, White vai se distanciando de Croce, sobretudo no que diz respeito ao realismo epistemológico de Croce.

⁹⁴⁹Michel Foucault e Roland Barthes foram representantes do estruturalismo em âmbito filosófico e semiótico. A presença desses autores na obra *Meta-História* se manifesta através do uso que faz White das obras: *As palavras e as coisas*, de Foucault e *Michelet*, de Roland Barthes.

⁹⁵⁰História-processo.

⁹⁵¹Historiografia.

⁹⁵²Ensaio publicado na obra intitulada: *Relações de força: história, retórica, prova*. Publicado no Brasil em 2000.

⁹⁵³GINZBURG, Carlo. *Relações de força: história, retórica, prova*. Trad. de Jônatas Batista Neto. São Paulo: Companhia das Letras, 2002, p. 40.

⁹⁵⁴GINZBURG, Carlo. op. cit., p. 68. Ver também José Murilo de Carvalho: “A virada lingüística refere-se precisamente à recuperação da dimensão retórica do discurso.” 1998, p. 136.

Para se opor à noção de prova, a retórica (aristotélica) foi travestida, desde o final dos anos 70, de roupagens nietzscheanas, atuando como “máquina de guerra cética”, no dizer do historiador Carlo Ginzburg. Trata-se, portanto, de uma retórica auto-referencial, sem provas, ou melhor, refratária às provas, contrariamente à retórica aristotélica, construída a partir da eloquência judiciária. Uma exceção nesse cenário contemporâneo, nos lembra Carlo Ginzburg, é a posição a de Chaim Perelman⁹⁵⁵, que se propôs a pensar a história a partir do estatuto científico da prova, como prática (discursiva) argumentativa, persuasiva e retórica. Carlo Ginzburg restituiu, para o discurso histórico, a dimensão da retórica aristotélica, concebendo a aliança entre prova e técnicas argumentativas, e, com ela, a possibilidade de dizer a realidade passada e de separar o verdadeiro do falso. A retórica, nesta tradição, move-se no reino do provável, não no da verdade científica. Nesta perspectiva, revela-se como objeto e instrumento de pesquisa, desde que, ao avaliar as provas

[...] os historiadores deveriam recordar que todo ponto de vista sobre a realidade, além de ser intrinsecamente seletivo e parcial, depende das relações de força que condicionam, por meio da possibilidade de acesso à documentação, a imagem total que uma sociedade deixa de si.⁹⁵⁶

No ensaio intitulado “Aristóteles, la storia, la prova”, 1994⁹⁵⁷, Carlo Ginzburg denuncia a tese que “circula já há alguns decênios”⁹⁵⁸, reduzindo a historiografia à retórica – como operação antipositivista⁹⁵⁹ e cética – efetuada pela corrente denominada de “relativismo cético”. Esta corrente reúne aqueles que defendem as teses baseadas na redução da historiografia à sua dimensão narrativa ou ficcional, ou seja, “aqueles que encaram a escrita

⁹⁵⁵Filósofo do direito. Suas áreas prediletas são o direito e a história. Chaim Perelman empreendeu um esforço no sentido de restaurar o lugar da retórica na filosofia, sua relação com a linguagem, com a lógica e com a história. Além de Carlo Ginzburg, o historiador brasileiro José Murilo de Carvalho, no artigo intitulado “História intelectual no Brasil: a retórica como chave de leitura” publicado na Revista *Topoi*, Rio de Janeiro, n. 1, pp. 123-152, 1998, refere-se a ele como o responsável por “*um dos principais esforços recentes para recuperar a retórica, no sentido estrito do termo...*” e adota-o como um guia para a sua discussão. José Américo Pessanha, é outro nome que confirma a importância de Chaim Perelman para o estudo da relação entre a retórica e as ciências humanas. Ver: RIEDEL, Dirce Côrtes. *Narrativa, ficção e história*. I Colóquio UFRJ. Rio de Janeiro. Imago, 1988, p. 58/59.

⁹⁵⁶GINZBURG, Carlo. *Relações de força: história, retórica, prova*. Trad. de Jônatas Batista Neto. São Paulo: Companhia das Letras, 2002, p. 43.

⁹⁵⁷Faz parte do livro: *Relações de força: história, retórica, prova*. p. 47-63.

⁹⁵⁸Ibidem, p. 13.

⁹⁵⁹Refere-se a um combate sistemático ocorrido nas recentes décadas de 60 e 70, cujo foco eram os dogmas positivistas e que centraram fogo no seu mais sólido bastião: a obsessão pela prova.

da história como uma espécie de exercício variante da criação literária”.⁹⁶⁰ Dentre os vários nomes que defendem esta tese, cita aqueles que defendem uma versão mais branda, onde se incluem Hyden White, Roland Barthes, Richard Rorty, Michel Foucault e Jacques Derrida, e uma versão feroz, onde estaria incluído os nomes de Nietzsche e de Paul de Man.⁹⁶¹ É, sobretudo, em Nietzsche que Carlo Ginzburg encontra a chave de toda a “virada retórica” e, em cuja produção, localiza as raízes do relativismo cético.⁹⁶² Traça uma genealogia intelectual que relaciona Nietzsche com os sofistas, entre os quais o ceticismo liquidava totalmente com a idéia de verdade e subordinava o conhecimento à retórica. Esclarece o autor que, costumeiramente, tem se propagado a obra Poética de Aristóteles como a obra, por excelência, que tem embasado os pressupostos de tal discussão, mas contra-argumenta, que não é exatamente esta a fonte e referencia filosófica principal desta questão, mas, sim, uma outra obra de Aristóteles: a Retórica. Daí empenha-se o historiador em esmiuçar o bifurcamento pelo qual passou a Retórica de Aristóteles e em discernir suas mutabilidades históricas. O ponto principal trata da identificação da prova como núcleo racional da retórica, defendida por Aristóteles, a qual se contrapõe, decididamente, à versão auto-referencial da retórica hoje difundida, baseada na incompatibilidade entre retórica e prova. Carlo Ginzburg põe em relevo uma tradição que parte de Aristóteles, passa por Quintiliano, desemboca em Lourenço de Valla⁹⁶³ e em Mabillon, Montfaucon e os eruditos de Saint-Maur, e que levam a Marc Bloch e Walter Benjamin para mostrar uma tradição que consolida a historiografia em sua versão moderna e engajada. Nela, o núcleo central da retórica reside na noção de prova, para contrapor a versão da retórica como técnica persuasiva, emotiva, em que o exame da prova ocuparia um lugar marginal.⁹⁶⁴ Nicolau Sevcenko sintetiza o conteúdo político do exercício historiográfico de Carlo Ginzburg com muita nitidez:

⁹⁶⁰SEVCENKO, Nicolau. “A força da história”. In: *Folha de São Paulo*. Jornal de Resenhas. Especial 5, Sab., 11 jan. 2003, p. 5.

⁹⁶¹Paul de Man elaborou uma teoria crítica que via, no “ato de ler, um processo interminável no qual a verdade e a mentira estão inextricavelmente entrelaçadas”. DE MAN, P. 1983. Apud GINZBURG, Carlo. *Relações de força: história, retórica, prova*. Trad. de Jônatas Batista Neto. São Paulo: Companhia das Letras, 2002, p. 34.

⁹⁶²“Acerca da verdade e da mentira”, 1903.

⁹⁶³“Quintiliano evidenciou que dados cronológicos, intrinsecamente contraditórios, demonstram a falsidade de um documento, mas entre esses dados, não incluiu os lingüísticos. Aos olhos de Valla, pelo contrário, uma palavra como ‘sátrapas’ provava ser insustentável a suposta data do Constitutum Contantini. O recurso aos anacronismos textuais como instrumento de análise histórica constitui um ponto de viragem, um evento intelectual de alcance incalculável. In: GINZBURG, C. op. cit. p. 76.

⁹⁶⁴Concepção defendida por seus adversários. Localiza a genealogia em *Oratore*, de Cícero, determinada pela autoridade do senador romano.

O problema do relativismo cético é que ele insiste em que atrás do pano de boca só há o avesso do pano de boca. Os fatos ficam reificados na linguagem e os juízos éticos são remetidos à dinâmica do imaginário. O que se perde de vista são as relações de força, o nexos explicativo entre os fatos que se impõem e as vivências que se escamoteiam. Ginzburg restitui o ofício do historiador à sua mais plena dignidade.⁹⁶⁵

Nesta perspectiva, é pertinente observarmos as graves implicações colocadas por Carlo Ginzburg ao referir-se ao uso da retórica como “instrumento de auto-absolvição individual e coletiva”, considerada como equivalente teórico da ‘retórica da inocência’, que Franco Moretti definiu como ‘forma épica moderna’, através da qual o Ocidente desculpou, inúmeras vezes, seus “próprios crimes”.⁹⁶⁶ Enfaticamente, declara Ginzburg: “Eis aí algo que podia fascinar os herdeiros dos colonizadores e os herdeiros dos colonizados”.⁹⁶⁷ Ao que reage com um gesto subversivo recorrendo à tese n. VII “Sobre o conceito da história”, de Walter Benjamin, que se refere ao “ataque ao historicismo positivista e à sua pretensão de fazer ressurgir o passado por meio da identificação empática”.⁹⁶⁸ Daí a necessidade de uma “história a contrapelo”.⁹⁶⁹

No ensaio intitulado “Estranhamento: pré-história de um procedimento literário”, 1996, o historiador recupera a tradição de um procedimento literário: o *Estranhamento*, que se inicia pelas reflexões escritas em grego, no século II d. C., pelo imperador romano Marco Aurélio e seu estilo imperativo que buscava “*alcançar uma percepção exata das coisas, e portanto atingir a virtude*”.⁹⁷⁰ O procedimento envolvia a atitude de subdividir as coisas em cada um de seus elementos e aprender a olhá-las de longe. Outrossim, uma perspectiva cósmica que a tudo via “*como parte de um processo geral de transformação e mudança*”⁹⁷¹, que nos remete à busca do princípio de causa objetivando uma percepção exata das coisas.

⁹⁶⁵SEVCENKO, Nicolau. “A força da história”. In: *Folha de São Paulo*. Jornal de Resenhas. Especial 5, Sab., 11 jan. 2003, p. 5.

⁹⁶⁶GINZBURG, Carlo. *Relações de força: história, retórica, prova*. Trad. de Jônatas Batista Neto. São Paulo: Companhia das Letras, 2002, p. 36.

⁹⁶⁷Idem.

⁹⁶⁸GINZBURG, Carlo. op. cit. p.43.

⁹⁶⁹BENJAMIN, Walter. “O narrador”. In: *Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura*. Trad. de Sérgio Paulo Rouanet, Brasiliense, 1994, p. 222 - 232.

⁹⁷⁰GINZBURG, Carlo. *Olhos de madeira: nove reflexões sobre a distância*. Trad. de Eduardo Brandão. São Paulo: Companhia das Letras, 2001, p. 19.

⁹⁷¹Ibidem, p. 21.

Prosseguindo na visitação desta trajetória, Carlo Ginzburg aponta seus sinais nas adivinhas populares, aliás, inspiradoras para Marco Aurélio; no desdobramento das reflexões na Antiguidade tardia através de menções e citações de eruditos gregos e bizantinos; na fraude de autoria do frade franciscano Antônio de Guevara, pregador da corte do imperador Carlos V; em Montaigne, Voltaire, Tolstoi, Proust e Chklovski. Se a tradição recapitulada via Tolstoi e que remete a Marco Aurélio está idealmente ligada à busca “*do verdadeiro princípio causal como antídoto para as falsas representações*”⁹⁷² e define-se como um meio para superar as aparências e alcançar uma compreensão mais profunda da realidade, em Proust, ao contrário, o objetivo é o de “*proteger as aparências contra a intrusão das idéias, apresentando as coisas ‘na ordem da sua percepção’, ainda não contaminadas por explicações causais.*”⁹⁷³ Trata de analisar a noção diferente de *Estranhamento* de Proust, ressaltando o impressionismo da sua perspectiva, o empenho descritivo ao descrever, minuciosamente, os quadros de Elstir. Segundo Carlo Ginzburg, este experimento se insere na antiga tradição da *ekphrasis*, uma técnica “*extremamente elaborada de fornecer uma transcrição verbal de quadros inexistentes e, no entanto, plausíveis.*”⁹⁷⁴ Esses experimentos observados por Proust na pintura são também observados na literatura, como por exemplo, em Dostoiévski:

Em vez de nos apresentar as coisas em sua ordem lógica, isto é, começando pela causa, nos mostra primeiro o efeito, a ilusão que nos atrai. É assim que Dostoiévski apresenta suas personagens. As ações delas parecem-nos tão enganadoras quanto esses efeitos de Elstir, em que o mar dá a impressão de estar no céu.⁹⁷⁵

O *Estranhamento* em Proust é um desenvolvimento estrutural da estratégia adotada por Dostoiévski em *Os possessos*, o que implica uma ambigüidade na voz que narra, na apresentação de personagens através de uma série de fragmentos contraditórios, compondo uma espécie de quebra-cabeça ou uma adivinha. Encaminhando a abordagem para o interesse dos historiadores, Carlo Ginzburg foca o deslocamento de Proust para o acontecimento histórico e o desvendar das possíveis implicações epistemológicas de tal procedimento,

⁹⁷²Ibidem, p. 36.

⁹⁷³Idem.

⁹⁷⁴*Olhos de madeira: nove reflexões sobre a distância*. Trad. de Eduardo Brandão. São Paulo: Companhia das Letras, 2001, p. 37.

⁹⁷⁵PROUST. Apud GINZBURG, Carlo. op. cit. p. 38.

sobretudo ao examinar “*as intenções humanas, acrescentando assim uma nova dimensão à costumeira oposição entre impressões imediatas e causalidade*”.⁹⁷⁶ O ponto de vista de Proust rejeita a idéia de que a existência humana seja previsível e que possa ser encaradas com base em prescrições prontas; de que conhecer signifique sobrepor um esquema a ela. Para os historiadores, as implicações antipositivistas do procedimento são claras, e suas implicações cognitivas, partilhadas tanto pelos historiadores como pelos romancistas ou pintores, consiste num fim cognitivo: o de aprender com a realidade. Para o ofício do historiador; é preciso pintar a história “*como Elstir pintava o mar, ao revés*”.⁹⁷⁷ Reconheço o mesmo procedimento, mas com designações diferentes em filósofos e historiadores, como por exemplo, na expressão história “às avessas”, de Walter Benjamin; a “retrodição” de Paul Veyne; o “questionamento às avessas” de Paul Ricoeur e o método “regressivo” de Marc Bloch.

*Nenhuma ilha é uma ilha: quatro visões da literatura inglesa, 2000.*⁹⁷⁸ Nele, Carlo Ginzburg discute questões sobre a relação entre literatura e história: como os elementos ficcionais dos textos, além de estratégicos, são instrumentais para a abertura de possibilidades cognitivas e práticas que podem ter influência sobre a realidade; a versatilidade experimental do gênero ensaístico; a relação da leitura com a escrita; a relação do presente com o passado e deste com o presente. Nesta obra, o autor resgata a hipótese sobre as narrativas históricas, voltadas para a busca da verdade e elaboradas de forma narrativa, que já havia sido formulada desde o ensaio *Sinais: Raízes de um paradigma indiciário*, 1986, para frisar que ela tem alimentado “subterraneamente”, por todos esses anos, a sua produção intelectual. Dentre os ensaios que analisa, destaco *Utopia*, de Thomas More, no qual aponta um elemento da retórica antiga denominado de *ekphrasis*, que indica, por meio da descrição, uma qualidade literária chamada de *enargeia* e *evidentia in narratione*, para nós entendida como vividez, através da qual objetos ausentes ou acontecimentos do passado eram evocados, proporcionando ao leitor a sensação de realidade. Mas o efeito de realidade obtido pela eloquência “é reforçado pela exibição de provas documentais.” A oscilação entre o plano da ficção e da realidade: “Hipóteses extravagantes e puramente imaginárias levaram-no a contemplar a realidade de um

⁹⁷⁶GINZBURG, Carlo. *Olhos de madeira: nove reflexões sobre a distância*. Trad. de Eduardo Brandão. São Paulo: Companhia das Letras, 2001, p. 40.

⁹⁷⁷Ibidem, p. 41.

⁹⁷⁸Lançado no Brasil pela Companhia das Letras em 2004.

ponto de vista insólito, a fazer perguntas oblíquas à realidade”.⁹⁷⁹ Transitando entre Thomas More, Samuel Daniel, Laurence Sterne, Pierre Bayle, Malinowski ou Robert Louis Stevenson, o historiador argumenta procurando “mostrar que existe uma relação complexa entre as narrativas inventadas e as narrativas com pretensão à verdade”⁹⁸⁰.

O crítico literário brasileiro Luís Costa Lima, em entrevista, sendo questionado por João Pombo Barile sobre o que pensa da crítica ginzburgiana “a tendência de tornar nulas as fronteiras entre a história e literatura”, responde que concorda parcialmente com Carlo Ginzburg, na medida em que considera que um panficcionalismo, tomando a escrita da história como uma espécie de ficção, é tão desastroso quanto a separação rígida entre História e Literatura. Todavia, considera que a posição de Carlo Ginzburg tem limites, devido ao fato deste historiador se ver como um continuador de Arnaldo Momigliano, que, por sua vez, é defensor “de um positivismo historiográfico que implica a permanência da falta de flexibilidade na consideração das relações entre história, ficção e literatura.” E que, para superar a insuficiência na relação da historiografia com estes outros saberes, deve-se redimensionar: “que a relação não se dá entre dois termos – escrita da história versus ficção – mas somente três, pois tampouco ficção não se confunde com literatura, e esta, é um termo sem fronteiras definíveis, isto é, não é passível de conceituação”.⁹⁸¹

Mas, se em entrevista a Maria Lúcia Pallares-Burke, afirmou, certa vez, que “gostaria de manter a distinção entre história e ficção de um modo muito claro e mostrar que o conhecimento histórico é possível de ser provado”⁹⁸², em entrevista posterior a Florence Noiville, faz a seguinte declaração: “que é a história senão uma ficção... que pode ser provada?”.⁹⁸³ Vê-se explicitamente como se imbricam os termos da questão e Carlo Ginzburg lança-se na apreensão das relações complexas e fronteiriças desta temática. Entretanto, em uma fase na qual a contigüidade largamente aceita entre história e ficção tem repellido à margem a contigüidade entre a história e a prova, o historiador empenha-se em demonstrar que a construção retórica não é incompatível com a prova e com o “princípio de realidade”. Daí sua recusa veemente a modelos analíticos como os de Hyden White e François

⁹⁷⁹GINZBURG, Carlo. *Nenhuma ilha é uma ilha*: quatro visões da literatura inglesa. Trad. Samuel Titan Jr.. São Paulo: Companhia das Letras, 2004. p. 41/2.

⁹⁸⁰Ibidem, p. 64.

⁹⁸¹LIMA, Luiz Costa. História. Ficção. Literatura. São Paulo: Companhia das Letras, 2006, p.

⁹⁸²GINZBURG, Carlo. In: PALLARES-BURKE, Maria Lúcia. op. cit. p.

⁹⁸³GINZBURG, Carlo. In: NOIVILLE, Florence. “Qué es la historia, sino una ficción que puede ser probada?”. Entrevista com Carlo Ginzburg. Disponível em: www.sinpermiso.info

Hartog, ou daqueles que tentam explicar as formas de narração histórica, sublinhando apenas “o núcleo fabulatório que se pode encontrar nas narrações que se pretendam científicas - a começar pelas historiográficas”.⁹⁸⁴ Ele poderá desencadear conseqüências duvidosas na medida em que as pretensões de veracidade das narrações historiográficas são recusadas. O seu combate dirige-se ao que considera como um perigo político: “que a fragmentação da sociedade leve seus vários grupos a escreverem sua própria história a partir de seus próprios pressupostos, e onde nada precise ser provado”.⁹⁸⁵ E poderá implicar num relativismo absoluto, impossibilitando uma comunicação possível em torno de um conhecimento que possa ser provado e aceito. Como ele próprio afirma, não se trata de negar o conhecimento localizado, mas tomá-lo como ponto de partida e ir além dele, em busca de uma comunicação possível entre os homens.⁹⁸⁶ Carlo Ginzburg argumenta que, nas análises sobre a compatibilidade entre o caráter científico da historiografia e sua dimensão literária, o que deve ser sublinhado, “é o núcleo cognitivo que se pode encontrar nas narrações de ficção (por exemplo, as romanescas)”.⁹⁸⁷

Deste modo, argumenta em defesa de uma consciência da dimensão narrativa do relato histórico, que não deslegitime o trabalho de investigação do historiador e seu compromisso com a verdade, mas intensifique suas qualidades cognitivas. Contra a idéia “rudimentar” de que os modelos narrativos intervêm no trabalho historiográfico apenas no final, para organizar o material coletado, o historiador/narrador Carlo Ginzburg procura demonstrar que, pelo contrário, eles agem durante todas as etapas da pesquisa, criando interdições e possibilidades.⁹⁸⁸ Conta-nos o próprio Carlo Ginzburg que se perguntava “até que ponto mudaria sua investigação, caso houvesse decidido contá-la de modo distinto?”⁹⁸⁹ Jacques Revel considera que a opção dos micro-historiadores pelas narrações se justifica por motivos de ordem heurística, na medida em que lhes interessa que o leitor compartilhe da elaboração de uma interpretação. Quer dizer, há uma incorporação, ao corpo principal da narrativa, dos procedimentos da pesquisa histórica: as etapas construtivas do objeto da

⁹⁸⁴GINZBURG, Carlo. *Micro-história e outros ensaios*. Tradução de António Narino. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1991. (Coleção Memória e Sociedade). Obra de elaboração com Enrico Castelnuovo e Carlo Poni, p. 194.

⁹⁸⁵PALLARES-BURKE, Maria Lúcia G. *As muitas faces da história: nove entrevistas*. São Paulo: UNESP, 2000, p. 299.

⁹⁸⁶Idem.

⁹⁸⁷Idem.

⁹⁸⁸GINZBURG, Carlo. *Relações de força: história, retórica, prova*. Trad. de Jônatas Batista Neto. São Paulo: Companhia das Letras, 2002, p. 44.

⁹⁸⁹Questão que considera influenciada pela leitura do livro *Exercícios de Estilo*, de Raymond Quenau, onde acontecimentos absolutamente banais foram contados de noventa e nove modos diferentes.

investigação, a atenção sobre as metodologias utilizadas que permitem as observações, as elaboração de hipóteses e a definição de critérios específicos de controle.⁹⁹⁰ Os micro-historiadores consideram que uma escolha narrativa decorre da experimentação histórica ao nível dos próprios procedimentos da pesquisa. Giovanni Levi afirma que a micro-história é consciente de que, na pesquisa histórica, somos capturados em uma espécie de diálogo e participamos do processo de pesquisa, por isso tem abarcado especificadamente o problema da comunicação. As indagações sobre as escalas de observação, análise e os aspectos narrativos da história⁹⁹¹ constituem o núcleo central e vital das discussões empreendidas pela produção historiográfica micro-histórica e, conseqüentemente, “um modo diferente de se colocar em relação aos próprios leitores, de justificar a escolha do tema, de provar as próprias afirmações, de narrar”.⁹⁹²

Essa redução de escala atinge “a própria vivência individual” cuja expressão é a biografia ou o relato do acontecimento que, aliás, tem desempenhado o papel de uma experiência-limite para os micro-historiadores, para quem a escolha de um modelo narrativo/expositivo equivale à escolha de um modo de conhecimento. Quer dizer, a certo modo de exposição corresponde a produção de efeitos de conhecimento e certo tipo de inteligibilidade. Ela sempre determina a quais respostas é possível chegar, a cada caso. Essa operação intelectual tem como ponto de chegada a idéia de atribuição a um indivíduo de uma identidade específica: a identidade narrativa. O termo “identidade” é aqui compreendido, no sentido ricoeuriano, de uma categoria da prática. Especificadamente, de uma prática biográfica cuja função é nomear o agente de uma ação e o faz narrando a história de sua vida. “A história narrada diz o quem da ação.” Posso me constituir como autor imputável de meus próprios atos. Daí decorre a tentativa de um espraiamento que faz Paul Ricoeur tendo como base uma teoria da ação para interpretar a história biograficamente, remetendo-a, inclusive, até ao problema da consciência histórica: “não poderia haver uma teoria da História que não culmine no que ele chama de identidade narrativa, e esta é de ordem biográfica”.⁹⁹³ Todavia, a associação intuitiva de identidade e narração deve ser submetida à crítica, pois que muitos filósofos e historiadores afirmam que apresentar a vida em forma de narração é sempre uma

⁹⁹⁰ESPADA LIMA, Henrique. *A micro-história italiana: escalas, indícios e singularidades*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006, p. 377.

⁹⁹¹ESPADA LIMA, Henrique. *A micro-história italiana: escalas, indícios e singularidades*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006, p. 2.

⁹⁹² ESPADA LIMA, Henrique. op. cit. p. 12.

⁹⁹³NUNES, Benedito. “Poética do Pensamento”. In: *Artepensamento*. Org. de Aduino Novaes. São Paulo: Companhia das Letras, 1994, p. 389-409, p. 51.

maneira de falseá-la. A vida humana se compõe de ações discretas que não levam a nenhuma parte, que não guardam nenhuma ordem. Nada na experiência humana, nem exterior nem interior, está livre de mudança. A permanência no tempo, própria à identidade pessoal se faz problemática e parece estar condenada à alternativa entre uma substância imutável e inacessível ao devir ou uma sucessão incoerente de acontecimentos sem fio condutor:

[...] já que os modelos narrativos-analíticos clássicos deixaram de ser convincentes, que é preciso fazer – para contar uma vida, uma batalha, um episódio qualquer? Se, por hipótese, renunciarmos às convenções estabelecidas do gênero – a continuidade de uma história inscrita entre um começo e um fim, a descrição com base na evidência, o encadeamento das causas e dos efeitos etc. – que acontece com os objetos que o historiador se atribui? Eles se tornam objetos problemáticos.⁹⁹⁴

É possível escapar a esta alternativa? pergunta-nos Paul Ricoeur. Sim. Através do exercício historiográfico que considere as experiências antropológicas fundamentais, “*as constantes compartilhadas por toda a humanidade a partir da relação com os mortos*”.⁹⁹⁵ O que foi demonstrado com acuidade por Carlo Ginzburg em *O queijo e os vermes*:

Este livro narra sua história [Domenico Scandella]. Graças a uma farta documentação, temos condições de saber quais eram suas leituras e discussões, pensamentos e sentimentos: temores, esperanças, ironias, raivas, desesperos. De vez em quando as fontes, tão diretas, o trazem muito perto de nós: é um homem como nós, é um de nós. [...] Mas é também um homem muito diferente de nós. A reconstrução analítica dessa diferença tornou-se necessária, a fim de podermos reconstruir a fisionomia, parcialmente obscurecida, de sua cultura e contexto social no qual ela se moldou.⁹⁹⁶

⁹⁹⁴REVEL, Jacques. (Org.). *Jogos de escala: a experiência da microanálise*. Rio de Janeiro: Ed. da FGV, 1998, p. 37/8.

⁹⁹⁵CHARTIER, Roger. *Cultura escrita, Literatura e História: conversas de Roger Chartier com Carlos Aguirre Anaya et al.* Porto Alegre ARTMED Editora, 2001, p. 168.

⁹⁹⁶GINZBURG, Carlo. *Queijo e os Vermes: o cotidiano e as idéias de um moleiro perseguido pela inquisição*. Trad. Betânia Amoroso. São Paulo: Companhia das Letras, 1987, p. 12.

A escrita da história supõe um modo de experiência fundamental e irreduzível: a *abertura de horizontes*. A incompletude das experiências antropológicas fundamentais é transcendida através de narrações historiográficas, que combinem respostas distintas, histórica e culturalmente configuradas.⁹⁹⁷ Dentre elas, destacam-se as formas híbridas, “*aquelas que, tendo uma primeira inscrição reconhecida, admitem, por seu tratamento específico da linguagem, uma inscrição literária*”.⁹⁹⁸ Esta pode ser exemplificada pelo *Estilo historiográfico* micro-histórico da obra *O queijo e os vermes*, que se define por uma dupla inscrição: a histórica, que se caracteriza como procedimento de investigação (os hábitos de pesquisa, de tratar e de apresentar provas, postulados, afinidades intelectuais)⁹⁹⁹; a literária, que compreende a expressão comunicativa. Como foi demonstrado através do exercício de aplicação do método hermenêutico, estas dimensões estão imbricadas numa mesma *tecné*, num mesmo *gestus operandis* histórico e gráfico, no qual um mesmo lance escritural, expressa e firma uma verdade. De maneira que o *Estilo* revela-se como um modo de atestação que apresenta uma dupla função: a evocativa e remissiva e a autenticatória.¹⁰⁰⁰ Nele, a narração é considerada intrínseca a compreensão histórica e ao fenômeno da representância. Ele tem como parâmetro uma espécie de etapa obrigatória: o trabalho do historiador com os arquivos, com o documento e a prova documental. Por meio do documento e da prova documental, o historiador efetiva a sua dívida de reconhecimento para com os mortos, para com o passado. Com o que Carlo Ginzburg considera um dever: “contar a verdade sobre eles.” Acresce-se que essa ‘verdade’ é o ‘eixo’ e o ‘horizonte’ de sua operação cognoscitiva.

Paul Ricoeur afirma-se devedor do historiador Carlo Ginzburg “*que escreveu um livro sobre o modelo indiciário, quer dizer, sobre todas as ciências conjunturais que partem de signos exteriores, [...] as falsificações e a história*”.¹⁰⁰¹ Os chamados indícios remetem-nos à noção de “rastro” - de algo que “*deixado pelo passado exerce para com ele uma função de representância - que caracteriza a referência indireta*”. O rastro é considerado o requisito para a *prática* historiadora articulada ao processo de pensamento, que parte da noção de arquivos, defronta-se com a de documentos, dentre eles, com a de testemunho, do qual o

⁹⁹⁷ LIMA, Luiz Costa. *História. Ficção. Literatura*. São Paulo: Companhia das Letras, 2006, p.156.

⁹⁹⁸ *Ibidem*, p.352.

⁹⁹⁹ GAY, Peter. *O estilo na história: Gibbon, Ranke, Macaulay, Burckhardt*. Trad. de Denise Bottmann. São Paulo: Companhia das Letras, 1990, p. 21-23.

¹⁰⁰⁰ Evocativa/remissiva – remete ao rastro, ao testemunho (dimensão ontológica). Autenticatória – remete a prova (dimensão epistemológica).

¹⁰⁰¹ In: Entrevista a Jean Blain. Revista *Lire*, Paris, out. de 2000. Sel. e trad. de Claudia Feld.

rastro é pressuposto epistemológico último.¹⁰⁰² A autoridade do documento¹⁰⁰³ como fonte da memória coletiva é a sua *significância* ligada ao rastro, cujo sentido é paradoxal, na medida em que é visível aqui e agora, como vestígio, como marca. Por outro lado, há rastro porque antes um homem, um animal, passou por aí; uma coisa agiu. Ou seja, “*o vestígio, a marca ‘indicam’ o passado da passagem, a anterioridade do arranhão, do entalhe, sem mostrar, sem fazer aparecer, ‘aquilo’ que passou por ali*”.¹⁰⁰⁴ De forma que o rastro indica, no presente, a passagem passada dos vivos e orienta a investigação histórica. A idéia de marcação sugere a um caráter “côisico” que introduz uma relação de causa e efeito entre a coisa marcante e a coisa marcada, uma relação de *significância*:

Seguir um rastro é raciocinar por causalidade ao longo da cadeia das operações constitutivas da ação de passar por ali; por outro lado, voltar da marca à coisa marcante é isolar, dentre todas as cadeias causais possíveis, aquelas que, além disso, veiculam a significância própria da relação do vestígio com a passagem.

Operação nitidamente historiográfica. O “rastro”, diz-nos Paul Ricoeur, é: “um dos instrumentos mais enigmáticos pelos quais a narrativa histórica ‘refigura’ o tempo”.¹⁰⁰⁵ Seu valor de efeito-signo é atribuído quando reconstruímos “o mundo que, hoje, nos falta por assim dizer, ao redor da relíquia”. O princípio estilístico da obra é a montagem. Nela, culmina o caráter imaginário dos conectores que marcam a instauração do tempo histórico. O rastro (indícios) exerce para com o passado uma função de representância e caracteriza a referência indireta ligada ao trabalho de configuração através das quais formamos uma idéia da inesgotável riqueza do passado. Os acontecimentos do passado deixam vestígios que se manifestam nos documentos. Quer dizer, a questão ontológica contida na noção de rastro é recoberta pela questão epistemológica do documento, seu valor de garantia, de prova, na

¹⁰⁰²Ibidem, p. 196.

¹⁰⁰³É conhecido o caráter ideológico da discriminação que prescinde a operação da conservação dos documentos e sua finalidade intrínseca ao caráter institucional dos arquivos. Neles contidos, os documentos são entendidos “*como apoio, de garantia, trazida a uma história, uma narrativa, um debate*.” A “garantia” constitui a prova material, a “evidence” da relação que é feita de uma seqüência de acontecimentos. Mas, submetidos à crítica ideológica, são a exemplo dos arquivos “instituídos”, “edificados” “em proveito do poder e dos poderes”. Ibidem, p. 199.

¹⁰⁰⁴Ibidem, p. 200.

¹⁰⁰⁵RICOEUR, P. *Tempo e Narrativa*. Trad. de Roberto Leal Ferreira. Campinas, SP: Papirus, 1997, tomo III, p. 209.

explicação do passado. Temos constatado como o lugar ocupado pela ‘história’ na epistémica ocidental tem se utilizado do(s) modo(s) de conhecer e de atestar o verdadeiro. Entretanto, a concepção de verdade historiográfica, neste estudo, não se confunde com a verdade científica, baseada apenas na demonstração lógica e em sua verificação comprobatória. Defendo a posição dos teóricos que a inserem na “família da verdade jurídica – onde também o fato material é inerente à construção e à interpretação”.¹⁰⁰⁶

Submetida à parcialidade, a verdade que a escrita da história demanda é sempre porosa, i.e., sujeita à retificação, e não só à do erro de julgamento de seu agente. Mas isso não a torna *constitutivamente imaginativa*. Parcial, a verdade na escrita da história não *reduplica* o que já estivesse no fato, mas o submete a uma deliberação judicativa; a verdade é da mesma família do que sucede ao fim de um processo judiciário.¹⁰⁰⁷

Posição, aliás, corroborada por Paul Ricoeur e por Carlo Ginzburg¹⁰⁰⁸, ao reforçarem a posição de Chaim Perelman, que propôs pensar a história a partir do estatuto científico da prova, como prática (discursiva) argumentativa, persuasiva e retórica. Esta linha de pensamento, sobre a dialogicidade dialética da História, a situa no campo do provável, do relacional, do aproximativo: o da Nova Retórica.¹⁰⁰⁹ Mas a qualificação da verdade historiográfica como investigação judiciária contém um elemento de diferenciação: “a autoridade judiciária atua a partir de normas pré-estabelecidas, ao passo que o historiador ainda terá de explicitá-las.”¹⁰¹⁰ O juízo judicial é visto como definitivo, enquanto que, para o historiador, nada é definitivo. Nesse sentido, a história é sempre revisionista: se escreve e se reescreve. A história é uma permanente re-escritura. Alba Besan chama atenção para a

¹⁰⁰⁶Luís Costa Lima. Entrevista a João Pombo Barile. As fronteiras entre Literatura e História. Sábado, 09 set. 2006, 00h01. <http://www.otempo.com.br/magazine/lerMateria/?idMateria=60670#topo> Consulta em 16 set. 2006.

¹⁰⁰⁷LIMA, Luiz Costa. História. Ficção. Literatura. São Paulo: Companhia das Letras, 2006, p. 65.

¹⁰⁰⁸O historiador brasileiro José Murilo de Carvalho, no precioso artigo intitulado *História intelectual no Brasil: a retórica como chave de leitura*, nos apresenta três características da retórica: a relação estreita entre os argumentos e a pessoa do orador/autor. A autoridade deste, que é medida pela competência, prestígio, honestidade é elemento importante de convicção; o campo de argumentação é aberto, sempre possibilita adições, o que requer “*repetições, redundâncias e o uso de figuras de linguagem para persuadir o ouvinte ou o leitor*; e por fim, a importância do auditório” CARVALHO, J. M. 1998, p. 138.

¹⁰⁰⁹PESSANHA, José Américo Mota. In: RIEDEL, Dirce Côrtes. *Narrativa, ficção e história*. I Colóquio UFRJ. Rio de Janeiro. Imago, 1988, p. 58/9.

¹⁰¹⁰LIMA, Luiz Costa. op. cit. p. 157.

capacidade que têm os atos de linguagem “*de engendrar campos sociais em regressão ou em expansão [e de como a linguagem] refaz, faz e desfaz o mundo*”.¹⁰¹¹ Contudo, alerta-nos do perigo de reificar a palavra em categorias *sui generis* transcendentais à prática, e sim a necessidade de acompanhá-la em sua circulação efetiva, ou seja, sua historicidade. O pré-requisito dessa operação é o pré-entendimento: entendemos algo na medida em que o comparamos com algo que já conhecemos. De maneira que o círculo hermenêutico pressupõe um campo de entendimento compartilhado entre o autor e o intérprete, sem o qual não se pode nele ingressar.¹⁰¹² Como bem observa Irene Cordeiro Barbosa, usando as palavras do próprio Paul Ricoeur: “*o historiador surge em meio a uma conversa que já começou e nela intervém, com sua experiência, com seus valores, com suas preocupações, enfim, como ser-no-mundo*”.¹⁰¹³ Esse ato de intersubjetividade do círculo hermenêutico nos remete à historicidade constitutiva de uma relação que se dá como “*uma unidade numa subjetividade constituinte*”, como relação inclusiva e englobante, na qual aquele que interroga, faz parte da coisa sobre a qual se interroga:¹⁰¹⁴

Algumas pessoas apontaram alguma conexão entre meu passado e identidade como judeu e meu interesse por personagens como Menocchio. Elas estão provavelmente certas. [...] E não há razão pela qual tais elementos subjetivos devam impor limitações sobre o trabalho do historiador, ao invés de apresentar oportunidades. Em meu próprio caso, o fato de eu não estar consciente desta ligação foi crucial. Isto me permitiu focar minhas atenções sem ser constrangido pela consciência de minha própria conexão autobiográfica ao material.¹⁰¹⁵

¹⁰¹¹BENSA, Alban. In: REVEL, Jacques. (Org.). *Jogos de escala: a experiência da microanálise*. Rio de Janeiro: Ed. da FGV, 1998, p. 51.

¹⁰¹²ALBERTI, Verena. “A existência na história: revelações e risco da hermenêutica”. *Revista Estudos Históricos*, Rio de Janeiro: CPDOC, 1996, n. 17, p. 1 – 23. Disponível em: <http://www.cpdoc.fgv.br/revista/arq/184.pdf>

¹⁰¹³BARBOSA, Ivone Cordeiro. “A experiência humana e o ato de narrar: Ricoeur e o lugar da interpretação”. In: *Revista Brasileira de História*. São Paulo, ANPUH/Ed. Unijuí, v. 17, n° 33, 1997, p. 293-305 (Biografia, Biografias).p. 301.

¹⁰¹⁴Ibidem, p. 302. Ver também a descrição de José Américo Mota Pessanha: “*A interpretação é, pois, circular, implicando um movimento de vai-e-vem das partes ao todo previamente compreendido: o intérprete, que não pode, por assim dizer, sobrevoar o compreendido, trabalha dentro de um círculo hermenêutico, onde já se encontra quando inicia a exegese e do qual sai quando a termina; os conceitos elaborados no curso da interpretação retificam, ampliam ou corrigem, em benefício do correto entendimento do sentido, a compreensão liminar da qual se partiu. Se, como diz Foucault, os intérpretes também são interpretados pelas suas próprias técnicas de interpretação, então o ‘interpretans’ se reconhece no ‘interpretandum’.*” PESSANHA, J. A. M. 1994, p. 391.

¹⁰¹⁵GINZBURG, carlo. In: ABREU, Alzira Alves de.; GOMES, Ângela de Castro.; OLIVEIRA, Lucia Lippi. “História e Cultura: Conversa com Carlo Ginzburg”. *Revista Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, v. 3, n. 6, 1990, p. 254-263.

Pergunta-nos Paul Ricoeur, se não há uma cumplicidade oculta entre o segredo engendrado pela própria narrativa e histórias ainda não ditas de nossas vidas, que constituem a pré-história, o pano de fundo, a imbricação viva, de que a história narrada emerge? Ou seja, não haveria uma afinidade oculta entre o segredo *de onde* a história emerge e o segredo ao qual a história retorna? Essa sugestão reforça o argumento, segundo o qual a circularidade manifesta da análise narrativa interpreta de forma equivalente a forma temporal inerente à experiência e à estrutura narrativa. Nesse círculo saudável, os argumentos “*socorrem-se mutuamente*”, “*uma prática intelectual que solda na mesma operação as tarefas do analista e do intérprete*.”¹⁰¹⁶ O empreendimento realizado por esse estudo argumentou no sentido de comprovar que, ao exercício de um realismo crítico do conhecimento histórico, associa-se a paixão do compreender.

¹⁰¹⁶BOSI, Alfredo. BOSI, Alfredo. “A interpretação da obra literária”. In: *Céu, Inferno: ensaios de crítica literária e ideológica*. 5 ed. São Paulo: Ática, 1988, p. 281.

VI. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABREU, Alzira Alves de.; GOMES, Ângela de Castro.; OLIVEIRA, Lucia Lippi. “História e Cultura: Conversa com Carlo Ginzburg”. *Revista Estudos Históricas*. Rio de Janeiro, v. 3, n. 6, 1990, p. 254-263.

ADAMSON, Gladys. “Fredric Jameson. La Cultura Posmoderna”. *Zona Erógena*, n. 31, 1996. Disponível em: <http://www.educ.ar/educar/servlet/Downloads/S BD ZONA EROGENA/ZE3111.PDF>. Acesso em 22.07.2005

ADELMAN, Mirian. “O reencantamento do político: interpretações da contracultura”. *Revista Sociologia e Política*, 16, p. 143-147, jun. 2001.

AGOSTINO, Hilda Noemí. Biografia e História. Debates. Cataluña, jul. 2002. Disponível em: <http://www.h.debate.com/Spanish/debateesp/historiadores/barros.htm>. Acesso em: 27.04.2004.

ALBERTI, Verena. “Literatura e autobiografia: a questão do sujeito na narrativa”. *Revista Estudos Históricas*. Rio de Janeiro, v. 4, n. 7, 1991. Disponível em: <http://www.cpdoc.fgv.br/revista/arq/184.pdf>. Acesso em: 27.04.2004.

_____. “A existência na história: revelações e risco da hermenêutica”. *Revista Estudos Históricas*, Rio de Janeiro: CPDOC, 1996, n. 17, p. 1 – 23. Disponível em: <http://www.cpdoc.fgv.br/revista/arq/184.pdf>. 22.03.2005.

ALCÂNTARA JÚNIOR, Durval Muniz de. “Os maus costumes de Foucault”. *Revista Pós-História*, Assis-SP: Programa de PPGH da UNESP. v. 6, 1998, p. 67- 86.

ANDERSON, Perry. *As origens da pós-modernidade*. Trad. Marcus Penchel. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1999.

_____. “Investigação noturna: Carlo Ginzburg”. In: *Zona de compromisso*. Fundação Editora Unesp, s/d.

ANDRIOLI, Antonio Inácio. “A crítica da hermenêutica e a hermenêutica da crítica”. Resenha crítica. *Revista Espaço Acadêmico*. Ano III, n. 24, Maio. 2003. Disponível em: http://209.85.165.104/search?q=cache:zys3l8IrjX0J:www.espacoacademico.com.br/024/24res_and.htm+Andrioli,+A.+I.+Resenha&hl=pt-BR&ct=clnk&cd=4. Acesso em: 03.03.2005.

ARAÚJO, Ricardo Benzaquem. “Ronda noturna: narrativa, crítica e verdade em Capistrano de Abreu”. *Revista Estudos Históricas*. Rio de Janeiro: CPDOC/FGV, n. 1. 1988, p. 28-54.

ARENDT, Hannah. “A tradição e a Época Moderna”. In: *Entre o passado e o futuro*. São Paulo: Perspectiva, 1992, p. 43 - 68.

_____. “O conceito de História - antigo e moderno”. In: *Entre o passado e o futuro*. São Paulo: Perspectiva, 1992, p. 69 - 126.

ARFUCH, Leonor. “La vida como narración”. In: CARDOSO, Marília Rothier & COCO, Pina. (Orgs.). *Palavra. Revista do Departamento de Letras da PUC-Rio*. (Dossiê Temático: Perspectivas (auto)biográficas nos estudos de Literatura). Rio de Janeiro: Editora Trarepa. n. 10, 2003, p. 45-61 (Série Literatura).

ARIÈS, Philippe. “A história das mentalidades”. In: *A História Nova*. Jacques le Goff (Org.). 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1993, p. 153-176.

ARISTÓTELES. *Poética*. Trad. Eudoro de Souza. São Paulo: Abril Cultural, 1973. (Coleção Os Pensadores).

_____. *Tópicos: dos argumentos sofisticos*. Trad. Leonel Vallandro e Gerd Bornheim. São Paulo: Abril Cultural, 1978 (Os Pensadores).

ASSOUN, Paul-Laurent. *A escola de Frankfurt*. Trad. Helena Cardoso. São Paulo: Ática, 1991 (Série Fundamentos, 76).

AUERBACH, Eric. *Mimesis*. São Paulo: Perspectiva, 1987.

AVENDAÑO, Diego. “La guerra es un accidente de la incompreión humana”. Entrevista a Giovanni Levi. *Punto. Edu.* Año 1, num. 7, april, 2005. Disponível em: <http://usodelapalabra.blogspot.com/2005/04/giovanni-levi.html>. 05.07.2005.

AZEVEDO, Vivianne Milward. “Literatura e História: uma questão narrativa”. Pós-Graduação Mestrado em História Social da Cultura/ICHS/UFOP. Disponível em: <http://209.85.165.104/search?q=cache:X8DYcHN8q5YJ:www.portfolium.com.br/Sites/Canudos/conteudo.asp%3FIDPublicacao%3D98+%E2%80%9CLiteratura+e+Hist%C3%B3ria:+uma+quest%C3%A3o+narrativa%E2%80%9D.&hl=pt-BR&ct=clnk&cd=1&gl=br>. Acesso em: 26.04.2004.

AZEVEDO, Francisca L. Nogueira de. Biografia e gênero. In: BARCELLOS, César et. Al. *Questões de teoria e metodologia da história*. Porto alegre: Editora universidade/UFRGS, 2000, p. 131-146.

BACHELARD, Gaston. *A dialética da duração*. 2 ed. Rio de Janeiro: Ática, 1993.

_____. *Epistemologia*. Trad. Nathanael C. Caixeiro. Rio de Janeiro: Zahar, 1977.

BAKHTIN, Mikhail. *Questões de literatura e de estética.. A Teoria do Romance*. Trad. Aurora Fornoni bernardini ... [et al]. 5 ed. São Paulo: Hucitec, 2002.

BALAGUER, Vicente. “Paul Ricoeur, Prêmio Internacional Pablo VI de 2003. Una Teoría de La Historia”. In: *Anuário de Historia de la Iglesia*, Año/vol. XIII. Universidad de Navarra. Pamplona, España, p 257-282.

BARBOSA, Ivone Cordeiro. “A experiência humana e o ato de narrar: Ricoeur e o lugar da interpretação”. In: *Revista Brasileira de História*. São Paulo, ANPUH/Ed. Unijuí, v. 17, n° 33, 1997, p. 293-305 (Biografia, Biografias).

BARBOSA, Marialva. “O acontecimento contemporâneo e a questão da ruptura”. Disponível em: <http://www.eco.ufrj.br/semiosfera/anteriores/semiosfera02/organizacao/frsoc1.htm>. Acesso em: 25.04.2004.

BARRIERA, Dario. *Ensayos sobre Microhistoria*. Red Utopía. Morelia, México: Red Utopía, Prohistoria, 2002.

BARROS, Carlos. (Coord). *Debates: XVI Biografía e Historia*. Santiago de Compostela (España). [online]. 20.03.01. Disponível em: http://www.h-debate.com/Spanish/a_biografis.htm. Acesso em 24.04.2004

BARTHES, Roland. (Org.). *Análise estrutural da narrativa*. 4 ed. Petrópolis: Vozes, 1971.

BAUMAN, Zygmunt. *A modernidade líquida*. Trad. de Plínio Dentzien. Rio de Janeiro: Zahar Ed. 2001.

_____. *O Mal-Estar da Pós-Modernidade*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998.

BELLONI, Maria Luiza. “A mundialização da cultura”. In: *Sociedade e Estado*. Brasília: UNB, 1994, v. IX, n.1/2, jan./dez., p. 35-54.

BENCHIMOL, Jaime. Narrativa Documental e Literária nas Biografias. IN: *Manguinhos*, v. II (2), jul-out. , 1995, p. 93-113.

BENJAMIN, Walter. “La Tarea del Traductor”. In: *Ensayos Escogidos*. Buenos Aires: Editora SUR(S.A.), 1967, p. 77-88.

_____. “Sobre la facultad mimetica”. In: *Ensayos Escogidos*. Buenos Aires: Editora SUR (S.A.), 1967, p. 105-137.

_____. “O narrador”. In: *Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura*. Trad. de Sérgio Paulo Rouanet, Brasiliense, 1994, p. 197 – 221.

_____. “Sobre o conceito da história”. In: *Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura*. Trad. de Sérgio Paulo Rouanet. 7 ed. São Paulo: Brasiliense, 1994, p. 222-232. (Obras escolhidas; v. 1).

BITTENCOURT, José. “Carlo Ginzburg: o historiador da moda e as questões nem tanto”. *Revista Áyora*. Rio de Janeiro: NUPECH/UFF, ano I, n ° 1, Niterói, 2º semestre, 1993, p. 39 - 44.

BLAIN, Jean. Entrevista a Paul Ricoeur. *Revista Lire*, Paris, oct., 2000. (selección y traducción de Claudia Feld). Disponible em: <http://www.ides.org.ar/shared/NucleoEstudiosMemoria/Boletines/15.pdf>. Acesso em: 07.07.2005

BLOCH, Marc. *Apología à história, ou, O ofício do historiador*. Trad. André Telles. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2001.

_____. *Los reyes taumaturgos*. Trad. de Marcos Lara. México: Fondo de Cultura Económica, 1988. (Sección de Obras de História).

BLOOM, Allan. “Os anos 60”. In: *O Declínio da cultura ocidental*. 2. ed. Trad. João Alves dos Santos. São Paulo: Best Seller, 1989, p. 305 - 334.

BOBBIO, Norbert. *O tempo da memória*. De Senectute e outros escritos autobiográficos. 4 ed. Rio de Janeiro: Campus, 1997.

BOLLE, Willi. *Fisiognomia da Metrópole Moderna: Representação da História em Walter Benjamin*. São Paulo: Editora da Universidade Federal de São Paulo, 1994.

BORGES, Vavy Pacheco. “Desafios da memória e da biografia: Gabrielle Brune-Sieler, uma vida (1874-1940)”. In: BRESCIANI, S. & NAXARA, M. (Orgs.). *Memória e (re)sentimentos: indagações sobre uma questão sensível*. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 2001, p. 287 – 312.

BOSI, Alfredo. “A interpretação da obra literária”. In: *Céu, Inferno: ensaios de crítica literária e ideológica*. 5 ed. São Paulo: Ática, 1988. 274 - 287.

BOTÍA, Antonio Bolívar. “De nobis ipsis silemus?": Epistemologia de la investigación biográfico-narrativa en educación”. *Revista Electrónica de Investigación Educativa*. vol. 4, (1), 2002. Disponible em: <http://redie.ens.uabc.mx/vol4no1/contenido-bolivar.html>. 08.08.2005.

BOURDÉ, Guy. & MARTIN, Hervé. *As Escolas Históricas*. Portugal: Europa - América, 1983.

BOURDIEU, Pierre. “A ilusão biográfica”. In: *Usos e abusos da História Oral*. 3ª ed. Rio de Janeiro: Editora da FGV, 2000, p. 183-191.

_____. *As regras da arte: gênese e estrutura do campo literário*. Trad. Maria Lúcia Machado. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

BOUTIER, Jean. e VIRMANT, Arundhati. “Os caminhos da polifonia”. In: BOUTIER, Jean & JULIA, Dominique. *Passados recompostos: campos e canteiros da história*. Trad. de Marcella Mortara e Anamaria Skinner. Rio de Janeiro: Editora UFRJ: Editora FGV, 1998. p. 301-310.

BOUTRY, Philippe. “Certezas e descaminhos da razão histórica”. In: BOUTIER, Jean & JULIA, Dominique. *Passados recompostos: campos e canteiros da história*. Trad. de Marcella Mortara e Anamaria Skinner. Rio de Janeiro: Editora UFRJ: Editora FGV, 1998. p. 65-77.

BRAUDEL, Fernand. “História e ciências sociais. A longa duração”. In: *Escritos sobre a história*. São Paulo: Cultrix, 1976, p. 66-72.

_____. *O Mediterrâneo e o Mundo Mediterrânico na época de Felipe II*. Lisboa: Martins Fontes, 1983 (1949). 2 v.

BUNGE, Mario. *Dicionário de Filosofia*. Tradução de Gita K. Guinburg. São Paulo: Perspectivas, 2002. (Coleção big bang).

BURKE, Peter. “A invenção da biografia e o individualismo renascentista”. *Revista Estudos Históricos: Indivíduo, biografia, história*, n. 19, 1997. Disponível em: <http://www.cpdoc.fgv.br/revista/arq/211.pdf>. 14.06.2005.

_____. *O que é história cultural?* Trad. De Sérgio Góes de Paula. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2005.

_____. (Org). *A Escrita da História*. São Paulo: UNESP, 1992.

_____. (Org). “A história dos acontecimentos e o renascimento da narrativa”. In: *A Escrita da História*. São Paulo: UNESP, 1992. p. 327 – 348.

_____. *A Revolução Francesa na historiografia: a Escola dos Annales, 1929 – 1989*. Trad. de Nilo Odália. São Paulo: UNESP, 1991.

_____. *História e Teoria Social*. São Paulo: Editora da UNESP, 2002.

_____. *Variedades de História Cultural*. Trad. de Alda Porto. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

_____. *Veneza e Amsterdã: um estudo das elites no século XVII*. São Paulo: Brasiliense, 1991.

_____. “Culturas populares e Culturas de Elites”. *Revista Diálogos*, v. 1. Disponível em: http://209.85.165.104/search?q=cache:yWp624_B6h4J:www.dhi.uem.br/publicacoesdhi/dialogos/volume01/Rev_a03.htm+culturas+populares+e+culturas+de+elite,+peter+burke&hl=pt-BR&ct=clnk&cd=1&gl=br. Acesso em: 14.06.2005.

BURUCÚA, J. E. “Conversacion com Carlo Ginzburg – el largo aliento de la historia”. Casa Latino Americana, 13.07.2003. Disponível em: <http://www.casla.com.br/casla/noticias/mostranoticia.asp?tit=CONVERSACION+CON+CARLO+GINZBURG+-+El+largo+aliento+de+la+historia>. Acesso em: 25.11.2004.

CALDAS, Pedro Spinola Pereira. “A consciência híbrida: ‘História. Ficção. Literatura.’”, de Luiz Costa Lima. *Revista de História e Estudos Culturais*. jul./ago.set., 2006, v. 3, Ano III, n. 3. Disponível em: www.revistafenix.pro.br. Acesso em: 11.10.2006.

CALVINO, Ítalo. “A palavra escrita e a não-escrita”. In: FERREIRA, Marieta de Moraes & AMADO, Janaína. *Usos e abusos da História Oral*. 3. ed. Rio de Janeiro: Ed. da FGV, 2000.

CALVINO, Ítalo. *Por que ler os clássicos*. Trad. Nilson Moulin. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

_____. *Seis propostas para o próximo milênio: lições americanas*. 3. ed. Trad. Ivo Barroso. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

CAMPIGOTO, José Adilçom. “O caduceu da História Sócio-cultural”. *Espaço Plural: Paraná, 2001. Caderno de Ciências, filosofias e artes*. Ano III, n. 8. ago. p. 5-6.

_____. “Interpretação de textos, de história e de intérprete”. *Revista Brasileira de História*. São Paulo, v. 23, nº46, pp. 229-252, 2003.

CANDIDO, Celso. 68 – A revolução do desejo? *Revista Porto & Vírgula*, 1968, o anos de muitas primaveras. Porto Alegre, maio, 1998.

CARDOSO, Abílio Hernandez. “O cinema, a ficção e a história. *Fórum Media*, v. 1, p. 58-64, nov., 1998. Disponível em: http://www.uc.pt/geaa/index.php?option=com_content&task=view&id=25&Itemid=66. Acesso em: 05.05.2006.

CARDOSO, Ciro Flamarion. *Narrativa, sentido, história*. Campinas, SP: Papyrus, 1997. (Coleção Textos do Tempo).

_____. “Epistemologia pós-moderna, texto e conhecimento: a visão de um historiador”. Disponível em <http://www.dhi.uem.br/publicacoesdhi/dialogos/volume01/vol03mesa1.htm>. Acesso em: 05.04.2004.

CARDOSO, Ciro Flamarion & VAINFAS, Ronaldo. “Modelos teóricos e novos instrumentos metodológicos: alguns exemplos”. In: *Domínios da História: ensaios de teoria e metodologia*. Rio de Janeiro: Campus, 1997, p. 355 - 449.

CARDOSO JÚNIOR, Hélio Rebello. “Narrativa e acontecimento: pensar e escrever a história”. In: *Espaço Plural*. Paraná: Caderno de ciências, filosofias e artes. Ano III, n 8, p. 3-4. Ago. de 2001.

_____. “Tempo e narrativa nas ‘Teses’ de W. Benjamin”. In: MALERBA, J. (Org.). *A Velha História. Teoria, Método e História*. Campinas/SP: Papyrus, 1996, p. 51-60.

_____. “Totalidades como problemas na Historiografia”. In: MALERBA, J. (Org.). *A Velha História. Teoria, Método e História*. Campinas/SP: Papyrus, 1996, p. 179 -188.

_____. *Enredos de Clio: pensar e escrever a história com Paul Veyne*. São Paulo: Editora UNESP, 2003.

CARDOSO, Irene de Arruda Ribeiro. “Maio de 1968: o advento do individualismo e da heteronomia”. *Tempo Social. Revista Sociológica*. USP, São Paulo, 1 (1) p. 235-246, 1989.

CARDOSO, Luís Miguel. “A questão social na dialética entre a literatura e o cinema”. VIII Congresso Luso-Afro-Brasileiro de Ciências Sociais, Coimbra, Portugal, 2 set. 2004. Disponível em: <http://ces.uc.pt/LAB2004>. Acesso em: 09.05.2006.

CARDOSO, Marília Rothier & COCO, Pina. (Orgs.). *Palavra. Revista* do Departamento de Letras da PUC-Rio. Dossiê Temático: Perspectivas (auto)biográficas nos estudos de Literatura. Rio de Janeiro: Editora Trarepa. n. 10, 2003, Rio de Janeiro: Editora Trarepa, 2003, n. 10. (Série literatura).

CARVALHO, Isabel Cristina Moura. “Biografia, identidade e narrativa: elementos para uma análise hermenêutica”. In: *Horizontes Antropológicos*. Porto Alegre, Ano 9, n. 19, p. 283-302, jul. 2003. Scielo Brazil [on line]. 2004 [2004.09.04]. Disponível em:

http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pidS0104-71832003000100012&Ing=em&nrm=isso&tl... Acesso em 09.04..2004.

CARVALHO, José Murilo de. “História intelectual no Brasil: retórica como chave de leitura. *Topoi*. Rio de Janeiro, n. 1, p. 123-152, 1998.

CARVALHO, Lúcia Helena. *A ponta do novelo: uma interpretação de Angústia de Graciliano Ramos*. São Paulo: Ática, 1983.

CASTELO BRANCO, Uyguaciara Velôso.; NÁDER, Alexandre Antônio Gil.; SILVEIRA, Rosa Maria Godoy. “Historiadores: os filhos que cronos não devorou (razão histórica e mediações educativas)”. XII ENCONTRO ESTADUAL DE HISTÓRIA – ANPUH/PB, Cajazeiras - PB, jul. 2006.

CERTEAU, Michel de. *A cultura no plural*. Campinas, SP: Papyrus, 1995 (Coleção Travessia do século).

_____. *A escrita da história*. Trad. de Maria de Lourdes Menezes, rev. tec. de Arno Vogel. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1982.

_____. *A Invenção do Cotidiano*. Petrópolis: Vozes, 1994.

CERUTTI, Simona. “Processos e experiências: indivíduos, grupos e identidades em Turim no século XVII”. In: REVEL, J. *Jogos de escala: a experiência da microanálise*. Rio de Janeiro: Ed. da FGV, 1998.

CERVANTES-ORTIZ, Leopoldo. 2005. <http://www.alcnoticias.org/default.asp?lanCode=3> . Acesso: em 06.10. 2005

CHALHUB, Samira. *A Metalinguagem*. São Paulo: Ática, 1986 (Série Princípios, v. 44).

CHARTIER, Roger. “La historia entre representación y construcción”. In: *Prismas*. Anuario de historia intelectual. Universidade Nacional de Quilmes [online]. 2004, n.2 [cited 2004-04-18] <http://www.Argiropolis.om.ar/documentos/investigacion/publicaciones/prismas/2/chartier.htm>. Acesso em: 06.07.2005.

_____. *Cultura escrita, Literatura e História: conversas de Roger Chartier com Carlos Aguirre Anaya et al*. Porto Alegre ARTMED Editora, 2001.

_____. “A história hoje: dúvidas, desafios, propostas”. *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, v. 7, 1994 p. 97-113.

_____. *A História Cultural: entre práticas e representações*. Lisboa: DIFEL, 1990 (Memória e Sociedade).

_____. “Cultura Popular”: revisitando um conceito historiográfico. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, vol. 8, n. 16, 1995, p. 179- 192.

CHAUÍ, Marilena. *Convite à Filosofia*. São Paulo: Ática, 2000.

CHAUSSINAND-NOGARET, G. Biográfica (história). In: BURGUIÈRE, André. *Dicionário das ciências históricas*. Rio de Janeiro: Imago, 1993.

CHAVES, Flávio L *História e Literatura*. 2 ed. Porto Alegre: Editora da Universidade/UFRGS, 1991 (Série síntese universitária).

CHERUBIM, Sebastião. *Dicionário de Figuras de Linguagem*. São Paulo: Pioneira, 1989. (Manuais de estudo).

CHEVALIER, J. & Gheerbrant A. *Dicionário de Símbolos*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1991.

CHEVITARESE, Leandro. “As razões da Pós-modernidade”. *Análogos*. Anais da I SAF-PUC. RJ: Booklin, 2001. Disponível em: <http://www.saude.inf.br/filosofia/posmodernidade.pdf>. Acesso em: 07.10.2005.

CHIAPPINI, Ligia, & AGUIAR, Flávio Wolf de (Orgs.). *Literatura e História na América Latina: Seminário Internacional*, set. 1991. São Paulo: Editora da USP, 1993.

CIRLOT, J-E. *Dicionário de Símbolos*. Trad. Rubens Eduardo F. Dias. São Paulo: Ed. Moraes, 1984.

COLLINSON, Patrick. *A reforma*. Trad. S. Duarte. Rio de Janeiro: Objetiva, 2006.

COLLIOT-THÉLÈNE, Catherine. *Max Weber e a história*. Trad. de Eduardo Biavati Pereira. São Paulo: Brasiliense, 1995.

CONDÉ, Mauro Lúcio Leitão. “O Círculo de Viena e o Empirismo Lógico”. In: *Caderno de Filosofia e Ciências Humanas*. Belo Horizonte, v. V, p. 98-106, 1995.

CORASSIN, Maria Luiza. “Biografia e História na Vita Aureliana”. In: *Revista Brasileira da História* (Biografia, biografias). São Paulo, ANPUH/Ed. Unijuí, vol.17, n.33, p. 98-111, 1997.

CORETH, Emerich. *Questões fundamentais de hermenêutica*. Trad. de Carlos Lopes de Matos. São Paulo: EDUSP, 1973.

CORREIA, Carlos João. “A identidade narrativa e o problema da identidade pessoal”. Tradução comentada de “L’identité narrative” de Paul Ricoeur. Universidade de Lisboa. *Arquipélago* 7, 2000, p. 177-194.

CORREIA, Vera Lúcia Romariz. Como analisar narrativas? Caminhos e descaminhos. (Texto digitado). Maceió, 2000.

COSTA, Arrisete Cleide de Lemos. Uma hermenêutica da obra: Literatura como Missão: tensões sociais e criação cultural na primeira República de Nicolau Sevcenko. PPGH/UFPE, 1996. (inédito)

_____. *Maceió Medútica*: análise histórica das imagens da diáspora de intelectuais alagoanos na literatura - 1930/40. Dissertação de Mestrado apresentada ao PPGH/UFPE, Recife, 1998.

_____. “Memória e esquecimento na literatura alagoana”. II ENCONTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES, 1998, Maceió.

_____. “Carlo Ginzburg, Natalie Zemon Davis e a literariedade dos documentos etno-históricos”. Simpósio Temático: Teoria e Metodologia da História: Mitos, Memória e História. X ENCONTRO ESTADUAL DE PROFESSORES DE HISTÓRIA/Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa/PB. maio/jun. 2002.

_____. “O estilo ensaístico e poético das obras: *O Queijo e os Vermes* e *O retorno de Martin Guerre*”. Simpósio Teoria e Metodologia da História. I JORNADA ESTADUAL DE HISTÓRIA: História, acontecimento e narrativa. ANPUH/AL-PROEX/UFAL, Maceió, AL, jan. 2003.

_____. “Tempo e narração nas micro-histórias”. XXII SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA. ANPUH, João Pessoa/PB, jul./ago. 2003. Anais Eletrônicos. Disponível em: www.anpuh.uepg.br/anpuh/

_____. “Categorias retóricas na narrativa de *O Queijo e os Vermes*, de Carlo Ginzburg”. III SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA CULTURAL. GT Nacional de História Cultural/ANPUH. Florianópolis – UFSC, set. 2006.

CRAGNOLINI, Mónica. “Paul Ricoeur, uma filosofia del diálogo”. *La Nación*, 29 maio de 2005. Acesso em 29.05.2005

D’ALESSIO, M. M. Reflexões sobre o saber histórico. Pierre Vilar, Michel Vovelle, Madeleine Rebérioux. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1998. (Prismas).

DAHER, Andréa. “Da fabulação controlada”. *Humanas CJB*. NET. IFCS/UFRJ. Disponível em: <http://www.ifcs.ufrj.br/humanas/0034.htm><http://www.ifcs.ufrj.br/humanas/0034.htm>. Acesso em 04.03.2004.

DARTON, Robert. “Um assassinato sentimental”. I: *Folha de São Paulo*. Caderno Mais. Trad. Marco Paulo Rolla. São Paulo, jul., 2004, p. 9-112.

_____. “El lector como misterio”. *Fractal*. Año 1, vol. I, n. 2, julio-septiembre, 1996, pp. 77-98.

DAVIS, Natalie Zemon. *O retorno de Martin Guerre*. Trad. de Denise Bottmann. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

_____. *Nas margens*: três mulheres do século XVII. Trad. Hildegard Feist. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

_____. *Histórias do perdão e seus narradores na França do século XVI*. Trad. de José Rubens Siqueira. São Paulo: Companhia das letras, 2001.

_____. *Culturas do povo*. Sociedade e cultura no início da França moderna. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990.

DIAS, Claudete Maria Miranda. "Entrevista com Roger Chartier. Linguagens, Educação e Sociedade. Teresina, n. 13, p. 139-156. jul./dez. 2005.

DIAS, Maria Odila da Silva. *Quotidiano e poder em São Paulo no século XIX: Ana Gertrudes de Jesus*. São Paulo: Brasiliense, 1984.

DINES, Alberto. Em busca do outro: Biografias e histórias de vida. Revista Espaço Acadêmico. n. 28, set. 2003. Disponível em: <http://www.espacoacademico.com.br/028/28cdines.htm>. Acesso em: 21.07.2006.

DICIONÁRIO DE POLÍTICA. Norberto Bobbio, Nicola Matteucci e Gianfranco Pasquino. Trad. Carmen C. Varriale [et al]. Brasília, DF: Editora da UNB, 1993, 2 v.

DOBB, Maurice. *A Evolução do Capitalismo*. 7 ed. Trad. Manuel do Rego Braga. Rio de Janeiro: Ed. Guanabara, 1987 (Biblioteca de Ciências Sociais).

DOSSE, François. *A história à prova do tempo: da história em migalhas ao resgate do sentido*. Trad. De Ivone Castilho Benedetti. São Paulo: Editora UNESP, 2001.

_____. *A história em migalhas: dos "Annales" à "Nova História"*. São Paulo: Ensaio; Campinas, SP: Editora da Universidade Estadual de Campinas, 1992.

_____. *História do estruturalismo, 2: O canto do cisne. 1967 aos nossos dias*. Trad. Álvaro Cabral. São Paulo: Campinas, Ensaio/Ed. da Unicamp, 1994.

_____. « Paul Ricoeur, Michel du Certeau et l'Histoire : entre le dire et le faire ». Conférences de l'École des chartes. Mardi 22 avril 2003.

DOSSIÊ WALTER BENJAMIN. *Revista USP*, n. 115, set./nov. 1992.

DOSSIER HISTORIA Y FICCIÓN. *Poligramas*: revista literária. Edición n. 20. Disponível em: <http://poligramas.univalle.edu.co/editorial.htm>. 05.05.2004.

DROIT, Roger-Pol. "A epopéia de um sentido". Entrevista com Paul Ricoeur. *Folha de São Paulo*. Caderno Mais! Trad. Paulo Neves. 2004, fev. p. 12-14.

DUBY, Georges. *Guilherme Marechal ou o melhor cavaleiro do mundo*. Trad. Renato Janine Ribeiro. Rio de Janeiro: Graal, 1987.

ECO, Umberto. *Como se Faz uma Tese*. 13 ed. São Paulo: Perspectiva, 1996.

ELIAS, Noberto. *A sociedade dos indivíduos*. Rio de Janeiro: JZE, 1994.

_____. *Sobre el Tiempo*. Madri: Fondo de Cultura Económica, 1989.

ENGEL, Magali Gouveia. "História da Cultura - buscas e caminhos". *Revista Áyora*. Ano 2, n.2, 2º semestre de 1994, p. 30 - 37.

ENGEL, Pascoal. Pode a Filosofia Escapar da História? In: BOUTIER, Jean & JULIA, Dominique. *Passados recompostos: campos e canteiros da história*. Trad. de Marcella Mortara e Anamaria Skinner. Rio de Janeiro: Editora UFRJ; Editora FGV, 1998. p. 105 – 119.

ENRIQUEZ, Eugène. “Caminhos para o Outro. Caminhos para Si.” In: *Sociedade e Estado*. Brasília: Universidade de Brasília, v. IX, n. 12, 1994, p. 85-112.

ESPADA LIMA, Henrique. “Biografia e Micro-história: o Uso da Biografia na Historiografia Italiana Contemporânea”. *Caderno do Centro de Filosofia e Ciências Humanas*. UFPA. Vol. 12, n. 1/2, jan/dez 1993, p. 1-11.

_____. “E. P. Thompson e a micro-história: trocas historiográficas na seara da história social”. *Revista do Programa de Pós-Graduação em História da UFSC*. Florianópolis: UFSC/Gráfica Universitária, n. 12, 2004, p. 53 -74.

_____. *A micro-história italiana: escalas, indícios e singularidades*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

FALCON. Francisco. *História Cultural: uma visão sobre a sociedade e a cultura*. Rio de Janeiro: Campus, 2002.

FAZIO, Ida. “Microstoria”. Disponível em: <http://www.culturalstudies.it/dizionario/pdf/microstoria.pdf>. Acesso em: 19.01.2006.

FEBVRE, Lucien. *Martín Lutero: un destino*. Traducción de Tomás Segovia. México, D. F: Fondo de Cultura Económica, 1998.

FERREIRA, Amauri Carlos.; GROSSI, Yonne de Souza. “A narrativa na trama da subjetividade: perspectivas e desafios”. *Economia & gestão*, Belo Horizonte, 2, n.3, p. 120-134, jan./jun. 2002.

FERREIRA, Marieta de Moraes. “Entrevista com Jacques Revel”. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, n. 19, 1997. Disponível em: <http://www.cpdoc.fgv.br/revista/arq/214.pdf>. Acesso em: 06.07.2005.

_____. A nova “velha história”: o retorno da história política. (Resenhas). *Teoria e História*, n. 10, 1992/1. Disponível em: <http://www.cpdoc.fgv.br/revista/arq/109.pdf>. acesso em: 06.07.2005

FERREIRA, Tania Maria Tavares Bessone. “História e Prosopografia”. Conferência apresentada no X Encontro Regional de História – ANPUH – RJ. História e Biografias. Universidade do Estado do Rio de Janeiro, 2002. 07.07.2005.

FERRY, Luc & RENAUT, Alain. *Pensamento 68: ensaio sobre o anti-humanismo contemporâneo*. Trad. De Roberto Markenson. São Paulo: Ensaio, 1988.

FONTES, Virgínia. “Sempre maio: de 1968 a 1998”. Encontro Regional de História: 30 anos de 1968. Disponível em: <http://www.ifcs.ufrj.br/~humanas/0012.htm>. Acesso em 06.06.2005.

FOUCAULT, Michel. *Arqueologia do saber*. Trad. Luiz Felipe Baeta Neves. 4 ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1995.

_____. *Microfísica do poder*. 11 reimpressão. Trad. Roberto Machado. Rio de Janeiro: Graal, 1979. (Biblioteca de filosofia e história das ciências, v. n. 7).

_____. O que é um autor? In: *Estética: literatura e pintura, música e cinema*. Org. e seleção de textos, Manoel da Motta; Inês A. D. Barbosa. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2001. p. 265 - 298.

_____. *As palavras e as coisas: uma arqueologia das ciências humanas*. São Paulo: Martins Fontes, 1966.

FREITAS, Marcos Cezar de. *Da micro-história à história das idéias*. São Paulo: Cortez: USF-IFAN, 1999.

_____. (Org.). *Historiografia Brasileira em Perspectiva*. 2 ed. São Paulo: Contexto, 1998.

FURET, Furet. “Da história-narrativa à história-problema”. In: *A oficina da história*. Lisboa: Gradiva, 1975, p. 81-98.

GADAMER, Hans-George. *Verdade e método: traços fundamentais de uma hermenêutica filosófica*. 3 ed. Trad. De Flávio Paulo Meurer. Petrópolis, RJ: Vozes, 1997. (Pensamento Humano).

GAGNEBIN, Jeanne Marie. Walter Benjamin ou a história aberta. Prefácio In: *Walter Benjamin. Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura*. Trad. de Sérgio Paulo Rouanet. 7 ed. São Paulo: Brasiliense, 1994. p. 7-19. (Obras escolhidas, v.1).

_____. A verdade da crítica. In: *Walter Benjamin: os cacos da história*. Trad. Sônia Salzstein. São Paulo: Brasiliense, 1993.

_____. *Sete Aulas sobre Linguagem, Memória e História*. Rio de Janeiro: Imago Ed., 1997.

_____. *História e narração em Walter Benjamin*. São Paulo: Perspectiva, 1994. (Coleção estudos: 142).

_____. “Uma filosofia do cogito ferido: Paul Ricoeur”. *Estudos Avançados*, 11 (30), 1997, p. 261-272.

_____. “Memória, história, testemunho”. *Comciencia*. SBPC/Labjor. Brasil, 2003. Disponível em: <http://www.comciencia.br>. Acesso em 17.06.2006.

GARAY, A. T. ‘El entramado de la oralidad en El queso y los gusanos: La historia de Carlo Ginzburg’. *La Casa de Asterión*. Revista Trimestral de Estudios Literarios, vol. VI, n. 22, julio-agosto-septiembre, 2005.

Disponível em: <http://casadeasterion.homestead.com/v6n22ginz.html>. Acesso em 12.01.2006.

GAY, Peter. *Freud para historiadores*. 2 ed. Trad. de Osmyr Faria Gabbi Júnior. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989.

_____. *Freud: uma vida para nosso tempo*. Trad. Denise Bottman. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

_____. *O coração desvelado: a experiência burguesa da Rainha Vitória a Freud*. Trad. de Sérgio Bath. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.

_____. *O estilo na história: Gibbon, Ranke, Macaulay, Burckhardt*. Trad. de Denise Bottmann. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

GEERTZ, Clifford. *A interpretação das culturas*. Rio de Janeiro, Zahar, 1978.

GINZBURG, Natália. *O caminho da cidade*. Trad. Anna Alba Caruso. Lisboa: Edições Cotovia, 1991 (1942).

GNERRE, Maurizze. *Linguagem, Escrita e Poder*. São Paulo: Martins Fontes, 1994.

GOLDEMBERG, Mirian. “O método biográfico em Ciências Sociais”. In: *A arte de pesquisar*. p. 36 - 43.

GOMBRICH, E. H. *Para uma história cultural*. Tradução de Maria Carvalho. Lisboa: Gradiva Publicações, 1994.

GOMES, Plínio. *Um herege vai ao paraíso: cosmologia de um ex-colono condenado pela Inquisição (1680-1744)*. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

GOMES, Regina. “A função retórica da crítica de cinema: análise das resenhas de Central do Brasil”. Disponível em: www.bocc.ubi.pt. Acesso em: 09.05.2006.

GUNDERSEN, Trygve Riiser. “No lado negro da história: uma entrevista com Carlo Ginzburg”. Trad. Maria Betânia Amoroso. 10ª. reimpressão. *Eurozine*, jul. 2005. Disponível em: <http://www.eurozine.com/articles/2005-07-20-ginzburg-pt.html>. Acesso em: 12.01.2006.

HALBWACHS, Maurice. *A memória coletiva*. São Paulo: Vértice, 1990.

HARTOG, François. “A arte da narrativa”. In: BOUTIER, Jean & JULIA, Dominique. *Passados recompostos: campos e canteiros da história*. Trad. de Marcella Mortara e Anamaria Skinner. Rio de Janeiro: Editora UFRJ: Editora FGV, 1998. p. 193 – 202.

HELLER, Agnes. *O Cotidiano e a história*. 4 ed. Trad. Carlos Nelson Coutinho e Leandro Konder. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992 (Série Interpretações da História do Homem, v. 2).

HILL, Christopher. *O eleito de Deus: Oliver Cromwell e a revolução inglesa*. Trad. de Carlos Eugênio Marcondes. São Paulo: Companhia das Letras, 1988.

HISTÓRIA. SOCIAL. REVISTA DA PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA. IFCH – UNICAMP. n.º 4/5 – 1998. Dossiê História Social Inglesa.

HOBBSAWM, Eric. “A volta da narrativa”. In: *Sobre História*. Trad. Cid Knipel Moreira. São Paulo: Companhia das Letras, 1998, p. 201 – 206.

_____. “O ressurgimento da narrativa: alguns comentários”. *Revista de História*. Trad. Denise Bottmann. Campinas: IFCH/UNICAMP. n. 2/3, 1991, p. 39 – 46. Dossiê História-Narrativa.

_____. 68. 21/6/2005. Disponível em: <http://members.tripod.com/~Picheli/Maio1968.htm>

_____. “Revolução Cultural”. In: *Era dos Extremos: o breve século XX - 1914 - 1991*. Tradução de Marcos Santarrita; revisão técnica de Maria Célia Paoli. São Paulo: Companhia das Letras, 1995, p. 314 - 336.

HOBBSAWM, Eric & TERENCE, Ranger. *A Invenção das Tradições*. Trad. Celina Cardim Cavalcanti. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.

HOBBSAWM, Eric. *Tempos interessantes: Uma vida no Século XX*. Companhia das Letras, 2002.

HOLANDA, Aurélio. NOVO DICIONÁRIO AURÉLIO DA LÍNGUA PORTUGUESA. 2 ed. rev. e ampl. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1986.

HOLANDA, Lourival. *Fato e Fábula*. Manaus: Editora da Universidade do Amazonas, 1999.

_____. “Historicidade e Linguagem”. In: *Sob o signo do silêncio*. Vidas Secas e o Estrangeiro. São Paulo: EDUSP, 1992 (Criação e Crítica, v. 8).

HOLANDA, K. “Documentario Brasileiro Contemporâneo e a Micro-história”. *Revista Devires: Cinema e Humanidade*. v. 1, n. 2, p. 86-101, FAFICJH/UFMG, jan./dez., 2004.

HOLLANDA, Heloísa Buarque. (org.) *Pós-modernismo e política*. 2 ed. Rio de Janeiro: Rocco, 1992.

HUIZINGA, Johan. *O declínio da Idade Média*. 2 ed. Trad. de Augusto Abelaira. Portugal: Editora Ulisseia. s/d.

HUNT, Lynn. *A Nova História Cultural*. Trad. de Jefferson Luiz Camargo. São Paulo: Martins Fontes, 1992 (O Homem e a História).

HUYSEN, Andreas. “Mapeando o pós-moderno”. In: *Pós-modernismo e política*. 2 ed. Organização de Heloísa Buarque de Hollanda. Rio de Janeiro: Rocco, 1992, p. 15 – 80.

I CONGRESSO INTERNACIONAL SOBRE PESQUISA AUTO(BIOGRÁFICA). PUCRS. Porto Alegre, 2004. Disponível em: <http://www.pucrs.br/eventos/cipa/apresentacao.php>. Acesso em: 07.07.2005.

JAMESON, Fredric. *O inconsciente político: a narrativa como ato socialmente simbólico*. Tradução de Valter Lellis Siqueira. São Paulo: Ática, 1981. (Série Temas, v. 31).

_____. *Pós-Modernismo: a lógica cultural do capitalismo tardio*. Trad. Maria Elisa Cevasco. São Paulo: Ática, 1996 (Série Temas, v. 41).

_____. “Periodizando os anos 60”. In: *Pós-modernismo e política*. 2 ed. Organização de Heloísa Buarque de Hollanda. Rio de Janeiro: Rocco, 1992. p. 81 – 126.

_____. “Conflictos interdisciplinarios em la investigación sobre cultura”. Trad. de José Hernández Prado. *Alteridades*, 1993, 3 (5): p. 93-117.

JARDIM, Maria Antonia. “Os mundos hermenêuticos e a dimensão imaginativa”. Revista *REcre@arte.Universidade Fernando Pessoa-Porto*, n. 3, jun. 2005. Disponível em: <http://www.iacat.com/revista/recreate/recreate03.html>. Acesso em: 07.10.2005.

JOBIM, José Luís. “Narrativa e História”, *Cadernos de Letras*. UFF, Niterói, 1996, p. 98-106.

_____. *Formas da Teoria*. Rio de Janeiro: Caetés, 2003.

KEESING, Felix. *Antropologia Cultural*. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1972, 2 v.

KEHL, Maria Rita. “A construção literária do sujeito moderno”. Disponível em: <http://www.etatsgeneraux-psychanalyse.net/>. Acesso em: 14.06.2006.

KHOURY, Yara Aun. “Edgar Leuenroth : uma vida e um arquivo libertários”. In: *Revista Brasileira da História* (Biografia, biografias). São Paulo, ANPUH/Ed. Unijuí, vol.17, n. 33, 1997.

KOCH, Ingedore Vilaça. *A inter - ação pela linguagem*. São Paulo: Contexto, 1992 (Coleção repensando a língua portuguesa).

KOLLERITZ, Fernando. “Testemunho, juízo político e história. Rev. Bras. Hist., São Paulo, v. 24, n. 48, 2004. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-01882004000200004&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 26.02. 2006.

KONDER, Leandro. “Marxista belicoso”. Teoria e debate, n. 39, out./nov./dez., 1998. Disponível em: <http://www2.fpa.org.br/portal/modules/news/article.php?storyid=2299>. Acesso em: 22.07.2005.

KRAMER, Lloyd. S. “Literatura, crítica e imaginação histórica: o desafio literário de Hayden White e Dominique La Capra”. In: *A Nova História Cultural*. Org. Lynn Hunt. São Paulo: Martins Fontes, 1992, p. 131 –173.

KRAUSE-VILMAR, D. “A negação dos assassinatos em massa do nacional-socialismo: desafios para a ciência e para a educação política. Universidade de Kassel, Alemanha. Texto da Conferência proferida em 7 de agosto de 2000. Editado eletronicamente por el Equipo Nizkor- Derechos Human Rights el 21feb02. Disponível em: <http://www.derechos.org/nizkor/brazil/libros/neonazis/cap8.html>. Acesso em: 17.06.2006.

LABORDA, Xavier. “Historiografía Lingüística: veinte principios del programa de la investigación hermenéutica”. Revista de Investigación lingüística, RIL, n. 1, vol. V, 2002, p.

179-207. Universidad de Murcia. Disponible em: <http://www.sant-cugat.net/laborda/37GRAFIA.htm>. Acesso em: 17.06.2006.

LACAPRA, Dominick. “História e Romance”. *RH. Revista de História*. Campinas, n. 02, p. 107-124, 1991.

LA RONDINE. Nostra entrevista a Carlo Ginzburg [online]. 02.04.2004. Disponível em: <http://www.larondine.fi/eventi.htm>. Acesso em: 22.11.2004.

LACLAU, Ernest. “A política e os limites da modernidade”. In: HOLLANDA, H. B. (Org.) *Pós-modernismo e política*. 2 ed. Rio de Janeiro: Rocco, 1992, 127 – 150.

LADURIE, Ernest Le Roy. *Montaillou: cátaros e católicos numa aldeia francesa, 1294 - 1324*. Trad. de José António Henriques e Agostinho Gamboa. Lisboa: Edições 70, 1975.

LAPA, José Roberto do Amaral. *A História em Questão: Historiografia Brasileira Contemporânea*. Petrópolis: Vozes, 1981.

_____. *História e Historiografia pós-64*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985 (Coleção Estudos Brasileiros, v. 87).

LEENHARDT, Jacques; PESAVENTO, Sandra Jatahy. (Orgs.). *Discurso histórico e narrativa literária*. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 1998 (Coleção Momento).

LEFÈBVRE, Henri. *Introdução à Modernidade*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1969.

LE GOFF, Jacques. & NORA, Pierre. (Orgs.). *História: novos problemas, novas abordagens, novos objetos*. Trad. Theo Santiago. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1976.

LE GOFF, Jacques. *A História Nova*. Trad. de Eduardo Brandão. São Paulo: Martins Fontes, 1993.

_____. “As mentalidades: uma história ambígua”. In: LE GOFF, Jacques. & NORA, Pierre. (Orgs.). *História, novos objetos*. 1976, p. 87-105.

_____. *História e Memória*. São Paulo: Editora da Unicamp, 1990.

_____. *São Luis: biografia*. Rio de Janeiro: Record, 1999.

LEFEBVRE, Henri. *Introdução à Modernidade*. São Paulo: Paz e Terra, 1969.

LEJEUNE, Philippe. « Le pacte autobiographique, 25 ans après ». CARDOSO, Marília Rothier. & COCO, Pina. (Orgs.) *Palavra*. Revista do Departamento de Letras da PUC-Rio. (Perspectivas (auto)biográficas nos Estudos de Literatura). Rio de Janeiro: Editora Trarepa, 2003, n. 10, p. 11 - 23 (Série Literatura).

_____. “O guarda-memória”. In: *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, n.º 19, 1997.

LEVI, Giovanni. *A herança imaterial: trajetória de um exorcista no Piemonte do século XVII*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

_____. “Sobre a micro-história”. In: BURKE, Peter (Org.). *A escrita da história: novas perspectivas*. São Paulo: UNESP, 1992, p. 134 - 161.

_____. Usos da biografia. In: FERREIRA, Marieta de Moraes. & AMADO, Janaína. *Usos e abusos da História Oral*. 3 ed. Rio de Janeiro: Ed. da FGV, 2000, p. 167 – 182.

LEVILLAIN, Philippe. “Os protagonistas: da biografia”. In: RÉMOND, René. *Por uma História Política*. Trad. de Dora Rocha. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1996. p. 141 – 184.

LÉVI-STRAUSS, C. *Antropologia Estrutural*. Rio de Janeiro: Tempo Universitário, 1975.

LIMA, Luiz Costa. *Mimesis: desafio ao pensamento*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2000.

_____. *História. Ficção. Literatura*. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

LOPES, Rodrigo G. “Hermenêutica”. *Espaço Plural: Caderno de Ciências, filosofias e artes*. Ano III, n. 8 - ago 2001, p. 14.

LOPES, Fábio Henrique. “A história em xeque: Michel Foucault e Hyden White”. In: *Narrar o passado, repensar a história*. Orgs. Margareth Rago, Renato Aloizio de Oliveira Gimenes. Campinas, SP: UNICAMP, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, 2000, p. 287-308. (Coleção Idéias 2).

LORIGA, Sabina. « La biographie comme problème ». In.: Jacques Revel (dir) *Jeux d'Échelles: la micro-analyse à l'expérience*, Paris, Seuil/Gallimard, 1996. Tradução em português: REVEL, Jacques. (Org.). *Jogos de escala: a experiência da microanálise*. Rio de Janeiro: Ed. da FGV, 1998.

LUCINI, Marizeti. *Tempo, narrativa e ensino de história*. Porto Alegre: Mediação, 1999.

LYTHGOE, Esteban. Consideraciones sobre la relación historia-memoria en Paul Ricoeur.

MAESTRI, Mário. “História e romance: fronteiras”. *Novos Rumos*. Ano 17, n. 36, 2002. Disponível em; Acesso em: 05.05.2004.

MANUAL DE NORMATIZAÇÃO DE TRABALHOS CIENTÍFICOS E CULTURAIS. Coordenação de Elisabeth Schneider de Sá/et/al./Petrópolis, RJ: Vozes, 1994.

MARÍN, Juan José. “Entrevista a Giovanni Levi”. In: *Revista de Historia*. n. 41, enero – junio, 2000. EUNA-EUCR. Heredia: Costa Rica, 1999, p. 131-148. Disponível em: <http://historia.fcs.urc.ac.cr/mo-his/e-levi-coshtm>. Acesso em 29.12.2004.

MÁRQUEZ, Gabriel García. *Como contar um conto*. Trad. Eric Nepomuceno. Rio de Janeiro: Casa Jorge editorial, 2001.

MARTINS, Francisco Menezes. “1998: o retorno em simulacro de 1968”. Disponível em: <http://www.pucrs.br/famecos/pos/professores/menezes/artigo.htm>. Acesso em: 06.06.2005.

MARX, Karl. *O 18 Brumário e Cartas a Kugelmann*. 5 ed. Trad. de Leandro Konder e Renato Guimarães. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

_____. *Sociologia*. IANNI, O. (Org.). Trad. Maria E. Mascarenhas, Ione de Andrade e Fausto N. Pellegrini São Paulo: Ática, 1979.

MATTOS, Cristine Fickelscherer de. “Proyecciones históricas em la literatura hispanoamericana: el caso de algunas narrativas biográficas de la segunda mitad del siglo XX. Congresso Brasileiro de Hispanistas, Ano 2, oct. 2002. Disponível em: <http://www.proceedings.scielo.br/scielo.php?script=sci>. Acesso em: 24.06.2004.

MEDEIROS, João Bosco. *Redação Científica: a prática de fichamentos, resumos, resenhas*. 6 ed., São Paulo: Atlas, 2004.

MELLO, Eraldo Cabral de. *O nome e o sangue: uma fraude genealógica no Pernambuco Colonial*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

MENESES, Adélia Bezerra de. Memória e Ficção. In: *Revista Resgate 2*. Publicação do Cento de Memória da UNICAMP. São Paulo, 1991, p. 9-15.

MIDLIN, Betty. “Natalia Ginzburg retrata mulheres de forma rara.” *Estado de São Paulo*. São Paulo, p. 1-1, 14 out. 1998.

MOISÉS, MASSAUD. *Dicionário de Termos Literários*. 14 ed. São Paulo: Cultrix, 1999.

MONTEIRO, J. C. S. “Weber e o individualismo metodológico”. 3º. Encontro Nacional da ABCP – Associação Brasileira de Ciência Política. UFF, Niterói, 2002. Disponível em: <http://64.233.187.104/search?q=cache:hvLLd97hmwsJ:www.cienciapolitica.org.br/encontro/teopol5.2.doc+weber+e+o+individualismo+metodol%C3%B3gico&hl=pt-BR&gl=br&ct=clnk&cd=1>. Acesso em: 04.04.2006.

MORAES LEITE, Ligia Chiappini. *O Foco Narrativo*. 7 ed. São Paulo: Ática, 1994.

MORAIS, Fernando et al. “Narrativa documental e literária nas biografias”. *História Ciências Saúde-Manguinhos*, v. 2, n. 2, p. 93-113, jul./out. 1995. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-59701995000300007&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 21.07.2006.

MORAES, José Geraldo Vince de.; REGO, José Marcio. *Conversas com historiadores brasileiros*. [entrevistas]. São Paulo: Editora 34 Ltda., 2002.

MOREL, R. L. de M. *A Pesquisa científica e seus condicionamentos sociais*. Rio de Janeiro: Achiamé, 1979, p. 35-38.

MOTT, Luiz. *Rosa Egípcia: uma santa negra no Brasil Colonial*. Rio de Janeiro: Bertrand, 1993.

MOTTA, Luiz Gonzaga. “A análise pragmática da narrativa jornalística”. Disponível em: <http://repositorio.portcom.intercom.org.br/dspace/bitstream/1904/16836/1/R2419-1.pdf>

_____. “A construção narrativa da história do presente”, Interprogramas da Compôs. Brasília, DF, 2004. Disponível em: www.compos.org.br. Acesso em: 14.08.2005.

SILVA MOTTA, Marly da. “O Relato biográfico como fonte para a História”. In: *Vidya*. Santa Maria, v. 19, n. 34, p. 101-122, jul./dez. 2000.

NEGRO, Antonio Luigi. “O fragmento como via de acesso à História social”. *Revista Diálogos*. Maringá, vol. 01, n. 1, p. 111-136, 1997.

NERHOT, Patrick. “No princípio era o Direito...” In: BOUTIER, Jean & JULIA, Dominique. *Passados recompostos: campos e canteiros da história*. Trad. de Marcella Mortara e Anamaria Skinner. Rio de Janeiro: Editora UFRJ; Editora FGV, 1998. p. 91-103.

NOIVILLE, Florence. “Qué es la historia, sino uma ficción que puede ser probada?”. Entrevista com Carlo Ginzburg. Disponible em: www.sinpermiso.info. Acesso em: 12.01.2006.

NORA, Pierre et al. *Ensaio de Ego-História*. Rio de Janeiro: Edições 70, 1987.

NOVAES, Adauto (Org.). *Tempo e História*. São Paulo: Companhia das Letras; Secretaria Municipal da Cultura, 1992.

NOVO DICIONÁRIO AURÉLIO DA LÍNGUA PORTUGUESA. 2 ed. rev. e ampl. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1986.

NUNES, Benedito. “Poética do Pensamento”. In: *Artepensamento*. Org. de Adauto Novaes. São Paulo: Companhia das Letras, 1994, p. 389-409.

ODÁLIA, Nilo. “Análise estrutural e explicação histórica”. *Communications*, Paris, 18:72-84, 1972.

ORIEUX, Jean. “A arte do biógrafo”. In: DUBY, George e outros. *História e nova história*. Lisboa: Teorema, 1986, p. 33-42.

ORLANDI, Eni Puccinelli. *Interpretação: autoria, leitura e efeitos do trabalho simbólico*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1996.

PAES, Francisco Moraes. *Na poética da História*. UFPR, 1996.

PALLARES-BURKE, Maria Lúcia G. *As muitas faces da história: nove entrevistas*. São Paulo: UNESP, 2000.

PANDOLFO, M. P. Z. *Análise da narrativa*. Petrópolis, Vozes, 1978.

PARIS, Robert. “Biografia e ‘perfil’ do Movimento Operário”. *Revista Brasileira da História*. (Biografia, biografias). São Paulo, ANPUH/Ed. Unijuí, vol.17, n.º 33, 1997.

PAULO NETTO, José. & CARVALHO, Maria do Carmo Brant de. *Cotidiano: conhecimento e crítica*. 3 ed. São Paulo: Cortez, 1994.

PAZ, F. M. *Na poética da história - a realização da utopia nacional oitocentista*. Curitiba: Ed. da UFPR, 1996. (Pesquisa; n. 30).

PERELMAN, Chaim. *Retóricas*. Trad. Maria Ermanita Galvão G. Pereira. São Paulo: Martins Fontes, 1997. (Ensino Superior).

PESAVENTO, Sandra Jatahy. "Com os olhos de Clio ou a Literatura sob o olhar da História a partir do Conto O Alienista, de Machado de Assis". *Revista Brasileira de História*. São Paulo: ANPUH/Contexto, vol. 16, n.º 31 e 32, 1996, p. 108 - 118.

_____. "Esta história que chamam micro". In: BARCELLOS, César et. Al. *Questões de teoria e metodologia da história*. Porto alegre: Editora universidade/UFRGS, 2000, p. 209 - 234.

_____. "História & literatura: uma velha-nova história". *Nuevo Mundo Mundos Nuevos*. n. 6, jul., 2006. Disponível em <http://nuevomundo>

PHILIPPE, Artières. "Arquivar a própria vida". *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, n. 21, 1998. Disponível em: <http://www.cpdoc.fgv.br/revista/arq/234.pdf>. Acesso em: 10.10.2005.

PIETTRE, B. *Filosofia e Ciência do Tempo*. Trad. de Maria Antônia Pires de Carvalho. Bauru, SP: EDUSC, 1997.

PIRANDELLO, Luigi. *Um, nenhum e cem mil*. São Paulo: Cosac & Naify Edições, 2001 (Coleção prosa do Mundo).

PLUTARCO. *Vidas paralelas: Alexandre e César*. Trad. Júlia Rosa Simões. Porto Alegre, RS: L&PM, 2005.

POLLACK, Michael. "Memória e Identidade Social". *Revista Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, v. 5, n. 10, 1992, p. 200 - 212.

_____. Memória, Esquecimento, Silêncio. *Revista Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, 1989, p. 3-15.

PRADO NETTO, Arthur. "O caso". *Antroposmoderno*. Disponível em: <http://www.ufba.br/~revistao/o3margot.html>. Acesso em: 12.04.2004

PROBLÉMES & MÉTHODES DE LA BIOGRAPHIE. Actes du Colloque Sorbonne. 3-4 mai 1985, Paris, Publications de la Sorbonne, 1985.

PROCHASSON, Christophe. "Atenção!: verdade! Arquivos Privados e Renovação das Práticas Historiográficas". *Revista Estudos Históricos*. Arquivos Pessoais. CPDOC/FGV, n. 21, 1998/1. Disponível em: <http://www.cpdoc.fgv.br/revista/arq/239.pdf>. Acesso em: 10.10.2005.

QUADERNI STORICH. Le Edizione del Mulino Reviste. Disponibile em: http://www.mulinoit/edizioni/reviste/scheda_revista.php?issn=0301.6307. Acesso em: 16.10.2004.

RAGO, Margareth. *Entre a História e a Liberdade: Luce Fabbri e o anarquismo contemporâneo*. São Paulo: Edunesp, 2001.

RAGO, Margareth. & OLIVEIRA G. R. A. de (Orgs.) *Narrar o passado, Repensar a História*. Campinas, SP: UNICAMP, IFCH, 2000. (Coleção Idéias 2).

REIS, José Carlos. *História e Teoria: historicismo, modernidade, temporalidade e verdade*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003.

_____. Da «história global» à «história em migalhas»: o que se perde, o que se ganha. Esta história que chamam micro. In: BARCELLOS, César et. al. *Questões de teoria e metodologia da história*. Porto alegre: Ed. UFRGS, 2000. p. 177 – 208.

_____. *Annales: A Renovação da História*. Ouro Preto: Editora UFOP, 1996.

REUTER, Yves. *Introdução à análise do romance*. Trd. Ângela Bergamini ... [et al.]. São Paulo : Martins fontes, 1995. (Coleção Leitura e crítica).

REVEL, Jacques. (Org.). *Jogos de escala: a experiência da micro-análise*. Trad. de Dora Rocha. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1998.

REVISTA BRASILEIRA DE HISTÓRIA – Órgão Oficial da Associação Nacional de História. São Paulo, ANPUH/ed. Unijuí, vol. 17, n. 33, 1997. (Biografia, Biografias)

REVISTA CIÊNCIA E CULTURA. Ano 54, n. 2, out./nov./dez. 2002 (Tempo: Temas e tendências).

RIBEIRO, Renato Janine. “Memórias de si ou...” *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, n.21, 1998. Disponível em: <http://www.cpdoc.fgv.br/revista/arq/235.pdf>. Acesso em;

RICCI, Magda. “Como se faz um vulto na História do Brasil”. In: BARCELLOS, César et. Al. *Questões de teoria e metodologia da história*. Porto alegre: Ed. UFRGS, 2000, p.147-160.

RICOEUR, Paul. *Da interpretação: ensaio sobre Freud*. Tradução de Hilton Japiassu. Rio de Janeiro: Imago Editora, 1977 (Série Logoteca).

_____. *Interpretação e Ideologias*. Trad. de Hilton Japiassu. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1990.

_____. *A metáfora viva*. Trad. de Dion Davi Macedo. São Paulo: Loyola, 2000.

_____. “Narratividade, fenomenología y hermenéutica”. In: *Anàlisi*. [online]. 2000, n. 25, p. 189-207. Disponível em: <http://www.bib.uab.es/pub/analisi/>. Acesso em: 12.05.2005

_____. *Tempo e Narrativa*. Trad. de Constança Marcondes César. Campinas: Papirus, 1994, tomo I.

_____. *Tempo e Narrativa*. Trad. de Marina Appenzeller. Campinas, SP: Papirus, 1995, tomo II.

RICOEUR, P. *Tempo e Narrativa*. Trad. de Roberto Leal Ferreira. Campinas, SP: Papyrus, 1997, tomo III.

_____. “Respuesta a mis críticos”. Traducción del francés: Flora Botton-Burlá. *Fractal*. n. 13, 1999, año 3, vol. IV, pp. 129-137. abr./jun..

RIEDEL, Dirce Cortêz. *Narrativa, ficção e história*. I Colóquio UFRJ. Rio de Janeiro. Imago, 1988.

RODRIGUES, José Honório. *A Pesquisa Histórica no Brasil*. 3 Ed. São Paulo: Nacional, 1978.

ROJAS, Carlos Antonio Aguirre. “El Queso y los Gusanos: um modelo de Historia crítica para el analisis de las culturas subalternas”. *Revista Brasileira de História*. São Paulo, ANPUH/Humanitas Publicações, vol. 23, n. 45, 2003, p. 71 – 102.

RÜSEN, J. “A história entre a modernidade e a pós-modernidade”. *História: Questões e Debates*, v. 14, n. 26/27, p. 80-101, jan./dez., 1997.

SALIBA, Elias Thomé. “Perspectivas para uma historiografia cultural”. *Revista Diálogos*. vol. 1, n. 1, 1997. Disponível em:
<http://www.dhi.uem.br/publicacoesdhi/dialogos/volume01/dialogos.htm>. Acesso em: 14.06.2005.

SANTOS, Boaventura de Souza. *A crítica da razão indolente: contra o desperdício da experiência*. 4 ed. São Paulo: Cortez, 2002.

_____. *Introdução a uma ciência pós-moderna*. Rio de Janeiro: Graal, 1989.

_____. *Para um novo senso comum: a ciência, o direito e a política na transição paradigmática*. 4 ed. São Paulo: Cortez, 2002.

_____. *Um discurso sobre as ciências*. 3 ed. São Paulo: Cortez, 2005.

SANTOS, G. C. *Manual de referências e citações bibliográficas para documentos impressos e eletrônicos*. Campinas, SP: Unicamp, 2000.

SANTOS, Georgina Silva dos. “São Luís: o retorno da historiografia francesa à biografia” – resenha do livro São Luís, de Jacques Le Goff. IN: *Tempo*, Rio de Janeiro, v. 6, n. 11, 2001, pp. 261-266.

SANTOS, José Luiz dos. *O que é cultura*. 3. ed. São Paulo: Editora Brasiliense, 1985. (Coleção Primeiros Passos, 110).

SARMENTO, C. E. B. “Trajetória individual e história cultural”. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 8, n. 26, 1995.

SCHMIDT, Benito Bisso. “O gênero biográfico no campo do conhecimento histórico: trajetória, tendências e impasses atuais e uma proposta de investigação”. In: *ANOS 90*.

Revista do Programa de Pós-Graduação em História. UFRGS, Porto Alegre, n. 6, dez. 1996. p. 163 - 193.

SCHMIDT, Benito Bisso. *Uma reflexão sobre o gênero biográfico: a trajetória do militante socialista Antonio Guedes Coutinho na perspectiva de sua vida cotidiana (1968 – 1945)*. Porto Alegre. Dissertação de mestrado em História. UFRGS, 1996.

_____. “Construindo biografias... historiadores e jornalistas: aproximações e afastamentos”. In: *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, n.º 19, 1997.

_____. “Luz e papel, realidade e imaginação: as biografias na história, no jornalismo, na literatura e no cinema”. ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS, 22, 1998, Caxambu, MG.

_____. “Trajetórias e vivências: as biografias na historiografia do movimento operário brasileiro”. In: *Cultura e Trabalho*. Revista do PPGH/DH da PUC-SP. São Paulo, n 16, p. 233 –244, fev. 1998.

_____. “A biografia histórica: o ‘retorno’ do gênero e a noção de ‘contexto’”. In: GUAZZELLI, Cesar Augusto Barcellos.; PETERSEN, Sílvia Regina Ferraz.;

_____. et al (Orgs.) *Questões de Teoria e Metodologia da história*. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 2000, p. 121- 130.

_____. “Biografia: um gênero de fronteira entre a história e a literatura”. In: *Narrar o passado, repensar a história*. Orgs. Margareth Rago, Renato Aloizio de Oliveira Gimenes. Campinas, SP: UNICAMP, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, 2000, p. 193 - 214. (Coleção Idéias 2).

_____. “Grafia da vida: reflexões sobre a narrativa biográfica”. *HISTÓRIA USININOS*, v. 8, n. 10, p. 131-142, 2004, jul./dez. 2004.

SCHOPENHAUER, A. *A arte de escrever*. Trad./Org./Prefácio e notas de Pedro Sússekind. Porto Alegre: L&PM, 2005.

SCHRAMM, Luanda. “Interpretação e Leitura: a hermenêutica fenomenológica de Paul Ricoeur como fundamentação para os estudos de recepção”. Trabalho apresentado no NPO1 – Núcleo de Pesquisa Teorias da Comunicação, XXV Congresso Anual em Ciência da Comunicação, Salvador/BA, 04 e 05 setembro de 2002.

SCHWARTZ, Adriano. “A estratégia das margens do silêncio”. Entrevista com Carlo Ginzburg. *Folha de São Paulo. Mais!*, 10 out. 2004. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/fsp/indices/inde10102004.htm>. Acesso em: 06.06.2006

SEMPOL, Diego. “La discusión histórica tiene consecuencias políticas”. Entrevista con el historiador Giovanni Levi. Disponible em: <http://www.ts.ucr.ac.cr/~historia/n-ante/lhis-1n2.htm> Acesso em : Acesso em: 06.06.2005

SENA JUNIOR, Carlos Zacarias F. de. A dialética em questão: considerações teórico-metodológicas sobre a historiografia contemporânea. *Rev. Bras. Hist.*, São Paulo, v. 24, n.

48, 2004. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-01882004000200003&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 26.02.2005.

SERNA, Justo.; PONS, Anaclét. AntiWhite. In: *Cómo se escribe la microhistoria*. [online] 2004, p. 1- 49, 2004.09.12. Disponível em: <http://www.uv.es/jserna/>. Acesso em: 09.12.2004.

SERNA, Justo.; PONS, Anaclét. “El microhistoriador como lector”. *El siglo XX*. Valencia: Asociación de Historia Contemporánea, 2000. Disponible em: <http://www.uv.es/jserna/>. Acesso em: 05.05.2004.

_____. “El historiador como autor. Éxito y fracaso de la microhistoria”, *Prohistoria*, núm. 3, 1999. Disponible em: <http://www.uv.es/jserna/> Acesso: em 29.12.2004.

_____. “Formas de hacer microhistoria”. *Ágora*. Revista de Ciências Sociais, num. 7, 2002. Disponible em: <http://www.uv.es/jserna/>. Acesso em: 16.10.2004

_____. “Los viajes de Carlo Ginzburg. Entrevista sobre la Historia”. IN: *Archipiélago*, num. 47, 2002, p. 94-102. Disponível em: <http://www.uv.es/jserna/>. Acesso em 17.10.2004.

_____. “EL ojo do extranjero”. *Archipiélago*, num. 47, 2002. Disponível em: <http://www.uv.es/jserna/>. Acesso em 18.10.2004.

SEVCENKO, Nicolau. “A força da história”. In: *Folha de São Paulo*. Jornal de Resenhas. Especial 5, Sab., 11 jan. 2003.

_____. *O renascimento*. 16^a ed. rev. atual. São Paulo: Atual, 1994 (Discutindo a História).

SILVA, Eduardo. *Dom Oba d'África, o príncipe do povo: vida, tempo e pensamento de um homem livre de cor*. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

SILVA, Helenice Rodrigues da. “Rememoração”/comemoração: as utilizações sociais da memória. I: *Revista Brasileira de História*. São Paulo, v. 22, n. 44, p. 425-438, 2002.

_____. “O tempo refletido”. Entrevista com Françoise Dosse. Revista *Diálogos*. Universidade Federal do Paraná, abril de 2001. Disponível em: www.dhi.uem.br/publicacoesdhi/dialogos/volume01/vol5_ebtre.html -25 k - Acesso em: 05.05.2004.

SILVEIRA, Rosa Maria Godoy. “*Região e História*”. In: *República em Migalhas*. São Paulo: Marco Zero, 1990.

_____. “*História e ensino: acontecimento e narrativa, acontecimentos e narrativas*”. Conferência apresentada no XXII Simpósio Nacional de História, João Pessoa – PB, jul. 2003. 01 CD-ROM.

SIMÕES, Daniel Soares. “Um herege vai ao paraíso – resenha”. *NetHistória*, out. 2006. Disponível em: www.nethistoria.com. Acesso em: 12.01.2006.

SOARES, Maria de Lourdes. “O ensaísmo de Eduardo Lourenço: A inquieta e luminosa experimentação do (im)possível”. *Literatura e Cultura*. Ano 1, n. 1, 2001. Disponível em: http://www.lettras.ufrj.br/litcult/revista_litcult/revistalitcult_voll1.php?id=12. acesso em: 14.01.2005.

SOCIAL SCIENCE RESEARCH COUNCIL PROYECTO MEMORIA. Programa destinado al estudio de la memoria colectiva y represión en el Cono Sur. *Boletín de Biblioteca*, n. 15, diciembre 2000. Dossier acerca de Paul Ricoeur, incluyendo una entrevista enriquecida por la reseña de los libros de su autoría que posee la biblioteca.

SORGENTINI, H. “Reflexión sobre la memoria y autorreflexión de la historia”. *Revista Brasileira de História*. São Paulo, ANPUH /Humanitas Publicações, vol. 23, n. 45, 2003, p. 103 – 128.

SOUZA, Laura de Mello. *O diabo e a terra de Santa Cruz*. São Paulo: Companhia das Letras, 1986.

_____. “As lições da distância” – resenha de Carlo Ginzburg – Olhos de madeira: nove reflexões sobre a distância. *Jornal de Resenhas da Folha de São Paulo*, São Paulo, v. 79, p. 1-2, 12 out. 2001.

_____. “Mistérios revelados” – resenha de Carlo Ginzburg – Indagações sobre Piero. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, p. 4-5, 16 dez. 1989.

_____. “O passado é um país estrangeiro” – resenha de Natalie Z. Davis – Culturas do povo: sociedade e cultura no início da Época Moderna. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, p. 4 -5, 21 abr. 1989.

_____. “Resenha de Carlo Ginzburg – O queijo e os vermes”. *Folha de São Paulo*, 08 maio. 1987.

_____. “Trabalho definitivo para a historiografia” – resenha de Carlo Ginzburg – O queijo e os vermes. *Folha de São Paulo*, São Paulo, p. A29 – A29, 08 maio. 1987.

STANZEL, Franz K. “La mediación narrativa”. Trad. de Francesca Bartrina. *Novel*, 11:3, 1978, p. 247 -264.

STONE, Lawrence. “O ressurgimento da narrativa: reflexões sobre uma nova velha história”. *Revista de História*. Campinas: IFCH/UNICAMP, 1991, p. 13 - 46. Dossiê História-Narrativa.

TEMPO E HISTÓRIA. In: *Revista Ciência e Cultura. Tempo: Temas e tendências*. Ano 54, n. 2, p. 23-4., out./nov./dez. 2002.

THEODORO, Janice. “A retórica do cativo: Padre Antônio Vieira e a Inquisição”. In: *América Barroca*. São Paulo: Edusp, 1992, p. 151-164. (Tema e Variações).

THOMPSON, Edward Palmer. *A Formação da Classe Operária Inglesa: a árvore da liberdade*. 4. ed. Trad. de Denise Bottmann. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2004, v.1 (Coleção Oficinas da História, v. 1)

_____. *A Formação da Classe Operária Inglesa: a força dos trabalhadores*. 3. ed. Trad. de Denise Bottmann. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002, v. 3 (Coleção Oficinas da História, v. 8).

_____. *A Formação da Classe Operária Inglesa: a maldição de Adão*. 2. ed. Trad. de Renato Busatto Neto e Cláudia Rocha de Almeida. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988, v. 2 (Coleção Oficinas da História, v. 5).

_____. *Costumes em comum*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

TODOROV, Tzvetan. *As Estruturas Narrativas*. 2 ed. São Paulo: Perspectiva, 1970.

_____. *Os gêneros do discurso*. São Paulo: Martins Fontes, 1980.

VAINFAS, Ronaldo. *Os protagonistas anônimos da História: micro-história*. Rio de Janeiro: Campus, 2002.

_____. “História das mentalidades e História Cultural”. In: *Domínios da História: ensaios de teoria e metodologia*. Rio de Janeiro: Campus, 1997, p. 127 – 162.

_____. *Trópicos dos Pecados: moral, sexualidade e Inquisição no Brasil Colonial*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1997.

_____. (Coord.) “Biografias e Microbiografias no Império Colonial Português”. PROJETO PRONEX/FAPERJ/CNPq, 2003.

VELHO, Gilberto. & KUSCHINIR, Karina. *Mediação, Cultura e política*. Rio de Janeiro: Aeroplano, 2001.

VELHO, Gilberto. *Individualismo e cultura: notas para uma antropologia da sociedade contemporânea*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed. 1999.

VENANCIO, Renato Pinto. “A História e a Micro-História: uma entrevista com Carlo Ginzburg”. Ouro Preto: *LPH. Revista de História*, 1: 1-6, 1990.

VENTURA, Roberto. *Estilo tropical: história cultural e polêmicas literárias no Brasil, 1870 - 1914*. São Paulo: Companhia das Letras, 1991.

VENTURA, Zuenir. *1968: O ano que não terminou*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1988.

VERGARA, Luis. “Paul Ricoeur y la escritura de la historia”. *Fractal* 23, Año VI, volumen VI, p.59-86, octubre-diciembre, 2001.

VEYNE, Paul. *Como se escreve a História*. 3 ed. Brasília: UnB., 1995.

_____. *O inventário das diferenças*. São Paulo: Brasiliense, 1983.

VIEIRA, A G. “Do conceito de Estrutura Narrativa à sua Crítica. Psicologia: Reflexão crítica”. 2001, 14 (3), p. 599 – 608 [on-line]. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/prc/v14n3/7845pdf>. Acesso em: 30.12.2005.

VIEIRA, Maria do Pilar. et al. *A Pesquisa em História*. São Paulo: Ática, 1989.

VOVELLE, Michel. « De la biographie à l'étude de case ». In : Problèmes et methodes de la biographie. Actes du colloque. Paris, Sorbonne, 3-4 ami. 1985.

WEINSTEIN, Barbara. “História sem causa? A nova história cultural, a grande narrativa e o dilema pós-colonial”. *História*. São Paulo, 22 (2): 185-210, 2003 (Ensaio Historiográficos).

WEISSHEIMER, Janaína. “Tempo e discurso”. *Revista Virtual de Estudos da Linguagem – ReVEL*. Ano I, n. 1. Disponível em: www.revelhp.cjb.net. Acesso em: 25.04.2004.

WERNECK, A. “Em defesa de uma História sem fim. Entrevista com Carlo Ginzburg”. [online]. [08.09.2002]. Disponível em: <http://www.jb.com.br/papel/caderno/2002/09/07/jorcab20020907003.html>. Acesso em: 11.01.2005.

WHELING, Arno. “Fundamentos e Virtualidades da Epistemologia da história: algumas questões”. *Revista Estudos Históricos 10*. Rio de janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas. CPDOC, v. 5, n. 10, 1992, p. 147-169.

WHITE, Hyden. “Teoria literária e escrita da história”. *Revista Estudos Históricos*, Rio de janeiro, vol. 7, n.13, 1991, p. 21-48.

_____. *Meta-História: A Imaginação histórica do Século XIX*. Trad. Jpsé Laourênio de Melo. 2. ed. S. Paulo: EDUSP, 1995. (Coleção Ponta, v.4)

_____. *Trópicos do discurso: ensaios sobre a crítica da cultura*. Trad. De Alípio Correia de Franca Neto. São Paulo: Editora da USP, 1994. (Ensaio de cultura, v. 6).

X ENCONTRO DE HISTÓRIA DA ANPUH - RJ: História e Biografias. 2002. Disponível em: <http://72.14.209.104/search?q=cache:4c3DyU1MUFAJ:www.uff.br/ichf/anpuhrio/Anais/2002/menu2002.htm+X+Encontro+ANPUH+-+RJ&hl=pt-BR&gl=br&ct=clnk&cd=9>. Acesso em: 24.04.2004.

XXII ENCONTRO ANUAL – ANPOCS – MG: Biografia e Memória Social. 27 a 31 de out., 1998, Caxambu, MG. Disponível em [http:// www.anpocs.org.br/encontro/1998/98gt01.htm](http://www.anpocs.org.br/encontro/1998/98gt01.htm). Acesso em: 24.04.2004.

XAVIER, Regina Célia Lima “O desafio do trabalho biográfico”. In: BARCELLOS, César et. al. *Questões de teoria e metodologia da história*. Porto Alegre: Editora universidade/UFRGS, 2000, p. 161-173.

OBRAS DE CARLO GINZBURG:

Andarilhos do bem: feitiçaria e cultos agrários nos séculos XVI e XVII. Trad. Jônatas Batista Neto. São Paulo: Companhia das Letras, 1988.

História noturna: decifrando o sabá. Tradução de Nilson Moulin Louzada. São Paulo: Companhia das Letras, 1991.

Indagações sobre Piero: o Batismo, o Ciclo de Arezzo, a Flagelação. Trad. de Luiz Carlos Cappellano. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989.

Micro-história e outros ensaios. Tradução de António Narino. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1991. (Coleção Memória e Sociedade). Obra de elaboração com Enrico Castelnuovo e Carlo Poni.

Mitos, emblemas, sinais: morfologia e história. Trad. de Federico Carotti. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

Nenhuma ilha é uma ilha: quatro visões da literatura inglesa. Trad. Samuel Titan Jr.. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

Olhos de madeira: nove reflexões sobre a distância. Trad. de Eduardo Brandão. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

Provas e possibilidades à margem de «Il ritorno de Martin Guerre» de Natalie Zemon Davis. In: *A micro-história e outros ensaios*. Trad. de António Narino. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1991, p. 179 – 202. (Coleção Memória e Sociedade).

Queijo e os Vermes: o cotidiano e as idéias de um moleiro perseguido pela inquisição. Trad. Betânia Amoroso. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

Queijo e os Vermes: o cotidiano e as idéias de um moleiro perseguido pela inquisição. Trad. Maria Betânia Amoroso. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

Relações de força: história, retórica, prova. Trad. de Jônatas Batista Neto. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

Unos testis. O Extermínio dos Judeus e o Princípio de Realidade. In: *Fronteiras: Revista de História*. Florianópolis, n. 7, 1999, p. 7-28.

Outras referências eletrônicas:

<http://www.bok.net/pajol/sanspap.po.html>

<http://www.comciencia.br>

<http://ricoeur.iaf.ac.at/FR/index.htm>

<http://www.unb.br/cedoc/acervo.htm>

<http://www.menocchio.org/homepage.htm>

<http://biblioteche.montagnaleader.org/libri.cgi?task=v&id=12>

http://www.mulino.it/edizioni/riviste/quadernistorici/indici/elenco_gen.htm

<http://www.microhistory.org/pivot/entry.php?id=14>

<http://www.istitutodatini.it/biblio/riviste/fra/elenco.htm#q>

<http://www.educ.fc.ul.pt/hyper/resources/aguerreiro-pwarburg/index.htm>

http://educaterra.terra.com.br/voltaire/mundo/1968_3.htm

www.imaginario.com.br/lab/index.shtml

Correio Eletrônico:

GINZBURG, Carlo – (ginzbug@history.ucla.edu), “Apoio”; comunicação eletrônica pessoal para Arrisete C. L. Costa (arrisete@chla.ufal.br), 21/02/2004.

ABEBOOKS – (sales@anybookworld.com), “Il formaggio e il verme”; comunicação pessoal para Arrisete C. L. Costa (arrisete@chla.ufal.br), 3/03/2004.

ESPADA LIMA, Henrique – (henrique.espada@cfh.ufsc.br), “Apoio”; comunicação pessoal para Arrisete C. L. Costa (arrisete@chla.ufal.br), 4/02/2006.

SILVEIRA, Rosa Maria Godoy – (rosaclio@uol.com.br); (rosaclio@ig.com.br); (rosaclio@terra.com.br), “Orientação”; comunicação pessoal para Arrisete C. L. Costa (arrisete@chla.ufal.br), de 24/06/2002 a 23/09/2006.
